INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do **Instituto** compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1. Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do **Instituto**

2 **"Órgãos Deliberativos"**, que são: a *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do **Instituto**, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra e Marinha (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3 **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc), e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias e *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO:

1. **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2. **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística —, no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística — e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais Municípios

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1. Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho.

2 **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C. N G , de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C. N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês)

3 **"Órgãos Opinativos"**, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C , e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D R

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo centra — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. **"Organização Local"**,— os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado **Serviço Nacional de Recenseamento.**

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Aturial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo.

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada um das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística,

3 As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores.

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO:

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação

3 As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4 As **"Delegacias Municipais"**.

5 O **"Corpo de Recenseadores"**.

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G E e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Landulfo Antônio Borges da Fonseca*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *José Correia de Melo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *Léo de Afonseca*, representante do Ministério da Fazenda; *Alberto de Cerqueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Licínio de Souza Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Mário Augusto Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B G E e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

ACRE: *Francisco Braga Sobrinho*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *José Coutinho de Oliveira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Cássio Reis Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *J Martins Rodrigues*, secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Manuel Martins Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *José Batista de Melo*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Apolônio Sales*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *José Barbosa Neto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *João de Mesquita Lara*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: *Afrânio de Carvalho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Nelson Goulart Monteiro*, secretário do Govêrno; RIO DE JANEIRO: *Heitor Gurgel*, secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Augusto Beltrão Perneta*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Virgílio Gualberto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *J Ponce de Arruda* Secretário Geral do Estado; GOIAZ: *Balduíno Santa Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Joaquim Ribeiro Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES TÉCNICOS — *A* — Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II — **Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** (vago); V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backeuser;* VII — **Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII — **Estatística antropológica:** *Roquete Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X — **Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI — **Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII — **Estatística dos transportes:** *Aimoré Drumond;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV — **Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV — **Estatística de consumo:** *Nogueira de Paula;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacílio de Sabóia Medeiros;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Fernando Magalhães;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** padre *Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** (vago); XXV — **Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI — **Estatística da defesa nacional:** *General Francisco José Pinto;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII — **Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX — **Estatística política:** *Azevedo Amaral B* — Representações: I — **Agricultura:** *Fernando Costa;* II — **Indústria:** *A J Renei*, III — **Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV — **Trabalho:** *João Carlos Vital;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII — **Religião:** padre *Leonel França*

COMISSÕES TÉCNICAS — **I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal — *Cristovam Leite de Castro e Fábio de Macedo Soares Guimarães;* organização regional — *Raimundo Nobre Passos* (Pará), *Mário Barata* (Ceará) e *Everal Pimentel* (Sergipe) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Eurico Rangel* e *Luiz Nunes Briggs;* organização regional — *Antônio Lugon* (Espírito Santo), *Leônidas Machado* (Rio Grande do Sul) e *Sisenando Costa* (Paraíba) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Luiz Faria Braga* e *Dulce Matos Meurer;* organização regional — *Gustavo Godói* (São Paulo), *Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais) e *Francisco Steele* (Rio de Janeiro) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *Edgar Brandão Maldonado* e *Luiz Chaves do Couto e Silva;* organização regional — *Augusto de Lima Pontes* (São Paulo), *Ivon Magalhães Pinto* (Minas Gerais) e *José Maria de Carvalho Veras* (Alagoas) **V Comissão de Estatísticas do Bem Estar Social:** organização federal — *Heitor Elói Alvim Pessoa* e *Lauro Sodré Viveiros de Castro;* organização regional: Manuel Martins Júnior (Rio Grande do Norte), *Newton Pires de Azevedo* (Acre) e *Cássio Reis Costa* (Maranhão) **VI Comissão de Estatística de Assistência Social:** organização federal — *Carlos Imbassaí* e *Antônio Garcia de Miranda Neto;* organização regional — *Virgílio Gualberto* (Santa Catarina), *Felipe Neri* (Baía) e *Irene Arruda* (Mato Grosso) **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Mary Tuminelli* e *Zaira Pinto;* organização regional — *Gastão M Gouveia* (Rio de Janeiro), *Pedro Matos* (Distrito Federal) e *Delí de Carvalho* (Paraná). **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Alberto Martins* e *Germano Jardim;* organização regional — *Ernesto Pelanda* (Rio Grande do Sul), *Sousa Barros* (Pernambuco) e *Eglantine de Sousa* (Amazonas) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Custódio Viveiros* e *Ângelo Fioravanti;* organização regional — *Antônio Matos* (Baía), *Balduíno Santa Cruz* (Goiaz) e *Ismar Bento Gonçalves* (Piauí)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano I | ABRIL - JUNHO, 1940 | N.º 2

JOSE' CARLOS DE MACEDO SOARES

(Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DA ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (*)

O estudo gráfico-numérico das condições existenciais da Nação, no seu binômio fundamental — "âmbito geográfico" e "coletividade humana", — requeria três diferenciadas ordens de pesquisas. Investigações estatísticas de caráter permanente, levantamentos geográficos e cômputos censitários, — eis o tríplice objetivo a atingir.

Fugindo à grandiosidade prematura, com inexcedível tino e admirável sabedoria, o Sr. Presidente da República atribuiu ao Instituto, de início, apenas a finalidade estatística. Fê-lo, entretanto, em forma tão hábil que dentro desta já estavam implícitas ou em germe as duas outras, as quais, assim, somente de uma natural e gradativa evolução tiveram dependentes a diferenciação estrutural que as havia de tornar explícitas e destacadas, mas sempre harmoniosas, em face dos objetivos primordiais do sistema.

Mas essas finalidades não deveriam ser atingidas pela criação de um desproporcionado corpo executivo. Porque, alcançadas haviam elas de ser através apenas do racional engrenamento e da progressiva adaptação — salvante algumas poucas exceções — de órgãos técnico-administrativos já existentes mas impropriamente utilizados, movidos que eram por diretrizes sem sistema, e até então destinados a um ingrato labor, porque fragmentário, desconexo, incoerente e de resultados quasi nulos e não raro contraditórios.

Donde a diretriz fundamental do esquema a que foi submetida sabiamente a estrutura e a atuação do Instituto:

— solidarização efetiva, dentro das linhas constitucionais de auto-determinação, das três ordens administrativas da República, de todos aqueles elementos já disponíveis; e

— coordenação das respectivas atividades, afim de que, por ajustamento e impulsos progressivos, se fôsse formando e consolidando com

(*) Trechos do discurso pronunciado quando da visita dos colégios de direção do Instituto ao Sr Presidente da República, em 29 de Maio de 1939.

êles o grande sistema brasileiro de centros de pesquisas — não somente federal, estadual ou municipal, — mas verdadeiramente nacional, e a um só tempo geográfico, estatístico e censitário.

O Instituto, vivendo intensamente a sua vida, encurtando as etapas, conseguiu, neste brevíssimo ciclo de existência, traduzir integralmente em realidade o fecundo pensamento político que lhe presidiu a instituição.

E' êle hoje, com pouquíssimos acréscimos de vulto em relação aos elementos esparsos que já existiam antes dele, um majestoso edifício, de arquitetura inconfundível e rigorosamente funcional.

Os três objetivos fundamentais que o Estado lhe confiou correspondem hoje às suas três alas de órgãos deliberantes e executivos, todos bem articulados entre si e de ala para ala, funcionando em perfeito espírito de unidade, mas sem rigidez, antes numa admirável capacidade de iniciativa e de adaptação ao meio e às circunstâncias.

Em todas as unidades federadas, em todos os municípios de cada uma delas e em todos os distritos de cada município brasileiro, está lançada a atividade estatística, censitária e geográfica. Essa atuação é unificada, tem um sentido nacional; mas, através de diferenciações coerentes e que não quebram a unidade do sistema, ela atende a todos os interesses e a todas as necessidades de cada região, de cada zona, de cada localidade.

Municipal, estadual e federal simultaneamente — tanto importa dizer, *nacional* no sentido mais alto da expressão — é tal atividade; mas se exercida ao mesmo tempo, como é lógico e consentâneo com o espírito do regime, pelas três órbitas governamentais, não há nela dissonâncias, entre-choques, incertezas. Porque essa atividade é harmoniosa, é coerente e é solidária, seja no tempo, seja no espaço, seja na diferenciação dos âmbitos políticos e administrativos. E a fôrça superior, o princípio de coordenação que consegue o milagre desta sintonia, dêste sincronismo e desta solidarização, não é o poder de uma das esferas de Govêrno invadindo as demais. E', sim, um poder diferente, mas participante dos poderes das três ordens governamentais, pois que de todas elas emana, em virtude do próprio princípio de autonomia que lhes dá personalidade constitucional.

Êsse princípio e essa fôrça, — são, em última análise, a fôrça e o princípio da cooperação. Vale dizer: é a fôrça, é o princípio da livre determinação e do livre consentimento em face da compreensão, da conciência e do desejo de uma solidariedade superior, necessária, indeclinável: — a comunhão nacional, a exigir identidade de fins mas diferenciações de meios, de processos e de agentes, tudo a serviço da grande vida da Pátria.

Em outros têrmos ainda: autonomia e autoridade. A primeira gerando a segunda, e esta servindo àquela, na integração perfeita de um sistema, de um organismo vivo, de uma superior criação política.

* * *

Certo — tanto no que diz respeito à estrutura, quanto no que toca às atividades, — ainda é quasi uma tarefa sem limites o aperfeiçoamento do Instituto. Mas tudo quanto era fundamentalmente necessário para que êle ficasse à altura dos seus destinos — criação de órgãos, articula-

ção de atividades, sistemática funcional, extensão e aprofundamento de pesquisas — está hoje conseguido. Tudo mais será obra evolutiva de consolidação, de harmonioso progresso, de um natural e sadio dinamismo orgânico.

O Instituto, como sistema vivo, está completo no sentido das suas três dimensões.

No sentido da longitude, domina todo o "espaço vital" da Nação. Em latitude, abrange integralmente o panorama dos variadíssimos aspectos da vida nacional — tanto os físicos, os demográficos e os econômicos, quanto os sociais, os culturais e os políticos. E verticalmente, desenvolve-se numa compreensão totalitária das três esferas administrativas e políticas, enfeixando-lhes a autoridade, harmonizando-as no agir, e solidarizando-as nos propósitos, em demanda de um fim comum a todas três, porque nenhuma delas o pode perder de vista ou a êle renunciar.

* * *

O Instituto, porque tenha resultado de uma associação ínter-governamental, está vinculado às três órbitas de govêrno e é depositário da autoridade de todas três Mas não se identifica nem se confunde com os órgãos administrativos de qualquer delas enquanto entidade coletiva, sem embargo de serem federais, estaduais ou municipais todos os seus órgãos executivos oficiais, a que se veem juntar ainda, em íntima cooperação, os de natureza privada, de fins análogos aos seus e de idoneidade comprovada.

Daí duas vantagens foram asseguradas ao sistema.

A atuação ordenadora do Instituto pode-se exercer dentro de cada órbita administrativa sem lhe constranger os predicados de autonomia, pois que, desta mesma autonomia, é ela uma emanação.

Por outro lado, os recursos financeiros da entidade coletiva, que resultam — ou podem resultar — de contribuições dos três governos ou de rendas próprias, ficam com a faculdade de suplementar os recursos privativos dos órgãos executivos em cada plano administrativo, permitindo, assim, a vitalização do sistema num sentido de unidade nacional e conforme as necessidades reais dos seus vários sub-sistemas.

Ainda mais. A quasi totalidade dos dispêndios públicos com estatística e geografia ficam sujeitos aos processos de fiscalização e controle normais em cada esfera administrativa. Uma pequena parte, apenas a que for entregue pelos governos co-interessados ao Instituto como "auxílio", passa à plena propriedade da sua pessoa jurídica, como ente paraestatal, e lhe vai permitir não somente enriquecer o patrimônio — que é, aliás, um bem comum aos municípios, aos Estados e à União, — mas ainda a rápida e eficaz atuação do Instituto onde sua intervenção coordenadora, fiscalizadora ou supletiva haja de se fazer sentir.

O que não quer dizer, entretanto, que menos controlada venha a ficar a vida financeira do ente coletivo do que a dos seus órgãos executivos. Ao contrário: enquanto estes só estão sujeitos às normas especiais da respectiva administração, onde muitas vêzes o mecanismo de controle não é suficiente, o consórcio ínter-governamental, ou cooperativa política — digamos assim — constituída pela Convenção de Agosto, tem a sua vida submetida a um controle tão desdobrado e vigilante como maior não seria possível instituir.

A Presidência do Instituto não tem arbítrio. Ela executa o que, dentro da legislação em vigor, deliberam os colégios dirigentes, que a fiscalizam de todas as maneiras possíveis. pelos seus órgãos federais, em que se representam todos os Ministros de Estado; pelas Juntas e Diretórios regionais, e ainda pelas suas Assembléias Gerais, onde comparecem, por delegações altamente qualificadas, todos os Governos pactuantes da Convenção de Estatística.

Toda a vida do Instituto é registrada em todos os seus detalhes e obedece a normas precisas. Seus arquivos, sua escrita, suas instalações, suas atividades oferecem-se ao exame e à crítica de todos os governos seus co-instituidores, e acham-se de fato, e permanentemente, sob a vigilância dos respectivos delegados às Assembléias Gerais.

Como os debates destas são públicos e suas conclusões constam de resoluções, que valem como leis para o ente coletivo, todas as críticas, todas as opiniões e todos os votos que o tenham por objeto ficam submetidos amplamente ao julgamento da opinião pública. Além do que, subordinado que está o Instituto ao Chefe da Nação, êste, por iniciativa sua ou por sugestão de qualquer órgão da administração federal ou de qualquer dos governos regionais, pode determinar, a seu respeito, todas as diligências ou devassas acaso julgadas necessárias

E aí está como o superior pensamento político posto em prática pelo Sr. Presidente da República, ao criar o Instituto, estabelecendo, sob certo ponto de vista, uma autarquia *sui generis,* conformou-se sabiamente, entretanto, com a natureza da instituição, ateve-se ao maior respeito à ordem constitucional e administrativa da República, assegurou à direção do Instituto as condições de autonomia e pronta decisão que constituem a razão do seu prestígio e o segrêdo da rapidez e fecundidade dos seus esforços.

O Recenseamento é uma fotografia instantânea do País. Quem não aparecer nela, ficará ISOLADO da Comunidade Nacional.

ROBERTO C. SIMONSEN
(Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística, Secção de Estatística Industrial)

RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES

Tese apresentada ao OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO

SUMÁRIO : A importância dos estudos sôbre as populações. As migrações. A liberdade de movimentos no século XIX e as restrições das atuais políticas migratórias. As políticas demográficas, as pressões demográficas e os recursos econômicos Conceito de recursos econômicos

Os estudos efetuados nos Estados Unidos sôbre as migrações internas, após 1929 As conclusões norte-americanas O seu aproveitamento em benefício da melhoria dos níveis de vida das populações

As condições das populações brasileiras. Ensinamentos que se poderão tirar da observação da evolução colonizadora do Brasil em benefício de todas as nações latino-americanas; os mais variados exemplos de colonização e migrações, dentro da maior diversidade de terras e climas

A fixação dos primeiros colonizadores e imigrantes obedecendo a imperativos de ordem econômica O deslocamento do eixo econômico, dentro do país, e seus efeitos sôbre as populações.

O predomínio do açúcar, o império do ouro, a época da borracha, a monocultura do café A fase de economia eclética. Empobrecimentos e migrações decorrentes do deslocamento do eixo econômico

O Nordeste brasileiro, as obras contra a sêca e a tentativa de fixação das populações locais pela melhoria de seus recursos econômicos.

São Paulo, centro econômico do Brasil de hoje. As imigrações de elementos alienígenas e nacionais. As migrações e deslocamentos dentro do próprio Estado em função da variação dos recursos econômicos.

Outros exemplos brasileiros Os níveis de vida e sua determinação. As produtividades agrícolas e industriais, por habitante, em cada Estado, acrescidas de sua contribuição para os erários públicos federal, estadual e municipal, fornecendo índices de vida comparativos mais condizentes com os interesses e as realidades sociais e nacionais.

Os níveis de vida no Brasil e a sua distribuição.

Os estudos dos fenômenos econômicos e sociais no Brasil e o aproveitamento de seus ensinamentos em benefício do estabelecimento de uma política nacional, nos países latino-americanos, de migrações e de melhoria dos níveis de vida, em função dos recursos econômicos.

As migrações planificadas

Aplicações continentais e inter-continentais Cooperação pan-americana

Conclusões gerais.

A difícil situação em que se encontra, presentemente, a humanidade, dividida por profundos desentendimentos, tem despertado a atenção dos estudiosos para os problemas que lhe estão especialmente ligados, na esperança de que surjam soluções que tornem possível uma evolução mais feliz e pacífica. Deve merecer, por isso, calorosos encômios a comissão organizadora do 8.º Congresso Científico Americano, pela especial atenção que dedicou, em seu programa, aos assuntos ligados às populações.

As lições do passado nos ensinam que o bem estar de uma população, onde quer que se encontre, resulta, principalmente, de um harmonioso equilíbrio entre o homem, o ambiente e os recursos econômicos.

A não ser por causas exteriores, oriundas de guerras e invasões, ou, em determinadas épocas, por motivos de ordem religiosa, a maioria das migrações humanas assenta em razões econômicas ou é fruto do desequilíbrio verificado entre o aumento das populações e os recursos do meio em que se agitam.

O crescimento acentuado das populações européias, no século XIX, possibilitou as grandes correntes migratórias para o continente americano e o rápido progresso de vários de seus países. As mais vultosas emigrações se assinalaram nos povos em que mais acentuada era a pressão demográfica, isto é, o excesso das populações face aos recursos econômicos disponíveis.

Com a ampla liberdade internacional de movimento, nesse século, as migrações exerceram importante papel na correção dos desequilíbrios econômicos. Os excessos da população inglesa escoaram-se facilmente para as suas colonias e para os Estados Unidos; as sobras das populações alemãs e nórdicas emigraram para os Estados Unidos e, em menor escala, para algumas regiões da América do Sul; os povos da bacia do Mediterrâneo, principalmente italianos e espanhóis, dirigiram-se em grandes levas para o continente americano e os portugueses afluíram em número considerável para as suas colônias, para o Brasil e ainda para os Estados Unidos.

As restrições opostas, no século atual, às migrações, e a política demográfica por que se orientaram diversas nações, criaram gravíssimos problemas de pressão demográfica, que contribuem impressionantemente para a intranquilidade e para as rivalidades mundiais. A Alemanha, a Itália e o Japão constituem, neste instante, três grandes núcleos de acentuada pressão demográfica.

Em alguns países, dentro do seu próprio território, e particularmente em determinadas regiões, registram-se também essas desharmonias entre as populações e os respectivos recursos econômicos. Como recursos econômicos, entendemos as possibilidades de produção de uma determinada zona, baseadas nos seus recursos naturais, nos aparelhamentos e instituições econômicas existentes, nas facilidades proporcionadas a novas expansões e nas suas relações econômicas com outras regiões.[1]

Constituindo questão fundamental para qualquer nacionalidade a melhoria geral do nível de vida de suas populações, é natural que se facilitem as migrações internas, objetivando um equilíbrio mais harmônico, dentro de suas fronteiras, entre as populações locais e os seus recursos econômicos.

Nos Estados Unidos, depois da grande crise de 1929, face à enorme massa de desempregados que se foi sempre avolumando, fizeram-se aprofundados estudos sôbre os níveis de vida do país, sôbre as migrações internas havidas no passado, na época das crises, e sôbre a criação de uma política migratória capaz de melhorar a situação geral e de diminuir o número de desocupados.

Os Estados Unidos constituem, porém, uma exceção no continente americano. Há 50 anos que aí terminou, praticamente, o deslocamento das fronteiras econômicas para o Oeste. O país se acha cor-

(1) Frank Lorimer — "Population and Economic Resources in the United States" e National Resources Committee — "The Problems of a Changing Population"

tado por extensa rede de estradas de ferro, construídas para o transporte de grandes massas de minérios, matérias primas e gêneros de alimentação, necessários ao desenvolvimento da sua vultosa indústria e de seu comércio exportador. Dispõe ainda de numerosas e esplêndidas estradas de rodagem. Finalmente, em matéria de capitais e equipamentos econômicos, talvez seja a maior nação do mundo.

Tais circunstâncias não lograram, porém, impedir que se manifestasse, em muitas regiões, forte pressão demográfica, isto é, o desequilíbrio entre o número de habitantes e os respectivos meios de produção

As migrações internas já muito facilitadas pelos fatores aquí referidos, podem também ser ainda mais estimuladas pelo govêrno, senhor de fartos recursos e aparelhamentos técnicos. Claro que a crise econômica tendo raízes muito profundas e abrangendo praticamente todas as regiões, não pôde ser corrigida só pelas migrações internas, aliviando o desemprêgo e melhorando o baixo nível de vida em muitos pontos do país. Óbvio, porém, que se torna mais fácil o levantamento do nível de vida das populações, colocando-as, devidamente amparadas, nos lugares mais próprios à recuperação econômica.[2]

As lições que nos oferece a Europa e os grandes ensinamentos que se podem tirar da evolução norte-americana, devem ser aproveitados para a orientação dos demais países do continente americano, em benefício da melhor evolução de suas civilizações. A história cada vez mais está evidenciando a interdependência em que vivemos. Para que haja tranquilidade no mundo, faz-se mister a inexistência de núcleos de populações e regiões descontentes e sofredoras.

Todas as grandes nações se devem interessar para que não só as suas próprias populações, senão também as dos demais países, possuam um satisfatório nível de vida. Esta orientação está sendo reconhecida e proclamada pelos peritos em assuntos internacionais. No "Report on International Trade", publicado em Maio de 1937 pelo govêrno inglês, há trechos como êste:

> "**World Standards of Living** — The British Commonwealth, and the United Kingdom in particular, has a vital interest in a large and flourishing world trade. The prosperity of world trade depends upon raising the world's standard of living. It will therefore repay British interests to assist the internal development of foreign countries with the resources which are surplus to the requirements of the British Commonwealth. Such a policy would go far towards removing the economic pressure which is one of the most potent contributory factors towards political unrest, and, perhaps, eventually war".

(2) E', no entanto, interessante notar que nas crises se observa uma tendência inversa: "It is especially significant that since 1930 a disproportionate share of the back-to-the-land migrants moved to the poorer lands where they have mager prospect of earning a decent living. During the depression, people migrated in larger numbers to poor-land areas either because it was from these places that they had moved to the cities in larger numbers during the twenties, or because it was here that they were most likely to find cheap land or abandoned shacks available for 'squatting'". — Carter Goodrich and others: "Migration and Planes of Living".

Nada mais natural, portanto, que os países do continente americano, orientados por uma política geral de aperfeiçoamento dos padrões de vida internos, cooperem para o seu levantamento e se interessem até pelo das demais populações do mundo. Com êsse objetivo, devem, também, procurar nas lições do passado e do presente até que ponto as migrações internas, intra-continentais e ínter-continentais, podem contribuir para melhor aproveitamento dos recursos econômicos universais e para a consequente melhoria geral da evolução humana

Condições brasileiras Para um estudo geral da evolução econômica e social do continente americano, o Brasil oferece dados e condições excepcionais Acha-se, mesmo, quanto à situação econômico-social, em nível mais próximo ao das demais nações latino-americanas, que os Estados Unidos.

Abrangendo, em superfície, quasi 48 % da América do Sul e atingindo 5 graus de latitude acima do Equador e se estendendo a 34 graus de latitude sul; compreendendo climas tropicais e temperados, terras baixas e altas, climas úmidos, semi-áridos e secos, e terrenos de grande variedade geológica, com população que orça pela metade dos

TABELA I

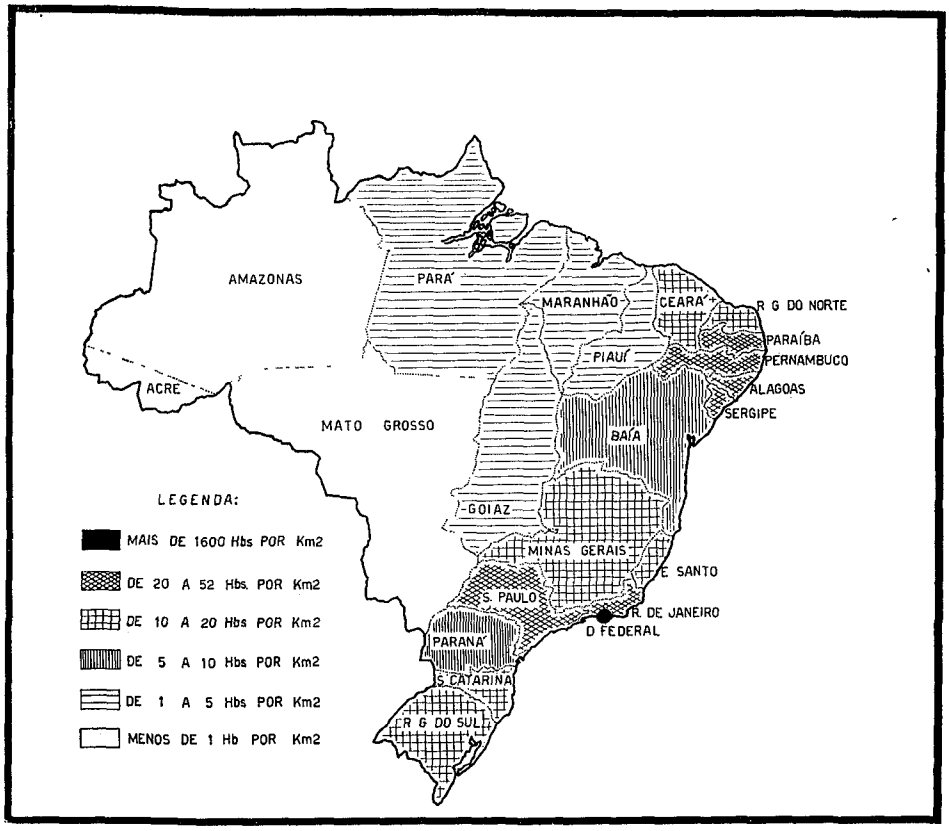
SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO A SUA DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES FEDERADAS — 1939

UNIDADES FEDERADAS	SUPERFÍCIE (km2)	POPULAÇÃO		
		Absoluta	Relativa	
			Por km2	%
Acre	148 027	122.099	0,82	0,27
Amazonas	1 825 997	459 747	0,25	1,02
Pará	1 362 966	1 676 592	1,23	3,73
Maranhão	346 217	1 258 241	3,63	2,80
Piauí	245 582	901.385	3,67	2,00
Ceará	148 591	1 746 691	11,76	3,88
Rio Grande do Norte	52 411	837.638	15,98	1,86
Paraíba	55 920	1 498 833	26,80	3,33
Pernambuco	99.254	3 198 671	32,23	7,11
Alagoas	28 571	1 269 521	44,43	2,82
Sergipe	21 552	571 869	26,53	1,27
Baía	529 379	4 455.288	8,42	9,90
Espírito Santo	44 684	771 016	17,25	1,71
Rio de Janeiro	42 404	2 183 078	51,48	4,85
Distrito Federal	1 167	1 896.998	1 625,53	4,21
São Paulo	247 239	7 305 407	29,55	16,23
Paraná	199 897	1 124 300	5,62	2,50
Santa Catarina	94 998	1 093 305	11,51	2,43
Rio Grande do Sul	285 289	3 329 588	11,67	7,40
Mato Grosso	1 477 041	403 390	0,27	0,90
Goiaz	660 193	812 354	1,23	1,81
Minas Gerais	593 810	8 086 165	13,62	17,97
Brasil	**8 511 189**	**45 002 176**	**5,29**	**100,00**

habitantes da América Latina, possue ainda em seu território desde selvagens bravios e tribus de homens primitivos, completamente isolados

da civilização, até centros de elevado adiantamento e cultura, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre êsses extremos, se fixa extensa e variada escala de agrupamentos humanos. Aldeias de índios mansos que os missionários vão pacientemente civilizando; zonas em que vivem, isolados ou em grupos, muitos descendentes de colonos europeus e mestiços, em vida rudimentar; zonas em que se manteem antigas fazendas ainda em verdadeiro estado patriarcal e de economia quasi autárquica, numerosas regiões em que há mais de cem anos não se verificam, praticamente, novas imigrações e cujas populações, provindas do cruzamento do branco e do índio, como nos sertões do Nordeste, ou do branco, do índio e do negro, como nos Estados da Baía e Pernambuco e nas costas do Nordeste, evoluem dentro de seus próprios recursos.



1 — Densidade demográfica do Brasil, segundo as diversas Unidades Federadas

Muitos dêsses locais sofreram forte depressão econômica durante o século XIX, por termos perdido, depois da Independência, o mercado português, único escoadouro garantido que tínhamos na Europa para vários de nossos produtos tropicais. As grandes metrópoles européias sempre deram e dão preferência à importação de produtos tropicais de suas importantes colônias, produtoras de artigos semelhantes aos do Norte do Brasil.

Possuimos ainda no Sul regiões como São Paulo e Rio Grande, em que se registraram fortes imigrações estrangeiras, já absorvidas pelo elemento nacional. Outras existem, em Santa Catarina e distritos do Rio Grande do Sul, onde alguns dos núcleos estrangeiros ainda não foram inteiramente absorvidos.

O eixo econômico do Brasil, primitivamente no Norte, nos séculos XVI e XVII, deslocou-se para o Centro-sul no século XVIII, à época da mineração do ouro, para voltar, por algum tempo, para o Norte, instalando-se, afinal, definitivamente, no Sul, no século XIX, ao influxo da cultura do café

Temos ainda, dentro do país, interessantes exemplos de migrações internas e de pressões demográficas, resultantes, principalmente, da fraca produtividade de várias zonas. As dificuldades de transporte, aliadas à pequena densidade de população e à extensão do país, retardam a velocidade evolutiva dos vários fenômenos econômicos e sociais, facilitando o seu estudo em diferentes estágios, projetados, como se acham, em larga superfície e se processando com assinalada lentidão

Não obstante todas essas circunstâncias, mantemos um grande sentimento de unidade nacional, falamos em todo o país a mesma língua e professamos, em grande maioria, a mesma religião.

No Brasil, por tudo isso, deveriam ser concentrados de preferência os estudos das missões científicas pan-americanas, dedicados às questões sociais e econômicas, pois suas conclusões seriam mais eficientemente aproveitadas pelas nações do continente.

As migrações no passado e os recursos econômicos

Na era pré-colombiana, o Brasil era habitado por tribus selvagens, que em sua quasi totalidade ainda não haviam alcançado a fase de qualquer exploração agrícola organizada; alimentavam-se de produtos silvestres, da caça e da pesca. Os que não habitavam zonas de pesca, localizavam-se em pontos em tôrno dos quais rapidamente se esgotavam as caças e os produtos silvestres. Exhausta essa zona, mudavam-se para outra, e, obedientes, pelo instinto, à lei do menor esfôrço, construíam suas choças considerando o espaço de tempo que deveriam durar os meios de subsistência da região. Pela necessidade de fazer estágios à beira-mar, em busca de alimentos marinhos, moviam-se, periodicamente, para a costa, descendo dos planaltos pelos caminhos naturais dos vales e dos rios encachoeirados Nos locais onde acampavam, amontoavam os restos dos peixes, ostras e mariscos, de que se utilizavam, constituindo êsses depósitos — os sambaquís — verdadeiras montanhas calcáreas, hoje utilizadas para fins industriais, e que assinalam, em numerosos pontos da costa sudeste do Brasil, os lugares preferidos para êsses estágios.

Eram, pois, de ordem econômica os motivos fundamentais que determinavam as principais migrações indígenas no território do Brasil atual.

Açúcar, gado e mineração Descoberto o país, Portugal só pôde tornar efetiva a ocupação da terra, ante a ameaça da sua conquista pelos franceses, quando encontrou um fundamento econômico para essa ocupação. Êsse fundamento foi o açúcar e com assento em sua exploração é que o Rei de Portugal obteve donatários, com recursos próprios e dispostos a ocupar e explorar toda a costa brasileira, do Amazonas ao Sul.

Portugal não possuía população suficiente; e o nosso clima tropical, como a situação demográfica da Europa, não favoreciam, então, a tentativa da colonização européia, para a conveniente exploração da indústria açucareira.

A mão de obra indígena não podia ser aproveitada com eficiência, não só pela sua falta de resistência física para o trabalho contínuo e pesado, como o dessa indústria, mas ainda pela impossibilidade material em que se encontravam os portugueses de manter obrigatoriamente os índios nas zonas de cultura e dos engenhos. Os colonizadores portugueses para se fixarem no Brasil e para implantarem a indústria, foram levados a utilizar-se do braço escravo africano, e promoveram, então, as grandes imigrações forçadas de negros, que duraram 300 anos e que devem ter atingido a um total de 3 milhões e meio de seres humanos.

Após a indústria do açúcar, a cultura do fumo, a mineração do ouro, a cultura do algodão, do arroz e do café, absorveriam toda essa massa humana.

Foram migrações que tiveram por objetivo a obtenção, para os ocupantes portugueses, dos proventos resultantes de culturas tropicais. Razões semelhantes levaram os norte-americanos a se utilizarem do braço africano, nos algodoais do Sul dos Estados Unidos.

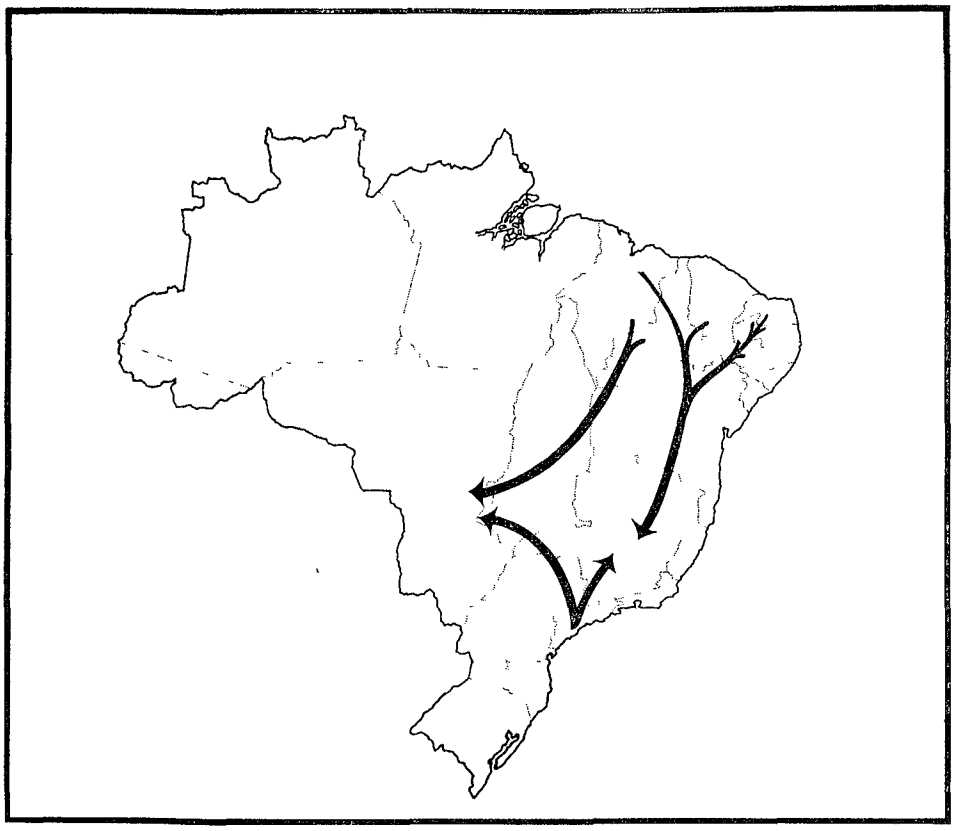
A fertilidade das terras do Nordeste brasileiro e o desenvolvimento do comércio do açúcar incentivaram o alastramento da construção de engenhos e do plantio da cana, em larga extensão da costa, indústria e cultura que mais tarde se estenderam até o atual Estado do Rio de Janeiro, nas proximidades da embocadura do rio Paraíba.

O açúcar teve o seu apogeu no século XVII, quando o Brasil foi o seu maior produtor mundial, alcançando a sua exportação as mais altas cifras do comércio internacional.

Contam-se por elevado número os colonos portugueses que, então, emigraram para o Brasil, aquí vivendo, principalmente, das atividades e proventos derivados dessa indústria. A existência de tão fartos recursos econômicos despertou a cobiça dos holandeses, que ocuparam, durante 25 anos, a zona do Nordeste brasileiro, a mais rica na produção de açúcar, sendo finalmente expulsos pela ação conjugada dos elementos espoliados, aliados aos habitantes de outras partes do Brasil.

A necessidade da criação de gado para fôrça motora dos engenhos, alimentação dos colonos e transportes deu lugar à ocupação dos campos do interior e a penetração de amplos trechos do sertão brasileiro

As descobertas de ouro no fim do século XVII, coincidiram com a violenta queda nos preços do açúcar, cuja exploração muito se havia desenvolvido nas Antilhas inglesas, francesas e holandesas Os engenhos brasileiros atravessavam, nessa época, grave crise. Pela fascinação



2 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: exploração de ouro e diamantes em Mato Grosso, Goiaz e Minas Gerais — 1700-1760

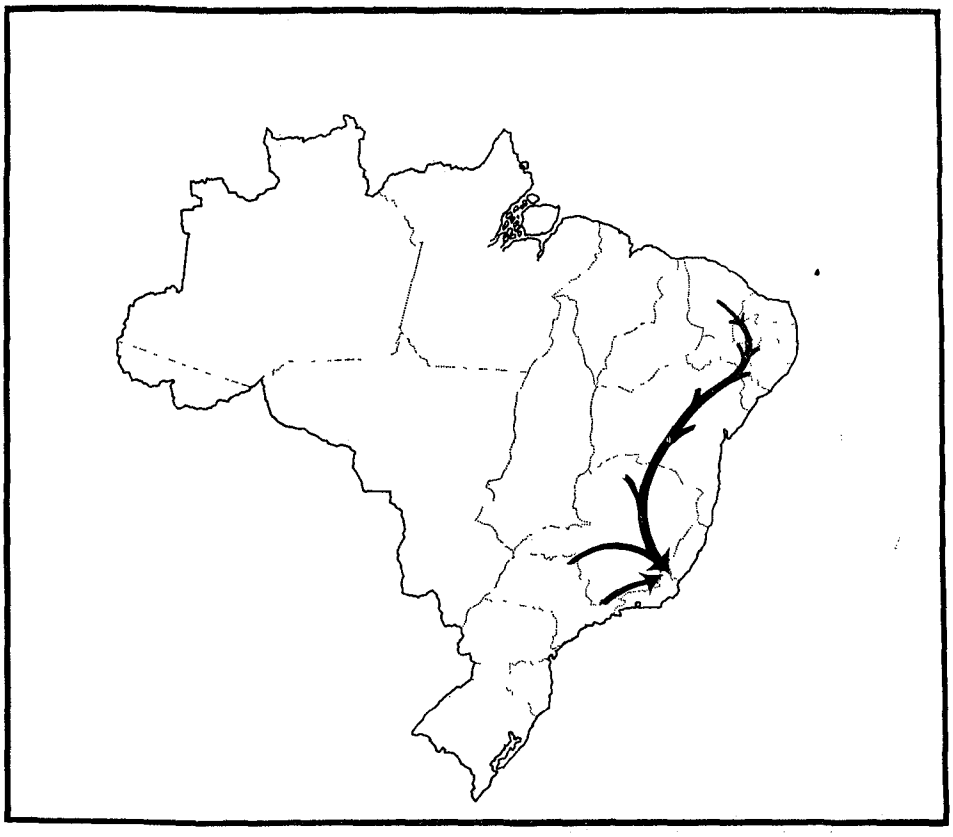
do ouro e instigados ainda pela depressão econômica das zonas açucareiras, operou-se, então, um pronunciado movimento emigratório das regiões dos engenhos para as terras de mineração.

As emigrações de certas zonas foram tão intensas que provocaram medidas acauteladoras por parte do govêrno português, ao qual não convinha, por motivos de ordem política e fiscal, que se despovoassem as regiões açucareiras Para a zona de mineração acorreram habitantes das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil, assim como grande número de novos elementos portugueses Incentivou-se, ainda, a importação de braços africanos. Na primeira metade do século XVIII, junto às regiões auríferas, erigiram-se, no interior, as primeiras cidades.

Essas terras de mineração não eram, em sua generalidade, terras férteis; e ocorreram, por isso, para os mineradores, no período da sua exploração, grandes crises de alimentação e de outros elementos de subsistência. Esgotados os depósitos de ouro de aluvião, objeto da exploração, processou-se um penoso período de reajustamento à agricultura.

Registraram-se, então, várias migrações e a decadência das grandes cidades nos antigos centros de mineração.

O café, a borracha e o Nordeste O advento da cultura do café no vale do Paraíba, nas proximidades do Rio de Janeiro, em princípios do século XIX, atraiu para alí novos deslocamentos de populações e tornou possível o aproveitamento de considerável massa de descendentes dos antigos mineradores. Para alí também convergiram correntes migratórias, provindas das regiões do Norte, onde as culturas tropicais estavam estagnadas ou em franca decadência.



3 — Principais migrações internas verificadas no Brasil no período de 1560 a 1940: cultura do café no vale do Paraíba (província do Rio de Janeiro e norte de São Paulo), — 1810-1860

Ainda nesse vale, não foi possível a utilização do braço europeu em larga escala, não só pela impropriedade do clima, como pela existência do trabalho escravo.

O plantio do café alastrou-se por todo o vale no período compreendido entre 1810 e 1880, dando-se aí o mesmo fenômeno que se registraria, mais tarde, em São Paulo: o deslocamento do eixo econômico dessa cultura em função da variação do rendimento das terras

O surto do café no planalto de São Paulo ia provocar a decadência definitiva de numerosas fazendas do vale do Paraíba, onde, pela exhaustão e pela erosão, o rendimento dos cafezais era bem inferior ao obtido nas terras novas do planalto paulista.

O Estado do Rio de Janeiro, no fim do século XIX, possuía elevado número de cidades e portos em franco declínio e alguns até praticamente abandonados. Observou-se, alí, fato identico ao anteriormente verificado em Minas Gerais: a emigração de populações em busca de recursos econômicos, necessários à sua manutenção

O Nordeste brasileiro, a região mais intensamente colonizada nos primeiros tempos coloniais, onde a implantação de numerosas missões religiosas facilitou o aldeamento de índios e seu abundante cruzamento com os brancos, sofreu penosa evolução durante o século XIX.

Os escravos existentes foram, em sua grande maioria, vendidos para as lavouras do sul; os recursos econômicos não cresceram na mesma proporção do seu forte aumento demográfico. As sêcas que periodicamente assolam vastas regiões dos sertões nordestinos, cujo clima é considerado como semi-árido, concorreram ainda para empobrecer essa zona do país.

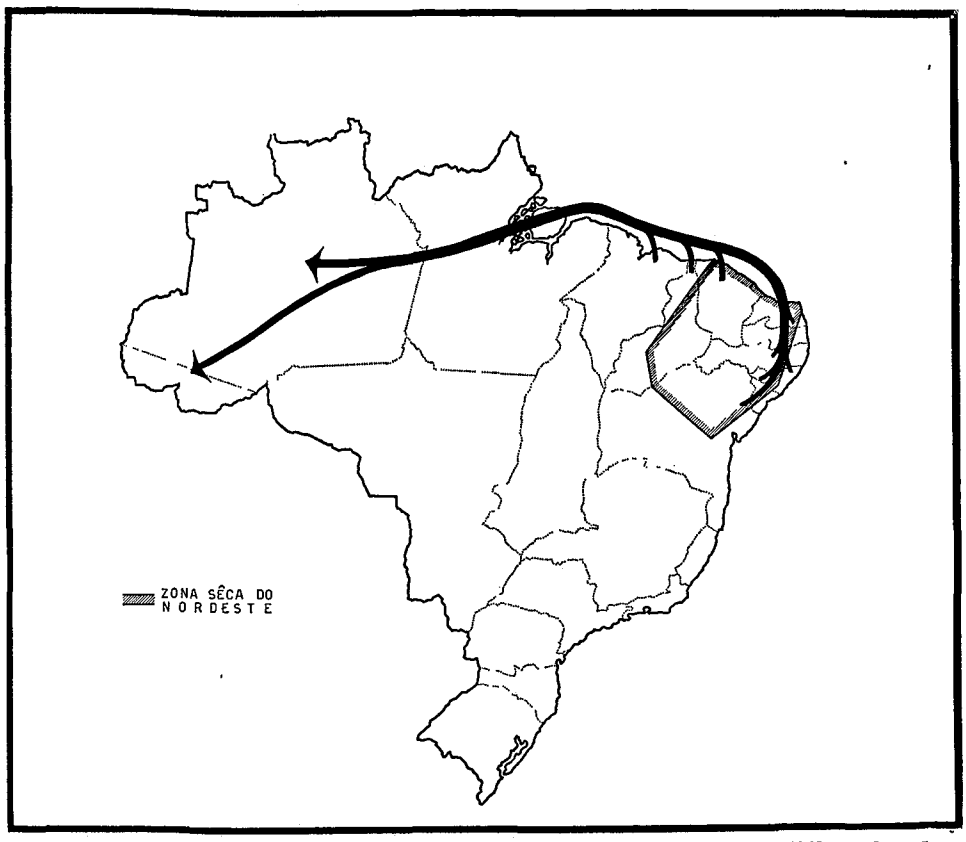
Pela pressão demográfica interna e, acentuadamente, por ocasião das sêcas, realizaram-se grandes emigrações para outras partes do Brasil Em consequência, não obstante possuir o Nordeste um dos mais altos coeficientes de natalidade do povo brasileiro, a sua posição demográfica em relação à população do país vai percentualmente descendo.

Oliveira Viana mostra, no quadro abaixo, baseado nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1920, a involução do crescimento relativo das populações do Nordeste pelo centrifugismo demográfico a que estão sujeitas, em percentagens sôbre a população total

GRUPOS	1872 %	1890 %	1920 %
Extremo norte	3,3	3,3	4,7
Nordeste	46,5	41,9	36,7
Sul	48,0	52,6	56,1
Centro	2,2	2,2	2,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Entre 1869 e 1910, levas de nordestinos emigraram para o vale do Amazonas, afim de trabalhar na indústria extrativa da borracha,

que alcançava, nesse período, o seu apogeu. Deve-se aos nordestinos a ocupação do Território do Acre, nas fronteiras com a Bolívia, mais tarde integrado no território brasileiro, por acôrdo firmado com aquele país.



4 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: exploração da borracha no Amazonas — 1869-1908

Boa parte dessa emigração no Nordeste é feita, porém, em caráter temporário, acentuando certos peritos que o coeficiente de fixação do nordestino no sul do Brasil é talvez menor que o da fixação do imigrante europeu! E' isso uma consequência da profunda diferenciação do nível de vida e, portanto, da cultura, entre essas e as populações dos meios mais adiantados de São Paulo.

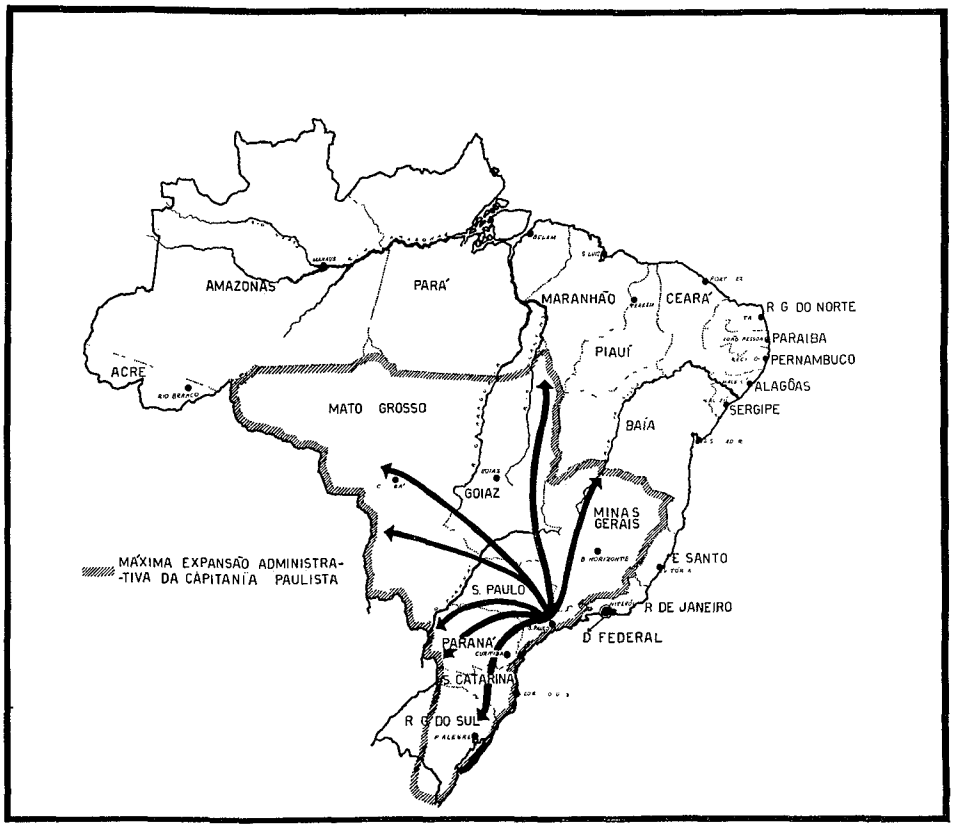
A fundação de São Paulo

A fundação de São Paulo e a evolução de sua população constituem caso "sui generis" na história do continente americano.

Ao pôrto de São Vicente, por volta de 1532, chegaram diversas levas de colonos portugueses, de escol, trazidos por Martim Afonso de Sousa, que se achava imbuído da esperança de realizar uma penetração pelo interior, em busca de ouro e prata, estimulado pelas notícias dos grandes tesouros, que se depararam aos espanhóis, no Perú.

A pobreza da terra nessa parte da costa do Brasil e a sua distância da Europa não permitiram que perdurassem as primeiras culturas de cana e o trabalho dos engenhos de açúcar alí iniciados. Nada descobrindo quanto a metais preciosos, os colonos portugueses, orientados pelos missionários jesuítas, transportaram-se para o planalto, nos campos de Piratininga, onde as condições de clima eram mais favoráveis e o meio oferecia recursos mais fáceis à sua subsistência.

Fundada a vila de São Paulo, sob a égide dos missionários jesuítas, e tendo o apoio dos selvagens conversos e domesticados, êsse punhado de colonos foi crescendo, contido dentro dos limites de defesa às contínuas hostilidades das tríbus inimigas que, sistematicamente, ameaçavam atacar a incipiente vila.



5 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: máxima expansão administrativa da capitania paulista (séculos XVII e XVIII), projetada sôbre o mapa do Brasil atual

O crescimento da população, em tais circunstâncias, gerou uma acentuada reação interna e uma crescente necessidade de braços para o trabalho das lavouras, indispensável à sua subsistência.

Quando essa reação atingiu a certo nível, conseguiram os habitantes de Piratininga dominar inteiramente o planalto, e formaram, então, expedições e movimentos migratórios, de fundamento nitidamente econômico, para a caça de índios e exploração do interior. Os índios

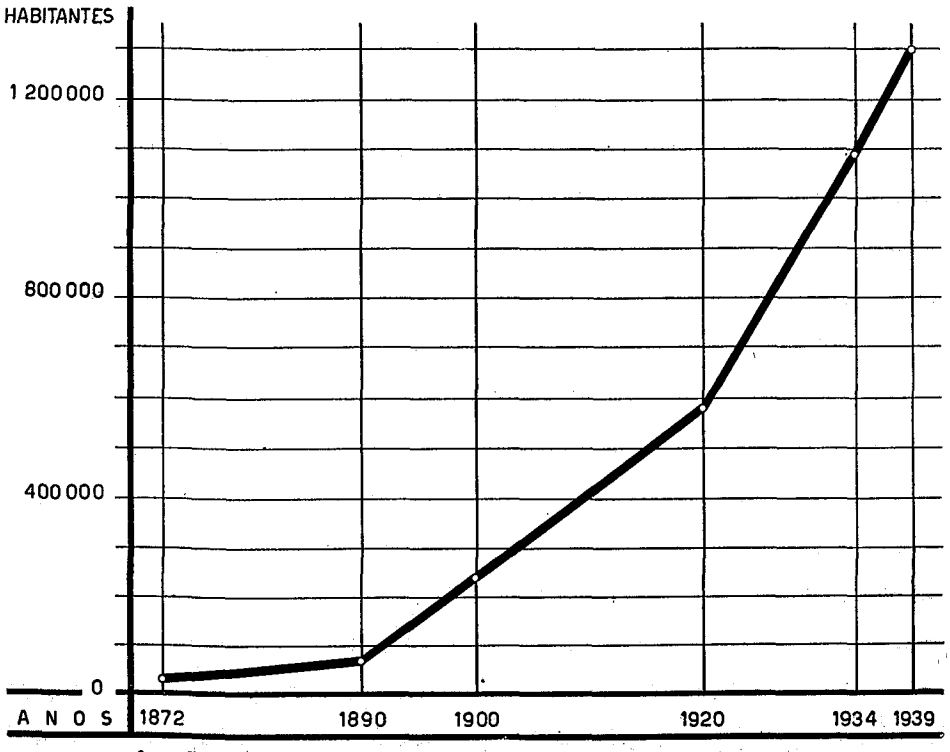
dominados e aprisionados eram levados como escravos para as lavouras de São Paulo e mesmo, em certos períodos, quando a guerra entre Portugal, Espanha e Holanda dificultava a vinda de negros africanos para a indústria do Norte, vendidos para os engenhos de açúcar do Rio de Janeiro.

Essas correntes migratórias que constituíram as bandeiras, eram verdadeiras expedições despovoadoras; mais tarde, ocupando-se da criação de gado para o provimento dos engenhos de açúcar, e quando foram descobertas minas no interior do Brasil, os paulistas passaram a repovoar grande parte das zonas que haviam despovoado.

Cooperaram, então, em conjunto com os novos imigrantes e com escravos africanos importados, na fundação de cidades no interior de Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso.

Esgotada a mineração, São Paulo viveu um período de quasi cem anos de extrema pobreza e de grandes vicissitudes, em lento e penoso reajustamento à agricultura.

Em 1865, a cidade de São Paulo, com referência à população, ocupava no Brasil o décimo segundo lugar, sendo a província considerada como de segunda ordem, inferior às de Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro e Minas Gerais.



6 — Crescimento da população da cidade de São Paulo — 1872-1939

O café em São Paulo e os movimentos de sua população

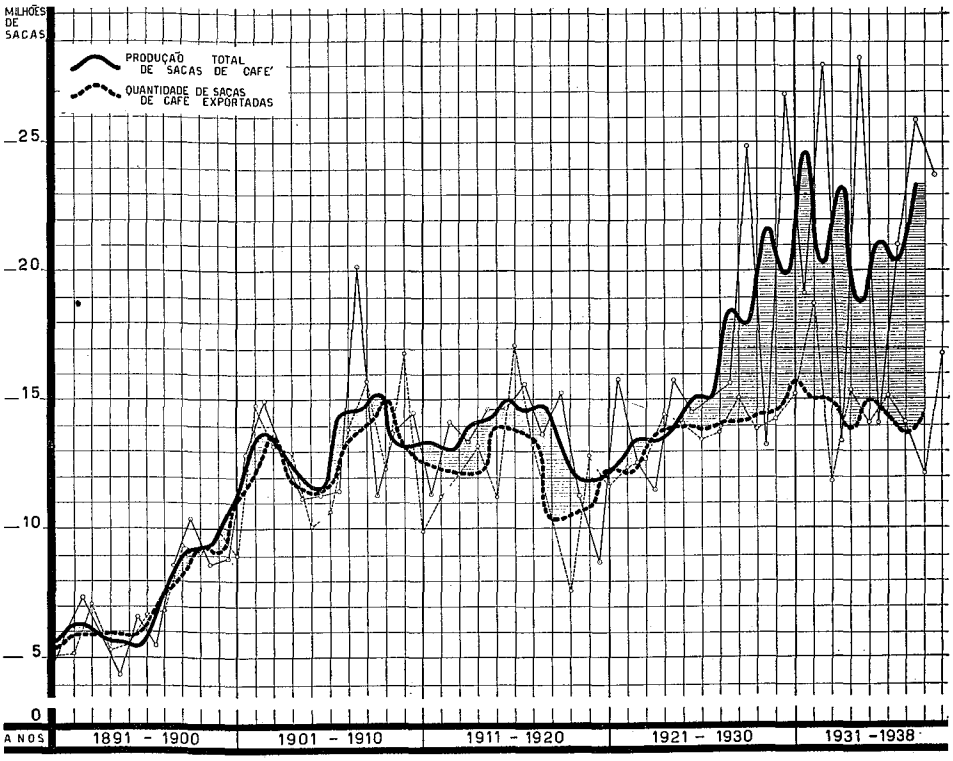
A cultura do café, demonstrando, no planalto paulista, grande rentabilidade, alastrou-se rapidamente. Os antigos habitantes da província entregaram-se intensamente à nova cultura, que também atraíu elementos do Norte, e do vale do Paraíba, de zonas já em decadência e mais próximas de São Paulo.

O planalto oferecia, porém, ótimas condições climatéricas e de subsistência ao colono europeu. E a partir de 1885 foram se registrando densas correntes imigratórias dêsse elemento que mais se intensificaram com a extinção do trabalho escravo, em 1888. Entre 1885 e 1902, São Paulo recebeu o maior afluxo de imigrantes jamais entrado no Brasil, em tal espaço de tempo: 1.033.630 indivíduos. Abriram-se vastas zonas para a cultura do café e o pôrto de Santos, desde 1894, tornou-se, ininterruptamente, o maior pôrto exportador de café do mundo.

7 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: cultura do café em São Paulo — 1850-1940

O cafeeiro pode ter vida superior a 80 anos, mas sua produção rendosa varia de conformidade com a zona, a qualidade da terra e o trato que lhe for dispensado. Os cafeeiros plantados em terras anteriormente ocupadas por matas virgens, apresentam nos primeiros anos grande rendimento e os colonos auferem também fartos lucros com a cultura

de cereais nesses humosos terrenos. Isso fomentou o notável alastramento das lavouras de café, provocando a crise de superprodução, que se vem acentuando desde o comêço dêste século.



8 — Linhas de tendência da produção e exportação de café brasileiro, em períodos trienais

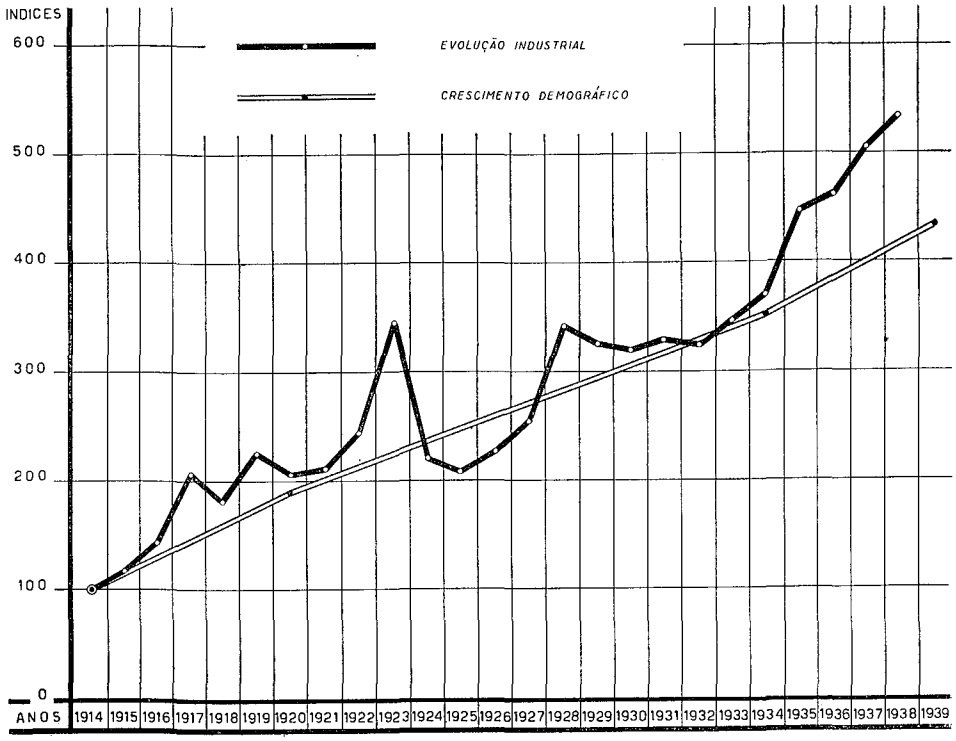
Os colonos europeus que trabalham nessa lavoura emigram continuamente para zonas novas, em cujas fazendas obteem melhores proventos, até que se fixam definitivamente em propriedades que adquirem.

Trava-se, então, uma luta econômica, dentro do próprio Estado de São Paulo, entre as suas zonas cafeeiras mais antigas e as novas que produzem o artigo em maior abundância e por menor preço. Sendo o cafeeiro uma planta de natureza perene, não proporciona a possibilidade de correções periódicas e naturais, pela diminuição do seu plantio, tal como se pode verificar nas culturas cuja plantação se renova anualmente.

A decadência das zonas velhas tem sido retardada pelas valorizações artificiais do café e atenuada pelo surto de novas culturas como o algodão e as frutas, que se aproveitam do aparelhamento econômico já existente nas lavouras do café, tais como estradas, cidades, moradias de colonos, etc.

A abundância de energia hidro-elétrica e de mão de obra capaz, e a existência de um mercado interno em contínuo aumento, facilitaram a implantação, em São Paulo, do maior parque manufatureiro da América do Sul. As repetidas desvalorizações da moeda brasileira, estimularam ainda mais o progresso dêsse parque e, em consequência, o cres-

cimento da cidade de São Paulo é um dos mais notáveis fatos demográficos e econômicos que se registram atualmente no mundo.[3]



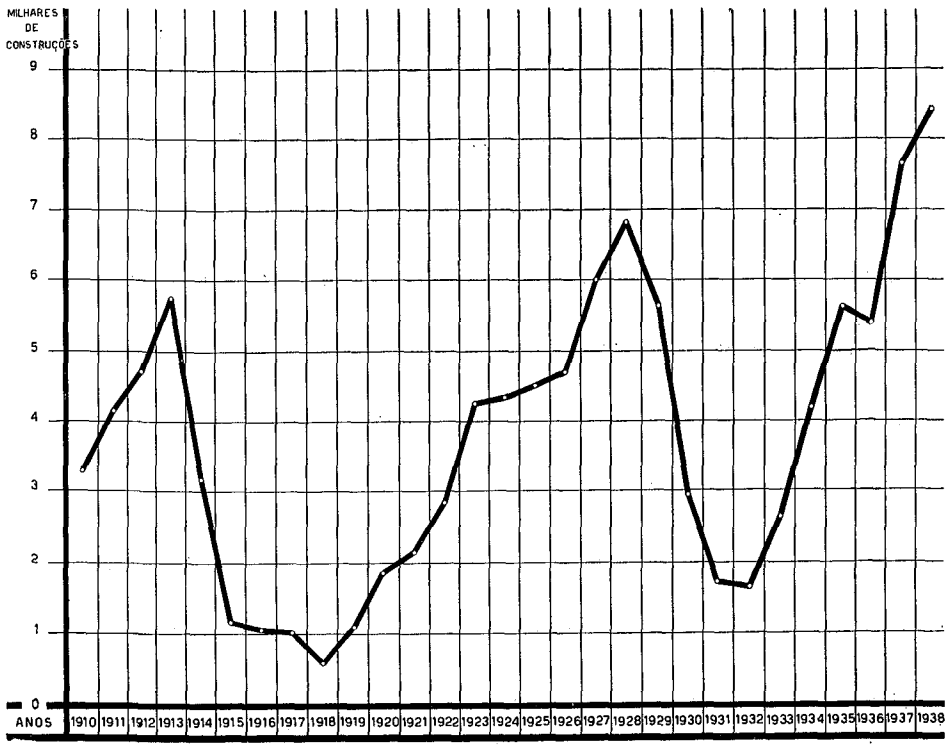
9 — A evolução industrial de São Paulo e o crescimento demográfico de sua capital, no período de 1914 a 1939

Enquanto São Paulo dependia essencialmente do café, cada crise cafeeira se refletia imediatamente no ritmo do crescimento da cidade Assim foi com a guerra, em 1914, com a geada, em 1918, e com a crise mundial de 1929. O gráfico de crescimento da cidade fixa êsses aspectos. Mas a crise de 1929 acarretou também uma grande queda nas taxas cambiais e grande diminuição no poder aquisitivo exterior do brasileiro. Êsse fato atuou fortemente no parque industrial paulista, que foi chamado a suprir grande parte de produtos industriais, de que os brasileiros precisavam, e cuja importação não se podia mais fazer. Observa-se, assim, que a crise de 1929 provocou, nos primeiros tempos, a queda da produção industrial, transformando-se, logo depois, em grande estímulo a essa produção.

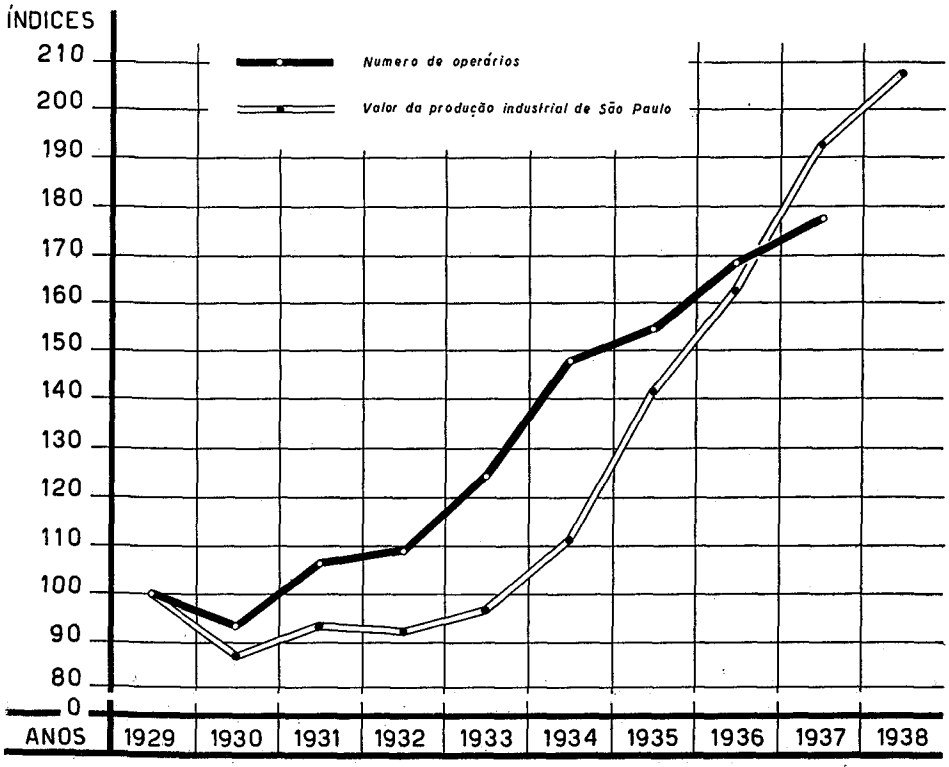
Não obstante a crise do café, o desenvolvimento de outras culturas no interior de São Paulo exige considerável mão de obra e o Estado está sofrendo, em consequência, pronunciada falta de braços. Com as restrições decretadas nos países de emigração, e no próprio Brasil, à entrada de colonos estrangeiros, os salários no interior de São Paulo teem crescido muito, atraindo, assim, a mão de obra disponível em vários Estados do Brasil, principalmente de Minas Gerais.

(3) Em São Paulo construiram-se, em 1929, 5 618 casas; em 1930, 2.922; em 1931, 1 716 e em 1932, 1 687 A partir dêsse ano houve forte reação, construindo-se, em 1938, 8 425 casas e, atualmente, 4 casas por hora !

Minas é o Estado mais populoso do país, mas a sua produção, em conjunto, é fraca; a sua topografia muito acidentada; as terras,



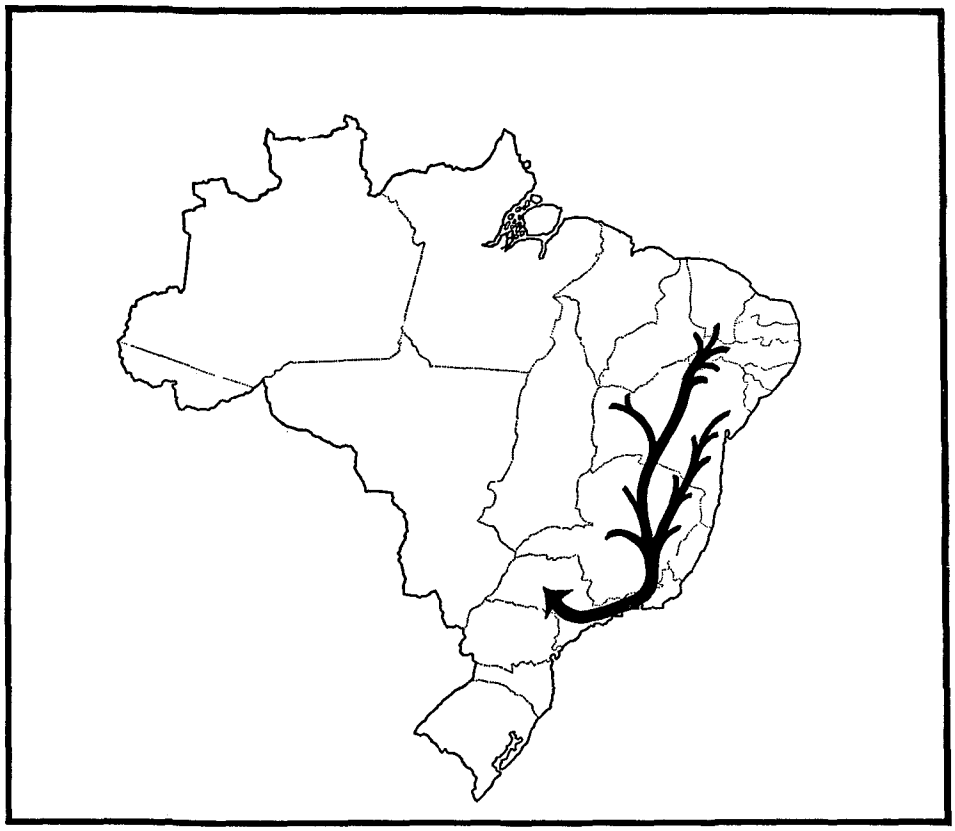
10 — Número de construções verificadas na cidade de São Paulo, no período de 1910 a 1938



11 — Número de operários e valor da produção, nas indústrias de São Paulo, no período de 1929 a 1938

principalmente nas zonas da antiga mineração, são pobres e de difícil exploração. A indústria extrativa e a mineradora não se desenvolveram em proporções suficientes, para um rendimento razoável "per capita". As zonas mais produtivas do Estado são as das vizinhanças de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se cultiva predominantemente o café.

O trabalho agrícola na fazenda de café é um mister contínuo, exigindo regularidade e disciplina. O fato do cafeeiro ser planta perene e sua maior produção se verificar em fazendas organizadas em bases comerciais, exige condições de trabalho a que já está perfeitamente afeito o colono europeu. Os trabalhadores nordestinos não se adaptam facilmente a essa cultura, pois estão habituados a trabalho menos disciplinado, qual o da criação, ou o das culturas de plantio anual e em pequenas propriedades, que em regra cultivam por conta própria. O grande desenvolvimento que vem tendo ultimamente em São Paulo a cultura do algodão, facilitou a utilização da mão de obra do Norte.



12 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: cultura do algodão em São Paulo e sêca nos sertões do Nordeste e de Minas Gerais — 1935-1939

A partir de 1938, com a grande sêca verificada principalmente nos sertões setentrionais de Minas e no sudeste da Baía, intensificou-se a corrente dessa mão de obra que, no ano de 1939, alcançou a 100.139 indivíduos, a maior cifra de migração interna havida em um ano no Brasil.

As populações flageladas pela sêca encaminharam-se para São Paulo, por via ferroviária, em sua maioria, e estipendiadas pelo govêrno do Estado. Para alcançar a estação de estrada de ferro mais próxima, muitos dêsses imigrantes caminharam a pé ou se utilizaram de outros meios de transporte, percorrendo mais de 1.000 quilômetros e chegando a São Paulo sub-alimentados e em más condições para um trabalho produtivo imediato.

13 — Emigração de elementos nortistas para o Estado de São Paulo, nos oito primeiros meses de 1939

Observam-se, assim, neste momento, em São Paulo, grandes movimentos de populações. Nas zonas cafeeiras, umas são culturas economicamente apenas equilibradas, outras registram lucros e ainda outras apresentam "deficits". Em consequência, assinalam-se contínuas emigrações das zonas deficitárias para as mais produtivas, inclusive

para o Norte do vizinho Estado do Paraná, onde, nas terras novas, se vai avantajando a produção cafeeira.

Retalham-se em São Paulo muitas propriedades, que são vendidas em lotes aos colonos já aclimatados.

É interessante, neste particular, a variação da distribuição das propriedades territoriais em diferentes épocas.[4] Existem cidades em algumas zonas novas no interior do Estado que surgem e crescem vertiginosamente, como, por exemplo, Marília. Outras zonas do sul do país estão também em franco progresso.

Rio Grande do Sul O Rio Grande do Sul foi povoado, na época colonial, no século XVIII, pelos paulistas que alí foram criar gado para o abastecimento das zonas de mineração. O govêrno português procurou intensificar a sua povoação por novos elementos portugueses, para fortalecer essa posição em face da vizinhança espanhola.

Durante o regime imperial (1828-1889) foi a região do Brasil em que instalou o Govêrno Federal o maior número de núcleos coloniais, para os quais se encaminhavam, em sua maioria, imigrantes alemães e italianos. Talvez influíssem para essa orientação os mesmos motivos dos tempos coloniais.

A política de imigração e colonização continuou a ser mantida pelo govêrno do Estado depois do advento do regime republicano. Goza êsse Estado de um clima temperado e possue terras apropriadas para a criação de gado fino e ao Norte existem florestas com madeiras de qualidade e terras apropriadas às mais variadas culturas

Níveis de vida no Brasil Há grande variedade de níveis de vida no Brasil, mas, em conjunto, a sua população é relativamente pobre.

TABELA II

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES — ESTIMATIVA PARA 1936

ATIVIDADES	EXTREMOS	MÉDIAS
Comércio	800 000 — 1.000 000	900.000
Indústria	1 000 000 — 1 500 000	1 250.000
Agricultura	8 000 000 — 10 000 000	9 000 000
Transportes (incluindo navegação e comunicações)	400 000 — 600 000	500 000
Administração pública e particular e fôrças armadas	300 000 — 400.000	350 000
Várias profissões	2 400 000 — 2 600 000	2 500 000
Sem profissão ou profissão mal definida	25 000 000 — 30 000 000	27 500 000

NOTA — A população do país calculada para 31 de Dezembro de 1936 era de 42 395 151 habitantes

(4) Em 1904, o censo agrícola indicava a existência de 56 931 propriedades no Estado de São Paulo; em 1394, existiam 274 740

TABELAS III e IV

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE E DE NÍVEL DE VIDA DAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO — 1938		CONTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA - 1937
	Industrial	Agrícola	
	(Em contos de réis)		
Acre	—	36 357	781
Amazonas	28.095	60 006	37.254
Pará	52.300	92 986	73.926
Maranhão	25.215	127.886	43.186
Piauí	6.095	85 387	26.154
Ceará	40.325	313.324	82.866
Rio Grande do Norte	17.140	141.459	41.583
Paraíba	51.890	219.319	58.873
Pernambuco	600.000	523.162	200.094
Alagoas	62.015	216.176	30.520
Sergipe	34.845	134.322	27.140
Baía	250.000	424.634	238.960
Espírito Santo	21.710	184.810	68.606
Rio de Janeiro	600.000	592 812	159.447
Distrito Federal	2.400.000	—	1.947.788
São Paulo	5.000.000	3 814.380	1 852.281
Paraná	190.644	293.136	100.666
Santa Catarina	209.356	188 593	72.692
Rio Grande do Sul	1.200.000	1.038.229	563.435
Mato Grosso	3.920	48 378	23.994
Goiaz	6.450	157 291	20.612
Minas Gerais	1.200.000	1 434 305	406.447
Brasil	**12 000 000**	**10 126 952**	**6.077 305**

UNIDADES FEDERADAS	ÍNDICES TOTAIS DE PRODUTIVIDADE (em contos de réis)	NÚMERO DE HABITANTES (estimativa para 1939)	ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE "PER CAPITA" (em mil réis)	ÍNDICES DE NÍVEL DE VIDA
Acre	37.138	122.099	304	48
Amazonas	125.355	459.747	273	43
Pará	219.212	1.676.592	131	20
Maranhão	196.287	1 258.241	156	24
Piauí	117.636	901.385	131	20
Ceará	436.515	1.746.691	250	39
Rio Grande do Norte	200.182	837.638	239	38
Paraíba	330.082	1.498.833	220	35
Pernambuco	1.323.256	3.198.671	414	66
Alagoas	308.711	1.269.521	243	38
Sergipe	196.307	571.869	343	54
Baía	913.594	4.455.288	205	32
Espírito Santo	275.126	771.016	357	56
Rio de Janeiro	1.352.259	2.183.078	619	98
Distrito Federal	4.347.788	1.896.998	2.291	365
São Paulo	10.666.661	7.305.407	1.460	232
Paraná	584.446	1.124.300	520	82
Santa Catarina	470.641	1.093.305	430	68
Rio Grande do Sul	2.801.664	3.329.588	841	134
Mato Grosso	76.292	403.390	189	30
Goiaz	184.353	812.354	227	36
Minas Gerais	3.040.752	8.086.165	376	59
Brasil	**28.204.257**	**45.002.176**	**627**	**100**

NOTA — Para comparações de caráter internacional, pode-se tomar como valor médio do dólar americano 13$000 em moeda brasileira, levada em consideração a diferença de poder aquisitivo interno e externo do mil réis.

As populações de extensas regiões do Norte do país, em clima tropical e semi-tropical, cresceram mais depressa que os recursos econômicos. Isso é devido, principalmente, ao fato de serem regiões produtoras de artigos tropicais, também produzidos na África e na Ásia, em colônias européias ou em países com padrão de vida muito baixo. O clima quente é pouco exigente em relação ao vestuário e às habitações. A alimentação é relativamente facil. Daí a quéda lenta do padrão de vida de tantos habitantes de zonas do Norte, que, cada vez mais apegados ao seu solo, não emigram, em sua maioria, por iniciativa própria, e vão perdendo, gradualmente, toda a ambição de progresso. Impera, aí, em largas áreas, uma simples economia de subsistência.

Os quadros que oferecemos, baseados na produtividade agrícola e industrial por habitante, em cada Estado, e na contribuição por habitante para o fisco federal, estadual e municipal, mostram, em valor relativo, os diferentes níveis de vida média nos vários Estados do Brasil.

O quadro contendo os salários médios dos trabalhadores agrícolas, dos industriários e dos comerciários, nessas mesmas regiões, fornece ainda outros índices da situação.

TABELA V

SALÁRIOS MÉDIOS AUFERIDOS NAS VÁRIAS ATIVIDADES

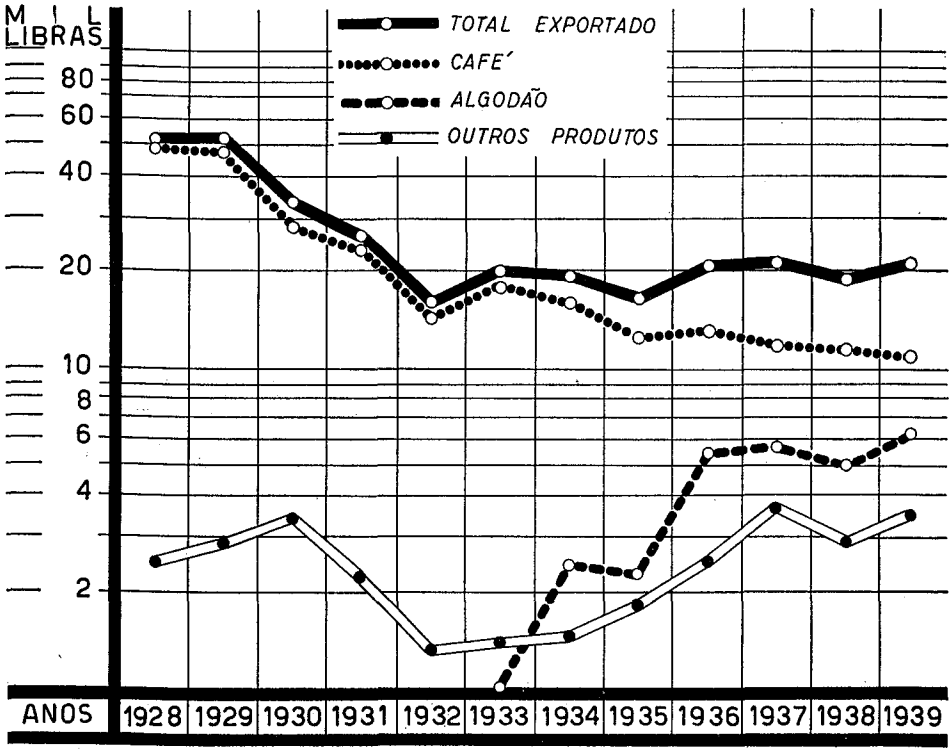
UNIDADES FEDERADAS	INDÚSTRIA (1)	COMÉRCIO (2)	AGRICULTURA (3)		VÁRIAS ATIVIDADES (4)	
			Trabalhadores	Operários qualificados	Capital	Interior
Amazonas	172$000	—	181$300	222$500	192$200	127$700
Pará	122$900	262$800	68$800	172$500	155$500	124$300
Maranhão	118$900	237$200	88$100	225$000	142$200	99$600
Piauí	117$700	237$200	86$900	210$000	124$500	126$900
Ceará	117$200	237$200	90$600	175$000	143$400	118$500
Rio Grande do Norte	119$100	301$300	103$800	205$000	156$000	159$400
Paraíba	—	301$300	88$100	177$500	152$000	98$300
Pernambuco	117$900	301$300	72$500	162$500	144$800	112$200
Alagoas	108$200	301$300	75$000	150$000	116$900	86$300
Sergipe	83$000	295$000	71$900	152$500	120$200	73$300
Baía	105$400	295$000	80$600	185$000	167$800	114$800
Espírito Santo	140$700	227$300	106$900	195$000	210$200	177$100
Rio de Janeiro	179$200	227$300	90$600	212$500	206$100	151$300
Distrito Federal	270$700	420$700	155$000	262$500	241$300	204$800
São Paulo	223$000	341$900	134$400	240$000	220$600	170$100
Paraná	205$100	256$800	145$600	227$500	172$900	179$900
Santa Catarina	185$100	256$800	121$900	220$000	153$200	154$400
Rio Grande do Sul	219$800	314$400	118$800	225$000	212$800	186$900
Mato Grosso	229$500	341$900	153$100	375$000	173$000	203$200
Goiaz	—	216$300	87$500	250$000	114$900	90$300
Minas Gerais	152$800	216$300	85$000	202$500	181$800	135$600

NOTA — Pretendendo o Govêrno brasileiro decretar salários mínimos para as várias regiões do país, e estando também em funcionamento os institutos de previdência social para o comércio, indústria e transportes, os dados acima foram obtidos das várias organizações em funcionamento para êsses serviços, a saber: (1) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. (2) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (3) Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura. (4) Inquérito de Salário Mínimo (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho)

As grandes obras efetuadas pelo Govêrno Federal para atenuar os efeitos da sêca, abrangendo vultosas construções e volumosos depósitos de água e grande número de estradas de rodagem, melhoraram, de mui-

to, a situação dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com essas obras, os flagelados em numerosas regiões podem-se abrigar junto aos açudes, ser rapidamente socorridos ou mesmo deslocar-se facilmente para a costa, pelas modernas estradas construídas. As consideraveis somas alí dispendidas criaram novos meios de vida, e, em consequência, verifica-se menor emigração das populações das zonas assim beneficiadas.[5]

Constituem esses trabalhos uma experiência, em larga escala, do concurso de recursos nacionais para a melhoria das condições econômicas locais. O tempo demonstrará se as grandes somas alí dispendidas serão justificadas pelos resultados obtidos ou se seriam melhor empregadas, ao menos em parte, promovendo a maior emigração e reajustamentos das populações para zonas mais favorecidas pela natureza.



14 — Exportação de São Paulo para o estrangeiro, no período de 1928 a 1939

O padrão de vida nos sertões de Minas Gerais e Baía é, em geral, muito baixo, pois alí não existem culturas de valor, servindo de base a um comércio interno ou externo. Como regra geral, pode-se observar que o padrão de vida é tanto mais baixo quanto mais próximo está a população do regime da economia para consumo próprio. Com a divisão de trabalho, característica da civilização moderna, os povos afastados deste regime dispõem cada vez menos das utilidades de uso corrente

(5) Nas obras realizadas contra a sêca, intensificadas nos períodos compreendidos entre 1920 e 1923 e de 1931 até o presente, foram dispendidos até agora acima de 1 000 000 de contos de réis, estando concluídos até 1938 cêrca de 117 açudes públicos e 136 açudes por cooperação, com a capacidade total de armazenamento de 1 928.219 220 m. cub ; mais de 3 000 klms de estradas de rodagem; 473 poços públicos e 969 poços por cooperação, aproveitados, com a profundidade total de 63.000 metros.

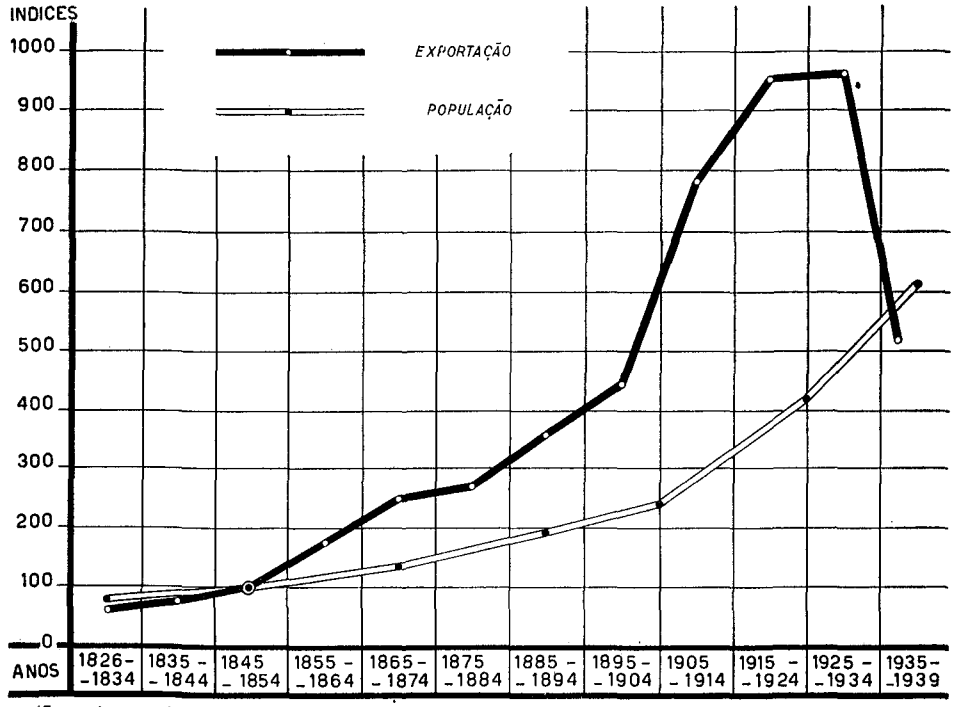
entre os civilizados e o seu padrão de vida, dependendo de uma simples economia de subsistência, vai progressivamente alcançando níveis sempre mais baixos.

No Estado de São Paulo, enquanto vigorou o regime da monocultura do café, a cada queda das suas cotações correspondia uma crise, em todo o Estado e em todas as manifestações de suas atividades. No comêço do século XX, quando surgiram os primeiros sinais de superprodução, com uma violenta baixa nos preços, várias fazendas foram abandonadas, cessando o plantio que vinha sendo feito em ritmo acelerado e houve forte êxodo de colonos do interior para a capital. Em consequência, durante alguns anos no comêço do século, registraram-se também maiores saídas de colonos do Estado do que entradas de novos imigrantes.

Êsses primeiros afluxos de colonos para a cidade favoreceram a implantação do parque industrial na capital do Estado.

O crescimento da receita pública de São Paulo paralisou-se, praticamente, durante um septênio (1899-1906) devido a essa primeira grande crise de café. No regime de economia eclética, que hoje impera, já não se faz sentir, no Estado, tão intensamente, a crise do café e o mercado interno está se tornando mais interessante para a lavoura, indústria e comércio do Estado do que a própria exportação ! [6]

Êsse novo regime proporcionará, para a população de São Paulo, condições de equilíbrio econômico muito mais estáveis.



15 — A exportação do Brasil e o crescimento de sua população no período de 1826 a 1939

(6) Na produção total do Estado, o café representou, em 1939, apenas 15 % e os produtos exportados, 25 %.

Observa-se ainda, no país, o fenômeno mundialmente fixado das migrações para as cidades, as quais, no entanto, não são ainda, aquí, de molde a prejudicar a cultura dos campos.

No Rio de Janeiro se tem verificado grande crescimento da cidade, graças, principalmente, a estarem alí sediados o Govêrno Federal e importantes departamentos de sua administração. A cidade tem crescido mais depressa do que os meios de sua subsistência e daí a tendência observada para o aumento do funcionalismo público e para a intervenção dos poderes públicos no controle dos preços dos gêneros básicos de alimentação e aluguéis de moradias.[7]

Conclusões brasileiras Do exposto, podem-se tirar algumas conclusões que encontrarão, por certo, aplicação em muitas outras nações latino-americanas:

1 — As populações existentes no período pré-colombiano eram essencialmente nômades e deslocavam-se à medida que se esgotavam os recursos econômicos nas regiões onde acampavam;

2 — a ocupação européia fixou-se no Brasil, em zonas mais próprias, na época, para a produção dos produtos de maior rentabilidade;

3 — a importação de escravos negros e a escravização de índios obedeceram a imperativos de ordem econômica para o desenvolvimento de culturas essencialmente tropicais;

4 — a colonização européia, em grande escala, só se processou nas regiões em que o clima se mostrou favorável e em que foi possível o desenvolvimento de atividades apropriadas a seus hábitos e aptidões;

5 — fatores econômicos, de ordem internacional, ou fenômenos de exhaustão, teem enfraquecido consideravelmente os recursos econômicos de várias regiões em que se fixaram, no passado, muitas levas de colonos;

6 — nessas zonas, as populações resultantes do cruzamento dos primeiros colonos com os habitantes autóctones, ou com os africanos, são profundamente apegadas às localidades onde vivem e emigram muito mais estimuladas por cruéis crises econômicas do que por ambição de melhoria do seu padrão de vida;

7 — não obstante essa circunstância, observam-se contínuas migrações internas, não só de correntes provenientes dessas zonas, como também dentro das próprias regiões, onde se registra melhor padrão de vida;

(7) Os gráficos e tabelas que incluímos fornecem vários outros esclarecimentos que deixamos de comentar para não estender esta exposição além dos limites fixados pelo regulamento do Congresso.

8 — as migrações espontâneas das regiões em que existe pressão demográfica, principalmente pela pequena produtividade, veem, porém, se processando com relativa lentidão, não somente pelo apêgo dos habitantes ao seu torrão natal e outros motivos de ordem psicológica, como pelo atraso de seu nível cultural e pelas dificuldades de transportes;

9 — as autoridades públicas poderiam fazer apressar muitas dessas migrações, cujo retardamento atrasa o reajustamento de grande parte das populações a melhores condições de vida, criando porém, antes, todo um sistema de adaptação das culturas das populações que emigram às novas condições com que vão deparar;

10 — as experiências já efetuadas, com a exploração das várias regiões do país, fornecem os elementos necessários à determinação das que mais se prestam à fixação das maiores populações, do gênero de trabalho capaz de proporcionar os mais fáceis meios de vida e dos processos de reajustamento que se tornam necessários.

Migrações planificadas Os conhecimentos já existentes da geografia humana da geografia econômica e as observações diretas dos fatos estão, pois, a demonstrar que é possível melhorar consideravelmente a situação geral do Brasil pelas migrações internas, cientificamente organizadas, completadas por imigrações de elementos estrangeiros selecionados.

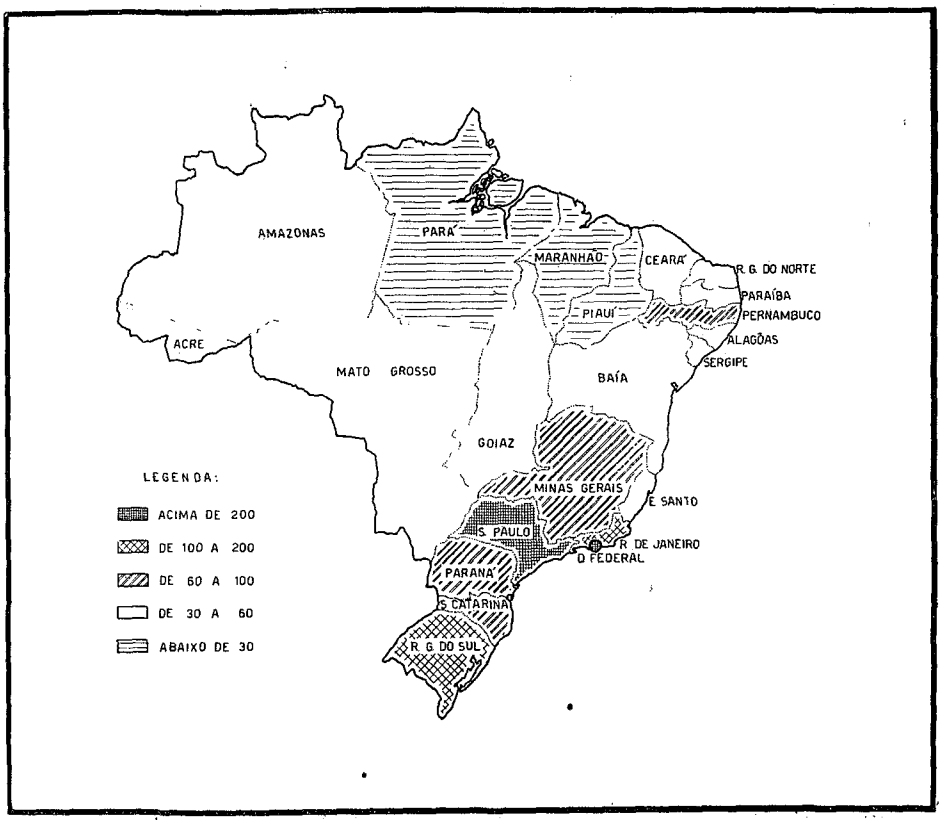
As emprêsas japonesas de colonização existentes em São Paulo e em algumas outras regiões do Brasil oferecem um exemplo frisante de como pode prosperar rapidamente qualquer colono cientificamente orientado sôbre os processos de cultura e o emprêgo de suas atividades e devidamente apoiado em modernos aparelhamentos econômicos.

As experiências já realizadas e o progresso de vários núcleos coloniais criados e desenvolvidos pelos governos do Estado e Federal comprovam também essa asserção.

Todo grande plano colonizador demanda, porém, para sua execução, em cooperação com técnicos especializados, vasta soma de recursos; daí as dificuldades para as nações americanas, que lutam com falta de capitais, de estabelecer grandes colonizações planificadas. Está, porém, no próprio interêsse dos governos situar os maiores núcleos de população nas zonas mais produtivas, dotadas dos melhores aparelhamentos, vias de comunicação, etc., pois que daí resultam o menor desperdício dos serviços públicos, o maior bem-estar para as populações, a mais rápida formação de capitais, evitando-se ainda o gasto de dinheiros públicos em zonas longínquas do país, onde, ainda por muito tempo, o padrão de vida não poderá ser melhorado.

Pode ser necessária a manutenção de certos núcleos coloniais, em pontos estratégicos do país, para melhor assegurar a efetiva ocupação

da terra, mas aí se justifica o dispêndio pelos poderes públicos com os cuidados da técnica e da ciência para que as populações, assim localizadas pelo interêsse nacional, gozem de padrão de vida condizente com a dignidade humana.



16 — Índices dos níveis de vida das populações das várias Unidades Federadas, em relação ao nível de vida médio de todo o país (com tolerância de 3 %)

No mapa que organizámos, indicativo dos níveis de vida relativos nos vários Estados do Brasil, adotámos como base de estimação os rendimentos brutos agrícolas e industriais, por habitante, e mais a contribuição de cada um dêstes para o erário público. Não temos elementos, como nos Estados Unidos, para determinar, por outra forma, os índices do nível de vida. De fato, em estudos feitos naquele país tomaram-se para êsses índices comparativos em cada região os números relativos aos contribuintes do imposto de renda e aos possuidores de rádios e telefones. Nos outros países do continente americano, tal critério não seria possível. Como a nação está altamente interessada na produtividade de todos os seus filhos e na contribuição equitativa de cada um para a manutenção dos encargos públicos, pensamos que o método que adotámos oferece ainda elementos de acôrdo com os objetivos que visamos. O índice da vida deixa de tomar um caráter estritamente individual para ser um índice de média social.

Estudos regionais comparativos poderiam ser feitos mediante determinação dos mesmos elementos para cada município do Brasil. Como o critério para a organização do município é a existência de recursos capazes de lhe assegurarem uma certa autonomia, é provável que cada levantamento dessa ordem abranja uma região econômica caracteristicamente individualizada.

Como complemento da execução de um programa de migrações planificadas, impõe-se a determinação periódica dos níveis de vida, afim de que se possam avaliar dos efeitos de tal política.[8] A existência, porém, no mesmo país, de zonas com nível de vida relativamente elevado, com falta de mão de obra, e de outras zonas com nível de vida muito baixo, com registro de grande desemprêgo, está a indicar que se justifica e se impõe uma intervenção governamental para o acêrto da situação.

Recursos econômicos e política pan-americana de migrações

Os níveis de vida econômicos e sociais dos diferentes povos influem de tal forma na vida das nações que os abrigam que as relações econômicas e sociais entre as nações, ainda que sejam juridicamente estabelecidas em bases de igualdade e reciprocidade, se traduzem, de fato, na prática, em profundas desigualdades oriundas dessas diferenciações de níveis de progresso. Conforme referência que fizemos no inicio desta tese, as nações mais adiantadas teem o maior interêsse em que os níveis de vida dos vários povos alcancem rapidamente um padrão de bem-estar necessário à felicidade humana. Daí só pode resultar a melhoria das relações culturais e econômicas entre os vários povos e maior compreensão recíproca, geradora de condições favoráveis a um estado permanente de paz.

O govêrno brasileiro já teve oportunidade de apresentar, na Conferência Internacional da Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936, u'a moção que foi unanimemente aprovada pelos delegados de todo o continente americano, consubstanciada na seguinte recomendação:

> "A Conferência Internacional de Consolidação da Paz recomenda:
>
> Aos Governos nela representados, que promovam, quanto antes, uma investigação sôbre o nível de vida e os índices econômicos das diversas regiões dentro das suas fronteiras.
>
> A União Pan-americana ficará incumbida de fixar as diretrizes a que deverão se ajustar essas investigações e coordenar os seus resultados em bases que os tornem, no que for possível, suscetíveis de estudo e comparação. Êsses estudos se realizarão sem prejuízo dos que faça o Bureau Internacional do Trabalho e serão acrescentados aos de Genebra".[9]

---

(8) A Constituição Brasileira de 1934 continha um dispositivo, proposto pelo autor dêste trabalho, estabelecendo a obrigatoriedade, pelos poderes públicos, do levantamento periódico dos níveis de vida em todo o país

(9) A convite de S Excia, o Sr Embaixador J C. de Macedo Soares, então Ministro do Exterior do Brasil, o autor destas linhas redigiu esta indicação e sua justificação

No recente Congresso Pan-americano, reunido em Lima, foram votados os recursos necessários à efetivação dessa proposta.

Conhecidos os resultados dêsse inquérito, além de outros objetivos, servirão êles de guia para o estudo da redistribuição das populações dentro de cada país americano e, eventualmente, para nortear o auxílio dos mais ricos aos menos abastados dêsses países, com o elevado objetivo de concorrerem para a melhoria dos recursos econômicos nas regiões mais necessitadas do continente.

A Sociedade das Nações, talvez influenciada pela recomendação do Congresso de Buenos Aires, adotou, na assembléia de Outubro de 1937, uma orientação semelhante, determinando a necessidade de um estudo de níveis de vida entre as várias populações do mundo.

É possível que um dos fatores de correção dêsses níveis internacionais esteja nas migrações. Os países europeus, em passado recente, facilitavam as emigrações do excesso de suas populações, melhorando, assim, o nível de vida dos que ficavam e, ao mesmo passo, proporcionando novas oportunidades de progresso aos que saíam.

Dentro do continente americano, só talvez os Estados Unidos tem, em certas regiões, pressão demográfica que justifique uma emigração. [10] Os demais precisam ainda promover migrações internas e imigrações de ráças apropriadas, para a valorização e desenvolvimento de suas próprias terras.

Em aditamento às conclusões a que já chegámos, podemos, pois, acrescentar algumas outras de ordem mais geral:

I — Na evolução da vida econômica e social das várias regiões do continente americano, deve-se ter em vista a manutenção de uma relação harmoniosa entre as populações e os seus recursos econômicos;

II — para êsse fim, impõe-se um estudo permanente dos níveis de vida nas várias regiões, mediante inquérito adequado sôbre as condições locais;

III — baseados nesses estudos e nas experiências oriundas das observações diretas, os governos devem promover migrações internas, retirando de zonas em decadência os excessos de população e facilitando o seu reajustamento e concentração em zonas onde existam maiores recursos econômicos e maiores possibilidades de progresso;

---

(10) Uma afirmativa nesse sentido não teria a confirmação do National Resources Committee, que assim se exprime em recente trabalho: "Evidence already presented shows that the United States as a whole is not overpopulated, relative to other nations Pressure of total population on natural resources in this country is not so great as seriously to hamper continued economic expansion and a rise in the general level of living, through more efficient economy The data on regional variations in the distribution of goods and services to be introduced in this chapter will show, however, that in some parts of the country the pressure of population on economic resources is already a basic factor in causing low levels of living or even widespread chronic poverty"

IV — conhecidos os resultados dêsses inquéritos e estabelecidas as bases comuns de comparação, as nações mais bem aparelhadas devem ainda facilitar o equipamento e o levantamento do nível de vida dos demais povos, para evitar formações de focos de empobrecimento e descontentamento dentro do continente americano;

V — eventualmente, serão ainda estudadas as possibilidades de migrações internacionais, intra-continentais e ínter-continentais, no sentido de corrigir os desequilíbrios locais entre as populações e os recursos econômicos.

BIBLIOGRAFIA — *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* — Dados e informações; *Serviço de Estatística Econômica e Financeira* — Quadros estatísticos; *Boletins do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo; Boletins da Inspetoria de Obras contra as Sêcas; National Resources Committee* — The Problems of a Changing Population, 1938; *Societé des Nations* — Etudes sur les Niveaux de Vie, *Annales du Congrés International de la Population* — Paris, 1938; *Carter Goodrich and Others* — Migration and Economic Opportunity; *C. Warren Thornthwaite* — Internal Migration in the United States, *Carter Goodrich, B. W. Allin and Marion Hayes* — Migration and Plan of Living; *Preston E. James* — The Changing Patterns of Population in São Paulo, O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil; *Samuel H. Lowrie* — Origens da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais, Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo; *J. F. Normano* — Brasil, A Study of Economic Types; *P. Deffontaines* — Geografia Humana do Brasil, *Pierre Monbeig* — La Population de l'Etat de São Paulo; *Gaston Bouthol* — La Population dans le Monde; *Affonso d'E. Taunay* — História do Café; *Afrânio Peixoto* — Clima e Saúde, *José Carlos de Macedo Soares* — A Borracha; *Oliveira Viana* — Raças e assimilação; *Sérgio Milliet* — O Roteiro do Café; *Henrique Dória de Vasconcelos* — A Imigração; *Umberto Dantas* — As migrações internas; *Jorge Martins Rodrigues* — São Paulo de Ontem e de Hoje; *Roberto Simonsen* — História econômica do Brasil, Padrão de vida e outras realidades brasileiras, Aspectos da história econômica do café, Evolução industrial do Brasil.

Recensear é sondar as perspectivas futuras através das realidades presentes

GIORGIO MORTARA
(Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional)

ESTUDOS SÔBRE A UTILIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA A RECONSTRUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO BRASIL

II CONJETURAS SÔBRE OS NÍVEIS DA NATALIDADE E DA MORTALIDADE NO BRASIL NO PERÍODO 1870-1920

SUMÁRIO — 1 Aumento total e aumento natural da população no período 1870-1920 Cálculo da taxa média anual de aumento natural — 2 Relação entre a taxa de aumento natural e as de natalidade e mortalidade — 3 Ensaio de estimativa da mortalidade com o auxílio da tábua de sobrevivência BC cap — 4 Induções em tôrno da mortalidade, fundadas nas comparações internacionais — 5 Consequentes induções em tôrno da natalidade — 6. Verificação das precedentes induções pelo exame comparativo internacional das estatísticas da natalidade — 7 Induções sôbre a natalidade sugeridas pela análise do censo de 1920 — 8 Proporções entre os recenseados nas primeiras idades e a população média nos últimos anos precedentes ao censo: comparações internacionais — 9 Comparações com os censos brasileiros anteriores ao de 1920 — 10 Cálculo estimativo dos nascimentos nos trinta anos precedentes ao censo de 1920, por meio dos dados censitários sôbre a população, por idade, e de apropriados coeficientes de sobrevivência. — 11 Cálculos de controle — 12 Outro cálculo, por meio dos coeficientes tirados da tábua BC cap — 13. Cálculos análogos por meio dos elementos fornecidos pelos censos de 1890, 1872 e 1900. Conclusão — 14 Estimativas da natalidade nas várias regiões do Brasil

1 AUMENTO TOTAL E AUMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 1870-1920 — CÁLCULO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE AUMENTO NATURAL

NOS cinquenta anos precedentes ao censo de 1920, a população do Brasil aumentara de 20,8 milhões, subindo de 9,8 a 30,6 milhões de habitantes.

Neste período semissecular, as estatísticas brasileiras[1] registraram uma imigração total intercontinental de cêrca de 3,4 milhões de pessoas. As estatísticas dos países de emigração confirmam a ordem de grandeza dêste dado. Em consideração às eventuais lacunas das estatísticas, e tendo em conta a imigração continental e a imigração clandestina, pode-se avaliar num máximo de cêrca de 4 milhões o número total dos imigrados, no Brasil, naquele período.

Uma parte dêstes imigrados regressou aos países de origem ou passou a outros, mas a maior parte deles ficou no Brasil. Examinados os dados dos censos brasileiros sôbre a população de origem estrangeira,[2]

---

(1) Resumidas por I FERENCZI, *International Migrations* (New York, National Bureau of Economic Research, 1929), págs 236-237

(2) A população "estrangeira" (inclusive os naturalizados brasileiros) foi dada como de 1 565.961, pelo censo de 1920 Havia sido de 1 256.806 em 1900, de 351 545 em 1890 e de 388 459 em 1872 As cifras de 1890 estão sem dúvida erradas, por falta; o número dos estrangeiros existentes no Brasil, naquela época, devia ser muito maior: talvez o duplo do indicado pelo censo,

e os dados dos países de emigração sôbre os repatriados do Brasil,[3] e avaliada aproximadamente a mortalidade dos imigrados neste país,[4] pode-se estimar em 2,2 - 2,4 milhões o aumento conseguido pela população brasileira, nos cinquenta anos considerados, por excedente das imigrações sôbre as emigrações.

Subtraindo do aumento total de 20,8 milhões de habitantes o aumento por migrações, estimado em 2,3 milhões, pode-se agora determinar em 18,5 milhões no total, e em 370.000 na média anual, o aumento por excedente dos nascimentos sôbre os óbitos.

Sendo avaliada em cêrca de 17,5 milhões a população média do Brasil no período semissecular,[5] a taxa média aritmética anual de aumento natural da população, correspondente ao número absoluto acima indicado, é de cêrca de 21 por 1.000 habitantes.

2 RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE AUMENTO NATURAL E AS DE NATALIDADE E MORTALIDADE

Conhecida a taxa de aumento natural, torna-se possível calcular a de natalidade, se for sabida a de mortalidade, ou vice-versa. Com efeito, a taxa de incremento natural (que pode ser positiva, isto é, taxa de aumento, como no caso, ou negativa, a saber, taxa de diminuição), é a diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade.

Faltando uma estatística aceitável dos óbitos, no Brasil, durante o período considerado, não se pode calcular diretamente a taxa de mortalidade. Todavia, as informações disponíveis permitem tentar uma estimativa.

3 ENSAIO DE ESTIMATIVA DA MORTALIDADE COM O AUXÍLIO DA TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA BC cap

Um primeiro elemento de informação, de grande valor, é oferecido pela tábua de mortalidade e sobrevivência para as populações do Dis-

---

(3) Na maior parte dos países de emigração, as estatísticas dos repatriados são muito mais incompletas que as dos emigrados Os dados disponíveis, porém, bastam para mostrar a importância das correntes de refluxo

As estatísticas italianas para os anos 1887-1901 registram, em confronto com 825 000 emigrados para o Brasil, 152.000 repatriados dêste país; as estatísticas, mais fidedignas, para os anos 1902-1925, registram 254 000 emigrados e 248.000 repatriados O número dos imigrantes italianos chegados ao Brasil nestes períodos, segundo as estatísticas brasileiras, é, respectivamente, de 951 000 e 352 000. Vide FERENCZI, *op cit*, págs 550-552, 828-830, 835; COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, *Annuario Statistico della Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925*, Roma, 1926, pág 1077

As estatísticas portuguesas dos anos 1920-1924, registram 131 000 emigrados para o Brasil e 83 000 repatriados Vide FERENCZI, *op cit*, pág 846

Segundo as estatísticas espanholas, o número dos passageiros embarcados para o Brasil seria de 87 000 no período 1882-1899 e de 19 000 no 1914-1920; o número dos passageiros desembarcados procedentes do Brasil seria, respectivamente, de 14 000 e 30 000 Vide FERENCZI, *op cit*, págs 850-858

Os dados referidos mostram quanto varia de país a país e de época a época a proporção dos repatriados, em relação aos emigrados

(4) Segundo um nosso cálculo de larga aproximação, o número dos óbitos de estrangeiros no Brasil, nos cinquenta anos precedentes ao censo de 1920, seria da ordem de 1,0 - 1,2 milhões No começo dêste período, havia no Brasil 0,3-0,5 milhões de estrangeiros; no curso dele imigraram 3,6-4,0 e faleceram 1,0-1,2 milhões. Sendo de 1,6 milhões o número dos estrangeiros no fim do período, pode-se estimar em 1,4-1,6 milhões o número dos que reemigraram nos cinquenta anos

(5) A população média aritmética do período de trinta anos 1º-IX-1890 - 31-VIII-1920 resulta em 17 135 000 habitantes se o cálculo se funda sôbre os dados de população estimados pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ("dados oficiais") Julgando, porém, errados por falta os resultados do censo de 1900, fizemos outro cálculo da população supondo constante a taxa de crescimento médio geométrico anual entre os censos de 1890 e de 1920: conforme esta hipótese, a população média do citado período de trinta anos fica modificada em 17 566 000 habitantes

trito Federal e de algumas capitais, em 1920, calculada por Bulhões Carvalho.[6]

Aplicando à população do Brasil recenseada em 1920 as taxas de mortalidade por grupos quinquenais de idade[7] deduzidas da aludida tábua (que vamos designar, por abreviação, como tábua *BC cap.*), obtém-se uma estimativa do número anual dos óbitos, que, posta em relação à população recenseada, indica uma taxa de 25,4 por 1.000 habitantes. Esta seria a taxa de mortalidade no Brasil em 1920, se em todas as idades a probabilidade de morte na população total coincidisse com a apurada nas populações urbanas.

Advirta-se que, segundo o abalizado autor da tábua citada, a mortalidade média no Brasil seria superior à indicada pela mesma tábua.[8] Se esta opinião for plausível na aplicação ao ano de 1920, melhormente o será quanto à mortalidade brasileira média do período 1.º-IX-1870-31-VIII-1920, sem dúvida superior à daquele ano. Fica logo confirmada a hipótese de que esta mortalidade média tenha pelo menos atingido o nível de 25 por 1.000 habitantes.

4 INDUÇÕES EM TÔRNO DA MORTALIDADE, FUNDADAS NAS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

As comparações internacionais comprovam o fundamento dessa hipótese.[9] No decênio 1891-1900, que aproximadamente coincide com o intervalo central do período semissecular precedente ao censo brasileiro de 1920, a taxa de mortalidade no Chile atingiu 30,7 por 1.000 habitantes, ainda no decênio seguinte, chegou, no México, a 32,8 por 1.000.

Sôbre a maior parte dos demais países da América Latina faltam notícias fidedignas. Mas para a Europa há estatísticas aceitáveis. No decênio 1891-1900, a taxa média anual de mortalidade foi de 34,1 por 1.000 habitantes na Rússia européia, de 29,9 na Hungria, de 29,5 na Espanha, de 29,2 na Rumânia, de 27,0 na Sérvia, de 26,6 na Áustria, de 26,0 na Bulgária, de 24,2 na Itália.

---

(6) Na introdução ao Tomo I da 2.ª parte do Volume IV do *Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de Setembro de 1920*, publicado em 1928 pela DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, o Dr BULHÕES CARVALHO apresentou seis tábuas de mortalidade e de sobrevivência, deduzidas do confronto dos óbitos registrados em 1920 com a população recenseada em 1º de Setembro do mesmo ano. Três destas tábuas (respectivamente para os homens, as mulheres e a população total) referem-se à população do Distrito Federal, isoladamente considerada; as três outras referem-se à população reunida do Distrito Federal e de algumas capitais de Estados (vide op cit págs. LXI-LXVI) Em nossas elaborações utilizámos as tábuas para a população total, sem distinção de sexo, as quais indicaremos respectivamente como tábua *BC d f* e tábua *BC cap*

(7) Indicando l_x o número dos sobreviventes no x^{mo} aniversário segundo a tábua de sobrevivência, a taxa de mortalidade a que se refere o texto consta da fórmula:

$$\frac{l_x - l_{x+5}}{0{,}5\,(l_x + l_{x+5}) + l_{x+1} + l_{x+2} + l_{x+3} + l_{x+4}}$$

Conforme a fórmula precedente, foram calculadas as taxas deduzidas da tábua *BC cap*

Para aplicá-las à população recenseada, foi preciso cindir em grupos quinquenais, mediante interpolação parabólica, os grupos decenais constantes do censo nas idades além do trigésimo aniversário

A cada grupo quinquenal foi aplicada a taxa respectiva, obtendo-se assim o número dos óbitos; a soma dos números obtidos, isto é, o total dos óbitos, dividida pela população total, deu a taxa de 25,4 por 1 000 habitantes, referida no texto

(8) "O valor numérico da vida média depende, como é natural, da mortalidade geral, da mortalidade infantil e também da natalidade Ora, sendo tais fatores demográficos nas localidades do Brasil, já indicadas, numericamente menores que no interior do país, deve-se concluir que, aceitando a vida média como foi obtida, aceitam-se algarismos mais elevados que os verdadeiros; o que quer dizer que, em tal hipótese, é exagerada a vida média calculada para o Brasil " (*op cit*, pág LXXVI) Cumpre esclarecer que a natalidade *não influe diretamente* sôbre a vida média; o ilustre autor quís aludir à *influência indireta*, sendo em geral mais alta a mortalidade infantil onde está mais alta a natalidade

(9) Os dados expostos são deduzidos da *Statistique Internationale du Mouvement de la Population*, Vol. I (Paris, 1907) e Vol II (Paris, 1913), compilada e publicada pela STATISTIQUE GENERALE DE LA FRANCE.

Nos países europeus cujas condições sociais e higiênicas menos se afastavam das do Brasil, as taxas de mortalidade no período examinado superavam o nível de 25 por 1.000 habitantes.

5. CONSEQUENTES INDUÇÕES EM TÔRNO DA NATALIDADE

Lembrando a relação existente entre a taxa de mortalidade, a de aumento natural e a de natalidade (que é igual à soma das duas precedentes), estamos agora no ponto de tentar uma estimativa da natalidade no Brasil. Com efeito, tendo acertado uma taxa média anual de aumento natural da população de 21 por 1.000 habitantes, e tendo fixado a taxa de mortalidade num mínimo de 25 por 1.000, podemos avaliar, por adição destas duas taxas, num mínimo de 46 por 1.000 habitantes, a taxa de natalidade média do período semissecular.

Querendo proceder com prudência, podemos estimar em 25-30 por 1.000 habitantes a mortalidade e 45-50 por 1.000 a natalidade.[10]

6 VERIFICAÇÃO DAS PRECEDENTES INDUÇÕES PELO EXAME COMPARATIVO INTERNACIONAL DAS ESTATÍSTICAS DA NATALIDADE

Uma taxa de natalidade de 45-50 por 1.000 habitantes parece muito alta; em comparação às taxas atuais de quasi todos os países europeus e de alguns extra-europeus poderia até parecer incrível. Todavia, recuando no tempo, encontram-se dados daquela ordem de grandeza, não somente na forma de "pontas" excepcionais e estreitamente localizadas, como também na de médias de longos períodos para populações numerosas.[11]

O exemplo mais notável é o da Rússia Européia, que, no intervalo de trinta anos, ou seja de 1871 a 1900, registrou uma taxa média anual de 50,0 nascimentos[12] por 1.000 habitantes, e ainda no decênio seguinte, de 1901 a 1910, alcançou 46,8 por 1.000. Outras altas taxas médias de natalidade do período 1871-1900 foram as de 43,4 na Croácia-Eslovênia, de 42,8 na Hungria e de 42,7 na Sérvia. Ainda no decênio 1901-1910, a natalidade na Bulgária atingiu a 41,4 por 1.000 habitantes.[13]

Depois da grande guerra, apesar da difusão do costume da limitação voluntária da prole, ainda se encontram em alguns países taxas de natalidade superiores a 40 por 1.000. Na Europa, a República Socialista Soviética Russa tinha em 1925 uma natalidade de 44,7; nos outros continentes, no decênio 1921-1930, as mais altas entre as taxas conhecidas eram as de 47,6 na Palestina,[14] de 46,0 no Salvador, de 44,0

---

(10) Para conciliar a hipótese duma natalidade de 30-40 por 1 000 habitantes com os dados dos censos de 1890 e de 1900 e com as estatísticas da imigração, dever-se-ia admitir que a mortalidade fôsse de 10-20 por 1 000 habitantes: hipótese absurda em vista das condições sanitárias do Brasil na época considerada

(11) Os dados da natalidade antes da grande guerra, expostos no texto, são médias simples das taxas anuais calculadas por R Kuczynski, *The Balance of Births and Deaths* (Washington, Brookings Institution, 1931), págs 134-135

(12) Todos os dados do texto referem-se aos nascidos vivos, ficando logo excluídos os nascidos mortos.

(13) Torna-se oportuno notar que a taxa de natalidade de 50 por 1 000 habitantes, hoje considerada quasi incrível, não representa um máximo insuperável, nem insuperado Populações numerosas atingiram, no curso de longos períodos de tempo, níveis mais altos: no decênio 1856-1865, a população ortodoxa do Império Russo composta, em média, de 54 milhões de habitantes, registrou uma natalidade de 52,4 por 1 000; no quadriênio 1867-1870, das 50 províncias da Rússia Européia, 21 tinham taxas de natalidade superiores a 50, com um máximo de 58,6; no decênio 1901-1910, ainda 12 dessas províncias superavam o limite de 50, com um máximo de 62,1 (Vide Kuczynski, *op. cit.*, págs 10, 100).

(14) Média 1922-1931.

na Guatemala, de 43,3 no Egito, de 42,5 em Formosa e de 40,5 no Chile.[15]

Os precedentes dados internacionais mostram que a hipótese de uma natalidade média, no Brasil, da ordem de 45-50 por 1.000 habitantes, durante o período de 1870-1920, não contrasta com a experiência dos outros países; antes, à luz desta, se afigura plausível num pals em que prevalece a agricultura e onde quasi se ignorava a limitação voluntária dos nascimentos, ocorrendo ainda que, em sua maior parte, as mulheres se tornavam mães em idade muito jovem.

7. INDUÇÕES SÔBRE A NATALIDADE SUGERIDAS PELA ANÁLISE DO CENSO DE 1920

O exame dos algarismos censitários brasileiros confirma a hipótese duma alta natalidade.

Se, por exemplo, nos últimos vinte anos precedentes ao censo de 1920 a natalidade no Brasil se tivesse mantido constantemente no nível de 33,15 por 1.000 habitantes, que fôra o da natalidade italiana nos vinte anos precedentes à grande guerra, o número total dos nascidos vivos atingiria 15,37-15,87 milhões.[16]

O censo de 1920 registra 16,45 milhões de habitantes naturais do Brasil nas idades até o vigésimo aniversário, isto é, nascidos no período de vinte anos precedente à data do censo. A comparação do algarismo censitário com o número calculado na hipótese duma natalidade de cêrca de 33 por 1 000 mostra quanto essa hipótese se afasta da realidade. Com efeito, se o número dos nascidos naquele período fôsse de 15-16 milhões, os sobreviventes deles na data do censo não deveriam ser mais de 11-12 milhões, admitida uma mortalidade relativamente baixa. Consta, em vez disso, um número de sobreviventes superior a 16 milhões, isto é, maior mesmo do que o suposto número dos nascidos; não somente estes seriam imortais, como também se teriam multiplicado... Sendo de notar que naquele período a mortalidade infantil estava muito alta[17], deve-se concluir que a natalidade alcançasse um nível muito superior ao acima suposto. Hipóteses razoáveis em tôrno das taxas de sobrevivência nas idades entre o nascimento e o vigésimo aniversário indicam mais uma vez, como provável, uma natalidade de 45-50 por 1000 habitantes.

8. PROPORÇÕES ENTRE OS RECENSEADOS NAS PRIMEIRAS IDADES E A POPULAÇÃO MÉDIA NOS ÚLTIMOS ANOS PRECEDENTES AO CENSO COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Dividindo por 20 o número total dos naturais do Brasil recenseados em 1920 nos primeiros 20 anos de idade, obtém-se o número médio dos vivos naquela data, sobreviventes dos nascidos em cada um dos 20 anos precedentes: cêrca de 822.700. A população média do Brasil neste período de vinte anos fôra de 23,19 - 23,94 milhões de habitantes.[18] A ra-

---

(15) Vide INSTITUT INTERNATIONAL DE STATISTIQUE, *Aperçu de la Démographie des Divers Pays du Monde*, 1929-1936, La Haye, 1939

(16) A primeira taxa foi calculada sôbre a população média de 23,19 milhões de habitantes constante dos dados oficiais e a segunda sôbre a de 23,94 milhões constante de nossas estimativas, fundadas na hipótese dum crescimento geométrico uniforme entre 1890 e 1920

(17) Ainda em 1920, segundo a estimativa de BULHÕES CARVALHO (*op cit.*, pág LIV), 218 sôbre 1 000 nascidos vivos no Brasil teriam falecido no curso do primeiro ano de idade

(18) Como já explicámos, a primeira média é deduzida dos dados oficiais de população, e a segunda dos dados por nós calculados na hipótese de crescimento geométrico uniforme entre 1890 e 1920.

zão entre o número dos vivos acima indicado e a população média resulta em 35,5 ou 34,4 por 1000, conforme se aceite aquele ou êste dado da população. Essa razão indica qual seria a taxa de natalidade na hipótese (obviamente excluída) da imortalidade dos nascidos no período considerado, logo, a natalidade efetiva deve ter sido maior. Mas, quanto maior? Procuraremos determiná-lo comparando a razão calculada para o Brasil com as calculadas analogamente, com referência ao censo mais próximo de 1900, para outros países, de que conhecemos também a natalidade [19]

Na Rússia, a razão entre a vigésima parte dos recenseados nas idades até o vigésimo aniversário e a população média dos vinte anos precedentes ao censo é de 27,9 por 1000, a natalidade neste período fôra de 49,8 por 1000 habitantes.

Na Sérvia, razão de 29,9, natalidade de 43,3.
Na Rumânia, razão de 28,1, natalidade de 41,0
Na Alemanha, razão de 25,0, natalidade de 36,4
Na França, razão de 17,4, natalidade de 21,8.

A comparação entre as razões por nós calculadas e os dados da natalidade[20] indica que os sobreviventes recenseados no fim dum período de vinte anos constituem de um mínimo de 56 % (Rússia) a um máximo de 80% (França) do total dos nascidos neste período. Advirta-se que para os países europeus o numerador da razão calculada não é formado somente pelos recenseados naturais de cada país, como no cálculo que fizemos para o Brasil, mas antes compreende todos os recenseados, de qualquer naturalidade. Esta circunstância eleva a razão calculada para a França, país de imigração; pelo contrário, a inclusão dum pequeno número de imigrados nos dados de população dos outros países indicados, que são todos de emigração, não chega a compensar a falta dos numerosos emigrados, de modo que as razões para os mesmos países ficam diminuídas.

Consideradas estas causas de êrro, pode-se estimar que, segundo o nível mais alto ou menos alto da mortalidade, de 60 a 80% dos nascidos vivos num período de vinte anos sobrevivem no fim dêste período.

Aplicando ao Brasil a proporção otimista de 75 %, isto é, supondo que os 16,45 milhões de recenseados em 1.º de Setembro de 1920 formem três quartos do número originário dos nascidos nos vinte anos precedentes, êste deveria ser avaliado em 21,93 milhões no total e em cêrca de 1.096.500 na média anual. Conforme a população média do período seja estimada em 23,19 ou 23,94 milhões de habitantes, ao precedente número absoluto corresponde uma taxa média anual de natalidade de 47,3 ou de 45,8 por 1.000 habitantes.

Também por êste meio chegamos a taxas da ordem de 45-50 por 1.000.

---

(19) Os dados censitários referentes à composição por idade das várias populações, acham-se reproduzidos no *Annuaire International de Statistique*, Vol I, La Haye, 1916, compilado e publicado pelo INSTITUT INTERNATIONAL DE STATISTIQUE

(20) A comparação indicada no texto coincide, no resultado, com o confronto direto entre o número dos recenseados nas idades até o vigésimo aniversário e o número dos nascidos vivos nos vinte anos precedentes à data do censo A razão calculada constitue logo um coeficiente médio de sobrevivência

9 COMPARAÇÕES COM OS CENSOS BRASILEIROS ANTERIORES AO DE 1920

As comparações feitas no parágrafo precedente mostram que a razão entre a vigésima parte dos recenseados até o vigésimo aniversário e a população média dos vinte anos precedentes ao censo é excepcionalmente alta no Brasil. indício, êste, dum elevado nível de natalidade e duma não excessiva mortalidade infantil.

Também dos censos brasileiros de 1900 e de 1890 deduzem-se, mediante cálculos análogos ao precedente, razões muito altas, embora menores que a deduzida do censo de 1920: sendo 32,3% a de 1900 e 30,5% a de 1890.[21] A diminuição da mortalidade na infância e na adolescência pode explicar o aumento demonstrado pelas razões calculadas, de 1890 a 1900 e de 1900 a 1920.

10 CÁLCULO ESTIMATIVO DOS NASCIMENTOS NOS TRINTA ANOS PRECEDENTES AO CENSO DE 1920, POR MEIO DOS DADOS CENSITÁRIOS SÔBRE A POPULAÇÃO, PÒR IDADE, E DE APROPRIADOS COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA

Tendo orientado a nossa pesquisa mediante o exame comparativo internacional e a análise preliminar dos elementos censitários, podemos agora proceder com critério sistemático a uma ulterior e mais profunda análise dêstes elementos. Comecemos considerando o período de trinta anos que precede o censo de 1920. Êste censo indica o número V dos sobreviventes em 1.º de Setembro de 1920, nascidos no Brasil em cada ano daquele período;[22] se for conhecida a fração c que êles constituem do número originário N dos nascidos vivos no ano considerado, poder-se-á facilmente calcular N, sendo: $N = V \cdot c$.

O valor do coeficiente c poderia ser deduzido duma tábua de sobrevivência que representasse com boa aproximação o andamento da mortalidade no Brasil no período 1890-1920. Justamente esta mortalidade forma uma das incógnitas do nosso problema; todavia, as informações de que dispomos permitem excluir a hipótese de que ela fôsse muito baixa, como por exemplo a da Suécia ou da Austrália, ou muito alta, como por exemplo a da Índia· países todos para os quais possuímos tábuas de mortalidade e de sobrevivência.

A título de tentativa, experimentámos a aplicação dos coeficientes c deduzidos da tábua de sobrevivência italiana de 1899-1902,[23] que reflete uma mortalidade relativamente alta no quadro europeu.

Dividindo o número V dos recenseados no Brasil, em cada idade, pelo correspondente coeficiente de sobrevivência c, deduzido da experiência italiana, obtivemos os números estimados N de nascidos, que, junto com os elementos do cálculo, estão expostos na tabela I-a. Para economia de trabalho executámos o cálculo por grupos quinquenais de idade, em vez de grupos anuais· a consequente perda de aproximação fica desprezível ao fim de nossa pesquisa.

---

(21) Razões calculadas sôbre as populações médias deduzidas dos dados oficiais

(22) Além do décimo aniversário, os dados do censo foram publicados por grupos poli-anuais, que, todavia, podem ser facilmente cindidos por interpolação em grupos anuais

(23) *Annali di Statistica do* ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA, Serie VI, Vol VIII, Roma, 1931, pág 389

TABELA I-a

Primeiro cálculo preliminar do número e frequência dos nascidos vivos nos últimos trinta anos precedentes ao censo de 1920

ANOS PRECEDENTES À DATA DO CENSO — ANOS DE IDADE (a)	BRASILEIROS NATOS RECENSEADOS EM I-IX-1920 (MILHARES) (b)	COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA — ITÁLIA 1899-1902 (c)	POPULAÇÃO MÉDIA DO PERÍODO (MILHARES) (d)	NASCIDOS VIVOS (MILHARES) (e)*	PROPORÇÃO MÉDIA ANUAL DOS NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES (f)
1 º-5 º	4 575	*0,777*	28 760	5 888	*40,94*
6 º-10 º	4 537	*0,701*	25 313	6 472	*51,14*
11 º-15 º	3 840	*0,686*	22 280	5 598	*50,25*
16 º-20 º	3 502	*0,672*	19 609	5 211	*53,15*
21 º-25 º	2 622	*0,652*	17 259	3 961	*45,90*
26 º-30 º	2 309	*0,629*	15 191	3 671	*48,33*
1.º-30.º	**21 385**	—	**21 402**	**30 801**	**47,97**

* Para os grupos quinquenais: (e) = (b) : (c) , (f) = (e) : 5(d)

Segundo êsse cálculo, o número total dos nascidos nos trinta anos precedentes ao censo de 1920 seria de cêrca de 30,80 milhões, isto é, de cêrca de 1.026.700 na média anual Posto em relação com a população média dêste período, estimada em 20,68-21,40 milhões,[24] o número acima referido corresponde a uma taxa de natalidade de 49,6-48,0 por 1 000 habitantes

Também por esta via, chega-se a uma estimativa da natalidade da ordem de 45-50 por 1.000

Em correspondência aos diferentes quinquênios de idade, isto é, aos diferentes quinquênios de datas de nascimento anteriores ao censo, os níveis da natalidade estimada variam entre um mínimo de cêrca de 41 e um máximo de quasi 53 por 1.000 habitantes. As variações mostram-se amplas demais para serem verossímeis e denunciam, sobretudo, a existência de graves erros nas declarações de idade e, consequentemente, na classificação por idade dos recenseados Logo, parece prudente reter só o resultado médio geral, em que os efeitos dos erros se compensam reciprocamente, até quasi eliminar-se

11 CÁLCULOS DE CONTROLE

Aplicando em lugar dos coeficientes de sobrevivência italianos de 1899-1902 os deduzidos das tábuas referentes a países de mortalidade muito menor, ou muito maior, obtém-se resultados consideravelmente diferentes, que, não representando estimativas aceitáveis, indicam, porém, limites extremos entre os quais deveriam ser compreendidas tais estimativas

A aplicação dos coeficientes deduzidos da tábua de sobrevivência de 1891-1900 da população sueca[25] — padrão de baixa mortalidade — leva a estimar em 26,40 milhões o número dos nascidos vivos nos trinta anos, isto é, em 42,5-41,1 por 1 000 habitantes[26] a taxa de natalidade

(24) A primeira estimativa é deduzida dos dados oficiais; a segunda, do nosso cálculo

(25) As tábuas para a Suécia e a Baviera acham-se reproduzidas na citada *Statistique Internationale du Mouvement de la Population*, Vol I Os respectivos coeficientes de sobrevivência, comparáveis aos das tabelas I-a - I-c, para os seis primeiros quinquênios de idade, são os seguintes:

SUÉCIA:	0,875;	0,826;	0,807;	0,792;	0,770;	0,746
BAVIERA:	0,666;	0,579;	0,561;	0,545;	0,524;	0,499

(26) Taxas calculadas sôbre a população média deduzida, respectivamente, dos dados oficiais e do nosso cálculo

A aplicação dos coeficientes deduzidos da tábua de sobrevivência de 1834-1867 da população bávara (vide nota 25) — padrão de alta mortalidade — indica um número de 37,61 milhões de nascidos vivos, que corresponde a uma taxa de 60,6-58,5 por 1.000 habitantes (vide nota 26).

A nossa hipótese duma natalidade de 45-50 por 1.000 fica mais aproximada do limite inferior que do superior indicado pelos precedentes cálculos, correspondendo logo a uma mortalidade relativamente moderada.

12 OUTRO CÁLCULO, POR MEIO DOS COEFICIENTES TIRADOS DA TÁBUA BC cap

Depois de ter experimentado a aplicação de coeficientes de sobrevivência deduzidos de tábuas estrangeiras, experimentámos também coeficientes deduzidos da tábua brasileira *BC cap*.

TABELA I-b

Segundo cálculo preliminar do número e frequência dos nascidos vivos nos últimos trinta anos precedentes ao censo de 1920

ANOS PRECEDENTES À DATA DO CENSO — ANOS DE IDADE (a)	BRASILEIROS NATOS RECENSEADOS EM I-IX-1920 (MILHARES) (b)	COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA BC cap (c)	POPULAÇÃO MÉDIA DO PERÍODO (MILHARES) (d)	NASCIDOS VIVOS (MILHARES) (e) *	PROPORÇÃO MÉDIA ANUAL DOS NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES (f) *
1.º-5.º	4 575	*0,764*	28.760	5.988	*41,64*
6.º-10.º	4.537	*0,690*	25.313	6.575	*51,95*
11.º-15.º	3.840	*0,675*	22.280	5.689	*51,07*
16.º-20.º	3 502	*0,659*	19 609	5.314	*54,20*
21.º-25.º	2.622	*0,628*	17.259	4 175	*48,38*
26.º-30.º	2 309	*0,591*	15.191	3 907	*51,44*
1.º-30.º	**21 385**	—	**21 402**	**31 648**	**49,29**

* Para os grupos quinquenais: (e) = (b):(c) , (f) = (c):5 (d)

Os elementos e os resultados do cálculo acham-se expostos na tabela I-b. Sendo os coeficientes brasileiros só levemente inferiores aos italianos de 1899-1902, o resultado final difere pouco do obtido na tabela I-a: o número total dos nascidos nos trinta anos fica estimado em 31,65 milhões, correspondendo a uma taxa de natalidade de 51,0-49,3 por 1.000 habitantes. (Vide nota 26).

13. CÁLCULOS ANÁLOGOS POR MEIO DOS ELEMENTOS FORNECIDOS PELOS CENSOS DE 1890, 1872 e 1900. CONCLUSÃO

As estimativas da natalidade no Brasil, a que chegámos nos precedentes parágrafos, estão todas explícita ou implicitamente fundadas sôbre o censo de 1920. Na falta de informações fidedignas sôbre os números anuais dos nascimentos e dos óbitos, torna-se impossível o seu controle direto. Todavia, o fundamento dessas estimativas pode ser verificado indiretamente pela aplicação do mesmo processo aos dados dos censos precedentes.

Comecemos pelo censo de 1890. Não sendo indicada isoladamente neste censo a distribuição por idade da população natural do Brasil, eliminámos de cada grupo de idade os estrangeiros, partindo das hipó-

teses de que o número total deles fôsse de 600.000[27] e a sua distribuição por idade proporcional à observada em 1920. O processo é só aproximado; dada, porém, a baixa proporção dos naturais do exterior nos primeiros grupos de idade, os eventuais erros em que êle implicar não podem modificar a ordem de grandeza da taxa de natalidade estimada.

Seria absurdo aplicar no cálculo fundado sôbre o censo de 1890 os mesmos coeficientes de sobrevivência empregados em conexão com o censo de 1920, pois a mortalidade nos trinta anos precedentes a 1890 fôra mais alta do que nos trinta precedentes a 1920. Tendo empregado no cálculo para 1920 a tábua de sobrevivência italiana de 1899-1902, com resultados próximos aos obtidos pela aplicação da tábua brasileira *BC cap.*, achámos oportuno experimentar para 1890 a tábua italiana de 1881-1882.[28]

TABELA I-c

Cálculo preliminar do número e da frequência dos nascidos vivos nos últimos trinta anos precedentes ao censo de 1900

ANOS PRECEDENTES À DATA DO CENSO — ANOS DE IDADE (a)	BRASILEIROS NATOS RECENSEADOS EM 31-XII-1900 (MILHARES) (b)	COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA — ITÁLIA 1890 (c)	POPULAÇÃO MÉDIA DO PERÍODO (MILHARES) (d)	NASCIDOS VIVOS (MILHARES) (e) *	PROPORÇÃO MÉDIA ANUAL DOS NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES (f) *
1.º-5.º	2.961	*0,749*	16.525**	3.953	*47,84*
6.º-10.º	2.571	*0,657*	15.034**	3.913	*52,05*
11.º-15.º	1.990	*0,638*	13.662	3.119	*45,66*
16.º-20.º	1.778	*0,624*	12.400	2.849	*45,95*
21.º-25.º	1.449	*0,603*	11.255	2.403	*42,70*
26.º-30.º	1.306	*0,579*	10.231	2.256	*44,10*
1.º-30.º	**12 055**	—	**13.184**	**18 493**	**46,76**

* Para os grupos quinquenais: (e) = (b):(c) , (f) = (e):5(d)

** Nesta tabela, a população média dos dois últimos quinquênios precedentes ao censo foi calculada conforme os resultados dos censos de 1900 e de 1890; logo, não coincide com a calculada para os mesmos quinquênios segundo a hipótese de incremento geométrico uniforme entre 1890 e 1920, adotada no cálculo das tabelas I-a e I-b Utilizando no cálculo da tabela I-c os resultados do censo de 1900, que voluntariamente ignorámos nos cálculos precedentes, como suspeitos de omissões, pareceu coerente fundar sôbre estes resultados também o cálculo da população média

Adotando-se o outro critério, incremento geométrico uniforme entre 1890 e 1920, a população média resultaria em 17.373 milhares de habitantes no último quinquênio precedente ao censo de 1900, em 15 290 no penúltimo e em 13 368 no conjunto dos trinta anos; e as proporções dos nascidos resultariam, respectivamente, em 45,51, 51,18 e 46,11 por 1 000 habitantes

O cálculo, cujos elementos e resultados estão expostos na tabela I-d, leva a estimar em 16,11 milhões o número dos nascidos vivos nos trinta anos precedentes ao censo de 1890, o correspondente número médio anual de 536.900, posto em relação à população média de 10,96 milhões de habitantes, indica uma taxa de natalidade de 49,0 por 1.000.

Nos seis quinquênios, separadamente considerados, as taxas calculadas variam entre 43 e 54; a maior parte destas variações, porém, deve ser considerada efeito dos erros nas declarações de idade, que afetam também o censo de 1890.

(27) Quisemos ser muito prudentes na estimativa; mas, achamos que o número dos estrangeiros, em 1890, excedesse sensivelmente de 600 000

(28) *Annali*, cit , pág 395

TABELA I-d

Cálculo preliminar do número e da frequência dos nascidos vivos nos últimos trinta anos precedentes ao censo de 1890

ANOS PRECEDENTES À DATA DO CENSO — ANOS DE IDADE (a)	BRASILEIROS NATOS RECENSEADOS EM 31-XII-1890 (MILHARES) (b)	COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA — ITÁLIA 1881-1882 (c)	POPULAÇÃO MÉDIA DO PERÍODO (MILHARES) (d)	NASCIDOS VIVOS (MILHARES) (e) *	PROPORÇÃO MÉDIA ANUAL DOS NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES (f) *
1.º-5.º	2.118	*0,722*	13.662	2.934	*42,95*
6.º-10.º	2.060	*0,613*	12.400	3.361	*54,21*
11.º-15.º	1.694	*0,591*	11.255	2.866	*50,93*
16.º-20.º	1.379	*0,575*	10.231	2.398	*46,88*
21.º-25.º	1.321	*0,553*	9.446	2.389	*50,58*
26.º-30.º	1.142	*0,529*	8.755	2 159	*49,32*
1.º-30.º	**9.714**	—	**10 958**	**16 107**	**49,00**

* Para os grupos quinquenais: (e) = (b):(c) , (f) = (e):5(d)

Analogamente procedemos utilizando os dados do censo de 1872. Pois que neste foram classificados como "estrangeiros" todos os nascidos no exterior (exclusive só os brasileiros por nascimento), tivemos somente de repartí-los por idade, com o critério já indicado, e de subtraí-los dos totais dos recenseados, para obter a distribuição por idade dos naturais do Brasil.

Achando legítima a hipótese dum nível médio de mortalidade ainda mais alto do que o de 1860-1890 nos trinta anos anteriores ao censo de 1872, aplicámos coeficientes de sobrevivência deduzidos da tábua italiana de 1872-74,[29] referente a uma época de mortalidade sensivelmente superior à de 1881-1882.

Os elementos e os resultados do cálculo estão recolhidos na tabela I-e. O número total dos nascidos vivos nos trinta anos fica determinado em 11,56 milhões, e o número médio anual em 385.100; em relação à população média de 8,08 milhões, obtém-se uma taxa de natalidade de 47,7 por 1.000 habitantes.

TABELA I-e

Cálculo preliminar do número e da frequência dos nascidos vivos nos últimos trinta anos precedentes ao censo de 1872

ANOS PRECEDENTES À DATA DO CENSO — ANOS DE IDADE (a)	BRASILEIROS NATOS RECENSEADOS EM 1-VIII-1872 (MILHARES) (b)	COEFICIENTES DE SOBREVIVÊNCIA — ITÁLIA 1872-1874 (c)	POPULAÇÃO MÉDIA DO PERÍODO (MILHARES) (d)	NASCIDOS VIVOS (MILHARES) (e) *	PROPORÇÃO MÉDIA ANUAL DOS NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES (f) *
1.º-5.º	1.055	*0,696*	9.688	1.516	*31,30*
6.º-10.º	1.171	*0,581*	8.979	2.015	*44,88*
11.º-15.º	1.074	*0,556*	8.322	1.932	*46,43*
16.º-20.º	1.044	*0,537*	7.713	1.944	*50,41*
21.º-25.º	1.041	*0,514*	7 148	2.025	*56,66*
26.º-30.º	1.035	*0,488*	6.625	2.121	*64,03*
1.º-30.º	**6 420**	—	**8 079**	**11 553**	**47,67**

* Para os grupos quinquenais: (e) = (b):(c) , (f) = (e):5(d)

No censo de 1872, os erros nas declarações de idade foram tão frequentes e graves que os resultados do cálculo das taxas de natalidade

(29) *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, Vol X, 1re Livraison, Rome, 1897, págs 69-71

por quinquênios isolados acusam grandes divergências, variando entre 31 e 64 por 1.000; apenas o resultado médio geral acima indicado merece ser retido como expressão largamente aproximada duma realidade quasi obliterada por aqueles erros no cálculo por quinquênios.

Deixámos em último lugar o censo de 1900, suspeitando-o afetado por um sensível êrro, por falta, no total da população recenseada. Todavia, aplicando aos respectivos dados coeficientes de sobrevivência médios aritméticos dos italianos, de 1881-1882 e de 1899-1902, chegámos a um resultado pouco diferente dos precedentes. Como se verifica na tabela I-c, o número estimado dos nascimentos nos trinta anos precedentes a êsse censo corresponde a uma taxa de natalidade de 46,6 por 1.000 habitantes.

Assim, os cálculos executados com o auxílio dos censos de 1900, 1890 e 1872 nos trazem concorde e independentemente a estimativas da taxa de natalidade no Brasil da ordem de 45-50 por 1.000 habitantes.

Esta concordância parece não só confirmar os resultados dos cálculos fundados sôbre o censo de 1920, como também indicar que num longo período, de 1840 a 1920, a natalidade neste país se manteve constantemente oscilante em tôrno de 45-50 por 1.000.

14 ESTIMATIVAS DA NATALIDADE NAS VÁRIAS REGIÕES DO BRASIL

As estimativas da natalidade para as diferentes Unidades Políticas do Brasil tornam-se ainda mais difíceis que as para o conjunto da União, não se podendo aplicar hipóteses simplificadoras, como a da ausência de emigrações, que são aceitáveis, em têrmos de aproximação, para a população total.

Todavia, procurámos utilizar os dados do censo de 1920, formulando para cada Unidade três estimativas da natalidade distintas e independentes, baseadas, respectivamente, sôbre os números dos naturais do Brasil recenseados no primeiro ano de idade, no terceiro ano e nos anos do sexto ao décimo. Aplicámos coeficientes de sobrevivência que se devem considerar otimistas, sendo levemente superiores aos da tábua *BC d. f.*, de modo que se os dados do censo fôssem exatos obteríamos cifras de nascimentos e taxas de natalidade erradas por falta.[30]

De fato, já os números dos recenseados no primeiro ano de idade estão em todas as Unidades Políticas errados fortemente por falta; assim, partindo deles, chegámos a taxas de natalidade ainda mais erradas nesse sentido. Todavia, a comparação destas taxas com as calculadas conforme os números dos nascimentos declarados para o registro civil[31] no primeiro ano precedente à data do censo, basta para demonstrar as enormes faltas dêste registro, particularmente nas regiões setentrionais e centrais do Brasil. (Vide tabela II).

Muito maiores aparecem essas faltas quando se toma como têrmo de comparação a taxa de natalidade calculada por meio do número dos recenseados no terceiro ano de idade.[32] Nas regiões setentrionais seria

(30) O número N dos nascidos vivos é calculado por meio do número V dos recenseados e do coeficiente de sobrevivência c, pela relação $N = V : c$. Por isso, quando se adotem valores de c errados por excesso, sendo os V exatos, obtém-se valores de N errados por falta.

(31) Números deduzidos do excelente relatório do Dr. H. Bracet sôbre *O Registro Civil de Nascimentos* (edição mimeográfica de 1937).

(32) A população média de cada Unidade Política no terceiro ano anterior à data do censo de 1920 foi calculada mediante os dados de população contidos no relatório citado na nota precedente.

declarado só um décimo do número total dos nascimentos; nas centrais, pouco mais dum quinto; nas regiões meridionais, a proporção subiria a dois terços. Os três grupos de regiões mostram taxas de natalidade pouco diferentes: de 44,06 por 1.000 habitantes as setentrionais, de 46,46 as centrais, de 44,73 as meridionais (46,46, se excluído o Distrito Federal, que tem uma natalidade muito inferior à do resto do país).

TABELA II

Cálculos, por Unidades Federadas, sôbre a frequência dos nascidos vivos nos últimos anos precedentes ao censo de 1920

UNIDADES FEDERADAS E ZONAS GEOGRÁFICAS	NASCIDOS VIVOS POR 1000 HABITANTES			
	Segundo o registro civil	Segundo o censo de 1920		
	No 1.º ano precedente ao censo	No 1.º ano precedente ao censo	No 3.º ano precedente ao censo	Nos 6.º-10.º anos precedentes ao censo — Média anual
(a)	(b)	(c) *	(d) **	(e) ***
Acre	11,13	29,49	40,94	38,10
Amazonas	2,26	31,56	43,01	43,39
Pará	7,16	29,43	41,53	52,31
Maranhão	3,69	29,60	39,88	48,35
Piauí	2,76	30,67	44,90	55,01
Ceará	4,13	24,56	44,44	48,69
Rio Grande do Norte	4,46	28,20	48,40	52,77
Paraíba	5,70	29,86	49,29	53,70
Pernambuco	4,86	26,84	44,13	48,67
Alagoas	2,91	24,83	42,43	47,83
Norte e Nordeste	**4,55**	**27,73**	**44,06**	**49,77**
Minas Gerais	13,52	32,76	48,82	50,46
Goiaz	7,66	28,98	47,65	52,51
Mato Grosso	9,19	29,70	45,33	50,27
Sergipe	5,57	24,18	41,05	43,14
Baía	3,54	26,09	42,53	48,44
Espírito Santo	23,48	34,48	51,92	55,66
Centro e Leste	**10,21**	**30,17**	**46,46**	**49,77**
Rio de Janeiro	23,71	31,38	45,16	44,30
Distrito Federal	28,65	27,96	30,44	34,06
São Paulo	34,75	34,40	46,29	49,01
Paraná	23,82	33,90	46,98	54,91
Santa Catarina	27,79	35,52	49,58	54,70
Rio Grande do Sul	29,97	34,27	46,69	50,92
Sul	**30,42**	**33,28**	**44,73**	**47,67**
BRASIL	**15,71**	**30,57**	**45,16**	**49,04**

* Coeficiente de sobrevivência adotado: 0,900
** Coeficiente de sobrevivência adotado: 0,790
*** Coeficiente de sobrevivência adotado: 0,750

A pouca diferença do nível da natalidade nas três grandes divisões territoriais não desperta surpresa; seria antes surpreendente encontrar grandes diferenças entre populações afins, todas caracterizadas pela precocidade dos conúbios e pela ausência quasi geral da limitação voluntária da prole.

Baseando o cálculo das taxas de natalidade sôbre os números dos recenseados entre o quinto e o décimo aniversário, em geral errados por excesso, chega-se a taxas mais altas que as acima indicadas, isto é, 49,77 para as regiões setentrionais, 49,77 para as centrais e 47,67 para as meridionais (49,37, exclusive o Distrito Federal). Também êste cálculo indica níveis pouco diferentes nas três grandes divisões territoriais.

Tomando como estimativa aceitável da natalidade de cada Estado a média dos resultados dos dois últimos cálculos, acha-se que 10 Estados teem taxas entre 45,01 e 50,00 por 1.000 habitantes, 4 teem taxas não superiores a 45,00 e 6 superiores a 50,00 Pode-se excluir a hipótese de que as taxas assim estimadas coincidam exatamente, se não por acaso, com as efetivas; deve-se, porém, admitir que elas indiquem com bastante aproximação a ordem de grandeza destas. Logo se observa que também nesta pesquisa aparece dominante a taxa de 45-50 por 1.000 habitantes.

Acha-se assim confirmada e valorizada pelas estimativas da natalidade por Unidades Políticas a conclusão a que chegámos nos parágrafos precedentes por meio das indagações sôbre o conjunto da população do Brasil.

Num país velho e esgotado, o recenseamento constitue motivo de melancolia nacional, porque as investigações censitárias revelam apenas estacionamento, recuo, decadência

Mas num país como o Brasil, jovem e vigoroso, o recenseamento deve constituir motivo de exaltação nacional, porque os resultados censitários traduzem progresso, movimento para a frente e marcha para o alto.

ANDRADE BEZERRA
(Diretor da Faculdade de Direito do Recife)

O PAPEL DO MUNICÍPIO ENTRE OS ELEMENTOS FORMATIVOS DO ESPÍRITO DA NACIONALIDADE

A carta constitucional de 10 de Novembro, procurando informar na realidade brasileira as instituições políticas nacionais, restituiu em parte aos municípios a função de elementos formativos do espírito da nacionalidade, que haviam exercido, de modo tão meritório, na fase colonial brasileira e que vieram inexplicavelmente a perder na entrosagem das constituições do império e da república.

Resolvidas, por feliz iniciativa do Govêrno Nacional, todas as dúvidas territoriais entre os municípios brasileiros, agora definitivamente fixados em sua base geográfica, administrativa e judiciária, impunha-se que, numa solenidade como esta, da mais elevada significação cívica, reproduzida, no dia de hoje, em todas as comunas brasileiras, nas grandes cidades de vida intensa e agitada e nos pequenos e pacatos burgos sertanejos, comemorássemos o sentido renovador das medidas constitucionais que recolocaram o município na função por êle espontaneamente assumida nos primórdios de nossa formação, de célula política da nacionalidade Realizamos assim obra de reparação histórica, acentuando, ao mesmo tempo, a importância de um dos poblemas que mais profundamente afetam o futuro da vida política brasileira.

No conjunto de atividades até agora desenvolvidas sob o controle direto ou sob a influência orientadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — *ocupa, sem dúvida nenhuma, lugar de acentuado relêvo, pela amplitude de seus objetivos e importância dos resultados, a campanha empreendida com o melhor êxito no sentido da satisfatória execução do decreto-lei federal n° 311, de 2 de Março de 1938, o qual, estabelecendo princípios sistematizadores do nosso quadro territorial, veio pôr têrmo, em boa hora, à instabilidade, incoerências e anomalias que se verificavam na divisão administrativa e judiciária das diversas Unidades Políticas*

A celebração, a 1.º de Janeiro de 1939, do "Dia do Município" *— festa nacional instituída pelo decreto-lei n° 846, de 9 de Novembro de 1938 — marcou um dos fatos de mais alta expressão cívica e cultural no desenvolvimento daquela campanha, assinalando, a igual hora, em todas as cidades do Brasil, segundo o mesmo expressivo ritual, a entrada em vigor da primeira divisão territorial brasileira estabelecida de acôrdo com uma rigorosa sistemática e tendo a sua inalterabilidade assegurada durante um quinquênio*

Evocando essa campanha, sem precedentes na história administrativa do país, como esfôrço de racionalização, ordenamento e disciplina, e que deu lugar, ainda há pouco, em seu iterativo prosseguimento, a um fato de tão grande relevância como o foi a Exposição Nacional dos Mapas Municipais,— queremos recolher, nestas páginas, um documento cuja importância seria desnecessário encarecer Trata-se da brilhante conferência pronunciada na capital pernambucana, na sessão comemorativa do "Dia do Município", *pelo professor Andrade Bezerra, diretor da Faculdade de Direito do Recife e figura de reconhecida projeção nos círculos culturais do país. Neste belo trabalho, desenvolvido com admirável segurança de conceitos, são definidos, através de uma lúcida interpretação de nossas realidades históricas, o papel do Município na formação da conciência nacional e a sua missão política de elaborar aquelas fôrças de equilíbrio e idealismo que haveriam de contrapor os interesses e aspirações da grande pátria nascente às tendências desagregadoras dos particularismos regionalistas*

Centralização política — Descentralização administrativa

A tese que ora pretendo desenvolver é a seguinte: a federação brasileira tal como ficara estabelecida nas constituições republicanas de 1891 a 1934, estava desvirtuada pelo duplo êrro de atribuição de funções políticas aos Estados e de anulamento político dos municípios Os Estados são órgãos naturais de descentralização administrativa, elementos propulsores indispensáveis do desenvolvimento econômico das várias regiões brasileiras. No exercício dessas funções, êles se vão tornando fatores de desagregação do espírito e da conciência nacional, pela acentuação dos particularismos e regionalismos, que a vida econômica, diversamente desenvolvida nos vários meios, vai criando à sua volta Atribuir aos Estados funções políticas é acentuar e agravar ainda mais essa hipertrofia de regionalismos em choque per-

manente. E' criar elementos de desagregação fatal da nacionalidade. Os municípios são, ao contrário, elementos vivos e atuantes na formação e integração do espírito nacional. Representam a escola primária de formação cívica, onde os brasileiros tomam contacto com os problemas da nacionalidade sem exclusivismos regionalistas, e fazem a aprendizagem da dedicação à grande pátria comum, nos cuidados diários com os problemas que interessam à pequena pátria local.

Já pagámos demasiado caro as consequências do êrro de confundirmos a descentralização administrativa com a descentralização política Que a primeira é indispensável, para darmos aos Estados toda a eficiência de seus meios e recursos na administração, que lhes compete, para o máximo aproveitamento no sentido do bem comum, dos recursos naturais de cada região, ninguém o pode negar Mas que se acrescente a essa descentralização administrativa, a descentralização política, para conferirmos aos Estados funções que só podem competir ao govêrno nacional, ninguém o pode aceitar, sem com isso comprometer as bases essenciais em que assenta a estrutura política brasileira.

Govêrno e administração

Aquele êrro vem resultando, aliás, da confusão de noções distintas, como as de govêrno e administração, que geralmente se tomam por sinônimas. O govêrno é atividade que se subordina às mais altas finalidades de uma nação; exige a prévia fixação das razões existenciais, mais íntimas e profundas, de um povo; e a determinação de diretrizes capazes de encaminhá-lo aos seus elevados destinos Homem de govêrno é o que possue a intuição genial e imediata dessas causas profundas de ação coletiva e sabe ordená-las ao seu alvo superior. Ao contrário disso, administrar é reunir, organizar e aproveitar os elementos técnicos e materiais para a execução, neste ou naquele sector, de um programa de govêrno A administração é indispensável complemento do govêrno, mas êrro imperdoável será sempre atribuir funções políticas de govêrno a entidades administrativas, como os Estados da federação brasileira, porque a persistirmos nesse êrro, a consequência, como adverte Azevedo Amaral, será constituirmos uma confederação e não uma federação de Estados

A Constituição de 10 de Novembro apresenta, como um dos seus traços salientes, o restabelecimento da unidade política da nação, embora mantendo e acentuando a divisão das fôrças administrativas. Ao govêrno nacional e a êle somente competem as funções de govêrno, no sentido próprio de função política, em seu mais alto aspecto, pelo restabelecimento das diretrizes essenciais de ação à vida nacional, no tocante aos nossos problemas fundamentais, por exemplo, à política de educação nacional; à política de proteção familiar, material e moral; à política de reorganização corporativa, nas relações do trabalho e do capital; à política internacional; ao problema do preparo e fortalecimento econômico das várias regiões produtoras do país; e a tantos outros, indicados e regulados na carta constitucional de 10 de Novembro. Aos Estados caberá o papel relevantíssimo de executar, dentro de suas próprias atribuições, com os diversos meios ao seu alcance, e de acôrdo com as peculiaridades de cada região, aquelas diretrizes políticas de govêrno, assentadas pelos corpos dirigentes da nação, a cuja frente, como supremo orientador, se encontra o chefe do govêrno nacional

Refletindo êsse novo espírito, proferia o presidente Getúlio Vargas estas palavras expressivas, ao corresponder a uma das manifestações que lhe foram feitas em São Paulo: "Hoje, não há mais Estados grandes nem pequenos: grande é somente o Brasil"

O meio e as circunstâncias em que essas palavras foram proferidas dão-lhe, partindo de um homem da visão política do presidente Vargas, a significação de um programa de política nacional, orientadora a novos rumos da vida brasileira.

Voltemos, porém, ao município. Não venho tratar de *municipalismo,* assunto que tanto interessa a juristas, historiadores e sociólogos, na fixação dos elementos de solução do problema de tanta oportunidade como o da restauração da vida local, num país como o nosso, que perde, dia a dia, o equilíbrio demográfico, econômico e social, pela desproporção entre algumas capitais hipertrofiadas de vida ficticia, e um número sem conta dos núcleos de população, em permanente atraso, disseminados e perdidos na vastidão do nosso interior, — o que fazia João Pinheiro dizer que, no Rio, o sertão começava em Cascadura

O jurista é atraído pelo interêsse científico de pesquisar a formação natural, autonômica e autárquica, dêsses primitivos núcleos humanos. O historiador entusiasma-se pela observação da pugnacidade e resistência social dêsses agrupamentos, nas lutas constantes que o município e a comuna empreendem, no curso da história, contra as intervenções odiosas das tiranias absorventes, senhores feudais ou realezas absolutas, conquistando, uma a uma, as suas franquias locais, e organizando, a coberto dessas garantias, o regime de produções das chamadas corporações de artes e ofícios

O sociólogo, porém, vê mais largo e mais fundo Para êle, o município ou a comuna é uma instituição natural A posição topográfica, a facilidade de comunicações, a homogeneidade de fôrças produtivas do terreno, a identidade de costumes, a comunidade de interesses, são circunstâncias que, por toda parte, determinaram o agrupamento das famílias em comunas ou municípios e lhes fixaram a extensão (DARDANO)

As comunas veem a ser espontânea florescência da família, nascida de necessidades naturais Enquanto o vínculo de família é *vínculo de sangue;* o de classe é *vínculo de solidariedade de interesses particulares;* o vínculo da comuna é de *solidariedade de interesses gerais, mas locais* (LLOVERS) .

A comuna ou o município é o embrião da sociedade Há nele um poder análogo ao poder civil central Êsse poder ou autoridade da comuna, nascendo naturalmente do agrupamento de famílias, deve ter, como todo órgão social, o direito de usar dos meios necessários à conservação dos fins de sua instituição Daí a necessidade da autonomia municipal, que ARISTÓTELES chamaria de *autarquia,* ou govêrno próprio, com suficiência de meios, dentro de sua esfera de ação

O problema da restauração da vida local tem apaixonado historiadores, sociólogos e políticos do maior valor ALEXANDRE HERCULANO, em sua *História de Portugal,* escreveu estas severas palavras, que ainda não perderam a oportunidade "O estudo do município nas origens dele, nas suas modificações, como elemento político, deve ter, para a geração atual, subido valor histórico, quando a experiência tiver demonstrado a necessidade de restaurar êsse esquecido, mas indispensável elemento de toda boa organização social"

TOCQUEVILLE, no seu entusiasmo pelas instituições anglo-saxônicas, enaltece ainda mais o mérito dos municípios: "O município existe em todos os povos, quaisquer que sejam as suas leis e costumes Organiza a forma tanto os reinos como as repúblicas. O município parece que saiu das mãos de Deus. E' a primeira escola onde o cidadão deve aprender os seus deveres políticos e sociais"

MAURA, o grande político espanhol, justificando um projeto de reforma constitucional, salientava que não é a nação que dá vida ao município, mas êste àquela Na vida local está a iniciação da cidadania, porque o amor da adolescência é a pequena pátria Só o cidadão adulto conhece e ama a grande pátria.

Peçamos agora aos juristas o conceito do município. POSADA indica-lhe os seguintes elementos: 1 º — Uma sociedade natural, determinada pelas exigências reais, que ultrapassam a sociedade doméstica; 2.º — Complexidade maior ou menor dessa sociedade natural; 3 º — Compenetração e harmonia entre os indivíduos e os diversos núcleos sociais que se condensam e vivem no mesmo território.

Em 1935, incumbido de formular o ante-projeto de constituição do Estado, assim caracterizei o município, tomando o conceito à vigente constituição portuguesa: "Cada município constitue uma comunidade natural, reconhecida pela lei, de famílias e corporações profissionais, agrupadas num dado território e formadas por interesses e relações de caráter local, com poderes, direitos e deveres próprios"

Implantação do município no Brasil

Fixado êsse conceito do município, como instituição natural, vejamos como se implantou e desenvolveu no Brasil No período colonial, foram-se instalando os municípios, tais como existiam na época em Portugal, onde êles se haviam aclimado, desde os inícios da respectiva monarquia Tinham os reis portugueses, segundo observa CARNEIRO MAIA, duas ordens de interesses para dotarem os povos de semelhantes instituições necessitavam do seu braço vigoroso para estenderem os limites do novo território e sujeitarem os mouros; bem como o auxílio da burguesia para contrabalançar a influência de nobreza Se a conquista, por um lado, estendia os seus domínios, por outro, a vida municipal organizava a sociedade e fortalecia os recursos do poder

Por complemento da liberdade municipal já tinham as cidades e vilas, nessa época, o direito de enviar às Côrtes dois *homens bons* (procuradores), que eram alí órgãos de suas queixas contra os poderosos e até contra os reis e seus delegados Segundo COELHO DA ROCHA, essas assembléias eram deliberantes e exerciam, com o rei, uma parte de sua soberania

O município português, naquela época, tinha a sua regulamentação no código afonsino O govêrno econômico das cidades e vilas cabia às comunas, compostas de juízes, que eram também eleitos pelos *homens bons* Havia um procurador do Conselho; as posturas dependiam da confirmação dos provedores; e a polícia econômica ficava a cargo dos almotaces, semelhantes aos antigos edis A Ord. L 1.º, tit. 67, prescrevia a forma da eleição para o Conselho, além das garantias do escrutínio secreto, do sêlo e resguardo das pautas, da cautela dos pelouros e outras providências, e não permitia que ao processo eleitoral assistissem poderosos ou autoridades de vulto, para não fazerem pressão sôbre o voto

Adotado por D João III o sistema das donatárias para a colonização do Brasil, incluíam-se, entre os poderes dos donatários, a criação de vilas, e de, sob sua imediata inspeção, fazerem eleger os membros dos conselhos. Está na carta régia de 20 de Janeiro de 1635, passada a Martim Afonso de Sousa: "Poderão fazer todas e quaisquer povoações, que se chamarão vilas, terão têrmo, jurisdição, liberdade e insígnias de vilas, segundo a forma e costumes de meus reinos"

Nossos primeiros municípios

A primeira vila do Brasil foi São Vicente, fundada em 1522 por aquele donatário PEDRO LOPES assim descreve, em seu *Diário*, a fundação das primeiras vilas das capitanias "O capitão-mor repartiu as gentes nestas vilas e fez nelas oficiais Pôs tudo em boa ordem de justiça, do que a gente toda tivemos grande consolação, por verem povoar vilas, ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios, viver em comunicação das artes, ser cada um senhor do seu, investir as injúrias particulares e ter outros bens da vida segura e conversável"

No Brasil, como em Portugal, os municípios surgiram das necessidades naturais da população Muito menos que as iniciativas oficiais, foram os rudes desbravadores da terra que, com os seus sacrifícios e o seu dinheiro, iam fundando e erigindo as vilas nascentes

Naqueles primeiros tempos, era esta a forma oficial da investidura dos conselhos: obtida a provisão, iam, por ordem superior, os ouvidores ao lugar, faziam eleger as câmaras com os demais empregados; davam-lhes posse e assinavam os limites do têrmo, depois de terem feito levantar na praça o pelourinho. Era a insígnia da justiça régia, "semelhança da estátua alegórica levantada na praça pública pelos municípios romanos ao entrarem no gôzo do direito itálico".

Criados os primeiros municípios, muitos dos quais tinham a extensão territorial de alguns dos nossos atuais Estados, a sua administração era confiada às "câmaras municipais" Eram estas constituídas por um ou dois juízes ordinários, ou da terra, e dois ou mais vereadores anualmente eleitos entre os *homens bons*. Não podiam pertencer às câmaras os que exercessem ofícios mecânicos, nem os judeus, nem os estrangeiros.

As reuniões das câmaras faziam-se periodicamente no "Paço do Senado". O comparecimento era obrigatório Faltando às sessões, os vereadores eram multados; em São Paulo, a multa era de cem réis por falta O juiz ordinário era o magistrado popular; presidia a Câmara, exercia a política local e tinha atribuições judiciárias semelhantes às do juiz de paz. Trazia como sinal de sua autoridade uma "vara vermelha", que o distinguia do juiz togado, o "juiz de fora", que usava "vara branca" (JOAQUIM SILVA)

Desde o domínio espanhol admitiam-se nas câmaras os "mestres", representantes das classes populares, encarregados de concorrer com o poder municipal no "regimento aos ofícios e trazer certos preços de mão de obras" (ROCHA POMBO). Os vereadores não se limitavam a prover à administração municipal; como delegados do povo, impugnavam medidas dos governadores, se as julgavam prejudiciais à sua autonomia, e "estes preferiam às vêzes abdicar da própria autoridade de condescender com abusos a entrar em luta com o Senado". A própria coroa frequentemente procurava recorrer a processos conciliatórios, em casos de desobediência (JOAQUIM SILVA).

Contribuição dos municípios na formação da conciência nacional

Revertidas à coroa as doações régias das capitanias e instaurado, em 1548, o govêrno geral da Baía, ficaram os conselhos isentos da supremacia feudal dos donatários, começando as câmaras mais adiantadas a intervir nos negócios públicos, quasi sempre no sentido da defesa dos sentimentos e interesses da nacionalidade nascente, contra a prepotência da metrópole e abusos dos seus delegados. Vamos dar alguns exemplos desta atuação dos conselhos municipais brasileiros, tomando-os ao livro de CARNEIRO MAIA.

Em 1556, na Baía, a Câmara Municipal recusa a uma fidalga, protegida dos governadores, a posse da Ilha de Itamaracá, a qual, embora tivesse obtido em sesmaria, não a cultivara por si nem por seus herdeiros, como dispunha o Regimento.

Ainda nesse ano, mandava a mesma Câmara à Côrte um procurador com reclamações enérgicas contra o governador D Duarte da Costa, conseguindo a sua retirada.

Em 1641, a Câmara de São Paulo, procrastinando a aclamação de D. João IV, insuflou uma tentativa de independência, burlada pela abnegação de Amador Bueno

Por esta ocasião, a Câmara do Rio de Janeiro enfrentou os desmandos da guarnição portuguesa, obtendo com a sua enérgica atitude a carta régia de 28 de Junho de 1641, repreendendo o governador e ordenando providências.

Em 1684, a Câmara de São Luiz do Maranhão constituiu uma junta provisória, no lugar do governador deposto, e anulou a execução do alvará de 12 de Fevereiro de 1682, que havia criado no Maranhão uma companhia de comércio privilegiada, em favor de certos comerciantes de Lisboa. O procurador da Câmara do Maranhão, Manuel Guedes Aranha, apresentou à Côrte o seu famoso memorial, conhecido por *Papel Político,* onde se encontram estes rasgos de autonomia local

"Se os governadores representam as pessoas reais, as repúblicas (Câmaras e Senados) representam os primeiros governos do mundo Chama o direito às câmaras guardas e vigias da lei, por serem os verdadeiros membros das repúblicas formadas dos bons cidadãos e bons homens, que os povos elegem por suas cabeças para, em tudo que puderem, terem por ofício melhorarem os serviços de Deus e o de seus príncipes e o bem comum"

Veja-se ainda a linguagem altiva com que as Câmaras dêsse tempo se dirigiam ao próprio Rei A do Rio de Janeiro, em carta de 1 de Maio de 1654, assim se queixava da Companhia Geral do Comércio "Nossos clamores não chegam aos ouvidos de V Majestade, porque a Companhia tem poder e muita riqueza, e, quando chegam, não é servido de nos dar crédito"

E a da Paraíba do Norte, numa representação de 19 de Junho de 1610 "Temos razão de lembrar a V Majestade a grande obrigação em que está aos moradores desta capitania, na conquista da qual, sendo, como foi, tão larga, se deixa bem entender o muito sangue que derramámos e que nos há custado de nossas fazendas, sem ajuda alguma da de V Majestade"

As Câmaras tinham em grande conta a regalia de enviarem procuradores seus às Côrtes de Portugal Era por êsse intermédio que se exercia o direito de representação, analisando as queixas e reclamos da nacionalidade nascente contra os abusos dos agentes da metrópole

Fórmulas havia que, parecendo fúteis, eram símbolo de autoridade das Câmaras em face dos governadores Estava nesse caso o uso de trazerem as Câmaras pendão à frente em dias de festividade. Havendo entre o governador e a Câmara de Olinda um conflito de etiqueta por aquele motivo, e queixando-se ambos à Coroa, foi decidido pela provisão de 18 de Junho de 1677 "Que não tinham os governadores a menor autoridade no pendão das câmaras; e, não menos que êle, representavam estas a pessoa do Rei"

Outro relevante serviço prestado à nacionalidade pelas câmaras, é a ajuda decidida que deram à expulsão do estrangeiro invasor

Mal iniciado o movimento municipalista no Brasil, já as Câmaras de São Paulo, Santos e São Vicente correm, por duas vêzes, em auxílio de Mem de Sá, para bater os franceses na enseada do Rio de Janeiro

Em 1615, a Câmara de São Luiz do Maranhão dirige o movimento que dali expulsou Ravardière

Ocupada a Baía em 1654 pelos holandeses e aprisionado o governador, concentra-se a Câmara com os seus munícipes fora da cidade, e aí organiza a resistência até a chegada da esquadra libertadora

Em 1647, a Câmara do Pará, exprobando a covardia do Capitão-mor Lucena, resolvido a desamparar a cidade ameaçada pelos holandeses, instigou aquele comandante a atacar o inimigo em suas posições e a dominá-lo

Em toda guerra holandesa, não só as câmaras do país, como os seus munícipes, principalmente em Pernambuco, nobremente cumpriram o seu dever Concluída a guerra holandesa, fizeram ainda as nossas câmaras onerosíssimo sacrifício Portugal sujeitara-se a pagar à Holanda, pela vitória que lhe ha-

víamos posto nas mãos, uma indenização de quatro milhões de cruzados Dessa indenização determinou o govêrno português que as câmaras municipais brasileiras pagassem a quota anual de cento e vinte mil cruzados, o que em dezesseis anos perfaria quasi a metade daquela indenização. De tal contribuição, mais de metade tomou a si a Câmara da Baía, repartindo-se o restante pelas demais câmaras do país.

Não esquecer, por último, que a 10 de Novembro de 1710 a Câmara Municipal de Olinda ouve e aprova a proposta de Bernardo Vieira de Melo, para que *se declarasse a forma de govêrno republicano ad-instar dos venezianos,* iniciativa malograda, mas que dá aos pernambucanos a prioridade na idéia republicana no país

As câmaras e a independência nacional

Aproximando-se a fase da independência do Brasil, não é de menor importância a atuação das câmaras municipais nesse movimento de emancipação nacional

A Câmara de São Paulo envia ao Rio a famosa deputação presidida por José Bonifácio, a insistir com o príncipe para que não abandone o Brasil

A 9 de Janeiro de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, presidido por José Clemente, consegue de D Pedro a célebre audiência, em que o persuade a ficar no Brasil

A 8 de Fevereiro de 1822, a mesma Câmara submete à consideração do príncipe o projeto de convocação de uma assembléia legislativa, levando-o à assinatura do decreto de 3 de Junho do mesmo ano, que convocou a assembléia constituinte

Reunida e dissolvida a Constituinte, resolve o imperador, por decreto de 13 de Novembro de 1823, submeter às câmaras municipais o projeto de constituição elaborado pelo conselho de Estado Encarrega-se a Câmara do Rio dessa consulta e publica a 20 de Dezembro o famoso edital em que convida todas as classes da sociedade a inscreverem seus nomes em dois livros, um para os que aceitassem e outro para os que recusassem o juramento da constituição.

Verificado o consenso dos habitantes da Côrte ao imediato juramento da carta constitucional, dirigiu a mesma Câmara, a 9 de Janeiro de 1824, uma representação ao monarca, baseada em razões de profundo senso político Notáveis são a prudência e sentido conservador dêsse documento: "A tranquilidade do Império, Senhor, tem estado vacilante Haverá quem deseje continuar neste estado de oscilações esperançosas a respeito de um projeto de constituição discutido com as tardias formalidades dos corpos deliberantes, quando três anos não bastarão talvez para ultimar essa tarefa ? Entre constituirmo-nos já, e podermo-nos constituir, não há que duvidarmos na escolha".

Não há, portanto, negar a profunda influência exercida pelas municipalidades brasileiras na formação da conciência nacional e no movimento de nossa emancipação política

O município na constituição de 1824

O lugar concedido ao município na constituição imperial de 1824 não correspondia à relevância do papel histórico dessa instituição na formação da nacionalidade

Era, aliás, natural a insegurança dos organizadores daquela constituição em face de assunto tão delicado. Faltou-lhes a visão política, no desconhecimento da função que o município deveria exercer na consolidação do regime que haviam criado.

A constituição de 1824 limitava-se a determinar que em todas as cidades e vilas haveria câmaras, às quais competeria o govêrno econômico e municipal das mesmas cidades e vilas Essas câmaras seriam eletivas, sendo o vereador mais votado o seu presidente Uma lei regulamentar determinaria as funções de tais câmaras, a formação de suas posturas policiais, a aplicação de suas rendas e todas as particularidades e úteis atribuições

Essa lei regulamentar veio a 1 de Setembro de 1828 e dela data o declínio das municipalidades brasileiras, pois o que a caracteriza é êsse círculo vicioso atribuirem-se às municipalidades encargos exorbitantes e negarem-se-lhes quaisquer rendas para ocorrerem a tais encargos Citam os autores vários casos em que o ministro, assediado por consultas de Câmaras Municipais, em dificuldades, por falta de recursos, para execução de serviços a seu cargo, lhes aconselhava apelarem para o expediente das subscrições populares

Êrro político do ato adicional

O ato adicional de 12 de Agosto de 1834 atendeu aos reclamos de descentralização, que empolgavam os políticos da época O mal consistiu em que a visão estreita ou incompleta dêsses políticos não soube distinguir a descentralização administrativa da descentralização política E enquanto deixaram a pública administração no regime de férrea centralização, que dava ingerência pessoal ao imperador nos menores detalhes administrativos, centralização que só se veio a atenuar depois da guerra do Paraguai, quando os seus inconvenientes se tornaram por demais patentes, cometiam a gravíssima imprudência de atribuir funções políticas aos governos provinciais, lançando os germes fatais do regionalismo e particularismo, cujas consequências a república agravou e estão ameaçando gravemente o futuro da nacionalidade.

Enquanto aos municípios, o ato adicional os submeteu às assembléias provinciais, atribuindo a estas competência de legislar sôbre todos os assuntos municipais

Começa daí, verdadeiramente, o declínio da instituição municipal brasileira Perde ela aquele viço e pugnacidade dos organismos com vida e finalidade próprias, como elemento de consolidação política da nacionalidade, e passa a constituir mero viveiro de eleitores, na eterna manipulação das eleições viciadas, ambiente onde se emplumavam os nossos parlamentares retóricos, distanciados e esquecidos das realidades da vida nacional

E' um melancólico declínio, a provar que as instituições políticas não resistem ao vício do ambiente artificial, que lhes desconhece as próprias razões de existência.

O município na República

Na República, o mal só se fez agravar Os constituintes de 1891, dominados pela influência da constituição norte-americana, contentaram-se com uma homenagem teórica ao regime municipal — arremêdo do *self-governement* do direito anglo-saxônio —, determinando, no art. 68, que os Estados se organizariam por forma que ficasse assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeitasse ao seu peculiar interêsse. Às constituições estaduais competeria tratar das condições do organismo municipal

Era a reincidência no êrro do ato adicional de 1834 manter as funções políticas desagregadoras dos Estados e anular a influência consolidadora da nacionalidade, dos municípios, os quais, diga-se de passagem, já haviam perdido, de há muito, o hábito de tais funções Leiam-se as intermináveis discussões no Congresso Federal e dos Estados, os acórdãos dos Tribunais e os pareceres dos

doutos sôbre problemas do município quasi tudo versa aspectos eleitorais — a legalidade da nomeação de prefeito pelos governadores, as duplicatas de câmaras municipais e questões semelhantes

A Constituição de 1934, embora não corrigisse o mal profundo que ameaçava transformar a nossa federação numa confederação de Estados, firmou o princípio de que a autonomia municipal importava na eletividade do prefeito e vereadores; na livre decretação dos seus impostos e taxas, arrecadação e aplicação de suas rendas, e organização dos serviços de sua competência. Já não ficava de todo ao arbítrio das assembléias estaduais a fixação dos limites da autonomia dos municípios.

Reincidência no êrro Os constituintes repúblicanos reincidiam no êrro de visão política dos constituintes do império. Mais próximo dos acontecimentos, não compreenderam estes últimos que, até 1803, a política sagaz de Portugal fôra, no dizer de Azevedo Amaral, *"impedir a formação do Brasil"*. Para êsse fim o instrumento adequado foi a nossa divisão em províncias, barreiras separativas com que a metrópole mutilava administrativamente o Brasil, impedindo a sua consolidação política

O município era, ao contrário, de formação espontânea dos elementos já radicados no Brasil Atuava como centro de elaboração da conciência nacional, que despertava

A província era instrumento político de divisão e gerava os particularismos adstritos ao círculo dos interesses regionais, orientando-se mais para Portugal, do que para o Brasil; a província era dominada pelos burocratas, cumpridores fiéis e interessados de uma legislação formulada muitas vêzes contra as necessidades e sentimentos brasileiros

O município, ao contrário, era foco de patriotismo, a serviço permanente dos interesses e aspirações da nacionalidade nascente, com a missão política de célula elaboradora das energias cívicas da nacionalidade, contrapondo a conciência nacionalista às tendências do particularismo regionalista que se gerou no regime administrativo das províncias.

O município na constituição de 10 de Novembro Caberia à clarividência política do presidente Getúlio Vargas, ao elaborar a Carta Constitucional de 10 de Novembro, iniciar o reparo ao êrro dos constituintes, do Império e da República, imprimindo à estrutura política do país o sentido de verdadeira federação de Estados e afastando o perigo da confederação, em que nos íamos tornando, com as exageradas atribuições políticas arrogadas àquelas unidades federativas

Hoje, o govêrno, em sua alta e precisa significação política, é atribuição exclusiva do poder nacional. Os Estados são unidades de descentralização administrativa, sem maior significação de ordem política, contribuindo, porém, para a execução dos planos gerais de govêrno, com o inestimável contingente dos recursos de administração de que dispõem.

Aos municípios é, de certo modo, restituída a sua função histórica de célula política da nacionalidade Mantida a sua autonomia como preceito constitucional, e fixados os princípios dessa autonomia, determina a constituição de 10 de Novembro que a escolha dos vereadores se faça por eleição direta dos munícipes alistados eleitores, de acôrdo com a lei. Para os corpos governativos é a única eleição direta que a constituição admite Essa circunstância dá ao município o papel de escola primária na formação política dos nossos dirigentes.

Os municípios teem, ainda, função essencial na eleição para a Câmara dos Deputados Nacionais Os vereadores às câmaras municipais elegem em cada município dez eleitores, que, por sua vez, elegem aqueles deputados

Os municípios ainda concorrem para o colégio eleitoral do presidente da República, elegendo em cada Estado eleitores em número proporcional à sua população

Precisará dizer mais para compreendermos que a carta de 10 de Novembro restituiu ao município a função política, integradora da conciência nacional, que as constituições anteriores lhe haviam inexplicavelmente retirado ?

Frutos do novo regime municipal

As consequências dessa orientação sadia já se fazem sentir. Sente-se por toda parte o renascimento da vida local, pela convicção que se arraiga nos espíritos de que a atividade municipal não será mais, como no passado, absorvida pelos manejos da politicagem de campanário, mas que se organiza, sob a égide da nova constituição e a responsabilidade dos homens que a elaboraram e presidem a sua execução, no sentido de tornar-se "escola de patriotismo local e raiz do patriotismo nacional, digno objeto de primeiro amor do cidadão que se prepara para bem servir à grande pátria comum "

Pelo que se passa em Pernambuco podemos aquilatar o que vai no resto do Brasil as municipalidades numa emulação sadia, arrecadando escrupulosamente as suas rendas, preocupadas na realização de obras e melhoramentos que vão modificando o aspecto de nossas cidades do interior, em centros ativos de trabalho e progresso

Símbolo dessa salutar renovação político-administrativa do novo município brasileiro é bem o joven prefeito de nossa capital, essa verdadeira revelação de homem de govêrno, com que o Interventor Agamemnon Magalhães dotou a nossa formosa capital, dando-lhe um administrador à altura de seus problemas, que são tantos e tão complexos Rememorando, no "Dia do Município", a função histórica da instituição municipal, como integrador do espírito da nacionalidade e como célula elaboradora da vida nova que o Brasil quer viver para realizar os seus altos destinos, — eu saúdo em Novais Filho, o querido prefeito do Recife, a joven mentalidade política que há de instaurar, através do município, novos processos construtores de um Brasil mais forte e mais feliz

Porque, não nos iludamos, o futuro da federação brasileira e a estabilidade de sua estrutura política dependem da medida em que alargarmos a função administrativa dos Estados, como executores dos planos da política nacional, — e restabelecermos o município em seu papel histórico de instrumento unificador, como órgão de elaboração da "conciência homogênea da nacionalidade".

Dê expressão prática ao seu patriotismo, ajude o Serviço Nacional de Recenseamento a fazer os próximos Censos Brasileiros

SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR
(Diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal)

A MASCULINIDADE NO DISTRITO FEDERAL EM QUARENTA E NOVE ANOS

OS números representativos dos nascimentos, óbitos, casamentos, suicídios, etc., relacionados ao total da população, constituem sempre séries estatísticas hipernormais (Charles Jordan). A masculinidade, que é um exemplo clássico da estabilidade de uma probabilidade estatística, comparada em vários anos, forma, no Distrito Federal, uma série estatística hipernormal. A tabela mostra que na Capital da República, no período de 1890 a 1938, foram registrados 1.268.387 nascimentos, dos quais 657.453 masculinos, numa probabilidade média de 0,5163.

Para demonstrar que a série das probabilidades estatísticas é hipernormal, torna-se necessário calcular o coeficiente de Lexis:

$$L = \frac{\sigma}{\sqrt{\frac{pq}{n}}}$$

Quando $L > 1$ a série é hipernormal. σ é o êrro quadrático da série estudada e $\sqrt{\frac{pq}{n}}$ é o êrro quadrático da série correspondente ao teorema de Bernoulli. Equivale a supor que os afastamentos observados são devidos ao acaso, isto é, obtidos por sorteios de certas urnas; p é a média aritmética das probabilidades π_i observadas e n o número de observações. No caso, temos os seguintes afastamentos ϵ com as respectivas frequências f (ϵ)

ϵ	$\bar{f}(\epsilon)$	$\epsilon = \pi_i - p$	$\bar{f}(\epsilon)$
— 13	1	+ 1	1
— 12	1	+ 2	2
— 11	4	+ 3	2
— 10	3	+ 5	2
— 9	1	+ 6	1
— 8	2	+ 7	1
— 7	3	+ 9	3
— 6	3	+10	3
— 5	3	+11	2
— 4	1	+13	1
— 3	1	+14	1
— 1	3	+19	1
0	1	+23	2

$p = 0{,}5163 \quad \begin{matrix} Q\,3 = 0{,}5245 \\ Q\,1 = 0{,}5083 \end{matrix}$ terceiro e primeiro quartílios.

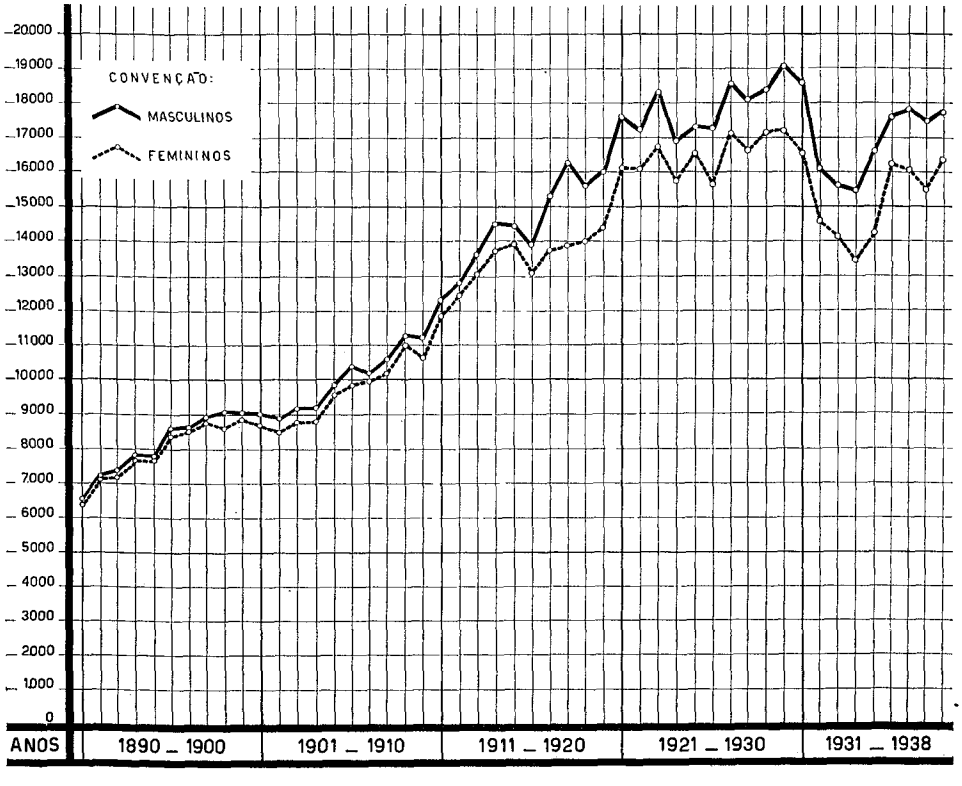
O êrro provável $\rho = \dfrac{1}{2}\,(Q\,3 - Q\,1) = 0{,}0081.$

Portanto, $p = 0{,}5163 \pm 0{,}0081$

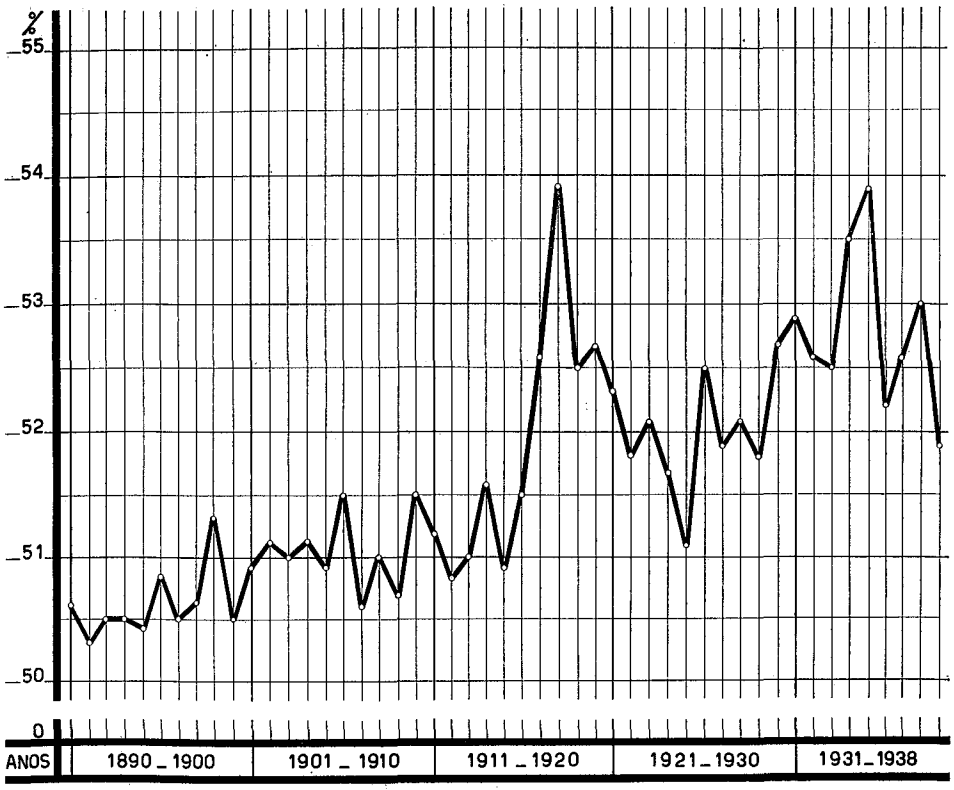
$$\sigma = \sqrt{\frac{0{,}004395}{49}} = 0{,}00947$$

$$\sqrt{\frac{p\,q}{n}} = \sqrt{\frac{0{,}24973431}{23570}} = 0{,}00325 = \sigma_B$$

n é a média harmônica das grandezas n_i



I — Nascimentos no Distrito Federal no período de 1890 a 1938



II — Percentagens de nascimentos masculinos, no Distrito Federal, no período de 1890 a 1938

$$\frac{1}{n} = \sum_{i=1}^{m} \frac{1}{n_i}$$

Concluímos, dêsse modo, que

$$L = \frac{\sigma}{\sigma_B} = 2{,}914$$

A série é, portanto, hipernormal.

Procuremos agora exprimir o grau de hipernormalidade da série pelo coeficiente de Charlier:

$$C = \frac{100\,\gamma}{p\sqrt{3}} \qquad \gamma^2 = 3\,(\sigma^2 - \sigma_B{}^2) \qquad \gamma = 0{,}0154$$

$$C = 1{,}723$$

A MASCULINIDADE NO DISTRITO FEDERAL — 1890/1938

ANOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% DE NASCIMENTOS MASCULINOS
1890	6.481	6.328	12.809	0,506
1891	7.200	7.111	14.311	0,503
1892	7.310	7.167	14.477	0,505
1893	7.834	7.684	15.518	0,505
1894	7.762	7.633	15.395	0,504
1895	8.590	8.323	16.913	0,508
1896	8.604	8.450	17.054	0,505
1897	8.907	8.687	17.594	0,506
1898	9.066	8.594	17.660	0,513
1899	9.070	8.882	17.952	0,505
1900	9.022	8.690	17.712	0,509
1901	8.920	8.532	17.452	0,511
1902	9.167	8.803	17.970	0,510
1903	9.223	8.838	18.061	0,511
1904	9.944	9.590	19.534	0,509
1905	10.413	9.815	20.228	0,515
1906	10.242	9.981	20.223	0,506
1907	10.652	10.226	20.878	0,510
1908	11.358	11.060	22.418	0,507
1909	11.284	10.633	21.917	0,515
1910	12.391	11.806	24.197	0,512
1911	12.807	12.423	25.230	0,508
1912	13.581	13.065	26.646	0,510
1913	14.548	13.661	28.209	0,516
1914	14.474	13.944	28.418	0,509
1915	13.857	13.070	26.927	0,515
1916	15.223	13.716	28.939	0,526
1917	16.210	13.882	30.092	0,539
1918	15.503	14.009	29.512	0,525
1919	16.057	14.398	30.455	0,527
1920	17.638	16.080	33.718	0,523
1921	17.239	16.043	33.282	0,518
1922	18.282	16.794	35.076	0,521
1923	16.939	15.798	32.737	0,517
1924	17.301	16.588	33.889	0,511
1925	17.297	15.662	32.959	0,525
1926	18.473	17.118	35.591	0,519
1927	18.080	16.592	34.672	0,521
1928	18.352	17.109	35.461	0,518
1929	19.071	17.117	36.188	0,527
1930	18.552	16.514	35.066	0,529
1931	16.089	14.523	30.612	0,526
1932	15.573	14.106	29.679	0,525
1933	15.431	13.433	28.864	0,535
1934	16.578	14.205	30.783	0,539
1935	17.694	16.204	33.898	0,522
1936	17.891	16.106	33.997	0,526
1937	17.512	15.513	33.025	0,530
1938	17.761	16.428	34.189	0,519
Total	**657.453**	**610.934**	**1.268.387**	—

LOURENÇO FILHO

(Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística — Secção de Estatística Educacional)

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (*)

A dificuldade do tema

A dificuldade do tema provém do embaraço que se encontra em delimitá-lo. O têrmo "tendência" possue um significado estrito na técnica estatística,[1] mas uma acepção muito larga na linguagem dos fatos sociais que não comportem acabada descrição numérica. Entre estes, figura a educação. Por ela se compreende, hoje, um vasto mundo de coisas e de relações, o complexo processo pelo qual as sociedades procuram transmitir, a cada nova geração, os seus ideais e as suas aspirações, os seus costumes e as suas técnicas, tudo com que visem assegurar a continuidade e o desenvolvimento das formas de vida coletiva Poder-se-ia acrescentar, em face dos novos processos de comunicação, que nela se deve compreender agora também o esfôrço dos grupos sociais tendente a difundir, ainda na mesma geração, dos centros culturais para as suas margens, aquele significado da existência e aquela técnica de viver. As sociedades atuais procuram, com efeito, com a educação e reeducação dos adultos, maior coesão de seus elementos, tentando — no que seja fundamental à sua existência, ao menos — coibir os fatores de diferenciação da cultura, ou opor-lhes resistência no que signifiquem desagregação.[2]

Dêsse amplo ponto de vista, as tendências de educação de um povo são as de sua própria vida social, as gerais e as particulares, as do presente e as do passado. Tudo que importe ou tenha importado à formação histórica e cultural, à organização social e política, às crenças religiosas, ao estatuto da família e ao do trabalho, às condições de desenvolvimento demográfico e de produção — isso importa também ao processo educativo, que é uma expressão de vida, multiforme, incessante e por tudo presente.

Ao investigador, no entanto, a conclusão não basta O educador de hoje sabe que o seu trabalho não se pode separar do contexto social, que lhe dá a origem, infunde-lhe as energias de crescimento e, afinal, todo o significado. Sabe também que um sistema pedagógico só pode ser compreendido e interpretado dentro dos quadros da vida coletiva. Mas esforça-se em caracterizar os fatos de valor propriamente pedagógico, e em correlacioná-lo com os demais, no afã de discriminar-lhe as relações de dependência, e poder, assim, alcançar seguros elementos de previsão. A ânsia de explicação no domínio dos fatos sociais é uma das características de nossa época; e nesse movimento, a educação não se põe à parte. Perquire e investiga, no desejo de contribuir também para a comunicação ao plano da vida coletiva da mesma atitude de pensamento experimental, já adquirida pelo homem em outros sectores da atividade.

Não se desconhece que, na educação sistemática, a investigação pedagógica alcança hoje resultados de grande precisão. No âmbito escolar, pôde ela instaurar um pensamento técnico, digno dêsse nome. Em relação à educação como fato global, o mesmo não se passa, à falta de elementos de perfeita caracterização e descrição objetiva Há, na educação, mesmo nas sociedades mais perfeitas, partes difusas, não de todo susceptíveis de clara observação. São como as correntes submarinas, de que as ondas da superfície não nos podem dar notícia. Não obstante, essas correntes estão em contínuo movimento, e acabam por denunciar a sua existência, nos efeitos próximos ou remotos, ou nas modificações que imprimam à parte visível, à educação que chamamos de intencional e sistemática. Estas admitem uma avaliação numérica, de descrição mais ou menos rigorosa. Sôbre a sua descrição, torna-se possível traçar as "tendências de ren-

---

(*) Conferência pronunciada no Departamento de Imprensa e Propaganda — Maio de 1940.

(1) Cf. DARMOIS, *Statistique et Applications*, Paris, 1934.

(2) Neste sentido, a ação educativa torna as formas de "difusão cultural" e "propaganda". Todas as feições de agitação pública, propaganda, ação legislativa ou administrativa só se mostram eficientes, diz J DEWEY, na medida em que se tornem educativas. Cf *The Public and Its Problems*, Nova York, 1927.

dimento", e pesquisar, pelo balanço também numérico de outros fatos sociais, as suas "condições determinantes", em cuja evolução se desenham as verdadeiras "curvas de tendências".

Para isso temos que dispor de uma descrição social tão perfeita quanto possível, pela estatística demográfica, de produção ou econômica, cultural em geral, e escolar Esta última nos revela, de modo relativamente simples, as direções superficiais da educação Não as confundamos, porém, com as condições verdadeiras do processo, e que elas apenas parcialmente exprimem. Como na organização dos sistemas pedagógicos podem influir, por exemplo, as variações da densidade demográfica ? Como, na diferenciação e articulação dos cursos, atuarão o volume e o valor da produção econômica e, sobretudo, o tipo social decorrente dessa produção ? Até que ponto outras expressões culturais estão correlacionadas com o desenvolvimento escolar e, sôbre êle, num ou noutro sentido, chegam a imprimir direção particular ?

Neste ponto, deve ser lembrado que a partir de 1932, por fôrça do Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, nosso país passou a possuir um excelente serviço no gênero, que progressivamente tem aprimorado a sua organização e os seus métodos de trabalho Deve ser lembrado também que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza uma gigantesca obra, que começa a refletir-se na organização geral dos serviços públicos de todo o país, e haverá de influir também, poderosamente, nos estudos da educação. Realmente, só com os dados recolhidos e sistematizados pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação, e com os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos seria possível chegar a certas conclusões contidas neste trabalho A tarefa que êsses órgãos realizam será especialmente aproveitada no futuro As lacunas, se não a completa ausência de levantamentos em períodos anteriores, impedem-nos, por largos períodos, visão mais clara da origem e da evolução da educação em nosso país e, à falta de outras estatísticas, nessas épocas, o estudo mais aprofundado de suas verdadeiras tendências.

Ainda assim, servindo-nos das indagações possíveis, tentaremos, com grandes deficiências, é certo, mas com alguma utilidade, traçar as grandes tendências de origem e organização, de rendimento, de evolução e da situação atual da educação brasileira, nas suas realizações e no pensamento pedagógico que as tenha acompanhado.

O ensaio valerá, sobretudo, como tentativa da aplicação de um método, mas que pelos resultados que logre apresentar.

Tendências de origem e organização

As tendências de origem e organização educativa estão ligadas, como é óbvio, aos fatos de nossa própria formação social e política: país de colonização, de trabalho fundado na escravidão e no latifúndio, por largo tempo; colônia, império, república As de origem filiam-se, por sua vez, às idéias de educação da época, trazidas da Europa, de onde procediam os colonizadores

Definir essas idéias não é tarefa simples Convém que se lhes faça uma referência, porque, não raro, vemos e ouvimos as mais estranhas afirmações a respeito. E' certo que só podemos julgar o passado, com as idéias e os sentimentos de agora, mas devemos nos esforçar por aquilatar dele pelas possibilidades dos quadros da vida social de então, não das que hoje possuímos No século XVI, as preocupações de educação popular não existiam, mesmo nos mais poderosos países Ler e escrever, em outros tempos, teria sido uma profissão definida, não uma condição generalizada de vida social. Saber o latim, na idade média, era uma obrigação funcional do clero e dos diplomatas. As primeiras escolas de linguagem comum haveriam de ser estabelecidas com os mesmos propósitos utilitários, pelas corporações de comércio do velho continente Só depois das lutas da reforma e da contra-reforma, e relativo aperfeiçoamento da imprensa, o conhecimento das letras haveria de apresentar objetivos menos utilitários, tornando-se um bem comum, para a propagação da fé A feição primeira de uma educação literária popular foi, inquestionavelmente, de fundo religioso

No sentido em que a expressão "instrução pública" veio a ser tomada, depois, pelos países modernos, a idéia encontra mais rigorosa definição, e agora de caráter político, na revolução francesa. Não chegou a ser por ela realizada, no entanto Onde o sentimento religioso da época e essa idéia se tenham conjugado, houve o florescimento da educação popular, como com os puritanos de Massachussets, que, já em 1647, cuidavam da criação de escolas, a todos abertas, com a instituição de uma taxa escolar *per capita* Isto é, faziam da educação

um "empreendimento do povo", que dela tomava conciência como função social necessária

Mas êsse acontecimento foi por assim dizer único Na Europa, a expansão da educação só veio a existir com a organização dos Estados políticos de "base nacional", decorrente das tentativas de domínio do continente por Napoleão Tornou-se um empreendimento, assim, não mais do povo, mas do Estado O movimento de Fichte, de que nasceu o vigoroso impulso educativo da Prússia, não teve origem no sentimento democrático, mas sim no sentimento nacionalista alemão A lei Guizot, na França, é de 1833, a criação de um órgão de direção e coordenação na Inglaterra, do mesmo ano Em Portugal, de onde haveríamos de receber de modo mais direto os influxos da organização social e política, a reforma de Pombal, em 1772, é uma tentativa audaciosa, mas prematura. O Ministério da Instrução só ali viria a ser criado em 1870, isto é, quasi cinquenta anos depois de nossa independência.

Os primeiros colonizadores não poderiam ter tido, portanto, nenhuma preocupação de cultura popular. Tiveram-na, a seu modo, os jesuítas que os acompanharam, e cuja obra nunca será exaltada em demasia. Conforme a documentação constante de precioso estudo do padre Serafim Leite,[3] já em 1575 e nos anos próximos, haviam os jesuítas estabelecido escolas preliminares e colégios em 13 pontos do território. No total, 15 estabelecimentos. Mas a Companhia de Jesús é expulsa em 1759. O marquês de Pombal imagina logo um vasto plano de organização pedagógica, em substituição ao dos jesuítas Pelo alvará de 28 de Junho são criadas 17 escolas — duas apenas mais que aquelas mantidas pela Companhia dois séculos atrás . Em 1772, estabelecia-se um "plano e cálculo geral" para as escolas de ensino elementar. Por uma carta régia do mesmo ano, criava-se um imposto especial para a manutenção das escolas, imposto êsse conhecido como o "subsídio literário". A queda do marquês prejudica a realização dessas idéias De modo que, ao fim do período colonial, só havia escolas nalgumas cidades e vilas, e ainda assim mal providas de mestres. A capital possuía, no entanto, deve-se salientar, três cursos públicos de latim, e bem frequentados

Que tendências poderiam ter ficado das tentativas dêsses três primeiros séculos ?

Ao esfôrço educativo dos jesuítas, deve o Brasil, como todos reconhecem, um dos fundamentos de sua cultura e de sua unidade nacional Terá ficado dele, porém, como observam vários autores, uma tendência demasiado literária em nossos estudos, o gôsto pela qualidade do bacharel, o desprêzo do homem cultivado pela ação real e o trabalho produtivo [4] Será a observação de todo verdadeira ? Não terá tido, nesse particular, maior influência sôbre os destinos da cultura nacional, a obra que se seguir sem dúvida enorme, de D. João VI, no sentido da cultura acadêmica ? Ou, uma e outra dessas tendências se firmaram em virtude do próprio tipo social e dos ideais do "homem culto" de Portugal, e um pouco de toda a Europa àquele tempo ?

A êsse propósito, convém lembrar que, ainda em trabalho recente, escreveu Léon Poinsard: "A atual educação portuguesa não corresponde à situação nova do mundo. Assim, muitas pessoas recebem ainda e conservam preconceitos que as paralisam, levando-as a desprezar o trabalho e as profisões lucrativas. Consideram mais digna, mais nobre, uma situação que se aproxime o mais possível das aparências da ociosidade. E' o que o faz preferir as carreiras liberais ou administrativas, com as quais se vive com mais tom e com mais facilidade, ao passo que a indústria e o comércio são mais trabalhosas e mais plebéias". Outrora, essa afetação de ociosidade chegava até o ridículo — é Poinsard ainda quem o afirma Um cronista que vivia e escrevia em Lisboa, por meados do século XVI, dizia: "Aquí somos todos nobres, e não levamos nada nas mãos pelas ruas.. O trabalho fez-se para os artesãos ou para os escravos. Assim, todo o homem obrigado a trabalhar acha-se relegado para uma situação subordinada ou mesmo servil. Essa vaidade pueril e funesta fez a infelicidade de Portugal, e ainda hoje lhe é prejudicial, porque, embora as idéias tenham já evoluído sensivelmente de há 20 ou 30 anos para cá, muitas pessoas ainda teem orgulho em evitar, pelo menos em público, tudo o que se pareça com uma ocupação mercantil, com uma profissão usual" [5]

---

(3) *História da Companhia de Jesús, no Brasil*, Lisboa, 1938

(4) "Seu gôsto teria sido se dedicarem por completo a formar letrados e bachareizinhos dos índios", diz GILBERTO FREIRE "Pelo que escreve o padre Simão Vasconcelos, na sua "Crônica da Companhia de Jesús no Estado do Brasil e do que Obraram seus Filhos", vê-se que os padres da Companhia aqui chegaram sem nenhum propósito de desenvolver entre os caboclos atividades técnicas ou artísticas; e sim, as literárias e acadêmicas". *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1934

(5) *Le Portugal Inconnu*, Paris, 1910 A êste propósito, escreve também GILBERTO FREIRE, ob cit : "Compreende-se que os fundadores da lavoura da cana nos trópicos americanos se tivessem impregnado, em condições de meio físico tão adversas ao seu esfôrço, do preconceito de que "trabalho é só para negro". Mas já seus avós, vivendo em clima suave, haviam transformado o verbo *trabalhar* em *mourejar*".

De uma ou outra forma, com a transferência da côrte portuguesa, em 1808, a tendência de estudos acadêmicos haveria de acentuar-se Com perfeita lógica, ao criar o novo Império, D João VI provia à formação dos homens doutos, dos elementos necessários à vida administrativa e social do tempo, à nobreza Cria, assim, escolas superiores — duas escolas médico-cirúrgicas, a Academia de Marinha, a Academia Militar, a Academia de Belas Artes, uma escola de comércio. Cria também várias cadeiras de ensino de humanidades: grego, retórica e poética, línguas estrangeiras . Quanto ao ensino propriamente popular, nenhuma iniciativa de verdadeira significação. E' certo que se teve em mente um plano geral de ensino elementar, que chegou a ser traçado pelo general Francisco de Borja Garção Stockler O subsídio literário foi extinto, porém, pelo decreto de 15 de Março de 1816, que criou o cargo de "diretor geral de estudos" Diga-se, de passagem, que para êsse pôsto foi nomeado o Visconde de Cairú A ação das câmaras municipais deixou de exercer-se diretamente no ensino E, com uma e outra providência, retirou-se a possibilidade de ação popular na organização pedagógica, isto é, a de que o povo a sentisse como reflexo das verdadeiras necessidades da vida social.[6]

Do reino unido nos fica acentuada tendência do ensino acadêmico e o desenvolvimento do ensino das artes Foi neste período, depõe Francisco de Paula Meneses, que "a poesia, a eloquência, a música, a pintura e a arquitetura se desenvolveram" [7]

Declarada a Independência, houve de parte dos constituintes notável empenho em dar maior desenvolvimento ao ensino do povo Seria natural Pretendia-se, no projeto da carta de 1823, que "cada vila ou cidade tivesse uma escola pública, cada comarca um liceu, e que se estabelecessem universidades nos mais apropriados locais" Um programa avançado para o tempo, que não se converteu em realidade Na carta política outorgada por Pedro I, as preocupações de educação pública se limitavam à declaração do "direito do cidadão à gratuidade da instrução primária" (art 179, da Const de 1824) . Ponha-se a educação em têrmos de "direito", a educação, um empreendimento do Estado...

A primeira lei, que devia encarar de modo mais positivo a cultura do país, só deveria vir mais tarde, a 15 de Outubro de 1827 Prescrevia que se fundassem escolas de primeiras letras, "em todas as cidades, vilas e lugares mais povoados do Império" A julgar pelos documentos oficiais da época, foram escassos os frutos da medida, tal a dificuldade em encontrar pessoas habilitadas para o ensino.

Já na Regência, com o "Ato Adicional", o encargo de regular a instrução primária e secundária foi entregue às assembléias provinciais Dependentes do govêrno imperial, só ficariam, daí por diante, o ensino superior e a instrução primária da capital do império. À tendência de estrita centralização administrativa de D João VI, sucedia assim a da descentralização. Voltaria a educação a ser um empreendimento do povo ?...

Surgiram as primeiras escolas normais do país: a de Niterói, em 1835; a da Baía, em 1836; a do Ceará, em 1845. Mas, fora disso, pouco se aproveitaram as províncias das faculdades que lhe eram concedidas O tipo de cultura estava definido, e se explicava pelo tipo de economia dominante no país.

Em 1837, criava-se um liceu, depois Colégio Pedro II Mas o segundo reinado prossegue sem mais vigorosas medidas em prol da educação popular Considerado um dos reinantes mais cultos da sua época, Pedro II demonstrava repetidamente interêsse pelas coisas do ensino; em seu govêrno, porém, não se fez executar qualquer programa educacional de larga envergadura Não escasseavam idéias e planos aos estadistas do Império, como se pode ver pela documentação pacientemente recopilada por Primitivo Moacir [8] Em 1874, João Alfredo propunha a criação de escolas profissionais, bem como a fundação de bibliotecas populares Em 1879, Leôncio de Carvalho apresentava um projeto de subvenção aos colégios primários, a criação de escolas ambulantes e de cursos para adultos. Em 1882, o ministro Rodolfo Dantas, depois de discutir a interpretação do estabelecido no Ato Adicional, salientava a importância de se disseminarem escolas normais pelas províncias, e de criar um fundo econômico para o incremento da educação popular. Esta última iniciativa provocou o "parecer" com que o deputado Rui Barbosa haveria de justificar o projeto de 12 de Setembro do mesmo ano

---

(6) Cf. PIRES DE ALMEIDA, H R , *L'instruction publique au Brésil,* Rio, 1889

(7) Spix e Martins puderam, no interior do Brasil, entender-se em latim com alguns professores régios Há um século ainda havia no sertão do Brasil professores de gramática latina AFRANIO PEIXOTO, *Marta e Maria,* Rio, 1931

(8) *A instrução e o Império* (3 vols), São Paulo, 1936 a 1938.

Mas a economia do império estava fundada na escravidão e no latifúndio O tipo de cultura era o de uma civilização agrária, a que a educação do povo não interessava diretamente Interessava a preparação de uma *élite*, que mantivesse os foros da côrte. A tendência se havia robustecido.[9] De forma que, ao findar-se a monarquia, para uma população de quasi quatorze milhões, a matrícula geral das escolas primárias era de pouco mais de 250 mil alunos. Mantinha-se em nível elevado o ensino acadêmico (de medicina, direito e engenharia) e do de belas artes, que chegava a atrair estudantes de outros países da América. Mas o ensino secundário, tanto quanto o primário, era insuficiente e mal orientado, em relação às necessidades reais do povo.

A República viria manter a mesma tendência A idéia de uma educação para servir à organização e direção social não encontrava amparo no pensamento nacional, mais imbuído de formas jurídicas, *a priori*, que da capacidade de ver e sentir os problemas reais da mudança social. O Ministério de Instrução Pública, com Benjamim Constant, haveria de ser, por isso, episódio efêmero. E discutiu-se, por longos anos, se o govêrno central poderia ou não poderia cuidar da educação primária nos Estados...

Desde 1900, porém, vozes das mais autorizadas começavam a clamar no Congresso Nacional, por uma intervenção direta e positiva, por parte da União. Autorizações legislativas diversas foram sancionadas em 1906, 1908 e 1910, sem que delas adviesse qualquer resultado prático. Em 1917, decidiu o govêrno federal fechar escolas particulares nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde brasileiros natos recebiam instrução desnacionalizadora. E no ano seguinte, votava-se auxílio, por parte da União, para as escolas que os governos dêsses Estados fundassem, em substituição àquelas. Criaram-se algumas centenas de classes com êsse auxílio, e ficava assim, por ato efetivo, resolvida a importante questão da necessidade de "ação supletiva" do govêrno federal, na instrução primária. Não foi a idéia democrática que o havia de levar a isso. Mas uma necessidade de defesa da comunhão nacional. Em 1922, era já agora o govêrno da União que promovia uma "Conferência Interestadual do Ensino Primário e Secundário", para melhor coordenação dos esforços das administrações locais. Nesse mesmo ano, foi apresentado ao Congresso Nacional um projeto visando tornar obrigatório o ensino primário. Não teve também andamento. Em 1925, aprova-se uma reforma do ensino secundário, enviada ao Congresso pelo ministro João Luiz Alves, e na qual se autorizava expressamente a União a auxiliar o ensino elementar nos Estados Houve falta de dotação orçamentária. Na reforma constitucional de 1925-1926, faz-se paladino da idéia intervencionista o deputado Afrânio Peixoto, que apresenta uma emenda ao projeto de revisão constitucional, propugnando por "uma orientação nacional do ensino primário, democratização do ensino secundário, fiscalização do ensino profissional e criação de fundo de educação". Essas idéias também não lograram aprovação. O velho clima de idéias perdurava.

E' certo que, nos 40 anos de República, o ensino primário teve relativo desenvolvimento, embora muito desigual nas várias regiões do país. E desigual, porque desigual haveria de ter sido o desenvolvimento demográfico e econômico O crescimento do ensino secundário foi comparativamente menor. Iniciado com a instituição de cadeiras autônomas de ensino de latim, retórica e filosofia, ainda na época colonial, ficou, nesse grau de ensino, a tradição de estudos por disciplinas separadas, mais tarde consagrada em leis do Império e da República que admitiam "exames parcelados", para ingresso nas escolas superiores Não tinha outra função êsse ensino. Nos primeiros anos da República, tentou-se suprimir o defeituoso regime, com a exigência do exame de "madureza", mas a lei não pôde ter execução cabal e foi, por fim, revogada.

O ensino profissional, considerado pelo govêrno central, em 1909, não chegou a ser cuidado segundo as novas exigências que o trabalho vinha apresentando. A tentativa permaneceu sem maior desenvolvimento, a não ser no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde suscitou a iniciativa local. O ensino superior apresentou, no entanto, durante os primeiros quarenta anos da República, considerável crescimento. Os seus objetivos eram o do preparo para as profissões liberais: direito, medicina, engenharia, odontologia e farmácia Nenhum núcleo de estudos desinteressados chegou a ser previsto pela legislação do ensino e os que se organizaram, por iniciativa oficial ou privada, não mantinham relações necessárias com as instituições didáticas

Donde, as tendências de 1889 a 1930 poderem ser assim resumidas permanência do espírito da educação formal ou do ensino literário; o ensino profis-

(9) Já disse um sábio estrangeiro que nos soube observar, Luiz Agassiz: "nenhum país tem mais oradores nem melhores programas: a prática, entretanto, falta completamente" E o nosso José Bonifácio, com amarga experiência, "empreendem muito, nada acabam " AFRANIO PEIXOTO, *loc. cit*

sional, apenas iniciado, com algum desenvolvimento onde o trabalho industrial começa a ser organizado, mas ainda sem plano de conjunto e sem articulação definida com os ramos do ensino comum; nestes, o primário apresenta relativo desenvolvimento; crescimento comparativamente menor teem os cursos secundários, cuja finalidade única é o do preparo para os cursos superiores; desenvolveram-se os institutos de preparo do magistério primário, não assim os de preparo do professorado secundário; a tendência de descentralização administrativa e política permanece [10] Estas são as grandes linhas, observadas em relação a todo o país Diferenciações regionais se apresentaram, evidentemente, mas não podem preocupar neste estudo de caráter geral

O que é de salientar é que, por todo um século de existência livre, não se chegou a ensaiar um plano orgânico, nem siquer a orientar as tentativas dispersas das províncias e, mais tarde, dos Estados, mesmo com a investigação, coordenação e divulgação dos dados de estudo necessários A rigor, não se vinha processando, no plano sistemático, uma educação "brasileira", de objetivos e conteúdo nacionais. Os planos parciais mostravam afinidades, maiores ou menores, por fôrça das tendências gerais já apontadas, e em virtude dos fatores de expressão cultural não propriamente dependentes da escola, com exclusividade

A necessidade de um plano geral era, no entanto, tão sensível que, à falta da iniciativa oficial, se despertava a iniciativa privada Algumas associações esforçaram-se por um movimento de coordenação nacional, promovendo congressos e reuniões de estudo Aos Estados de maior ou melhor desenvolvimento pedagógico, solicitavam outros missões de professores Êsse movimento é paralelo à campanha cívica, que teve Bilac por paladino, e cresce com ela Funda-se uma associação de educação de caráter "nacional" Mais tarde a Academia de Letras institue um prêmio periódico, segundo cláusula do testamento de seu maior benfeitor, para a mais perfeita monografia sôbre "o melhor modo de divulgar o ensino primário no país". Uma literatura de cunho social, na qual os aspectos da educação e ensino não eram esquecidos, começava a aparecer E nela se começava a clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural Procuravam, os próprios educadores, por influência das idéias de método e eficiência do ensino, a princípio, reagir, a seu modo, na consideração dos problemas sociais. A reforma de 1927, em Minas, a de 1928, no Distrito Federal, e algumas outras são disso clara expressão

Não esqueçamos, porém, os fatores de transformação do trabalho; o primeiro surto industrial fôra iniciado por volta de 1885 A maior evolução industrial, como tão bem assinala Roberto Simonsen, havia de dar-se, porém, nos últimos dezoito anos Êsse novo estado de coisas havia de tender à criação de um novo tipo de sociedade, e refletir-se na consideração das questões da educação e cultura, no novo ambiente que a industrialização vinha criar [11]

Tendências reveladas pelo pensamento pedagógico

De tudo isso, que reflexos ou que influências vamos encontrar na evolução do pensamento pedagógico brasileiro? Êsse pensamento existe, é uma realidade também a ser considerada, embora não possa ser tomado sempre como expressão das tendências gerais ou dominantes na educação. Assim como há uma história da economia e uma história das doutrinas econômicas, pode-se dizer que há uma história da educação e uma história das doutrinas pedagógicas em geral, e em relação a cada povo As duas realidades, embora relacionadas, não se confundem

Para o estudo da bibliografia pedagógica, podemo-nos servir dos prontuários do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o qual, prosseguindo num trabalho iniciado pela extinta Diretoria Nacional de Educação, tem registrado os estudos de educação desde o ano de 1812 — data a que se refere o primeiro ensaio brasileiro relativo ao ensino, encontrado nas coleções da Biblioteca Nacional — até nossa época. O registro alcança 128 anos e 836 peças; é necessariamente incompleto, e está sujeito a retificações Mas ainda assim expressivo

(10) "A Constituição de 24 de Fevereiro, atribuindo aos Estados a instrução primária e à União e aos Estados, conjuntamente, o ensino secundário e o superior, quebrou a unidade do ensino público e anarquizou-o, por subordiná-lo a interferências diversas e contingências dependentes até, da situação econômica das diversas circunscrições da República" — TEIXEIRA BRANDÃO, *A educação nacional no Regime Republicano*, Rio, 1907

(11) O recenseamento de 1920 demonstra que, dos capitais invertidos nas indústrias do país, até êsse ano, menos de 10 % tinham sido aplicados anteriormente a 1885; 23 % entre 1885 e 1895; 11 % entre 1895 e 1905; 31 % entre 1905 e 1914, e 25 % entre 1914 e 1920 A produção industrial de hoje é duas vêzes maior, em volume, que em 1920 Cf ROBERTO C SIMONSEN, *A evolução industrial no Brasil*, São Paulo, 1939

Antes de tudo, será interessante assinalar o movimento quantitativo da bibliografia pedagógica, o que demonstrará o maior ou menor interêsse do pensamento brasileiro em tomar conciência das questões educativas. Os 128 anos assinalados permitem uma divisão em quatro períodos de 25 anos e um de 28 No primeiro período de 1812 a 1836, registraram-se sete obras; no seguinte, de 1837 a 1861, 31; no terceiro, de 1862 a 1886, 147; no quarto, de 1887 a 1911, 89; enfim, no de 1912 a 1939, 569

Deve-se assinalar que, em todo o período do império, ou seja em 67 anos, só se computaram 193 trabalhos Nos primeiros 40 anos da República, 352. De 1930 a 1939, 291 O total dêstes últimos nove anos supera, como se vê, não só o obtido em todo o império, mas também o de todo o século decorrido entre os anos de 1812 a 1911

Quais as tendências reveladas nas obras impressas nesses diversos períodos? Até 1882, decorridos mais de 70 anos depois da primeira publicação, a bibliografia pedagógica se resumia quasi que em relatórios oficiais, de escasso valor doutrinário e, às vêzes, mesmo informativo, ou discursos de propaganda. Os relatórios se queixam, em geral, da deficiência dos dados numéricos, pelos quais se pudesse avaliar do desenvolvimento do ensino. Quando preocupações de ordem técnica aparecem cifram-se em discutir o processo do "ensino mútuo", ou de Lancaster. A primeira obra de doutrina sistemática data de 1865, numa tradução do "Compêndio Prático de Pedagogia", de Daligault, devida a Joaquim Pires Machado Portela, que imprimiu nesse ano a primeira edição no Recife, vindo a dar, logo após, a segunda, no Rio Como obra original, tem primazia a de Carlos Augusto Soares Brasil, "Compêndio de Pedagogia", editado em 1878. Pode-se, aliás, fazer uma idéia da pedagogia do tempo, pelo título, um pouco longo talvez, mas elucidativo, de um opúsculo de Abílio César Borges, publicado em 1866 "Vinte anos de propaganda contra a palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade"

O primeiro trabalho sôbre ensino normal aparece em 1846; sôbre o ensino da higiene, em 1868; sôbre o ensino profissional (e julgamos que tenha sido a única em todo o período) em 1876; sôbre o ensino dos surdos-mudos, no ano seguinte. Com referência à liberdade de ensino e obrigatoriedade escolar, imprimem-se vários panfletos, entre 1867 e 1876. O primeiro trabalho sôbre criação de universidades é editado em 1873; a idéia de um "plano nacional de educação", exposta num folheto com êsse título, em 1874, por Januário da Cunha Barbosa A expressão "brasilismo" aparece como título de um compêndio de educação doméstica em 1858; a expressão "educação nacional" figura como título de uma obra editada em 1878, e em duas outras, três anos após. E' curioso notar que, nesse período, se publicam nada menos que sete trabalhos relativamente à educação física O primeiro data de 1828

Nova fase é inegavelmente aberta ao pensamento pedagógico, em 1882 e 1883, com os pareceres de Rui Barbosa, relativos aos projetos de ensino primário, secundário e superior, apresentados ao parlamento. Até então, os que se vinham preocupando com a educação e o ensino, inspiravam-se principalmente nos modelos franceses e portugueses. Rui oferece uma documentação preciosa, com referência às realizações da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. O mais simples cotejo entre a bibliografia até então existente e o monumento de saber que êsses trabalhos representam, levam a compreender que o ambiente geral de pensamento brasileiro não estava preparado para recebê-los. Pretendendo transplantar idéias de ambientes sociais muito diversos do nosso, é certo que êsses pareceres haveriam de apresentar conceitos e aspirações que não se ajustassem à realidade nacional. Tinham de ser esquecidos pelo parlamento, como foram

Não obstante, o esfôrço parece ter sido produtivo. Dêsse ano, às vésperas da República, publicam-se alguns notáveis trabalhos sôbre organização universitária, ensino secundário e administração e política escolares, estando entre estes o volume do Visconde de Ouro Preto, que defendia as idéias de criação de um "fundo escolar" e a competência dos poderes centrais para criar e manter estabelecimentos de ensino nas províncias Figuram, entre os trabalhos publicados em 1884, várias memórias apresentadas ao Congresso de Instrução, realizado na Côrte, no ano anterior, das quais merecem especial menção o ensaio de Maria Guilhermina de Andrade, "Organização dos jardins de infância"; o de João Barbalho, sôbre a "Coeducação dos sexos nas escolas primárias, normais e secundárias"; e o de Silvio Romero, sôbre "Ensino primário obrigatório" Vários ensaios relativos à administração escolar, disciplina, programas e métodos, revelam já um nível diferente no encarar as questões da educação, e novas tendências, com aplicação dos conhecimentos científicos da época O ideal da educação do povo, pelo seu aspecto formal — a "alfabetização", começa a ser manifestado. Também a reforma de métodos se inicia. A aplicação dos processos do ensino intuitivo

passa a ser uma tendência dominante Em 1884, edita-se pela primeira vez o volume "Lições de Coisas", de Saffray. Em 1886, Rui Barbosa não desdenha traduzir as "Primeiras Lições de Coisas", de Calkins No ano seguinte, M Camilo Passalaqua dá a público as suas lições sôbre "Pedagogia e Metodologia", e, em 1888, Felisberto de Carvalho lança o seu "Tratado de Metodologia", para uso de professores e alunos de escolas normais

A fase a seguir é a das tendências dos primeiros anos da República, com as idéias de Benjamin Constant, e o do movimento extraordinariamente fecundo do "Pedagogium", por êle criado, na Capital Federal E' o movimento também da reforma de Caetano de Campos, Cesário Mota e Gabriel Prestes, em São Paulo, o qual reflete as idéias da organização pedagógica norte-americana.

Nos primeiros anos do século, José Veríssimo publica o seu formoso estudo "Educação Nacional". Surgem várias revistas pedagógicas Multiplicam-se os compêndios de pedagogia Aparecem, no Rio de Janeiro, os trabalhos de Manuel Bomfim, de Pinheiro Guimarães, de Feliciano Pinheiro Bittencourt, de Alfredo Gomes; em São Paulo, os de José Feliciano; no Paraná, os de Dario Veloso; em Minas, os de Firmino Costa.

A preocupação de adaptar-se o ensino à moderna psicologia começa a ter os seus primeiros reflexos, depois de 1910 Em 1913, a Imprensa Nacional publica "Ensaios de Psicologia e Pedagogia", de Antônio Sérgio. Em 1914, um trabalho de A Sampaio Dória faz as primeiras referências aos testes. Nesse mesmo ano, aparece uma publicação do Laboratório de Psicologia da Escola Normal de São Paulo, organizado pelo professor italiano, para aí contratado, Ugo Pizzoli. Surge o primeiro estudo brasileiro sôbre a educação de crianças anormais da inteligência, elaborado por Basílio de Magalhães.

De par com essas tendências de compreensão e aplicação das novas doutrinas pedagógicas, elabora-se um movimento em prol da maior adaptação do ensino ao meio rural. Estamos já agora em 1918. Antônio Carneiro Leão publica o primeiro trabalho de que temos notícia, defendendo a idéia de se dar à educação popular um sentido prático, com acentuada orientação ruralista. O pensamento pedagógico ensaia ver além das paredes da escola Realiza-se, em São Paulo, em 1920, uma campanha de redireção social da educação, baseada no espírito de nacionalização e democratização do ensino, de que o volume de A. Sampaio Dória "Questões do ensino" dá documentada notícia Êsse movimento tenta alcançar todo o pensamento nacional, como se vê pelos "Anais da Conferência Interestadual do Ensino", realizada em 1922. Os trabalhos de José Augusto e Monteiro de Sousa alcançam alguma repercussão, na tribuna da Câmara e em escritos diversos.

Mas, à falta de maior apoio, o pensamento pedagógico volta a preocupar-se com temas de caráter técnico mais especializado Em 1924, imprime-se o primeiro trabalho de exposição geral sôbre a questão dos testes, devido a Medeiros e Albuquerque. Em 1926, um documento valioso relativo às tendências das idéias de educação da época aparece sob a forma de um inquérito entre vários professores, levado a efeito por Fernando de Azevedo, no jornal "O Estado de São Paulo". Em duas ou três respostas, acentua-se corajosamente a reforma social necessária à educação.[12]

Dêsse momento, parece datar também um novo período. Desenvolvem-se os estudos psicológicos e sociais no país, e, com êles, os de renovação pedagógica. Aparecem, sucessivamente, traduções de autores franceses, suíços, belgas, norte-americanos, e, de par com elas, estudos originais brasileiros, que alcançam o interêsse de um público mais numeroso Em 1928, a Associação Brasileira de Educação lança um inquérito sôbre o "Problema Universitário Brasileiro", e, no ano seguinte, "O problema brasileiro da escola secundária". O ensino profissional começa também a preocupar, como se vê de trabalhos de Fidelis Reis e outros.

Em 1930, a situação era a de uma intensa agitação de idéias e tendências diversas. Um sentido de coordenação nacional de toda a obra da educação começava a firmar-se, em parte graças aos congressos da Associação Brasileira de Educação (Curitiba, 1927; Belo Horizonte, 1928; São Paulo, 1929). Nenhuma tendência ou diretriz, porém, se evidenciava ainda como perfeitamente clara e definida Havia uma aspiração, mais que diretrizes assentadas Dentro dos quadros políticos do momento, a coordenação de um pensamento nacional devia encontrar, como encontrava, não pequenos obstáculos

(12) A matéria do inquérito referido acha-se publicada em volume, sob o título *A educação pública em São Paulo*, São Paulo, 1937

Tendências de rendimento

Apontadas as grandes linhas da evolução histórico-social e as do pensamento pedagógico, podemos ver, agora, como se apresentavam as tendências de rendimento da obra de educação sistemática, ou escolar, até 1930 A documentação estatística permite-nos estudar, por mais longo prazo, tão somente o ensino primário, do que possuímos os dados, embora com lacunas, a partir de 1871.[13]

A inspeção das tabelas demonstra logo ao primeiro exame uma tendência de crescimento constante e ininterrupto no número de escolas, como no de mestres e alunos, o que não é para causar surpresa, à vista do desenvolvimento geral demográfico e econômico do país. Em 1871, o total de alunos era o de 138 mil, para uma população total de cêrca de 10 milhões O total de alunos dobra dezoito anos depois, no ano final do Império Duplica, em 1902, depois de treze anos de República; já é então de 540 mil. Dobra, ainda, em 1918, agora 16 anos mais tarde. Atingimos um milhão de alunos. Dobra, ainda uma vez, em 1933, ano em que a matrícula alcança dois milhões e duzentas mil crianças.

A tendência média expressa por êsses algarismos é a da duplicação de matrícula em cada prazo de 15 anos. Mas teremos logo que acrescentar: o período em que se dá essa duplicação tende a diminuir progressivamente.

Trata-se aí da tendência do crescimento absoluto. Mas o crescimento relativo deu-se em proporção mais acentuada. De fato, nos 67 anos a que os dados se referem, a população total do país cresceu em 4 vêzes e meia A matrícula das escolas primárias em 16 vêzes. Os índices de alunos matriculados por mil habitantes darão uma idéia mais clara dêste crescimento efetivo ou real. Assim em 1871, tínhamos 14 crianças matriculadas em cada mil habitantes. Em 1889, 18 Em 1907 havíamos alcançado a quota de 29 Em 1920, a de 41 Em 1930, a de 52.

Quanto ao número de escolas, verifica-se tendência de ritmo diverso. De 1871 a 1889, o crescimento acompanha o da matrícula. Esta duplicou, como vimos Duplicou, no período, também o número de escolas. O número médio de alunos por escola era o de 35, tanto em 1871, como ao fim do império. E' que o sistema escolar se apresentava como o mais primitivo: salvo algumas escolas de uma só classe ou de um só professor. A República difunde novas fórmulas de organização escolar. Instalam-se escolas reunidas e grupos escolares, por todos os Estados. A matrícula média por escola vai gradativamente subindo: é de 51, em 1907; de 57, em 1920; de 63, em 1930. A matrícula sobe, no período de 1871 a 1930, de 16 vêzes; o número de escolas apenas de 8 Isto significa que a expansão escolar atendeu especialmente às zonas de população adensada, ou seja, às vilas e cidades.

Quanto ao aumento do número de professores, é êle quasi paralelo ao de alunos. Assim, dos 4 mil professores primários, de 1871, e dos 8 mil do comêço da República, passamos a ter 59 mil, no ano de 1930.

Não há, para o mesmo período, dados comparáveis com relação ao ensino secundário, superior e profissional. O crescimento não se deu, porém, no mesmo ritmo do do ensino elementar. Em 1930, os alunos do curso secundário regular orçavam por 30 mil. Os do ensino superior, por 28 mil.

As tendências de rendimento exprimem as mesmas tendências gerais da evolução histórico-social e econômica. Há, na linha de desenvolvimento do ensino popular, uma inflexão de maior crescimento, logo após o início do primeiro surto industrial do país, e que coincide com a implantação do regime republicano. Uma nova inflexão a partir de 1909; outra, de 1920.

As observações se referem aos resultados gerais observados no país. As tendências registradas nas diferentes regiões exigiriam estudos particularizados, que não podem estar nos objetivos dêste ensaio Só por êles poderíamos verificar, no entanto, certas influências que expliquem essas variações

De modo geral, podemos dizer que os índices de desenvolvimento absoluto do ensino primário não teem encontrado, nos Estados, forte correlação com os de maior ou menor densidade de população. Encontram correlação um pouco mais alta com os da renda de impostos recolhida pelos Estados e a União. As taxas de crianças de 7 a 12 anos, matriculadas nas escolas, variáveis de Estado a Estado, apresentam, porém, uma correlação muito forte com as da renda estadual "per capita"; e correlação menor, com as da renda federal

(13) Cf Diretoria Geral de Estatística, *Estatística da Instrução*, Rio, 1916; e M A Teixeira de Freitas, *O que dizem os números sôbre o ensino primário*

No período a que se faz referência, o crescimento da educação popular se operou, com rara discrepância, em função da potencialidade econômica de cada região

À vista dos resultados obtidos, em confronto com os da população escolar, mantida, porém, a mesma tendência geral (isto é, a duplicação da matrícula, em cada período de 15 anos, e o aumento da população, em 50%, no mesmo período) — pode-se dizer que uma taxa expressiva dessa população só poderia vir a frequentar escolas dentro de dezesseis anos, isto é, em 1956

Mas as tendências expressas no último decênio são, felizmente, de outra ordem, como havemos de verificar

Tendências verificadas no último decênio

Não é de boa técnica fatigar com os números, para que êles possam ser estimados. Deixaremos assim de parte outros índices, para examinar as tendências que se apresentaram na educação do país, no último decênio, ou seja depois da Revolução de 1930.

Seria natural que o govêrno provisório então instituído passasse a encarar os assuntos de educação e cultura de forma diversa da do passado E' certo que não é ainda possível fazer-se estudo completo das causas do referido movimento nacional Entre elas, porém, não devem ser esquecidas as aspirações de cultura, por muitas formas claramente expressas, ou sentidas como fôrças latentes A inquietação social, de que resultou o movimento de 30, provinha de condições econômicas, de condições político-partidárias, dos reflexos da situação mundial de após-guerra Não lhe faltava, no entanto, um sentido cultural, talvez não perfeitamente definido, à falta de centros de elaboração superior de investigação, mas inegável e, por muitos aspectos, agudo Isso explica porque, logo nos primeiros dias do novo regime, se tivesse instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública

A criação dêsse Ministério especializado não deveria constituir acidente passageiro, como o da primeira república A sua permanência, o desenvolvimento de sua organização e de seus serviços, no correr do decênio quasi transcorrido, corporificam novas tendências a serem salientadas O desenvolvimento dos serviços tem-se operado no sentido de uma melhor articulação das instituições de educação e cultura, em todo o país, tendo em vista uma organização de técnica e de objetivos nacionais Se acaso, nesse desenvolvimento, uma perfeita hierarquização dos problemas não vem sendo definida senão nos últimos anos, o fato encontra explicação nas próprias condições em que a educação do país vinha evolvendo até então

Em 1931, reorganizou-se o ensino secundário, com a substituição do regime de exames parcelados, pelo de cursos seriados, admitiu-se o ensino religioso facultativo, nas escolas; remodelou-se o ensino superior, e firmou-se um "convênio interestadual" para o levantamento das estatísticas de educação. Êste último fato é digno de maior relêvo. Quando os problemas sociais atingem maior maturação, exigem dados numéricos, com os quais só então passam do terreno das hipóteses para o terreno das realidades

Ainda nesse ano se estabeleceu o emprêgo de quotas obrigatórias do orçamento dos Estados e dos municípios, para o desenvolvimento da instrução A Constituição de 16 de Julho de 1934 veio confirmar a aplicação de nunca menos de dez por cento, da parte dos municípios, e nunca menos de vinte por cento, da parte dos Estados, da renda dos impostos, "na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos" (art 156) Estabeleceu que à União caberia fixar um "plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados", cuja coordenação e fiscalização lhe caberia (art 150)

De 1930 a 1934, teve o Ministério organização demasiado singela para os problemas a que deveria dar solução, já em relação às questões do ensino, que deveria disciplinar, em todo o país, já em relação à cultura Nesse ano, tenta-se dar-lhe outra estrutura, para os fins de investigação e análise dos variados assuntos a seu cargo, com a criação de uma diretoria nacional de educação. Mas o seu novo período de ação deveria ser marcado com a reforma que lhe havia de imprimir a lei n º 378, de 13 de Janeiro de 1937, devida à iniciativa do Ministro Gustavo Capanema Nos documentos que acompanharam o projeto governamental ao poder legislativo, encontra-se claramente definido o novo espírito e sentido que nortearam a reforma proposta. Há a destacar três pontos especiais: o de uma tendência de racionalização da administração; o de maior projeção nacional dos serviços, o de mais larga compreensão das funções da educação

escolar e extra-escolar Classificavam-se os vários órgãos e serviços em categorias distintas; dividia-se o país em regiões de administração da educação, definia-se a ação supletiva da União, em matéria de ensino e educação, e estabelecia-se um Instituto Nacional de Pedagogia; criavam-se serviços para o estímulo e desenvolvimento de instituições de educação, que não simplesmente as escolas Entre estes últimos figuram o Instituto Cairú, destinado a organizar a Enciclopédia Brasileira, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes; a Comissão de Teatro Nacional; o Serviço de Radiodifusão Educativa; o Instituto Nacional de Puericultura; a Conferência Nacional de Educação. A nova estrutura do Ministério definia, enfim, a política de educação a ser desenvolvida em um largo plano de coordenação nacional dos serviços de ensino, propriamente dito, e dos de cultura, nas suas variadas formas, exprimindo uma nova orientação administrativa

A Constituição de 10 de Novembro de 1937 veio reafirmar essa orientação esclarecendo-a no sentido de educar a juventude para o trabalho. Em seu art. 129, diz que o ensino pré-vocacional e profissional é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado; que é dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes. No art. 132, declara que o Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civís, para o fim de organização de períodos de trabalho anual, nos campos e oficinas, nas quais a juventude se adestre para o cumprimento dos deveres para com a economia e a defesa da Nação.

O aparelhamento do ensino técnico-profissional, mantido pela União, passou a merecer maiores atenções Uma comissão mista dos Ministérios da Educação e do Trabalho tem a seu cargo o estudo dos cursos e escolas a serem estabelecidos nas fábricas e oficinas, e cujos trabalhos estão em fase final

Por outro lado, as exigências de estudo objetivo dos novos problemas, propostos à administração da educação, determinaram a instalação, em 1938, do órgão técnico, previsto no ano anterior, e agora em funcionamento, com o título de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. No mesmo ano, foi instituído o Conselho Nacional de Cultura e criada a Comissão Nacional de Ensino Primário, esta para o fim de estudar as bases da organização da educação elementar, em todo o país, e de estabelecer um "plano de combate ao analfabetismo" Ainda em 1938, estabeleceu-se a Comissão Nacional do Livro Didático Em 1939, criou-se a Faculdade Nacional de Filosofia, na qual figura uma secção de pedagogia. Criou-se também a Escola Nacional de Educação Física. No início do corrente ano, foi estabelecido o Departamento Nacional da Criança e lançadas, em lei, as bases da Juventude Brasileira, cujo objetivo é o de congregar a mocidade para a educação física, moral e cívica

Várias leis, umas de caráter geral, outras próprias das atividades do Ministério da Educação, teem encarado, com firmeza, o problema da nacionalização intensiva dos núcleos coloniais de descendência estrangeira Em 1939, forneceu a União auxílio para a construção de prédios escolares, nesses núcleos, em cinco Estados No orçamento vigente, há maior dotação para o mesmo fim No programa da Conferência Econômica Interestadual, a reunir-se em breve, inscrevem-se importantes temas referentes ao ensino primário e profissional.

O interêsse pelas questões de organização da educação e cultura, demonstrado pelo govêrno central, desde 1930, refletiu-se logo no alargamento da rede de educação popular, de todo o país, como a estatística disciplinada pelo Convênio Interestadual de 1931, e desde então cuidadosamente levantada, pode evidenciar Em 1932, para uma população total de 39 milhões, todas as escolas do país não reuniam senão dois milhões e duzentos mil alunos. Em 1936, para 42 milhões de habitantes, a matrícula já se elevava a três milhões. A população cresceu, no período, em 8%; a matrícula escolar, em 35%. Não houve, assim, apenas crescimento relativo, mas aumento efetivo ou real. Em igual período anterior (1927-1931) a população também havia crescido em 8%; a matrícula, porém, só se havia elevado de 15%. O aumento obtido no quinquênio 1932-1936 foi ainda maior que o obtido em todo o decênio 1923-1932, em que a população cresceu de 20% e a inscrição escolar em 30% [14]

Nesse crescimento geral deve ser salientado o seguinte cresceram todos os ramos do ensino, mas os de ensino médio, ou destinados à juventude, nos quais se incluem os do ensino profissional, a todos se avantajaram. Na verdade, o ensino elementar cresceu em 34%; o superior, em 13%; o ensino médio em 60%.

Quanto ao ensino elementar, como vimos atrás, em 1920 havia 41 alunos para cada mil habitantes; em 1930, isto é, dez anos depois, 52 Crescimento efetivo

(14) Análise do ensino nesse período é encontrada na publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sob o título *O ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936*

de 11 unidades Em 1936, já encontrávamos 67 alunos por mil habitantes, ou seja um crescimento de 15 unidades em 6 anos Evidencia-se uma forte tendência de crescimento, dantes não verificada. E, o que muito importa, nota-se dentro dêsse período, a partir de 1935, especialmente, uma maior difusão escolar nos núcleos de população rural. A matrícula média por "unidade escolar" desce de algumas unidades, em virtude da criação de milhares de escolas isoladas. O crescimento verificado admite dizer-se que, dentro de dez anos, mantida a tendência observada, quasi todas as crianças em idade escolar de várias regiões do país estarão frequentando escolas

Outra tendência da maior importância, e cada vez mais acentuada, no período de 1932 a 1937, é a da elevação da escolaridade oferecida, isto é, da extensão dos cursos e, portanto, da permanência da criança na escola primária. Ainda em 1932, 4% de nossas escolas ofereciam ensino de um ano de curso, apenas; 18%, de dois anos; 44 %, de 3 anos; os 34 % restantes, quatro e cinco anos Em 1937, desapareciam quasi as escolas de um ano de curso Eram, ao todo, uma dúzia, no país As de 2 anos reduziam-se de 18 a 5%; as de 3, subiam de 44 a 59%; as de quatro e cinco anos, passavam a representar-se com 35% Isso demonstra uma reação salutar, inegável, do ponto de vista social.

O exame da composição da matrícula, pelas idades dos alunos, no mesmo período, demonstra também uma tendência dantes não registrada, no sentido de maior procura da escola da parte das crianças de 7 a 8 anos. A população começa a sentir que é necessária maior educação que o simples aprendizado da leitura. Nalgumas regiões, tenta-se, deliberadamente, fazer da escola, o que sempre deveria ter sido, um centro de preparação para o trabalho Alguns Estados criam escolas-granjas e escolas normais rurais A Comissão Nacional do Ensino Primário propõe, com coragem, que haja um ciclo prevocacional nas escolas elementares.

Por outro lado, certas medidas de caráter social geral tendem a refletir-se nas práticas da educação, suscitando a necessidade de novas escolas e cursos, de caráter prático Entre essas, está a da instituição do "salário mínimo", que tenderá, como tão bem salientou o Diretor do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, em conferência neste mesmo recinto, a convencer os empregadores, no interêsse da produção das fábricas e oficinas, da necessidade do ensino técnico-profissional.

Está também a dos concursos obrigatoriamente instituídos para o provimento dos cargos e funções públicas E' medida na aparência simples, mas, à vista da orientação que lhe vem dando o Departamento Administrativo do Serviço Público, tendente a influir poderosamente na reforma dos objetivos, da organização e da própria eficiência dos estudos secundários e superiores A instituição dos concursos, com a orientação até agora seguida, dá preço ao que realmente se aprende, para uma utilidade social verdadeira Entre o candidato possuidor de um certificado ou de diploma, e incapaz, e outro, desprovido deles, mas com as aptidões realmente requeridas para o cargo, a êste é que se defere o lugar. Saberão os moços, assim, que é uma ilusão e um engano a posse de um certificado ou diploma sem as aptidões correspondentes.

Pode-se dizer que, com as providências apontadas, estaremos procurando corrigir a tendência fundamental, que tem desviado a educação brasileira de seus fins necessários, a de tê-la feito um empreendimento do Estado e não um empreendimento do povo. O de tê-la feito, desde os primórdios, com maior acentuação no reino unido e, depois, no império, uma educação de certificados e diplomas, para a instituição de uma "elite", cujos componentes nem sempre teriam outros objetivos senão os da fácil posse de uma profissão liberal ou de um pôsto de administração

Nesse sentido presenciamos realmente novas tendências de educação, cujo empenho em esclarecer, firmar e desenvolver é uma das preocupações da administração. Elas visam dar à educação escolar uma autêntica função social, mais diretamente planejada no sentido do desenvolvimento da economia do país e no da preservação dos mais altos valores espirituais da Nação.

Para isso, o ensino da mocidade é considerado como dominante, e essa dominância se revela no crescimento do ensino médio, sem precedentes, em qualquer período Mas a educação popular, pela escola primária, não é descurada, nem pode ser tida como problema de somenos. A partir dos últimos exercícios, pela primeira vez, os orçamentos da União passaram a registrar dotação especial para o desenvolvimento do ensino primário "em todo o país". E, no atual momento, o Ministério da Educação trabalha na redação final de uma lei orgânica de ensino primário, de caráter nacional

Conclusão Após êste exame sumário das tendências da educação no país, necessariamente incompleto, mas ainda assim expressivo, pelos dados objetivos em que se apóia, será possível chegar-se a algumas afirmações de ordem geral.

Não esqueçamos a verdadeira posição em que o problema deve ser colocado. A educação de um povo é um processo social genérico, que se realiza como função necessária. Não é um fato isolado, uma prática que se possa pôr à margem da vida ou acima dela Uma parte dêsse processo, intencionalmente organizada pelo homem, a ser disciplinada ou sistematizada por objetivos que êle crê os melhores, dentro dos quadros da vida coletiva do momento. Nessa parte, há uma composição ideal, que não será nunca para desprezar-se. Mas, tanto mais êsse ideal esteja afastado das realidades, tanto mais obstará a evolução geral dos grupos sociais, que na educação intencional deverá encontrar um processo de organização e de direção, capaz de reajustá-los às transformações da vida coletiva em cada época. O pensamento e a ação pedagógica precisam, assim, de ser esclarecidas pela consideração geral das condições de existência social, iluminadas pela descrição tão perfeita quanto possível de seus fatores de toda categoria.

Entre os fins da educação escolar brasileira e as necessidades reais da vida da Nação tem havido, é inegável, um desajustamento provindo da permanência de velhos ideais, a que se pretendeu submeter a mudança social, mal pressentida. Isso explica que a educação tenha assumido um aspecto formal, contra o qual as energias nacionais estão agora lutando Providências de reorganização da vida social refletem-se claramente em medidas de reforma da educação, que procuram pôr-se em perfeita consonância com aquelas.

A Nação toma conciência de si mesma e realiza um esfôrço de coesão Compreende-se que a educação tenha de ser posta, antes de tudo, na direção de objetivos nacionais de ordem, de segurança, de disciplina. E ela tem de ser não só a transmissão de um ideal de vida e das novas técnicas que a êsse ideal devam servir às novas gerações, mas, assim também, a difusão dos centros culturais para as suas margens, dêsse novo significado e dessa nova técnica.

A Nação se empenha em ser forte, e a sua fôrça dependerá da sua capacidade de produção. A educação afirma a clara tendência de tornar-se, com os ideais nacionais, a preparação para o trabalho em novas bases. Tem de deixar de ser um empreendimento do Estado, no sentido formal, para ser um empreendimento sentido e desejado pelo povo, como obra necessária à direção e desenvolvimento da vida social. O ensino nas fábricas, a instituição da Juventude Brasileira, o provimento de cargos por concurso, o ensino regimental no Exército, o "serviço de trabalho", consagrado na Constituição — tudo revela, com clareza, essas novas e salutares tendências.

"No período em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido, deve ser considerado luxo accessível a poucos indivíduos e de escasso proveito à coletividade" — dizia, ainda há pouco, em memorável discurso, o preclaro Chefe da Nação. "Decorrido mais de meio século de trabalho livre, ainda não nos distanciamos muito dos objetivos educacionais que conformaram outra época e outra sociedade" — são ainda palavras do presidente Vargas.[15]

Claras, incisivas e profundas palavras.

Nelas se manifestam, pela condenação das velhas tendências de educação que aquí examinamos, as novas diretrizes que tomam corpo, e que, por um novo pensamento e uma nova ação pedagógica, penetrada de valor social, hão de concorrer decisivamente para a grandeza futura do Brasil.

(15) Discurso no Instituto Profissional Masculino de São Paulo, em Dezembro de 1939

Patriotismo lúcido é aquele que se baseia no conhecimento objetivo das cousas da Pátria. Os Censos Nacionais são, pois, fontes seguras em que os verdadeiros patriotas se devem inspirar.

M A TEIXEIRA DE FREITAS
(Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e Secretário Geral do I B G E)

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E OS GOVERNOS REGIONAIS (*)

QUAISQUER que sejam as crenças religiosas, sejam quais forem os ideais políticos, onde quer que estejam, no domínio econômico e social, as convicções dos que contemplarem de boa fé, neste momento, o panorama da vida brasileira, — uma cousa lhes parecerá certa, uma cousa todos admitirão a uma voz.

A nenhum Govêrno em nossa história foi dada a soma de poder e autoridade que exerce o Presidente Getúlio Vargas. Em nenhuma fase do nosso passado se tentou tão pacífica e tranquilamente como agora, nem tão profunda e desdobradamente, um esfôrço de renovação igual ou semelhante a êste que estamos assistindo. Em tempo algum, nas fases climatéricas da vida brasileira, se harmonizaram melhor as tendências inovadoras com os imperativos de continuidade e equilíbrio nos ritmos da existência nacional. Precedente não há de uma conciliação tão perfeita entre o senso de disciplina social e o livre surto de energias, — que são apanágio da nossa raça. Exemplo não vemos, no passado, de uma tão arrojada experiência político-social como a que se processa sob nossas vistas: — consolidando sem choques a unidade nacional; — diversificando e enriquecendo cautelosamente a estruturação orgânica do país; — preparando com prudência e coragem a grande obra de ocupação efetiva, defesa e valorização, do patrimônio territorial da Nação; — atribuindo às Fôrças Armadas — coluna dorsal do Estado — a missão indeclinável que lhes deve caber na ereção pacífica da grandeza da Pátria; — reajustando, enfim, os quadros sociais, eficazmente, sob as mais puras inspirações de um vivificador ideal cristão.

E' o milagre de um Pensamento Novo, sintonizado com os sentimentos da raça e com os impulsos generosos do seu superconciente, dando à nossa gente uma compreensão nova dos seus destinos históricos, e com esta, todo o alento renovador para corrigir pacificamente os erros do passado e imprimir ao seu presente os impulsos construtivos, que a devem engrandecer de futuro, na segurança e na harmonia, na prosperidade e no confôrto, em todas as conquistas espirituais, em suma, de uma Civilização Nova — a civilização americana.

---

(1) Discurso pronunciado na sessão solene em que o I B G E homenageou os chefes dos Governos Regionais — Novembro de 1939

Mas onde está o segrêdo dêsse milagre ? Onde a razão última dessa perspectiva inédita, dêsse acontecimento sem par, dessa atmosfera de confiança, de trabalho e de fé em que vive o país ?

Creio que não surpreenderei ninguém se afirmar que a chave dessa admirável realização política, que o Presidente Getúlio Vargas empreendeu, é apenas isto:

— a compreensão exata e totalitária da *realidade nacional;*

— a inspiração do ideal supremo de *união nacional;*

— a vontade inquebrantável de realizar a *grandeza nacional*.

A compreensão nítida e larga dos imperativos da realidade brasileira, neste momento histórico, inspirou-lhe o quadro geral de sua obra de govêrno, cuja inédita característica está em que, "revolucionária" na substituição dos clássicos moldes políticos, é, entretanto, verdadeiramente "evolucionária" pela suavidade e naturalidade das profundas transformações que está imprimindo aos quadros econômicos e sociais da vida nacional, segundo as diretrizes mais submetidas às nossas determinantes históricas, aos imperativos do sentimento popular e às prudentes advertências das vozes oraculares da nossa cultura. E esta "capacidade de compreender" do Chefe do Govêrno, imprime agilidade às suas decisões, segurança às suas providências, alcance às suas campanhas, harmonia às vontades e inteligências que coordena, acêrto na escolha dos seus delegados. Donde, o ambiente de confiança, de tranquilidade e de esfôrço resoluto, continuado e construtivo, no seio do qual se está processando a mais extensa das renovações em toda a estrutura do Estado Brasileiro.

Em seguida, como segunda nota dominante no quadro político e governamental que o Brasil está inscrevendo na sua história, a beleza, a grandiosidade e o extraordinário poder de vibração do ideal de "unidade brasileira" que inspira o Presidente Vargas. Êsse ideal congraça e alegra os homens, permite o aproveitamento dos nossos melhores valores mentais e espirituais, e inspira a concórdia entre todas as fôrças sociais, criando-lhes um diapasão de excepcional tonalidade e de elevado poder renovador.

E a vontade, por fim. Essa vontade sobranceira, serena, justa, inamolgável que conduz o Chefe da Nação ao seu objetivo último — o erguimento da Pátria. Essa determinação generosa de engrandecimento do Brasil — engrandecimento político, engrandecimento econômico e engrandecimento social — reanima os corações, vivifica o ambiente moral da Nação, confraterniza os interesses, suscita dedicações, gera a euforia, desperta e tonifica as energias que tendem para o alto, permitindo que as grandes transformações sociais e políticas em curso se processem com a livre aceitação e na conciência plena de todas as classes, de todos os grupos, de todas as fôrças da comunidade política.

Mas, senhores, essas são as côres do panorama brasileiro porque os impulsos oriundos da autoridade poderosa, magnânima e esclarecida

do Chefe da Nação encontraram continuidade, com aquelas mesmas características, no plano base da vida brasileira, — o plano regional. Plano em que, sólida e harmonicamente, precisa repousar, unificando-o e virtualizando-o, a superestrutura federal.

De nada valeriam as iniciativas, os esforços, as providências, os sacrifícios do Govêrno Federal, se as administrações regionais não agissem inspiradas pela mesma sábia mentalidade: — de um lado, apoiando, alargando e reforçando, em espírito de continuação e sentido de organicidade, a atuação do Govêrno Nacional; e — por outro lado, projetando sôbre a infraestrutura do nosso sistema político — a organização municipal, — idêntico sôpro vivificador, ao traçar-lhe os mesmos imperativos de divisão do trabalho e coordenação de objetivos, na preocupação viril — liberta dos impedimentos subalternos — de levar o país à posição a que o convocam seus destinos históricos.

Mas, para felicidade do Brasil, os delegados do Govêrno Federal — todo o ritmo da vida brasileira o comprova — teem sabido ser os dignos executores dos designios político-administrativos do Presidente Getúlio Vargas. E daí a atmosfera límpida e tonificante em que, nesta hora convulsionária e decisiva para os destinos do mundo, evolve tranquilamente a vida brasileira, sem embargo das borrascas que atribulam os velhos continentes e cujos ecos trágicos nos conturbam o espírito e nos confrangem os corações. E daí, também, êsse admirável enriquecimento, no plano regional, da obra de govêrno gizada pelo Chefe da Nação, e pelos seus eminentes colaboradores firmemente conduzida, na órbita federal. E daí, por último, os frutos já sasonados dessa íntima aproximação e conjugação de propósitos, tão magnificamente expressa no conclave que se acaba de encerrar, onde as duas principais esferas do govêrno vieram ajustar melhor suas diretrizes, seus programas, seus objetivos, seus métodos, na preocupação salutar de imprimir racionalidade, no que em comum lhes diz respeito, à distribuição dos encargos que deverá melhor hierarquizar e solidarizar os recursos e os esforços, na dinâmica poderosa do Estado Novo.

Um aspecto ocorre, entretanto, nessa sugestiva paisagem política — de esforços cooperantes e convergentes — que se está impondo particularmente ao aprêço da Nação.

E' o aspecto que se prende às atividades que o Govêrno da República confiou, em 1936, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destinando-as, porém, a serem desenvolvidas naquele sistema *sui-generis*, que a Convenção Nacional de Estatística instituiu a 11 de Agosto daquele ano, e foi efetivamente posto em prática, no mais amplo sentido político e administrativo, para impulsionar intensiva e harmonicamente, com unidade de direção, em diferenciada estrutura e sob métodos adequados, a emprêsa fundamental e grandiosa do tríplice conhecimento das condições existenciais do Brasil — o geográfico, o estatístico e o censitário.

Nenhuma tarefa se oferecia aos nossos governantes mais urgentemente do que esta — de verificar as condições de vida e de trabalho em que se encontrava a Nação. Nenhuma se afigurava mais difícil, pela extensão e complexidade do labor a empreender, afim de dar sentido real e alcance prático aos esforços que o País vinha empregando na justa preocupação de conhecer-se a si próprio. Nenhuma se apresentava mais delicada, por isso que era mister dobrar a uma disciplina severa e comum, — mas livremente aceita e praticada, — atividades de governos autônomos e impulsionados por premissas lógicas e históricas diferentes, dispondo de recursos não proporcionados ao empreendimento e conduzidos por exigências do meio físico e do ambiente social, profundamente diversificadas no seio do grande complexo nacional.

Mercê de Deus, as diretrizes que o decreto-lei n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, ofereceu ao Pacto Convencional, estavam virtualizadas por êsse pensamento de objetividade, de cooperação e de equilíbrio, que é o segrêdo da obra governativa de Getúlio Vargas. E estritamente segundo a letra e o espírito da Convenção, sob as vistas atentas e os concitamentos oportunos do Chefe do Govêrno, ajustou-se como por encanto êsse organismo imponente e vigoroso — criação inédita da nossa cultura política — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mas não surgiu como encenação artificiosa, fadada a uma atuação efêmera. Erigiu-se, sim, como aquela grande tôrre de que nos fala o Evangelho, previdentemente construída com material abundante e ótimo, segundo plano e orçamento prévios. Tôrre do alto da qual, na perenidade dos tempos, se observará o fecundo dinamismo da vida brasileira, para lhe caracterizar todos os movimentos, todos os entraves, todas as tendências, e, assim, apontar-lhe, a tempo e a hora, os impulsos favoráveis à sua vitoriosa direção, rumo aos mais altos destinos.

E eis aí a realidade esplêndida. Todos os óbices foram superados. O grande organismo está virtualmente completo, — sem embargo, é claro, dos desenvolvimentos que trará seu imenso poder de expansão. O vastíssimo labor prefigurado está iniciado sob os melhores auspícios. Todas as iniciativas necessárias já foram tomadas. Disposições normativas uniformes prevalecem em nossos vários sectores de atividade. Reajustamentos sucessivos, e consequentes a cada fase de trabalho, aproveitam em benefício de todos a experiência da cada qual. A cooperação expande-se, as sugestões acorrem, e toda idéia feliz é aproveitada. O entusiasmo e a confiança movem a cada um e a todos, no sadio ambiente de trabalho que é o nosso. As realizações multiplicam-se e já vão constituindo acervo preciosíssimo.

O Anuário Estatístico e suas 23 separatas; a publicação em inglês, "Brazil", em sua edição de 1938; os volumes de Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e dos Relatórios da Presidência do Instituto; notícias estatístico-corográficas sôbre vários municípios; monografias técnicas ou expositivas; a "Revista Brasileira de Estatística", prestes a aparecer; os numerosos cadastros oferecidos ao Serviço Censitário; as

"páginas" e "secções" que vários órgãos estatísticos divulgam na imprensa; os comunicados, revistas, boletins, anuários, etc. que numerosas repartições distribuem impressos ou mimeografados; — tudo isto são valiosas realizações que já se incluem em nosso ativo de serviços. E estes, somando-se a tudo aquilo de que falaram os distintos colegas que me precederam nesta tribuna, — a saber e em síntese: no sector censitário, — o feliz encaminhamento dos três grandes censos (o demográfico, o econômico e o social), os inquéritos complementares da campanha censitária, os vários cadastros iniciados, as extensas memórias sôbre os aspectos fundamentais da vida brasileira; e no sector geográfico, — a redivisão territorial, a caracterização e a medida das áreas urbanizadas, a sistematização dos limites e da nomenclatura das circunscrições, o preparo dos mapas municipais, a campanha das coordenadas e das altitudes, o início da Carta Geral ao milionésimo, a publicação regular da esplêndida "Revista Brasileira de Geografia", as pesquisas sôbre as efemérides geográficas e os trabalhos do dicionário toponímico.

Que quer isto dizer, meus senhores ?

Vasto e temerário era o empreendimento; parcos os recursos; poucos os profissionais de satisfatória formação; desfavoráveis as circunstâncias para se selecionar, estimular e aperfeiçoar o pessoal necessário; escassa a receptividade do meio social; multíplices as linhas de autoridade e os campos de autonomia a articular e solidarizar. Por toda parte, muito cepticismo, muita desconfiança, muita resistência. Mas, a arrancada era empolgante, era uma daquelas "emprêsas grandiosas" de que falava o Patriarca José Bonifácio, — emprêsas em que as Nações precisam empregar seu espírito criador e suas energias, nos grandes momentos históricos. E sob o influxo poderoso do pensamento construtivo da instituição, a aridez da paisagem transmudou-se vertiginosamente...

As inteligências necessárias surgiram. As vontades dispostas ao sacrifício apareceram. A solidariedade implantou-se entre os obreiros da grande construção. A confiança veio ao nosso encontro. O êxito nos sorriu. E aí está, nas suas linhas singelas mas imponentes, o grande edifício que quisestes e soubestes construir, guiados pelo Presidente Getúlio Vargas, e como Sua Excelência animados, todos, daquele admirável espírito de compreensão, de solidariedade e de cooperação que tem virtualizado magnificamente a obra renovadora do Estado Novo.

Isto é belo, Senhores Interventores e Governadores. Isto emociona e conforta, porque é, sem dúvida, uma expressão admirável de cultura e civilização.

A experiência do nosso Instituto, dêste Instituto, que é vosso, porque é tanto do Govêrno Federal quanto dos Governos Regionais e Municipais, por fôrça de cujas autonomias harmonizadas êle surgiu como instituição nacional, em um sentido de totalidade nunca visto neste continente; — essa experiência é uma página inédita de nossa vida po-

lítica, uma tentativa sem símile em nossa história administrativa, um capítulo recém-aberto do nosso direito público.

Ela reconcilia a autonomia federativa com a Unidade Nacional, a descentralização executiva com a centralização de orientação técnica e de resultados. Virtualiza ao máximo as atividades das três órbitas de govêrno, para integrá-las num todo mais expressivo, mais rico e mais harmônico. Oferece às iniciativas do Poder Público a colaboração leal e bem ordenada da iniciativa particular. Dando-lhes mútua compreensão e interpenetração, aproxima os interesses de todas as regiões, de todas as classes e de todos os grupos. E com ela colaboram estreitamente as fôrças que criam a riqueza — a agricultura, a indústria e o comércio; e as que elevam, cultivam e sublimam o espírito — a educação, a cultura e a religião. No seu seio articulam com justeza seus interesses, auxiliando-se mutuamente, a administração civil e a militar — a gestão e a defesa do Estado. Numa palavra, — o Instituto utiliza, estimula, virtualiza todas as *pluralidades;* nelas se apóia, racionaliza-lhes a diversificação, e com elas constrói a *unidade orgânica* da sua estrutura e a *unidade lógica* do conhecimento exato da realidade viva da Pátria, que só assim orientará concientemente os seus destinos. E com isto está apresentando à Nação uma larga e magnifica avenida por onde seus esforços construtivos podem penetrar Brasil a dentro, na verdadeira "marcha para oeste", levando-lhe, eficazmente, a assistência que lhe é devida em matéria de fomento econômico, de estradas, de recursos sanitários e de educação, e despertando, afinal, o "gigante adormecido" para a caminhada vitoriosa a que o conclamam todos os signos históricos.

Mas se é assim, meus Senhores; se esta é a verdade irrecusável, Senhores Governantes, — honra à figura consular do criador do Instituto, o Presidente Getúlio Vargas. Honra também aos Governos das Unidades Federadas e aos Governos Municipais, que, solidários com o Chefe da Nação, como colaboradores seus nessa obra magnifica, tornaram-na um patrimônio comum à União, aos Estados e a todos os Municípios.

Para vos render a homenagem do profundo preito de reconhecimento e admiração a que fazem jus os vossos inestimáveis serviços ao Brasil e, em particular, ao Instituto, estão aquí reunidas as três máximas entidades representativas da Instituição, sob a Presidência do ínclito cidadão que nos guia a todos, e que representa também, nessa mesma curul em que o vemos, uma das instituições que mais honram a cultura brasileira, no zêlo e no estudo das suas gloriosas tradições. Refiro-me ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tão fidalgamente nos acolhe neste imponente e simbólico salão, — como entidade filiada que é essa egrégia Companhia, ao lado de outras de idêntica expressão cultural — ao grande e admirável sistema que erigistes como uma das fôrças mais poderosas entre as que cimentam a unidade nacional como base da grandeza futura do Brasil.

Já recebestes as homenagens tão expressivamente formuladas pela Comissão Censitária Nacional e pelo Conselho Nacional de Geografia.

A elas se juntam agora, transbordantes de sinceridade, admiração e gratidão cívica, — ainda que apagadamente traduzidas, — as do Conselho Nacional de Estatística.

Êste Conselho vos agradece também, efusivamente, as atenções que vos tem merecido. E faz votos pela continuação vitoriosa da obra de govêrno a que vos dedicais, convicto de que, em todos os momentos, as campanhas do nosso Instituto serão campanhas vossas, a que dedicareis todo o fervor do vosso patriotismo e as luzes todas da vossa experiência. Porque, servindo-as, — disto ficai certos — estareis enaltecendo e assegurando a perenidade da grande, bela e generosa Pátria Brasileira, cuja civilização há de ser, um dia, um dos mais belos florões da humanidade cristã.

A Estatística devolve, valorizadas em síntese numérica, todas as informações que coleta, de casa em casa, através do censo. Cada conhecimento estatístico franqueado ao público pelo Serviço Nacional de Recenseamento representa uma condensação laboriosa de milhares e, às vêzes, de milhões de informações isoladas, que a iniciativa particular jamais poderia colhêr e apurar por conta própria. Isso prova que o Serviço Nacional de Recenseamento DA' incomparavelmente mais do que PEDE.

THEODORE HENRY BROWN
(Professor de Estatística Aplicada ao Comércio na Escola Superior de Administração de Harvard)

O PAPEL DE PROBABILIDADES

"O papel de probabilidades" constitue um dos capítulos da obra "Laboratory Handbook of Statistical Methods", que, devidamente autorizado pelo professor Brown, o engenheiro Lauro Sodré Viveiros de Castro, assistente-técnico do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, acaba de traduzir, e será lançada, dentro em breve, no país. Os gráficos foram reproduzidos da edição em inglês pelo desenhista Tomé Gonçalves, do Serviço de Estatística da Produção.

O papel de probabilidades[1] é um papel no qual o fundo, ou tracejado, é desenhado de tal modo que certos índices sôbre distribuições de frequência podem ser determinados diretamente do desenho executado. Embora Galton tenha sido o primeiro a sugerir êsse tracejado, na resolução de alguns problemas de estatística social, Hazen foi o autor do nome "papel de probabilidades", tendo-o usado como um artifício na resolução de problemas sôbre a queda das chuvas. A sua utilização, contudo, não está adstrita aos problemas de engenharia. Muito pelo contrário, os homens de negócio podem usá-lo para se assenhorear de certos fatos concernentes a distribuições de frequência.

Embora pelo seu nome pareça trazer em si grandes dificuldades técnicas, o papel de probabilidades é de uso tão fácil como o papel quadriculado comum, dotando o leigo, por um método simples, de poderoso meio de investigação que, a empregar processos numéricos, exigiria cálculos complicadíssimos.

Um simples exemplo mostrar-nos-á o uso dêsse papel. Suponhamos uma distribuição como a da tabela abaixo:

CLASSES	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA	PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL
0 a 3,9	11	11	3,4
4 a 7,9	48	59	18,3
8 a 11,9	101	160	50,0
12 a 15,9	101	261	81,7
16 a 19,9	48	309	96,6
20 a 23,9	11	320	100,0

A primeira e segunda colunas apresentam os dados originais e a terceira as frequências acumuladas. Esta última tanto pode ser acumulada a partir do princípio, como do fim; a diferença está unicamente na interpretação do resultado. A quarta coluna contém as percentagens de cada valor acumulado, sôbre o total. Essas percentagens, constantes

(1) Teríamos preferido dizer "papel normal", relativo à curva normal dos erros, se a expressão inglesa "probability paper" não estivesse já muito generalizada. (N. do T.).

da última coluna, podem ser marcadas em um papel quadriculado comum (tracejado aritmético), cada uma das quais na linha correspondente ao limite superior da classe, uma vez que representam as frequências acumuladas até aquele ponto. Pode-se notar (fig. 29) que a

DISTRIBUIÇÃO NORMAL — FREQUÊNCIAS ACUMULADAS

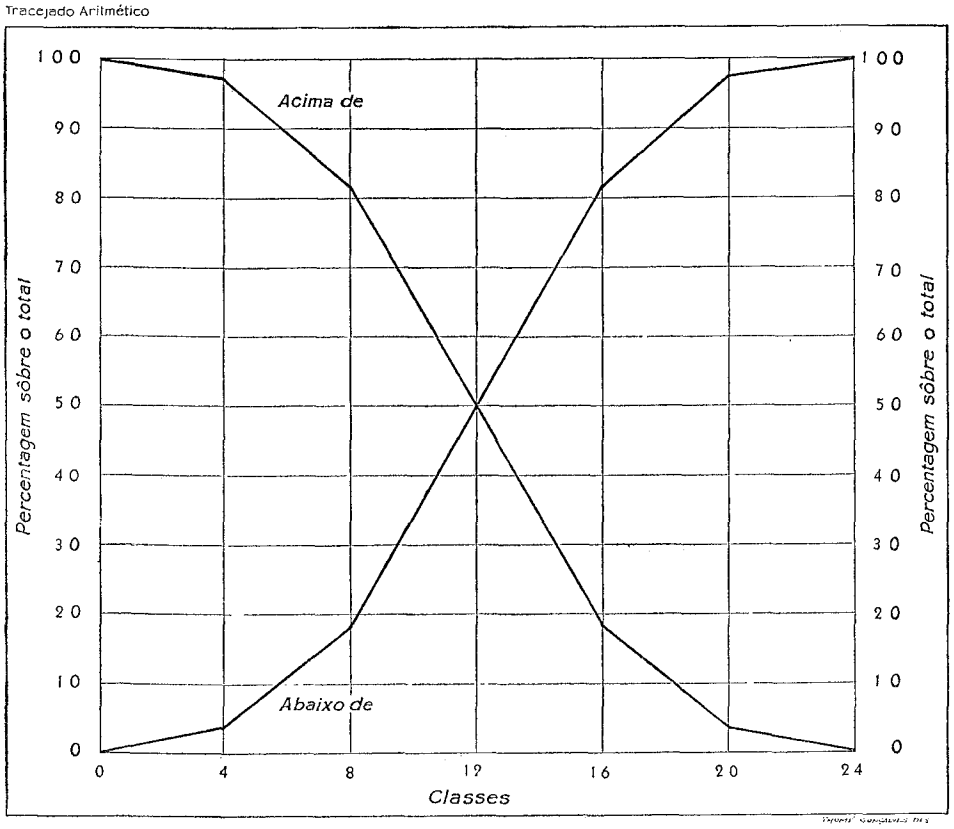


Fig. 29

curva cresce vagarosamente a princípio, a seguir rapidamente e depois novamente devagar. Êsse tipo de curva é chamado "ogiva".

O papel de probabilidades consta de um tracejado no qual as distâncias entre as linhas horizontais foram modificadas de tal modo que, quando marcarmos as percentagens das frequências acumuladas de uma distribuição normal de probabilidades, ficarão dispostas as mesmas segundo uma linha reta (fig 30)

Dêsse modo, o papel de probabilidades transforma uma curva de frequências acumuladas, em uma linha reta, tal como o papel semi-logarítmico faz com uma curva exponencial (curva de juros compostos)

Note-se, também, que o tracejado é composto de uma enorme quantidade de linhas, o que está aparentemente em desacôrdo com as regras sôbre gráficos, estabelecidas no capítulo I do Livro 1. Há, contudo, duas razões para essa exceção: 1) — não ter o gráfico uma finalidade ilustrativa, mas sim técnica; 2) — não serem as linhas horizontais igualmente espaçadas, dificultando as marcações, caso as linhas fôssem poucas E' verdade que uma régua com uma graduação especial (de acôrdo com a escala de probabilidades) poderia resolver o problema, mas, mesmo assim, o tracejado facilita extraordinariamente a localização das percentagens intermediárias

Marcando as percentagens das respectivas frequências acumuladas, fácil é notar que os pontos se dispõem segundo uma linha reta, sendo importante frisar que os valores marcados correspondem sempre ao limite superior da classe considerada, ou melhor, ao limite inferior da classe seguinte. Dêsse modo, em o nosso exemplo, 3,4 % será marcado no ponto 4; 18,3 % no ponto 8 e assim por diante. Isso significa que 3,4 % dos fatos estão abaixo do valor 4, 18,3 % abaixo de 8, etc. A uma distribuição de frequência desenhada dêste modo, poder-se-á

Papel de probabilidades, escala natural

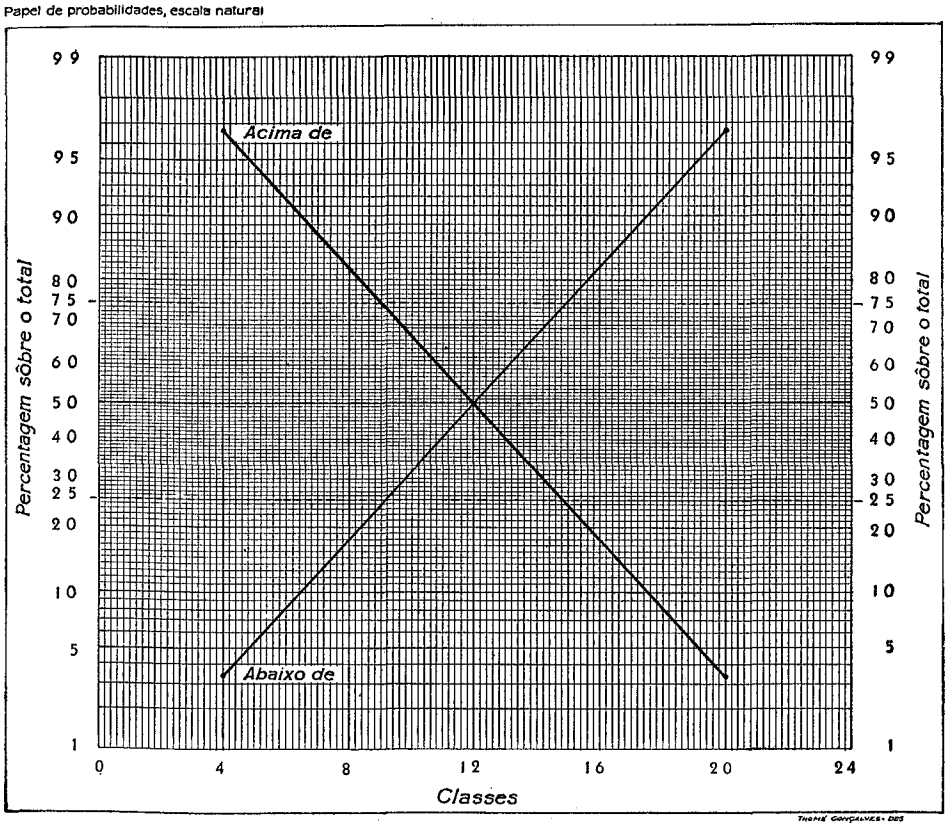


Fig. 30

chamar uma curva *"abaixo de"*. Uma vez que o espaço entre as linhas horizontais foi escolhido de modo que uma curva normal (acima descrita) sofra tal distorsão, o desenho mostra-nos que o exemplo dado representa exatamente uma distribuição normal de frequência. Uma distribuição que não seja normal dispor-se-ia segundo uma linha quebrada.

Assim como começamos a acumular as frequências a partir da classe mais baixa, poderíamos ter partido da classe mais alta, como nos mostra o quadro abaixo, sôbre o mesmo exemplo já visto·

CLASSES	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA	PERCENTAGEM SÔBRE O TOTAL
0 a 3,9	11	320	100,0
4 a 7,9	48	309	96,6
8 a 11,9	101	261	81,7
12 a 15,9	101	160	50,0
16 a 19,9	48	59	18,3
20 a 23,9	11	11	3,4

Nesse caso, as marcações devem ser feitas na linha correspondente ao limite inferior de cada classe: 3,4 % sôbre o valor 20 e assim por diante. À linha assim obtida chamaremos curva *"acima de"*, pois representa as percentagens que ficam acima de cada valor considerado. Examinando as figs. 19 e 20, podemos ver que a soma das ordenadas das curvas "abaixo de" e "acima de", em qualquer ponto, é sempre igual a 100 %; isso torna-se evidente se considerarmos que 100 % dos elementos estão, sempre, ou acima ou abaixo de um ponto qualquer.

FREQUÊNCIAS ACUMULADAS
(Lucro bruto de 180 lojas)
Acumulação "abaixo de"

CLASSES (1)	FREQUÊNCIA (2)	LIMITE SUPERIOR DA CLASSE (3)	FREQUÊNCIA ACUMULADA (4)	PERCENTAGEM DA FREQUÊNCIA ACUMULADA SÔBRE O TOTAL (5)
		18,50	0	0,0
18,50—19,49	1	19,50	1	0,6
20,50—21,49	0	20,50	1	0,6
21,50—22,49	1	21,50	2	1,1
19,50—20,49	0	22,50	2	1,1
22,50—23,49	2	23,50	4	2,2
23,50—24,49	1	24,50	5	2,8
24,50—25,49	1	25,50	6	3,3
25,50—26,49	0	26,50	6	3,3
26,50—27,49	3	27,50	9	5,0
27,50—28,49	7	28,50	16	8,9
28,50—29,49	8	29,50	24	13,3
29,50—30,49	13	30,50	37	20,6
30,50—31,49	15	31,50	52	28,9
31,50—32,49	16	32,50	68	37,8
32,50—33,49	29	33,50	97	53,9
33,50—34,49	32	34,50	129	71,7
34,50—35,49	26	35,50	155	86,1
35,50—36,49	10	36,50	165	91,7
36,50—37,49	7	37,50	172	95,6
37,50—38,49	3	38,50	175	97,2
38,50—39,49	2	39,50	177	98,3
39,50—40,49	3	40,50	180	100,0
—	N = 180	—	—	—

Fonte: Bureau of Business Research

Quadro 10

Apresentemos agora um exemplo mais prático, com aplicações a certas medidas da distribuição de frequência. Seja o caso das 180 casas comerciais (v. pág. xx). Como se vê na 4.ª coluna do Quadro 10, as frequências foram acumuladas para mostrar o número de firmas cujos lucros brutos foram menores que o limite superior de cada classe. Vejamos o quadro: apenas uma firma teve o seu lucro bruto menor que 19,50 % das vendas líquidas, 16 firmas abaixo de 28,50 %, e todas ficaram abaixo de 40,50 %. Na 5.ª coluna do quadro, temos as mesmas quantidades expressas em percentagens sôbre o total das firmas informantes: 0,6 % abaixo de 19,50 %, 8,9 % abaixo de 28,50 %, até 100 % abaixo de 40,50 %.

No quadro 11, construimos, ao contrário, os valores *"acima de"*, como se vê nas colunas 4 e 5. A seguir, marcamos, em um papel devidamente graduado, as duas curvas, resultando a fig. 31: a primeira curva, crescendo a partir da esquerda, representa a série "abaixo de"; a outra representará, portanto, a sequência "acima de".

FREQUÊNCIAS ACUMULADAS
(Lucro bruto de 180 lojas)
Acumulação "acima de"

CLASSES (1)	FREQUÊNCIA (2)	LIMITE SUPERIOR DA CLASSE (3)	FREQUÊNCIA ACUMULADA (4)	PERCENTAGEM DA FREQUÊNCIA ACUMULADA SÔBRE O TOTAL (5)
—	—	18,50	180	100,0
18,50—19,49	1	19,50	179	99,4
19,50—20,49	0	20,50	179	99,4
20,50—21,49	1	21,50	178	98,9
21,50—22,49	0	22,50	178	98,9
22,50—23,49	2	23,50	176	97,8
23,50—24,49	1	24,50	175	97,2
24,50—25,49	1	25,50	174	96,7
25,50—26,49	0	26,50	174	96,7
26,50—27,49	3	27,50	171	95,0
27,50—28,49	7	28,50	164	91,1
28,50—29,49	8	29,50	156	86,7
29,50—30,49	13	30,50	143	79,4
30,50—31,49	15	31,50	128	71,1
31,50—32,49	16	32,50	112	62,2
32,50—33,49	29	33,50	83	46,1
33,50—34,49	32	34,50	51	28,3
34,50—35,49	26	35,50	25	13,9
35,50—36,49	10	36,50	15	8,3
36,50—37,49	7	37,50	8	4,4
37,50—38,49	3	38,50	5	2,8
38,50—39,49	2	39,50	3	1,7
39,50—40,49	3	40,50	0	0,0
—	N = 180	—	—	—

Fonte: Bureau of Business Research

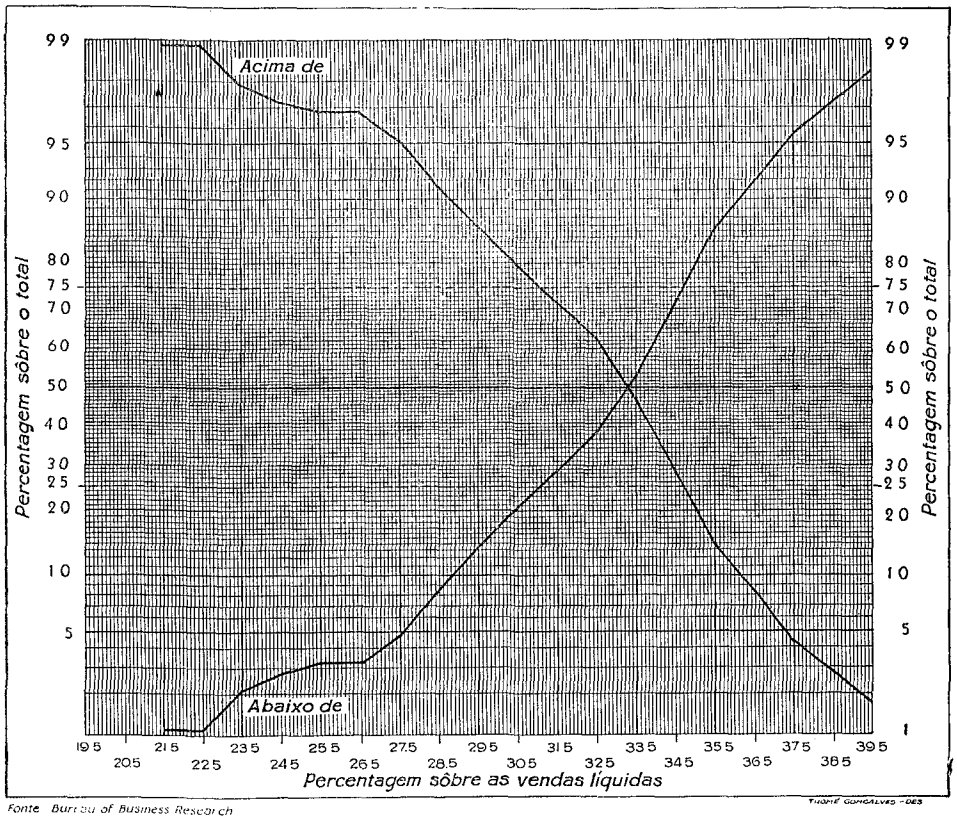
Quadro 11

Como se pode facilmente ver, os valores do eixo vertical são as percentagens de firmas abaixo ou acima de cada ponto; no eixo horizontal estão as percentagens de lucro bruto em relação às vendas líquidas. Nas diversas linhas verticais estão assinalados os limites das classes, devendo os valores ser marcados sôbre as linhas, e não nos espaços entre as mesmas, pois os dados são acumulações em relação a tais limites. Por exemplo: na curva "abaixo de", o terceiro ponto nos mostra que 2,2% das firmas tiveram um lucro bruto abaixo de 23,50 % das vendas líquidas. Êsse mesmo ponto, na linha "acima de", nos diz que aproximadamente 97,8 % das firmas estavam em situação inversa. As duas curvas cortam-se sempre sôbre a linha 50 %. Em o nosso caso, podemos ler que 50 % das firmas estão abaixo de 33,2, e outro tanto acima. Como facilmente se deduzirá, na prática é bastante desenhar uma só curva.

Vemos na fig 31 que os pontos não se dispõem segundo uma linha reta e que a forma da curva "abaixo de" não é a mesma que a da "acima de" Êsses fatos nos indicam, respectivamente, que a distribuição não é normal nem simétrica. O aspecto mais irregular nas extremidades significa, apenas, que tivemos um número insuficiente de amostras em tais regiões; podemos obter uma curva mais representativa, intercalando entre os pontos reais, um desenho mais polido, como na fig 32. A leitura dos valores dessa nova curva está no quadro 12, coluna 2, e a fig. 33 mostra um gráfico tirado da nova curva ajustada.

Se a distribuição é próxima da normal, podemos ajustar uma linha, simplesmente desenhando uma reta através dos pontos marcados, tal como na fig 34

Voltando à 2.ª coluna do quadro 12, diremos ainda que a leitura feita no gráfico se refere a percentagens acumuladas, podendo-se obter



Fonte Bureau of Business Research

Fig. 31

as não-acumuladas simplesmente subtraindo cada resultado da leitura precedente, tal como se fez na 4.ª coluna do mesmo quadro Cumpre notar que, já agora, êsses valores não-acumulados correspondem ao ponto médio da classe, e não ao limite superior da mesma Se multiplicarmos cada percentagem da coluna 4, por 180, teremos o número de firmas nas várias classes, deduzido da curva ajustada Tal fizemos na coluna 5

As pequenas irregularidades da fig 33, são devidas à escala usada na fig 32, impedindo-nos de fazer uma leitura exata.

Ao usarmos o papel de probabilidades, temos uma imagem completa da distribuição estudada, pois muitos dos seus valores característicos podem ser determinados por uma simples leitura no desenho A

FREQUÊNCIAS LIDAS DA LINHA AJUSTADA GRAFICAMENTE

Lucro bruto de 180 lojas

LIMITE SUPERIOR DA CLASSE (1)	PERCENTAGEM ACUMULADA LIDA DA CURVA AJUSTADA (2)	PONTO MÉDIO DA CLASSE (3)	DIFERENÇA ENTRE CADA VALOR DA COLUNA (2) E O ANTERIOR (4)	FREQUÊNCIA (5)
18,50	—	—	—	—
19,50	—	19,00	—	—
20,50	—	20,00	—	—
21,50	1,1	21,00	—	0,18
22,50	1,5	22,00	0,4	0,72
23,50	1,8	23,00	0,3	0,54
24,50	2,2	24,00	0,4	0,72
25,50	2,7	25,00	0,5	0,90
26,50	3,5	26,00	0,8	1,44
27,50	5,5	27,00	2,0	3,60
28,50	8,8	28,00	3,3	5,94
29,50	13,3	29,00	4,5	8,10
30,50	20,6	30,00	7,3	13,14
31,50	28,9	31,00	8,3	14,94
32,50	39,0	32,00	11,1	19,98
33,50	53,9	33,00	14,9	26,82
34,50	71,7	34,00	17,8	32,04
35,50	86,2	35,00	14,5	26,10
36,50	91,7	36,00	15,5	9,90
37,50	95,6	37,00	3,9	7,02
38,50	97,3	38,00	1,7	3,06
39,50	98,4	39,00	1,1	—
40,50	100,0	40,00	1,6	2,88

Valores da distribuição, calculados pelas leituras na fig 32

$Mi = 33{,}195$

$Q_1 = 31{,}09$

$Q_3 = 34{,}69$

$$T = \frac{Q_1 + Q_3 - 2Mi}{\frac{1}{2}(Q_3 - Q_1)} = \frac{31{,}09 + 34{,}69 - 2 \times 33{,}195}{\frac{1}{2}(34{,}69 - 31{,}09)} = -0{,}3389$$

$$\sigma = 0{,}75\,(Q_3 - Q_1) = 0{,}75\,(34{,}69 - 31{,}09) = 2{,}7$$

Quadro 12

mediana, por exemplo, pode ser obtida por uma vertical tirada do ponto de intersecção da curva com a linha 50 %, até à linha base, lendo-se em seguida o valor aí graduado. Essa é a mediana, pois representa o valor que separa 50 % dos indivíduos. Em o nosso exemplo achamos 33,2 % para a mesma (fig 32). De igual modo podemos ter os quartís, pela leitura do ponto de encontro da curva com as linhas 25 % e 75 %.

Também de idêntica maneira podem ser determinados os decís, com a leitura nas linhas 10 %, 20 %, 30 %, etc.

Mediremos, ainda, o intervalo entre os quartís, pela distância entre os pés das respectivas perpendiculares, sendo então o grau de assimetria expresso pela fórmula.[2]

$$T = \frac{Q_1 + Q_3 - 2Mi}{1/2(Q_3 - Q_1)}$$

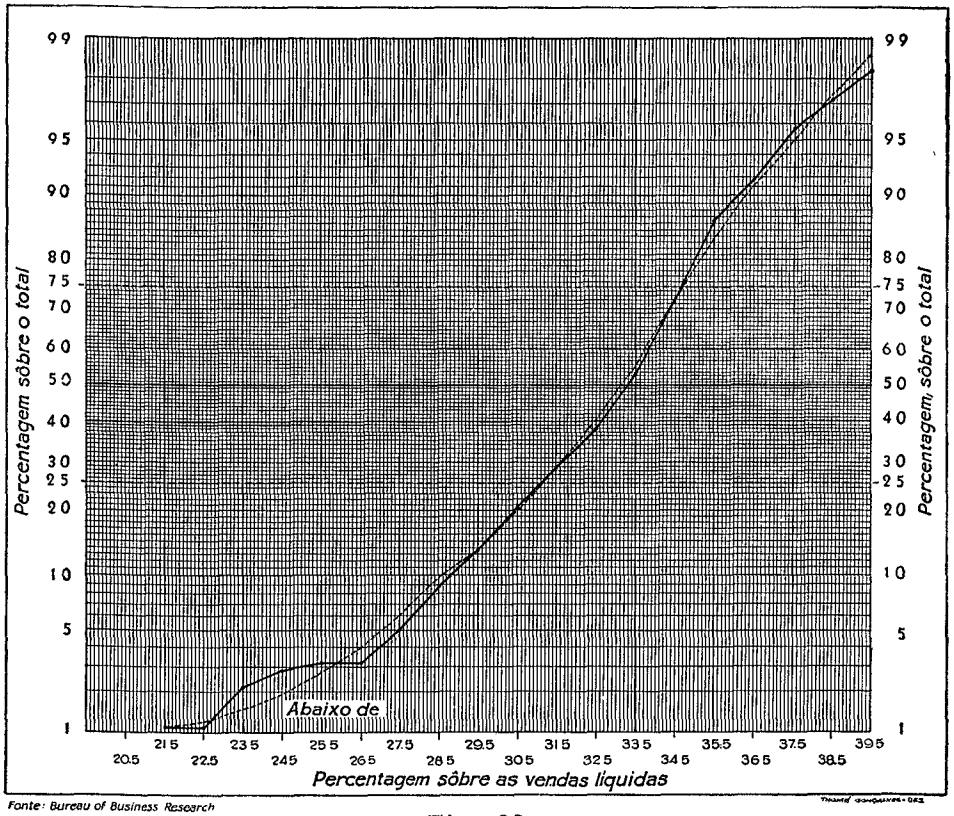
(2) Usa-se, também, essa expressão sem o denominador estar dividido por 2 (N do T)

Em o nosso exemplo tivemos, empregando os valores já lidos, T = -0,3389, contra -0,4108 obtido no quadro 9. A diferença pode ser explicada parte pela intercalação arbitrária da curva ajustada, parte pela imprecisão natural das leituras gráficas.

O que é mais importante ao homem de negócios, porém, não é o valor numérico da assimetria, mas sim a sua direção, isto é, o seu sinal algébrico. Será bom, entretanto, calcular sempre aquele.

Somente no caso de termos uma distribuição simétrica ou normal (sendo êste o caso da linha reta no papel de probabilidades), podemos determinar a média aritmética, pois coincidirá com a mediana. Contudo, a posição da média em relação à mediana pode ser facilmente obtida com o auxílio do sinal da assimetria, sinal êsse que se pode prever pela direção da linha. Se esta aparece côncava para baixo (falamos da curva "abaixo de") significa que a parte da esquerda da curva é mais esguia que a da direita. Nesse caso, a média será mais alta que a mediana, pois o adelgaçamento na parte esquerda (região dos valores menores) significa que os valores pequenos se apresentam concentra-

LUCRO BRUTO DE 180 LOJAS



Fonte: Bureau of Business Research

Fig 32

dos, enquanto que os da direita se distribuem por uma região maior, fazendo o fiel da balança (no caso a média aritmética) tender para o seu lado; para o lado direito, deixemos bem claro. O último desenho da fig. 26 mostra-nos um caso dêsses.

Quando, porém, a concavidade da curva é para cima, invertem-se os fatos e podemos dizer que a média, ficando à esquerda da mediana, é menor que esta.

Também das leituras no desenho podemos ter uma idéia da dispersão, se considerarmos a expressão do afastamento típico:

$$\sigma = \frac{3}{2} \; \frac{Q_3 - Q_1}{2} = 0{,}75\,(Q_3 - Q_1)$$

— fórmula essa que só é válida quando a distribuição é próxima da normal. Efetuando o cálculo com os valores lidos, achamos $\sigma = 2{,}7$, contra 3,2 achado no quadro 8.

Poder-se-á usar, igualmente, um papel com graduação logarítmica no eixo horizontal. Tal escala tende a atenuar a concavidade para baixo da curva "abaixo de", pois que a marcação logarítmica alarga os valores pequenos e condensa os grandes. Assim, uma distribuição da forma do último desenho da fig. 26, aparecerá aproximadamente como uma linha reta, em tal tracejado.

Como vimos, o papel de probabilidades serve para evidenciar certos valores de uma distribuição de frequência. Tomamos como exemplo o caso dos lucros de 180 firmas comerciais, notando-se que uma distribuição um tanto irregular pode ser substituída por uma linha devidamente polida e ajustada aos dados. Com isso queremos supor que as irregu-

LUCRO BRUTO DE 180 LOJAS

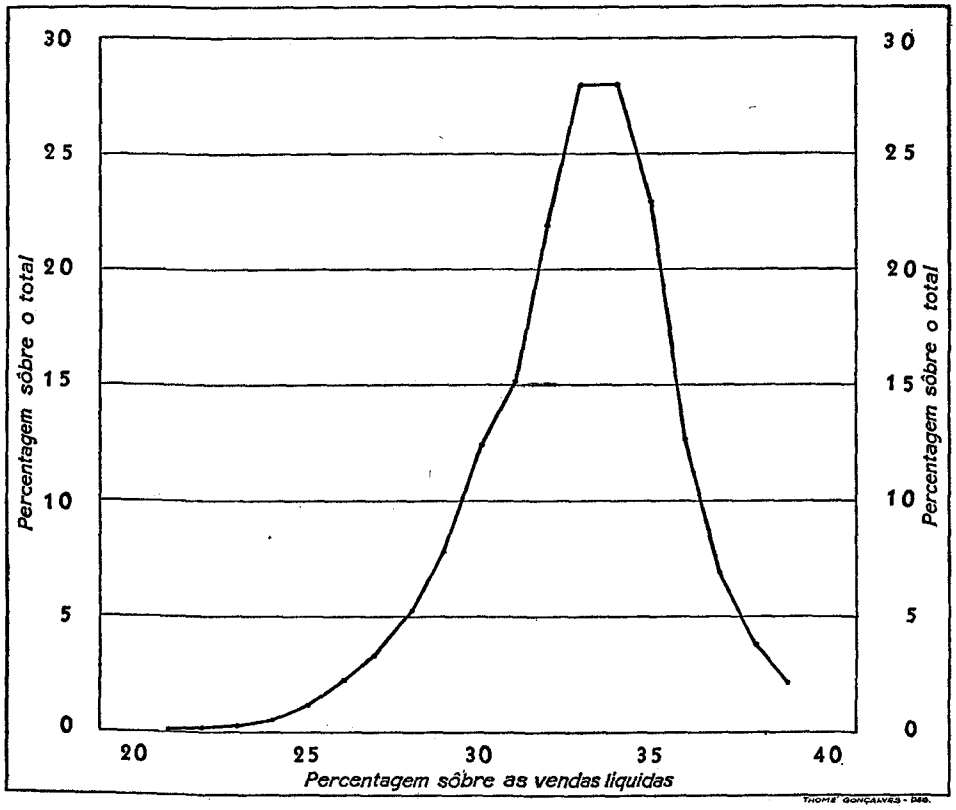


Fig. 33

laridades verificadas sejam devidas à insuficiência do número de observações, de modo que, fôssem estas mais numerosas, teríamos uma curva cada vez mais próxima da por nós desenhada. Localizar uma curva polida equivale, pois, a ajustar uma equação por processos matemáticos. No caso do papel de probabilidades de escala aritmética, a intercalação de uma linha reta corresponderá ao ajustamento de uma curva normal, tal como no exemplo que vem a seguir

A firma H E. Mann, Incorporated constava de 90 casas comerciais, negociando com artigos para homens. Em certa ocasião, a sua diretoria solicitou de uma fábrica de camisas um novo e atraente modêlo de camisas de *sport*, que, vendidas a $3.00, autorizavam uma previsão de venda de 100.000 peças, na estação que ia entrar.

A questão mais importante era determinar o número de camisas em cada tamanho. As ordens anteriores não tinham sido completamente satisfatórias enquanto os tamanhos extremos ficavam encalhados, sendo liquidados por qualquer preço, os tipos intermediários esgotavam-se rapidamente

O gerente da fábrica sugeriu, então, que se fizesse um estudo sôbre as medidas do pescoço de um grande número de homens, para equilibrar a encomenda com a quantidade provável de fregueses A diretoria concordou, e ordenou à secção de estatística que fizesse os cálculos necessários para distribuir as 100 000 camisas proporcionalmente aos tamanhos

Os dados disponíveis são os que constam das colunas 1 e 2, do quadro 13 Na coluna 5 fizemos a acumulação "abaixo de", expressa

MEDIDAS DO PESCOÇO DAS TROPAS AMERICANAS POR OCASIÃO DA DESMOBILIZAÇÃO

MEDIDA DO PESCOÇO (cm)	NÚMERO DE SOLDADOS	LIMITE SUPERIOR DA CLASSE	FREQUÊNCIA ACUMULADA	% DA FREQUÊNCIA ACUMULADA SÔBRE O TOTAL
28,5—29,49	55	29,5	55	0,06
29,5—30,49	219	30,5	274	0,29
30,5—31,49	314	31,5	588	0,62
31,5—32,49	1 133	32,5	1 721	1,81
32,5—33,49	4 286	33,5	6 007	6,32
33,5—34,49	11.353	34,5	17 360	18,25
34,5—35,49	20 094	35,5	37.454	39,38
35,5—36,49	22 628	36,5	60.082	63,18
36,5—37,49	18 047	37,5	78 129	82,15
37,5—38,49	10 051	38,5	88 180	92,72
38,5—39,49	4 426	39,5	92 606	97,38
39,5—40,49	1 716	40,5	94 322	99,18
40,5—41,49	492	41,5	94 814	99,70
41,5—42,49	147	42,5	94.961	99,85
42,5—43,49	52	43,5	95 013	99,91
43,5—44,49	23	44,5	95 036	99,93
44,5—45,49	22	45,5	95 058	99,95
45,5—46,49	17	46,5	95 075	99,97
46,5—47,49	16	47,5	95 091	99,99
47,5—48,49	5	48,5	95 096	99,99
48,5—49,49	6	49,5	95 102	100,00
—	95 102	—	—	—

Fonte: Relatório do Departamento Médico do Exército Americano na Grande Guerra

Quadro 13

como percentagem do total. A seguir, marcamos a distribuição em um papel de probabilidades (fig. 34), resultando uma linha quasi reta. Fazendo o devido "polimento", intercalamos uma linha reta, correspondente a uma distribuição teórica.

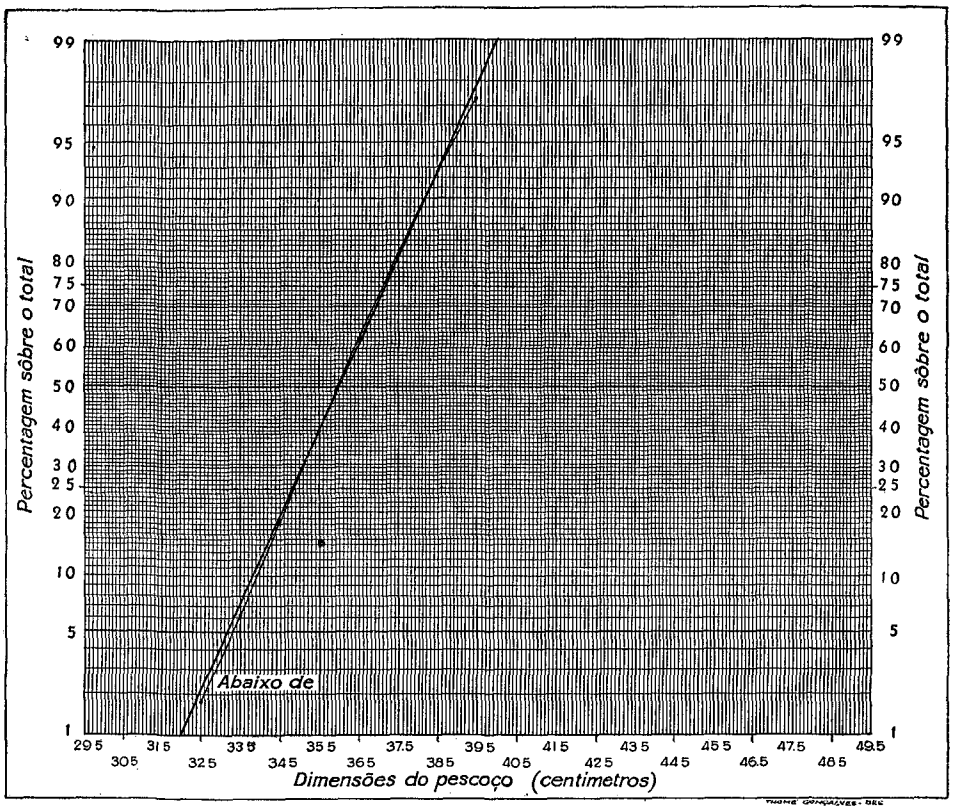


Fig. 34

Depois, tivemos de ajustar os tamanhos das camisas a essa distribuição teórica. A experiência já havia demonstrado ser necessária uma folga de 3 cm, para atender à variabilidade dos gostos, uns mais apertados e outros mais largos. Cada medida-padrão abrangerá, é claro, um certo limite de variação (coluna 4 do quadro 14).

MEDIDAS PARA CAMISAS

H E Mann, Inc.

COLARINHOS (polegadas)	COLARINHOS (centímetros)	COLARINHOS MENOS 3 CENTÍMETROS	MEDIDAS ABRANGIDAS NAS CLASSES
13	33,02	30,02	29,4—30,69
13 1/2	34,29	31,29	30,7—31,89
14	35,56	32,56	31,9—33,19
14 1/2	36,83	33,83	33,2—34,49
15	38,10	35,10	34,5—35,69
15 1/2	39,37	36,37	35,7—36,99
16	40,64	37,64	37,0—38,29
16 1/2	41,91	38,91	38,3—39,49
17	43,18	40,18	39,5—40,79
17 1/2	44,45	41,45	40,8—42,09
18	45,72	42,72	42,1—43,39

Quadro 14

Os limites superiores das classes, tais como figuram na coluna 2 do quadro 15, foram obtidos na escala horizontal da fig. 34, aparecendo as frequências acumuladas lidas na coluna 3 do já citado quadro 15. Nas colunas 4 e 5 calculamos as frequências não-acumuladas em forma de percentagem e, a seguir, em forma absoluta, isto é, número de camisas. Uma vez que os extremos são de difícil avaliação, os restantes 3 % foram distribuídos arbitrariamente entre êles.

ESTIMATIVA DO NÚMERO DE CAMISAS

H. E. Mann, Inc.

COLARINHOS (polegadas)	LIMITE SUPERIOR DA CLASSE (cm)	FREQUÊNCIA ACUMULADA (*)	FREQUÊNCIA NÃO ACUMULADA	NÚMERO DE CAMISAS
13	30,7	—	0,2 (**)	200
13 1/2	31,9	1,0	0,5 (**)	500
14	33,2	5,4	4,4	4 400
14 1/2	34,5	19,0	13,6	13.600
15	35,7	44,1	25,0	25 000
15 1/2	37,0	72,1	28,0	28 000
16	38,3	90,6	18,5	18.500
16 1/2	39,5	98,0	8,4	8.400
17	40,8	—	1,0 (**)	1.000
17 1/2	42,1	—	0,3 (**)	300
18	43,4	—	0,1 (**)	100
—	—	—	—	100.000

(*) — Esta coluna, expressa em percentagens do total, foi lida na fig 34

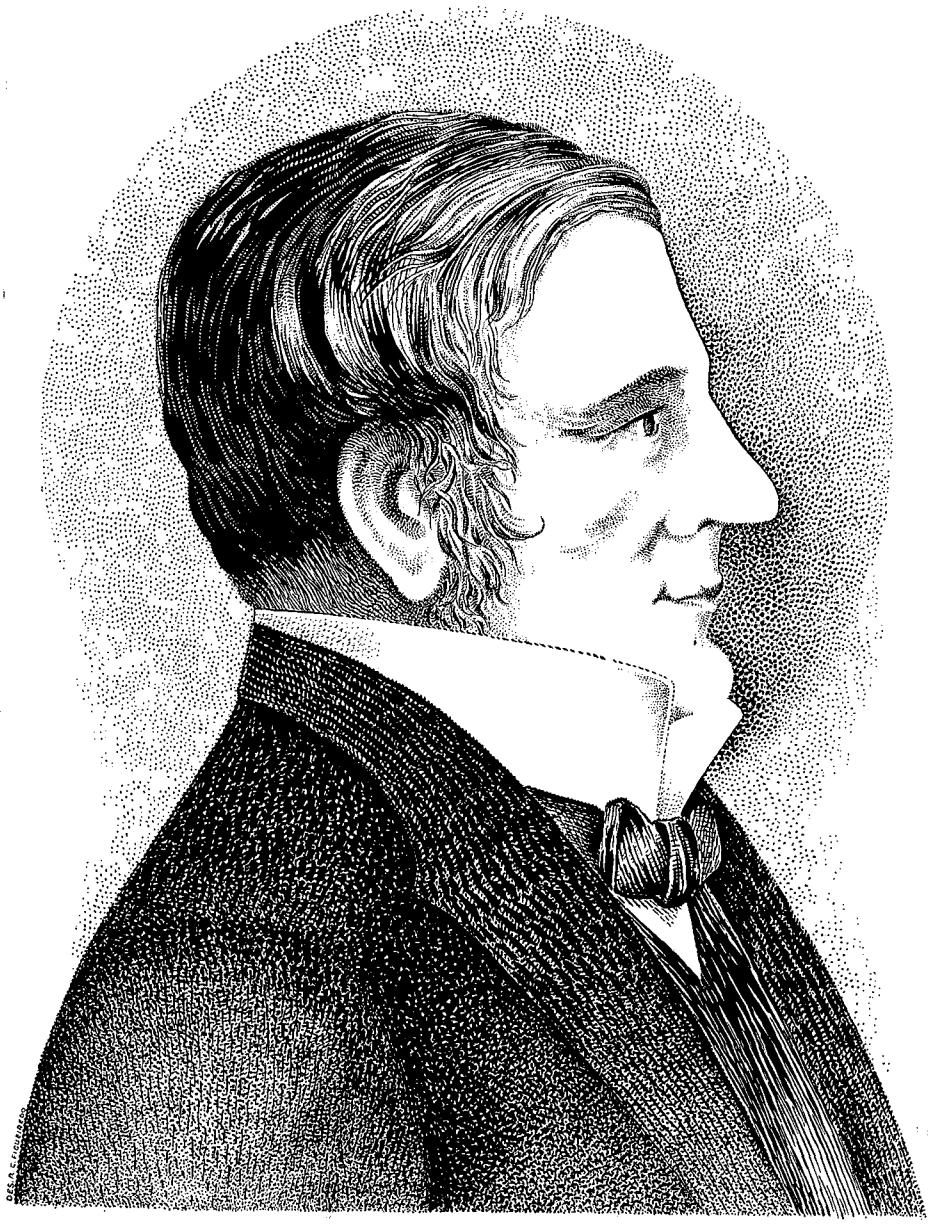
(**) — As frequências extremas não podem ser determinadas pelo gráfico; assim, foram avaliadas de modo a perfazer o total 100 %.

Quadro 15

Poderíamos ter obtido uma exatidão maior se tivéssemos recorrido a um papel de maior precisão ou a um cálculo matemático. O nosso método, porém, dando até a primeira casa decimal de percentagem, é mais que suficiente para as necessidades comuns dos negociantes.[3]

(3) Nem tôdas as tabelas e gráficos referidos no texto são reproduzidas na tradução e sim apenas os que figuram dentro do capítulo, na própria obra A numeração de umas e de outros, na revista, corresponde à do original (N. da R).

O povo brasileiro possue riquezas invejáveis. Dentre estas, a mais preciosa é êle próprio. Contar a população do Brasil é, pois, contar a melhor riqueza nacional. Eis aí a finalidade do Censo Demográfico.



Daniel Pedro Müller

DANIEL PEDRO MÜLLER

NA história das atividades estatísticas no Brasil, constitue exemplos admiráveis, sob múltiplos aspectos, a atuação de algumas figuras que, reagindo contra os fatores negativos do isolamento e da incompreensão ambiente, conseguiram fixar os marcos de realizações a que o tempo haveria de conferir importância inestimável, convertendo-as em preciosas contribuições para a perfeita interpretação dos diversos aspectos de nosso desenvolvimento, encarado, sobretudo, do ponto de vista econômico e social. Entre êsses trabalhos de base, muitos dos quais já assinalam, de alguma sorte, pela feliz orientação científica e a objetividade do critério adotado, um avanço considerável sôbre os métodos e processos técnicos e administrativos então vigorantes no país — ainda na condição de simples colônia ou mal entrado em sua independência política —, nenhum se avantaja, decerto, ao Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, *devido à capacidade realizadora e à reconhecida erudição do marechal de campo Daniel Pedro Müller, para quem, com a sua indiscutível autoridade de eminente historiador, reivindica Afonso de E. Taunay o título de PATRIARCA DA ESTATÍSTICA NO BRASIL.*

Num estudo considerado, hoje em dia, verdadeira obra clássica sôbre a Província de São Paulo, Azevedo Marques diz haver Müller "nascido no mar". Seus pais, João Guilherme Cristiano Müller e Ana Müller, achavam-se em trânsito da Alemanha para Portugal, onde se deveriam fixar, em definitivo Não referem os biógrafos a data dessa viagem Louvando-se, porém, em uns autos de justificação em que ocorre um depoimento de Müller, conclue Affonso de E Taunay haver êle nascido em 1769.

João Guilherme possuía altas qualidades de inteligência e cultura, figurando mesmo entre os membros da Academia Real de Ciências de Lisboa, em cujas memórias aparece grande número de trabalhos com a sua assinatura. Dedicou os maiores cuidados à formação intelectual do filho, que recebeu, na capital portuguesa, rigorosa educação literária e científica, adotando, por fim, a carreira das armas, na qual se fez engenheiro militar.

Daniel Pedro Müller veio para o Brasil na qualidade de ajudante de ordens do capitão-general e governador da capitania de São Paulo, Antônio de França e Horta, em 1802. Seria então, segundo Azevedo Marques, tenente-coronel do exército português. Pareceu a Taunay, entretanto, pouco provável a afirmativa, tendo-se em vista a idade que êle contaria na época e a lentidão com que os militares atingiam, antigamente, os postos de sua carreira. Com efeito, consultados, a pedido daquele historiador, os livros mestres da tropa de São Paulo, verificou-se que, em 1802, o autor do Ensaio *era, ainda, capitão.*

Nove anos após haver chegado ao nosso país, casou-se Müller com a senhora paulista Gertrudes Maria do Carmo, tornando-se padrasto, em virtude dêsse consórcio, conforme refere Taunay, de um homem que muito se haveria de distinguir no segundo Império: o conselheiro Antônio Manuel de Melo, oficial general que foi ministro da guerra em 1847 e 1863, nos gabinetes presididos, respectivamente, pelo Visconde de Caravelas e o Marquês de Olinda.

Todos os biógrafos de Daniel Pedro Müller põem em relêvo o alto aprêço por êle desfrutado entre os seus contemporâneos, quer pela sua cultura, quer pela capacidade de realização que o distinguia e de que deixou expressivos testemunhos no perfeito desempenho que sempre deu a quantos encargos e comissões lhe foram confiados Graças ao prestígio conferido à sua personalidade de escol pelos títulos que o recomendavam ao acatamento da sociedade brasileira, coube a Müller exercer proveitosa influência no meio onde atuava, "sendo ouvido e consultado sôbre todos os melhoramentos e obras projetadas e levadas a têrmo naqueles tempos, já de nós tão afastados". E nem apenas sob êsse aspecto contribuiu êle para o progresso material da província de São Paulo. De várias obras lhe coube a execução, citando-se, a êsse respeito, entre outros melhoramentos públicos, a ponte do Carmo e o chafariz e pirâmide do Piques.

Müller deu, ainda, excelente contribuição à cartografia paulista, colaborando nos trabalhos a cargo dos oficiais do Real Corpo de Engenheiros e executando o mapa geral da província, que Taunay aponta como a primeira carta impressa do território de São Paulo, — hoje raríssima.

Em 1821, quando ainda coronel, passou a fazer parte do Govêrno Provisório da província, por aclamação do povo e da tropa Coube-lhe, nesse pôsto, prestar novos serviços ao país, restabelecendo a ordem na antiga vila de Santos, alterada por uma insurreição de fôrças militares, contra as quais marchou da capital paulista.

Reformada a constituição do Império e criadas as assembléias legislativas provinciais, a de São Paulo mandava elaborar, logo no ano seguinte ao de sua instalação, ou seja em 1836, — o quadro estatístico da província, trabalho êsse de relevante importância para o seu tempo, em boa hora colocado pelo Govêrno sob a imediata responsabilidade de quem tantas e tão expressivas demonstrações já havia dado de sua capacidade técnica e profissional e de um devotamento fora do comum aos interesses do país, do qual fizera a sua segunda pátria. E se outras realizações ainda não tivessem evidenciado a inteligência, o senso de objetividade, a largueza de vistas que Daniel Pedro Müller punha na execução de todas as tarefas que lhe eram cometidas, bastaria êsse trabalho, indiscutivelmente notável, pela inteligência de seu plano, pelo valor das informações que apresenta, pelo copioso material estatístico nele reunido, para conferir ao nome de seu autor uma situação de merecido relêvo nos quadros da Estatística Brasileira, levando-se em conta, sobretudo, os inevitáveis obstáculos que se oporiam à sua atuação, numa época em que as pesquisas e investigações estatísticas longe estavam de contar, para a sua feliz execução, com as facilidades de ordem técnica e material e o ambiente social favorável que ainda agora nem sempre se registram em toda a parte, no mesmo nível de eficiência e boa vontade "Parece-nos coisa inacreditável — acentua Afonso de E. Taunay — que há um século atrás, quando São Paulo tão despovoado era, quando os seus diversos núcleos viviam separados uns dos outros por grandes distâncias e péssimas estradas, tenha Daniel Pedro Müller obtido tão notável, tão considerável massa de informes de todo o gênero. Que paciência, que dose imensa de paciência, deve ter tido êste colecionador emérito para reunir o que conseguiu, valendo-se de inquéritos feitos numerosas vêzes a enormes distâncias, aproveitando depoimentos obtidos de correspondentes incultos, inertes, senão indiferentes, se não mesmo hostís, perturbados em sua contínua modorra de viver intelectual pela curiosidade dêsse homem cujas intenções lhes pareceriam, frequentemente, abstrusas ou, pelo menos, extravagantes."

Tendo enviuvado de seu primeiro matrimônio, Daniel Pedro Müller casou-se pela segunda vez. Já em avançada idade, obteve reforma no pôsto de marechal de campo, em 1838 E quatro anos após falecia, em São Paulo, de acidente, "ao que parece afogado no rio Pinheiros".

Impresso em 1838, o Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo *constituía, na época, "um livro absolutamente novo na bibliografia brasileira", apresentando informações de toda a espécie sôbre a terra de Piratininga, naqueles tempos recuados em que tão distantes se encontravam as suas condições de progresso do admirável grau de desenvolvimento hoje verificado. Em 1923, por feliz iniciativa do ilustre polígrafo paulista Dr. Eugênio Egas, sob o patrocínio do então presidente de São Paulo, Dr. Washington Luiz Pereira de Sousa, e com o concurso do Dr. Afonso de E. Taunay, foi lançada a segunda edição do importante trabalho, que já era, então, verdadeira preciosidade bibliográfica.*

Na galeria dos valores humanos da Estatística Brasileira, a figura benemérita de Daniel Pedro Müller se projeta como um alto padrão de amor ao trabalho e dignidade científica, merecendo, a vários títulos, a gratidão e o respeito de quantos colaboram, sob a inspiração do mesmo alto idealismo, nas obras vivas com que se vem procurando enriquecer e ampliar, através dos séculos, o conhecimento sistemático do homem e da terra do Brasil.

TEOREMA DE BERNOUILLI E LEI DOS GRANDES NÚMEROS

Dada uma urna contendo 10 esferas numeradas de 1 a 10, a probabilidade de extrair o número 3 é representada pela fração 1/10; tal probabilidade chama-se "à priori", porque são conhecidos os elementos de que ela procede.

Suponhamos, agora, uma urna cujo conteúdo não se conhece; sacudindo-a, sente-se que contém esferas; mas, a êsse fato se limitam todas as nossas noções; pergunta-se: qual é a probabilidade de tirar o número 3 dessa urna, cujo conteúdo nos é desconhecido ?

À primeira vista, o problema parece insolúvel; porém, mediante um artifício, chega-se igualmente a achar-lhe a solução.

Procederemos a sucessivas e continuadas extrações, anotando sempre os resultados obtidos.

Depois de um certo número de extrações — o maior número possível — calcula-se quantas vêzes saiu o procurado número 3, e divide-se êsse número de vêzes pelo número total das extrações realizadas. Esta fração exprime justamente a probabilidade que se procura Suponhamos que num milhão de extrações o número 3 haja saído cem mil vêzes; a probabilidade de que há de sair da referida urna de conteúdo desconhecido mais uma vez o número 3, será representada por

$$\frac{1\ 000\ 000}{100\ 000} = \frac{10}{1}$$

Eis a probabilidade "à posteriori", e a essa categoria pertencem todos ou quasi todos os fenômenos sociais. E' depois de sucessivas e continuadas experiências (observações), correspondentes às extrações da urna, que adquirimos a certeza da reprodução de acontecimentos futuros, e podemos determinar seu grau de probabilidade Êste segundo caso, que acabámos de considerar, de uma urna contendo esferas cujo número e qualidade se desconhece, é resolvido por meio de um teorema, que é a base de todo o cálculo das probabilidades — o teorema de Jacob Bernouilli. O enunciado dêsse célebre teorema é o seguinte: "repetindo indefinidamente o número de provas, a probabilidade de um acontecimento se aproxima da certeza; à medida que se multiplicam as provas, tem-se uma probabilidade, sempre crescente, de sorte que a relação entre o número dos acontecimentos favoráveis e o dos contrários não se afastará da relação existente entre suas respectivas probabilidades além de um dado limite".

E' a lei dos grandes números que serve de base à demonstração dêste teorema. Quanto maior for o número de observações de que possamos dispor, tanto mais provável será o valor que delas tirarmos; um número infinito de observações nos daria a certeza absoluta

Do teorema de Bernouilli também se deriva outro ensinamento de considerável importância.

Quando assistimos à repetição dos mesmos fatos, ainda que nos sejam desconhecidas as causas que os produzem, adquirimos a convicção e a confiança de que tais fatos deverão reproduzir-se dentro de determinados limites

Suponhamos ter observado que em certo número A de indivíduos de idade *m*, A' atingiram a idade M; numa segunda observação, notamos que em B indivíduos da mesma idade *m*, B' atingiram a idade M; e por meio de terceira observação, sabemos que C', dentre C indivíduos de idade *m*, atingiram a idade M, e assim sucessivamente.

Feitas as relações

$$\frac{A'}{A}, \frac{B'}{B}, \frac{C'}{C} \ldots$$

e, reconhecido que elas pouco diferem uma da outra, se concluirá que, para o futuro, dado um grupo X de indivíduos da idade *m*, a probabilidade de que X' indivíduos do mesmo grupo cheguem à idade M está numa relação compreendida entre os limites das obtidas precedentemente.

O teorema de Bernouilli é, pois, aplicável, tanto ao jôgo de dados como à mortalidade humana, tanto à extração duma esfera da urna como à determinação da lei da criminalidade de um povo — (*Manual de Estatística* — FILIPPO VIRGILII).

ESTATÍSTICAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Portaria do Ministro do Império

Sendo indispensavel para o acerto das operações do Governo, e deliberações do Corpo Legislativo, que brevemente se ha de installar nesta Capital, o perfeito conhecimento da Estatistica do Brazil: Ha por bem Sua Magestade o Imperador que o Presidente da Provincia de São Paulo remetta pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio mappas exactos da população da Provincia, especificando-se nelles com precisão os domiciliarios brancos e de cor, e quaes sejão destes os ingenuos, libertos, ou captivos: E afim o Manda pela mesma Secretaria de Estado participar ao sobredito Presidente para sua execução. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1824. — (a) ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE.

Cumpra-se, e registre-se. S Paulo, 1º de Janeiro de 1825. — (a) MONTEIRO

Resposta do Presidente da Província

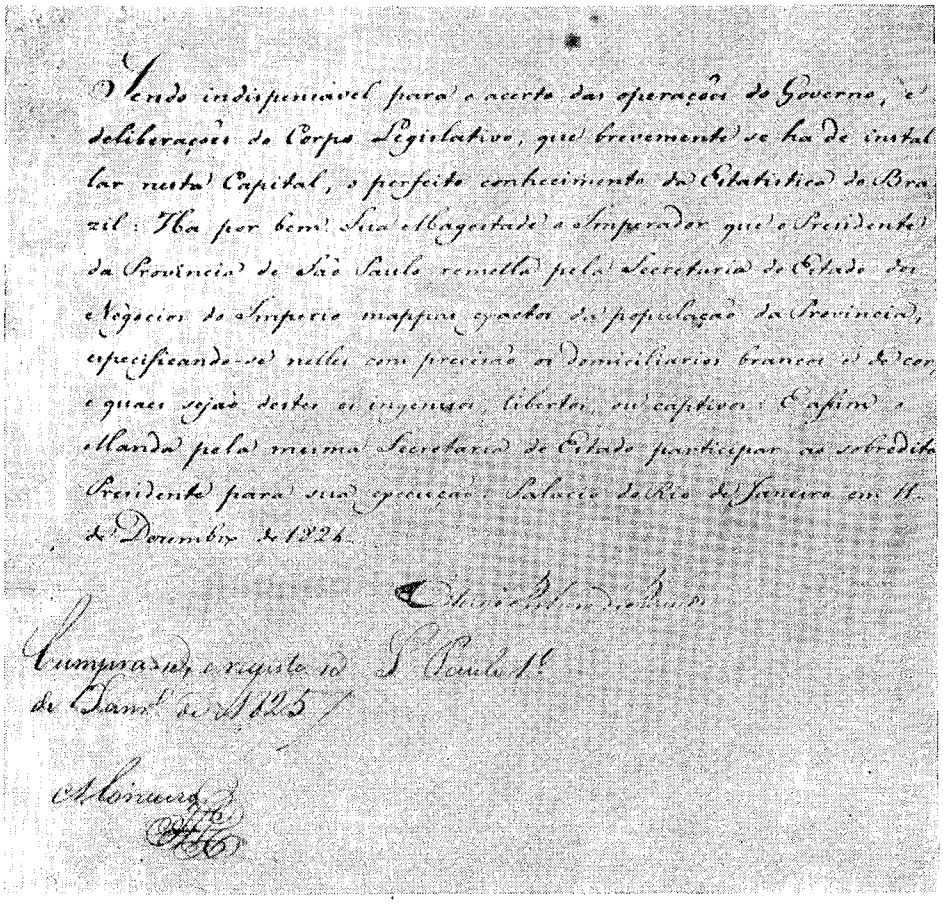
Illmo e Exmo Snr. — Tendo recebido a Portaria de 11 de Dezembro pp, pela qual V Exª me comunica, que para o acerto das operaçoens do Governo, e deliberaçoens do Corpo Legislativo, S M. o Imperador Havia por bem Ordenar, que eu remettesse Mappas exactos da População desta Provincia, hé do meu dever participar á V. Exª, que darei execução a esta Imperial Determinação, logo que chegarem á Secretaria deste Governo todos os Mappas parciaes, que anteriormente tinha exigido dos respectivos Capitaens-móres, afim de se organizar o Mappa geral, que annualmente se remette a essa Secretaria de Estado, na forma das Ordens estabelecidas, e que nem sempre se envia com a devida promptidão pela demora, que tem os referidos Capitaens-móres em mandar os da sua competencia, já pela distancia, em que se achão situadas algumas das Villas; é já pela extensão dos destrictos de outras. Deos guarde a V. Exª São Paulo 11 de Janeiro de 1825 — Illmo e Exmo Senhor Estevão Ribeiro de Rezende — (a) LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS

ESTÊVÃO Ribeiro de Resende (Marquês de Valença), que subscreveu a portaria aquí reproduzida, fez parte do 3º Gabinete de D Pedro I, como Ministro do Império, tendo sido nomeado em 14 de Outubro de 1824 e servido até 9 de Novembro de 1825 Era dirigida a mesma portaria a Lucas Antônio Monteiro de Barros, mais tarde Visconde de Congonhas do Campo e, na época, primeiro presidente da Província de São Paulo, cuja administração se estendeu de 1 de Abril de 1824 a 18 de Dezembro de 1827, embora nesse período fôsse o govêrno ocupado algumas vêzes pelo vice-presidente, Cel Luiz Antônio Nunes de Carvalho Divulgamos, igualmente, a resposta enviada ao Ministro do Império pelo presidente de São Paulo e, completando a reprodução dêsses interessantes documentos sôbre a estatística paulista, a parte da Fala apresentada pelo último ao Conselho do Govêrno, em 1 de Outubro de 1825, na qual ainda há curiosas referências às informações coligidas sôbre a situação demográfica e econômica da Província, nos primeiros anos após a proclamação da Independência

Trecho da segunda fala do Presidente ao Conselho do Govêrno

Conforme o Mappa Geral desta Provincia, formado em 1824 sobre os dos Capitães Móres com especificação dos nascimentos, casamentos e obitos, ha na mesma 43 930 fogos, uma cidade, e 38 villas divididas em 3 comarcas; a da cidade, com vinte villas; a de Itú com 10; e a de Curitiba com 8; contando-se em seus districtos 79 freguezias; a sua população consta de 131 330 pessoas brancas; 46 299 pardos livres em cuja classe vão incluidos os Indios; que são em mesmo numero; de 5 269 de pretos livres; de 11.501 escravos pardos, e de 53 505 pretos, o que produz a totalidade de 247 904; e tendo sido o Mappa da População do ano de 1822 de 244.405, acha-se para mais a differença de 3 499; houveram em 1824 casamentos 2 566, sendo os nascidos 11 389, e os mortos 6.503, excedendo aquelles á estes em o nº de 4.886, no que ha toda a exactidão por serem extrahidas as listas das certidões dos Parochos, que apezar das mais efficazes deligencias de minha parte, e reiteradas ordens da Autoridade Eclesiastica tem demorado a remessa das listas da População, sendo-lhes alias mais facil extrahil-as todos os annos pelos Róes, e assentos da desobriga; aquelle augmento annual de 4 886 de nascimentos, abatido o numero de 6 503 de obitos (que parece exorbitante, se attendermos á salubridade do ar, e o estabelecimento da vaccina contra as bexigas) pode produzir no espaço de 10 annos um accrescimo de 48 860, o que todavia é nada, se tivermos em vista o grande littoral da Provincia; e a vasta extensão do seu territorio central inculto, e pela maior parte sem

aproveitamento algum pela notoria despovoação, o que exige promptas e necessarias providencias do Governo; 1.º) convidando e importando novos Colonos; 2.º) removendo as causas que tem motivado a consideravel immigração; 3.º) impedindo não só que as terras proprias á producções alimentarias (e que são perenes fontes de riqueza essencial das Nações) sejam monopolisadas por poucos individuos, mas bem distribuidas por todos os cultivadores, que tiverem proporções convinientes á grandes culturas; 4.º) finalmente abolindo todas as restricções da Legislação Economica, que directa ou indirectamente obstão a abundancia dos artigos relativos do alimento, e subsistencia do povo, sem o que não pode haver população, não pode haver industria, não pode haver commercio, nem cuidar-se em negocios civis, nem jamais se conseguirá a riqueza do Paiz



Sendo indispensavel para o acerto das operações do Governo, e deliberações do Corpo Legislativo, que brevemente se ha de installar nesta Capital, o perfeito conhecimento da Estatistica do Brazil: Ha por bem Sua Magestade o Imperador que o Presidente da Provincia de São Paulo remetta pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio mappas geraes da população da Provincia, especificando-se nelles com precisão os domiciliarios brancos e de cor, e quaes sejão destes os ingenuos, libertos, ou captivos: E afim o Manda pela mesma Secretaria de Estado participar ao sobredito Presidente para sua execução: Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1824.

Cumpra-se, e registe-se. S. Paulo 1º de Janeiro de 1825.

"Fac-simile" da Portaria reproduzida na página anterior

Importação — A importancia total das fazendas secas, molhados e outros generos ora juntados para cada uma das villas Maritimas desta provincia des o anno de 1824 é a seguinte: pela alfandega da vila de Santos 981:575$700; de São Sebastião 26:697$800; de Villa Bella da Princeza 2:310$800; de Ubatuba 10:142$000; de Iguape 53:387$; de Cananéa 2:137$940; de Paranaguá 176:274$790; Guaratuba 1:822$200; de São Vicente se não enviou ainda o Mappa e o mesmo de Conceição de Itanhaen, e da villa de Antonina, sendo o total da importação 1 254:449$230 rs

Exportação — Os generos de exportação consistem nos effeitos de Agricultura, e nos seguintes e principaes artigos de sua producção a saber: assucar, café, arroz, congonha, couro, madeiras, gado vaccum, muár, e cavallar, vara de porcos, toucinho, fumo, cabos, peças de beta E a importancia total dos referidos generos exportados de cada uma das villas, maritimas no anno de 1824 a seguinte: da villa de Santos 570:790$580 rs; de São Sebastião . 39:568$752; da villa Bella da Princeza 24:703$020; de Ubatuba 48:284$040; de Iguape 51:304$900; de Cananéa 3:061$200; de Paranaguá 86:825$095; de Guaratuba 1:620$000; de São Vicente se não remetteu ainda o Mappa, e o mesmo da Camara de Itanhaen, e de Antonina; sendo o valor total da exportação pelo preço do Paiz 826:157$587, que combinada com a importação, é o excedente a favor desta quantia de 428:291$643,

o que não obstante, não podemos asseverar com certeza, que a exportação desta Província é menor que a sua importação propria e particular, tendo em vista, que parte dos generos importados sem consumir-se nella, segue para a Provincia de Goyaz, parte para a Provincia de Matto Grosso e Cuiabá, e parte para algumas freguezias da Provincia de Minas Geraes; e pelo contrario a excepções destas, nenhuma exportação se faz das duas primeiras Provincias; devendo-se por consequencia calcular em muito menos o escasso da importação, relativamente a exportação desta, que talvez igualasse (se não excedesse) incluindo-se na mesma os artigos exportados para o Rio de Janeiro pela Estrada Geral de terra, como o café, o gado vaccum, muar e cavallar, as varas de porcos etc cujo valor não entrou no sobredito calculo de exportação, o qual será sempre incerto, e duvidoso, assim como a Estatistica Financeira da Provincia, emquanto se não estabelecer o Registro Geral na Ponte do Rio Piarahi, que sempre foi o limite desta com a Provincia do Rio de Janeiro, e que havendo supplicado á S. M. o Imperador em officio de 11 de Junho p p. não obtive ainda decisão. O certo é que logo que se aboliu todo o systema de restricção interior, e de monopolio, e que a Carta Regia de 29 de Janeiro de 1808 e o Decreto de 18 de Junho de 1815 deram o principio impulsivo do systema liberal, abrogadas as leis prejudiciaes, que formaram a machina immaneavel do systema colonial começou logo a florescer o commercio e a Agricultura da Provincia, e apezar dos obstaculos ainda existentes e que interpõe a obstruir sua natural força expansiva, contudo a industria é por toda a parte livremente desenvolvida e a formação rapida de novos estabelecimentos nos terrenos incultos, manifesta os progressos, e o melhoramento de que é susceptivel a sua nascente Agricultura.

A fertilidade do terreno afiança a certeza e a abundancia dos generos alimentares e mais suprimentos aos seus laboriosos cultivadores, que podendo pela concurrencia dos Compradores Nacionaes e Extrangeiros vender nas Villas Mantiqueiras o producto da terra e industria por mais alto preço e confiar pela concurrencia dos vendedores o melhor e o mais barato. Tanto mais hão de jogar do necessario e commodo, á vida e tanto em consequencia, sendo a sua receita maior que a sua despeza, pode cada individuo mais accumular annualmente os seus Capitaes, cuja somma collectiva constituirá a riqueza da Provincia pelo progressivo annual excedente do valor de seu producto sobre o do seu consumo

---

RESUMO HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA NO PARANÁ

Desde os tempos mais remotos, confundindo-se com a história da própria humanidade, vem o método então indeciso, que mais tarde deveria chamar-se Estatística, sendo utilizado como base necessária à solução dos problemas da administração

Usada instintivamente pelos povos antigos nas suas necessidades imediatas, sem outro alcance que a simples verificação do número e medida de pessoas ou coisas, e atuando apenas em relação ao presente, veio a Estatistica claudicando através dos tempos, até atingir o século XVI, era que lhe marca o início de etapas brilhantes, vencidas até nós com apreciável acervo de nomes que se projetaram na história, a par de estudos notáveis, conquistas e realizações.

Não é nosso objetivo, nem se enquadra mesmo nos restritos limites dêste trabalho, reproduzir a história da Estatística, com sua galeria de vultos eminentes e suas grandiosas vitórias no terreno técnico-científico.

Diremos, todavia, que o movimento que se operou nos principais países da Europa desde o primeiro quartel do século passado, notadamente com os resultados a que chegou Quetelet, o fundador da nova Estatística, e do Primeiro Congresso Estatístico, realizado em Bruxelas no ano de 1853, — êsse movimento, repetimos, ecoou favoravelmente entre nós, despertando o interêsse de alguns valorosos patrícios que, pouco tempo depois, na administração ou nos gabinetes de estudos, foram criando nos maiores centros do país, por atos, trabalhos e obras, um ambiente propício ao novo método ou ciência, que Lexis, sintetizando, define: — toda informação relativa a estados ou processos, na qual se consideram como homogêneos certos casos, com abstração dos seus elementos diferenciais, enumerando-os e reduzindo-os a grupos.

Data mais ou menos dessa época (1865) o aparecimento da obra de Sebastião Ferreira Soares, o primeiro estatístico brasileiro que, superando dificuldades de toda ordem, deu à Estatística uma contribuição das mais valiosas, lançando a semente que em breve deveria frutificar neste lado do Atlântico, na melhor compreensão dos seus conceitos e da sua utilidade na orientação dos negócios do Estado, das instituições e do próprio indivíduo

À influência dessa obra, talvez, deve-se o crescer do interêsse pelos assuntos estatísticos e a criação oficial, em 1871, na capital do país, da nossa primeira repartição no gênero, a Diretoria Geral de Estatística.

Por nossa vez, no que diz respeito ao Paraná, vamos encontrar nos relatórios antigos, a partir de 1851, tempo em que éramos ainda a Quinta Comarca de São Paulo, uma farta documentação estatística.

Informações gerais sôbre os diversos sectores da atividade administrativa, já se lhes notava, entretanto, uma tendência de progresso, observada na inteligente indagação dos aspectos, registrados em mapas ordina-

riamente bem traçados e com certo critério técnico.

Reuniam regular número de dados essenciais, em perfeita harmonia com o assunto de que tratavam. Num quadro de crimes cometidos, por exemplo, era de ver a boa classificação dos casos, com discriminação de sexo, idade, estado civil, profissão, naturalidade, natureza, localidade e resultado do julgamento.

Desprezada a exposição em linguagem corrente, salvo no caso de dois ou três quesitos, muitas vêzes era seguida a norma de quadros, mais clara e mais racional.

Mais do que as informações gerais sôbre os diversos sectores da administração, o primeiro recenseamento realizado no Paraná, no ano de 1854, por ordem do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, ao iniciar o govêrno da nova Província, mostra-nos que os trabalhos estatísticos, para a época, já eram orientados por uma regular compreensão.

Pena é que tal compreensão somente a tivessem os dirigentes e poucos funcionários abnegados, agindo em ambiente ainda não preparado e enfrentando barreiras às vêzes insuperáveis, na escassez de meios e em experiência de serviços que apenas se iniciavam, vacilantes, sem um campo de ação perfeitamente definido.

Não obstante, as investigações se sucedem na medida do possível, servindo, pelo menos, para um aproximado conhecimento dos fatos ocorridos.

Nesse andar, quatro anos após o primeiro recenseamento, um outro se realiza, sob o govêrno do Dr. Francisco Liberato de Matos, abrangendo também a instrução do povo, então distribuída por trinta e seis escolas públicas e onze particulares

Acontecimentos auspiciosos em menos de um lustro, êsses recenseamentos valem por uma afirmação do quanto os primeiros dirigentes da mais nova Província já se preocupavam com as operações estatísticas, imprescindíveis ao bom êxito das realizações de vulto

E ressentindo-se da falta de elementos que os orientassem melhor nos objetivos que deviam realizar, alguns iam ao ponto de resistir à dificuldade financeira da época, propondo a criação do serviço especial, como poderemos ver do seguinte tópico do relatório de 1861, em que o Dr. José Francisco Cardoso passa o govêrno da Província ao seu sucessor, Dr Antônio Barbosa Gomes Nogueira :

"Estatística — Muito poucos trabalhos temos concernentes à estatística. Entretanto, V Excia. não desconhece quanto interessa ela à pública administração

"Para dar-lhe, pois, incremento e regularizá-la de modo a ser proveitosamente útil, lembrei-me de solicitar da Assembléia Provincial autorização para criar na Secretaria do Govêrno uma secção incumbida de semelhante serviço.

"Se V. Excia. convier no alvitre apontado e o conseguir do corpo legislativo da Província, dotará a administração com um grande e importante auxiliar na apreciação dos negocios públicos".

Coleções de leis e relatórios posteriores não nos falam da criação solicitada, e os trabalhos de estatística continuam a sua marcha imperfeita, aumentando sempre o âmbito das indagações, mas operando em conjunto com outros serviços, igualmente desfavorecidos de meios e condições, para melhor produção.

Como temos visto até aquí, fazia-se naquela época a estatística que era possível fazer-se, mas em bases não muito seguras, sem atos oficiais que determinassem a responsabilidade das repartições em matéria de tão grande monta

Só em 1897 é que vamos encontrar uma lei a respeito: a de n.º 261, de 27 de Dezembro, que atribue à Diretoria do Serviço Sanitário, subordinada à Secretaria do Interior, a organização da estatística demógrafo-sanitária, e cria a respectiva secção. Entretanto, não lhe dá pessoal nem recursos financeiros, circunstância esta mais tarde atenuada pelo decreto n.º 101, de 31 de Março de 1898, que dispõe sôbre a designação de um inspetor sanitário para o referido serviço

Não pudemos saber do plano e benefícios trazidos ao Paraná pela nova secção, nem a que ponto se estenderam as suas vistas no importante ramo que, do mesmo modo que outros, vinha sendo, de longos anos, ensaiado em nossa Província. Supomos, todavia, que o objetivo de sua criação não foi plenamente atingido, e isto por motivos de difícil remoção, entre os quais, talvez, o que veremos neste trecho do relatório que o Dr. Antônio Augusto de Carvalho Chaves, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Pública, apresentou, em 31 de Dezembro de 1898, ao Dr. José Pereira Santos Andrade, então Governador do Estado:

"Registro Civil — Inúmeras e repetidas queixas tem esta Secretaria recebido da Diretoria Geral de Estatística da Capital Federal contra os funcionários a quem, no Estado, está cometido êsse trabalho.

"Os escrivães de paz ou distritais, com pouquíssimas exceções, pela desídia ou desleixo condenáveis, são os imediatos responsáveis pelas queixas a que aludo".

O tom áspero em que fala êsse ilustre Secretário tem sua significação no zêlo que, pouco antes, no mesmo relatório, demonstra pelo serviço público, solidário, aliás, com os funcionários apontados em falta:

"Estatística — Já é tempo de nos ocuparmos dêsse importantíssimo serviço Como um postulado da ciência administrativa contemporânea, a estatística, devidamente organizada, é um auxiliar poderosíssimo da administração, pois, sendo ela o roteiro se-

guro dos administradores, mostra-lhes, com precisão, o desenvolvimento e prosperidade do Estado.

"Nada temos ainda neste sentido, e, por isso mesmo que o Paraná é um Estado vastíssimo, dispondo de poderosos e múltiplos elementos naturais e oferecendo uma infinidade de cousas a exame e estudo, cuja exatidão só a estatística poderá com celeridade demonstrar, é que mais oportuna se torna a criação dêste utilíssimo trabalho".

E os primeiros atos oficiais começam a aparecer, criando serviços próprios e definindo-lhes os deveres.

Assim é que vamos encontrar, em 1901, o decreto n.º 93, de 11 de Março, que atribue ao Diretor Geral da Instrução Pública a organização da estatística do ensino; o de n.º 196, de 8 de Maio de 1902, baixando o regulamento para a organização da estatística policial e judiciária, afeta à Diretoria da Secretaria dos Negócios da Justiça, mas sem uma secção especial; o decreto n.º 5, de 7 de Janeiro de 1908, dispondo sôbre as estatísticas dos impostos, da exportação, importação e indústrias e das receitas e despesas municipais; a lei orçamentária n.º 808, de 5 de Maio de 1908, criando o Gabinete de Identificação e Estatística, repartição que recebeu, entre outras, a incumbência da elaboração sistemática da estatística policial criminal, correcional e penitenciária.

De todos os atos que vinham sendo baixados sôbre serviços de estatística, merece especial referência o decreto n.º 104, de 17 de Março de 1909, que dotou a pública administração paranaense de um órgão regular, que poderá ser considerado, sem favor, a primeira repartição de estatística que realmente se criou em nosso Estado.

Falamos da Repartição de Estatística e Arquivo Público, criada no govêrno do Dr. Francisco Xavier da Silva.

Dotada de meios financeiros e pessoal próprios, ainda assim não haveriam de ser pequenas as dificuldades com que iria lutar o novo órgão, insuficientemente aparelhado, com três funcionários somente, inclusive o seu diretor, e operando num meio em geral indiferente, a despeito de já ser a Estatística um assunto muito ventilado entre nós, em tentativas e relatórios, desde os primeiros dias da nossa emancipação política.

Entretanto, é o surgir de uma fase mais promissora, onde a propaganda e o esfôrço deveriam garantir a realização de um programa de mérito, que iria ao ponto da publicidade organizada, complemento natural dos trabalhos estatísticos.

No "Boletim", publicação modesta para a relevância da matéria, mas excelente para a época, sentimos toda a operosidade da Repartição de Estatística e Arquivo Público, nos seus inteligentes trabalhos em relação às finanças, importação e exportação, indústria e comércio, imigração, colonização, assistência pública, etc., não se levando ainda em conta o grande número de informações sôbre outros sectores administrativos, onde, a julgar pela pobreza dos atos que os criaram, os serviços de estatística jamais poderiam desenvolver-se

Síntese dos trabalhos de um órgão que apenas começava a existir, o "Boletim" é, não há negar, uma eloquente afirmação do zêlo que naquele tempo já animava o funcionário paranaense na sua colaboração com o govêrno

E sem grande projeção, decerto, mas capacitada dos seus árduos deveres perante o govêrno e o povo, a nossa primeira repartição de estatística, realmente digna dêste nome, foi executando com elevação de vistas o programa que se traçara e atingindo, na medida do possível, os seus patrióticos objetivos

Infelizmente, porém, por um dêsses frequentes fenômenos de administração, que não pretendemos interpretar, a esforçada repartição, em pleno êxito, estava fadada a fragmentar-se poucos anos depois, reformados ou suprimidos que eram os serviços, frequentemente, sem notável utilidade prática

Mas o exemplo, como pudemos ver de trabalhos que apareceram mais tarde, haveria de ser seguido por alguns departamentos do serviço público, os quais, não obstante as secções cuja criação, fora do ponto de vista funcional, não teriam passado do simples formalismo de atos oficiais, foram levando para a frente, cada qual no seu gênero, o pequeno programa que lhes foi possível delinear, de forma que, no assunto, não se deixasse de produzir totalmente, numa revelação de incapacidade que era forçoso evitar

Recapitulemos

Estatística Demógrafo-Sanitária — Coube a êste importante ramo, conforme registrámos poucas linhas atrás, a vitória da primeira lei em nosso Estado dispondo sôbre a organização de um serviço de Estatística, após os recenseamentos de 1854 e 1858

Não é, porém, a respeito de um simples ato oficial, sem maior efeito que o de lembrar um serviço existente, que desejamos deter a atenção de quantos porventura se dignem lançar suas vistas sôbre o histórico que nos propomos fazer. Desejamos, sim, num ligeiro retrospecto, dizer da marcha dos trabalhos estatísticos no Paraná, através de ensaios que, se mais não exprimem, denotam, todavia, que nem sempre se gasta inutilmente o esfôrço, se é sincera a vontade de algo produzir

Assim, começaremos por informar que em 1854 já se fazia regularmente, pelo menos em Curitiba e Paranaguá, a estatística dos nascimentos, casamentos e óbitos, cujos mapas se referiam à idade, sexo, estado civil, côr e condição social; que também estes foram os aspectos previstos para os recenseamentos a que aludimos, com referência à população existente, por têrmo judiciário; que data do ano de 1894 o relativo progres-

so da estatística demógrafo-sanitária, já naquele tempo com feição próxima da que hoje observamos, e abrangendo também os hospitais e casas de saúde.

Diremos ainda que se levantavam também, mensalmente, os mapas de entradas e saídas de passageiros pelo pôrto de Paranaguá, e bem assim os do movimento das embarcações.

Instrução Pública — O relatório de 1859, referindo-se ao recenseamento realizado no ano anterior, informa-nos da existência de 36 escolas públicas e 11 particulares para uma população de 84.355 habitantes; que 1.327 era o número de alunos matriculados, sendo 952 do sexo masculino e 375 do sexo feminino; que, dêstes alunos, 227 pertenciam a escolas particulares; e que não foi além de 16 o número de alunos que fizeram exame geral, dos quais 6 em escolas particulares. Apresenta-nos também o citado relatório um quadro do número de escolas por paróquias, discriminando a matrícula em escolas públicas e particulares, cadeiras vagas e providas, ordenado do professor e sua situação no magistério, se efetivo ou contratado.

Não ia além a estatística que então se fazia no terreno educacional. E a mesma pobreza de dados vimos observando até o ano de 1916, a despeito do decreto n.º 93, de 11 de Março de 1901, que atribuiu ao Diretor Geral da Instrução Pública a organização da estatística do ensino.

Apenas uma informação a mais — a frequência, vamos encontrar nos quadros de 1917 a 1922 E em 1923, também o número dos alunos que concluíram o curso.

Dois anos mais, e os quadros da Instrução Pública nos mostram sensível melhora sob o ponto de vista estatístico, informando-nos sôbre as escolas, sua localização, categoria do professor, a matrícula, a frequência, promoções, conclusões de curso, alunos eliminados e número de classes que funcionaram.

Esta foi a norma seguida, sem um plano bem assentado, até 1931, ano que assinala o início de uma era inteiramente nova para a Estatística Educacional, em virtude do Convênio celebrado na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 1931

Estatística policial-criminal — A estatística policial-criminal vem sendo praticada no Estado, "por fôrça das circunstâncias", desde o ano de 1859; porém, o plano em que sempre foi elaborada nunca passou da breve enumeração dos dados mais necessários, conforme citámos em exemplo no comêço dêste histórico

Contudo, observa-se-lhe uma pequena melhora no ano de 1895, onde os quadros apresentam dados mais copiosos e regular orientação técnica, contendo ainda informações sôbre o movimento forense

Convenhamos, entretanto, que tal serviço, em que pese o decreto n º 196, de 8 de Maio de 1902, não poderia mesmo tomar maior desenvolvimento, dado o motivo de se ter feito consistir sòmente em um encarregado de sua execução o auxílio que lhe foi consignado na lei orçamentária do citado ano.

Estatística econômica e financeira — Elemento fiscal onde reúne o Estado os meios de que necessita para a sua própria existência, a estatística da exportação e importação vem sendo levantada desde os primeiros anos da nossa autonomia.

Limitando-se, no comêço, a ligeiras informações sôbre o movimento da Alfândega e Mesa do Consulado de Paranaguá, quanto aos artigos, sua unidade, quantidade e valor, a própria necessidade do serviço, na sequência dos anos, foi aconselhando a indagação de outros aspectos, como o atestam os quadros anuais que os relatórios publicavam.

Como todas as estatísticas de que falámos, teve esta também o seu ato oficial, a que já tivemos ocasião de nos referir; porém, cumpre que se diga — só depois de 1909, com a criação da Repartição de Estatística e Arquivo Público, foi que se começou a registrar entre nós, em matéria de Estatística, alguma coisa realmente digna de ser exaltada.

Feita a recapitulação, retomemos o assunto no ponto em que a iniciámos:

Crescendo os problemas da administração e verificada a carência de elementos estatísticos à altura de facultarem ao govêrno uma perfeita visão das nossas realidades, numa época de franco progresso em todo o Paraná, sob a presidência do preclaro estadista Dr Caetano Munhoz da Rocha, deu-nos o Poder Legislativo, em 1920, a lei n.º 1936, de 16 de Março, restabelecendo a antiga Repartição de Estatística e Arquivo Público

Infelizmente, porém, não criou essa lei maiores perspectivas ao desenvolvimento do importante serviço que, novamente, deveria funcionar em conjunto com o Arquivo Público, na habitual exiguidade de pessoal e meios.

Posto que fôsse esta a situação do órgão recém-criado, um fato auspicioso folgamos em registrar: a felicidade do govêrno na escolha dos poucos funcionários que, numa demonstração hercúlea de fôrça de vontade, haveriam de produzir os anuários estatísticos de 1923/24 e 1924/25, repositórios de preciosas informações sôbre a vida paranaense em todos os seus aspectos

Concomitantemente, os serviços da estatística policial-criminal, da educacional e da demógrafo-sanitária, em que pese a insuficiência de sua organização, iam também realizando os respectivos programas e, assim, prestando regular concurso à Repartição de Estatística e Arquivo Público no seu serviço de publicidade.

Nesta altura, vemos enriquecer-se a estatística educacional com uma secção própria, porém sem outra palavra que a simples

consignação na lei orçamentária de 1926 Aliás, funcionando de muitos anos e imprimindo aos seus trabalhos constantes inovações que, nem por isso, os elevavam de um plano rudimentar, a lei orçamentária de 1926 não trouxe ao serviço existente maior desenvolvimento

Estava neste ponto a estatística educacional em nosso Estado, quando o convênio de 20 de Dezembro de 1931, fato sobremodo auspicioso na história da Estatística Brasileira, descortina-lhe um novo horizonte, onde sentimos o esboçar de outros acontecimentos igualmente notáveis, e mostra-lhe o verdadeiro caminho a seguir na realização de uma obra realmente útil, conforme o plano que, com superioridade de vistas, já elaborava a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Cria-se na Capital da República, no ano de 1934, o Instituto Nacional de Estatística

E' o início, para todo o Brasil, de uma outra era, que se pode dizer a mais auspiciosa, porque nos trouxe os propósitos e diretrizes da verdadeira Estatística, até aquí sem uma instituição organizada de modo a poder conduzí-la com a segurança que se faz mister ao alcance das suas altas finalidades.

Dois anos após, em 11 de Agosto de 1936, realiza-se a Convenção Nacional de Estatística. E o Paraná, fiel ao disposto na cláusula sexta do instrumento convencional, cria, pela lei nº 120, de 8 de Janeiro de 1937, o órgão central do Instituto no Estado.

Desmembra-se a Repartição de Estatística e Arquivo Público, indo os seus funcionários de estatística, na segunda quinzena de Março de 1937, constituir o núcleo inicial do Departamento de Estatística e Publicidade, que, inegavelmente, veio preencher uma sensível lacuna na administração paranaense.

À influência dêsse Departamento, em colaboração com a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística no Paraná, instituída e levada a funcionar logo após a instalação do órgão central do Instituto, deve-se o êxito da Convenção Estadual de Estatística, realizada entre os dias 5 e 7 de Agosto do mesmo ano

A Convenção Estadual, que reuniu em Curitiba prefeitos ou representantes de todas as municipalidades do Estado, afim de aí se assentarem medidas de interêsse capital para a Estatística, dentro de um inteligente e liberal sistema de cooperação, foi um acontecimento notável e, mesmo, sem igual em nossa história político-administrativa

Não ficaria concluída a nossa tarefa, se não oferecessemos ao conhecimento dos que nos veem acompanhando até aquí, num louvável interêsse pelas coisas do Brasil, o que nos foi dado constatar em outras entidades,

Repartições federais — Já tivemos ocasião de citar, noutra parte dêste histórico, a Alfândega e Mesa do Consulado de Paranaguá, quando nos referimos à estatística da exportação e importação, cujos quadros vinham sendo levantados desde o tempo em que ainda pertencíamos a São Paulo.

Sôbre a estatística da Alfândega, apenas acrescentaremos que, melhorando sempre no decorrer dos tempos, os seus trabalhos de hoje se processam dentro das normas adotadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Em se tratando de serviços existentes em repartições federais no Estado, é com satisfação que vamos mencionar a Secção de Estatística da Delegacia Fiscal.

Fusão dos serviços de controle da arrecadação, classificação e estatística fiscal no Paraná e Santa Catarina, em Janeiro de 1933, desde então vem sendo servida por um eficiente aparelhamento Hollerith, que se encarrega de toda a elaboração dos trabalhos estatísticos, enviando os respectivos quadros à repartição competente do Ministério da Fazenda

Igualmente digno de menção é o serviço que se observa na Inspetoria Regional do Trabalho, com seu bem organizado registro dos estabelecimentos comerciais e industriais da região, no qual se encontram os dados essenciais ao perfeito controle, notadamente no que diz respeito ao pessoal

Outras instituições — Começaremos pela Secção de Estatística da Rede Viação Paraná — Santa Catarina, inegavelmente uma das melhores organizações no gênero em todo o país

Serviço rudimentar a princípio, no ano de 1914 passou por uma radical transformação, constituindo, desde essa época, uma secção própria, em articulação com o Sexto Distrito de Fiscalização da Inspetoria Federal das Estradas de Ferro

Dispondo, anualmente, da soberba verba orçamentária de duzentos e trinta e quatro contos de réis, é composta de quarenta e quatro funcionários e possue o mais completo aparelhamento mecânico que nos foi dado observar em Curitiba.

Entre os seus diversos trabalhos, poderemos citar as tabelas de apuração da receita geral em toda a rede, taxas para melhoramentos, volumes transportados por linha e por espécie, organização do percurso de trens, com vagões, carros e locomotivas, apuração dos pesos útil, morto e bruto transportados e apuração anual do consumo e custo médio dos combustíveis e lubrificantes gastos pelas locomotivas, por unidade e tipo de máquina

Funcionando desde a abertura do tráfego, presentemente pode ser apontado como um dos serviços mais eficientes entre nós, não só nas suas relações internas como no auxílio que presta às entidades de fora, em busca de informações.

Outro serviço de estatística, embora de pequeno vulto e operando com o auxílio de informações que lhe presta a Secção de Es-

tatística da Rede Viação Paraná — Santa Catarina, é o que mantém o Sindicato Patronal dos Madeireiros, instituição fundada em 10 de Novembro de 1934, e cuja atividade, no ramo, poderemos aquilatar do seu bem elaborado "Boletim", de publicação trimestral.

Também o Instituto do Mate do Paraná, recentemente convertido em Departamento Regional do Instituto Nacional do Mate, vem-se preocupando com a estatística do nosso principal produto, desde a sua fundação, em 1930

Comquanto o serviço não constitua ainda uma secção especial, é, não obstante, executado com regularidade e capricho por funcionários que o acumulam com os encargos da Secretaria.

O movimento da exportação, considerado em cada semestre, é dado à publicidade num amplo mapa, onde a matéria é apreciada em diversos quadros: os dois primeiros, quanto ao destino, se para o Brasil ou o exterior, com discriminação dos lugares, classificação da erva e sua quantidade em quilos líquidos, verificada por mês; o segundo, contendo o resumo da mercadoria exportada, conforme os lugares por onde se fez a exportação; finalmente, o terceiro, da relação das firmas exportadoras e quantidade em quilos líquidos para cada país

Encerrando aquí o nosso trabalho, cumpre-nos dizer que, no Paraná, relativamente ao terreno particular, as atividades estatísticas não se limitam às instituições que acabamos de citar, numa época em que, através das Agências Municipais, o valor da Estatística vai-se fazendo conhecido nos mais distantes rincões do nosso imenso país; porém, já vamos longe neste simples resumo histórico e, mesmo, não dispomos de elementos que nos habilitem a estender, concienciosamente, as nossas informações — DELLY DE CARVALHO

O Brasil é rico — mas não sabe quanto possue O Serviço Nacional de Recenseamento vai contar, PARA O POVO BRASILEIRO, *a riqueza do nosso País*

ESTUDOS E SUGESTÕES

CADASTRO AGRÍCOLA NACIONAL

Exposição feita ao Sr Cerqueira Lima, diretor do Serviço de Estatística da Produção, pelo Sr. Afrânio de Carvalho, diretor do Departamento Estadual de Estatística da Baía

SUMÁRIO : I — Os fins do cadastro; II — O objeto do cadastro: o imóvel rural; III — O fracionamento do imóvel rural; IV — A planta do imóvel rural; V — A sede do cadastro; VI — A unicidade do cadastro; VII — A atualização do cadastro; VIII — O mecanismo do cadastro; IX — O formulário do cadastro; X — O custeio do cadastro; XI — Ante-projeto de decreto-lei; XII — Conclusão

I — Os fins do cadastro

A idéia da organização de um cadastro agrícola nacional suscita, pela sua importância, uma série de reflexões, que, encadeando-se umas às outras, acabam por cobrir, senão todo, pelo menos grande parte do âmbito do assunto.

Tais reflexões surgem desde a própria denominação de "cadastro", que, segundo parece, é a preferível para designar um arrolamento de imóveis, em vez da de "registro", aplicada extensamente a pessoas, ficando completa quando ao gênero, que ela indica, se junta a espécie, agrícola, que bem se contrapõe à comercial e industrial.

Todavia, a questão, puramente formal, do nome é irrelevante, tanto mais quanto, em contrário ao preferido, se pode invocar o expressivo exemplo do assento legal de toda a nossa propriedade imobiliária, urbana e rural, que se chama precisamente "registro de imóveis"...

De parte essa questão irrelevante, outra logo reponta, e esta agora relevantíssima, qual a de saber a que exatas finalidades se propõe o cadastro agrícola que se projeta.

Não sendo o cadastro um fim em si mesmo, mas um meio para atingir certos fins, importa sobremaneira fixar inicialmente quais são estes, afim de que, por adequada estruturação normativa, se obtenha a adaptação ou conformidade do meio aos fins.

De um modo geral, trata-se de criar um instrumento sólido e de fácil manejo com que a administração pública, nas suas três esferas, federal, estadual e municipal, controle a atividade agrícola de um país que tem, e continuará a ter por muito tempo, na agricultura a sua principal fonte de riqueza.

Na generalidade dêsse conceito cabem, porém, objetivos mais ou menos extensos, conforme as interpretações individuais, cumprindo, pois, determinar-lhe o conteúdo tão discriminativamente quanto possível.

A meu ver, atendidas as necessidades mais fortemente apontadas pela experiência, um cadastro agrícola nacional, conquanto possa prestar-se a outros, deverá visar, principal e simultaneamente, os três seguintes fins:

a) facilitar tanto a orientação como a assistência, técnica e material, dos governos aos lavradores e criadores;

b) facilitar a distribuição equitativa dos impostos pelas propriedades rurais, notadamente o imposto territorial lançado pelo Estado e o imposto agro-industrial lançado pelo município;

c) facilitar o levantamento da estatística da produção agro-pecuária.

No plano do cadastro, estes três fins que apontam os rumos em cuja direção há de movimentar-se a atividade oficial, nunca poderão ser perdidos de vista, afim de que o serviço venha a ter finalmente as utilidades para as quais está agora sendo delineado.

Na elaboração dêsse plano, vários pontos provocam a atenção e merecem ser considerados, como sejam o objeto do cadastro, o imóvel rural, o seu fracionamento, o levantamento da sua planta, a sede do cadastro, a sua unicidade, a sua atualização, o seu mecanismo, o seu formulário, o seu custeio.

Dêsses pontos, o fracionamento do imóvel rural e o levantamento da sua planta constituem problemas que, diante da vigente legislação do país, não

devem ser resolvidos pela organização do cadastro, mas esta oferece incontestavelmente oportunidade para que sejam focalizados, discutidos e resolvidos na reforma, ora em andamento, da legislação civil do país.

II — O objeto do cadastro : o imóvel rural

Das duas espécies de imóveis, o urbano e o rural, um e outro emparelhados no registro imobiliário geral, porque a ambos se estende a proteção jurídica do domínio, só o segundo constitue objeto do cadastro ora em estudo.

Nem sempre, porém, foi fácil extremá-lo do primeiro, embora, para distinguí-los, prevalecesse o conceito, mais deduzido do que explícito, da respectiva *situação*, reputando-se urbano o imóvel que estivesse dentro e rústico o que estivesse fora dos limites das povoações, consoante a aproximação dos arts 6.º e 7.º das Instruções de 1 º de Setembro de 1936 — (Teixeira de Freitas, *Consolidação*, arts. 50 e 51).

Se, não obstante essa noção, perdurava a dificuldade para diferençá-los, é porque à mingua de limites regularmente fixados para as povoações, não se sabia, ao certo, onde estas terminavam e o campo começava, jazendo, de permeio, uma zona de transição que ora se incluia naquela, ora neste.

Não sofre mais dúvida a distinção entre imóvel *urbano* e imóvel *rural*, que antigamente constituía um tormento quando se tratava de classificar as propriedades localizadas na orla das cidades e vilas.

Isso porque, de acôrdo com o pensamento exarado na cláusula 15 da Convenção Nacional de Estatística, de 1936, o Decreto-Lei federal n.º 311, de 1938, pôs têrmo ao velho mal da indiscriminação entre zona urbana e zona rural, assim referido e posto em relêvo na sua exposição de motivos:

> "A distinção relevantíssima para várias ordens de fatos, entre zona urbana e zona rural, nunca foi possível no Brasil, pois nenhum critério ainda se estabeleceu a respeito e o critério que fôsse estabelecido só poderia ser aplicado se todas as sedes de circunscrições tivessem seus quadros urbanos e suburbanos convenientemente delimitados".

Atualmente, devido à plena execução que teve êsse decreto em todo o país, estão definitivamente delimitados, em atos e em mapas municipais, os quadros urbano e suburbano de todas as sedes de municípios e de distritos do território nacional, não havendo mais lugar para a indecisão ou o arbítrio.

Assim, será *urbano* todo o imóvel compreendido no perímetro traçado, nos atos e mapas municipais, em tôrno das sedes: será *rural* todo imóvel situado fora dêsse perímetro. Isso convém ser esclarecido no plano do cadastro para evitar, em relação a sítios ou chácaras suburbanas, possíveis equívocos, tanto mais fáceis de ocorrer quanto a lei de divisão territorial do país ainda é bastante nova para ser de todos conhecida

Se se tornou pacífico pela fixação de um critério legal, o conceito de imóvel rural, não se tornou ainda claro o ponto de saber se todo e qualquer imóvel rural deve ser arrolado no cadastro em perspectiva

Ainda está longe de ficar terminada a passagem, que se processa mais ou menos lentamente, do patrimônio territorial do país do domínio público para o particular, donde resulta a presente coexistência de *imóveis titulados* e imóveis simplesmente *ocupados*.

Na definição do objeto do cadastro sobreleva decidir, portanto, se êle consiste em todo e qualquer imóvel rural, ou apenas no imóvel titulado, excluído, pois, o meramente ocupado por particular, que ainda não legalizou a aquisição ao Estado

Segundo o modêlo de boletim de informações do S. E. P., só o imóvel titulado deve entrar no cadastro, pois nele se exige, em nota marginal, que o boletim seja acompanhado por um documento que prove o domínio do requerente.

Segundo o modêlo do boletim de coleta do D. E. E. da Baía, todo imóvel, titulado ou ocupado, se inscreverá no cadastro, pois êle contém, no canto esquerdo, um espaço para colocação da letra indicativa de um ou de outro, a inicial (T ou 0), e, no corpo, uma linha para a menção do dono "ou ocupante".

Talvez seja preferível o segundo alvitre, não só porque o cadastro corresponderá aos lançamentos da coletoria estadual e da prefeitura, onde, para pagamento de taxas de ocupação e de impostos, os imóveis ocupados estão inscritos, como porque, através do mesmo, a assistência oficial poderá estender-se a uma larga parte da nossa população rural que, pelo seu trabalho, a isso faz jus.

Tão cedo não se regularizará no nosso país a propriedade territorial, não só devido à carência de conhecimentos e de recursos financeiros por parte dos ocupantes de terras devolutas, como devido à morosidade dos processos de

medição e demarcação por parte dos governos estaduais.

Nessa conjuntura, parece aconselhável incorporar ao cadastro os imóveis simplesmente ocupados, o que contribuirá para apressar a sua legalização, uma vez que os ocupantes terão ensêjo de ampliar o seu círculo de noções e a sua capacidade econômica graças à ação esclarecedora e à ajuda material dos órgãos da administração.

A expansão dos conhecimentos e, sobretudo, dos recursos materiais dos ocupantes de terras públicas, a qual há de resultar do amparo administrativo e do progresso crescente do meio onde se estabeleceram, os induzirá fatalmente no rumo da legitimação da propriedade, sem que o domínio público perca coisa alguma com a demora, uma vez que é insusceptível de ser adquirido por usocapião.

Tudo está em distinguir uns imóveis de outros, o que se consegue facilmente, como atrás se viu, pela anotação da letra inicial dos vocábulos "titulados" e "ocupados" no canto dos boletins e das fichas.

Há ainda a ponderar outro ponto, também importante, relativo ao condomínio Parece-me que será acertado dispor que, havendo vários proprietários de uma só propriedade, cada um dos quais explore desta uma parte definida, entrarão as partes separadamente no cadastro. Se, entretanto, a propriedade comum tiver administrador legalmente escolhido (Cod. Civ., art. 635, § 2.º), só aquela, sem divisão em partes, entrará no cadastro.

No caso contrário, isto é, havendo várias propriedades pertencentes a um só proprietário, cada uma delas entrará separadamente no cadastro.

Desta forma, todo imóvel rural, titulado ou ocupado, autônomo ou em condomínio, grande ou pequeno, entrará no cadastro que ora se esboça.

III — O fracionamento do imóvel rural

A propósito de imóvel grande ou pequeno, ocorre agora uma observação, que, embora não diga respeito diretamente ao cadastro, nele se reflete desvantajosamente, tanto quanto desvantajosamente se reflete em outros aspectos da vida do País.

Essa observação colateral refere-se ao fracionamento excessivo da propriedade rural em várias zonas do País, fato verificado no contacto com o foro do interior.

Se é certo que a divisão da propriedade representa, em regra, um bem, já do ponto de vista social, já do econômico — e nesse sentido é assás expressivo o exemplo do meu município em contraste com um município vizinho — não menos certo é que essa divisão levada ao extremo constitue um mal Todo excesso é vício.

Não é possível levantar uma produção com significado econômico num trecho reduzidíssimo de terra, que mal dá para a moradia, as instalações normais do campo, e um quintal. Nesse minguado pedaço de chão, cujo valor não compensa às vêzes o custo dos documentos públicos e particulares que lhe deram origem, nunca poderá haver uma fonte de riqueza para a comunhão e de prosperidade para o dono.

Nestas condições, cumpre obstar, a todo transe, o parcelamento excessivo da propriedade rural, limitando-se o tamanho desta, de modo que a sua exploração possa operar-se com vantagem para o dono e para a comunidade.

No Código Civil existe um dispositivo que, inteligentemente aplicado, impediria o fracionamento excessivo da propriedade territorial, mas a êste dispositivo, como também posso testemunhar, não tem sido dado, na prática, o alcance que pode ter:

> "O imóvel que não couber no quinhão de um só herdeiro, ou não admitir divisão cômoda, será vendido em hasta pública, dividindo-se-lhe o preço, exceto se um ou mais herdeiros requererem lhes seja adjudicado, repondo aos outros em dinheiro o que sobrar".
>
> (Cod. Civil, art. 1 777).

A prática demonstra a conveniência de juntar a êsse artigo, deveras sábio, um parágrafo que estancaria a pulverização da propriedade rural através das partilhas, e concebido, aproximadamente, nestes têrmos :

> "§ Único. Reputa-se incômoda a divisão de imóvel rural que der em resultado quinhão inferior a dez hectares de terras "

Todavia, êsse dispositivo novo não seria bastante, porque o parcelamento excessivo efetua-se tanto através das transmissões *causa mortis*, vale dizer, das partilhas, como através das transmissões *inter vivos*, vale dizer, das vendas, permutas, doações, dações em pagamento, arrematações e adjudicações.

Portanto, seria mister criar outro texto para cortar essa outra fonte do mal, o que poderia fazer-se por meio de um artigo a intercalar no capítulo sôbre a compra e venda no Código Civil, artigo êsse que poderia seguir-se imediatamente ao atual art. 1.136, que versa sôbre vendas *ad corpus* e *ad men-*

suram, isto é, sôbre erros nas dimensões dos imóveis, e seria lançado, por exemplo, desta forma:

> "Art. Nenhum imóvel rural será desmembrado de modo que fique qualquer das partes com menos de dez hectares de terras."

Assim, nem o vendedor que tivesse mais de dez hectares poderia vender essa quantidade, ficando com menos, nem o comprador poderia comprar menos do que a mesma quantidade, salvo se, com a compra, a perfizesse ou a excedesse (anexação para retificação de divisas etc.).

Com êsses dois textos estaria assegurada, natural e suavemente, a formação da nossa unidade econômica, cuja fixação em dez hectares, longe de ser arbitrária, corresponderia à capacidade normal de apropriação e trabalho de um lavrador pobre com sua família, como aliás já foi reconhecido pela nossa lei básica, que elegeu justamente essa área ao limitar o campo de incidência do usocapião instituído em benefício daquele (Const. de 1937, art. 148). Simultaneamente, ficaria cortada pela raiz uma inconveniência que começa a surgir, consistente na multiplicação pelas partilhas e pelas compras dos pedacinhos de terra que só servem para gaudio de demandistas, confusão dos donos e das autoridades e prejuízo certo para o país.

Neste instante mesmo eu próprio ando à cata do título de um dêsses pedacinhos, vago e inútil para mim, mas precioso para o vizinho que pretende anexá-lo por compra, sem que eu, até agora, tenha podido satisfazê-lo, à mingua de um documento que com certeza as traças já destruiram.

Nada mais oportuno, portanto, do que sugerir à comissão revisora do Código Civil, ora em funcionamento no Ministério da Justiça, a introdução dos dispositivos aventados no corpo daquele Código.

Restritos os têrmos dêsses dispositivos ao imóvel rural, continuará até onde as posturas municipais a sancionarem, a atual liberdade de loteamento do imóvel urbano, o que permitirá a formação, na zona suburbana das cidades e vilas, de pequenas chácaras, quintas, roças e granjas, cuja área reduzida encontra justificativa na sua situação e na sua finalidade

Nessas pequenas propriedades, verdadeiros satélites dos centros urbanos, o espaço bastará apenas para as produções miúdas, de legumes, frutas e ovos, destinadas não só a suprir o consumo dos donos como a inteirar o abastecimento das povoações a que se achem unidas.

Devido, não só à subdivisão, como à fragmentação, ou esmigalhadura da propriedade em certas zonas, não creio seja possível superpor ao mapa municipal recentemente levantado o desenho, ainda que apenas convencional, do perímetro das propriedades. O controle do movimento das inscrições por êsse meio só em certos municípios será exequível.

A idéia, entretanto, traz à tona um velho problema, o da representação gráfica da propriedade imóvel, o do levantamento da planta dessa propriedade, com a qual ficaria completo o cadastro que ora se projeta.

IV — A planta do imóvel rural

À semelhança do anterior, êste problema só será resolvido por uma inovação na legislação civil que refunda a disciplina da transmissão e do registro da propriedade imobiliária, rural e urbana, pois não se concebe que, tendo sido a planta do imóvel intencionalmente dispensada naquela legislação, venha a ser exigida agora em legislação especial.

Com efeito, ao discutir-se o Código Civil, decidiu-se adotar o sistema germânico de transcrição, mas não na sua pureza, porque foi eliminado o cadastro territorial, para o qual se julgou que o país ainda não estava preparado.

Assim, as duas instituições, registro e cadastro, que deveriam estar consorciadas, ficaram desquitadas, implantando-se a primeira, que prova o domínio, mas não a segunda, que prova o modo de ser físico do imóvel.

Não há negar que a segurança do nosso sistema imobiliário ficou sensivelmente comprometida com essa dissociação, que impede, não raro, conhecer o objeto sôbre o qual recai o direito, uma vez que a sua identidade e a sua superfície só pelo cadastro poderiam ser, com exatidão, ministradas.

Depois disso, contudo, muita água correu debaixo das nossas pontes e muita reforma ousada foi introduzida na nossa legislação, a maior das quais foi, sem dúvida, a relativa à legislação social, que constitue legítimo título de benemerência da segunda república.

Assim, a reforma para a qual se julgou que o país não estava preparado há um quartel de século, poderá ser lançada agora sem barulho nem protesto, porque o povo já se acostumou a ser sacudido por transformações mais ou menos fortes.

Essa reforma, porém, há de processar-se dentro da estrutura atual do nosso registro de imóveis, que deitou raízes vigorosas nos nossos costumes,

sem que se cogite de fazer reviver o registro Torrens, que não logrou aclimar-se no nosso meio, onde, depois de combalido pela dúvida sôbre a sua subsistência em face do Código Civil, recebeu, anos atrás, um golpe mortal do Govêrno Provisório com o decreto que admitiu a transcrição no registro de imóveis dos títulos de venda de terras devolutas expedidos pelos governos (Dec. n.º 19 924, de 27 de Abril de 1931, art. 5.º)

Isso dito, entendo que se torna agora oportuno sugerir à comissão revisora do Código Civil que inclua, entre os requisitos da transcrição, a apresentação de planta do imóvel feita por profissional legalmente habilitado e subscrita pelas partes.

Além disso, para prevenir a eventualidade de ficarem os títulos prenotados no registro de imóveis longo tempo à espera da apresentação da planta, poderia igualmente ser sugerido que no regulamento do aludido registro, há pouco revisto, se determine que os escrivães só lavrem escrituras da alienação de imóvel, seja qual for a forma desta, mediante a apresentação da planta que deverá ser expressamente referida no texto da escritura

Na passagem da escritura está o momento ideal para obter a planta dos imóveis, tanto rurais como urbanos, pois, em qualquer transmissão, embora ambas as partes sejam interessadas, geralmente uma delas o é tanto que fará tudo para terminar o negócio. Ao mesmo tempo, com essa formidável ampliação do campo de atividade dos agrônomos e engenheiros, surgirá a vantagem de interessar mais a nossa mocidade nessas profissões, ainda escassamente procuradas em relação a outras cujos quadros se acham superlotados

No intuito de facilitar o levantamento das plantas futuras dos imóveis, importará desimpedir o acesso às existentes atualmente nos cartórios, sobretudo em processos de divisão e demarcação, para o que bastará determinar que os escrivães permitam, sem prejuízo do serviço forense, que os profissionais legalmente habilitados e indicados pelas partes tirem cópia das mesmas sem qualquer outro onus a não ser os emolumentos da busca dos autos onde se achem entranhadas.

Neste tanto, porém, a sugestão deve ser precedida de audiência do Conselho Nacional de Geografia, por envolver aspectos técnicos que devem ser convenientemente estudados, afim de que a matéria receba uma solução uniforme em todo o país e seja relacionada com a carta geral do Brasil.

Entre tais aspectos estão a escala da planta, para o fim do registro de imóveis, e sua cópia, quer na mesma, quer em menor escala, feita a redução com pantógrafo, para o fim do cadastro agrícola.

Aliás, uma das resoluções da última Assembléia do Conselho Nacional de Geografia ocupou-se, com grande proficiência, da organização do arquivo cartográfico brasileiro, mas o fez de modo unilateral, sem o relacionar, como é de intuitiva vantagem, com o regime legal da nossa propriedade imobiliária (Resolução n.º 59, de 21 de Julho de 1939)

Sem entrosar o primeiro no segundo, ambos ficarão mancos ou incompletos, pelo que cumpre associá-los num único plano, que é o do sistema imobiliário legal, a que o arquivo cartográfico servirá de base, prevendo-se outrossim a utilização das plantas dêste no cadastro agrícola, com redução, se possível, ao tamanho das fichas de cartolina, afim de que com estas sejam guardadas

Se se chegar a êsse resultado, o cadastro agrícola ficará notavelmente enriquecido, devendo a apresentação da cópia da planta ser exigida simultaneamente com a do boletim de informações, seja no arrolamento inicial, seja na sua atualização.

Só no futuro, porém, será possível cogitar disso, já que deve anteceder a referida reforma no sistema da nossa propriedade imobiliária em geral.

Enquanto não se processa tal reforma, bastará, na antevisão dela, relacionar o cadastro com o registro geral de imóveis, reclamando, entre os dados do mesmo, a menção do título aquisitivo e do número, ou números, da transcrição do imóvel

V — A sede do cadastro

De todos os pontos inicialmente aludidos, alguns dos quais acabam de ser sucintamente versados, o que, pela importância prática, merece ser mais detidamente examinado para ser afinal satisfatoriamente resolvido é o relativo à sede do registro

Da solução dêsse ponto depende, a meu ver, o sucesso ou insucesso da tentativa de levantar um completo cadastro agrícola nacional, isto é, um cadastro que compreenda mais de um milhão de imóveis rurais, por onde deve andar atualmente o número dêstes, atendendo-se a que o recenseamento de 1920 apurou um total de 648 153 (Anuário Estatístico do Brasil, 1936, p. 196)

Só na Baía, onde as condições que costumam provocar o desmembramento da propriedade se fazem sentir com

menor intensidade do que em outros Estados, só na Baía o cômputo dos imóveis rurais subiu de 65.181, em 1920, a 171 379 em 1937 (Anuário Estatístico da Baía, 1937, p. 161).

Justo é, por conseguinte, calcular, pela progressão dêsse aumento, que a propriedade rural brasileira se represente atualmente por um número de estabelecimentos superior a um milhão.

Daí se pode inferir o vulto do serviço que se pretende empreender, em que será necessário coletar, criticar, apurar e arquivar dados relativos a todos os imóveis rurais do país.

A magnitude excepcional dêsse serviço conduz naturalmente à idéia da divisão do trabalho, que representa a única maneira de realizá-lo, e, por via de consequência, sugere imediatamente a solução de estabelecer a sua sede nos municípios, onde, bom é que se note, já existem órgãos funcionalmente predispostos a executá-lo: as agências de estatística

Tão clara e espontânea é a sugestão emergente das circunstâncias, que o S E P , onde atualmente tem sede um registro semelhante, mas, pela sua estrutura, compreensivo de um número comparativamente pequeno de imóveis, pensou a princípio em adotá-la, abrindo mão da sua atual prerrogativa. E pensou bem.

Ante o número avultadíssimo de imóveis rurais, a divisão do trabalho é, no caso um imperativo indeclinável e essa divisão deve fazer-se pelos municípios, divisor administrativo naturalmente indicado, cujo número, segundo o quadro organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em consequência da lei sôbre o assunto, sobe presentemente a 1.574

Só no município também será possível examinar e retificar, com conhecimento de causa, as informações prestadas, visto como só aí, pela proximidade dos objetos das mesmas, existem à mão, escritos ou orais, os necessários elementos de controle.

As peculiaridades da vida comunal acentuam a facilidade de colhêr sôbre qualquer imóvel, a qualquer momento, informes bastantes seguros, sem falar na possibilidade de obtê-los *in loco* por meio dos funcionários itinerantes do quadro normal das prefeituras — agentes lançadores, arrecadadores e fiscais de impostos.

Outra razão, esta de ordem psicológica, se junta às precedentes, qual a de que, sendo a sede no município, êste, por se tratar de serviço seu, esmerar-se-á na organização do cadastro, o que talvez deixe de acontecer se a sede for localizada no S. E. P.

Há, todavia, no S. E. P. o receio de que a execução do serviço fique muito ao arbítrio dos prefeitos, dependente da compreensão que estes tiverem do assunto, o que prejudicaria a uniformidade e a eficiência do plano.

Tal receio não me parece procedente, uma vez que é possível fornecer às agências de estatística, sôbre a organização do serviço, instruções tão precisas que eliminem o arbítrio e cujo cumprimento seria fiscalizado pelos agentes itinerantes e pelos Departamentos Estaduais de Estatística, aos quais cabe, como função normal, a crítica de todos os trabalhos das agências.

Além disso, subordinados os prefeitos ao govêrno do Estado, êste, por intermédio da Secretaria do Interior ou do Departamento das Municipalidades, fiscalizará também o cumprimento das instruções, dependendo isso de simples conjugação de providências promovida pelo Departamento Estadual de Estatística.

Na Baía os prefeitos manifestam vivo interêsse pelo cadastro, o que, em parte, talvez se explique pelo fato do mesmo oferecer motivo para a cobrança de uma taxa, incentivo êsse que poderá estender-se a todos os municípios do país.

Há ainda no S. E. P. a preocupação de que, sendo o cadastro feito nos municípios, não possa fazer-se com rigor o controle da concessão de favores e regalias aos lavradores e criadores, o qual só poderia exercer-se, senão dentro de uma única numeração, pelo menos dentro de um número muito limitado de séries de numeração. Êste, sobretudo, é o argumento que o inclina a preferir a sede no Ministério da Agricultura.

Antes de tudo, desde que o S. E. P. organize o seu fichário, por Estados, municípios e distritos, isto é, que repita cada fichário municipal, será sempre fácil descobrir de pronto se o requerente do favor ou concessão está no cadastro e, no caso afirmativo, se a sua propriedade preenche as condições exigidas para a obtenção do favor ou concessão. Êste é um ponto que se resolve facilmente pelo arranjo interno do fichário do S. E. P sem atingir as linhas fundamentais do plano.

Depois, tão atrasada está a vida agrícola do país, como mostrou recentemente o inquérito feito pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, que é preciso mudar radicalmente também o processo de concessão de favores: em vez do Ministério exigir que o lavrador venha procurá-lo, é imperioso, é urgente, é imprescindível que o Ministério vá procurar o lavrador.

Não espere o Ministério que o lavrador, analfabeto ou de poucas letras,

reconheça a existência das suas próprias necessidades e, menos ainda, a de uma repartição pública interessada em remediá-las.

Cumpre, pois, que o Ministério, tomando conhecimento dessas necessidades através do cadastro, ofereça auxílio, em cada caso, ao lavrador para que possa satisfazê-las.

Ora, levantado o cadastro nos municípios, o Ministério, com a cópia dos mesmos, ficará habilitado a conhecer a situação de cada um dos lavradores e criadores do país e a oferecer a todos adequada assistência.

Está claro, porém, que, para que isso se dê, cumpre elaborar uma ficha de informes capaz de orientar o Ministério nessa assistência, isto é, uma ficha onde, ao lado da capacidade financeira provável do proprietário, se encontrem os dados físicos indispensáveis para aconselhar tal ou qual cultura, tal ou qual arado ou máquina, tal ou qual instalação.

VI — A unicidade do cadastro

Se se trata de organizar um cadastro agrícola nacional, não basta escolher para sede do mesmo o Município, sendo necessário prover ainda a que, por meio de adequada interligação de serviços, possa ser utilizado pelo Estado e pela União.

Há bastante tempo, a União, o Estado e o Município, cada qual de seu lado, buscam constituir, com variáveis elementos informativos, os seus registros de lavradores e criadores, mas essas tentativas, empreendidas através do Ministério da Agricultura, de Secretarias da Agricultura e de Prefeituras, teem sido até agora frustradas.

Igualmente teem sido baldadas as iniciativas do mesmo gênero tomadas por institutos de fomento econômico em relação a certas classes de agricultores, ou só a criadores, as quais ficam detidas em fases mais ou menos adeantadas dos trabalhos, sem que cheguem a completar-se os arrolamentos pretendidos

Ainda recentemente o decreto-lei federal que dispôs sôbre o início do Recenseamento inscreveu entre os trabalhos preparatórios dêste o cadastro das propriedades rurais, mas nem êsse decreto, nem qualquer outro, fixou as normas para o seu levantamento (Decreto-Lei n.º 237, de 2 de Janeiro de 1938, art. 9.º, letra *i*).

Daí resulta que as atividades que se orientam presentemente no sentido do cadastro oferecem, pelo arbítrio que as gera, as mais variadas feições, diversificando pela sua procedência, pelo seu fundo e pela sua forma, o que sacrifica inevitavelmente a consecução do objetivo comum.

Salvo os de alguns municípios, onde foram formados por declarações compulsórias das partes, os outros cadastros até agora tentados teem falhado sobretudo devido ao fato de não terem sido localizados nas sedes municipais, mas, sim, nas capitais dos Estados e da República, onde o afastamento das fontes impede que as informações sejam oportuna e regularmente colhidas.

Segundo a lição dessa experiência, a tentativa de levantar cadastro agrícola por outro instrumento que não seja o município jamais passará do que, em direito criminal, se chamaria uma tentativa impossível por inidoneidade do meio...

Como quer que seja, não pode nem deve perdurar a presente situação em que, sem embargo de grande dispêndio de pessoal e de dinheiro e de grande incômodo para os donos de imóveis, assediados de indagações por todos os lados, não se logra o resultado colimado.

Importa, por conseguinte, integrar num sistema os esfôrços múltiplos e desordenados que ora se observam, prender e conjugar, num mesmo plano de ação, todos os órgãos administrativos interessados, numa palavra: estabelecer a unidade na variedade.

Tal unidade pode ser facilmente conseguida, dispondo-se que o boletim de informações, apresentado à Agência Municipal de Estatística, seja, depois de criticado e revisto por esta, copiado em mais duas vias, uma das quais será remetida ao Departamento Estadual de Estatística e a outra ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Estas duas vias, assim encaminhadas para a capital do Estado e para a capital do país, poderão, por sua vez, ser multiplicadas em tantas outras vias quantas forem as entidades, públicas ou autárquicas, interessadas em obtê-las.

Assim se evitará, por singela coordenação inter-administrativa, a atual dispersão de esforços das três ordens, federal, estadual e municipal, cada uma delas empenhada isoladamente em obter, a seu modo, um objetivo comum às outras duas: o cadastro agrícola.

Dêsse modo também se impedirá que as fontes informativas se cansem com a multiplicidade de questionários resultantes da aludida dispersão, questionários êsses que, por falta de integração em um sistema, são polimorfos, uns mais outros menos analíticos, uns com certa terminologia, outros com terminologia diversa.

Assim, finalmente, se logrará, com segurança, o que, devido ao presente desencontro de providências, tem sido até agora baldado, para governos e entidades autárquicas: um cadastro agrícola

Neste particular, porém, a opinião do S E P coincide com a minha, sem qualquer reserva ou objeção, pelo que não se torna necessário alongar em considerações ou apontar exemplos ilustrativos.

VII — A atualização do cadastro

Não se esgota no arrolamento inicial dos imóveis a organização do cadastro, pois, se assim fôsse, êste, pelo paulatino envelhecimento dos seus dados, acabaria forçosamente caduco, transformando-se num trambolho burocrático cuja perspectiva leva imediatamente a cogitar de um expediente para a atualização

Como regular essa atualização ? A resposta a essa pergunta há de ser dada pela simultânea consideração não só das condições peculiares ao nosso interior como das informações reclamadas para que o cadastro atinja a seus fins.

Por um lado, não se generalizou no nosso país o hábito de contar, medir e pesar, nem tão pouco o de analisar, discriminar e positivar, pelo que, em regra, nenhum homem do campo está capacitado para preencher por inteiro, em primeira mão, um formulário que requeira, embora sôbre as suas próprias coisas, contagens, medidas, pesadas, tanto quanto análises, discriminações e afirmativas

Donde a consequência, fácil de imaginar, de que até os dados absolutamente estáveis do cadastro, ministrados no arrolamento inicial, serão passíveis de retificação em numerosos casos, ainda que interêsse algum tenha tido o dono do imóvel em viciá-los.

Por outro lado, outros dados são apenas relativamente estáveis, como a distribuição da área e do valor da propriedade, já que essa distribuição pode variar, de um ano para o seguinte, com o alargamento das culturas em prejuízo das pastagens, ou vice versa, com a derrubada das matas, ou o reflorestamento, com a montagem ou desmontagem de instalações, com a compra ou venda de instrumentos agrários e de veículos, e assim por diante. Aliás, essas variações devem ser previstas até como naturais reflexos do próprio cadastro, cujo advento habilitará os governos com elementos informativos para inculcá-las ou ajudá-las muitas vêzes

Diante dessas considerações parece surgir a evidência de que não convém restringir a atualização às alterações que se verificarem por transferências, anexações e desmembramentos, convindo, ao revés, ampliá-la para abranger, em determinado espaço de tempo, todas as possíveis alterações

Independente das considerações que conduziram a essa conclusão, sobreleva notar que, sendo um dos fins do cadastro agrícola facilitar a estatística da produção, só vantagem existe em associar à atualização do aludido cadastro a obtenção de dados para a referida estatística.

Todas essas advertências levam a preconizar que a atualização se processe, não episodicamente, por ocasião das transmissões de propriedade, mas, sim, regularmente, por ocasião do primeiro pagamento dos impostos municipais, por meio da entrega de um boletim de informações sôbre o imóvel.

No caso dêste ter sido objeto de transmissão no período anterior, o adquirente esclarecerá, com a apresentação do título, se houve simples *transferência* de propriedade, ficando a mesma a propriedade, ou se houve *criação* de uma propriedade nova pelo desmembramento de outra ou ainda *anexação* de uma propriedade a outra, desaparecendo a primeira

A remessa da cópia dos boletins, depois de criticadas e revistas, ao D E. E. e ao S. E. P. automatizará a atualização do cadastro geral, respectivamente, do Estado e do Brasil

Neste ponto, o S. E. P. levanta duas objeções, que, bem examinadas, se reduzem a uma única, entendendo que não vale a pena, por muito trabalhoso, exigir que a atualização abranja os dados da produção e que, reduzida aos dados da transmissão da propriedade, melhor é o alvitre de condicionar a transcrição da mesma a um registro prévio na Prefeitura (Agência de Estatística).

Se, entretanto, o lavrador vem normalmente, todo ano, pagar os seus impostos à Prefeitura, não lhe custará deter-se um pouco para preencher, ou fazer preencher com os seus informes (e êsse será o caso comum) os boletins impressos que deverá encontrar à sua disposição.

Nessa oportunidade êle poderá, não só corrigir os dados estáveis que acaso tiverem sido fornecidos com engano no arrolamento inicial, como renovar os dados instáveis, inclusive os relativos à estatística da produção agrícola, que seria uma pena deixar de colhêr em ocasião tão propícia.

Seria lançar fora a melhor arma, positivamente a melhor, de que se pos-

sa dispor para vencer a luta, obscura, mas cheia de sacrifícios, em que a estatística anda, há tanto tempo, empenhada para obter a estimativa da produção agrícola, a qual, apesar de tudo, tem sido feita sempre com grande atraso, com caráter retrospectivo, quando poderá passar a ser feita pontualmente, com caráter de previsão, como tanto é de desejar.

Nessa luta, em que se gastam não poucas energias, porque muitos já compreendem a importância do objetivo, a vitória definitiva, com a obtenção de dados do primeiro trimestre do ano, quando todas plantações já estão feitas, só será conseguida por êsse preço, isto é, pelo trabalho que o S E P. desejaria evitar

A época do primeiro pagamento dos impostos municipais constitue uma oportunidade deveras excepcional para a coleta de dados da produção tanto agrícola como pecuária, pois então o lavrador já poderá informar com segurança não só as áreas cultivadas como os rendimentos prováveis das plantações decorrentes dos fatores favoráveis ou desfavoráveis que sôbre as mesmas atuaram

De posse dessa informação, a agência de estatística ficará habilitada a levantar, até Junho, a provável produção agro-pecuária do município no ano agrícola em curso, observado o critério segundo o qual êste "será considerado em coincidência com o ano civil, levando-se ao cômputo da respectiva produção as safras que, apenas começando ou terminando no seu decurso, nele, entretanto, tiverem o maior volume de colheita" (Res da A G. do Conselho Nacional de Estatística n 104, de 19 de Julho de 1938)

Se se admitir a vantagem da atualização anual de todos os dados, desaparecerá automaticamente a conveniência que existiria em condicionar a transcrição do título aquisitivo da propriedade ao registro prévio na Prefeitura

Nem por sombra, entretanto, se haveria de pensar, no caso contrário, em estatuir a obrigatoriedade da comunicação das transmissões por parte dos oficiais do registro de imóveis, porque, como bem lembra o S. E. P., o exemplo do registro civil é, a êsse respeito, assás elucidativo

Contudo, não me parece injurídico, senão apenas inconveniente, que um decreto-lei federal condicione a transcrição do título de transmissão ao registro prévio na Prefeitura, uma vez que estão concentrados agora nas mãos do Chefe do Govêrno os poderes executivo e legislativo.

Aliás, talvez se possa apontar mais de um exemplo em que um decreto-lei estadual tenha proibido — e isso me parece excessivo por ser a matéria da alçada federal — que os oficiais do registro de imóveis efetuem registros sem que as partes neles interessadas provem ter efetuado certas diligências ou prestado certas declarações, como as do imposto territorial

Nada impede, a meu ver, que um texto federal exija o registro prévio da escritura de transmissão na Prefeitura da situação do imóvel, uma vez que fica sempre ressalvado o direito de prioridade do adquirente, consoante êste dispositivo legal, reproduzido no último regulamento:

> "Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento no protocolo, com o respectivo número de ordem, nos casos em que, dessa formalidade, decorrerem direitos de prioridade para o apresentante (Decreto n º 4 857, de 1939, artigo 15)

Talvez seja possível dispensar, entretanto, a atualização intercorrente, resultante das transmissões de propriedade, uma vez que se considere suficiente, como parece, a atualização anual Isso aliviará um pouco as formalidades, já tão pesadas, que os adquirentes de imóveis hão de cumprir por ocasião da transmissão Êste é um ponto sôbre o qual a experiência do S E P decidirá com acêrto

VIII — O mecanismo do cadastro

do cadastro deve ser arranjado ou disposto de maneira a garantir o funcionamento contínuo, sem interrupções provocadas seja por falta de informes daqueles em cujo benefício é instituído, seja por excesso de operações ou manobras para manipulação ou aproveitamento dêsses informes

Se se tornar facultativa a inscrição, poucos delas se valerão, por maiores que sejam as vantagens com que se lhes acene, como aconteceu com o registro de lavradores e criadores, estabelecido, anos atrás, no S E P

Não resta, portanto, outra alternativa senão torná-la obrigatória para todos os donos ou ocupantes de imóveis, o que não representará gravame algum para os mesmos, desde que a formalidade haja de cumprir-se no centro habitual dos seus negócios, a sede do município, e por ocasião de satisfazer-se o mais costumeiro dos seus encargos, o pagamento dos impostos municipais

Nessa conformidade, o levantamento inicial do cadastro e a sua atualização anual operar-se-ão mediante a entrega compulsória de um boletim de

informações sôbre o imóvel no prazo marcado para o primeiro pagamento dos impostos municipais.

Na falta de entrega do boletim no prazo marcado, ocorrerá o lançamento *ex-ofício* do imóvel calçado em dados colhidos tanto *in loco*, pelos funcionários itinerantes das Prefeituras, como nos assentos do registro de imóveis, do lançamento do imposto territorial, dos processos de medição e demarcação de terras públicas, e assim por diante.

Assim o cadastro será levantado e atualizado de qualquer forma: pelas declarações do dono ou ocupante do imóvel e, na falta destas, pelas informações obtidas pela Prefeitura das diversas fontes de que normalmente dispõe

Duas providências cabem para assegurar o funcionamento regular dêsse sistema:

a) a cominação de uma multa para o dono ou ocupante do imóvel, quando deixar de entregar o boletim de informações, e para o agente de estatística, quando deixar de remeter as cópias ao D E. E. e ao S E P.

b) a subordinação do direito de receber o conhecimento de quitação dos impostos municipais à exibição do certificado de inscrição no cadastro

Dessas duas providências, a primeira aplica-se comumente nos diplomas legais, para reprimir as infrações por omissão, e a segunda justifica-se cabalmente com o precedente do registro industrial do Ministério do Trabalho que condicionou o pagamento de impostos dos estabelecimentos fabrís à exibição do certificado daquele registro:

> "O pagamento dos impostos e taxas a que estejam obrigados os estabelecimentos industriais só poderá ser feito mediante exibição do certificado do registro a que se refere o art 1.º dêste decreto-lei"
>
> (Decreto-lei n.º 281, de 18 de Fevereiro de 1938, art. 16).

No interêsse da simplicidade do processo de manipulação e aproveitamento dos informes, convém estabelecer o seguinte:

a) os próprios boletins de arrolamento inicial constituirão, encadernados de trezentos em trezentos, os livros de inscrição, para o que receberão um número de ordem à medida que forem sendo apresentados ou preenchidos *ex-ofício* (ordem numérica).

b) tais boletins serão transformados em fichas de cartolina que, distribuídas por distritos, serão classificadas e guardadas em arquivos de aço segundo os nomes dos donos ou ocupantes dos imóveis (ordem alfabética).

No mesmo sentido convém determinar que o boletim de informações conste de duas partes, uma superior e outra inferior, esta destacável daquela por uma linha picotada, contendo, respectivamente:

a) a parte superior, dados cadastrais;

b) a parte inferior, dados da estatística da produção.

Isso porque, enquanto a primeira parte deve ser remetida ao D E E e ao S E P., tanto no arrolamento inicial, como na atualização anual que lhe trouxer retificações, a segunda não deverá sair nunca da agência de estatística, onde será apurada

Tal medida permitirá reduzir consideravelmente o volume do trabalho trazido pela atualização anual, pois os centros superiores, o D. E E e o S E P, só receberão as partes de boletins que acarretaram alterações nas cópias dos seus respectivos cadastros, ficando as que não acarretarem, bem como todas as relativas à estatística da produção, na agência de estatística, que, depois de fazer a apuração desta, as inutilizará

Incidentemente, vale a pena recordar que no D E E e no S E P. as fichas, em que se converteram os boletins, poderão ser arquivadas, município a município, por uma das duas ordens, numérica ou alfabética, conforme se preferir, obtendo-se a outra em um livro índice, que, no caso de ser alfabético, trará, em fôlhas sôltas, começando pelo sobrenome, como nas listas telefônicas, os nomes de todos quantos se achem no cadastro, seguido do número, ou números de inscrição e, no caso de ser numérico, trará justamente o inverso, isto é, os números de inscrição, seguidos dos nomes.

Outrossim, a bem da crítica dos informes prestados nos boletins, convém estender expressamente aos agentes de estatística a faculdade de consultar os livros de registro geral de imóveis e o respectivo regulamento, nas suas disposições gerais, no capítulo sôbre publicidade, concede às partes:

> "Os oficiais, bem como as repartições encarregadas dos registros, serão obrigados:
>
> . ...
>
> 2.º a mostrar às partes, sem prejuízo da regularidade do serviço, os livros de registro,

dando-lhes, com urbanidade, os esclarecimentos verbais que pedirem (Decreto n.º 4.857, de 1939, art. 19).

Como corretivo do arraigado costume de dar ao imóvel, bem como às suas bemfeitorias, um valor inexato, só para o efeito de evitar uma taxação mais onerosa, mas, não obstante, justa, poderá ser generalizado o príncipio, já vigorante na legislação fiscal de vários Estados, de que os poderes públicos poderão desapropriá-lo, por necessidade ou utilidade pública, pelo preço que o dono lhe atribuir no boletim de informações

Exceto êsse informe, que costuma ser viciado pelo receio do fisco, os demais não reclamam cautelas particulares, como se deduzirá ao primeiro exame do rol provável dos mesmos, constante do capítulo que se seguirá ao presente.

Embora os modelos de boletim, ficha e certificado de inscrição possam acompanhar desde logo o decreto institucional do cadastro, êste deverá autorizar a sua ulterior modificação, pelo S E P , independente de novo decreto, em cumprimento de resolução aprovada pelo órgão competente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Com semelhante franquia a parte formulária do cadastro adquirirá a elasticidade que convém à sua peculiar natureza, o que permitirá o seu fácil aperfeiçoamento no futuro com as alterações acaso ditadas pela experiência

Menos no propósito de estimular a boa vontade para a inscrição no cadastro do que no de informar sôbre as prerrogativas que êle confere, cujo uso tanto contribuirá para o soerguimento da nossa vida rural, há manifesta vantagem em trasladar para sua estrutura, depois de posto em dia, o rol de favores concedidos pelo Ministério da Agricultura aos lavradores e criadores inscritos (portaria de 30 de Janeiro de 1936).

IX — O formulário do cadastro

Sem dúvida, a escolha do formulário, isto é, do modêlo do boletim de informações, está subordinada aos fins a que o cadastro deverá servir, os quais, como atrás se viu, o tornarão mais ou menos analítico, mas, determinados os fins, só hão de reclamar-se os dados necessários, dispensando-se os suntuários.

No caso ocorrente, aceitos os fins inicialmente expostos, vários dados terão préstimo comum aos mesmos, como o nome do proprietário, a sua residência, a sua nacionalidade, o nome da propriedade, o distrito e local onde se acha situada.

Dêsses, a residência não é interessante somente sob o ponto de vista das comunicações com o dono da propriedade, mas ainda sob o ponto de vista das suas relações com esta. Há grande interêsse em saber se o dono habita ou não o imóvel rural, se o tem como assento do exercício da profissão agrícola ou como mero motivo de especulação comercial.

No nosso país a segunda situação representa um mal notório, que, entretanto, pode ser facilmente remediado por meio de uma taxação mais onerosa dos imóveis rurais cujos donos não os habitem, deixando-os entregues a capatazes e a rendeiros a quem falta o estímulo para mantê-los em bom estado ou levá-los ao progresso.

Ao visitar recentemente a zona cacaueira dêste Estado, fiquei impressionado com o fato de só me serem mencionadas, em conversas, fazendas cujos proprietários moram nesta capital... Êsse regime de exploração à distância, seja por meio de representante, seja por meio de arrendatário, incorre na mais justificada censura.

Analogamente, a nacionalidade merece ser registrada para se conhecer, em qualquer momento, fora dos recenseamentos gerais, a porção de imóveis rurais em poder de estrangeiros, a respeito dos quais a nossa legislação contemporânea tem sido forçada a estabelecer cautelas adequadas. O que de maneira alguma se justificaria senão como pormenor suntuário, seria a naturalidade, a menção do Estado de origem do proprietário, visto como a todos domina o pensamento de apagar, quanto possível, as distinções trazidas pelas fronteiras interestaduais, tanto mais quanto uma forte corrente de opinião nacional, encabeçada por êsse admirável paladino que é o sr. Teixeira de Freitas, pleiteia com as mais ponderosas razões o reajustamento territorial do país.

Entretanto, o nome da propriedade tem menor serventia do que se imagina, porque, em geral, as propriedades não teem nome e, quando algum se lhes dá, êste se confunde com o do local onde estão situadas, aplicando-se, por conseguinte, a dezenas ou centenas delas, o que o torna falho como elemento identificador autônomo No registro geral de imóveis se exige realmente a denominação das propriedades, o que talvez concorra para criar o hábito de batizá-las, mas, por enquanto, nele se observa que um grande número de propriedades recebem o mesmo nome, porque o tiram de um acidente hidrográfico ou orográfico comum, ou de uma

sesmaria ou concessão antiga, de onde todas provieram.

Ao contrário, o local oferece considerável utilidade, porquanto, dada a vastidão territorial de muitos distritos, constitue um elemento identificador indispensável para situar a maioria dos imóveis rurais, e, por êsse motivo, pre-existe na linguagem popular, de cada município, a ponto de ser tomado, como atrás se viu, para designar o próprio imóvel, quando êste nenhum nome tem.

De par com os dados que se dirigem, em comum, aos três fins do cadastro, outros há que se destinam a beneficiá-los com uma ligação para as fontes legais onde seguramente poderá abastecer-se de informes necessários à crítica das declarações dos proprietários, como sejam, o título aquisitivo e o número, ou números, da transcrição

Com o número, ou números da transcrição, o cadastro ficará relacionado com o registro de imóveis que, deve ser, ou tornar-se, a origem comum de todos os cadastros relativos à propriedade imobiliária, seja rural, seja urbana Isso possibilitará, como já se expôs, a futura incorporação da planta do imóvel ao cadastro agrícola.

Com o título aquisitivo, além da vantagem atrás referida, ganha-se a de poder avaliar e acompanhar a maior ou menor estabilidade do domínio dos imóveis rurais, pois, enquanto a herança os deixa com a família do agricultor, os demais títulos os passam a mãos de estranhos, nem sempre agricultores Há, em outros países, uma preocupação tão acentuada de manter a tradição da vida rural, cujos benefícios são incontestes, que já se chegou, para isso, a restaurar o direito de primogenitura.

Se se busca, em especial, facilitar a orientação e a assistência do govêrno aos lavradores e criadores, será necessário indagar, além da área e distribuição das terras, a sua qualidade, para saber as culturas que lhes são adaptáveis, a sua conformação, para aconselhar tal ou qual tipo de máquina ou arado, conforme sejam planas ou montanhosas, as suas águas, as sêcas a que acaso estejam sujeitas, porque a abundância ou a falta d'água, a alta ou a baixa precipitação atmosférica levam sabidamente a recomendações diversas

Há também real proveito em arrolar as quedas d'água existentes nos imóveis, sobretudo para apanhar as de potência reduzida, cujo aproveitamento, para uso exclusivo do proprietário, escapa ao regime de autorização federal (Const de 1937, art. 143, § 2.º). Isso permitirá os governos, como êles pretendem, estimular o uso da energia elétrica, pouco difundido no meio rural por falta de orientação técnica, plano e orçamento para instalações

Ao lado dessas, outras indagações merecem ter lugar sôbre as instalações rurais, quer generalizando a pergunta sôbre as mesmas — e assim procedeu o S E P. no seu boletim — quer especificando as mais necessárias, como o silo, o banheiro carrapaticida, a cêrca divisória e os pastos cercados — e assim procedeu o D.E E no seu boletim — pois, seja de uma, seja de outra forma, o que cumpre é colhêr dados que sirvam ao programa governamental de desenvolvê-las e orientá-las.

Não apresenta o mesmo préstimo que antigamente apresentava, a pergunta, adotada no boletim do D.E.E. da Baía, sôbre o nome e a distância da estação ferroviária ou pôrto mais próximo, não só por causa do advento e do rápido progresso da estrada de rodagem, como por causa da elaboração, em andamento, das tábuas itinerárias brasileiras, as quais, com descrição de percurso, relacionam todas as sedes distritais municipais com as dos municípios vizinhos e com as capitais do Estado e do país Donde o alvitre de se substituir essa pergunta pela da distância da sede do imóvel à sede do distrito e do município, o que, com o auxílio das tábuas, proporcionaria uma rede completa de informes.

Há, entretanto, evidente interêsse em conhecer o destino da produção, isto é, o lugar para onde o lavrador vende as suas safras, não só para rastrear as correntes internas de comércio como principalmente para despedaçar, inclusive pela propaganda cooperativista, a cadeia de intermediários desnecessários que costuma subtrair ao produtor a maior parte do justo provento do seu trabalho.

Se se pretende facilitar também a ação fiscal, proporcionando-lhe elementos para uma equitativa imposição tributária, então far-se-á mister colhêr, com exatidão, o valor total da propriedade, bem como o valor das benfeitorias, já que êste é deduzido daquele para o cálculo do valor tributável do imposto territorial, que é o principal tributo que pesa sôbre os imóveis rurais, discriminando-se, se possível, as instalações em que consistem as benfeitorias, não só para êste como para o primeiro fim, como excelentemente fez o do S E P

Se se procura facilitar a estatística da produção, importará perguntar quais as lavouras existentes, a área cultivada, a produção, o valor local da produção, assim como os rebanhos existentes, o número de cabeças, a produção e o valor local da produção, procedendo de maneira análoga em relação à indústria extrativa e às indústrias agrícola e ani-

mal Assim procedeu o D E.E da Baía por meio de quadros devidamente estudados, no rodapé do boletim de coleta por êle organizado, para cujo preenchimento elaborou instruções, entre as quais a de assinalar, com uma cruzeta, as culturas consorciadas, afim de que a respectiva área não venha a ser somada com a das culturas principais, o que conduziria, pela duplicação de parcelas comuns, a uma elevação irreal da área total cultivada.

Outras considerações em tôrno da substância do formulário tornam-se desnecessárias bastando que não se perca de vista que o mesmo deve servir aos três fins acima mencionados, pelo que deverá recolher todos os dados que sejam essenciais, abolidos, a bem da simplicidade, quantos não o sejam

Quanto à forma, atendida sempre a conveniência da simplicidade, nada importará dizer mais em particular senão que deve prever a codificação dos dados e a sua apuração por meio de cartões perfurados (Hollerith)

X — O custeio do cadastro Não se pode estudar o plano de um serviço público sem que simultaneamente se preveja a fonte de receita que há de custeá-lo.

Será dispendioso o serviço do cadastro agrícola, tal qual acaba de ser sugerido? Não.

A despesa de instalação consistirá principalmente no seguinte:

a) impressão de boletins de informações, fichas e certificados de inscrição tantos quantos bastem para todos os imóveis rurais de cada município, triplicados os primeiros para as cópias destinadas ao D.E E. e ao S E P ;

b) contrato de um ou mais diaristas que, no fim do prazo para entrega dos boletins, auxiliem o agente municipal de estatística na respectiva coleta, crítica, apuração, etc ;

c) compra de um ou mais arquivos de aço onde se guardem, não só as fichas de cartolina, como as peças de correspondência, notas, etc., relativas ao cadastro

Todos êsses itens, reunidos, não concretizam senão uma despesa relativamente pequena, que a receita normal do município comporta perfeitamente sem que se faça mister recorrer a uma fonte especial

Na Baía, por exemplo, o primeiro item exprimir-se-á pela impressão de boletins, fichas e certificados que cubram um número de imóveis rurais que, em 1937, variava entre 154, correspondente a Andarí, e 5.423, correspondente a Feira, ressalvado o evidente equívoco relativo a Juazeiro (Anuário Estatístico da Baía, 1937)

Nos anos subsequentes à instalação o primeiro item ficará aliviado das fichas de cartolina e dos boletins para as cópias destinadas ao D.E.E. e ao S.E.P., desaparecendo provavelmente o segundo e certamente o terceiro.

Quanto a êste, convém notar que, em rigor, deve ser abolido até na despesa de instalação não só porque as agências municipais de estatística já se acham, em vários Estados, dotadas de arquivos de aço, como porque o I.B G.E tem em reserva um fundo especial para o equipamento padronizado das mesmas.

Não obstante ser a despesa pequena no ano da instalação e reduzir-se ainda mais nos anos subsequentes, convém criar para a mesma uma fonte especial de receita, que há de ser uma "taxa de estatística"

Não se faz mister legitimar essa taxa com o conceito doutrinário, uma vez que o conceito legal atualmente vigorante no país a ampara vigorosamente, dispensando, por conseguinte, a invocação do primeiro.

Com efeito, o decreto-lei federal nº 1.804, de 24 de Novembro de 1939, ao aprovar as normas orçamentárias, financeiras e de contabilidade para os Estados e Municípios, chancelou entre as mesmas a seguinte:

> "A designação de "imposto" fica reservada para os tributos destinados a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da administração pública; "taxa", para os tributos exigidos como remuneração de serviços específicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, *ou ainda contribuição para custear atividades especiais provocadas por conveniências de caráter geral ou de determinados grupos*".
>
> (Norma orçamentária nº XIX, votada pela Conferência de técnicos em contabilidade pública e assuntos fazendários e aprovada pelo decreto-lei nº 1.804, de 1939)

Como se não bastasse a amplitude do conceito legal da taxa acima formulado, o aludido decreto-lei, ao ministrar o código da receita e despesa para o orçamento padronizado do corrente ano, inscreve, na receita tributária, as "taxas de estatística" (anexo C).

Aliás, muitos municípios brasileiros já criaram taxas de estatística, umas

com êsse nome genérico, outras com o específico de taxas de cadastro, como acontece no Estado da Baía, o que quer dizer que o terreno se acha legal e praticamente preparado

Nenhuma dúvida, portanto, se alça para que os que ainda não o fizeram o façam agora com o propósito de assegurar uma dotação própria para o novo serviço, de tanto alcance para êles e para o país, contanto que não abusem dessa faculdade...

Agora, porém, a iniciativa que se tomar nesse sentido ficará subordinada à aprovação do Presidente da República, visto como o decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, ao dispor sôbre a administração dos Estados e Municípios, estabeleceu, no artigo 32, que "terão a sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República, os decretos-leis que dispuserem, no todo ou em parte, sôbre":

... .

> "XVIII — impostos ou taxas de qualquer espécie, desde *que se trate de nova tributação ou de majoração*"
>
> (Decreto n.º 1 202, de 1939, art 32, n.º XVIII).

Dessa maneira, como para a vigência da taxa de estatística, que os municípios acaso criem, será necessária a aprovação do Presidente da República, convém que êste lhes conceda, desde logo, autorização para instituí-la.

Nem por isso os contribuintes ficarão desarmados contra o abuso, porque, na eventualidade de uma taxa municipal excessiva, isto é, em desconformidade com as necessidades reais do serviço, intervirá o Departamento Administrativo para recusar aprovação ao projeto de decreto-lei elaborado pelo Prefeito (Decreto-lei n.º 1.202, cit., artigo 17, letra *a*).

Diante do exposto, fôrça é considerar assegurada, através de todo o país, a fonte de receita que deve custear o serviço do cadastro agrícola, que aliás — e isso precisa ficar acentuado — exigirá um dispêndio mínimo dos municípios

XI — Ante-Projeto de decreto-lei

Nesta altura, como remate de quanto ficou expendido, cabe deixar aquí consignada, como simples sugestão, uma minuta de decreto-lei, que, antes de ser submetida ao Chefe do Govêrno, deverá naturalmente sofrer, nas suas falhas e imperfeições, as emendas dos que se preocupam com o assunto.

DECRETO-LEI N.º..... DE . . DE ..... DE 1940

Institue o cadastro agrícola nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituído, sob o controle do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, o cadastro agrícola nacional.

Art. 2.º Êsse cadastro abrangerá todos os imóveis rurais existentes no país e será levantado originariamente, por meio das agências de estatística, pelas prefeituras municipais, de acôrdo com o disposto neste decreto-lei.

§ único. Como imóveis rurais entendem-se os que se acham situados fora do perímetro urbano das cidades e vilas, definido nos atos e mapas municipais decorrentes do decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938.

Art. 3.º O levantamento do cadastro será feito mediante informações que os donos e ocupantes dos imóveis rurais são obrigados a prestar e a atualizar anualmente, no prazo marcado para o primeiro pagamento dos impostos municipais.

Art 4.º No caso de omissão das informações, serão estas colhidas *ex-oficio*, quer para o arrolamento inicial, quer para a sua atualização anual, ficando o dono ou ocupante sujeito à pena de multa abaixo cominada.

Art 5.º As informações serão prestadas e atualizadas em boletins próprios, compostos de duas partes, uma de cadastro propriamente dito, outra de estatística da produção

Art 6.º No arrolamento inicial, os boletins, à medida que forem sendo apresentados ou preenchidos *ex-oficio*, receberão o número de ordem e a data e formarão sucessivamente, encadernados em grupos de trezentos, os livros de inscrição no cadastro.

§ único. Êsses boletins, depois de criticados, serão, nas suas duas partes, trasladados para fichas destinadas ao arquivo das próprias agências de estatística e, na sua primeira parte, copiados em duas vias, destinadas respectivamente ao Departamento Estadual de Estatística e ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura

Art. 7.º Na atualização anual, os boletins, à medida que forem sendo apresentados ou preenchidos *ex-oficio*, receberão o mesmo número da inscrição inicial, seguido do ano, e a data, não sendo, entretanto, encadernados.

§ único. Dêsses boletins, apenas os que, depois de criticados, impuserem retificações na primeira parte do bole-

tim inicial, serão, nessa parte, incorporados neste e nas fichas e, em seguida, encaminhados, nos próprios originais, ao Departamento Estadual de Estatística que, por sua vez, os transmitirá sem demora ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Art. 9.º A remessa das cópias dos boletins do arrolamento inicial ao Departamento Estadual de Estatística e ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a dos boletins originais da atualização anual somente ao primeiro e a dos quadros da estatística da produção, a ambos, deverá estar concluída até 30 de Junho de cada ano.

Art. 10. Feito o arrolamento inicial, será fornecido ao dono ou ocupante do imóvel um certificado de inscrição no cadastro, o qual deverá ser exibido, cada ano, por ocasião da entrega do boletim de atualização para que esta seja nele averbada.

§ único. O certificado receberá o mesmo número de ordem de inscrição.

Art. 11. Os números de ordem da inscrição não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes.

§ único. Os livros, à medida que se formem, serão também numerados sucessivamente.

Art. 12. Os boletins, fichas, certificados de inscrição e quadros da estatística da produção obedecerão aos modelos anexos, devendo o seu preenchimento observar as instruções que forem expedidas pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

§ Único. Tais modelos e instruções poderão ser, em qualquer tempo, modificados pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura em cumprimento de resolução aprovada pelo órgão competente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 13. Os donos ou ocupantes de imóveis rurais só poderão receber o conhecimento, ou a certidão, de quitação de impostos e taxas municipais, a que estejam sujeitos, à vista de certificado de inscrição no cadastro, no qual esteja averbada a entrega dos boletins anuais até o do ano em curso.

Art. 14. No interêsse da crítica das informações prestadas ou colhidas *ex-oficio*, para o cadastro, os oficiais do registro de imóveis permitirão que os agentes de estatística consultem, sem prejuízo da regularidade do serviço, os livros do registro e lhes darão os esclarecimentos verbais que pedirem.

Art. 15. A União, o Estado e o Município poderão desapropriar por necessidade ou utilidade pública, qualquer imóvel rural pelo valor que o proprietário lhe atribuir no boletim de informação para o cadastro, compreendido também o das benfeitorias.

Art. 16 Para o levantamento e atualização anual do cadastro, ficam os municípios autorizados a estabelecer, se já não a tiverem sob o mesmo ou outro nome, uma "taxa de estatística", calculada de maneira que a sua receita baste apenas para cobrir a despesa de custeio do serviço.

§ único. A presente autorização, dada em face do art. 32, inciso XVIII, do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de Abril de 1939, não dispensa a aprovação, prevista no art. 17 do mesmo decreto, do projeto do decreto-lei municipal por parte do Departamento Administrativo, que examinará a correspondência entre a despesa prevista do serviço e a arrecadação provável da taxa.

Art 17. Os lavradores e criadores inscritos no cadastro gozarão de todos os favores que são no presente ou vierem a ser no futuro, concedidos pelo Ministério da Agricultura, incluindo-se entre os primeiros os seguintes:

§ 1.º Por intermédio do D N.P.A.:

a) auxílio para importação de reprodutores; b) imunização de reprodutores importados; c) cessão de reprodutores ao preço de compra, importados pelo Govêrno Federal; d) serviço de monta pelos reprodutores a cargo das dependências do D N P A ; e) auxílio para construção de banheiros carrapaticidas e sarnífugos; f) auxílio para construção de silos; g) informações e conselhos sôbre doenças do gado em geral; h) fornecimento, a preços reduzidos, de vacinas, soros, produtos biológicos, químicos ou farmacêuticos, e de utensílios e pequenos aparelhos de uso veterinário; i) fornecimento de mudas de amoreira e óvulos de bicho da sêda; j) estudos, projetos e orçamentos para instalação de estábulos, banheiros carrapaticidas e outras construções rurais; l) auxílio aos produtores de casulos do bicho da sêda; m) auxílio para construções de sirgarias, n) auxílio para a instalação de ressecadores de casulos do bicho da sêda;

§ 2.º Por intermédio do D.N P V .

a) fornecimento de mudas e sementes selecionadas, até o limite fixado anualmente pelas Diretorias e Serviços respectivos e com 50% de redução no preço de venda, caso não possa ser gratuitamente; b) assinatura de acordos para trabalho de destocamento e preparo inicial do solo, com as restrições contidas nas alíneas *a, b, c* e *d*, da portaria do Ministro da Agricultura de 7 de Novembro de 1935; c) compra de

máquinas agrícolas, mediante pagamento em doze prestações mensais, e a preço reduzido, nos têrmos da portaria acima citada; d) assistência técnica em casos especiais, pelos agrônomos do Ministério da Agricultura; e) preferência no fornecimento de inseticidas, fungicidas, etc.;

§ 3º Por intermédio do S E P

a) distribuição de publicações agrícolas e zootécnicas, bem como informações periódicas sôbre estatísticas da produção e cotações dos principais produtos; b) informações escritas sôbre assuntos agro-pecuários e relacionados com a administração pública.

Art 18. As repartições dependentes do Ministério da Agricultura não poderão conceder a nenhum lavrador ou criador, quaisquer auxílios previstos em lei, regulamento ou portaria sem que os beneficiados exibam o certificado de inscrição no cadastro

Art 19 Os boletins de informações e quaisquer outros documentos que, nas instruções, forem exigidos para fins de cadastro independem de selos

Art 20 A omissão de informações, por parte do dono ou ocupante do imóvel, e da remessa dos boletins e quadros da produção, por parte do agente de estatística, é passível da multa de 50$000 a 200$000

§ único A multa será imposta pelo Prefeito, cobrável executivamente, e recolhida aos cofres da prefeitura municipal

Art. 21 Êste decreto entrará em vigor em 1.º de Janeiro de 1941

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário

XII — Conclusão Antes de concluir, cabe-me salientar o magnífico esfôrço de simplificação que representa o novo modêlo de boletim estudado pelo S E. P

Todavia, se for aceito o plano que acaba de ser exposto, êsse boletim deverá sofrer modificações que o adaptem aos três fins do cadastro

Tais modificações consistirão sobretudo em aumento tanto de dados físicos sôbre o imóvel como de dados para a estimativa da produção, estes bem previstos no rodapé do boletim do D E. E

Do exame dêsse boletim, tal qual se acha, surgem pequenas observações que em nada afetam o seu grande valor.

No *cabeçalho* perde-se muito espaço, que seria poupado com a colocação do título atual, ou de outro, no centro das iniciais do S E P., seguidas do número e da data do registro, no canto esquerdo e dos nomes do Estado e do Município no canto direito, o que evitaria duplicação dêsses nomes no preâmbulo

No *preâmbulo* foi omitido o local, isto é, a zona em que, dentro do distrito, se acha situada a propriedade, o que, pelo motivo já exarado no correr desta exposição, talvez não seja acertado.

Na *caracterização da propriedade* foram reclamados os proprietários confrontantes, o que parece de bom aviso para que o cadastro venha a abrangê-los, e ainda os limites naturais da propriedade o que não adianta para caracterizá-la, além de trazer, em certos casos, o inconveniente de exigir um suplemento de papel. Só a planta resolverá o problema da caracterização, em relação ao qual bastará, por ora, lançar um cabo para o registro geral de imóveis

Aí, também, a pergunta sôbre se a propriedade tem divisas contestadas se afigura dispensável, porquanto quer as tenha, quer não, essa situação é suscetível de alterar-se a cada momento, bastando, para isso, muitas vêzes que um confinante reconsidere o seu título ou seja sucedido por outro mais afincado na defesa dos próprios direitos

Nessa parte, ainda, a avaliação da área da propriedade na unidade agrária regional merece ser havida como excusada, porque a lei tornou obrigatória, para autoridades e para particulares, a menção das áreas em hectares, cominando penas para transgressão dêsses preceitos (Decreto-lei nº 592, de 4 de Agosto de 1938, Decreto nº 4 257, de 16 de Julho de 1939)

Se é certo que tais penas, ainda não estão em vigor, não menos certo é que dentro em breve estarão, pelo que convém exercer desde logo ação educativa intensa, ensinando, por intermédio das agências municipais de estatística, a conversão de uma medida na outra

Nesse sentido convergem também os esforços dos governos estaduais, todos empenhados em uniformizar, em hectares, as áreas sôbre as quais incide o imposto territorial

Na discriminação das áreas, convém dizer:

em vez de terras "em mata", terras "em matas e capoeiras" para abranger estas últimas, quando tenham substituído aquelas, em vista da diferença que o lavrador faz entre as mesmas;

em vez de terras "inaproveitáveis", terras "imprestáveis", porque essa expressão é mais clara e compreensível

do que a outra, sendo ainda preferível a expressão "improdutivas", adotada no questionário do Censo Agrícola e, por êsse motivo, encampada pelo boletim do D.E.E da Baía. Os dados estatísticos do imposto territorial na Baía aludem incisivamente a terras "imprestáveis".

Na mesma discriminação, convém desdobrar as terras de pasto em duas espécies: pastos "naturais", ou sejam caatingas (Baía), campos (Minas), etc. e pastos "artificiais", ou sejam invernadas de jaraguá e de outros capins, formadas pelo homem e constituindo, exceto talvez no Rio Grande do Sul, pastagens muito mais valiosas que as naturais.

No Triângulo Mineiro as invernadas de jaraguá (artificiais) comportam dez a quinze reses de engorda por alqueire geométrico, ao passo que os campos (naturais) não comportam mais do que três, o que basta provavelmente para explicar a distinção alvitrada, pela qual insistiu aquí o Instituto da Pecuária da Baía.

Na discriminação do valor da propriedade talvez seja preferível englobar com as benfeitorias os maquinismos, porquanto estes, sempre aderentes ao solo, instalados em casas ou galpões, são comumente incluídos entre aquelas, tanto nas avaliações judiciais como nas administrativas, notadamente nas efetuadas para o lançamento do imposto territorial. No boletim do D E.E da Baía escapou-me essa advertência.

No *fêcho* pode-se prescindir, se as informações tiverem caráter compulsório, do pedido de inscrição, assim como do nome da localidade e da data, já que ambos constam do cabeçalho, não interessando a data do preenchimento, quando diversa da da apresentação, da qual o dono do imóvel receberá prova com o certificado de inscrição

Isso posto, quero agora manifestar a minha viva confiança na ação pronta e esclarecida do S E.P. no sentido de dotar em breve o país de um cadastro que, pela organicidade da sua disposição, dispense qualquer outra iniciativa regional ou local no mesmo sentido.

Na espectativa dêsse cadastro, imposto por lei federal, deixei de apoiar o cadastro baiano em um decreto estadual, que também o impusesse, promovendo o seu levantamento inicial pelo trabalho dos agentes de estatística e de outros cooperadores.

Se abrí mão do meio mais fácil, expedito e natural, que é a informação direta e pessoal dos proprietários, exigida compulsoriamente, só o fiz para não provocar o aparecimento de um decreto estadual quando o federal estava se aproximando.

Tal situação, porém, é evidentemente transitória, improvisada pela necessidade de realizar logo um dos trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral, pelo que deverá consolidar-se oportunamente em uma base legal adequada.

Na mesma situação estão provavelmente outros Estados, também compelidos a levantar, com certa presteza, o mesmo cadastro para atender à exigência da formação de elementos de controle da operação censitária.

Nenhuma ocasião, portanto, mais oportuna do que esta para pôr ordem no tumulto das iniciativas bem intencionadas, disciplinando-as e canalizando-as para um plano nacional, destinado a ter, entretanto, execução local

Aí está a prometida exposição sôbre o assunto bem mais extensa do que esperava, porque, devido aos múltiplos afazeres do Departamento, agravados extraordinariamente nesta quadra, "não houve tempo de ser breve"

Supomos que o ativo do povo brasileiro seja enorme — mas não sabemos a quanto monta. Isso é conjetura. Feito o Recenseamento Geral de 1940, saberemos se êsse ativo é realmente grande, porque então saberemos a quanto monta. Isso é certeza. Supor é conjeturar. Saber é ter certeza. Mais vale uma certeza do que mil conjeturas.

BRASIL

O desenvolvimento ferroviário do Brasil

No longo período de 80 anos, compreendido entre 1854, quando foram lançados os primeiros 14 1/2 quilômetros de trilhos no Brasil, e 1934, quando o transporte por caminhões já fazia séria concorrência às estradas de ferro, foram construídos 33 052 quilômetros de linhas férreas em nosso país

Partindo-se do ano de 1854 e aferindo-se, de 20 em 20 anos, a extensão da rede ferroviária brasileira, os pontos referenciais são os seguintes: 1854, 14½ quilômetros; 1874, 1 284 quilômetros; 1894, 11 260 quilômetros; 1914, 26.062 quilômetros, 1934, 33 077 quilômetros. Como se vê, o crescimento real de nossas estradas de ferro se operou no curso dos quarenta anos compreendidos entre 1874 e 1914, durante os quais foram construídos 24.778 quilômetros dos 33.077 existentes em 1934

No dia 31 de Dezembro de 1936, as 71 estradas de ferro brasileiras possuíam, em tráfego, 33 521 quilômetros de linha, 46% dos quais localizados nos Estados de Minas (24%) e São Paulo (22%). Naquela data, em dez Estados, ou sejam, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Baía, Paraná, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso e Pernambuco, havia 88,21%, praticamente nove décimos, da quilometragem ferroviária total brasileira O décimo restante estava distribuído pelos demais Estados e Distrito Federal, excluído o Território do Acre, onde não há estradas de ferro. O movimento de expansão ferroviária, no fim do ano de 1936, era insignificante, pois havia apenas 1 681 metros de linhas em construção, fragmentados por nada menos de 28 estradas.

E' evidente que o nosso desenvolvimento ferroviário não se processou, nestes últimos 20 anos, em ritmo paralelo ao da evolução econômica

Realiza-se êste ano, no Brasil, o primeiro censo dos transportes e comunicações, como ramo do censo econômico de 1940 Investigadas simultaneamente, como serão, as atividades agrícolas, comerciais e industriais, além do aumento da população, para o que o Serviço Nacional de Recenseamento vai proceder a seis outros censos distintos, todos de âmbito nacional, ficará o Brasil sabendo, afinal, em têrmos numéricos, qual é a deficiência exata dos seus meios de transporte — velho problema nacional.

Os órgãos integrantes do sistema coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, veem-se empenhando vivamente no sentido de desenvolver cada vez mais, sob múltiplos aspectos, a sua atividade publicitária A êsse respeito, registram-se, nos vários sectores, iniciativas deveras felizes e louváveis, tendentes, todas elas, a tornar o mais intensa e variada possível a ação divulgadora das repartições estatísticas nacionais

Êsse esfôrço de vulgarização, correspondendo, aliás, a uma exata compreensão do alcance da publicidade, como complemento mesmo do trabalho estatístico, atende a reiteradas recomendações dos órgãos dirigentes do Instituto e só pode contribuir para que se crie, em todos os meios nacionais, através de largo e compreensivo espírito de colaboração, uma receptividade cada vez maior quanto às iniciativas e campanhas ligadas, direta ou indiretamente, aos interêsses da Estatística Brasileira.

E' digna, pois, dos melhores aplausos a orientação daquelas repartições que, no empenho de servir a êsses objetivos, veem alargando, sistematicamente, as suas realizações publicitárias, as quais ainda mais úteis e oportunas se tornam quando enriquecidas pela distribuição regular de "comunicados" da natureza de muitos a que aludimos, no presente número da revista, em vários pontos desta secção.

O Brasil e o problema do desemprêgo

No Brasil não há o grave problema social do desemprêgo, das massas de *chômeurs* que perturbam a vida política de vários países. Conforta-nos a ausência, que podemos manter, das estatísticas impressionantes da falta de

trabalho, nas quais ocupam lugares salientes algumas das nações mais poderosas do globo.

Uma publicação oficial da Sociedade das Nações, que serviu de base ao quadro do desemprêgo em diversos países no quinquênio de 1934/1938, divulgado no recente "Anuário Estatístico do Brasil", demonstra que só nos Estados Unidos havia, em 1938, nada menos de 7.404 176 solicitantes de emprêgo, isto é, cêrca de 1/17 da população. No mesmo ano, somente no seguro obrigatório contra a *chômage*, na Grã-Bretanha, constava o desemprêgo de 1.423 662 pessoas. Na Alemanha, afora os desempregados ocupados nos campos de trabalho, havia 429.461 indivíduos em busca de um ganha-pão. Na França, 408 024. Na Holanda, 353.646. O México, em 1937, avaliava o número de seus desempregados em 172.063. Na Tchecoslováquia, então ainda independente, os registros de solicitação de emprêgo somavam 335.518 em 1.º de Agosto de 1938.

Enquanto isso, o número dos "sem trabalho" entre nós não chega a alcançar foros de um fenômeno social. As possibilidades de nosso desenvolvimento agrícola oferecem margem de ocupação a milhares de filhos de outras terras que aquí chegam todos os anos. Em vez de *chômage*, porque como tal não deve ser considerada a falta eventual de emprêgos nas grandes cidades para todos quantos continuamente abandonam o interior, queixamo-nos justamente de falta de braços, problema acentuado, sobretudo, em certas regiões ainda não exploradas. Avançando um pouco mais, será permitido admitir que, não só nos trabalhos do campo mas em outras atividades, no interior e nas capitais, estará a faltar ainda aplicação de não poucas energias humanas em múltiplas profissões.

A verificação exata dêsse prognóstico, aliás, está bem próximo de se tornar possível: um recenseamento como o a que se vai proceder em 1.º de Setembro vindouro é a operação de que precisamos para obter essa e outras revelações importantíssimas para a vida do país e de cada um dos seus habitantes. Contada a população com os seus característicos físicos e sociais, investigado a fundo o *status* da agricultura, da indústria e do comércio em todos os seus ramos, bem como dos transportes e comunicações, dos serviços de toda natureza e ainda do organismo social em sua plenitude, teremos guias perfeitos para a conduta da administração pública e das iniciativas particulares. O Recenseamento Geral de 1940 revelará onde há em demasia, ou em deficiência, oficiais de todos os ofícios e de todas as espécies de atividade honesta.

A racionalização da lavoura brasileira

Os resultados gerais do censo da lavoura, realizado em 1.º de Setembro de 1920, revelaram a verdadeira indigência em que então nos encontravamos, em matéria de aparelhagem agrícola e de utilização de métodos modernos de cultura.

Basta dizer que, num total de 648.153 estabelecimentos rurais recenseados, apenas 97.301, ou seja pouco mais de 15%, possuíam instrumentos e máquinas destinados aos trabalhos dos campos. Eram pouco mais de 140 mil arados, menos de 60.000 grades, 11.343 semeadeiras, 25.386 cultivadores, 14.199 ceifadores. Quanto a tratores, havia somente 1.706, distribuídos por 1.398 estabelecimentos rurais.

Mais da metade dos arados, ou sejam 73.403, estavam no Rio Grande do Sul; 27.922 cabiam a São Paulo e 17.513 a Minas Gerais, restando para o Distrito Federal e os demais Estados apenas 22 358. Assim, havia uma média de 2,13 arados por quilômetro quadrado da área cultivada.

Em vários Estados existia, apenas, um trator, e noutros ainda não era utilizada essa espécie de máquina agrícola.

Dados como êsses representam um alto estímulo para que nos empenhemos na realização perfeita do Censo Agrícola de 1940, precisamente vinte anos depois, afim de aferirmos o progresso verificado na racionalização da nossa agricultura. Há a verificar se, tendo crescido, como certamente cresceu, a área cultivada, que em 1920 abrangia apenas 6.442.057 hectares, o número de instrumentos agrícolas, principalmente de arados, já naquele tempo considerado "máquina mais importante nos trabalhos de campo", aumentou na devida proporção.

Produção de cimento no país

No quinquênio 1928-1932, o Brasil produziu 117.580 toneladas de cimento. S. Paulo, até então, era o único Estado produtor dessa preciosa matéria prima de construção. Em 1933, a produção de cimento brasileiro subia para 225.680 toneladas, das quais 164.565 fabricadas em S. Paulo e 61.115 no Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte (1934), registrou-se novo aumento, pois o Estado do Rio, que apenas no ano anterior iniciara a sua produção, apresentou ao mercado 139.682 toneladas, competindo, assim, com as 164.237 de origem paulista. Em 1935, o Estado da Paraíba e incluía entre os produtores de cimento, lançando no mercado 2.434 toneladas, as quais, somadas às produções fluminense e paulista, perfizeram o total de 366.261 to-

neladas A produção da Paraíba aumentou de cêrca de 1 000% no ano de 1936, elevando-se a 23.841 toneladas. Nesse ano, o Estado do Espírito Santo, por sua vez, entrou para o grupo dos produtores de cimento, com 2.041 toneladas

Já então a produção do Estado do Rio de Janeiro ascendia a 223.644 toneladas, nivelando-se assim, praticamente, com a produção paulista, que foi de 235.588 toneladas Em 1937, os algarismos são os seguintes: Paraíba, 35.914; Espírito Santo, 9.153; Rio de Janeiro, 239 785; São Paulo, 286.600, formando um total de 571.452 toneladas de cimento brasileiro.

No período de 10 anos, ou seja no decênio 1928-1937, o Brasil produziu 2 089.946 toneladas de cimento, no valor de 431 824:000$000.

Em 1938, a produção total do país já se elevou a 617 896 toneladas, no valor de 138 306 contos de réis, e em 1939, a 690 793 toneladas, valendo 159 302 contos Como se vê, somente a produção dêsses dois últimos anos corresponde, em volume e valor, respectivamente, a 38,5 % e 40,8 % do total de todo o decênio antes referido

Exportação de laranjas A nossa exportação de laranjas, em 1939, apresenta um aumento bem apreciável, em confronto com a do ano anterior Exportamos, naquele período, 5 631 943 caixas, no valor de 120 186.963 mil réis, havendo, sôbre o ano de 1938, um acréscimo de 144.900 caixas e de 7.714 808 mil réis, ou sejam, 2,6 % e 6,4 %, respectivamente.

Como em 1938, o nosso principal freguês foi a Grã Bretanha, que nos comprou 2 049 067 caixas, ou sejam 36,4 % das nossas vendas totais Em seguida, vem a Argentina, que aumentou muito as suas compras de laranjas em nosso país, pois adquiriu 2 006.377 caixas (35,6 %), quando em 1938 havia comprado, apenas, 1.204 919 caixas Seguem-se-lhe a Holanda, com 575 795 caixas (10,2 %), a União Belgo-Luxemburguesa, com 468 048 caixas (8,3 %), e a Alemanha, com 271 893 caixas (4,9 %), além de outros países com aquisições inferiores

Somente as cinco nações acima referidas adquiriram cêrca de 96 % da nossa exportação de laranjas, dividindo-se os 4 % restantes entre nada menos de quinze países.

Quanto à procedência, foi o pôrto do Rio de Janeiro o maior escoadouro do produto, registrando as estatísticas a êle referentes 3.202.102 caixas, no valor de 67.777:505 mil réis. Seguem-se o pôrto de Santos, com 2 394.393 caixas, no valor de 51.889:442 mil réis. Foi, assim, de cêrca de 99,5 % a contribuição dêsses dois portos, cabendo 1/2 % aos portos de Pôrto Alegre, Santana do Livramento e Salvador, no volume total das laranjas exportadas pelo Brasil, em 1939.

Produção industrial de Minas Gerais Segundo os dados divulgados no *Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais — 1937*, havia naquela unidade federada, no ano em causa, 9 237 estabelecimentos industriais, neles estando empregada, em capital e reservas, a soma de 880.268:522$000. Exerciam a sua atividade na indústria mineira nada menos de 77.821 operários, empregando-se uma fôrça motriz de 143 198 H. P., para uma produção que atingia o valor de 1 602 425:478$000.

A distribuição dos estabelecimentos pelos três ramos da indústria dava 345 para a indústria extrativa mineral (o inquérito que precedeu a organização do *Anuário* não abrangeu as emprêsas que exploram a extração de produtos vegetais), 1 771 para a indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas e 7.121 para a indústria manufatureira e fabril

Quanto ao capital e reservas, montava a 483 138:161$000 a importância empregada na indústria extrativa mineral; a 71 737:980$000 a da indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas; a 325.382:381$000 a da indústria manufatureira e fabril. Verifica-se, dessarte, que a maior soma correspondia à indústria extrativa mineral, que, em Minas, é representada, na sua maior parte, pela produção do ferro e do ouro (êste obtido de veios auríferos, pois o ouro aluvionar é explorado, apenas, pelos portadores das "cartas de garimpo" e só excepcionalmente por emprêsas), — a qual, como é sabido, requer um aparelhamento industrial dispendioso. Na produção do ferro, trabalhavam 16 estabelecimentos, com um capital de 254.059:834$000; na do ouro, 30 emprêsas, com um capital de 197 972:428$, o que totaliza a importância de 452 032:862$000, restando às outras indústrias extrativas minerais 31.095:899$. Após a daqueles dois metais, a maior indústria extrativa é a das águas minerais, a que, em 1937, se entregavam 9 estabelecimentos, com o capital de 14.785:882$000.

No grupo de indústria manufatureira e fabril, ocupava o primeiro lugar, relativamente ao número de estabelecimentos, a indústria de alimentação: 2 414 emprêsas, com 80 683:612$

de capital e reservas. Quanto ao valor do capital, pertencia o primeiro lugar à indústria de fiação, tecelagem e artigos de tecidos: 135.296:479$000, para 161 estabelecimentos, o que representava pouco menos da metade de todo o capital empregado na indústria manufatureira e fabril do Estado. A seguir, pela ordem do número de estabelecimentos, vinham a indústria de couros e seus artefatos, com 1.282 estabelecimentos e um capital de 19.611:207$000; a indústria metalúrgica, 955 emprêsas e 27.836:304$000 de capital; a indústria de olaria, cerâmica e marmoraria, 735 estabelecimentos e 9.241:224$000; a indústria de madeira, 650 estabelecimentos e 17.209:762$; a indústria de produtos químicos e farmacêuticos, 335 estabelecimentos e 11 892:628$000; a indústria de chapéus e guarda-chuvas, 42 estabelecimentos e 1.588:950$000; a indústria de artigos para fumantes, 15 estabelecimentos e 927:300$000, e, finalmente, diversas indústrias, não especificadas, às quais se dedicavam, em 1937, 532 estabelecimentos, cujo capital ascendia a 21.104:915$.

Na indústria extrativa mineral, estavam empregados 19.025 operários; na de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas, 6.296; e na indústria manufatureira e fabril, 52.500.

Quanto ao potencial em H. P. da fôrça motriz utilizada, são os seguintes os dados que nos fornece o *Anuário Industrial de Minas Gerais — 1937:* 76.190 H. P. para a indústria extrativa mineral (não se conhece o potencial da indústria extrativa vegetal pelas razões já expostas); 18.689 H. P. eram empregados na indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas e 48 319 H. P na indústria manufatureira e fabril

O valor da produção estava assim distribuído: 665.587:946$000, ou 41,54 % do total, para a indústria extrativa; 229.958:972$000, ou 18,72 % do total, para a vegetal; 365 628:974$000, ou 22,82 % do total, para a mineral; 936.837:532$000, ou 58,46 % do total, para a indústria manufatureira e fabril, não revelando o *Anuário* o valor da produção da indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas, que, segundo uma nota explicativa, foi computado nos quadros da produção agrícola.

No grupo da indústria manufatureira e fabril, a maior produção, quanto ao valor, foi, em 1937, a da indústria de alimentação (407.362:925$000, ou 25,41 % do total), seguindo-se-lhe, em ordem decrescente: a indústria de fiação, tecelagem e artigos de tecidos (173.550:221$000, ou 10,83 % do total); a indústria de couros e seus artefatos (83.958:458$000, ou 5,24 % do total); a indústria de olaria, cerâmica e marmoraria (49.489:890$000, ou 3,09 % do total); a indústria da madeira (45.925:124$000, ou 2,87 % do total); a indústria metalúrgica (38.354:795$000, ou 2,39 % do total); a indústria de produtos químicos e farmacêuticos (20.627:121$000, ou 1,29 % do total); a indústria de chapéus e guarda-chuvas (3.500:196$000, ou 0,22 % do total); e a indústria de artigos para fumantes (1.641:571$000, ou 0,10 % do total). Diversas industrias manufatureiras e fabris, nao especificadas, tinnam uma produçao no valor de 112.417:321$000, ou 7,02 % sôbre o total

Exportação sul-riograndense para o exterior

O Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul vem timbrando em distribuir com absoluta regularidade os seus interessantes "comunicados" sôbre os mais diversos aspectos da economia do Estado. Elaborados segundo um alto padrao de tecnica estatistica, êsses trabalhos teem merecido a melhor aceitação nos circulos especializados, sendo recebidos sempre com o maior interêsse em todos os meios pela segurança e oportunidade com que neles se apreciam as reações do "complexus" economico sul-riograndense em face dos diversos fatores a que estão condicionados o seu ritmo e estrutura

O "comunicado" n.º 3 é dedicado, pelo Departamento, aos efeitos da guerra sôbre a exportação para o Estrangeiro. De início, observa-se que é ainda demasiado cedo para tirar conclusões definitivas quanto à influência do conflito nas correntes de comércio do Estado. Todavia, as estatísticas já permitem determinar certa perturbação, nessas correntes Assim é que o gráfico das exportações destinadas ao Exterior, principalmente na série do valor, mostra que, do mês de Abril ao de Junho, há uma ascenção quasi vertical. O índice passa de 99 a 200, descendo em Maio a 178. Depois de Junho, a curva inflete vertiginosamente para baixo, atingindo em Agosto o índice de 165 e o de 87 em Setembro, — mês em que tem início o conflito europeu Opera-se em Outubro sensível reação, para, finalmente, a curva descer em Novembro ao mais baixo índice do ano: 63.

A série do volume se comporta de maneira semelhante, apenas com menor amplitude, como se verifica pela comparação dos respectivos índices, o que é feito no primeiro quadro apresentado a seguir.

Nesse ponto, acentua o "comunicado" que uma simples vista de olhos ao gráfico que traduz o movimento comercial do Estado com o Estrangeiro, em 1938 e 1939, força à seguinte observação: o máximo de intensidade se verifica, tanto num como noutro ano, justamente no sexto mês. Vale dizer, o que aconteceu no ano findo pode não ter sido sinão uma natural ampliação dos negócios com o exterior. Assim, a guerra, fazendo a curva cair de maneira tão violenta, teria operado como agente neutralizador de um impulso lógico. Todavia, essa própria ampliação não teria resultado de uma extraordinária procura dos produtos sul-riograndenses, por parte das potências que, preparando-se para a luta, precisavam aumentar suas reservas?

MESES	NÚMEROS ÍNDICES (média de 1938 = 100)	
	Volume	Valor
Janeiro	82	79
Fevereiro	90	99
Março	106	128
Abril	92	99
Maio	159	178
Junho	182	200
Julho	166	181
Agosto	142	165
Setembro	105	87
Outubro	129	148
Novembro	88	63
Dezembro	85	99

A resposta a esta pergunta não pode ser dada, com segurança, no atual momento — ressalta o "comunicado". Só conjeturas poderão ser feitas. Mas, há fatos no movimento comercial do Estado com os centros estrangeiros que não precisam de uma crítica panorâmica para ser evidenciados como singulares Entre estes, está o de nada haver sido exportado para a Alemanha no mês de Setembro E a isso se deve, certamente, a vertiginosa queda, quasi em vertical, que o gráfico das exportações para os mercados externos assinala de Agosto ao referido mês, quando, em 1938, Setembro é um mês de reação A partir daí, as alternativas mensais são quasi espetaculares, em franco desacôrdo com a amplitude característica das oscilações do mesmo período de 1938. Depois de Setembro, o que se observa não é apenas uma questão de maior ou menor amplitude de movimentos, peculiar a qualquer série econômica. E', antes, uma perturbação franca de ritmo.

Até Agosto do ano findo, a exportação do Rio Grande do Sul para o estrangeiro acusa sempre um aumento para cada país, com exceção da Bélgica, como se vê do quadro abaixo, que representa as percentagens das cifras dos últimos oito meses de 1939, sôbre as de igual período, em 1938:

PAÍSES	DE JANEIRO A AGOSTO	
	Volume	Valor
Da Europa		
Alemanha	152	109
Inglaterra	172	283
Bélgica	57	54
Holanda	348	326
Itália	121	157
França	190	189
Suécia	679	497
Polônia	344	292
Finlândia	627	1 438
Outros países	54	155
De outros continentes		
Estados Unidos	741	503
Argentina	89	71
Outros países	126	559

Nos últimos quatro meses de 1939, que é o período de guerra na Europa, o movimento exportador para o estrangeiro, comparado com o de igual período de 1938, evidenciou — segundo o "comunicado" — algumas singularidades. Por exemplo: cessam completamente as vendas para a Polônia; com a Alemanha, o vulto dos negócios representa apenas 57 % do volume e 46 % do valor, em confronto com as cifras referentes aos últimos quatro meses de 1938; para a França, também diminuiu a exportação, reduzindo-se a 60 % do volume e a 41 % do valor do movimento de igual período, no ano anterior O quadro abaixo nos mostra a comparação percentual dos últimos quatro meses de 1939 sôbre os de 1938

PAÍSES	De SETEMBRO a DEZEMBRO	
	Volume	Valor
Da Europa		
Alemanha	57	46
Inglaterra	250	221
Bélgica	138	67
Holanda	252	398
Itália	278	56
França	60	41
Suécia	710	1 629
Polônia	0	0
Finlândia	7	144
Outros países	48	192
De outros continentes		
Estados Unidos	195	152
Argentina	79	67
Outros países	151	336

Quanto ao total da exportação para o exterior, nos meses de Setembro a Dezembro do ano findo, comparado com o de igual período de 1938,

verifica-se, ainda, um decréscimo, apesar de ter havido aumento para a maioria dos países. Sendo êsse decréscimo, como se observa no quadro acima, de apenas 5 % para o volume e 9 % para o valor, resulta quasi insensível. E isso, apesar de ter o Estado perdido virtualmente seu principal mercado e haverem cessado completamente as exportações para a Polônia — o que demonstra já se estar operando uma recomposição das correntes comerciais sulriograndenses com o Estrangeiro.

Mas — conclue o "comunicado" n.º 3 —, só os resultados dos três primeiros meses do corrente ano, pelo menos, permitirão definir o sentido em que essa recomposição se está processando.

Balança comercial do Espírito Santo

O intercâmbio comercial do Espírito Santo com o Exterior, em 1939, trouxe ao Estado um saldo positivo de 87.567.595 quilos e de 116.129:604$000, — algarismos êsses que o colocam em quarto lugar, dentre os Estados brasileiros que apresentaram saldo daquela natureza, na sua balança comercial, no ano findo.

À sua frente colocaram-se, apenas, São Paulo, com 1.061.559:000$000; a Baía, com 303.873:600$000, e o Ceará, com 170 008:600$000. Ao Espírito Santo, segue-se o Paraná, com 93 978:000$.

Apenas quatro Estados — e entre êles figura o Espírito Santo — tiveram saldo superior a 100 mil contos.

Se apreciarmos a repartição do saldo obtido na balança comercial espiritossantense, verifica-se que êle assim se distribue, segundo os continentes: 66.348:987$, da América; 40.538:586$, da Europa; 9.242:031$, da África. À América, vendeu o Estado mercadorias no valor de 67.443:305$, comprando-lhe, apenas, 1.094:318$. No intercâmbio com a Europa, o valor das vendas se elevou a 40.930:187$, enquanto o das compras foi, apenas, de 391:601$000. Finalmente, a África nada vendeu ao Estado, tendo-lhe comprado, todavia, 9.242:031$000. O maior saldo foi alcançado no intercâmbio com a América, o qual representa 57 % do total, enquanto a contribuição da Europa foi de 35 %. A quota da África se resumiu em 8 %.

No mesmo período, a exportação do Espírito Santo para as demais Unidades da Federação atingiu a 143.295 043 quilos, no valor de 87.260 contos de réis. Êste total assim se distribuiu: para a Zona Norte, compreendendo o Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, foram exportados 5.117.645 quilos, no valor de 8.197 contos de réis; para a Zona Nordeste, em que se situam o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, enviou o Espírito Santo 4.643.312 quilos, no valor de 6.719 contos de réis; para a Zona Este, ou sejam Sergipe e Baía, remeteu o Estado apenas 756.899 quilos de mercadorias, no valor de 1.565 contos de réis; para a Zona Sul, que compreende o Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, exportou o Estado 100.032 quilos, no valor de 56.217 contos de réis; e, finalmente, para a Zona Centro, na qual apenas Minas Gerais figura entre os seus mercados, embarcou 32.744.903 quilos, no valor de 14.563 contos de réis.

Como se verifica por êsses dados, no movimento comercial do Espírito Santo com as outras Unidades Políticas, está colocada em primeiro lugar a Zona Sul, com 64 %, seguindo-se a Zona Centro, com 17 %, a Norte, com 9 %, a Nordeste, com 8 %, e a Este, com 2 % do valor total da exportação espiritossantense.

Intercâmbio comercial de Pernambuco com o estrangeiro

O Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco apresenta, em o n.º 215 de seu excelente Boletim, as cifras relativas ao intercâmbio comercial do Estado com o Estrangeiro, durante o ano de 1939.

A exportação atingiu, no período em estudo, um volume de 109.370 toneladas, correspondentes aos valores de 99.391 e 113.197 contos, — oficial e comercial, respectivamente. A importação, por sua vez, elevou-se a 333 942 toneladas, no valor de 204.988 contos de réis.

Balanceando o total da exportação, em 1939, com o do ano anterior, verifica-se que nas vendas para o estrangeiro houve o sensível acréscimo de 12.099 toneladas, estimadas em 32.164 contos. As compras, apesar de acusarem uma elevação de 20.146 toneladas, quanto ao volume, tiveram seu valor diminuído em 3.099 contos de réis.

Dentre os produtos que mais concorreram para o aumento da exportação, em 1939, salientam-se os seguintes: algodão em pluma, bagas de mamona, açúcar, café e couros e peles.

O algodão em pluma, cujo valor se elevou a 39.275 contos, sofreu um aumento de 12 603 contos; as bagas de mamona, que tiveram o seu valor aumentado de 43,09 %, apresentaram a mais 10.777; o açúcar conseguiu uma diferença de 7.693; o café e os couros e peles tiveram a mais 3 351 e 2.218 contos, respectivamente.

Quanto às importações do exterior, ainda é o trigo em grão que figura em

primeiro lugar, tendo alcançado um valor de 20 612 contos Relativamente aos anos de 1936, 1937 e 1938, quando Pernambuco importou, de trigo em grão, 36.931, 38.807 e 28 437 contos, respectivamente, a compra do referido produto, no ano em estudo, foi muito diminuída, apresentando a menos, em relação a 1938, 7 825 contos; a 1937, 18.195; e a 1936, 16.319 contos de réis

Em segundo lugar, aparece o óleo combustível, com 16 055 contos; as máquinas figuram com 14 326; fôlhas de Flandres, com 10.849; gasolina, com 9.799; e os accessórios para máquinas, com 9.423 contos.

As exportações de Pernambuco para os países europeus, no período em aprêço, foram superiores às efetuadas em 1938, num total de 7 791 contos

A Inglaterra figura como principal cliente dos mercados pernambucanos, tendo comprado mercadorias no valor de 21 410 contos; para a Bélgica, vendeu Pernambuco 9 169 contos de mercadorias diversas; para a Alemanha, 6 811 contos.

Foram novos clientes, no ano em estudo, os seguintes países: a Escócia, que comprou 1.609 contos de bagas de mamona, peles de cabra e carneiro, farelo de trigo e terra de infusório, a Finlândia, que figura com 1 201 contos, adquiriu em Pernambuco algodão em pluma, açúcar e café; a Noruega comprou 229 contos de café; a Hungria, 84 contos de borracha (produto reexportado).

No mesmo período, o valor das importações procedentes da Europa atingiu a 92.020 contos, verificando-se uma diferença para menos, em relação ao ano de 1938, de 12 584 contos Da Alemanha e Inglaterra foram recebidas mercadorias no valor de 35.494 e 31 310 contos, respectivamente São êsses dois países que mais contribuem para o elevado *deficit* de Pernambuco, no seu intercâmbio comercial com a Europa

Para a América, vendeu o Estado 24.484 contos, enquanto comprava a países americanos 110 582 contos de mercadorias diversas, tendo havido uma diferença, contra a balança pernambucana, de 86.098 contos

Como se verifica, o maior *deficit* do Estado é ocasionado por suas relações dentro do continente, em virtude das grandes importações de óleo combustível, querosene, gasolina e trigo em grão, adquiridos na América do Sul, e de máquinas, aparelhos e accessórios, comprados aos Estados Unidos.

Foram novos compradores de tecido de algodão, no valor de 3 938 contos, o Chile, a Colômbia, a República Dominicana, a Guatemala e o Panamá.

No intercâmbio com a Ásia e a África, Pernambuco obteve vantagens Para a primeira, vendeu algodão em pluma e tecidos, no valor de 16.616 contos, conseguindo um saldo favorável de 14 305 contos.

O saldo deixado pelo intercâmbio com a África foi de 24 contos, provenientes da venda de café em grão a Marrocos e à Argélia.

Indústria de laticínios em Santa Catarina

Constitue indústria rural das mais generalizadas em todo o Brasil a do fabrico de manteiga e queijo. Todavia, embora em alguns Estados seja considerável a produção de leite, são raras ainda no país as instalações completas para o seu aproveitamento no preparo de outros produtos O Estado de Santa Catarina não foge à regra geral: a sua indústria de laticínios é constituída por pequenos estabelecimentos rurais, disseminados pelo interior, e que se entregam àquele fabrico

Em seu bem cuidado "Boletim de Informações", referente ao mês de Março último, o Departamento de Estatística do Estado nos fornece alguns dados interessantes sôbre essa produção.

Segundo a referida publicação, entregavam-se à indústria de laticínios, em 1938, 55 estabelecimentos, assim distribuídos pelos municípios do Estado 9 em Rio do Sul; 8 em Jaraguá, 5 em cada um dos municípios de Blumenau, Hamônia, Indaial e Joinville, 2 em Brusque, Caçador, Concórdia, Gaspar, Rodeio, Timbó e Tubarão, 1 em cada um dos municípios de Bom Retiro, Cresciuma, São Bento e São Joaquim Ao todo, 17 municípios, dentre os 44 do Estado, possuíam indústria de laticínios.

A produção atingiu, naquele ano, 1 818 353 quilos, no valor de 9 640:417$400, assim distribuídos: manteiga, 1 081.684 quilos e 6.446:151$200, queijo, 736.669 quilos e 3.194:266$200

Oferece-nos ainda o boletim do Departamento de Santa Catarina um ligeiro confronto retrospectivo, com os dados referentes à indústria de laticínios, nos anos de 1936 e 1937 Segundo êsses dados, a indústria de laticínios catarinense acusava, em 1936, uma produção de 1 826.630 quilos (971 915 de manteiga e 854 715 de queijos), no valor de 8 123:574$400 (manteiga — 4 917 451$800; queijos — 3 206:122$600) Já em 1937, o total era de 1.909 354 quilos (1.196.513 de manteiga e 712.841 de queijos), no valor de 9.519:480$900 (manteiga — 6.473:391$400; queijos — 3 046:089$500).

Produção de côcos em Sergipe

O Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, iniciando uma série de publicações sôbre as atividades agrícolas do Estado, acaba de distribuir interessante "comunicado", em que nos fornece a primeira estimativa da produção de côcos *(cocus nucifera)*, por municípios, para o ano de 1940

Inicialmente, refere o "comunicado" a que agora se dá publicidade como foram obtidos os resultados, após criterioso inquérito preliminar sôbre o cultivo ou não do coqueiro, o número de coqueiros *frutificando* e *novos* existentes em 1.º de Janeiro de 1940, a produção anual média em frutos de cada palmeira e o número de coqueiros plantados por tarefa (3.025 metros quadrados), — inquérito êsse realizado junto aos Agentes Municipais de Estatística, em estreita colaboração com os mais adiantados proprietários de fazendas ou sítios de coqueiros de cada município produtor de côco. Assim, pôde o D E E calcular o primeiro *prognóstico* da safra de côcos do Estado, para o ano de 1940

A cada proprietário, inquiriu o D E E sôbre o número de coqueiros plantados por tarefa, critério êste adotado visto ser a tarefa — 3.025 metros quadrados — a única unidade agrária reconhecida pelos lavradores sergipanos O cálculo da área cultivada baseou-se na divisão do número de coqueiros existentes pelo de coqueiros plantados por tarefa, representando o quociente o total da área em tarefas plantadas com coqueiros A conversão da área em tarefas para hectares foi realizada posteriormente pelo Departamento, que se utilizou dos coeficientes de conversão e redução municipais.

Verificou-se, por fim, que se achavam em fase de produção, em 1.º de Janeiro do corrente ano, em todo o Estado de Sergipe, 719.400 coqueiros, para uma área cultivada de 12.190 hectares, representando 0,56 % da área total dos municípios. Essas cifras davam para o Estado um rendimento unitário médio de 3 300 côcos por hectare, sendo a produção, em 1940, estimada, assim, em 28 280.000 frutos Possuía o maior número de coqueiros — quasi metade das culturas de todo o Estado —, o município de Aracajú — 370 000 pés, representando uma área cultivada de 5 445 hectares, ou 12,37 % de sua área total, com um rendimento unitário médio de 3 300 frutos e uma produção calculada, para 1940, em 14 800 000 frutos. Segue-se o município de Espírito Santo, com 120.000 coqueiros, para uma área cultivada de 2 662 hectares, ou 14,15 % do total da área do município, representando a maior proporção registrada no Estado, com um rendimento de 4.000 frutos, ou seja o maior coeficiente de rendimento verificado em Sergipe. A sua produção foi estimada em 4.800.000 frutos. O município de Itaporanga é o terceiro quanto ao número de coqueiros — 83 000, para uma área cultivada de 1.402 hectares, ou 2,46 % da área total, com um rendimento de 3.300 e uma produção estimada em 3 320.000 frutos

Aos municípios de Aracajú, Espírito Santo e Itaporanga, como vemos, cabem quasi 80 % dos coqueiros em safra no Estado, sendo a sua produção estimada em 22.920.000 frutos, ou mais de 80 % do total da produção sergipana. Segue-se, em ordem decrescente, a estimativa da produção para os 16 municípios restantes: São Cristóvão, 1 600.000 frutos; Estância, 800 000; Santo Amaro, 724 000; Japaratuba, 600 000; Santa Luzia, 552.640; São Francisco, 260 000; Socorro, 211 200; Rosário, 152.800; Jaboataí, 118.000; Muribeca, 84 384; Carmo, 66 336; Boquim, 64 000; Riachuelo, 57.600; Maroin, 38.400; Riachão, 16 000; e Sirirí, 14 400 frutos

Sôbre o custo da vida no interior do Amazonas

O Departamento Estadual de Estatística do Amazonas acaba de dar à publicidade interessantes informações sôbre o custo da vida no interior do Amazonas, mediante o levantamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade nas várias circunscrições territoriais do Estado, durante o ano de 1939 .

Adverte-nos, inicialmente, a mesma repartição contra as falhas inevitáveis que se hão de encontrar, decerto, numa "primeira tentativa feita no Amazonas nesse ramo da Estatística" Contudo, graças ao concurso das Agências Municipais de Estatística, que levantaram mensalmente os preços em cada um dos municípios, foi possível a obtenção das médias alcançadas durante o ano de 1939 e, com elas, a organização de um grande quadro comparativo, de onde se podem tirar conclusões as mais proveitosas, quanto à carestia da vida na imensa planície amazônica

Por êsse quadro, verifica-se que a elevação do custo da vida está em proporção com a distância do município Quanto mais afastado estiver êste, tanto mais alto o custo da vida.

Comecemos pelo município de João Pessoa, no rio Juruá, distante de Manaus 1 724 milhas. Vejamos, alí, os preços médios de alguns gêneros indispensáveis à alimentação: açúcar, 2$500 o quilo; café, 5$950 o quilo; carne fres-

ca, 2$500 o quilo; leite fresco, 1$550 o litro; pão, 2$500 o quilo; arroz, 2$416 o quilo.

No Município de São Gabriel, onde o padrão de vida é bastante dispendioso, registra-se o mais alto preço para o quilo da carne verde, em todo o Estado 3$272.

Em Bôca do Acre, município que dista de Manaus 1.497 milhas, o leite fresco é negociado a 1$666 o litro, preço êsse que é o mais elevado do Amazonas No mesmo município, um quilo de café em pó custa 8$000.

Boa Vista (Rio Branco) apresenta o preco mais elevado quanto ao pão, que é vendido a 3$500 o quilo.

O querosene é vendido a 2$250 o litro em São Paulo de Olivenca, não sendo êsse preco ultrapassado em nenhum outro município.

A manteiga é um artigo de grande oscilacão, indo do mínimo de 7$555 o quilo em Parintins, ao máximo de 17$500 na Bôca do Acre

O preco da lenha varia de município a município, no interior do Amazonas, atingindo a 100$000 o milheiro na Bôca do Acre.

O feijão alcançou nesse município a maior cotação do ano: 2$500 o quilo; vem, a seguir, o município de São Gabriel, onde aquele gênero atingiu a média anual de 2$090 o quilo.

O acúcar e o arroz obtiveram os mais altos precos no município de João Pessoa, já referido

Exportação pelo pôrto de Fortaleza

Segundo o Boletim Econômico do Departamento Estadual de Estatística do Ceará, a exportacão de cabotagem pelo pôrto de Fortaleza, durante o quinquênio de 1935-1939 é expresso nas seguintes cifras: 1935 — 11 580 382 quilos, no valor de 18 669:042$700; 1936 — 16 519 577 quilos, no valor de 22 718:854$300; 1937 — 26 527 806 quilos, no valor de 24 124:634$900; 1938 — 14 139 239 quilos, no valor de 15 245 043$700; 1939 — 18 608 491 quilos, no valor de 38 235:631$100, o que dá um total de 87 375 495 quilos, no valor de 118 993 206$700.

Foi a seguinte a exportacão para o estrangeiro, pelo mesmo pôrto, no período em causa: 1935 — 55 977 750 quilos no valor de 71 262:727$100; 1936 — 84 120 910 quilos, no valor de 112 706:728$800; 1937 — 76 591 045 quilos, no valor de 100 998:146$400; 1938 — 78 360 155 quilos, no valor de 97 498 245$300; 1939 — 71 024 151 quilos, no valor de 134 264:117$500.

Os maiores mercados do exterior para a exportação cearense teem sido os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Italia, Bélgica e Holanda.

Os Estados Unidos, para onde se dirige a maior corrente de exportacão, compraram, através do pôrto de Fortaleza, nos últimos nove anos, mercadorias cujo volume e valor assim se exprimem: 1931 — 1 977 957 quilos, no valor de 10 558:308$200; 1932 — 1 656.598 quilos, no valor de 7 702 290$800; 1933 — 4 564.042 quilos, no valor de 9 893:156$600; 1934 — 5 555 972 quilos, no valor de 12 872:363$000; 1935 — 11.213.695 quilos, no valor de 19 850:888$900; 1936 — 14 705 920 quilos, no valor de 35 514·293$000; 1937 — 8 874 099 quilos, no valor de 27 557:654$100; 1938 — 11 482 818 quilos, no valor de 28 455 962$300; 1939 — 18.652 840 quilos, no valor de 62 886:299$100.

A exportação para a Alemanha, no mesmo período, é expressa pelas seguintes cifras: 1931 — 3 488 156 quilos, no valor de 4 154:129$300; 1932 — 1 525 845 quilos, no valor de 2 961:205$500; 1933 — 1 825 383 quilos, no valor de 4 764:070$700; 1934 — 3 491.912 quilos, no valor de 12 514:895$600; 1935 — 7.072 144 quilos, no valor de 22 091:018$600; 1936 — 5 122 792 quilos, no valor de 13 565:637$800; 1937 — 13 679 065 quilos, no valor de 32 912 011$500; 1938 — 13 256 125 quilos, no valor de 28.121:132$100; 1939 — 12 165 325 quilos, no valor de 27 518:686$300

Os dados sôbre a exportação para a Inglaterra, através do pôrto de Fortaleza, são os seguintes: 1931 — 16 454 971 quilos, no valor de 13 702:102$800; 1932 — 1 469 578 quilos, no valor de 1 245:977$400; 1933 — 2 346 694 quilos, no valor de 4 321:127$300; 1934 — 37 053 038 quilos, no valor de 55 128:655$900; 1935 — 30 388 248 quilos, no valor de 23 850:684$300; 1936 — 52 544 507 quilos, no valor de 38 580:737$300; 1937 — 38 213 396 quilos, no valor de 22 207:180$800; 1938 — 47 603 292 quilos, no valor de 25 354:708$800; 1939 — 25 397 886 quilos, no valor de 23.129:404$800.

A pecuária em Goiaz

O comércio de gado bovino é a principal fonte de renda do Estado de Goiaz

Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil — Ano III — 1937*, possuía aquela Unidade Política, em 1935, um efetivo de 4 000 000 de cabeças de bovinos A essa apreciável população pecuária correspondeu, naquele ano (exclusive os municípios situados ao norte do Estado), uma exportação de 190 249 cabeças de gado; em 1936 — 189.432; em 1937 — 253 971; em 1938 — 243.968

Um recente "comunicado" do Departamento Estadual de Estatística de Goiaz nos dá conta da exportação interestadual de bovinos em 1939, a qual rendeu ao erário do Estado a importância de 2 690 contos de réis, aproximadamente.

Em números redondos, o Estado Central exportou, em 1939, 253 700 cabeças de bovinos, no valor total de 54.008:033$900

Figuraram como compradores os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Baía, Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O maior comprador do gado goiano é, porém, o primeiro daqueles Estados, que importou, durante o ano passado, 220 918 bovinos, ou seja 86,3 % do total exportado, no valor de 46.510:488$900. Êsse gado proveio, na sua maioria, dos ricos campos da zona sudoeste do Estado e se destinou em grande parte ao entreposto de Barretos, o maior empório do comércio de carnes paulista.

Quanto ao valor comercial do gado vendido, 47 598:846$400 correspondiam à exportação de bois, 6.357:415$900 à de vacas e 60:771$800 à de bezerros

No "comunicado" do D E. E. de Goiaz vamos encontrar ainda outras informações interessantes

A média *per capita* do preço dos bovinos, durante o ano, foi de 210$241 para o boi; 185$400 para a vaca e 88$237 para o bezerro. No mês de Junho, obtiveram bois e vacas o preço mais alto, *per capita:* 267$100 e 243$600, respectivamente; em Agosto, houve a mais baixa oferta quanto aos bois - 165$700; e, no mês de Setembro, quanto às vacas — 95$700. Para os bezerros, registrou-se o melhor preço no mês de Fevereiro — 130$000; e o mais baixo em Março — 28$700

ESTRANGEIRO

Indústria açucareira mundial

Comparando-se o rendimento da cana com o da beterraba — tanto o bruto como o líquido — verifica-se a acentuada superioridade da primeira.

Em estudo recém-publicado numa revista alemã sôbre o desenvolvimento e mudança estrutural da indústria açucareira em todo o mundo, nos últimos 25 anos, Hugo Ahlfeld enumera os motivos que levaram os países do hemisfério do norte a conservar a cultura da beterraba, embora seja infinitamente menos rendosa. Êsses motivos, segundo argumenta o articulista, são de ordem financeira, agronômica e política

Na época mercantil, os diversos países haviam tributado fortemente a importação do açúcar, que, naquele tempo, era considerado artigo de luxo, não tendo sido desprezíveis as somas que, dêsse modo, afluíram ao erário, em virtude do desenvolvimento verificado no consumo do produto.

Quando, com a melhoria gradativa do beneficiamento da beterraba, a produção nacional de açúcar nas nações européias subia cada vez mais, substituindo o produto tropical, não era pequeno, para os cofres públicos, o efeito produzido pela diminuição do respectivo imposto alfandegário. Na iminência de se conformarem com essa situação, os homens de Govêrno vieram a descobrir, todavia, uma excelente fonte de tributação nas então novas indústrias açucareiras nacionais.

O montante considerável dêsses impostos, bem como a facilidade de sua arrecadação, concorriam, decerto, e continuam a concorrer, para a conservação da cultura da beterraba, nos países setentrionais.

Outro motivo para não ser abolido êsse cultivo é de natureza agronômica. E' que a beterraba, além de proporcionar a sua própria colheita, melhora sensivelmente as condições do solo, favorecendo, com a rotação das culturas em determinada área, o maior rendimento das plantações subsequentes. E quanto aos trabalhos agrícolas nos países do Norte, a cultura em questão apresenta, ainda, a vantagem de exigir e ocupar a atividade humana justamente na época em que a dispensam as demais culturas.

Além do que, descobriu-se, recentemente, o alto valor nutritivo da planta para a forragem do gado, falando-se, até, em uma colheita da beterraba abaixo da terra e outra em cima dela.

Finalmente, as experiências da última guerra mundial demonstraram aos países beligerantes a importância decisiva de dependerem ou não, em maior escala, da importação de artigos de consumo tão largo, como é o caso do açúcar.

Foram essas as razões que fizeram com que a cana não conseguisse bater, numa média muito maior, a concorrência da beterraba, embora esta, em consequência da guerra de 1914/1918, ti-

vesse perdido bastante terreno. Se não, vejamos:

SAFRA	PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL			
	Números absolutos		Números relativos	
	Cana 1 000.000 toneladas	Beterraba toneladas	Cana	Beterraba
Média anual 1900/01-1913/14	7,2	7,0	50,7	49,3
1914/15	9,9	8,3	54,4	45,6
1915/16	10,6	6,1	63,5	36,5
1916/17	11,2	5,9	65,6	34,4
1917/18	11,7	5,2	69,4	30,6
1918/19	11,5	4,4	72,1	27,9
1919/20	11,9	3,4	78,0	22,0
1920/21	11,9	4,9	70,8	29,2
1921/22	12,7	5,1	71,3	28,7
1922/23	12,5	5,4	70,0	30,0
1923/24	13,5	6,1	69,0	31,0
1924/25	14,9	8,3	64,2	35,8
1925/26	15,1	8,7	63,7	36,3
1926/27	15,3	7,9	66,0	34,0
1927/28	16,0	9,2	63,5	36,5
1928/29	17,2	9,6	64,1	35,9
1929/30	17,4	9,3	65,0	35,0
1930/31	15,9	11,9	57,2	42,8
1931/32	16,2	8,8	64,9	35,1
1932/33	14,7	8,0	64,8	35,2
1933/34	15,1	9,2	62,3	37,7
1934/35	14,8	9,8	60,3	39,7
1935/36	16,7	10,4	61,7	38,3
1936/37	18,7	10,2	64,6	35,4
1937/38	18,3	11,1	62,2	37,8

E' impressionante a vantagem proporcionada à cana, durante a guerra e nos anos seguintes. Aliás, a cana ultrapassou consideravelmente os limites dentro dos quais cessou a queda da produção da beterraba, não parando o seu "crescendum" quando essa se restabeleceu da sua "aera atra", tomando as proporções anteriores e até passando, por sua vez, além de tais limites.

Redundou, porém, êsse aumento geral da produção numa queda brusca dos preços, conforme o demonstra o seguinte quadro:

PREÇOS MÉDIOS DO AÇÚCAR BRUTO NA BÔLSA DE NOVA YORK (CENTS POR LIBRA)[1]

ANO	PREÇO	ANO	PREÇO
Média anual 1900/1913	2,556	1925	2,565
		1926	2,565
1914	2,830	1927	2,948
1915	3,593	1928	2,434
1916	4,778	1929	1,993
1917	5,217	1930	1,471
1918	5,487	1931	1,333
1919	6,650	1932	0,930
1920	11,350	1933	1,220
1921	3,364	1934	1,499
1922	3,005	1935	2,331
1923	5,278	1936	2,694
1924	4,174	1937	2,543

(1) Inclusive *cost and freight*

Daí os múltiplos esforços empreendidos nos diversos sectores da indústria açucareira mundial, no intuito de estabelecer, por meio de compromissos internacionais, o equilíbrio razoável da produção (Poder-se-ia lembrar, neste ponto, a ação do coronel cubano Tarafa, os esforços do advogado norteamericano L. Chadbourne e, finalmente, o convênio internacional de Londres, em 1937)

Ponderando os elementos acima referidos, constatamos parecer pouco provável, senão impossível, que a cana, apesar de sua superioridade incontestável em matéria de rendimento, consiga afastar definitiva e completamente a beterraba, embora possa neutralizar, por certo tempo, e não sem vantagem, — o decréscimo que se deve verificar na produção dos países ora em guerra.

Entretanto, convém lembrar a reconstrução operada na indústria açucareira depois de 1919, nos países produtores da Europa, e as razões apontadas, de início, que levaram e levarão êsses países a conservar a cultura da beterraba. Atualmente, possuem uma indústria açucareira nacional todos os países do Velho Mundo, com exceção, apenas, de Portugal, Noruega, Grécia e Estônia.

Cumpre acentuar, finalmente, uma peculiaridade da beterraba que, à primeira vista, não se reveste de maior importância, assegurando-lhe, porém, de alguma sorte, certa vantagem sôbre a cana; esta, como tantas outras culturas tropicais, uma vez plantada, proporciona colheitas durante 8 ou 10 anos, enquanto que aquela cada ano tem que ser plantada novamente, o que lhe confere, em caso de competição mútua, um grau bem maior de elasticidade à produção.

N R. — O artigo do Sr Hugo Ahlfelder foi traduzido do original alemão e condensado especialmente para esta secção pelo Sr. João Jochmann, assistente-técnico da Secretaria Geral do I B. G E.

Comércio exterior de Salvador

O principal produto de exportação de Salvador é o café; as saídas dêsse artigo, todavia, acusam sensível decréscimo, uma vez que entre os maiores fregueses da pequena república da América Central figuram a Alemanha e outros países envolvidos na guerra.

Essa diminuição, aliás, não pode ser compensada pelo aumento nas exportações para os Estados Unidos, que é o principal mercado daquela República, porque as compras de café dêsse país não comportam, no momento, semelhante alteração em seu volume normal.

Salvador está, assim, em situação pouco vantajosa, no tocante ao seu produto principal, — o que lhe exige, portanto, uma compensação, pelo aumento das vendas de outras mercadorias

Na América do Norte, registra-se acentuado empenho no sentido de intensificar as relações comerciais e industriais com os países da América espanhola, afim de neutralizar o golpe que as mesmas sofreram, no seu intercâmbio com as nações européias Industriais e comerciantes americanos estão, atualmente, fazendo estudos sôbre o que podem adquirir aos países latino-americanos, ou lhes podem vender, interessando-se, sobretudo, em estabelecer um intercâmbio de artigos que até o momento não figuram em suas relações comerciais

País intertropical, a República de Salvador oferece inúmeras possibilidades a êsse respeito Entre os produtos que concorrem para essas possibilidades, estão o açúcar, as peles, o bálsamo, o anil, a fibra de henequen, o tabaco, os chapéus de palma e de junco, artefatos, etc.

Os sem-trabalho nos Estados Unidos

Em artigo recentemente publicado no "New York Times", o jornalista Louis Stark observa que, uma vez apurados os resultados do censo que êste ano se realiza nos Estados Unidos, será possível projetar-se alguma luz na controvérsia que ora se verifica em Washington: quantos desempregados há no país? Ainda que de alguma sorte não venham a ser completos os dados coligidos, êles servirão de base, como aconteceu até aquí com os do censo de 1930, para as melhores estimativas que se possam efetuar.

Indaga-se agora — prossegue o articulista — é se os economistas e estatísticos do govêrno e outros mais, inclusive representantes das organizações de trabalho, agiram com acêrto ao calcular o número dos desempregados entre 9 000.000 e 11 000.000. Alguns particulares, tomando por base várias cifras oficiais, concluíram, recentemente, que seria de 4.000.000, em fins de Dezembro último, o máximo de desempregados em condições de trabalhar, sendo o verdadeiro número, possivelmente, 3.000.000; assim, se fôssem providos 2.000.000 de empregos particulares, o número dos sem-trabalho seria quasi igual ao existente em fins de 1929.

Justifica-se, aliás, tão grande disparidade nas estimativas, dada a complexidade da tarefa de quem tenta avaliar o desemprêgo. E' que nenhum acôrdo tem havido sôbre o conceito do "sem-trabalho".

Em determinada época do ano, um menino ou menina, de 15 ou 16 anos, pode estar entre os que trabalham, — empregado, digamos, no transporte das colheitas. Deveria êste menino ou menina ser classificado, para o resto do ano, como desempregado? Como classificar trabalhadores agrícolas não remunerados, que obteem ocupações nas cidades e que depois retornam às fazendas, nos períodos de dispensa de serviço? Podem os estudantes, em idade de trabalhar, ser classificados como desempregados, durante os estudos? Ou, se êles são obrigados a trabalhar, para prover à sua manutenção na escola, deverão ser arrolados como desempregados, nas ocasiões em que não conseguem essa ocupação complementar?

Algumas pessoas são "principiantes forçados" no mercado do trabalho, procurando ocupações somente quando outros membros da família se acham desempregados Considera-se entre os desempregados uma dona de casa que arranjou emprêgo porque o marido não tem o que fazer? Os filhos podem estar na escola enquanto o pai exerce as suas atividades, mas, se êste perde a ocupação, é possível que deixem os estudos e saiam à procura de meios de subsistência. Incluem-se êles entre os desempregados? Aqueles que sustentam não passar de 4.000.000 o número atual de desempregados, insistem em que neste caso somente o espôso e pai deve ser incluído naquele número

Problemas como êsses evidenciam a extensão das divergências entre os elaboradores de estimativas Todos os calculistas tomam como base os censos decenais, mas, variam consideravelmente os índices de que se utilizam.

O censo de 1930 classificou os desempregados da seguinte maneira:

Classe A — Pessoas sem emprêgo, capazes de trabalhar e à procura de trabalho;

Classe B — Pessoas que teem ocupação, mas, estão temporariamente afastadas, sem pagamento. Excluem-se as doentes ou voluntariamente sem trabalho;

Classe C — Pessoas sem ocupação e incapazes de trabalhar;

Classe D — Pessoas que teem emprêgo, porém, estão inativas por motivo de doença ou invalidez;

Classe E — Pessoas sem ocupação e que não a procuram;

Classe F — Pessoas que teem ocupação, porém ficam voluntariamente inativas, sem remuneração;

Classe G — Pessoas com emprêgo e percebendo vencimentos, embora fora do trabalho (em férias, etc).

Para as estimativas do desemprêgo, escolhe-se, usualmente, um período-base, no qual é conhecido o número de empregados, o de desempregados e o de trabalhadores assalariados Em muitos casos, quanto a êsses dados, é utilizado o último censo decenal, ou seja o de 1930 O censo das ocupações, naquele ano, classificou os trabalhadores assalariados em vinte e quatro grupos principais

De posse das cifras conhecidas como base, cumpre investigar o número dos empregados, o qual é avaliado para determinado período, mediante a aplicação, segundo os dados de 1930, dos índices mensais de emprêgo referentes aos vários grupos de trabalhadores.

Por exemplo, uma indústria com 1 000.000 de empregados e 100.000 desempregados em Abril de 1930, tem um índice 100 de emprêgo No caso de ser 70 o índice do emprêgo em Abril de 1932, o número de empregados é 700 000 e o de desempregados 400 000 (300 000 a mais que os 100 000 de 1930)

Os computadores dispõem de índices mensais de emprêgo abrangendo cêrca de dois terços do total de trabalhadores assalariados. O que varia, de um técnico para outro, é o modo de calcular índices para o restante.

Depois de apurado o número de empregados, o calculista obterá a soma de trabalho disponível naquele período pela adição, ao número de trabalhadores assalariados, de um acréscimo correspondente ao número daqueles que atingiram a idade de trabalhar e que ingressaram nas diferentes profissões, menos o número dos que deixaram as atividades por motivo de morte ou aposentadoria. Determina-se o total do desemprêgo para um dado período subtraindo-se o número de trabalhadores ocupados do número dos aptos para o trabalho

As entidades que fazem estimativas do número de desempregados, tomam por base a cifra de 3 187 647, do censo de 1930, embora não as aceitem sem restrições Ocorrem divergências quanto às classes reconhecidas como de desempregados e aos métodos de avaliação dos algarismos mensais de emprêgo e do trabalho oferecido, bem como nos cômputos dos serviços agrícolas Quasi sempre, entretanto, os calculistas fazem uso dos índices provenientes de órgãos oficiais, como a Repartição de Estatística do Trabalho, a Comissão Interestadual de Comércio e a Repartição de Economia Agrícola

Ao computar as suas médias anuais, a Federação Americana do Trabalho fez, nos resultados obtidos pelo censo de 1930, quanto ao número dos "sem-trabalho", uma revisão dos algarismos de 600 000 para cima, afim de incluir pessoas classificadas como desempregadas Ao demais, aquela Federação conta como tais somente metade do número de pessoas da Classe E e omite as Classes C e A A sua estimativa dos desempregados, para 1939, foi de 10.000.000

A Junta Nacional de Indústrias afirma, entretanto, que estão desempregados somente os relacionados segundo determinadas condições e, assim, reduz-se a 9.429 000 a sua estimativa, para 1939.

Roberto Nathan, economista do Departamento de Comércio, que elabora cômputos pessoais e não oficiais — os quais circulam, entretanto, entre os órgãos do Govêrno —, reviu os algarismos de 1.000.000 para cima, do censo de 1930, e incluiu, nas demais classes, as das letras D e F que estavam sem trabalho por mais de duas semanas, além de algumas outras sistematicamente relacionadas. A sua estimativa para o último ano foi de 9.835.000

Outros economistas que fazem estudos de caráter particular criticam essas cifras e obteem, por sua vez, um efetivo total, ou máximo, de 4 000 000 de desempregados.

O censo de 1940 — conclue Louis Stark — indicará ou provará definitivamente qual dessas estimativas está mais próxima da verdade

As fábricas de papel na Argentina

A indústria do papel na república vizinha tem adquirido um desenvolvimento digno de registro Em 1935, havia no território argentino 22 fábricas; hoje, o seu número sobe a 31, com uma produção anual de mais de cem mil toneladas de papel O valor dessa produção, até 1938, se elevava a trinta milhões de pesos, aproximadamente. Somente no decorrer do ano que acabamos de mencionar, foram utilizadas 4 615 toneladas de celulose; 13 626 de pasta de madeira; 61 842 de papel velho; 1 486 de trapos velhos; 3 481 de resina e sulfato de alumínio, 2 021 de caolin e 1 893 de talco

O papel produzido para a indústria jornalística é, porém, insuficiente para o consumo interno, razão por que ainda se importa o artigo

Todavia, segundo acentuam publicações especializadas, essa deficiência poderia ser ressarcida, uma vez que a Argentina dispõe das matérias primas necessárias, tais como a palha do trigo e do linho, as quais, não sendo utilizadas em grande escala, são geralmente queimadas. Os bosques, sobre-

tudo os da região patagônica, oferecem perspectivas muito interessantes. O principal impecilho é o frete ferroviário e marítimo, o qual encarece o produto de tal forma que o impossibilita de fazer concurrência ao importado da Finlândia e do Canadá.

Sugere-se, a êsse respeito, que a dificuldade poderá ter uma solução favorável com a organização de fábricas nas vizinhanças dos locais em que existe a matéria prima, enviando-se, depois, para o interior e para as grandes capitais os produtos já elaborados.

Acentuam os estudiosos do assunto que a Argentina, de país importador de papel para jornais, poderia tornar-se exportador em grande escala, pois os bosques e os sub-produtos agrícolas que possue oferecem grandes facilidades a êsse importante ramo industrial.

A indústria florestal sueca

Se é interessante dar uma impressão do lugar que a madeira e o papel — indústrias da pólpa — ocupam na vida da Suécia, é conveniente lembrar, de início, que essas indústrias contribuem com cêrca de 1/7 para a renda do país.

A Suécia é a terra das grandes florestas. Com uma superfície total de 41 milhões de hectares, dispõe de uma área florestal de 21 milhões. A um viajante estrangeiro, essas imensas florestas proporcionam as mais vivas impressões Excetuada a parte mais ao Sul (Skane) e certas regiões da Suécia central, os aspectos florestais dominam inteiramente a paisagem.

Os produtos das indústrias florestais — madeira, pasta para papel, papel, cartolina, etc., — representam, nos anos normais, 50 % das exportações suecas. Tanto vale dizer, cêrca de metade das importações — antracito, petróleo, frutas, matérias primas têxteis, etc., — é compensada com os diversos produtos das florestas, que proporcionam ocupação a uma parte considerável da população do país.

A Suécia contribue com cêrca de 40 % para o comércio mundial de pasta de papel química e mecânica. Os recursos florestais do país seriam suficientes, por algum tempo, para fazer face à procura, cada vez maior, dos produtos de madeira, nos mercados mundiais, — tanto mais quanto estudos levados a efeito demonstram que, presentemente, o replantio das florestas suecas é ainda um pouco maior do que o consumo anual.

Comércio exterior do Perú, em 1939

O Boletim do Banco Central de Reserva do Perú divulga os dados estatísticos relativos ao comércio exterior do país, em 1939, através dos quais se verifica a modificação favorável experimentada, a êsse respeito, pela economia peruana.

O total das exportações foi de 381.421 mil soles, não tendo passado as importações de 255 787 mil. O sol equivale a cêrca de 4$000, em moeda brasileira. Em confronto com as cifras do ano anterior, aqueles dados acusam um aumento de 11 % para as primeiras e uma diminuição de 2 % para as segundas. O saldo positivo da balança comercial elevou-se a 125.634 mil soles, superando de mais de 50 % o de 1938, que não fôra senão de cêrca de 44 milhões.

Assim se distribuíram, segundo as várias classes de produtos, as exportações peruanas, no ano que é objeto de análise: produtos animais (lãs, couros, peles, etc.), 5,66 %; produtos vegetais (algodão, acúcar, café, etc), 32,99 %; produtos minerais (petróleo e derivados, cobre, etc.), 59,61 %; diversos, 1.74 %. Agrupando as duas primeiras classes, obtém-se um total de 38,65 % para as exportações agro-pecuárias, que atingem, assim, o nível que lhes é comum (cêrca de 40 %), excetuado o ano de 1938, no qual essa proporção baixou, excepcionalmente, a 32,53 %.

O aumento verificado no total das exportações do Perú deve ser atribuído, sobretudo, a três produtos: o algodão, com 14,5 milhões de soles; o acúcar, com 16 milhões; e o cobre, com 9,5 milhões, sendo de notar que as vendas de petróleo e derivados diminuíram de 5 milhões. Se se considera, também, o acréscimo de quasi 3 5 milhões nas exportações de lãs, obtém-se um total de 34 milhões para os produtos agro-pecuários, que figuram, assim, como os principais responsáveis pela melhoria verificada na balança comercial do país, — devida, a um só tempo, aos preços mais elevados obtidos e ao aumento verificado no volume das vendas.

Contribuiu para o decréscimo de 4,5 milhões de soles, no total das importações, a sensível diminuição das compras de máquinas e veículos (9 milhões a menos que em 1938) e de trigo e arroz (6 milhões a menos). Todos os demais artigos apresentaram acentuado acréscimo no volume e valor das importações.

E' interessante verificar a distribuição geográfica do comércio exportador do Perú, no período em estudo.

Do total das exportações, 30,4 % couberam aos Estados Unidos; 19,6 % à Inglaterra e cêrca de 6 % a cada um dos três seguintes países Alemanha, Argentina e França

Das importações, 41,1 % provieram dos Estados Unidos; 14,7 % da Alemanha; 8,4 % da Inglaterra e 5,4 % da Argentina Como se vê, só êsses quatro países contribuíram com cêrca de 70 % para o total das aquisições peruanas, em 1939

Verificou-se apreciável aumento na contribuição percentual dos Estados Unidos, quanto aos dois aspectos da balança Enquanto isso, a Alemanha diminuiu sensivelmente as suas compras e vendas ao Perú, o que é justificado, aliás, pela deflagração da guerra, no segundo semestre, determinando profundas modificações no rumo das diversas correntes do comércio internacional

População dos Estados Unidos

E' de 132 000 000 a estimativa do número de pessoas que, atualmente, vive nos Estados Unidos, verificando-se, dessarte, um acréscimo de 7,3 %, em confronto com os 122 755 046 habitantes que o censo de 1930 acusara.

O atual recenseamento demonstrará, na opinião dos calculistas, um acréscimo de população, por milha quadrada, de 41,3 habitantes, em 1930, para cêrca de 44, em 1940

As autoridades censitárias prevêem um aumento na população dos Estados da costa do Pacífico, como resultado da migração procedente das regiões sêcas e áridas

Também acreditam que as regiões do Atlântico Sul e do sudeste central revelarão um aumento sensível na respectiva densidade demográfica

Estradas de ferro da América

Foram divulgadas, recentemente, numa revista técnica da Argentina, interessantes informações sôbre a situação atual das estradas de ferro na América do Sul Segundo êsses dados, possuía aquele país, em 1938, 41 731 quilômetros de linhas férreas; a Bolívia, 2 083, o Brasil, 34.126; a Colômbia, 3 345, o Chile, 8 823; o Equador, 963; o Paraguai, 1 147; o Perú, 4.214, o Uruguai, 2 720; e a Venezuela, 1 039

Tomando por base a área de cada país, em quilômetros quadrados, verifica-se que a Argentina, com 2.979.113 km² de superfície, possuía um quilômetro de via férrea por 71 km de superfície; o Brasil, com 8 511 189 km², 1 km de linha férrea por 249 de superfície; o Chile, com 738 209 km², 1 km de estrada de ferro por 83 de superfície; o Uruguai, com 186 929 km², 1 km de trilhos por 67 de superfície, sendo, portanto, o que dispõe, proporcionalmente, de mais linhas férreas

O total das ferrovias da América do Sul eleva-se a 100 211 quilômetros, dos quais cêrca de 40 % pertencem à República Argentina

Completando êsses dados, é interessante transcrever — segundo a mesma publicação — as cifras relativas à evolução da rede ferroviária dos vários países das três Américas, tomada para ponto de referência a situação em 1913 e em 1938 Argentina: 1913 — 35.064 quilômetros; 1938 — 41.731, Bolívia, 1 254 e 2 083; Brasil, 22 880 e 34 126; Canadá, 47 150 e 91 447, Chile, 6 370 e 8 823, Colômbia, 999 e 3 365, Costa Rica, 289 e 664; Cuba, 2.719 e 4 875, Equador, 595 e 963; Estados Unidos, 580 389 e 405.192 (as estradas de rodagem suprimem as ferrovias, no caso estadunidense), Guatemala, 780 e 786; Haití, 80 e 254; Honduras, 116 e 1 437; México, 25 428, em 1913 e 1938; Nicaragua, 307 e 368; Panamá, 301 e 2 092, Paraguai, 373 e 1.147, Perú, 2 664 e 4 214; Salvador, 319 e 608; São Domingos, 241 e 238, Uruguai, 2 452 e 2 720, Venezuela, 858 e 1 039

Intercâmbio de Cuba com a América do Sul

As estatísticas publicadas pelo Bureau de Assuntos Consulares e Comerciais do Departamento de Estado de Cuba demonstram que o comércio entre êsse país e cinco repúblicas americanas — Panamá, Colômbia, Equador, Perú e Chile — durante o ano de 1938, lhe deu um saldo favorável de 97 830 dólares

A exportação de produtos cubanos para o Panamá foi de 118 674 dólares, enquanto as importações alcançaram apenas 2.569 dólares Houve, assim, um saldo favorável de 116 105 dólares Segundo a mesma informação, o mercado panamenho pode consumir os seguintes produtos cubanos: manteguilha, queijos, tomates frescos e em conserva, frutas frescas e sêcas, suco de frutas, doces, biscoitos, sabão, artigos de toucador e verduras

As aquisições cubanas de mercadorias provenientes da Colômbia ascenderam a 12.106 dólares, subindo as exportações de Cuba para êsse país a um total de 51.926 dólares, o que dá um saldo favorável de 39 910 dólares Na Colômbia, há um possível mercado para os seguintes produtos. fibra têxtil, goma de mascar, aguardentes, açúcar — êste último artigo somente em determinadas épocas, quando a produ-

ção nacional não é suficiente para suprir o consumo interno — produtos de farmacopéia, biscoitos, doces, esponjas e frutas.

O saldo favorável no intercâmbio com o Equador foi de 199 267 dólares Cuba importou 88 067 e exportou 287 334 dólares. As exportações para o Equador oferecem menos dificuldade, porquanto neste país existem leis semelhantes às cubanas, garantindo taxas aduaneiras especiais às importações dos países que compram seus produtos O Equador pode ser um comprador de leite condensado, manteguilha, azeites vegetais, cigarros e, em quantidades menores, fumo em fôlha, sabões, etc.

O valor dos produtos peruanos exportados para Cuba ascendeu a 7.477 dólares. Enquanto isso, Cuba vendeu ao Perú, por sua vez, mercadorias na importância de 70 725 dólares, havendo um saldo favorável de 63 248 dólares O principal artigo exportado foi fumo em fôlha, além de charutos, cigarros, lagostas em conserva, etc No Perú, encontra-se mercado para numerosos outros produtos cubanos

O comércio entre Cuba e o Chile, em 1938, deixou um saldo a favor dêsse último país no total de 320 700 dólares As exportações cubanas foram de 670 384, e as importações de 991 084 dólares E' que, em virtude do tratado firmado entre as duas nações, a balança comercial, em 1938, se apresentou muito mais baixa que nos anos anteriores Cuba poderá valer-se, porém, das facilidades de transporte e conseguir no Chile mercado compensador para alguns artigos relacionados no referido tratado, a saber: suco de frutas, conservas e frutas tropicais, azeites vegetais, esponjas, accessórios de navegação, cordas, etc.

Movimento demográfico da Argentina

Segundo as últimas estimativas a que procedeu a Diretoria Geral de Estatística da Argentina, a população da vizinha República, em 31 de Dezembro de 1939, ascendia a 13 129 723 habitantes

Comparados êsses algarismos com os do cálculo para 1938, ou sejam 12 956 602 habitantes, verifica-se um aumento absoluto de 173.121 almas, havendo, assim, um crescimento relativo de 1,34 %.

Dêsse aumento, 166.966 habitantes correspondem ao crescimento vegetativo (96,4 %) e 6.155 ao crescimento migratório (3,6 %)

Cumpre assinalar o fato de ser o crescimento vegetativo de 1939 o mais elevado que se verificou a partir de 1934, excedendo de nada menos de 12.200 pessoas as cifras divulgadas para 1938, — conforme se verifica, aliás, pelos dados abaixo, correspondentes ao último decênio:

ANOS	CRESCIMENTO	ANOS	CRESCIMENTO
1930	191 276	1935	150 848
1931	188 566	1936	159 003
1932	192 559	1937	155 347
1933	172 107	1938	154 766
1934	168 641	1939	166 966

Segundo a repartição informante, êsses algarismos demonstram que o acentuado decréscimo do movimento vegetativo, iniciado depois de 1932 — quando se registrou a cifra mais alta já alcançada no país, ou sejam 192.559 pessoas — se deteve, afinal, em 1935, para dar lugar, com algumas alternativas de 1936 a 1938, a apreciáveis aumentos, culminando, por fim, com os resultados que se assinalaram para o ano de 1939.

Quanto ao crescimento migratório, o que se observou, no último ano, foi um movimento inverso. Com efeito, em 1939 registrou-se, como saldo, a exígua cifra de 6 155 pessoas, e que representa uma diminuição de 34.172 indivíduos, em confronto com os resultados de 1938, quando aquele saldo se elevou a nada menos de 40.327 pessoas O fato é justificado, aliás, até certo ponto, pelo conflito armado irrompido na Europa, em princípios de Setembro de 1939

A êsse respeito, cumpre observar ainda que a redução na entrada de passageiros e imigrantes procedentes do Velho Mundo começou a verificar-se, na Argentina, desde Novembro de 1938, ou seja quando tiveram início, alí, as primeiras manifestações de inquietude pelos rumos que passavam a tomar as relações entre vários povos. A entrada, no país, de passageiros e imigrantes de ultramar ascendeu, em 1938, a 60.323 pessoas, enquanto que, nos doze meses de 1939, não foi além de 35.735, — decréscimo êsse ainda mais expressivo se levarmos em conta que a média anual, no decênio 1929-1938, foi de 77.323 pessoas.

Aliás, as cifras do crescimento migratório argentino, nesse período, apresentam sensíveis variações de um para outro ano, — todas elas, de resto, facilmente explicáveis Assim, o saldo migratório total do ano de 1930, que foi de 73.413 pessoas, desceu, bruscamente, a 16.716 em 1931, acentuando-se o decréscimo em 1932, quando o saldo foi, apenas, de 3 085 indivíduos. Em 1933 e 1934, as cifras começaram a acusar ligeiro aumento, iniciando-se a reação em 1935, com um saldo de 21.110

pessoas, — o qual já se elevou, em 1936 e 1937, a 27.207 e 43.900, respectivamente. O crescimento migratório de 1938, como se viu, desceu, porém, a 40.327 indivíduos, cifra essa que, no último ano, sofreria redução muitas vêzes mais sensível, — o que melhor se observa pelo quadro do decênio:

ANOS	CRESCIMENTO	ANOS	CRESCIMENTO
1930	73 417	1935	21 110
1931	16 716	1936	27 207
1932	3 085	1937	43 900
1933	4 152	1938	40 327
1934	5 894	1939	6 155

O aumento verificado no crescimento vegetativo, em 1939, é devido, por uma parte, ao maior número de nascimentos ocorridos no período, em confronto com os de 1938, e, por outro lado, ao menor número de falecimentos registrados em 1939, relativamente ao ano anterior.

Tomando-se para referência os fatos demográficos relativos à Capital Federal e províncias, verifica-se que o número de nascimentos passou de 294.102 em 1938 para 296.912 no último ano, havendo, assim, um acréscimo de 2.810. Enquanto isso, os falecimentos, que haviam ascendido a 150.163 em 1938, desceram a 141.267 em 1939, — o que dá uma redução de 8.896.

A êsses dados, cumpre acrescentar as cifras resultantes da redução no número de nascidos mortos: 9.286 em 1938 e 9.130 em 1939. Por outro lado, a mortalidade infantil (crianças de menos de um ano), que acusara 30.080 casos em 1938, desceu a 27.311 no último ano, registrando-se, assim, uma diminuição de 2.769, — o que é de justiça atribuir à melhoria das condições de vida e de higiene e salubridade nas várias regiões do país.

Por outro lado, enquanto os matrimônios celebrados na capital e províncias da Argentina, em 1938, haviam atingido, apenas, a um total de 84 901, no último ano êsse número se elevou a 88 806, havendo, assim, um aumento, em 1939, de 3 905 uniões.

O Serviço Nacional de Recenseamento aceita a sua crítica mas pede a sua cooperação. Coopere primeiro, critique depois Critique construtivamente, cooperando

BIBLIOGRAFIA

VIAGEM À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO — Augusto de Saint-Hilaire — Vol. 2 da Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins, S. Paulo, 1940

O naturalista Saint-Hilaire chegou ao Brasil em 1816 e durante seis anos furou o interior do país através de regiões muitas vêzes inhóspitas. Fazendo uso dos meios de transporte mais rudimentares, o sábio percorreu cêrca de 2.500 léguas, olhando tudo, indagando de tudo, vendo tudo. À sua curiosidade insaciável, a paisagem brasileira dos princípios do século XIX há de ter despertado o maior interêsse e entusiasmo.

Em Dezembro de 1816, Saint-Hilaire atravessou de sul a norte a então província de Minas Gerais, rumando depois para Boa Vista, capital de Goiaz: 15 meses de sertão. Dois anos depois, andou pela região do Rio Doce, no Estado do Espírito Santo. Em 1819, percorreu S. Paulo, Paraná e Sta. Catarina, até a Cisplatina. Mais três anos e rompeu S. Paulo, indo até o sul de Minas. Enfim, uma longa viagem de reconhecimento por vasta área do território brasileiro, durante a qual o naturalista francês se pôs em contacto com um mundo novo e conseguiu reunir vultosa cópia de observações. Quando voltou para a França (1822), depois de haver, até, nessas penosas jornadas, por duas vêzes arriscado a vida, numa delas envenenado pelo mel da vespa lecheguana, nas antigas Missões, — Saint-Hilaire levou, com uma fecunda experiência de vida, vasto material para os seus estudos em tôrno das coisas do Brasil e, também, 7.000 espécies novas de plantas, 2.000 aves, 16.000 insetos, 129 quadrúpedes, 21 espécies de peixes e outras tantas de répteis — um quadro de história natural inédito para os olhos europeus.

E' o relato de sua viagem através de São Paulo que o Sr. Rubens Borba de Morais traduziu — e traduziu admiravelmente, numa época em que tanto e tão mal se traduz. Enriqueceu-o um interessante prefácio e a Livraria Martins o incluiu em sua valiosa "Biblioteca Histórica Brasileira". Convém, aliás, acentuar que a obra de Saint-Hilaire felizmente não vem sendo esquecida pelos nossos estudiosos e tanto é assim que, com êste, 7 volumes de "viagens" já apareceram, vertidos para o nosso idioma.

E' de ver como a paisagem paulista de 1819 foi apanhada, nos mínimos flagrantes, pelo botânico ilustre. Nenhum traço vivo ou saliente daquela paisagem escapou ao olhar minucioso de Saint-Hilaire — nem mesmo aqueles traços de menor relêvo que, à vista do viajante curioso, como que se dissolvem e se anulam. Com a sua letra difícil de ler — a letra que há de ter sido o desespêro de revisores como o Sr. De Dreusy, a que alude o Sr. Affonso de E. Taunay —, o sábio francês encheu cadernos e mais cadernos de observações e apontamentos, fixando talvez em garatujas aspectos essenciais da vida regional cujas peculiaridades lhe era dado examinar.

Um naturalista, seria de imaginar que tivesse reduzido o seu raio de visão ao plano restrito de suas pesquisas, objeto de tão duras provas. E entretanto Saint-Hilaire nos falou de tudo — e não só do que aos olhos do especialista poderia parecer tudo: — falou-nos do homem, da terra e das coisas de S. Paulo. De tal forma que o seu testemunho, pelo cunho de honestidade e objetividade de que se reveste, pode ser invocado pelo historiador, pelo economista, pelo geógrafo e, sobretudo, pelo sociólogo.

Que outros vejam e sintam o pitoresco dessa viagem de Saint-Hilaire. A nós nos interessa, em particular, o capital de verdade documentária que o livro representa. O capítulo primeiro, por isso mesmo, constitue preciosa fon-

EMBORA dedicada, de preferência, à bibliografia referente a assuntos estatísticos ou econômicos, — esta secção destina-se, também, ao registro, através de comentários desenvolvidos ou de simples indicações sumárias, do aparecimento de todas as obras que possam interessar aos nossos leitores, sem restrições quanto ao sector do conhecimento humano em que as mesmas se enquadrem

Para que melhor venha a ser concretizado êsse objetivo, faz-se necessária, todavia, a colaboração de autores e editores, os quais verão sempre registrados aqui os livros enviados à revista ou à Biblioteca Central do Instituto.

te de indicações para o estudo das condições existenciais de São Paulo na primeira metade do século passado O seu "quadro resumido da província" divide-se em sete capítulos· 1. História, 2 Limites, montanhas, rios, clima; 3 Vegetação, 4 População; 5. Administração geral, divisão da província; 6 Justiça criminal; 7. Finanças Quadro admirável na precisão de suas linhas, porque a configuração de cada matéria, Saint-Hilaire a fazia mediante a análise metódica da realidade, em confronto, sempre que possível, com os elementos de vária natureza de que por acaso dispunha

Além da narrativa de sua jornada através de São Paulo — narrativa de um delicioso sabor de aventura —, lê-se, no volume a que me refiro, o "Resumo das viagens ao interior do Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai", um "Relatório sôbre a viagem do Sr Auguste Saint-Hilaire no Brasil e nas missões de Paraguai", apresentado à Academia Real de Ciências de Paris, a bibliografia citada pelo sábio francês e uma relação das suas principais obras

Não é sem razão que Manuel Bandeira se refere a Saint-Hilaire como ao "nosso Saint-Hilaire", pelo exemplo de lúcido afeto e simpatia com que nos soube ver, com todos os nossos defeitos e exuberâncias E o grande poeta e crítico brasileiro salienta, entre as lições que o famoso viajante nos legou, a do estilo: escrevia sem sombra de ênfase nem pedantismo Foi Payer quem disse· "Um dos característicos da obra de Saint-Hilaire é ser exposta com tanta clareza e simplicidade que a profundeza do julgamento parece apenas bom senso". Ao que M. Bandeira acrescenta: "Essas palavras de Payer valem por todo um tratado de estilo. Entre nós é frequente fazer-se o contrário: escrever de tal maneira, com tão ridículas imagens e tão falsa profundidade que as coisas de simples bom senso viram transcendências Precisamos ler muitos homens como Saint-Hilaire". — *VALDEMAR CAVALCANTI*

O CAFÉ — (Na história, no folclore e nas belas-artes) — Basílio de Magalhães — Coleção Brasiliana — 2.ª edição — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.

Entre os mais dedicados estudiosos da crônica histórica do Brasil, é de justiça incluir o nome do Sr. Basílio de Magalhães, cuja obra, conquanto pouco numerosa, constitue, todavia, apreciável contribuição ao esclarecimento de vários aspectos de nosso passado. Basta referir o seu ensaio sôbre a *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* ou os trabalhos reunidos no volume *Estudos da História do Brasil* — obras divulgadas nesta mesma Brasiliana — para dar a medida aproximada das qualidades de exceção dêsse historiador de boa fibra, em quem se evidenciam um raro gôsto paciente de pesquisa e um minucioso entusiasmo pela verdade histórica

O livro presente, cuja primeira edição foi de 300 exemplares, em separata do "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" e a que o autor dêste breve registro já teve oportunidade de referir-se uma vez, conforme o acentua, amavelmente, em seu prefácio, o Sr Basílio de Magalhães, — compreende quatro ensaios, anteriormente divulgados em jornal, referentes a determinados aspectos da biografia do café em nosso país

O primeiro trabalho é uma longa exposição sôbre a introdução da rubiácea no Brasil, focalizada em primeiro plano a figura singular de Francisco de Melo Palheta, a cuja vida o A dedica exaustivo estudo

O segundo — "Os caminhos antigos, pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense" — é um breve capítulo de geografia econômica do café.

Constitue o terceiro trabalho o resultado de uma pesquisa de vulto sôbre as lendas em tôrno do café: o café no lendário oriental, ocidental, americano e brasileiro Nesta última parte, que mais de perto nos interessa, examina o A. as lendas de fundo histórico e as políticas, e a influência do café na medicina, nas superstições populares, na poesia e no anedotário nacionais

O quarto e último ensaio é um apreciável golpe de vista sôbre o café nas belas artes: na pintura, na gravura, na caricatura — na arte holandesa, inglesa, italiana, francesa, germânica, yankee e brasileira —, na escultura, na arquitetura, na heráldica, na numismática, na medalhística, nas artes industriais, na música e na poesia Trabalho valioso, êste, pelo que representa de esfôrço na pesquisa, a que o A acrescentou interessantes "notas postfaciais"

Em apêndice, enriquecido com algumas notas elucidativas, além de ligeiro esbôço bio-bibliográfico, o A. incluiu no volume o primeiro romance brasileiro sôbre o café, publicado em 1847, de autoria de Luiz Alves da Silva de Azambuja Susano: "O Capitão Silvestre e Sr. Veloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro" Sôbre essa quasi centenária obra de ficção, pioneira dos "ciclos" do açúcar e do cacau de hoje em dia, são controversos os juízos críticos de autoridades na

matéria: enquanto mestre Capistrano de Abreu a considerou — segundo o Sr. Basílio de Magalhães — "uma das melhores obras do século passado, surtas em nossa pátria", o ilustre historiador Afonso de E. Taunay, autor da monumental *História do Café no Brasil*, lamenta seja levado a sério êsse "romance pseudo-histórico filiado à Escola notabilizada pelos processos do mestre humorista Mendes Fradique". A opinião do A. pesa na balança: "é mais uma história do que um romance do café", diz, categórico. Contudo, se não como documento histórico, pelo menos como documento literário, o romance de Susano é uma obra singular, que merece leitura atenta. — *V. C.*

ENSAIOS DE GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL — Pierre Monbeig — Edição ilustrada — Livraria Martins, São Paulo, 1940.

Catedrático de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o prof. Pierre Monbeig pertence à estirpe dos Pierre Deffontaines e o seu nome é conhecido e sua autoridade acatada no Brasil como na França. Não há como deixar de registrar, em primeiro lugar, e com justo regozijo, o fato de encontrar-se um geógrafo de tantos méritos empenhado no estudo regular da terra e do homem do Brasil.

O livro em que o prof. Monbeig reuniu alguns ensaios referentes ao nosso país — ensaios a que, contudo, não falta unidade de pensamento e de técnica — representa, a vários títulos, notável contribuição no sentido do esclarecimento de numerosos aspectos da vida nacional, no terreno da geografia humana. E tanto mais valiosa é essa contribuição, caracterizada pelo rigor científico da pesquisa e pela riqueza e objetividade de processos no exame de cada parte, quanto levada a efeito sob o impulso de sincero entusiasmo pelas peculiaridades do meio brasileiro.

Aos espíritos desavisados ou deformados pela rotina, — por uma concepção acadêmica e falsa, porque estática, da antropogeografia, os trabalhos do prof. Monbeig hão de causar surpresa, senão desconfiança, pelo colorido e viveza de tantas de suas páginas, — aquelas em que o cientista atinge as fronteiras — tantas vêzes indistintas — da própria poesia.

O primeiro trabalho da série agora editada é uma aula em que o ilustre professor, no uso daquelas qualidades superiores de simplicidade e transparência que parecem peculiares ao espírito francês, procura configurar o âmbito da geografia humana, definindo o seu objeto e determinando a profundidade e extensão de sua esfera de estudo. Apresenta-nos, então, os limites da disciplina para estabelecer, do mesmo passo, o alcance de suas relações com as demais ciências. Observa êle que "o campo de estudos do geógrafo é a paisagem", porque se a todos é dado ver e sentir uma paisagem, só o geógrafo é capaz de explicá-la, compreendendo-lhe "o sentido e a realidade naquilo que apresenta de mais vivo e mais concreto".

Estabelecido que a geografia é a ciência da realidade e, necessariamente, a ciência do complexo, lembra o A. que o geógrafo "opera na realidade", alcançando a esfera de sua ação, dessa maneira, a própria realidade, sob os múltiplos aspectos por que ela se apresenta. No estudo da interação do homem e da paisagem, quer o prof. Monbeig que o geógrafo não perca de vista numerosos aspectos de natureza fundamental para a interpretação de determinados fenômenos, sem prejuízo para a unidade e especificidade do método adotado na pesquisa.

Em seis partes se divide o livro: Rumo ao oeste, Questões paulistas, A terra do Cacau, Vária, Geografia e Paisagem e O movimento geográfico brasileiro — pelas quais se distribuem vinte ensaios: vinte golpes de vista sôbre temas de geografia ou sôbre a paisagem brasileira.

Vale salientar que em numerosas de suas páginas se encontra o resultado de algum trabalho de campo, constituindo inestimável documentário relativo a determinadas realidades sôbre as quais baixou o olhar fino e penetrante do prof. Monbeig.

O último ensaio é um conjunto de honrosas apreciações sôbre a atuação desenvolvida pelo Conselho Nacional de Geografia no sentido da coordenação e sistematização das atividades geográficas no país. Os conceitos que o A. emite se revestem, evidentemente, de singular autoridade, sôbre significarem uma perfeita compreensão dos elevados objetivos daquele órgão do I. B. G. E.

Cabe, por fim, justa referência de entusiasmo ao estilo do prof. Monbeig — um estilo claro e direto, sólido e luminoso. Pena é que a editora — aliás tão cuidadosa, a Livraria Martins, de São Paulo, que lançou em edições primorosas, sob vários pontos de vista, os livros de Rugendas e Saint-Hilaire, — não haja realizado melhor revisão. Uma obra como esta, destinada a bom êxito, estaria a merecer, nesse particular, maiores atenções. — *V. C.*

AS MINAS GERAIS — Miran M de Barros Latif — Com ilustrações fora do texto — Editora S A A Noite, Rio, 1940.

De Miran M de Barros Latif pode-se dizer, com absoluta justiça, que é um historiador para quem a história não é uma natureza morta, ou seja, aquele vasto e monótono conta-correntes, em que fatos e nomes célebres se registram dia a dia Para êsse escritor novo e, entretanto, tão seguro nos seus processos de investigação e interpretação, a história é algo mais que uma enumeração em ordem cronológica de determinados acontecimentos, porque é, antes de tudo, uma imagem da vida; um espêlho do passado, onde os fatos e os vultos humanos se refletem como que ainda vivos — com o seu calor de realidade.

Por isso é que o quadro que êle nos pinta das Minas Gerais, apesar de suas vastas proporções, difere dos outros: não apontam, solenes e enfáticas, as datas-referências; não crescem de repente, de um período para outro, os personagens históricos — os tais que, para certos autores, chegam quasi a se confundir com os personagens de lenda.

O segrêdo do Sr Miran Latif será talvez êsse de saber dar à ocorrência histórica o seu tom simples e natural de ocorrência, sem nada que a exagere em fato grandioso ou pelo menos inédito Saber, sobretudo, descobrir o quotidiano na história aqueles acontecimentos que, de tão terra-a-terra, quasi se diluem na neblina do passado, acontecimentos que são uma espécie de joões-da-silva, em face dos quais os historiadores graves ou acadêmicos dão de ombros com a maior soberba dêste mundo

A essas qualidades, já de si apreciáveis, Miran Latif junta as que o caracterizam como escritor: a clareza e a intensidade do seu estilo. As páginas que o A. agora nos oferece constituem admirável exemplo de tranquila beleza criadora

O seu livro é um panorama do desenvolvimento das Minas Gerais, em três planos parciais: a aventura portuguesa, a obra paulista e a capitania e a província. Dentro dêsse esquema, todos os fatos históricos são examinados sob feliz critério de síntese e expostos em fórmulas ditadas por um fino gôsto literário

Ninguém lerá com fastio essa biografia das Minas Gerais. — *V. C.*

PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO — Nelson Werneck Sodré — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.

Depois de haver enriquecido as letras nacionais com uma breve e sugestiva *História da Literatura Brasileira*, em que, pela primeira vez, foram examinados, a largos traços, os fundamentos econômicos de nossa evolução literária, o Sr. Nelson Werneck Sodré, militar e homem de letras, cuja intensa atuação intelectual o põe em singular relêvo entre as figuras da nova geração do Exército, acaba de realizar interessante trabalho de exposição e interpretação dos principais aspectos da vida brasileira sob o regime imperial Ainda desta vez, o A, estudando extenso período de nossa história, dedica o maior interêsse aos fenômenos econômicos, procurando estabelecer a correlação e interdependência dos fatos históricos e sociais e dos fatos econômicos Os seus pontos de vista, a êsse respeito, porque sujeitos a um sistema e tendentes a uma generalização nem sempre feliz, podem ser, em alguns casos, discutíveis Não se lhes negará, entretanto, sem injustiça, nem originalidade ao seu plano de idéias nem brilho em sua exposição

O presente panorama está dividido em sete partes — em sete vistas parciais, digamos assim Na primeira parte, o A analisa aquele trecho do nosso passado que vai da abdicação de D. Pedro à declaração da maioridade do príncipe regente. No segundo capítulo — "Panorama da Escravidão" — são apreciados os vários ângulos do trabalho servil no país A seguir, o "Panorama político", em que avultam duas personalidades ímpares, D Pedro II e Caxias, às quais o A dedica algumas de suas melhores páginas de ensaista. Veem depois o "Panorama parlamentar", o "Panorama econômico" e o "Panorama da centralização" Por último, o "do Ocaso", no qual se configuram, a traços largos, as sombras do regime imperial e o amanhecer da República.

Em apêndice, além da bibliografia, o quadro dos gabinetes durante o segundo império, uma sinopse cronológica do desenvolvimento da idéia abolicionista e uma outra dos acontecimentos mais importantes do mesmo período da vida nacional. — *V. C.*

FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA — A Carneiro Leão — Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, 1940

O A., nome eminente na cultura nacional, reúne, neste volume, as lições professadas na Universidade do Distri-

to Federal, observando-se no seu sumário um conjunto de assuntos da mais alta importância cultural, não só para alunos como ainda para mestres. Se considerarmos também a ausência, na bibliografia brasileira, de uma obra dedicada à sociologia regional — um dos aspectos mais interessantes da Sociologia — não como estudo aplicado, porque poderíamos então indicar os livros de Artur Orlando *(A terra e o homem do Brasil)*, de Araújo Lima *(A Amazônia — a terra e o homem)*, de Gilberto Freire *(Nordeste)*, e talvez mais alguns que escapam no momento, mas como orientação geral, e particularmente didática, — maior é ainda a valia dêsse livro, em cujas páginas encontramos um magnífico conjunto de lições.

Depois de conceituar e indicar as linhas mestras da evolução da Sociologia no espaço e no tempo, o A. passa a estudar a sua aplicação regional, isto é, o homem, como grupo, em relação ao seu ambiente. Aí diz o A. que na Alemanha essa ciência é chamada antropogeografia, na França geografia humana, e nos Estados Unidos ecologia humana Se bem que alguns autores aceitem essa semelhança, outros a condenam, e Febvre *(La terre et l'èvolution humaine)* estabelece diferenças fundamentais de objeto e de método entre a morfologia social e a antropogeografia. E há ainda pontos a acentuar na divergência entre a antropogeografia ou geografia humana — com um caráter mais propriamente geográfico — e a ecologia humana ou a sociologia regional — com um caráter mais puramente cultural e social — ao estabelecer as relações entre o homem e o meio. A primeira, a antropogeografia dos alemães ou geografia humana dos franceses, difere da segunda, da ecologia humana dos americanos, no aspecto geográfico (determinista ou possibilista) daquela e no aspecto cultural (relações de contacto) desta.

Estudados os aspectos da sociologia regional, o A passa a apreciar a sociologia rural, isto é, os problemas da zona rural, nos seus diversos sentidos econômico, cultural, social, vindo depois a minudenciar os problemas da sociologia urbana, acentuando as diferenças entre as duas áreas e indicando as feições particulares que caracterizam a última. Nesta parte (cap. XI, pág. 129), há um ponto de vista do A. que merece melhor comentado. E' quando o Sr. Carneiro Leão, estudando a questão da mobilidade das populações, apresenta um quadro estatístico, segundo o qual, percentualmente, se registra aumento demográfico no Extremo Norte, no Sul e no Centro, entre 1872, 1890 e 1920, enquanto houve diminuição no Nordeste. A argumentação não está ajustada à realidade estatística que os números exprimem; não é exato que a população do Nordeste tenha diminuído e não aumentado. O que houve, em favor do Sul e do Centro, foi a entrada contínua, entre 1890 e 1920, das correntes migratórias estrangeiras, pesando assim sôbre a taxa de crescimento vegetativo e, a êste ajuntada, sobrecarregando o total. Com êste reflexo, aumentando a percentagem do Sul e do Centro, em detrimento da do Nordeste, esta se apresenta diminuída em consequência de dois fatores, que não devem ser esquecidos na argumentação: um, a ausência de correntes imigratórias estrangeiras fortes, capazes de influir no desenvolvimento da população; outro, o êxodo de sua população para os seringais do Extremo-Norte no período áureo da borracha (1890-1910).

Outro engano, que me permito lembrar aqui, e que se deve atribuir a lapso de revisão: à pág. 157 diz o A. que Melo Morais escreveu o seu dicionário num engenho de Pernambuco. Quem escreveu os dois volumes de seu dicionário num engenho de Pernambuco foi Antônio de Morais e Silva; Melo Morais escreveu, na Côrte, numerosas obras históricas.

Os capítulos subsequentes, enriquecendo o conhecimento dos leitores pela documentação reunida e pela explanação feita, prosseguem apreciando a diferenciação entre o meio rural e o urbano; detém-se em aspectos outros da sociologia regional e nos trazem ensinamentos precisos sôbre os métodos a utilizar no estudo sociológico e as técnicas do caso sociológico. Cada capítulo, em que se dividem os diversos assuntos, é acompanhado de bibliografia especializada para estudantes e mestres.

Enfim, *Fundamentos de Sociologia*, sendo um esplêndido conjunto de aulas, é ainda um livro que a todos serve, porque, no seu caráter didático, corresponde, com altas qualidades, à sua finalidade de ensinar e instruir com clareza e inteligência, o que, aliás, não é de estranhar, considerando-se o que vale o seu A , como expressão elevada dos meios culturais brasileiros. — *MANOEL DIEGUES JÚNIOR*.

PERNAMBUCO E AS CAPITANIAS DO NORTE - 1530-1630 — J. F. de Almeida Prado — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.

Rica documentação histórica esta que o Sr. J. F de Almeida Prado reuniu no primeiro volume de *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, publicado na série "Brasiliana", da Companhia Edi-

tora Nacional. Continuam as páginas dêste trabalho, abarcando a centúria de 1530 a 1630, o estudo sôbre as origens históricas da nacionalidade iniciado com *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1530)*. Se rica é a documentação, se profunda é a investigação, não menos apreciável é o plano traçado pelo A. Interessante, justamente, sob êste ponto de vista, se já não valessem como mérito dos mais altos a profundidade da pesquisa a que se dedica o Sr. Almeida Prado e a erudição de que o A é dono, — certo, merece atenta leitura a obra que vem construindo numa interpretação documentada e culta do nosso passado.

O primeiro volume estudou as investidas iniciais à terra descoberta em 1500; era o período impreciso da nova colônia lusa, quando, no apreciável dizer de Capistrano, ainda não se havia decidido se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró ou aos Mair. Os trinta primeiros anos do século XVI, para o Brasil, são capítulos de lutas, de disputas, de explorações, de tentativas povoadoras; 1530 inicia uma nova era — a da consolidação da descoberta pela coroa portuguesa com a colonização do Brasil pelo sistema das capitanias, quasi feudal, na divisão das terras e nas atribuições cometidas aos donatários. Durante um século, a partir de então, viveu o Brasil relativamente em paz, até que em 1630 nova fase se abre em nossa evolução histórica: a invasão holandesa e seu domínio no Nordeste. Escreveu Euclides da Cunha, numa de suas páginas profundas de observação, que, no Brasil colonial, os acontecimentos do Norte ou do Nordeste não tinham qualquer repercussão no Sul, do mesmo modo que aos fatos desenrolados no Sul era estranho o Nordeste. Não me parece absolutamente exato o conceito do genial escritor.

Se realmente à Inconfidência, por exemplo, foi estranho o Nordeste — e aí está, talvez, uma das causas da sua pequena importância histórica — já o mesmo não acontece com o período holandês, nem com a revolução dos Palmares, os quais, um e outro, repercutiram no Sul a ponto de partirem daí auxílios e amparos para aquelas lutas. Da mesma forma o bandeirismo paulista não foi desconhecido no Norte, tanto que se tornou constante a fuga de elementos nordestinos para as minas do Centro, de maneira a provocar repressão, por parte da metrópole, impedindo, como impediu, em 1701 e 1703, respectivamente, que Pernambuco e Baía se comunicassem com as minas.

A êsse período, que poderíamos chamar de organização das capitanias, isto é, o que vai de 1530 a 1630, dedica o Sr. Almeida Prado os volumes sôbre Pernambuco e as capitanias do Norte, cujo primeiro foi lançado pela Cia Editora Nacional na sua "Brasiliana". Estudadas as primeiras tentativas de povoamento, no volume *Primeiros povoadores do Brasil - 1500-1530*, agora começa o A. o estudo dos aspectos particulares da colonização em cada região da colônia lusitana Neste primeiro volume de *Pernambuco e as Capitanias do Norte* encontramos 370 páginas em que há muito a aprender, tal o magnífico documentário reunido pelo A., através dos diversos capítulos em que se divide a obra. Neles o Sr. J. F. de Almeida Prado estuda a primeira centúria de colonização desde as condições lusitanas no século XVI, apreciando, nas suas minúcias, os diversos aspectos da obra realizada por Portugal no Brasil. Notável contribuição aos estudos históricos sôbre os nossos primeiros tempos, as páginas de *Pernambuco e as Capitanias do Norte* nos levam, se não apenas a um conhecimento real da história do nosso passado, ao menos a uma interpretação profunda e exata, tanto quanto possível, através dos documentos existentes, das bases de nossa formação histórica, bases sôbre que se alicerçaram o espírito e o trabalho, a construção e o progresso da nossa nacionalidade. — *M. D. J.*

SOCIOLOGIA EDUCACIONAL — Fernando de Azevedo — Coleção Iniciação Científica — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

A obra educacional do professor Fernando de Azevedo alcança, neste volume de *Sociologia Educacional*, um dos seus pontos culminantes. Não se diga que são teorias, talvez até vazias de conteúdo; nada disso. O que nos apresenta o A. é o resultado de uma cultura viva, a que nasce da própria experiência. Por isso mesmo é que sentimos, na obra, a elevada compreensão de "cultura" com que o A. entende essa expressão. Cultura não no sentido morto de amontoado de frases ou de nomes; mas como qualquer coisa de vivo, que se agita e evolue, que se adquire e que se transmite; a cultura como o A. a entende e, certo, como deve ser, é ação e se estende ao espírito e à matéria; penetra e influencia, formando conjunto de valores característicos de uma sociedade, recebidos através de influências sociais, de herança, de meio. E ao estudar o poder da ação educativa vemos como o professor Fernando de Azevedo nos elucida diversos aspectos da vida social revelados nitidamente pela educação. E é, ao mostrar essa transmissão cultural de uma geração a outra — transmissão não somente realizada pela escola, pelos pais, pelos mestres — que o A. nos apresenta a

educação como um processo social geral, agindo em todos os sectores pelos exemplos, pela imitação, pelos ambientes — de rua, de igreja, de trabalho, de teatros, etc. E' a "educação do mundo", ou melhor a educação da vida. Seria preferível acrescentar — educação — vida, ou seja a educação preparando o educando dentro da própria vida.

Em cada página dessa obra magnífica encontramos idéias profundas e sadias, cujo poder de sedução é, sem dúvida, um dos aspectos admiráveis de *Sociologia Educacional*. E' uma como que imposição de pensamentos que se oferecem e se aceita sem reação porquanto são idéias claras e objetivas, revelando, antes de tudo, uma clareza e uma objetividade que nos deixam dominados.

Isto é o que se pode dizer, com justiça, para uma referência ao livro do professor Fernando de Azevedo, essa equilibrada e magnífica *Sociologia Educacional*, em que o A. estuda os fenômenos educacionais e suas relações com os demais fenômenos sociais, sem utilizar-se de têrmos difíceis, nem de técnica pomposa, mas antes simples e expressivo nos dizeres e, sobretudo, nas idéias

A sequência dos pontos-de-vista com que o A. focaliza cada problema em estudo não só enriquece o volume como também nos domina quasi de todo, impondo-se sem coação, antes fazendo com que cada leitor aceite as idéias sem precisar discutir. Isto é, talvez, um dos grandes méritos dêste livro, em que o professor Fernando de Azevedo serve a mestres e alunos um largo banquete, aliás muito raro em obras didáticas no Brasil: êsse em que as idéias nos chegam vivas, pulando, penetrando com uma fôrça natural. Um milagre de cultura. Sim, um milagre de cultura, porque outra coisa não é *Sociologia Educacional* senão uma síntese cultural em que assuntos educacionais surgem e vivem através de conceitos seguros e externados com altas qualidades pedagógicas. E outra coisa, possivelmente, não desejasse ser êste livro, cujos ensinamentos devem ser lidos e meditados por professores e estudantes e ainda por quantos se interessam pelo problema educacional no Brasil. — *M. D. J.*

O BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL — José Jobim — Centro de Estudos Econômicos, Rio de Janeiro, 1939. Distribuição da Livraria José Olympio Editora.

Ao contrário do que modestamente declara José Jobim na advertência preliminar do seu livro, êste não é "um simples trabalho de compilação". Fôsse mesmo apenas de compilação e não seria simples, porque exigiria método, conhecimento do assunto, inteligência para bem dispor dos dados.

E' verdade que a tarefa se apresentou ao A. consideravelmente facilitada, como êle próprio acentua, pela participação que lhe coube na organização do *Anuário de Estatística Mundial*, de *Sol & Banana* e da *Geografia Mineral*, todos com Raul Bopp.

Mas, não só a Introdução — excelente condensação dos índices mais expressivos da posição física e econômica do Brasil no concêrto universal — como, especialmente, as notas que antecedem as 252 tábuas estatísticas, asseguram ao livro um mérito especial e fazem honra ao A., já credenciado como um dos nossos jornalistas mais vivazes.

A situação do Brasil no quadro da economia mundial é apresentada, documentadamente, com referência aos seguintes ramos da atividade produtora: cereais e grãos, produtos tropicais, frutas de mesa e nozes, produtos animais, óleos, gorduras e graxas, fibras vegetais, animais e sintéticas, metais, outros minerais, energia, fertilizantes, produção agro-pecuária, manufaturas, comércio e transportes. Por fim, na parte reservada à população, imigração e educação, oferece-nos observações bem seguras e agudas, se bem que rápidas, sôbre as consequências da tardia abolição da escravatura, a causa de não termos recebido maior número de imigrantes e a contribuição do elemento estrangeiro para o progresso de São Paulo.

Numa demonstração da sua probidade intelectual, adverte o A. que, apesar de ter extraído as cifras referentes ao Brasil de publicações oficiais, relacionadas em extensa bibliografia, "nem por isso devemos tê-las como de rigorosa precisão, pois ninguém ignora que ainda é impossível, na fase em que nos encontramos, conhecer, por exemplo, a produção exata de carnes, arroz, mandioca, carbonados ou oleaginosos no nosso país".

Menciona a seguir que "o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entregue a um homem de larga visão, como o Embaixador José Carlos de Macedo Sares, está realizando uma obra admirável. No ramo da estatística, no Brasil, tudo estava por fazer. A ausência de dados precisos contribuiu, como dissemos, para que se divulgassem noções errôneas sôbre a nossa situação. As autoridades compreenderam os perigos daí decorrentes, e estão empenhadas em apurar, de uma vez por todas, o que realmente somos.

Porque um país sem estatística é como um médico sem termômetro".

Escrito todo em traços largos e intensamente vivos, *O Brasil na Economia Mundial* é um livro que revela um conjunto de motivos para nos orgulharmos do nosso país, mas igualmente fornece o necessário material informativo e advertências ponderáveis para nos empenharmos mais firmemente em atingir "o grau de adiantamento que as facilidades de seu solo e de seu clima comportam".

Bem longe de ser uma nova espécie de ôca exaltação "porquemeufanista", é uma exposição documentada do nosso valor, não como paisagem, mas como resultante da nossa capacidade produtiva, da posição em que a nossa fôrça de trabalho nos coloca entre os demais países, sem fazer vista grossa para as exigências que a situação do mundo moderno está lançando a todas as nossas possibilidades

O livro de José Jobin nada tem de romântico, não se baseia em riquezas presumidas ou latentes; ao contrário, argumenta com os números de produção e exportação das riquezas exploradas. E', assim, um belo espêlho dos principais aspectos da dinâmica nacional. O objetivo declarado do A. é, entretanto, contribuir para o "melhor esclarecimento dos rumos e dos contornos que a economia nacional vai tomando" e para a imperiosa revisão "dos nossos valores econômicos em função dos acontecimentos europeus"

Já de si útil e sugestivo, *O Brasil na Economia Mundial* é também um livro oportuno. — *RAUL LIMA*.

EL CONTINENTE AMERICANO — Josefina Passadori — Editorial Kapelusz & Cia., Buenos Aires.

Autora já de outras obras de geografia geral e mesmo uma de geografia da América, todas com o sucesso demonstrado pelo número de edições, Josefina Passadori realizou com o seu novo livro *El Continente Americano* um compêndio utilíssimo para o estudo das regiões do Novo Mundo.

O objetivo didático é plenamente alcançado pela clareza e método na exposição da matéria e ainda pelos planos de trabalho escolar que se encontram no fim de cada capítulo.

Livro de geografia, tanto de geografia física como política, deu-lhe ainda a A., porém, a feição de uma pequena antologia de homens públicos e pensadores americanos, inserindo de muitos deles páginas que, abordando temas da maior importância, contribuem quasi sempre para o conhecimento ainda mais completo dos assuntos referidos na obra.

El Continente Americano contém 226 páginas e, além de muito bem apresentado, traz no texto um grande número de ilustrações sugestivas, que despertam logo para a sua matéria um interêsse absoluto.

Em três diferentes secções são encontrados estudos sôbre o Brasil.

Na primeira, que compreende a geografia da América em geral, há dois capítulos O primeiro, intiltulado *La Meseta Brasilena*, traz o seguinte sumário: Relêvo do solo — Riquezas minerais — A costa, consequência do relêvo — Ação dos fatores geográficos sôbre o clima — Consequências do clima e do relêvo sôbre a hidrografia — Relações entre as condições geográficas e a vida vegetal e animal — As condições geográficas e a atividade do homem — Atividades.

O outro capítulo é sôbre a bacia amazônica e contém sumário idêntico.

Noutra parte do livro, referindo-se especialmente aos países limítrofes da Argentina, são passados em revista o aspecto físico, a produção e a indústria, comércio e comunicações e aspecto humano do Brasil, bem como as relações históricas do nosso país com a vizinha República do Prata

Em todas as referências ao Brasil pode-se sentir o carinho que a A dispensou ao estudo da nossa terra, aludindo sempre ao nosso futuro econômico com palavras de fé. Significativo é também o entusiasmo com que descreve a capital brasileira. Por outro lado, o registro que faz dos nossos passos de progresso demonstra o conhecimento do desenrolar da nossa vida política e econômica, seguida com uma simpatia evidente.

Como não é de admirar que aconteça — pois ordinariamente acontece em obras dessa natureza — o livro da ilustre educadora argentina não está isento de omissões e mesmo de equívocos. Quasi todos êsses senões se justificam plenamente, pelo menos na parte que nos diz respeito, pela ausência de investigações amplas e profundas como só uma operação censitária pode realizar e que estamos exatamente em vias de levar a efeito Assim é o caso, por exemplo, da generalização que faz a A. quanto à população que habita o sul do país e que afirma ser "en su totalidad blanca y descendiente de alemanes, italianos, polacos, etc." (página 197). Noutras indicações do conjunto étnico das diferentes regiões brasileiras, generalizações semelhantes deixam de corresponder exatamente à realidade.

Na mesma página, entre as cidades mais importantes da zona sul, ao lado de Pôrto Alegre e Curitiba, está Piriápolis, certamente em vez de Florianópolis.

Também a respeito de capitais, se refere, por mais de uma vez (págs 161 e 196), a *Pará o Belén,* não distinguindo assim a capital e o Estado.

Há ainda uma estranha referência, entre as cidades principais, a certa cidade denominada Minas, com 30.000 habitantes, situada pitorescamente em formoso vale na serra que tem o seu nome, na Coxilha Grande, ao extremo sul, numa zona rica em minas ainda não exploradas (pág. 104).

Tais detalhes e mesmo outros que possam ser apontados não tiram ao livro o mérito indiscutível que tantos motivos lhe asseguram, cumprindo não esquecer entre êsses o que as suas páginas representam como contribuição, no seio da mocidade argentina, para o desenvolvimento da cordialidade continental e o aprofundamento do espírito panamericanista — *R L*

ASPECTOS AÇUCAREIROS DE PERNAMBUCO — Gileno dé Carli — Leuzinger S A , Rio de Janeiro, 1940

O Sr. Gileno dé Carli apresenta, nesse volume de menos de 80 páginas, um depoimento dos mais lúcidos e interessantes sôbre alguns aspectos essenciais da indústria açucareira de Pernambuco. Num meio em que os assuntos de natureza econômica costumam ser tratados num à-vontade quasi irresponsável, não deixa de merecer a melhor simpatia a honestidade de processos com que o A se vem fazendo, à custa de pesquisas diretas e de um gôsto nem sempre muito comum pelo testemunho das estatísticas, um verdadeiro "expert" dos problemas do açúcar, no Brasil, — só encontrando correspondência a sua especialização, em nossos quadros técnico-intelectuais, no brilho e segurança com que o Sr. Teófilo de Andrade escreve, diariamente, sôbre os problemas do café. O presente volume — guardando um ar de reportagem que lhe confere certa leveza e aumenta a objetividade — é o quinto até agora publicado pelo Sr. Gileno dé Carli, e todos ligados, direta ou indiretamente, à economia açucareira e aos problemas que ela suscita, dando-lhes um conteúdo social nem sempre registrado noutras áreas de culturas que não as da cana de açúcar.

Em nota introdutória, o A. aprecia, de modo geral, o panorama sôbre o qual se vai deter a sua análise, focalizando, assim, num rápido esbôço, cheio de lucidez e compreensão, vários temas que, não fôsse o excesso de síntese com que tiveram de ser tratados, em simples indicações esquemáticas, — e resultariam, decerto, em algumas páginas do maior interêsse sociológico. O poder de "permanência" da cana, em sua função civilizadora, contrapondo-se, na faixa litorânea, à economia cerealífera insubsistente e sem enraizamentos profundos, é fixado em alguns traços felizes, — falando o A de um Pernambuco difícil de imaginar sem aquelas peculiaridades da economia açucareira colonial ou da "mutação — mais ou menos rápida — para a industrialização atual". Como reflexo da hipertrofia verificada na influência da usina, em detrimento dos velhos banguês que marcaram os pontos altos da vida social do Nordeste, refere o A pobres cidades mortas, caindo aos pedaços, desde que o senhor de engenho emigrou para a capital ou perdeu, pela ruína econômica inevitável, o prestígio dos antigos tempos, e os novos núcleos industriais — localizados, via de regra, à distância das cidades — passaram a constituir outros tantos centros de riqueza e dinamismo, anulando, praticamente, as sedes municipais, dantes prósperas e cheias de vida. Enquanto o banguê era um estímulo à existência dos núcleos urbanos, a usina — dispondo de recursos mais vastos para bastar-se a si própria, do ponto de vista econômico e social — age como fator de decadência — entregando-os à sua própria sorte E daí ao completo aniquilamento — é um passo

No primeiro dos dois trabalhos reunidos no volume, aprecia o A o que êle chama de função social da usina em Pernambuco. São informações decerto preciosas e que, mesmo não provocando, de logo, uma revisão no juízo sôbre a atitude do usineiro, em função dos interesses de duas classes a êle mais diretamente ligadas — a dos fornecedores de canas e a dos trabalhadores rurais — não deixam de valer como sinais animadores de u'a mudança de diretrizes quasi radical E' o que o A denomina de "humanização da usina", — devida, sobretudo, à nova orientação do Govêrno, quando o Estado já não teria motivos para aceitar os tabús de não-intervenção da economia clássica e, ampliando o seu plano de benefícios, poderia exigir, da parte dos industriais, a adoção de uma política menos insensível à solidariedade humana .

Estamos, já aqui, em pleno domínio das iniciativas de assistência social. Compreendeu-se enfim que, a despeito de suas taras e defeitos e dos vícios de suas sobrevivências tradicionais — dentre os quais o nomadismo

é dos mais fortes — ou sobretudo por isso, o trabalhador rural merecia mais cuidados que o aparelhamento mecânico das usinas, — o problema de sua valorização física e moral devendo figurar em primeiro plano, até mesmo como um imperativo da própria técnica de produção. A êsse respeito, informa o Sr. Gileno dé Carli que, somente na safra de 1937/38, 26 usinas de Pernambuco dispenderam, em obras de assistência ao operariado e ao trabalhador rural, mais de 4.500 contos de réis, — desdobrando-se êsse plano de amparo sob os seguintes aspectos essenciais: a) seguros contra acidentes do trabalho; b) assistência médico-hospitalar; c) ensino primário; d) instrução profissional; e) férias remuneradas; f) manutenção de operários ou famílias de operários impossibilitados de trabalhar; g) operários doentes; h) funerais de operários; i) assistência espiritual; j) divertimentos operários; l) construção de residências de operários e trabalhadores rurais.

A segunda e última parte do volume dedica-a o A. à maneira por que está sendo aplicada a irrigação na lavoura da cana, em Pernambuco. E', êsse, um capítulo da maior importância, porque nele se abordam justamente problemas de ecologia considerados fundamentais à própria estabilidade e equilíbrio da economia açucareira daquele Estado, — em luta com enormes dificuldades, que o próprio Reajustamento Econômico não conseguiu resolver, porque os benefícios que êle trouxe foram neutralizados pelos prejuízos decorrentes da redução das safras. Além do que, o secular predomínio de Pernambuco, quanto à produção açucareira, já se encontrava sob graves ameaças, acentuando-se o perigo do deslocamento da velha indústria para regiões do sul, — Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. E tudo condicionado, afinal, a um problema, somente: o da água; o da falta do elemento n.º 1 para a economia do açúcar — economia agrícola ou industrial — quer remontemos às velhas almanjarras e engenhos de bêstas dos primeiros tempos coloniais, quer consideremos os grandes aparelhos modernos, com as suas engrenagens complicadas e moendas poderosas. Nos estágios primitivos da economia açucareira — observa o A. — a fábrica estava com o seu destino ligado à terra; a agricultura, não A usina alargou as áreas de plantação, transbordando dos vales úmidos, devastando matas e provocando toda sorte de desequilíbrio no regime ecológico das regiões, — sacrificadas por uma cultura extensiva e dispersiva, responsável pela anulação de tantas fontes de vida em cuja defesa foi inutilmente que se ergueu a voz oracular de Alberto Tôrres.

Resolvida a parte propriamente comercial do problema açucareiro e harmonizadas as relações entre as entidades agrícolas e industriais — graças à interferência do órgão coordenador criado pelo Govêrno —, restava o aspecto mais grave; faltava assegurar o equilíbrio das safras, elevar a capacidade de produção das terras, reagir contra a escassez e irregularidade das chuvas. O exemplo de Havaí — recolhido de perto por um jovem técnico pernambucano — traçou o itinerário para rumos novos e certos. O Sr. Gileno dé Carli expõe a admirável transformação por que começa a passar a agricultura pernambucana, — renovada, afinal, uma técnica de produção que os séculos pareciam haver submetido, sem remissão, aos azares da rotina, condicionando-a implacavelmente ao "sempre se fez assim", transmitido de geração a geração. Cansado de cuidar da usina, algumas já transformadas em verdadeiros padrões de aperfeiçoamento do trabalho mecânico, o usineiro volta-se para a terra, com um interêsse novo. E a irrigação marca êsse período de ressurgimento da vida agrícola pernambucana A utilização dos rios, o armazenamento da água das chuvas, bombas, açudes, aquedutos, valetas — e é toda a paisagem econômica que se transforma, enquanto a cultura intensiva suscita soluções novas e anti-latifundiárias, estimula a reação contra o predomínio absorvente da monocultura canavieira, eleva a capacidade de rendimento de terras velhas e cansadas, — agora rejuvenescidas e valorizadas pela água e pelo adubo químico e orgânico.

O livro do Sr. Gileno dé Carli é um depoimento valioso sôbre êsse mundo que se renova, trazendo nas suas fôrças de expansão os mais fortes indícios de que cada vez mais se acelera o processo de "humanização" da usina, marcado, já de agora, por outras atitudes, bem mais compreensivas e simpáticas, para com o homem e a terra. — *WALDEMAR LOPES*.

DIVISÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940.

Apresenta êste volume, elaborado e editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os primeiros quadros territoriais de vigência quinquenal, resultantes da execução do decreto-lei federal n.º 311, de 2 de Março de 1938. Como é sabido, aquele importante diploma legislativo pôs têrmo à instabilidade e às anomalias que se verificavam na divisão administrativa e judiciária das diversas unidades políticas, quer no que diz respeito à fixação dos âmbitos territoriais e à hie-

rarquia das várias ordens de circunscrições, quer no tocante à toponímia e condições para a concessão dos foros de cidade ou vila aos núcleos de população concentrada, quer, finalmente, no que se refere à delimitação das áreas urbanas e suburbanas nesses centros de propulsão da vida brasileira.

A sua execução, levada a efeito com a colaboração direta dos dois Conselhos Nacionais — o de Geografia e o de Estatística —, assinalou um trabalho do maior vulto, valendo pela vitória integral dos princípios de sistemática que se teve em vista, ao promover a racionalização do parcelamento territorial do país.

Inicialmente, oferece o volume — no qual são considerados todos os atos suplementares, federais e regionais, que se fizeram necessários à consecução daqueles objetivos — a síntese do quadro teritorial brasileiro, em resumido cômputo estatístico.

Vem, após, uma série de "Tabelas Regionais", contendo não só a exposição dos quadros sistemáticos da divisão territorial, onde se registram a hierarquia e a superposição das diversas ordens de circunscrições judiciárias e administrativas, mas ainda os indicadores das alterações que êsses quadros oferecem em confronto com a divisão anterior, vigorante até 31 de Dezembro de 1938, — essa, aliás, já sistematizada sob o ponto de vista formal no primeiro trimestre dêsse mesmo ano, pela série de atos regionais que tomaram as medidas de caráter preliminar estatuídas na lei n.º 311.

Constituem a última parte do texto dois índices alfabéticos de compreensão nacional, o primeiro dos quais refere as novas alterações toponímicas efetuadas em relação à nomenclatura vigente no fim de 1938, enquanto o segundo enumera as circunscrições e localidades, nas diversas unidades políticas, a que correspondem, remissivamente à situação anterior, os topônimos ocorrentes na atual divisão territorial brasileira.

Em Apêndice, o volume apresenta, finalmente — a par das duas tabelas que o encerram, contendo o ementário geral das leis federais e regionais relativas ao estabelecimento efetivo do novo quadro circunscricional — a coletânea dos atos que promoveram ou estabeleceram as normas nacionais tanto para a sistematização empreendida como para a representação cartográfica do território brasileiro, considerado quer no seu conjunto (Carta Geral da República), quer desdobradamente nas suas unidades políticas e administrativas (mapas regionais e municipais).

No prefácio, o presidente do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acentua que a divulgação dêsse volume constitue o natural complemento da interferência atribuída aos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia relativamente à sistematização dos quadros territoriais da República, — habilitando, ainda, "a opinião pública a julgar dos propósitos e do espírito de sistema, de continuidade e de prudência sob cuja influência o I. B. G. E. está procurando atender aos objetivos de organização nacional que o Govêrno da República houve por bem colocar sob sua imediata responsabilidade."

Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil é, como se vê, um trabalho da maior utilidade prática, destinado a prestar inestimáveis serviços aos órgãos da administração pública e mesmo aos interesses particulares, pelo conhecimento que lhes proporciona da divisão territorial da República, desdobradamente por suas vinte e duas Unidades Políticas.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1938 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Serviço Gráfico do Instituto, Rio de Janeiro, 1940.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acaba de entregar à circulação, saído dos prelos de seu Serviço Gráfico, o 4.º volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, correspondente a 1938.

Trata-se de uma publicação de vulto considerável, em que são focalizados, sob o ângulo estatístico, os vários aspectos da vida nacional, constituindo, por isso mesmo, significativa demonstração da crescente eficiência e capacidade realizadora do sistema federativo a que o Govêrno Federal incumbiu a coordenação e racionalização dos trabalhos estatísticos do país.

Em relação às edições anteriores, o último volume do "Anuário", que contém, em 1.000 páginas, 838 unidades tabulares, sôbre 68 assuntos diferentes, apresenta um conjunto de dados numéricos grandemente enriquecido e quanto possível atualizado, representando a mais vasta e perfeita documentação estatística jamais reunida no Brasil

Além do prefácio do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I. B. G. E., e de uma coordenação esquemática da Constituição de 10 de Novembro, trabalho original e de evidente utilidade, a obra em aprêço contém, ainda, valiosa série de quadros de comparação internacional, a sinopse da legislação federal referente à organização e às atividades do sistema estatístico-geográfico, a relação dos órgãos centrais de estatísti-

ca — federais e regionais — e, por último, o resumo da divisão territorial da República, segundo a sistemática vigente, disposta na lei orgânica n.º 311.

E' o seguinte o sumário da importante publicação: Índice geral; Prefácio do Embaixador José Carlos de Macedo Soares; Coordenação esquemática da Constituição dos Estados Unidos do Brasil; *Situação física* — Caracterização do território; Climatologia; Divisão territorial; *Situação demográfica* — Estado da população; Movimento da população; *Situação econômica* — Produção extrativa; Produção agrícola; Produção pecuária; Produção industrial; Estradas de ferro; Ferro-carrís; Rodoviação, Navegação; Aeronáutica civil; Correios e telégrafos; Telefones; Propriedade imobiliária; Propriedade industrial; Propriedade intelectual; Moeda metálica e fiduciária; Títulos mobiliários; Movimento bancário; Casas de penhores e Montes de Socorro; Comércio; Preços; Salários; Rendimentos, Consumo; Sinistros e acidentes; *Situação social* — Melhoramentos urbanos; Assistência médico-sanitária; Despesas públicas com a assistência médico-sanitária; Asilos e recolhimentos; Previdência e assistência social; Trabalho; *Situação cultural* — Educação; Registros profissionais; Bibliotecas; Museus; Monumentos históricos e artísticos; Diversões; Associações culturais; Institutos técnico-científicos; Arquivos públicos; Imprensa periódica; Rádio-difusão; Difusão bibliográfica; Exposições e feiras; Aquários; Congressos e conferências; Missões leigas; Cultura física; Escotismo; Despesas públicas com a assistência cultural; Cultos; Crimes e contravenções; Jôgo; Suicídios; *Situação administrativa e política* — Administração pública; Finanças públicas; Segurança pública; Repressão; Justiça; Defesa Nacional; *Apêndice* — Quadros internacionais; Legislação; Órgãos centrais de estatística; Novo quadro territorial

Em seu prefácio, o Embaixador J. C de Macedo Soares salienta que "não é somente quanto à extensão da matéria, à atualidade das informações e à sistematização adotada, que a presente edição do *Anuário* registra apreciáveis aquisições técnicas. Contribue também para dar ao volume especial significação a circunstância de seus informes abrangerem numerosos aspectos da vida nacional que ainda não haviam sido objeto de expressão numérica. O alcance dêsse fato é ainda maior pela circunstância de se terem tornado possíveis os novos levantamentos em virtude da colaboração generalizada e uniforme dos Governos dos Municípios, por intermédio de órgãos especializados — as Agências Municipais de Estatística, — acontecimento êsse pela primeira vez verificado na história administrativa brasileira."

O presidente do Instituto esclarece, ainda, que, pela primeira vez, a partir de sua organização sob a responsabilidade da entidade, deixou o *Anuário* de sair dentro do próprio ano a que se refere. Resultou o atraso da conveniência de fazer-se a edição já nas oficinas do Serviço Gráfico do I B. G. E., as quais — além de só haverem tido a montagem autorizada pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938, e concluída êste ano, — inicial e preferentemente ficaram incumbidas de imprimir o copioso material destinado ao Recenseamento Geral de Setembro próximo.

ANUÁRIO INDUSTRIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS — 1937 — Departamento Estadual de Estatística — Belo Horizonte, 1939.

Foi, por certo, um dos mais felizes empreendimentos dos órgãos regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1939, a publicação do *Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais — 1937*, cujo primeiro número organizado pelo Departamento Estadual de Estatística, constitue, conforme acentua o seu Diretor efetivo, Sr. Hildebrando Clark, "um dos resultados da nova organização da estatística mineira".

Elaborado pela Divisão de Estatística da Produção do Departamento, sob a chefia do Sr. Joaquim Ribeiro Costa — atual diretor interino da repartição —, apresenta-se o Anuário num alentado volume de mais de 300 páginas, contendo valioso material estatístico, além da interessante Introdução do Sr. Hildebrando Clark e de um bem cuidado índice.

São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul constituem, sem dúvida, os três grandes parques industriais do país, reunindo cêrca de 80 % da produção brasileira. Avulta, dêsse modo, o valor do volume ora apresentado, como contribuição inestimável para o conhecimento da nossa estatística industrial, que já possuía os Anuários do primeiro e do último daqueles Estados.

Os resultados que agora são entregues ao público, explica-nos o Diretor do Departamento, "embora não se possam tomar no mesmo grau de exatidão que caracteriza as grandes operações censitárias, mobilizadoras de vastos recursos em pessoal e material, valem mesmo assim como índices dos mais representativos do panorama industrial, revelando aspectos ainda desconhecidos com a amplitude que aí se

objetivam e que bem merecem a divulgação que ora se faz neste primeiro número do *Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais*."

A disposição da matéria e organização das tabelas obedecem, rigorosamente, aos melhores preceitos da técnica estatística, nada ficando a dever o *Anuário* aos seus congêneres nacionais ou estrangeiros.

Inicialmente, a matéria foi dividida em três grupos: I — Indústria Extrativa, II — Indústria de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, III — Indústria Manufatureira e Fabril.

Para cada um dos três grupos enumerados, estão as respectivas tabelas divididas em duas partes: I — Organização a) quadro nominal por indústrias; b) quadro resumo (nos Municípios, no Estado); II — Movimento — Quantidade e valor da produção (nos Municípios, no Estado).

Para dar uma visão geral das indústrias na Zonas Fisiográficas e no Estado, completam o volume mais quatro grandes quadros. III — Resumo Geral da Organização por Grupos Industriais a) nos Municípios; b) nas Zonas Fisiográficas; c) no Estado IV — Movimento Geral da Produção: a) por Municípios; b) por Zonas Fisiográficas, V — Resumo geral da organização e do valor da produção; VI — Capital empregado e valor da produção, por Zonas Fisiográficas e grupos industriais, em números absolutos e em números relativos à superfície e população

---

POESIA E PROSA DO RECENSEAMENTO — Giorgio Mortara — Separata da "Revista de Ciências Econômicas", São Paulo, 1940.

Dando início ao ano letivo da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e da Escola de Comércio Álvares Penteado, o professor Giorgio Mortara, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, pronunciou admirável conferência sôbre um tema original "Poesia e Prosa do Recenseamento".

Ao examinar, sob a inspiração de um elevado pensamento, os trabalhos censitários levados a efeito no país, no decorrer de nossa evolução histórica, o eminente estatístico italiano teve oportunidade de exaltar, em palavras repassadas de profundo e eloquente lirismo — de um alto lirismo, cujas raízes procuram novas fontes de vida —, as lições de patriotismo e de introspecção nacional que um Recenseamento compreende. Num estilo que surpreende pela ductibilidade e pela beleza evocativa — qualidades que avultam no caso do Prof. Mortara, dado o curto prazo de sua permanência em nosso país e de contacto com o nosso idioma, —, o conferencista sugere o alcance cultural e cívico das aferições censitárias, nas quais se podem apurar, não só as realidades quantificáveis, senão também as reservas da alma nacional

Foram as primeiras palavras do Prof. Mortara uma invocação à poesia de Homero, à "arte soberana do poeta", às páginas gloriosas da Ilíada — "exemplo preclaro da estatística sublimada em poesia".

"Hoje — acentua o A. —, depois da experiência de quarenta anos, que nos mostram extermínios muito maiores que a guerra de Tróia, não reabro o livro do antigo poeta. Pois irradia, sim, perene beleza, mas exala também o ódio inextinguível do homem para o seu próprio irmão, herança fatal de Caim; e na mente do adulto, que perdeu todas as ilusões juvenis, não desperta mais visões de glória, mas só de ruínas, de sangue, de lágrimas

A natureza, benigna, concedeu porém à fantasia criar-se novas ilusões: mais serenas embora menos brilhantes Levado, pelo destino e pela paixão, aos estudos estatísticos, percorrendo por muitos anos e em vários rumos os domínios da demografia e da economia, fui adquirindo, involuntária e inconciamente, a faculdade de evocar dos algarismos estatísticos as imagens das cousas e das pessoas que êles representam Imagens sem dúvida estilizadas e diferentes da realidade, mas que fornecem a impressão viva e quasi palpável dessa realidade.

Assim, lendo dados agrícolas, parece-me contemplar vastas extensões de terras lavradas, campinas vicejantes de messes, outeiros verdejantes de vinhas e de pomares, e ver ao trabalho multidões de semeadores, de ceifeiros, de vindimadores, e contar os feixes de espigas, as medas de feno, as dornas de uva. Examinando uma estatística industrial, entrevejo fileiras de operários atarefados, entre o estrondear dos motores e o pulsar, o chiar, o ciciar das máquinas, e descortino pilhas de peças de pano, acervos de lingotes, montes de produtos químicos.

Essa singular adaptação, que outrem chamaria "deformação profissional" da fantasia, talvez seja um caráter normal do estatístico a quem não fôra negado o dom da imaginação. Nós *vemos* a realidade onde outros só lêem números, assim como o músico *ouve* a melodia onde outros só decifram símbolos de notas.

Para nós que gozamos desta faculdade, não há poema ou romance mais

sugestivo do que um moderno recenseamento. Os algarismos, que se acumulam disciplinados na ordem das tabelas, apresentam-nos mil diferentes aspectos, separados e todavia conexos, da vida nacional; e, coordenando-se no nosso intelecto, acabam por suscitar nele a visão do país, como de um imenso laboratório, do povo como de uma inumerável multidão aplicada às mais várias atividades.

Paradas militares e revistas navais, feiras de amostras e exposições, festas da produção e do trabalho, alcançam a imaginação do público. Todas essas manifestações visam despertar nas almas dos cidadãos o sentimento e o orgulho de integrar a coletividade nacional; documentar os progressos e revelar as lacunas no desenvolvimento do país; promover a participação mais intensa de cada um às obras para o bem de todos.

Mas qual revista ou exposição se pode comparar com o recenseamento? Nesta gigantesca resenha, toda pessoa, todo meio de produção, toda atividade, tem o seu lugar; nada se despreza e nada se esquece no escrupuloso levantamento. Tarefa imensamente mais vasta da que desanimava Homero quando, empreendendo descrever o exército dos gregos, invocava a inspiração da musa para a revista dos chefes, mas declarava renunciar à enumeração da turba infinita dos gregários, pois para fazê-la não lhe teriam bastado dez línguas nem dez bôcas nem a voz de um férreo peito."

O Prof. Mortara, ao fim de sua notável conferência, após focalizar as linhas gerais do plano do próximo Recenseamento do país, lembra que "o povo todo, chamado a colaborar na grande obra, pode e deve aprender, pela voz e pelo exemplo dos melhores cidadãos, a não encarar só a prosa do recenseamento, o leve incômodo pessoal, mas a reconhecer também a sua poesia, a sua elevada significação civil.

Num país adstrito à tirania, o povo que vegeta opresso considera com desconfiança e ódio o recenseamento, pois êste é a contabilidade do patrão que enumera, cataloga e avalia seus escravos.

Mas num país livre, o recenseamento é a contabilidade do próprio povo, que mede suas fôrças e registra suas obras; logo, merece a simpatia, o auxílio, a colaboração de todos. A liberdade individual concilia-se nele com a disciplina nacional, traduzindo em realidade a sábia divisa: *ordem e progresso.*

Esta concórdia de almas para o bem comum parece-me digna de alta poesia.

Hoje vos faz sorrir a idéia dum moderno Homero, que cante sôbre a sua lira, talvez eletrificada, as belezas do recenseamento. Mas não sorrireis, antes escutareis com pensativa atenção, se das fileiras de vosso povo surgir um vate, que saiba inspirar-se nas obras da solidariedade humana e celebrar as serenas energias construtoras, em vez de exaltar as foscas atividades destruidoras.

No canto dêsse poeta, arte, ética, religião, encontrar-se-ão enfim associadas e reconciliadas numa expressão superior da civilização."

A separata da "Revista de Ciências Econômicas" contém, ainda, o discurso com que o Prof. Américo Osvaldo Campiglia apresentou ao auditório da aula inaugural a que nos referimos o emérito estatístico italiano

---

OS ESTUDOS ECONÔMICO-ADMINISTRATIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ESTADO MODERNO — Arthur de Souza Costa - Edição do Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro, 1940.

Inaugurando a "Semana do Economista", promovida pelo Instituto da Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro, o Sr. Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, pronunciou, a 6 de Novembro de 1939, a conferência ora editada, em folheto, por aquela entidade. Estudando a importância de que se revestem os estudos de técnica econômica-administrativa para a organização e funcionamento do Estado Moderno, o conferencista teve oportunidade de emitir conceitos apreciáveis, significativos de uma perfeita compreensão da amplitude e complexidade dos problemas contemporâneos de govêrno Em páginas de observação e investigação, em que, contudo, predomina o espírito de síntese, o A. pôs em nítido relêvo numerosos aspectos da disciplina econômica de nossos tempos.

Com a sua inconteste autoridade de especialista, o Sr Souza Costa acentua pontos de magna relevância na matéria, entre os quais o da própria delimitação da esfera de atividade do Estado "O progresso — diz, a certa altura — só pode resultar de uma concordância das atividades públicas e privadas, num ambiente de compreensão recíproca, sendo assim indispensável que a Nação não seja alheia ao conhecimento das normas de administração que a cultura econômica proporciona como base de atividade do govêrno."

Depois de referir, em linhas gerais, as repercussões profundas que a guerra necessariamente provoca na vida

das nações, a exigirem, em cada caso, soluções específicas e imediatas, o A. alude aos processos "igualmente condenáveis" de inflação e deflação: "No Brasil sabemos que estamos atravessando uma fase de inflação. Torna-se preciso que ela termine. Necessário, porém, é que isso se obtenha sem cair na deflação. Há necessidade de aumentar a exportação, mas precisamos defender o parque industrial que já existe no Brasil."

Em face de tanta matéria complexa, por sua própria natureza, e que está a solicitar das novas gerações um esfôrço mais sério de compreensão e interpretação, o A. encarece a necessidade dos estudos sistemáticos de economia política, sugerindo a formação de equipes de especialistas.

Mais que uma conferência, o trabalho do Sr Souza Costa é uma aula e um programa de idéias.

HISTÓRIA DO BRASIL — Pedro Calmon — 1.º tomo: As origens (1500-1600) — Coleção Brasiliana — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940.

Autor de trabalhos de incontestável mérito sôbre assuntos históricos, entre os quais se inclue uma notável *História da Civilização Brasileira,* divulgada nesta mesma Brasiliana, o Sr. Pedro Calmon se propõe a traçar um vasto painel da vida nacional, ou seja, "a imagem completa da Pátria — através de sua larga evolução". A essa obra de considerável porte, o A. atribue o "propósito modesto de objetivar o acôrdo: entre a inquieta restauração das "fontes", o balanço desordenado ou a classificação dos papéis que testemunham os grandes momentos do Brasil, e a serena coordenação dêstes."

Em quatro volumes, serão compendiados os aspectos fundamentais da vida brasileira: um volume para cada século. E dentro dêsse critério, o A. dedicou o tomo presente aos primeiros cem anos do país.

Não se faz preciso aludir às qualidades de clareza e simplicidade que caracterizam o estilo do Sr. Pedro Calmon — um estilo plástico e flexível, que parece ganhar, com o tempo, experiência e sabor didático.

Em quatro partes está dividido o primeiro volume desta *História do Brasil*: 1.ª — A conquista; 2.ª — Organização; 3.ª — Gente e trabalho; 4.ª — Aumento da terra.

SOCIEDADE RURAL. SEUS PROBLEMAS E SUA EDUCAÇÃO — A. Carneiro Leão — Editora S. A. A Noite, Rio de Janeiro, 1940 - 368 págs. — Trata-se de um ensaio de ecologia humana, elaborado "com o fim de chamar a atenção dos homens de pensamento e de govêrno para a sociedade rural, para a construção de sua vida, para a organização educativa que melhor lhe convém". Sumário: prefácio de Artur Neiva; introdução do autor; 1ª parte: A sociedade rural e seus problemas; 1 O valor do homem e o problema da saúde; 2. A dieta e o homem; 3 As "doenças de carência" e nosso meio rural; 4. A habitação e o homem; 5 O regime de trabalho e o homem; 6. O sentido rural da civilização brasileira; 7. O êxodo para a cidade; 8. A mobilidade do nordestino; 9. Hemiplegia nacional; 10. As condições naturais do nordeste e o banditismo 2ª parte: 1. A área de cultura e o problema da escola; 2 A área de cultura e o conceito moderno de educação; 3. As áreas culturais e o conceito de cultura; 4 A ecologia humana e a educação; 5. Sistemas escolares e meio cultural; 6. Educação e alfabetização. 3.ª parte: 1. A sociedade rural e sua educação no estrangeiro e no Brasil; 2. No México; 3 Nos Estados Unidos; 4 No Chile; 5 No Brasil 4ª parte: 1 Para a organização da educação rural; 2. A escola; 3 A igreja; 4. Outras agências de educação no meio rural. Bibliografia. Índice onomástico

CENTENÁRIO DE MACEIÓ — Publicação nº 5 do Departamento Municipal de Estatística de Maceió, Estado de Alagoas — 1939 — 102 págs. Edição ilustrada — Contém o noticiário completo das festas comemorativas do centenário da capital alagoana e o texto dos discursos dos Srs. Rui Palmeira, Ulisses Braga Júnior, Padre Adelmo Machado, Cônego Luiz Barbosa, Tenente Lourival Bittencourt, Eustáquio Gomes de Melo, Godofredo Diniz, José Porciúncula, Mário Gomes de Barros, Serzedelo Correia, Josué Júnior, Inácio Gracindo e Lafaiete Belo, além de u'a mensagem dos alagoanos residentes em Sergipe ao chefe do govêrno municipal de Maceió.

GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL — Pierre Deffontaines — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940 — 117 págs. — Trata-se de uma separata da "Revista Brasileira de Geografia", edição especial para a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal. O trabalho, que é amplamente ilustrado, está dividido em quatro capítulos: 1 Os elementos da natureza e a luta dos homens; 2. O efetivo humano e sua distribuição; 3. As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo; 4. Geografia Econômica.

AS INDÚSTRIAS MILITARES EM NOSSO PAÍS — Egídio M. de Castro e Silva — Oficinas Gráficas do "Jornal do Comércio", reedição, 1940 — 194 págs. — Contém três conferências, realizadas no Clube Militar, em 1916: 1ª — Plano de conjunto e método de execução; Nacionalização das indústrias militares; As matérias primas em nosso país. 2ª — O aparelhamento de nossas fábricas; mão de obra, mestrança e direção; Para organização de um plano geral. 3ª — Aquisição de material bélico; A compra no estrangeiro; A fabricação em nosso país. Nesta reedição, lêem-se os dois prefácios das edições anteriores, uma carta de Pandiá Calógeras, outra de Antônio Olinto e, em apêndice, 25 notas elucidativas, que visam atualizar as questões focalizadas e referir realizações posteriores.

O ESTADO NACIONAL. SUA ESTRUTURA. SEU CONTEÚDO IDEOLOGICO — Francisco Campos — Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940 — 259 págs. — Sumário: A política e o nosso tempo; Diretrizes do Estado Nacional; Problemas do Brasil e soluções do regime; Síntese da reorganização nacional; A consolidação jurídica do regime; Exposição de motivos do projeto do Código de Processo Civil; Pela reforma do Direito Judiciário; Estado Nacional; O Estado Novo; Segundo aniversário do Estado Novo; Juramento

do Brasil; As decisões que mudam o curso da história; Oração à Bandeira

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SANTANDER (COLÔMBIA) — 1938 — Diretoria Departamental de Estatística — 116 págs. — Trata-se do segundo número do "Anuário", em que se publicam os resultados dos Censos de Edifícios e de População, realizados em 1938 Sumário: 1.ª parte: Território e população — 1 Geografia; 2 Meteorologia; 3 Primeiro censo nacional de edifícios de Santander; 4 População; 5 Higiene e assistência social. 2.ª parte: Economia — 1 Produção industrial; 2 Comércio; 3 Meios de transportes e comunicações; 4. Finanças; 5 Estatística fiscal e administrativa; 6 Preços e consumos; 7 Propriedade imobiliária. 3.ª parte: Cultura — 1 Educação; 2 Estatística eleitoral. 4.ª parte: Comparações interdepartamentais Contém 138 unidades tabulares.

ANUÁRIO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1938 — Publicação da Estatística Nacional da República da Colômbia Imprensa Nacional, Bogotá, 1939 — E' êste o seu sumário: 1.ª parte: Território e população — 1. Geografia; 2. População; 3 Higiene e assistência social. 2.ª parte: Economia — 1 Produção industrial; 2 Transportes e comunicações; 3 Comércio exterior; 4 Finanças; 5 Estatística fiscal e administrativa; 6 Riqueza imobiliária; 7 Preços e consumo; 8 Trabalho e salários 3.ª parte: 1. Educação; 2 Estatística de criminalidade e justiça; 3 Movimento de cédulas e eleições 4.ª parte: Comparações internacionais — 1 Geografia; 2 População; 3. Produção industrial; 4 Transportes e comunicações; 5 Comércio exterior Contém 313 unidades tabulares

ANALES DE ECONOMÍA Y ESTADÍSTICA Tomo II, n.º 6 — Diretoria Nacional de Estatística da República da Colômbia — Bogotá, 1939 — 70 págs — Sumário: "Comentários sôbre a composição da população colombiana, por sexo, idade e estado civil, segundo o Censo de 1938", de Antônio Suarez Rivadeneira; Exposição encaminhada ao Congresso Nacional sôbre a urgência e possibilidade do primeiro Censo Agropecuário Nacional; "Fundamentos da organização do Conselho Técnico de Estatística", de Júlio Ricaurte Montoya Em apêndice, numerosos quadros estatísticos

ANALES DE ECONOMÍA Y ESTADÍSTICA — Tomo III, n.º 1 — Diretoria Nacional de Estatística da República da Colômbia — Bogotá, 1940 — 88 págs — Sumário: "Interpretação da estatística da criminalidade na Colômbia", de Dario Sampei; "A criminalidade no Departamento de Santander", do Prof Juan Maria Aguilar; "Condições econômicas da lavoura da cana de açúcar e fabrico de mel e panela no Município de Moniquirá", de Luiz B Ortiz C Em apêndice, numerosos quadros estatísticos

ESTUDOS E CONFERÊNCIAS — N.º 1 — Publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940 — 100 págs — Sumário: "A política social da Revolução", de Oliveira Viana; "A atualidade e o ensino", de Aníbal Freire; "A boa linguagem nas ciências e nas artes", do Padre Arlindo Vieira S. J ; "Os dois Presidentes", de Danton Jobim; e "A boa linguagem nas ruas", de Jaques Raimundo

NOMENCLATURA DAS ESTAÇÕES (Emprêsas filiadas, em tráfego mútuo e estradas de ferro que com estas manteem tráfego direto) — Publicação da Contadoria Geral de Transportes, 1939 — Tipografia do "Jornal do Comércio", Rio, 1940 — 110 págs e, em apêndice, vários mapas

TRIGO (Aspectos nacionais e internacionais da sua cultura e comércio) — Trabalho organizado na Secção de Documentação e Estudos do Serviço de Estatística da Produção, sob a direção do estatístico-auxiliar Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão — Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1940 — 19 págs.

REVISTA DE HACIENDA — N.º 19, vol IV, referente a Setembro de 1939 — Publicação do Departamento Autônomo de Imprensa e Publicidade, México — Sumário: "O imposto fiscal no México e noutros países", editorial; "A nacionalização dos ferro-carris", de Frederico Bach; "Economia dirigida e planos", de José Silva; "A dívida exterior do México. Sua história, seu estado atual, sua liquidação", de Enrique Sairo; "A Fazenda Pública e a receita nacional", de J R Hicks e U K Hicks; "Panorama econômico mundial", de Héctor Hugo del Cueto; Bibliografia; Obras existentes na Biblioteca da Secretaria da Fazenda e Crédito Público; Crítica de revistas

REVISTA DE HACIENDA — N.º 20, vol IV, referente a Outubro de 1939 — Publicação do Departamento Autônomo de Imprensa e Publicidade, México — Sumário: "As utilidades da indústria têxtil mexicana", de Armando Servin; "A política econômica nos países neutros", de José Silva; "O movimento da população modifica a organização econômica", de Eduardo Hornedo; "A dívida exterior do México", de Enrique Sairo (continuação); "Inversões públicas e conjuntura econômica", de B S Chlepner; "Panorama Econômico Mundial", de Héctor Hugo del Cueto; Bibliografia; Obras de recente aquisição que se encontram em consulta pública na Biblioteca da Secretaria de Fazenda e Crédito Público; Obras existentes na mesma Biblioteca; Crítica de revistas

REVISTA DE ESTADISTICA — N.º 1, vol. III, referente a Janeiro de 1940 — Publicação mensal da Diretoria Geral de Estatística do México Sumário: Noticiário estatístico; Notícias internacionais; Bibliografia estatística; Comentários e quadros estatísticos relativos a indústrias de transformação, indústrias extrativas, energia elétrica, finanças, importação e exportação, estatística social, etc Números índices, séries estatísticas, etc.

BIBLIOGRAFIA DEL METODO ESTADISTICO Y SUS APLICACIONES — Publicação da Diretoria Geral de Estatística, do México. Contém uma nota introdutória, a relação bibliográfica e o índice geral, por autores A bibliografia foi dividida em 10 grupos: 1 Tratados e manuais gerais; 2 Questões matemáticas; 3. Teorias; 4. Distribuição, graduação, dispersão, variabilidade, concentração; 5 Representação gráfica; 6 Relações estatísticas; 7. Índices; 8 Aplicações do método estatístico a fenômenos econômicos; 9. Aplicações do método estatístico a outros fenômenos; 10 Questões diversas relacionadas com o método

PADRONIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS — Decreto-lei n.º 1 804, de 24 de Novembro de 1939, que aprova normas orçamentárias, financeiras e de contabilidade, para os Estados e Municípios — Edição da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1939

EDUCAÇÃO E BRASILIDADE (IDÉIAS FÔRÇAS DO ESTADO NOVO) — Isaias Alves — Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1940 — 206 págs — Trata-se de uma coletânea de discursos e conferências Sumário: Prefácio; "Retrato do Presidente Getúlio Vargas"; "O Estado Novo e o professor rural"; "Semana da Criança"; "O Estado Novo e o problema da proteção à criança"; "A arte na educação"; "Primeiro aniversário do Estado Novo"; "Brasileiros da Baía!"; "Campanha pró-leprosos"; "Carneiro Ribeiro"; "Centenário de Carneiro Ribeiro"; "Dever da Juventude".

O ENSINO DO BRASIL EM 1933 — Ministério da Educação e Saúde — Trabalho organizado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde — 705 págs Contém uma introdução do diretor, M A. Teixeira de Freitas — Sumário: 1.ª parte — Estatística do ensino primário geral — 1 Organização geral do ensino; 2 Organização didática e movimento escolar. — 2.ª parte — 1. Resultados regionais; 2. Resultados nacionais.

LEGISLACIÓN NACIONAL DEL TRABAJO — Antônio Amillano, Inspetor do Departamento Nacional del Trabajo, Buenos Aires — Publicação da Junta Central da Acción Católica Argentina, compilando leis, decretos, resoluções ministeriais, resoluções do Departamento Nacional del Trabajo e outras disposições, bem como tratados e convênios internacionais Apresentação da Junta Central da A C A — Prólogo de Mons. Gustavo J Franceschi e prefácio do autor — 1 223 págs — Sumário: Constituição da Nação Argentina; Organização do Departamento Nacional do Trabalho; Lei Orgânica do Departamento Nacional do Trabalho; Descanso dominical e outras leis complementares; Agências de colocações oficiais e particulares; Impenhorabilidade de soldos e salários; Responsabilidade por acidentes do trabalho; Convênios internacionais de reciprocidade no pagamento de indenizações por acidentes do trabalho; Trabalho a domicílio; Proibição da fabricação, importação e venda de velas com fósforo branco ou amarelo; Pagamento de salários; Trabalho de mulheres e menores; Proibição do trabalho noturno nas padarias; Jornada de trabalho; Julgamento das infrações às leis do trabalho; Autorização ao Poder Executivo para fornecer passagens gratuitas a empregados e trabalhadores desocupados; Destino da importância das multas por infrações às leis do trabalho; Organização internacional do trabalho; Vagas e indenizações por dispensa; Proibição de dispensa em virtude de casamento; Fechamento do comércio na Capital Federal e territórios nacionais; Levantamento bienal de censos de desocupados em todo o território da Nação; Junta Nacional para combate ao desemprêgo; Proteção à maternidade; Uso de assentos com encostos; Salário mínimo do pessoal a serviço do Estado; Diversos — Disposições dos Códigos Civil, de Minas, de Comércio, Rural e Penal Legislação político-social.

HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES : 1938 — Lewis Hanke e Raul d'Eça — Guia das publicações feitas em 1938 sôbre antropologia, arquivos, arte, economia, educação, folclore, geografia, govêrno, história, relações internacionais, legislação, língua e literatura — Edição do *Comité* de Estudos Latino-Americanos do *American Council of Learned Societies*

SARSKILDA FOLKRAKNINGEN 1935/36 — RECENSEMENT DE LA POPULATION EN 1935/36 — Estatística oficial da Suécia referente ao estado e movimento da população — Edição do Bureau Central de Estatística, Estocolmo Contém a análise dos resultados do recenseamento geral de 31 de Dezembro de 1935 e do recenseamento parcial da população em Março de 1936 — 101 págs Sumário: Introdução; Análise dos resultados do recenseamento geral; Falta de concordância observada no confronto dos dados do recenseamento parcial com os do recenseamento geral; Movimento da população no intervalo do recenseamento geral e do recenseamento parcial; Origem do recenseamento em 1935/36 e do plano e organização do recenseamento parcial de 1936; Escolha dos objetos do inquérito para o recenseamento parcial; Coleta dos dados primários para o recenseamento parcial; Natureza e exploração dos materiais primários recolhidos pelo recenseamento parcial; População, divisão por idade, sexo e estado civil da população no recenseamento parcial e representatividade da população recenseada; Pessoas ocasionalmente presentes ou ausentes no momento do recenseamento parcial; Casamentos no recenseamento parcial. Contém ainda 22 quadros e, anexa, uma carta da situação geográfica das comunas examinadas no recenseamento de 1936.

ANUARUL SATISTIC AL ROMANIEI — 1937/38 — Instituto Central de Estatística, Bucarest Contém 395 tábuas estatísticas — 713 págs. Sumário: Prefácio; QUADRO FÍSICO E ADMINISTRATIVO — Coordenadas geográficas; Climatologia; Organização administrativa; QUADRO BIOLÓGICO, SOCIAL E ECONÔMICO — Estrutura da população; Movimento da população; Migrações; Higiene e Saúde; Assistência social; Educação nacional; "Straja Tarii"; Justiça; Trabalho; Salários; Estrutura econômica; PRODUÇÃO — Agricultura; Florestas; Pesca e pecuária; Indústria extrativa; Indústria manufatureira; Construções; Energia elétrica; VIAS DE COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES — Estradas, automóveis; Caminhos de ferro; Navegação aérea; Transporte por vias navegáveis; Correios, telégrafo, rádio-telegrafia, telefone; COMÉRCIO — Comércio interno; Comércio exterior; Preços; FINANÇAS, CAPITAL, MOEDA — Finanças públicas; Finanças privadas; Sociedades anônimas; Bôlsa, cotações; DIVERSOS — Incêndios; Pesos e medidas; Patentes de invenções.

ANNUAIRE INTERNATIONAL DE STATISTIQUE AGRICOLE — 1937/38 — Instituto Internacional de Agricultura, Roma — Apresentação de A. Brizi, Secretario Geral do Instituto — 1 013 págs Sumário: Introdução; Superfície territorial e população; Destinação das superfícies, produção agrícola e pecuária em diversos países; Superfície, produção e rendimento por hectare das principais culturas; Sericicultura e produção de ovos; Efetivo das principais espécies de gado e aves domésticas. Comércio internacional: Estoques de cereais; Preços; Forragens e produtos químicos úteis à agricultura; Notas Publicação que vem sendo feita há 30 anos, o *Anuário Internacional de Estatística Agrícola* apresenta no volume 1937-38 várias informações a mais do que nas edições anteriores, inclusive as referentes à produção agrícola e pecuária do Brasil Contém um total de 478 tábuas estatísticas

ANNUAIRE INTERNATIONAL DE LÉGISLATION AGRICOLE — 1938 — Publicação do Instituto Internacional de Agricultura, Ano XXVIII — Roma. Apresentação do Secretário Geral do Instituto, A. Brizi — 1.078 págs Sumário: Introdução; Estatística agrícola e comercial; Comércio dos produtos agrícolas, forragens e gado; Legislação fiscal e aduaneira em matéria agrícola; Produção vegetal e indústria dos produtos vegetais; Produção animal e indústria dos produtos animais; Legislação da organização e do ensino agrícola; Doenças das plantas — Vegetais e animais nocivos à agricultura; Cooperação, seguro e crédito agrícolas; Propriedade rural — Colonização interna; Legislação referente à higiene rural e polícia dos campos Contém, ainda, uma tábua cronológica por país e índice alfabético por matéria Num exame sintético da legislação agrícola de 1938, são destacadas as seguintes principais tendências: maiores atenções à conservação e desenvolvimento dos recursos naturais do solo através de leis, adotando-se medidas especialmente para evitar o enfraquecimento da terra; leis de ordem social em favor dos pequenos lavradores e da mão-de-obra agrícola; numerosas providências de intervenção do poder público, regulamentando a produção de acôrdo com o consumo. Foi compilada a legislação de 55 países.

BOLETIM TRIMESTRAL DE ESTATÍSTICA — Órgão da Repartição Técnica de Estatística — Colônia de Moçambique — Imprensa Nacional — Lourenço Marques, 1940 — 175 págs Trata-se da edição correspondente ao primeiro trimestre de 1939, em português e francês. E' o seguinte o sumário: I Território e clima; II Demografia; III Saúde pública; IV Assistência e movimento associativo; V Previdência; VI Vida intelectual; VII Justiça; VIII. Produção e consumo; IX. Comércio; X. Comunicações; XI Preços e salários; XII Movimento bancário; XIII. Administração pública; XIV Propriedade; XV Negócios indígenas; XVI Diversos

O I. B G. E. E O RECENSEAMENTO DE 1940 — Antônio Freire — Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento, Recife, 1940 — 12 págs Conferência realizada no Teatro Santa Isabel, no Recife, em 29 de Maio último, ao ser solenizado, em sessão solene, o 4 º aniversário da instalação do Instituto

LEGISLAÇÃO ORGANICA DO SISTEMA ESTATÍSTICO-GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1934-1938) — Vol I, relativo à organização nacional — Publicação do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940 — 104 págs. Contém os esquemas estrutural e fundamental da estatística brasileira e todos os elementos legislativos referentes aos trabalhos de coordenação e planificação das estatísticas nacionais

STATUTE, BASIC PRINCIPLES AND SOCIAL LEADERSHIP OF THE BRAZILIAN STATISTICAL SYSTEM (Three characteristic documents submitted to the perusal of the Eighth American Scientific Congress) — Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940 — 56 págs. Contém a Convenção Nacional de Estatística, os fundamentos das atuais diretrizes da Estatística Brasileira e sugestões relativas à política de assistência social adotada pelo Govêrno.

ESTATÍSTICA DO ENSINO — Separata do "Anuário Estatístico do Brasil — Ano IV — 1938" — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1940 — 245 págs. Sumário: Apresentação, do Embaixador José Carlos de Macedo Soares; 1ª parte: Ensino em geral — 1 Sinopse preliminar — 1932/1936; 2 Resultados gerais do Brasil, segundo as modalidades específicas do ensino e a dependência administrativa — 1935; 3. Principais resultados regionais; 4 Principais resultados nos municípios das Capitais — 1934/1935 — 2.ª parte: Ensino primário geral (comum e supletivo) — 1 Sinopse preliminar — 1932/1936; 2 Resultados gerais do Brasil — 1932/1935; 3 Principais resultados regionais; 4 Principais resultados dos municípios das Capitais — 1934/1935. Contém 122 unidades tabulares.

RELATÓRIO DE 1939 (Apresentado pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao Sr Presidente da República) — Serviço Gráfico do I B. G E, Rio de Janeiro, 1940 — 114 págs. Além do ofício de apresentação, contém o seguinte sumário: I. Introdução; II Comissão Censitária Nacional: Atividades do plenário — Presidência — Admissão de pessoal — Aquisição de material — Arrolamento predial e domiciliário do Distrito Federal — Aplicação de recursos — Gabinete Técnico — Secretaria — Serviço de Coordenação Estatística — Monografias censitárias — Aparelho executivo regional; III. Conselho Nacional de Geografia: Assembléia Geral — Diretório Central — Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — Centro de Estudos — Uniformização da cartografia brasileira — Campanha das coordenadas geográficas — Atualização da Carta do Brasil — Nono Congresso Brasileiro de Geografia — Mapas murais e coletânea de fotografias — "Revista Brasileira de Geografia" — Serviços geográficos regionais; IV. Conselho Nacional de Estatística: Assembléia Geral — Junta Executiva Central — Padronização das denominações dos órgãos centrais — Campanhas estatísticas — Curso de Aperfeiçoamento — Curso de Informações — Exposição Nacional de Educação e Estatística — Tábuas itinerárias — Estatísticas militares — Homenagem aos chefes dos governos regionais — Palácio do Silogeu Brasileiro — Serviços estatísticos federais, regionais e municipais; V. Secretaria Geral: Serviços Técnicos — Publicidade — Contabilidade — Biblioteca Central — Serviço Gráfico; VI Relações com entidades estrangeiras: Visita do diretor de estatística da Província de Buenos Aires — Centenário da American Statistical Association — Contribuições para a estatística internacional; VII Situação econômica e financeira: Resultado financeiro — Resultado econômico — Balanço geral — Situação das várias contas — Quadros de contabilidade; VIII Anexos.

MARCHA PARA OESTE — Cassiano Ricardo — Vol 25 da Coleção Documentos Brasileiros — Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940 — 581 págs. Trata-se de um estudo sôbre a influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil — Sumário: introdução do autor; 1ª parte: Os grupos sociais da Colônia; 1 Os grupos sociais da Colônia; 2 O "grupo móvel" e a conquista; 3. O índio na estrutura bio-democrática do planalto; 4. A bandeira e a sua origem social; 5. República sem proclamação; 2.ª parte: O "grupo em movimento"; 1. Cristamente e bandeirantemente; 2 O sertão na economia da bandeira; 3. O negro tomou parte no bandeirismo?; 4. O grupo em movimento e a hierarquização das côres; 5 O "grupo em movimento" e a miscegenação; 6 A bandeira, ensaio de democracia social; 7 Psicologia do grupo em movimento; 8 Fome de ouro para, muitas vêzes, morrer de fome ..; 9 A bandeira nas suas relações com os demais grupos sociais da colônia; 3.ª parte: A "bandeira" e a gênese do Estado; 1. A bandeira e os lineamentos do Estado moderno; 2. A bandeira na fundação das cidades; 3 A bandeira e as cidades do litoral; 4 O Brasil e a sua formação bio-democrática; 5 Os erros da cidade: liberalismo, fascismo e comunismo; 6. Originalidade, condição de legítima defesa.

DIÁRIO ÍNTIMO DO ENGENHEIRO VAUTHIER (1840-1846) — Publicação nº 4 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940 — 214 págs. Prefácio e notas de Gilberto Freire Edição ilustrada.

VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL — João Maurício Rugendas — Vol. 1 da Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins, São Paulo, 1940 — 206 págs Tradução de Sérgio Milliet — Nota sôbre Rugendas, do diretor da Coleção, Rubens Borba de Morais — Prefácio do tradutor — Edição ilustrada

OS GRUPOS SOCIAIS — Manuel Diegues Júnior — Imprensa Oficial, Maceió, 1940 — 21 págs Conferência pronunciada no Curso de Férias de 1939, promovido pelo Instituto de Educação de Alagoas

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA — Fernando Mota — Oficinas do Diário da Manhã, Recife, 1940 — 257 págs. E' o seguinte o seu índice: Prefácio; Dos fatos sociais; Histórico da sociologia; A sociologia, seus caracteres e sua divisão; Metodologia sociológica; Classificação dos grupos sociais; Noções de morfologia social; Sociologia econômica; Sociologia doméstica; Sociologia religiosa; Sociologia política; Sociologia educacional; Bibliografia.

A GÊNESE DO ESPÍRITO REPUBLICANO EM PERNAMBUCO E A REVOLUÇÃO DE 1817 — Amaro Soares Quintas — Contribuição ao estudo da história da República — Tese para concurso — Imprensa Industrial, Recife, 1939 — 163 págs. Sumário: Trabalhos e títulos do autor; Prefácio. 1ª parte: O Brasil e a descentralização; A reação centralizadora do Império; O espírito nativista e republicano em Pernambuco 2ª parte: A revolução de 1817; O sentido da revolução; Os condutores do movimento; A participação popular; Causas da derrocada. Conclusões. Bibliografia

VIDA PASSADA .. — Celio Meira — Notas bibliográficas — Imprensa Oficial, Recife, 1939 — 311 págs. São reunidas, nesse volume, 145 notas, referentes a brasileiros ilustres e publicadas, diariamente, na edição vespertina da "Fôlha da Manhã", do Recife.

O PROBLEMA DAS SANÇÕES NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO — Mário Pessoa de Oliveira — Dissertação apresentada à Faculdade de Direito do Recife para obter o título de Docente-Livre da cadeira de Direito Internacional Público — Emp. Jornal do Comércio S. A, Recife, 1939 — 120 págs. Índice: Dedicatória; Advertência; Bibliografia; Introdução 1.ª parte: Generalidades; Conceito e espécies de Sanções; Sanções morais: a opinião pública mundial; A guerra e os meios coercitivos mundiais 2.ª parte: As sanções internacionais; Agressão e agressor; As sanções do pacto da S D N; A prática do art. 16 do Pacto da S. D. N. Conclusões.

CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR — Adrião Caminha Filho — Excerptos de uma palestra realizada no Sindicato dos Usineiros de Sergipe — Serviço de Publicidade Agrícola, Rio de Janeiro, 1940 — 11 págs. Sumário: Generalidades; Preparo do solo; Plantio; Tratos culturais; Adubação.

NOSSA TERRA — Ministério da Agricultura (Serviço de Informação Agrícola), Rio de Janeiro, 1940 — Trata-se do número correspondente aos meses de Fevereiro e Março. E' o seguinte o sumário: A excursão do Ministro da Agricultura ao norte do país; Madeiras da Amazônia; Estação Experimental de Plantas Têxteis de Santo Antônio do Pitaguarí (Ceará); Escola de Agronomia do Nordeste; O amparo à produção de um município paraibano; Incutindo o amor à terra; Investigações fito-sanitárias; Progressos da pecuária em Goiaz; O pinho brasileiro; A siderurgia no Brasil; As obras do Ministério da Agricultura no Nordeste. Edição fartamente ilustrada.

SANTA CATARINA (ATIVIDADES E REALIZAÇÕES DE UM POVO E DE UM GOVÊRNO) — Departamento Estadual de Estatística — Imprensa Oficial, Florianópolis, 1940 — 29 págs. Sumário: Posição geográfica; Área; Altitude; Clima; Divisão Territorial; Povoamento; Colonização; Atualidade demográfica; Produção extrativa; Produção agrícola; Produção animal; Produção industrial; Ferroviação; Rodoviação; Veículos; Navegação; Correios e telégrafos; Comércio; Educação; Imprensa; Rádio-difusão; Bibliotecas; Cultos; Previdência; Assistência médica; Finanças; Justiça; Repressão. Ilustram o texto 16 aspectos fotográficos.

EXPOSIÇÃO MACHADO DE ASSIS — Publicação do Instituto Nacional do Livro — Oficinas Gráficas do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940 — 239 págs. Trata-se de um conjunto de documentos relativos à Exposição do Centenário do nascimento de Machado de Assis, contendo, além de uma introdução do Sr. Augusto Meier, diretor do referido Instituto, 110 inéditos, 36 fac-similes, 75 notas e 493 fichas da bibliografia do centenário Edição ilustrada.

O Serviço Nacional de Recenseamento lhe PEDE, agora, algumas informações para lhe DAR, depois, milhões delas.

GOVÊRNO FEDERAL

DECRETO N.º 1.022, DE 11 DE AGOSTO DE 1936

Aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

considerando que a Convenção, firmada, nesta data, pelos delegados do Govêrno Federal e dos Governos das unidades políticas da Federação, para os fins expressos no Decreto n º 946, de 7 de Julho do corrente ano, objetiva assegurar ao Instituto Nacional de Estatística as condições necessárias ao desempenho das atribuições que lhe conferiu o Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934;

considerando a conveniência de promover imediatamente o funcionamento do sistema estabelecido para a plena coordenação dos serviços de estatística do País, de que é o referido Instituto o órgão nacional;

considerando que a aludida Convenção estabelece medidas da competência do Poder Executivo, condicionadas explicitamente as da alçada legislativa ao pronunciamento do Poder competente,

Resolve

Art 1º Fica aprovada e ratificada, para todos os efeitos, no que respeita à administração federal, a Convenção Nacional de Estatística, firmada, nesta data, na Capital da República, entre o Govêrno da União, e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre

Art 2º O presente Decreto, ao qual vai anexo o texto do instrumento da supra referida Convenção, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETÚLIO VARGAS

Artur de Sousa Costa - José Carlos de Macedo Soares - Vicente Ráo - Marques dos Reis - Gustavo Capanema - João Gomes Ribeiro Filho - Henrique A Guilhem - Odilon Braga - Agamemnon Magalhães.

PROSSEGUINDO na divulgação dos principais diplomas legislativos ligados à criação e iterativo desenvolvimento do sistema constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — reproduzimos aqui um documento que é de importância impar, sem dúvida nenhuma, para os destinos da instituição Referimo-nos ao decreto n º 1 022, de 11 de Agosto de 1936, que aprovou e ratificou, para todos os efeitos, no que respeita à administração federal, a Convenção Nacional de Estatística, naquela data firmada entre o Govêrno da União e a unanimidade dos Governos Regionais, afim de assegurar, por um pacto de cooperação inter-administrativa sem precedente no direito público brasileiro, as condições essenciais à integração e funcionamento do vasto sistema centralizado pelo novo órgão coordenador dos serviços estatísticos do país Trinta dias após, decretos idênticos, em seus objetivos, já haviam sido baixados por todos os demais Governos convencionantes, entrando, assim, a estatística brasileira num regime de articulação de esforços que, através de racional distribuição de encargos e tarefas pelas três esferas da organização política nacional, vem dando os mais fecundos resultados, sob quaisquer dos aspectos em que se considerem as nossas conquistas e realizações, em quatro anos apenas, nesse importante sector administrativo

Ao mesmo tempo, continuamos a publicar o ementário de todas as Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e, na integra, o texto daquelas que, embora já façam parte dos volumes em que se acha enfeixada a legislação do mesmo Colégio, merecem, todavia, pelo seu caráter normativo ou informativo, ficar em maior evidência e ter de novo sôbre elas focalizada a atenção de quantos servem nos quadros do Instituto ou daqueles a quem interessem, direta ou indiretamente, os temas de ordem técnica ou administrativa suscitados pela estrutura "sui generis" e a desdobrada atuação do aparêlho estatístico nacional

INSTRUMENTO DA CONVENÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

que entre si fazem o Govêrno Federal e a unanimidade dos Governos das Unidades Políticas da República dos Estados Unidos do Brasil para, nos têrmos do Decreto n º 24.609, de 6 de Julho de 1934, aprovar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os Governadores dos Estados componentes da Federação e o Prefeito do Distrito Federal,

de conformidade com o disposto no art 9.º da Constituição da República;

atendendo à conveniência da coordenação e da uniformização da es-

tatística brasileira, de modo a que seja a mesma elaborada, dentro das normas constitucionais vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos, entre as diferentes esferas administrativas;

considerando, ao mesmo tempo, a vantagem de facilitar a colaboração dos Governos Municipais e da iniciativa particular nas investigações numéricas que definam as condições do país;

considerando que, para a realização dêsses objetivos, deverá ser utilizado o Instituto Nacional de Estatística, criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934;

tendo, finalmente, em vista os têrmos, a que se reportam, do Decreto n.º 946, de 7 de Julho do corrente ano, convocatório da Convenção Nacional de Estatística,

Decidiram firmar uma Convenção para aprovar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística, e para isso nomearam seus delegados plenipotenciários;

Constituindo a Delegação Federal os senhores — Ministro de Estado das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléia Convencional; Heitor Bracet, Diretor de Estatística Geral, representando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Léo de Afonseca, Diretor de Estatística Econômica e Financeira, representando o Ministério da Fazenda; Luiz Joaquim da Costa Leite, Encarregado do Expediente do Departamento de Estatística e Publicidade, representando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rafael da Silva Xavier, Diretor de Estatística da Produção, representando o Ministério da Agricultura; Mário Augusto Teixeira de Freitas, Diretor de Informações, Estatística e Divulgação, representando o Ministério da Educação e Saúde Pública, Joaquim Licínio de Sousa Almeida, Presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas, representando o mesmo Ministério, Tenente-Coronel Custódio dos Reis Príncipe Júnior, representando o Ministério da Guerra; Comandante Manoel Ribeiro Espíndola, representando o Ministério da Marinha, Cônsul Paulo Vidal, representando o Ministério das Relações Exteriores e Desembargador Alberto Diniz, representando o Território do Acre;

Constituindo as Delegações das Unidades da Federação os senhores — Cassiano Machado Tavares Bastos, Diretor do Gabinete do Prefeito do Distrito Federal, como Delegado do mesmo Distrito; José de Castro Azevedo, Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, como Delegado do mesmo Estado; Deputado Federal Alexandre Carvalho Leal, como Delegado do Estado do Amazonas, Álvaro Navarro Ramos, Secretário da Agricultura do Estado da Baía, como Delegado do mesmo Estado, Rui de Almeida Monte, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, como Delegado do mesmo Estado; Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, como Delegado do mesmo Estado; Benjamim da Luz Vieira, Secretário Geral do Estado de Goiaz, como Delegado do mesmo Estado; José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, antigo Diretor Geral de Estatística do Brasil, como Delegado do Estado do Maranhão, Firmo Dutra, como Delegado do Estado de Mato Grosso; Israel Pinheiro, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, como Delegado do mesmo Estado, Leopoldo Pena Teixeira, Diretor Geral de Agricultura do Estado do Pará, como Delegado do mesmo Estado; Celso Mariz, Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Francisco Pereira, como Delegado do Estado do Paraná, Lauro Bezerra Montenegro, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Agenor Monte, como Delegado do Estado do Piauí; Fidelis Sigmaringa Seixas, antigo Secretário do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, como Delegado do mesmo Estado; Senador Federal Joaquim Inácio de Carvalho Filho, como Delegado do Estado do Rio Grande do Norte; Raul Pila, Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, como Delegado do mesmo Estado; Celso Fausto de Sousa, Secretário da Fazenda e Agricultura do Estado de Santa Catarina, como Delegado do mesmo Estado, Luiz Pisa Sobrinho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, como Delegado do mesmo Estado, e o Senador Federal Augusto César Leite, como Delegado do Estado de Sergipe;

Os quais, depois de comunicados seus plenos poderes, mediante documentos que, julgados bastantes, foram mandados arquivar na Secretaria Geral do Instituto Nacional de Estatística, convieram em estabelecer as seguintes cláusulas de compromisso entre os altos Poderes representados:

CAPÍTULO I

BASES PARA A CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, entidade destinada à orientação e direção superiores das atividades do Instituto Nacional de Estatística, de acôrdo com o disposto nos arts 9.º e 10 do Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, e no art 10, parágrafo único do Decreto n.º 946, de 7 de Julho de 1936, ficam assentadas as seguintes bases:

I. Ao Conselho Nacional de Estatística, que terá relações diretas, por seus órgãos competentes, com os Chefes dos Governos, cuja autoridade político-administrativa, nele estiver representada, por fôrça desta Convenção, fica assegurada a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa, para o fim de eficiente coordenação no planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros

II O Instituto Nacional de Estatística se compõe de duas ordens de entidades fundamentais: organizações federais e organizações regionais

III Formam o quadro central das organizações federais as diretorias de estatística especificadas no art 3 º, § 1 º do Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934; o quadro central das organizações regionais compreende os órgãos centralizadores dos serviços de estatística da administração do Distrito Federal, Estados e Território do Acre

IV Articulam-se obrigatoriamente com os órgãos centrais federais todos os serviços ou secções de estatística que existem ou venham a existir no âmbito da administração federal; no Distrito Federal, Estados e Território do Acre, a mesma articulação aos órgãos centrais regionais se tornará obrigatória para todos os serviços ou secções de estatística mantidos pela administração das respectivas circunscrições políticas

V. Respeitados os limites da órbita jurisdicional, poderão também integrar-se no Instituto mediante ato de filiação, as organizações de estatística existentes ou que venham a existir nos municípios, e os departamentos de emprêsas ou associações mantidos para fins de levantamento de reconhecida utilidade pública.

VI. O Conselho Nacional de Estatística será constituído:

a) pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o Presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central;

b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;

c) pelos diretores de secção e funcionários, de equivalente hierarquia, das "repartições centrais";

d) pelos diretores gerais das repartições regionais de estatística integradas no Instituto (empregando-se neste instrumento o têrmo "regional" para significar o que disser respeito aos Estados, Distrito Federal e Território do Acre);

e) pelos diretores de secção e funcionários de categoria equivalente das repartições a que se refere a letra precedente;

f) pelos dirigentes gerais das organizações oficiais e oficializadas que possuam secções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na órbita federal como na regional, e pelos chefes ou diretores de tais secções ou serviços;

g) pelos diretores ou chefes das repartições ou serviços de estatística geral dos municípios das capitais dos Estados e do Acre;

h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto

VII São órgãos do Conselho:

a) a Assembléia Geral;

b) a Junta Executiva Central;

c) as Juntas Executivas Regionais,

d) as Comissões Técnicas.

VIII. A Assembléia Geral será assim constituída

a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Govêrno Federal;

b) pelos Presidentes das Juntas Executivas Regionais ou seus suplentes, representando os Governos Regionais e Municipais;

c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações oficializadas filiadas ao Instituto;

d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

IX. A Junta Executiva Central terá a composição prevista no art 3.º do Decreto n º 946, de 7 de Julho de 1936, que constituiu a Delegação Federal à presente Convenção

X. As Juntas Executivas Regionais, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições análogas às adotadas na organização federal (art 10, § 1.º n º 1 e art. 11, §§ 1.º e 2 º do Decreto-lei n º 24 609, de 6 de Julho de 1934), serão presididas pelos diretores das repartições regionais de estatística geral. Na hipótese contrária, estes diretores serão os

secretários natos das respectivas Juntas e, como tais, obrigatoriamente considerados assessores e suplentes dos Presidentes das Juntas Regionais na Assembléia Geral do Conselho. Constituirão essas Juntas:

a) os diretores e os chefes de secção ou funcionários de hierarquia equivalente das repartições regionais integradas no Instituto;

b) os diretores gerais das repartições que possuírem apenas secções de estatística filiadas ao Instituto;

c) os chefes dessas secções especializadas de estatística;

d) os chefes ou diretores das repartições ou serviços de estatística dos municípios das Capitais dos Estados e do Território do Acre;

e) um representante do Estado Maior da Região com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

XI A Assembléia Geral fixará o número das Comissões Técnicas, as quais se comporão, em cada caso, de cinco membros especializados no assunto respectivo, e eleitos pela Assembléia, entre todos os membros do Conselho Nacional; dois dêsses membros deverão ser da administração federal, a êles competindo as funções de presidente e relator, respectivamente; os demais membros serão da administração regional ou local, de unidades políticas diferentes, na hipótese de não figurar no Conselho representante de entidade oficializada ou particular especialmente interessada no assunto a cargo da Comissão, caso em que êsse representante será considerado membro nato da Comissão.

XII. A Assembléia Geral reunir-se-á anualmente a 1 de Julho, realizando tantas sessões quantas forem necessárias. As Juntas Executivas reunir-se-ão ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena, realizando as sessões extraordinárias que forem necessárias As Comissões Técnicas trabalharão em todo o correr do ano, mediante correspondência promovida pelo respectivo presidente ou pelo relator. Os seus relatórios deverão ser presentes à Junta Executiva Central até 31 de Março de cada ano.

XIII. Competirá:

a) à Assembléia Geral, orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação direta ou delegação à Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdição técnica no que se referir a todos os serviços filiados, gozando de autonomia administrativa quando aos serviços cuja organização e movimentação forem confiadas ao mesmo Instituto, na forma dos arts. 7.º e 8.º do Decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934;

b) à Junta Executiva Central, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e resolver os casos omissos, *ad-referendum* da mesma Assembléia, sempre que o exijam a continuidade e boa ordem dos serviços do Instituto;

c) às Juntas Executivas Regionais, cumprir e fazer cumprir as deliberações de caráter geral da Assembléia Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessárias à coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionais e municipais sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que for matéria privativa da economia interna dos respectivos sistemas;

d) às Comissões Técnicas, estudar e projetar a sistematização técnica e os melhoramentos progressivos das estatísticas compreendidas nos respectivos programas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatórios anuais à Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer à Assembléia Geral.

XIV. Os órgãos do Conselho terão regimentos especiais.

XV. Fica prevista a organização de um corpo de Assessores ou Consultores de Estatística, que serão eleitos pela Assembléia Geral e poderão participar dos trabalhos das Juntas Executivas (Central e Regionais) e das Comissões Técnicas do Instituto, colaborando no estudo de questões especializadas. Êsse corpo de Assessores se constituirá:

a) de representantes das principais instituições econômicas, sociais, culturais ou religiosas, de expressão nacional;

b) de especialistas em matéria de estatística.

XVI. Não serão remunerados os membros do Conselho nem os Assessores, cujas funções constituem, entretanto, título de relevante benemerência pública. Aos membros da Assembléia Geral não residentes na Capital Federal nem no Estado do Rio de Janeiro, será paga, porém, por ocasião das respectivas sessões, a ajuda de custo de um conto de réis (1:000$000), correndo essa despesa e a das competentes passagens, por conta das verbas próprias do Govêrno Federal.

XVII. São atribuições expressas da Assembléia Geral as seguintes:

a) elaborar o seu regimento interno e o das Juntas Executivas — Central e Regionais;

b) baixar as instruções por que se devam regular os órgãos do Instituto

nas suas relações entre si e com o próprio Conselho;

c) caracterizar as estatísticas que se devam considerar da competência privativa das organizações federais ou das organizações regionais, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possível, os resultados de umas e outras sejam comunicados a todos os órgãos do Instituto a que possam interessar;

d) sugerir os critérios e processos pelos quais as estatísticas de caráter regional, ora levantadas e elaboradas pela União, possam ser, aos poucos, transferidas à responsabilidade dos serviços regionais, desde que estes se sintam com a eficiência necessária para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a ação supletiva dos serviços nacionais, onde esta for solicitada ou julgada ainda necessária;

e) organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agências de atuação regional ou local necessárias para completar o sistema dos órgãos do Instituto, bem como os demais serviços filiados, quando estes ou aquelas vierem a ficar sob a responsabilidade do mesmo Instituto, nos têrmos dos arts 7 º e 8.º do Decreto n º 24.609, de 6 de Julho de 1934;

f) sugerir ao Govêrno da República e aos governos regionais e locais, conforme o caso, para o competente exame e deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatística forem exigindo para o seu aperfeiçoamento orgânico;

g) representar, em tempo oportuno, às autoridades competentes, para que na legislação e nos planos e normas dos serviços públicos, não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer forma, as fontes e a elaboração da estatística nacional;

h) propor aos órgãos governativos competentes as providências necessárias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto;

i) providenciar para a constituição dos recursos financeiros, de caráter facultativo, previsto no art 24 do Decreto n º 24 609, de 6 de Julho de 1934, fazer-lhes a distribuição e fiscalizar-lhes a aplicação;

j) autorizar os acordos e contratos que o Instituto haja de realizar para a consecução de seus objetivos;

l) fixar o plano de organização e funcionamento das Comissões Técnicas, tendo em vista a elaboração de projetos, pareceres ou estudos de caráter especializado, necessários aos trabalhos do Instituto

CAPÍTULO II

COMPROMISSOS DO GOVÊRNO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA

O Govêrno Federal se compromete a:

a) aceitar as bases fixadas nesta Convenção para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística;

b) fazer adotar nos serviços estatísticos a seu cargo as normas técnicas que forem aprovadas pelo Conselho Nacional de Estatística;

c) providenciar para a execução dos alvitres propostos pelo Conselho visando melhorar o sistema dos serviços estatísticos nacionais;

d) não tomar nenhuma providência restritiva da autonomia da direção superior do Instituto ou das cinco repartições que lhe formam o núcleo central;

e) fornecer, pelos órgãos competentes, aos serviços regionais do Instituto, independentemente de publicação prévia, os resultados das estatísticas elaboradas, privativa ou diretamente, pela administração federal;

f) participar da associação cooperativa que tenha por fim instalar oficinas gráficas centrais, privativas do Instituto;

g) auxiliar com os recursos ao seu alcance as iniciativas dos Estados destinadas a facilitar o desenvolvimento dos serviços estatísticos;

h) franquear a correspondência postal-telegráfica dos órgãos componentes do Instituto, segundo o disposto no art 22 do Decreto n.º 24.609 e na forma das instruções que forem baixadas;

i) providenciar para tornar extensivas a todos os diretores dos serviços de estatística do Instituto e aos seus delegados ou agentes itinerantes, quando viajarem em objeto de serviço, as facilidades de transporte que a legislação e os contratos concedam ao funcionalismo federal;

j) promover o aparelhamento da Diretoria de Estatística da Produção para o fim de desempenhar as atribuições que, em virtude das cláusulas décima terceira e vigésima primeira, lhe forem conferidas;

l) providenciar para o alargamento dos recursos em pessoal e material da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, habilitando-a a prestar assistência mais eficaz aos Estados no que concerne ao levantamento da estatística educacional regulada pelo Convênio de 20 de Dezembro de 1931, cuja revisão o Ministro da Educação e Saúde Pública promoverá nos têrmos dos compromissos em vigor;

m) tomar idêntica iniciativa com relação ao Departamento de Estatística e Publicidade e aos demais serviços federais de estatística, para que bem possam desempenhar as funções que lhes ficaram conferidas;

n) proporcionar ao Território do Acre os meios necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes desta Convenção;

o) prover a que as repartições federais forneçam às repartições estatísticas do Estado e do Município onde funcionarem, os dados estatísticos cuja divulgação possa ser autorizada, em caráter permanente pelas autoridades competentes;

p) solicitar do Poder Legislativo a instituição de dois prêmios, um de 30 e outro de 15 contos de réis, que, a partir de 1937, serão conferidos, de dois em dois anos, aos autores de trabalhos originais e inéditos sôbre o método estatístico, classificados, respectivamente, em primeiro e em segundo logar no concurso, que será aberto e regulamentado pelo Instituto Nacional de Estatística

CAPÍTULO III

COMPROMISSOS DOS GOVERNOS REGIONAIS

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre declaram convencionalmente assentado, no que disser respeito às respectivas administrações, o que consta das cláusulas seguintes dêste Capítulo.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam integrados no Instituto todos os seus serviços de estatística, já organizados, ou que se vierem a organizar, para o fim de ordenar as respectivas atividades técnicas e os trabalhos que elaborarem, segundo as normas fixadas pelos órgãos competentes do Instituto, tendo em vista o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a uniformização das estatísticas nacionais, bem como a regularidade da sua divulgação. A matéria desta cláusula será, todavia, entendida sem prejuízo das atividades especializadas e dos desdobramentos que o Estado julgar convenientes, devendo os dados respectivos ser publicados com as devidas referências indicativas.

CLÁUSULA QUINTA

Serão examinadas e tomadas em consideração pelos Governos Compactuantes, no melhor espírito de cooperação e segundo um alto pensamento de organização nacional, as solicitações ou sugestões formuladas pelos órgãos competentes do Instituto.

CLÁUSULA SEXTA

Os Governos Federados responsabilizam-se pelas providências imediatas e suficientes para que, nas administrações que superintendem, o principal órgão do Instituto seja uma repartição ou departamento central de estatística da mais ampla autonomia e da mais alta hierarquia, que as respectivas organizações permitam. Tal órgão não incluirá, no seu programa, encargos que não sejam os de publicidade ou divulgação além dos trabalhos inerentes à sua função precípua. E' excluída dessa condição apenas a repartição de estatística do Acre, que poderá conservar sua estrutura atual desde que possua uma secção exclusivamente de estatística.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os Governos Federados proverão imediatamente a que seja movimentado cada ano, a partir de 1937, para fins da coleta estatística, um corpo de Agentes Itinerantes, no mínimo um para vinte municípios. A tais agentes, que, na qualidade de prepostos do Diretor de Estatística Geral, serão por êste livremente contratados e dispensados, competirá:

a) orientar os agentes municipais de estatística na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo;

b) controlar as informações colhidas pelos referidos agentes;

c) recolher elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corográfico dos municípios;

d) realizar a necessária propaganda dos serviços estatísticos;

e) efetuar as pesquisas de caráter técnico que não estiverem ao alcance dos agentes municipais, sejam as que interessarem à diretoria regional de estatística geral, sejam as que forem lançadas por órgãos estatísticos especializados, estabelecidos para isso os devidos entendimentos entre estes e aquela;

f) sugerir e orientar a melhoria dos registros públicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer.

CLÁUSULA OITAVA

Os Governos Federados interporão encarecidamente seus bons ofícios junto aos Governos Municipais afim de que sejam criadas e filiadas ao Instituto, na forma da cláusula vinte e oito, letra *f*, desta Convenção, as Agências Municipais de Estatística, que poderão ficar a cargo de um só funcionário ou de uma secção ou repartição. Comprometem-se mais a proporcionar a essas

agências todas as facilidades que forem necessárias e estiverem ao alcance da administração regional, inclusive a instituição de gratificações estimuladoras ou prêmios aos serventuários mais eficientes.

CLÁUSULA NONA

A partir de 1937, os Governos Federados farão organizar e publicar anualmente, pela sua principal repartição de estatística, os respectivos Anuários Estatísticos, de acôrdo sempre com a direção do Instituto e respeitados o plano mínimo, o modêlo e as normas que êste adotar; isto sem prejuízo de quaisquer outras publicações, subsidiárias ou não (cadastros, indicadores, boletins, etc.) que também possam organizar, observando sempre o critério de coerência com os resultados da estatística federal e adotados os seus modelos.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos Anuários e publicações a que se refere o artigo precedente, os dados sôbre superfície, população e demais assuntos que já estiverem assentados pela estatística federal, serão preferidos a quaisquer outros porventura existentes. No caso, porém, de alguns dêsses dados apresentarem erros sensíveis ou indícios positivos de deficiência, que mereçam referência especial, a competente ressalva será feita em nota, na qual se aluda à elaboração futura, no regime de cooperação do Instituto, de dados mais rigorosos. Outrossim, quando os Governos Federados julgarem de necessidade fazer a divulgação de resultados estatísticos que estejam sendo levantados sob os planos gerais do Instituto antes que êste tenha concluído a respectiva sistematização, fá-lo-ão mediante prévio entendimento para que êsses resultados se aproximem o mais possível dos algarismos definitivos, declarando estarem ainda sujeitos a retificação.

CLÁUSULA UNDÉCIMA

Os Governos Federados proverão a que funcionários dos seus serviços de estatística sejam comissionados, na medida do possível, para frequentarem os cursos de especialização que o Instituto organizar, ou fazerem estágios de aperfeiçoamento nas repartições centrais e serviços especializados mais eficientes da União, das Unidades Políticas ou de instituições privadas.

CLÁUSULA DUODÉCIMA

As repartições ou serviços da administração regional incorporados ao Instituto por esta Convenção serão autorizados a prestar-se mútuo auxílio, técnico ou administrativo, e a colaborar intimamente com os serviços congêneres federais, mediante entendimento com a direção superior do Instituto, segundo as necessidades ocorrentes. Os chefes ou encarregados de secções ou organizações semelhantes, incorporadas ao Instituto, mas que constituam parte integrante de repartições só por êsse fato vinculadas ao mesmo Instituto, se corresponderão diretamente com os órgãos dirigentes dêste, na forma das instruções ou normas que forem baixadas, em tudo que diga respeito à prestação ou ao recebimento de esclarecimentos sôbre o movimento técnico dos respectivos serviços. As providências, porém, que se tornarem necessárias com relação a êsses serviços para os fins do Instituto, e que importarem em ato de direção da repartição respectiva, serão obtidas mediante entendimento entre esta e o órgão competente do Instituto. Se escapar à alçada do diretor da repartição interessada, será o assunto resolvido entre a direção do Instituto e o Secretário de Estado competente ou o Chefe do Govêrno, em se tratando de matéria que afete interesses gerais da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os Governos Federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à estatística e centralizados, para os fins de síntese nacional, na Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, segundo planos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com êsse objetivo serão tomadas medidas, que assegurem a organização, para serem divulgados nos anos de milésimo nove e quatro (presentes aos censos gerais ou regionais), de cartas físicas e política do território estadual, das quais constem a divisão municipal, e, se possível, também a distrital, bem como as demais ordens de circunscrições administrativas e judiciárias. Aos Municípios, os mesmos serviços formularão, ainda, as sugestões convenientes e prestarão a assistência técnica necessária para que façam levantar ou rever, com a perfeição possível, os mapas dos respectivos territórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os Governos Federados, tendo em vista os interesses gerais da organização administrativa e em particular, o interêsse dos levantamentos estatísticos, encaminharão, com a assistência do Instituto, as providências legislativas ou administrativas que tenham por fim racionalizar a divisão dos respectivos territórios, tendendo a conseguir,

além de outros objetivos, que os entendimentos a êsse respeito estabelecerem como necessários ou vantajosos, os seguintes, que são considerados essenciais:

a) uniformidade de data para a revisão do quadro territorial, em todo o país, de modo que tenha ela lugar, para fins da sua boa fundamentação e regular periodicidade, logo após a divulgação dos resultados, dos recenseamentos gerais ou regionais, ou seja nos anos de milésimo dois e sete;

b) precisão e racionalidade dos limites circunscricionais a estabelecer, de modo que estes acompanhem acidentes geográficos facilmente identificáveis e fiquem também evitadas as linhas até agora usadas segundo variáveis divisas de terras de determinados proprietários;

c) sistematização da nomenclatura de maneira a ficar definitivamente suprimida tanto a identidade de designação entre circunscrições da mesma categoria, quanto a diversidade de toponímia entre as circunscrições administrativas e judiciárias e as respectivas sedes;

d) superposição sistemática da divisão judiciária à divisão administrativa, de forma que, por um lado haja uma só divisão distrital para fins tanto administrativos como judiciários e, por outro lado, os têrmos e comarcas tenham sempre por sede a sede municipal que lhes der o nome e compreendam integralmente, respeitados os respectivos limites, um ou mais municípios;

e) atribuição da categoria e foros de cidade e vila segundo critérios específicos claramente fixados em lei;

f) unificação dos âmbitos territóriais das unidades administrativas e judiciárias, de modo que a área de cada uma delas seja um todo, ficando assim suprimidos os casos de extra-territorialidade decorrentes das chamadas "fazendas encravadas" e os casos anômalos de circunscrições superiores formadas de duas inferiores não contíguas;

g) definição exata da constituição territorial das novas entidades administrativas criadas (distritos e municípios), indicando-se sempre as circunscrições distritais preexistentes que lhes houverem cedido território, e descrevendo-se os respectivos limites de forma a ficarem nitidamente destacados os trechos correspondentes a cada um dos distritos confrontantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Em complemento ao disposto na cláusula precedente, e tendo em vista que a medida é necessária não só para fins gerais da administração, mas principalmente para classificar a população do país em "urbana" e "rural", com os respectivos coeficientes de densidade, as Altas Partes Federadas propõem-se, como objetivo comum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permitir, que todas as municipalidades fixem ainda êste ano, determinando-lhe os limites e a área, o "quadro urbano" da cidade ou vila, sede do município, ficando também assentado que êsse quadro só possa ser modificado por ato do respectivo Govêrno, no qual venham referidos os novos limites e o acréscimo de área resultante da alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os Governos Federados, tendo em vista a fundamental importância dos registros públicos para o aperfeiçoamento das estatísticas, se obrigam a exercer particular vigilância para a regularização dos mesmos, à luz das ponderações que o Instituto lhes for formulando, e a encaminhar, bem assim, as providências que possam remover os embaraços à regularidade desejável nos ditos registros. Nesse propósito, terão em mira de modo muito particular:

a) a extensão do registro civil a todo o movimento demográfico registrável, segundo a legislação vigente, adotados os meios hábeis à consecução dêsse objetivo, como, por exemplo, os entendimentos com as autoridades eclesiásticas, para que sejam remetidos aos oficiais de registro extratos dos lançamentos relativos aos casamentos, batizados e encomendações que se celebrarem nas respectivas circunscrições;

b) a normalização do registro da propriedade imóvel como base das estatísticas do território, utilizado o recurso de gravames especiais do imposto territorial para as propriedades não inteiramente legalizadas;

c) o estímulo intensivo ao desenvolvimento do Registro Torrens, como futura e perfeita base de todas as estatísticas ligadas à apropriação e utilização do solo, possivelmente aproveitada com êsse fim a concessão de vantagens tributárias aos imóveis inscritos no dito registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os Governos Federados estudarão, com o concurso do Instituto, as medidas tendentes a assegurar a obrigatoriedade, no que depender das respectivas administrações, das informações necessárias à estatística nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica assentado entre os Governos Federados que as operações censitárias regionais de sua competência, salvo as

que, por circunstâncias especiais, entenderem conveniente realizar em outras épocas, sejam fixadas uniformemente para os anos de milésimo cinco, organizadas as mesmas de acôrdo com o Instituto e no intuito de aproveitar os resultados dêsses inquéritos como valiosos suplementos dos censos federais

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Comprometem-se os Governos Federados a tomar, de acôrdo com o Instituto, as providências ao seu alcance capazes de contribuir para a efetivação da obrigatoriedade legal do sistema métrico decimal. Empregarão o máximo esfôrço para que êsse sistema prevaleça integralmente desde já, não só na estatística oficial como em todos os usos diretos ou indiretos ligados à administração

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os Governos Federados comprometem-se a estabelecer normas uniformes nas declarações exigidas para o lançamento do imposto territorial de forma a permitir sua utilização para fins estatísticos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os Governos Federados concordam sejam centralizados na repartição federal competente os resultados mensais da apuração das respectivas estatísticas de exportação interestadual, as quais os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre por esta Convenção se obrigam a organizar segundo os métodos adotados pelo Conselho Nacional de Estatística. À mencionada repartição competirá a fusão e a divulgação dessas estatísticas, de modo que, pela sua generalidade e sistematização, possam por elas ser levantadas as estatísticas de importação interestadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os Governos Federados interporão seus bons ofícios junto aos Governos das respectivas Capitais, oferecendo-lhes para isso o concurso possível, no sentido de ser criado e mantido em dia na administração comunal o cadastro predial e domiciliário indispensável à boa elaboração das estatísticas locais e principalmente à permanente atualização dos seus cômputos demográficos, reclamada pela bio-estatística

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Os Governos Federados concordam em que a contabilidade dos respectivos tesouros mantenha nos seus registros e balanços a discriminação de títulos suficiente para que as estatísticas financeiras da administração regional possam ser resumidas pelo Instituto com uniformidade de compreensão e segundo o esquema geral previamente aprovado pelo Conselho Nacional de Estatística. Tomarão, outrossim, por intermédio dos seus departamentos de assistência à administração municipal ou, na falta, por intermédio do órgão para isso mais indicado, as iniciativas necessárias afim de que a contabilidade dos municípios também satisfaça às especificações adotadas pelo Instituto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Para demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e caracterizar de forma impressiva, gráfica e numericamente, os principais aspectos da vida nacional, os Governos Federados providenciarão no sentido de participar anualmente da Exposição Nacional de Estatística que o Instituto organizar ou patrocinar, e, para êsse efeito, manterão em suas repartições de estatística geral o indispensável serviço de cartografia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

No intuito de assegurar perfeição, regularidade e economia na impressão dos seus Anuários e demais publicações de natureza estatística, as Altas Partes Federadas que não dispuserem de oficinas em condições de atender às exigências dessas publicações, firmam o propósito de custearem coletivamente, com o concurso do Govêrno Federal, as oficinas gráficas privativas do Instituto. A autorização legislativa, de que depende tal providência, será em tempo solicitada pelos Governos Federados As oficinas referidas, organizadas e dirigidas pelo Instituto, terão regulamentação capaz de atender equitativamente a todos os serviços delas exigidos, segundo o plano cooperativo que for aprovado pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Os Governos Federados teem como firmado o compromisso de providenciar em tempo para que os respectivos Poderes Legislativos possam incluir no orçamento para 1937 as verbas que julgarem conveniente destinar à criação ou reorganização dos respectivos serviços de estatística, tendo em vista o assentado nesta Convenção ou em ulteriores entendimentos com o Instituto

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Os Governos Federados comprometem-se a encaminhar à Junta Executiva Central, como base dos estudos que esta terá de apresentar à Assembléia Geral na reunião inaugural do Conse-

lho, um esquema da sua futura organização estatística e informações precisas sôbre suas possibilidades técnicas nessa matéria, facilitando assim o estabelecimento das normas iniciais para as atividades do Instituto considerado em seu conjunto.

CAPÍTULO IV

COMPROMISSOS COMUNS A TODOS OS GOVERNOS COMPACTUANTES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

O Govêrno Federal e os Governos Federados, neste instrumento compactuantes, se coobrigam a:

a) tomar as providências necessárias para que nas respectivas leis, ou normas executivas, se exija para a admissão nos quadros das repartições de estatística integradas no Instituto, prévia demonstração, em prova de suficiência ou concurso, da aptidão mínima definida pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística ou, enquanto esta não estiver funcionando, pela Junta Executiva Central;

b) não permitir que os funcionários das referidas repartições sejam afastados do exercício das suas para outras funções, sem compensação julgada satisfatória pelos respectivos chefes ou diretores, tendo em vista as necessidades dos serviços por que estes responderem;

c) promover a fixação de normas que permitam e facilitem a transferência, por permuta, dos funcionários dessas repartições, bem como das secções filiadas avulsamente ao Instituto, que, em representação fundamentada, os respectivos dirigentes indicarem como inadaptáveis à especialização profissional requerida pelos serviços estatísticos;

d) providenciar para que no quadro dos seus serviços de estatística se criem categorias técnicas, devidamente hierarquizadas e adequadamente remuneradas, para a primeira das quais, colocada em nível correspondente à de primeiro oficial em Secretaria de Estado, a admissão dependa de habilitação em concurso de provas, em que se verifique possuirem os candidatos cultura secundária, conhecimento de matemática suficiente à análise estatística, e a especialização teórico-prática exigida pelas atividades superiores dos serviços de estatística;

e) fixar critérios administrativos que evitem terminantemente a utilização das verbas dos serviços de estatística para fins estranhos aos ditos serviços, ou mesmo a êles atinentes, mas sem prévia proposta dos respectivos responsáveis diretos;

f) considerar filiados ao sistema regulado por esta Convenção, com direito aos auxílios e vantagens que o Instituto lhes possa proporcionar, os serviços, agências ou repartições municipais de estatística, desde que os respectivos Governos, por intermédio da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística o solicitem, com o compromisso de subordinar as atividades dos referidos órgãos às normas gerais de cooperação aprovadas pela Assembléia Geral do Conselho, ou, enquanto esta não se reunir, estabelecidas pela Junta Central; devendo, porém, ser baixados pelas respectivas Juntas Regionais os competentes atos declaratórios, feitas as necessárias comunicações à Secretaria Geral do Instituto.

g) considerar igualmente filiados ao Instituto os serviços estatísticos de instituições privadas, bem como de institutos oficiais ou oficializados autárquicos, desde que essas organizações se disponham a colaborar com o mesmo Instituto, subordinando-se às normas e condições que o Conselho fixar, lavrado para isso o necessário têrmo de acôrdo;

h) tomar, como contribuição ao aperfeiçoamento profissional do seu funcionalismo de estatística, tantas assinaturas da Revista de que trata o art. 19 do Decreto n.º 24.609, quantas forem as secções das suas repartições e organizações integradas no Instituto.

i) submeter ao Poder Legislativo todas as sugestões ou solicitações decorrentes desta Convenção ou das deliberações do Conselho Nacional de Estatística e cujo deferimento não caiba nas respectivas atribuições;

j) promover, segundo a respectiva competência, a inclusão do ensino elementar da estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional, observadas as indicações feitas por técnicos de reconhecida capacidade, com o concurso do Instituto Nacional de Estatística; e providenciar para que os programas dos concursos destinados ao preenchimento dos cargos iniciais da administração pública compreendam uma prova de estatística;

l) providenciar para que, na administração pública, as solicitações relativas aos serviços estatísticos tenham, sempre que possível, preferência sôbre os demais;

m) providenciar para que prevaleça a norma de serem incluídas, em todas as concessões de caráter público, disposições que tornem obrigatória a prestação de informações estatísticas;

n) ratificar, publicar e mandar executar imediatamente esta Convenção, baixados os competentes decretos dentro do prazo de trinta dias, a

contar da assinatura do instrumento convencional, aberta exceção para o Território do Acre, que cumprirá essa obrigação no prazo de sessenta dias.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

O Conselho Nacional de Estatística instalar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléia Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de Dezembro do corrente ano, afim de deliberar sôbre a parte da presente Convenção a executar-se no próximo exercício. Com êsse objetivo, a Junta Executiva elaborará as normas gerais da organização dos inquéritos necessários à órbita federal, remetendo cópias aos Governos Regionais Estes farão estudar o assunto pelos órgãos competentes e darão poderes aos respectivos representantes na Assembléia Geral para que esta tome as deliberações convenientes à coordenação e unificação dos resultados das estatísticas brasileiras de significação nacional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

O Instituto Nacional de Estatística criará um diploma de relevantes serviços, que será conferido a todos aqueles que, não exercendo função pública remunerada, se tenham distinguido na colaboração aos trabalhos estatísticos em qualquer parte do território nacional. Para isso será exigida a apresentação de atestados comprovantes, da autoridade considerada idônea pelo Instituto Nacional de Estatística.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Continuarão em vigor para todos os efeitos o Convênio multi-lateral de 1931, entre o Govêrno Federal e as Unidades Políticas da União, para a uniformização e aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e conexas, bem assim os acordos bilaterais que mantenham entre si, para fins de estatística, duas ou mais das Altas Partes Compactuantes. Quaisquer outros acordos especiais, visando interesses dos respectivos serviços estatísticos, poderão ser estabelecidos pelos Governos aquí coobrigados coletivamente, ouvido o Instituto, pelos órgãos competentes, para que tais acordos não prejudiquem os fins visados por êste instrumento nem impeçam os objetivos de cooperação e unificação de que carece a estatística brasileira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

As Altas Partes Compactuantes conveem em formular os seguintes votos:

a) para que as Convenções e Acordos que em outros sectores da administração forem sendo firmados em decorrência do art. 9.º da Constituição da República, focalizem sempre, de modo particular, a instituição de melhores e mais amplos registros sôbre os fatos a que se referirem, bem assim a fixação de normas precisas tendentes a facilitar o aproveitamento de tais registros pelo Instituto Nacional de Estatística;

b) para que as Municipalidades Brasileiras recebam com o melhor interêsse e profundo espírito de cooperação as sugestões que as Altas Partes Compactuantes lhes houverem de dirigir tendo em vista, de um modo geral, a melhoria dos seus serviços e registros para fins da estatística nacional, e em particular, as solicitações relativas ao levantamento dos mapas dos respectivos territórios e à criação das Agências Municipais de Estatística, a serem filiadas ao Instituto;

c) para que as Prefeituras das Capitais dos Estados e do Acre se solidarizem num esfôrço eficaz, tendo em vista a criação em seus Serviços ou Repartições de Estatística, de um eficiente cadastro predial e domiciliário, acompanhando quanto possível a organização padrão que o Distrito Federal fixar, visando não só os objetivos sociográficos que a matéria comporta, mas principalmente o conhecimento permanente dos efetivos prediais e demográficos do respectivo território segundo as zonas em que êste se dividir;

d) para que o funcionalismo de estatística do Brasil, na conciência exata da sua alta missão social e política, no cumprimento dos seus nobres deveres profissionais e na compreensão dos imperativos morais que esta Convenção lhe traz, se empenhe em elevar o nível intelectual e técnico dos seus elementos componentes, pelo esfôrço de constante aperfeiçoamento pessoal a que cada um se dedique e por um espírito de sadio entusiasmo e cooperação em tudo que deles dependa para o êxito integral dos fins desta Convenção;

e) para que todas as instituições privadas que possam contribuir para a integração da estatística brasileira na sua verdadeira missão, como esclarecedora dos caminhos que a Nação deva escolher para orientar os seus destinos, prestem ao Instituto, sem desconfiança, em espírito de verdade e de serviço público, todo o concurso que lhes está facilmente ao alcance;

f) para que a Imprensa Brasileira colabore na publicidade indispensável a que os serviços estatísticos nacionais sejam bem conhecidos em sua organização e fins, se prestigiem cada vez mais perante a opinião pública e te-

nham seus principais resultados devidamente vulgarizados;

g) para que o Conselho Nacional de Educação inclua no Plano de Educação as disposições fundamentais para que o ensino da estatística figure adequadamente em todos os graus da instrução pública;

h) para que a Sociedade Brasileira de Estatística se reorganize quanto antes e desenvolva intensamente, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Estatística, suas atividades, prestando à cultura nacional e especialmente à estatística brasileira, os fecundos serviços que dela se podem esperar;

i) para que as organizações eclesiásticas existentes no país enriqueçam o seu ministério concorrendo pela propaganda e pela ação direta para que o Registro Civil alargue a sua área de eficiência e preste à Nação integralmente os benefícios estatísticos, sociais e administrativos a que é destinado;

j) para que os Governos Estaduais, em necessária continuidade de ação e recorrendo aos recursos da aerofotogrametria, providenciem quanto antes para a rápida, exata e suficiente representação cartográfica dos respectivos territórios.

Em fé do que os Delegados acima referidos, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Itamaratí, em sessão solene do encerramento dos trabalhos da Assembléia Convencional, realizada aos onze do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e seis, assinaram a presente Convenção, cujo original datilografado em 35 fôlhas, todas autenticadas no verso pelo presidente da Assembléia e pelos representantes do Distrito Federal e dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ficará arquivado na Secretaria do Instituto Nacional de Estatística.

DELEGAÇÃO FEDERAL — (aa) *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléia Convencional; *Heitor Bracet,* representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Léo de Afonseca,* representante do Ministério da Fazenda; *Luiz Joaquim da Costa Leite,* representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Rafael Xavier,* representante do Ministério da Agricultura; *Mário Augusto Teixeira de Freitas,* representante do Ministério da Educação e Saúde Pública; *Licínio de Almeida,* representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Custódio dos Reis Príncipe Júnior,* representante do Ministério da Guerra; *Manoel Pinto Ribeiro Espíndola,* representante do Ministério da Marinha; *Paulo Vidal,* representante do Ministério das Relações Exteriores.

DELEGAÇÕES REGIONAIS — (aa) *Alberto Diniz,* representante do Território do Acre; *C. Tavares Bastos,* Delegado do Distrito Federal; *Castro Azevedo,* Delegado do Estado de Alagoas; *A. Carvalho Leal,* Delegado do Estado do Amazonas; *Álvaro Navarro Ramos,* Delegado do Estado da Baía; *Rui de Almeida Monte,* Delegado do Estado do Ceará; *Carlos Fernando Monteiro Lindenberg,* Delegado do Estado do Espírito Santo; *Benjamim da Luz Vieira,* Delegado do Estado de Goiaz; *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho,* Delegado do Estado do Maranhão; *Firmo Dutra,* Delegado do Estado de Mato Grosso; *Israel Pinheiro da Silva,* Delegado do Estado de Minas Gerais; *Leopoldo Pena Teixeira,* Delegado do Estado do Pará; *Celso Mariz,* Delegado do Estado da Paraíba; *Francisco F. Pereira,* Delegado do Estado do Paraná; *Lauro Montenegro,* Delegado do Estado de Pernambuco; *Agenor Monte,* Delegado do Estado do Piauí; *Fidelis Sigmaringa Seixas,* Delegado do Estado do Rio de Janeiro; *Joaquim Inácio de Carvalho Filho,* Delegado do Estado do Rio Grande do Norte; *Raul Pila,* Delegado do Estado do Rio Grande do Sul; *Celso Fausto de Sousa,* Delegado do Estado de Santa Catarina; *Luiz Pisa Sobrinho,* Delegado do Estado de São Paulo; *Augusto Leite,* Delegado do Estado de Sergipe.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Números, datas e ementas das Resoluções aprovadas na primeira sessão ordinária da Assembléia Geral

N.º 28 — de 3 de Julho de 1937.
Torna obrigatórios o exame e a discussão, em cada sessão anual da Asembléia Geral, de relatórios de todos os seus membros que representarem organizações estatísticas.

N.º 29 — de 7 de Julho de 1937.
Dispõe sôbre o pagamento de uma ajuda de custo e das despesas de passagens aos delegados do Conselho Brasileiro de Geografia, e dá outras providências.

N.º 30 — de 9 de Julho de 1937.
Formula um apêlo ao Conselho Brasileiro de Geografia,

relativamente à Carta do Brasil e ao Atlas Geográfico Brasileiro, como elementos subsidiários do Recenseamento Geral da República em 1940.

N º 31 — de 10 de Julho de 1937.
Referenda o regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, e dá outras providências.

N.º 32 — de 14 de Julho de 1937.
Regula a elaboração e divulgação das tábuas itinerárias brasileiras.

N º 33 — de 14 de Julho de 1937.
Consigna o aplauso do Instituto ao projeto de reforma do Calendário, organizado pela Liga das Nações

N º 34 — de 14 de Julho de 1937
Regula a constituição e o funcionamento das Comissões Técnicas

N º 35 — de 14 de Julho de 1937
Regula a inclusão de uma parte suplementar, retrospectiva e de comparação internacional, no Anuário Estatístico do Brasil, a partir da edição de 1937

N º 36 — de 14 de Julho de 1937
Prescreve a comparação, nas separatas do Anuário Estatístico do Brasil, dos dados regionais com os nacionais.

N º 37 — de 14 de Julho de 1937.
Dispõe sôbre um inquérito junto aos Consultores Técnicos do Instituto

N º 38 — de 14 de Julho de 1937.
Prescreve a organização anual de uma série de conferências dos Consultores Técnicos do Instituto perante a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

N º 39 — de 14 de Julho de 1937.
Prescreve o alargamento dos objetivos das Juntas Executivas do Instituto

N º 40 — de 14 de Julho de 1937.
Dispõe sôbre o alargamento das atividades divulgadoras das repartições de estatística

N º 41 — de 14 de Julho de 1937.
Interpreta a cláusula XXI da Convenção Nacional de Estatística.

N º 42 — de 14 de Julho de 1937
Dispõe sôbre a regulamentação da franquia postal e telegráfica dos vários órgãos do Instituto.

N.º 43 — de 14 de Julho de 1937.
Aprova um padrão para as leis de criação das Agências Municipais de Estatística

N º 44 — de 15 de Julho de 1937.
Aprova as contas do Instituto Nacional de Estatística

N.º 45 — de 15 de Julho de 1937.
Formula sugestões para o desenvolvimento dos "serviços de publicidade" afetos às repartições de estatística.

N º 46 — de 15 de Julho de 1937.
Aprova os atos das Juntas Executivas do Instituto até 30 de Junho de 1937, e formula um voto relativamente às Resoluções ns. 11 e 14, da Junta Executiva Central.

N º 47 — de 15 de Julho de 1937.
Prescreve a referência ao Instituto nas publicações de sua responsabilidade e sugere a conveniência da uniformidade ortográfica nas mesmas pupublicações.

N º 48 — de 15 de Julho de 1937
Determina providências, junto à autoridade competente, no sentido de ser remetido, gratuitamente, às Repartições Centrais Regionais, o Diário Oficial Federal

N º 49 — de 15 de Julho de 1937.
Fixa o orçamento do Instituto para 1938.

N º 50 — de 17 de Julho de 1937.
Propõe as bases para a organização, execução e divulgação do Recenseamento Geral da República em 1940.

N º 51 — de 17 de Julho de 1937.
Provê à designação de uma Comissão Técnica Especial, para propor os aperfeiçoamentos aconselháveis à organização das estatísticas do comércio inter-estadual

N º 52 — de 17 de Julho de 1937.
Determina providências para a distribuição dos ante-projetos a serem apresentados às Assembléias Gerais.

N º 53 — de 17 de Julho de 1937.
Providencia sôbre uma representação do I.N E relativa aos serviços de estatística policial e criminal.

N º 54 — de 17 de Julho de 1937.
Providencia sôbre um acôrdo especial entre as três repartições de âmbito nacional diretamente interessadas no levantamento da bio-estatística

N.º 55 — de 17 de Julho de 1937.
Recomenda, às Juntas Executivas Regionais, providências tendentes ao aperfeiçoamento do cadastro patrimonial do País.

N.º 56 — de 17 de Julho de 1937.
Modifica o art. 4.º do Regimento das Juntas Executivas Regionais.

N.º 57 — de 17 de Julho de 1937.
Provê à imediata elaboração, segundo o plano que estabelece, de monografias estatístico-descritivas municipais.

N.º 58 — de 17 de Julho de 1937.
Providencia para a organização do indicador das firmas exportadoras do Brasil.

N.º 59 — de 17 de Julho de 1937.
Sugere aos Governos Regionais a conveniência do cumprimento imediato das cláusulas XIV e XV da Convenção de Estatística, com a uniformização, desde logo, do critério para a concessão dos foros de "cidade" e "vila" aos aglomerados urbanos dos respectivos territórios.

N.º 60 — de 17 de Julho de 1937.
Dispõe sôbre a publicação regular, nas bases que estabelece, do Prontuário da Divisão Administrativa e Judiciária do Brasil e fixa um critério para o Cômputo das unidades do quadro territorial.

N.º 61 — de 17 de Julho de 1937.
Providencia sôbre as vantagens estatuídas na cláusula II, letra "i", da Convenção Nacional.

N.º 62 — de 17 de Julho de 1937
Formula pronunciamentos diversos do Conselho Nacional de Estatística sôbre atos e fatos atinentes à vida do Instituto e ao progresso do País, em geral.

N.º 63 — de 17 de Julho de 1937.
Propõe medidas que estimulem os estudos sôbre a história da estatística brasileira, e dá outras providências.

N.º 64 — de 17 de Julho de 1937
Delega à Junta Executiva Central a fixação das normas previstas na cláusula XXVIII, letras "a" e "b" da Convenção Nacional de Estatística.

N.º 65 — de 17 de Julho de 1937.
Provê à designação de uma comissão técnica especial incumbida de propor à Assembléia Geral do Conselho um método brasileiro para a elaboração das estimativas anuais da produção.

N.º 66 — de 17 de Julho de 1937.
Dispõe sôbre o recurso ao rádio para maior divulgação dos dados coligidos, acêrca da realidade brasileira, pelas repartições de estatística da República.

RESOLUÇÃO N.º 76 — DE 18 DE JULHO DE 1938

Fixa a classificação geral do ensino para fins da estatística brasileira.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições; e

considerando a classificação do ensino adotada pelo Ministério da Educação e Saúde, em virtude da cláusula 8ª do Convênio Inter-administrativo de 20 de Dezembro de 1931, que regulou o levantamento nacional das estatísticas educacionais e conexas, trabalho êsse calcado em um estudo do Prof. Lourenço Filho, acatada autoridade em assuntos de educação;

considerando que essa classificação se demonstrou, na prática, perfeitamente satisfatória;

considerando, também, que o respectivo esquema está adaptado às conclusões da Comissão Mista do Instituto Internacional de Estatística e da Comissão de Cooperação Intelectual da Liga das Nações;

considerando, ainda, que o levantamento da estatística brasileira do ensino, segundo o referido esquema, tem permitido ao Brasil fornecer as resenhas estatísticas anuais solicitadas pelo Instituto Internacional de Educação e destinadas ao Anuário dessa instituição;

considerando, entretanto, que a Constituição política de 1934 usou de uma terminologia que se afastava das designações consagradas na aludida classificação, o que levou o Ministro da Educação a mandar efetuar, a partir de 1936, as alterações necessárias no esquema em vigor;

considerando o exposto no "comunicado de imprensa" de Dezembro de 1935, da Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, intitulado "A taxinomia da estatística educacional brasileira";

considerando, porém, que as razões expostas no referido "comunicado"

prendem-se, apenas, à conveniência de harmonizar a terminologia da estatística educacional com a que preferira a Constituição de 1934;

considerando, todavia, que êsse motivo desapareceu com a substituição da Carta Política da República;

considerando, por outro lado, que a classificação adotada não tem nenhum inconveniente, em si mesma considerada, e que a sua conservação oferece a vantagem de não se alterar a sistemática a que obedece desde 1932, a publicação, no país e no estrangeiro, dos dados estatísticos referentes ao movimento educacional brasileiro;

considerando a conveniência de ficar prestigiada pelo Instituto a classificação adotada pelo Ministério da Educação, sem prejuízo, porém, da regulamentação definitiva que der à matéria a 2.ª reunião do Convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais, a ser oportunamente convocado;

Resolve:

Art 1.º Fica aprovada e adotada para todos os efeitos da estatística geral brasileira, *ad referendum* da 2ª reunião do Convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a classificação do ensino adotada pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação desde 1932.

Art 2º O esquema geral da classificação em aprêço é assentado da seguinte forma:

I Ensino comum.

II. Ensino supletivo

III. Ensino emendativo.

§ 1.º Os dois últimos têrmos formam o grande ramo do ensino chamado "especial" que, contraposto ao "ensino comum", é o que se oferece a categorias de discentes particularizadas por circunstâncias individuais ou sociais, dentro dos grupos de população a que se destinam as modalidades fundamentais do ensino comum.

§ 2.º Êsse ensino especial, como as respectivas designações bem o exprimem, ou visa *suprir* deficiências eventuais da obra educacional *comum*, ou tem por fim corrigir, ou *emendar*, quanto possível, por uma feição particular da educação ministrada, determinada anormalidade do *físico, da inteligência e da conduta*

Art. 3.º Com essa divisão fundamental combina-se, a seguir, a divisão segundo o tipo do ensino, isto é, conforme tenha êle por fim ministrar uma cultura — ou geral, ou semi-especializada, ou especializada, relativamente aos campos de aplicação a que se destinam as atividades dos educandos, tendo em vista as aptidões de que pretendam revestir-se.

Art. 4.º Para a boa distribuição dos cursos segundo os têrmos dessa segunda divisão, fica assentada a seguinte conceituação:

I. Ensino geral é aquele que desenvolve uma cultura enriquecedora do espírito, independentemente de objetivos profissionais;

II. Ensino semi-especializado é o que torna o discente apto a um grupo mais ou menos amplo de atividades profissionais, ou então o que ministra, simultaneamente com a cultura geral, uma determinada cultura especializada;

III. Ensino especializado é o que, sem fins de cultura geral, só tenha por objeto os conhecimentos e o tirocínio necessários a uma especialização profissional nitidamente marcada

Art. 5º Com essas duas distribuições fundamentais combina-se a sub-divisão cabível segundo os graus, distinguindo-se o "ensino primário ou elementar", o "secundário ou médio" e o "ensino superior", seguindo-se a partir daí as categorias específicas.

Art. 6º A estatística educacional brasileira adotará ainda as discriminações necessárias para que os seus resultados também se resumam pelas seguintes ramificações do ensino:

I. Segundo a dependência administrativa, — em: a) ensino federal; b) ensino estadual; c) ensino municipal; d) ensino particular

II Segundo a padronização do ensino, — em: a) ensino oficial ou oficializado; b) ensino livre

III. Segundo o destino do ensino, — em: a) ensino civil; b) ensino militar

IV. Segundo as categorias do ensino (somente as tipicamente destacadas na linguagem comum), em: a) ensino primário; b) ensino secundário; c) ensino doméstico; d) ensino técnico-industrial; e) ensino comercial; f) ensino artístico; g) ensino magisterial; h) ensino superior; i) outros ensinos.

Art 7º A estatística do ensino primário geral (comum e supletivo) será sempre destacada no conjunto tabular da estatística educacional

Parágrafo único. Essa estatística se adaptará ao plano especial que lhe traçou o Convênio Inter-administrativo de 1931, apresentando o movimento escolar, nos seus aspectos mais gerais, de forma a poder ser classificado segundo os seguintes grupamentos dos cursos:

I. Segundo o sexo a que se destinam, — em: a) masculinos; b) femininos; c) mistos.

II. Segundo as dependências administrativas, — em: a) federais; b) estaduais; c) municipais; d) particulares.

III. Segundo a localização, — em: a) urbanos (nas sedes municipais); b) distritais (nas sedes distritais); c) rurais (nas demais localizações).

IV. Segundo a natureza do ensino, — em: a) pré-primários: 1. maternais; 2. infantís. b) fundamentais: 1. comuns; 2. supletivos. c) complementares: 1. pré-vocacionais; 2. vocacionais.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1938, ano 3.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins,* Secretário Assistente da Assembléia. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas,* Secretário Geral do Instituto.

Publique-se. — *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

Quantos seremos no dia 1.º de Setembro de 1940? Esta é a grande, a palpitante questão do momento. Cabe a cada um de nós, que nos prezamos de ser bons brasileiros, o dever imperativo de contribuir para que essa pergunta seja bem respondida no momento oportuno.

RESENHA

O 4.º ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DO I. B. G. E.

Assinalou-se a 29 de Maio último o quarto aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934.

Em solenização à data, foi inaugurada, no recinto da Feira de Amostras, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais, verificando-se o ato às 11 horas, com a presença do Sr. Presidente da República, Ministros de Estado e outras altas autoridades civís e militares, além de grande massa popular

Sob a presidência do Sr Getúlio Vargas, realizou-se uma reunião festiva, compondo-se a mesa dos Srs Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I B G. E , Fernando Costa, Ministro da Agricultura, Comte Amaral Peixoto, Interventor Federal no Estado do Rio, General Cândido Rondon, João Carlos Vital, presidente do Instituto de Resseguros, Carneiro Felipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, C. Tavares Bastos, Licínio de Almeida e M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do I. B. G. E

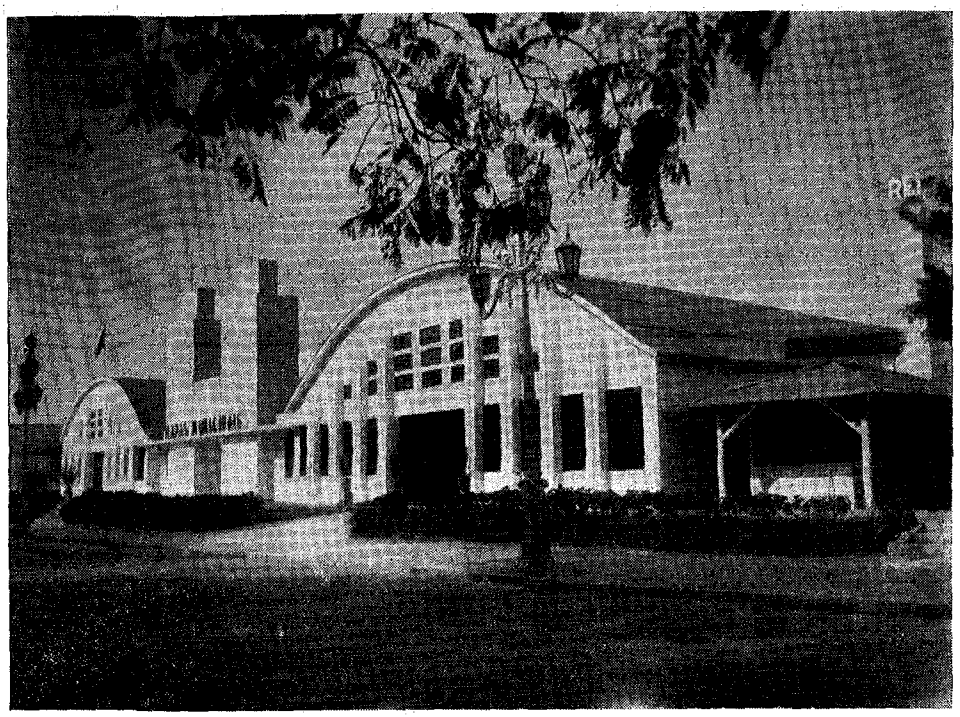
Teve a palavra, em primeiro lugar, o Sr. C. Tavares Bastos que, em eloquente alocução, prestou ao Instituto as homenagens da Sociedade Brasileira de Estatística, fazendo, então, breve e expressivo retrospecto das atividades estatísticas no Brasil e dos trabalhos empreendidos, até hoje, para sua completa coordenação e planificação geral

Falou, a seguir, o Sr. Licínio de Almeida, membro do Conselho Nacional de Estatística, que, após agradecer as palavras do orador precedente, rendeu significativo preito de homenagem à memória do "Fundador da Estatística Geral Brasileira", Dr Bulhões Carvalho.

Discursou, após, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que esboçou, em largos traços, o panorama dos trabalhos levados a efeito, em âmbito nacional, pelo I B. G E., nos três planos de sua atuação — estatístico, geográfico e censitário —, com o concurso da opinião esclarecida do país e o apoio constante de todos os elementos representativos das três órbitas políticas da nação — federal, estadual e municipal.

Frisou o orador a amplitude, complexidade e profundidade das realizações do Instituto em seus quatro anos de fecundo labor — "realizações, não somente no terreno técnico, senão também no social, e ainda no próprio campo administrativo e político, tal como logicamente deve estar na finalidade dos órgãos de estatística no Estado moderno". Referiu-se às duas campanhas de maior vulto desenvolvidas pelo I B. G E. no sentido do exato conhecimento da Terra e da Gente brasileiras. A primeira — o levantamento cartográfico do país "por etapas sucessivas e bem ordenadas, a saber: o preparo dos mapas dos municípios, já concluído; a determinação das coordenadas das sedes municipais, que já nos deu a posição de cêrca de cem cidades brasileiras; a medida das altitudes, que se fará quanto às localidades e quanto aos pontos mais importantes; a sistematização normativa da cartografia brasileira, em vias de generalização; e, em desenvolvimento regular, a coligenda das efemérides geográficas, a elaboração do dicionário toponímico e o preparo de edição atualizada da Carta Geral do Brasil". E a segunda — o Recenseamento Geral da República, operação de grande porte que visa fixar, em sua totalidade, os aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais do país

Acentuou o orador a expansão e, também, o bom êxito das atividades do sistema federativo que o I B. G. E centraliza e cujos órgãos hoje alcançam todo o território nacional, referindo, ainda, os três objetivos culturais a cuja consecução a entidade se vai consagrar, doravante, e que são: o IX Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se em Setembro, em Florianópolis; a Exposição de Educação e Estatística de Goiânia e a construção da sede do próprio Instituto, num edifício onde igualmente se instalarão numerosas associações técnicas e culturais, a Exposição Permanente de Educação e Cultura e o Planetário Cruzeiro do Sul, estes últimos com finalidade educativa, de recreio e de instrução popular Finalizou o Embaixador Macedo Soares formulando o preito de reconhecimento do I B G E a todos os brasileiros que teem contribuído para as suas vitórias e, em especial, ao Chefe da Nação, pelo apoio e prestígio sempre assegurados aos seus empreendimentos, frisando, por fim, que o "milagre da eficiência" do Instituto se resumia na perfeita compreensão



Pavilhão da Feira Internacional de Amostras, no qual se realizou a Exposição dos Mapas Municipais

das diretrizes que o Presidente da República lhe ditara "Espírito de cooperação, espírito de iniciativa, espírito de verdade, espírito de transigência. Numa palavra: espírito de progresso, mas sem esquecer nunca o espírito de ordem"

Por último, falou o Sr. Presidente da República, exprimindo o regozijo com que inaugurava a Exposição dos Mapas Municipais. Foi o seguinte o discurso de S. Excia :

"Completa, hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o seu 4.º aniversário e, comemorando esta data, inaugura a exposição de mapas de todos os municípios do Brasil, em número de 1 574, que acorreram sem exceção ao chamamento do Instituto

Surge, no mesmo dia, o quarto número do *Anuário Estatístico do Brasil*, em que os fatos de natureza política, cultural, moral, social, econômica e financeira são classificados e ordenados, podendo-se, através deles, fazer um estudo da vida do país, de seu crescimento, de sua marcha ascencional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem entre os seus objetivos imediatos a execução do Recenseamento Geral, que é, como sabeis, um fator de ordem capital para que nos conheçamos a nós mesmos. Dentro de pouco tempo, teremos o censo do Brasil, — o conhecimento da sua população e de todos os elementos indispensáveis à obra dos economistas e dos sociólogos, para bem interpretar a nossa vida.

Tudo o que se tem feito é o resultado do trabalho e do esfôrço dos técnicos do Instituto, que, além da sua competência e dedicação, teem empregado, nessas tarefas, a fé e entusiasmo, sem o que nada é possível realizar de duradouro.

Deve-se isto à reconhecida operosidade e ao desinterêsse patriótico do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, supervisando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade, tão próprias do seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em todas as emprêsas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir

Apreciando tais fatos e antes de encerrar esta sessão, para irmos, então, examinar o resultado consignado na exposição dos mapas municipais que servirão de base ao levantamento da Carta Geral do Brasil, quero apresentar a êsses dedicados servidores do país, com a declaração de que êles bem corresponderam à espectativa do Govêrno e às necessidades nacionais, as minhas felicitações e os meus agradecimentos".

Cessados os aplausos ao discurso do Presidente Getúlio Vargas, o Em-

baixador José Carlos de Macedo Soares comunicou que, em comemoração ao aniversário do Instituto e atendendo ao apêlo que lhe fizera, nesse sentido, o Conselho Nacional de Estatística, S. Excia. assinara, naquela data, um decreto-lei, pelo qual fôra deferida aos sobrinhos do "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho —, filhos do jurisconsulto João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, a herança deixada pelo primeiro.

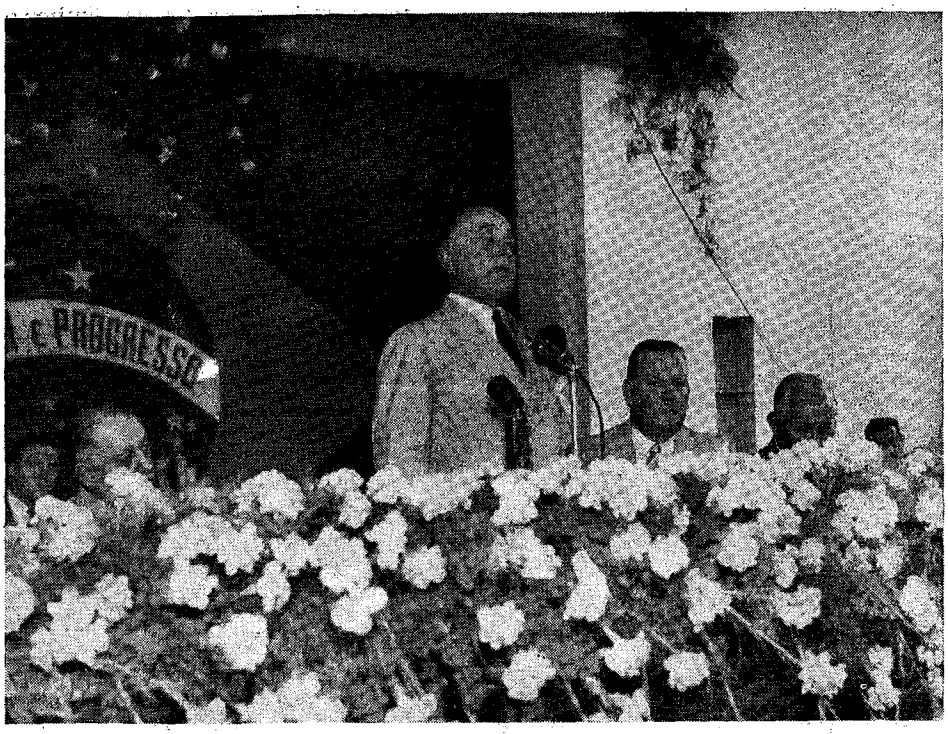
A seguir, o Chefe do Govêrno examinou, uma a uma, as publicações do I. B. G. E., expostas em interessante "stand", entre as quais se enfileiravam, além de outras de não menor vulto, editadas pelo Conselho Nacional de Geografia e pela Comissão Censitária Nacional, o *Anuário Estatístico do Brasil — 1938* e suas separatas — a *Estatística do Ensino*, a *Sinopse Estatística do Brasil*, em português e inglês, e as Sinopses Estatísticas de quasi todas as Unidades Federadas, referentes a 1938, — a *Divisão Territorial do Brasil*, o *Anuário Estatístico do Distrito Federal — 1938* e o *Brazil — 1938*, em inglês.

O presidente da República e sua comitiva assistiram a uma demonstração interessante do Serviço Nacional de Recenseamento — a embalagem e encaixotamento de todo o material censitário destinado aos municípios de São Borja e Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul.

Percorreram, em seguida, demoradamente, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais, onde se reuniam as 1 574 cartas das unidades componentes do quadro territorial brasileiro, cartas essas acompanhadas de fotografias dos melhoramentos urbanos e belezas naturais de cada município.

Durante longo tempo, o Presidente Getúlio Vargas permaneceu em visita às várias galerias onde se encontravam expostas as cartas topográficas, trocando impressões com as autoridades e técnicos que o acompanhavam e solicitando, com o maior interêsse, esclarecimentos sôbre os serviços de organização dos mapas. S. Excia. teve ensêjo de manifestar, então, a excelente impressão que lhe causavam os resultados dos trabalhos. E, antes de deixar o recinto, redigiu expressivo telegrama de congratulações ao Sr. Manuel Ribas, Interventor Federal no Paraná, pela excelente contribuição oferecida ao certame por aquele Estado, cujos mapas — dado o rigoroso critério técnico a que obedeceu o seu levantamento — mereceram de S. Excia. especiais referências.

O Sr. Presidente Getúlio Vargas corta a faixa que veda a entrada ao recinto da Exposição



Aspecto da mesa, quando discursava o Sr Presidente da República

Como lembrança da Exposição, o Instituto distribuiu aos presentes algumas publicações especiais, entre elas uma que contém um cartograma das cidades brasileiras e vários documentos referentes às atividades do sistema estatístico-geográfico nacional, e outra, intitulada *O Brasil emergindo das cifras*, de propaganda do Recenseamento Geral da República.

Em todo o território nacional, foi festivamente comemorada a data de 29 de Maio.

Reuniram-se em sessões especiais, nas Capitais das Unidades Federadas, as Juntas Executivas Regionais de Estatística e os Diretórios Regionais de Geografia, inaugurando por essa ocasião, em suas sedes, o retrato do "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho.

Em vários Estados, instalaram-se, solenemente, Delegacias Municipais do Recenseamento e Comissões Censitárias Municipais.

Numerosas mensagens de congratulações foram recebidas pelo Instituto de todos os pontos do país, incluindo-se entre os signatários vários Ministros de Estado, Chefes de Governos Regionais e altas patentes do Exército e da Marinha.

Durante os dias em que se conservou franqueada à visita pública, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais despertou o mais vivo interêsse e curiosidade populares, registrando-se considerável afluência ao inédito certame cartográfico.

Elaborados em observância à lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, denominada "Lei Geográfica do Estado Novo", e obedientes às normas técnicas fixadas para todo o país, os mapas representam, em conjunto, a mais ampla e completa documentação cartográfica já reunida no Brasil, encerrando-se com a sua mostra pública, que constituiu um acontecimento inédito na vida nacional, a memorável campanha colocada pelo Govêrno sob a responsabilidade dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, relativamente à sistematização do quadro territorial da República.

Foram os mais expressivos os depoimentos prestados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por ilustres personalidades e vultos representativos da cultura nacional, a respeito dessa realização de extraordinário alcance para a vida brasileira.

Professores e alunos de vários estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, a convite da Presidência do I B G E e, igualmente, do Departamento de Educação Primária da Prefeitura, estiveram em visita à Exposição Nessa oportunidade, os técnicos do Conselho Nacional de Geografia fizeram breves preleções sôbre os trabalhos de natureza geográfica e cartográfica que ora se levam a efeito no país, prestando aos interessados todas as informações referentes ao assunto

Afim de prestar justa homenagem à imprensa, pela colaboração que vem assegurando às causas patrocinadas pelo I B G E , no que diz respeito à coordenação e racionalização dos serviços estatísticos e geográficos nacionais, o C N G reuniu, no dia 8 de Junho, os jornalistas e cronistas de rádio no recinto da Exposição, oferecendo-lhes um "cock-tail" Nessa ocasião, o Secretário Geral do Conselho, Sr Cristovam Leite de Castro, relatou aos presentes os trabalhos relativos à campanha decorrente do decreto-lei n º 311

No dia 9, verificou-se a visita de todos os funcionários das repartições federais de estatística, os quais tiveram oportunidade de ouvir, igualmente, uma exposição do Secretário Geral do C N G sôbre a mesma campanha

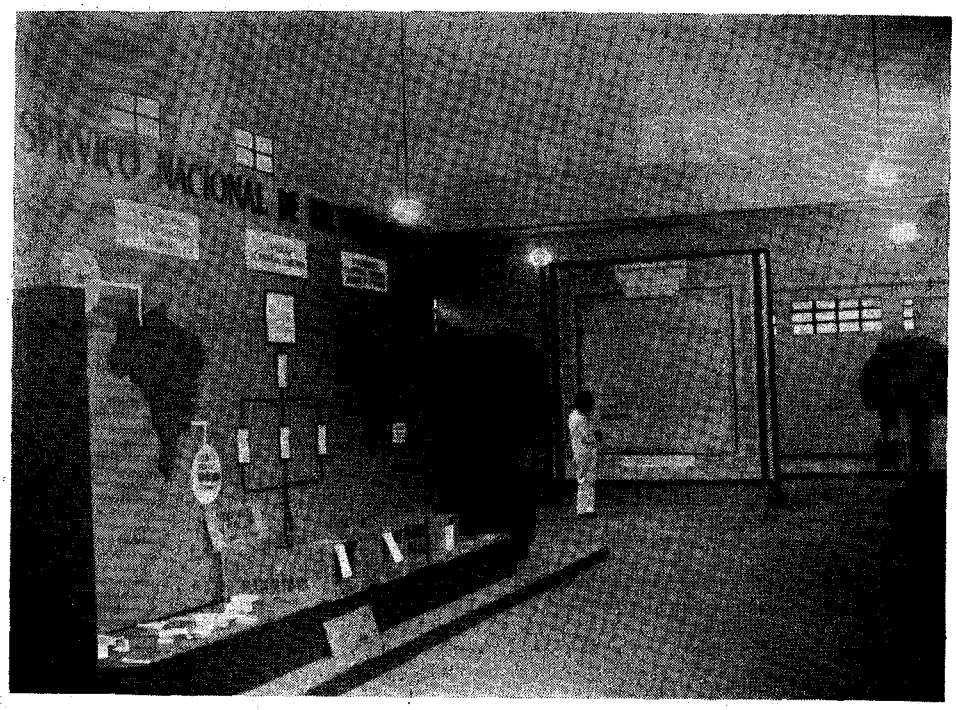
Prorrogado para 20 de Junho o seu encerramento, que se deveria realizar a 17 daquele mês, o certame foi, ainda, visitado, no dia 19, pelos corpos docente e discente da Escola Naval e pelos técnicos da Secção de Aerofotogrametria do Sindicato Condor.

Entre outras altas autoridades, esteve na Exposição dos Mapas Municipais o Ministro da Educação e Saúde, Sr Gustavo Capanema, que se fez acompanhar por seu secretário, Sr Leal Costa

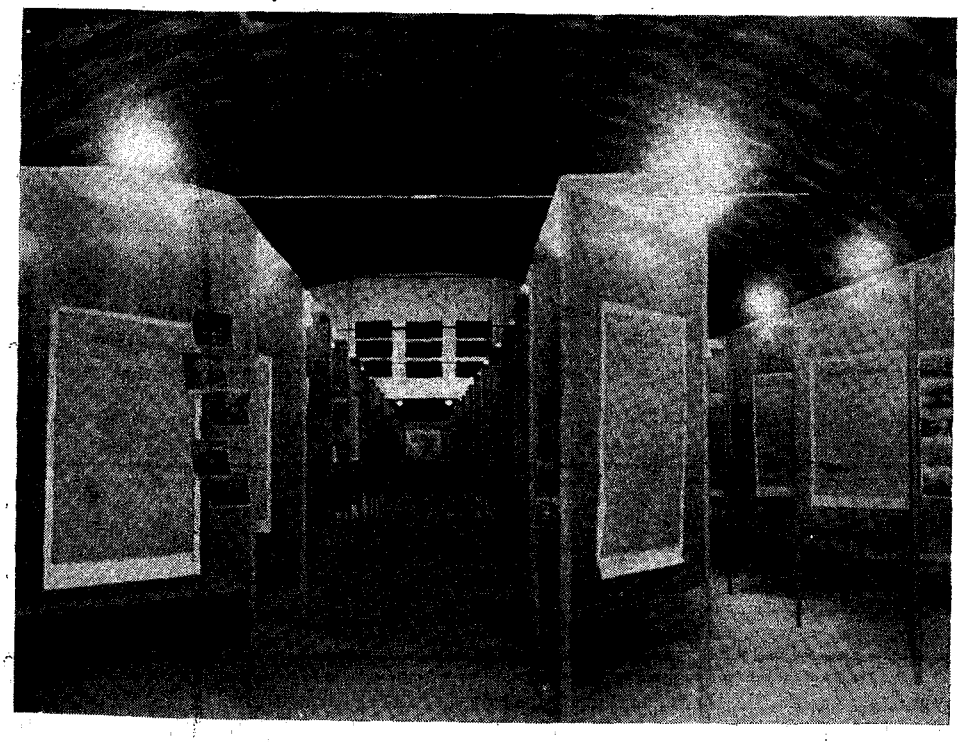
Recebido pelos altos dirigentes dos serviços articulados no sistema estatístico-geográfico-censitário nacional, S Excia teve oportunidade de examinar, detidamente, o valioso documentário cartográfico e fotográfico reunido pelo I B G E e referente à totalidade das células municipais do país, exprimindo, por essa ocasião, o mais vivo interêsse pela campanha desenvolvida em favor da perfeita representação cartográfica do território nacional

O Ministro da Educação demorou-se no exame dos primeiros mapas elaborados, há vinte anos, em Minas Gerais, que lhe foram apresentados pelo Sr M A Teixeira de Freitas, secretário geral do I B G E Apreciou, igualmente, a carta do seu próprio mu-

O Sr Presidente da República examina, com interêsse, as publicações editadas pelo Instituto e que são mostradas a S Excia pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares



O "stand" do Serviço Nacional de Recenseamento, na Exposição dos Mapas Municipais



Mapas e fotografias de todos os 1 574 municípios brasileiros

Os corpos docente e discente da Escola Naval, em visita à Exposição dos Mapas Municipais Ao centro, o Sr Manuel Ribas, Interventor Federal no Paraná, que também visitou o certame

nicípio — Pitanguí —, no mesmo Estado, ouvindo, atentamente, todas as informações que lhe foram prestadas pelo Engenheiro Cristovam Leite de Castro e demais técnicos do Conselho Nacional de Geografia.

No "stand" organizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, o Sr. Gustavo Capanema ouviu uma breve exposição do Professor Carneiro Felipe, Presidente da Comissão Censitária Nacional, sôbre o andamento dos trabalhos preparatórios do grande inquérito brasileiro de 1.º de Setembro.

Por último, o titular da pasta da Educação visitou as galerias de mapas dos municípios do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Baía, manifestando o seu regozijo pelo bom êxito da iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO

Conforme foi amplamente noticiado pela imprensa diária, realizou-se, em Washington, de 10 a 18 de maio, sob os auspícios do Govêrno dos Estados Unidos, o Oitavo Congresso Científico Americano, do qual participaram delegações oficiais de todos os países do continente e numerosas representações de instituições e organizações científicas. Êsse notável certame, cuja Comissão Organizadora esteve sob a presidência do Sub-Secretário de Estado, Sr. Sumner Welles, marcou um acontecimento de singular projeção nos mais elevados círculos culturais americanos, atingindo, sob todos os aspectos, os objetivos que determinaram a sua realização.

O primeiro congresso científico de alcance internacional, neste hemisfério, foi levado a efeito em Buenos Aires, na ocasião em que se festejava, naquela cidade, o Jubileu de Prata da Sociedade Argentina de Ciências, ou seja em 1898. Antes, as reuniões de cientistas americanos tinham âmbito e caráter puramente nacionais. O Segundo Congresso Científico Latino-Americano realizou-se em Montevidéu em 1901 e o Terceiro no Rio de Janeiro, em 1905.

Em 1908, o Govêrno do Chile, que oferecera sua hospitalidade ao Quarto Congresso, deu maior alcance à conferência, convidando a dela participar

o govêrno dos Estados Unidos. Consequentemente, a reunião passou a denominar-se — Primeiro Congresso Científico Americano.

O bom êxito alcançado por essas iniciativas trouxe extraordinário impulso à convicção de que muitos dos problemas econômicos e sociais dos países americanos, não sendo de natureza particular, eram susceptíveis de discussão proveitosa, à base dos interesses continentais, tornando-se, portanto, evidente a utilidade de uma permuta de experiências científicas e sugestões práticas. Dêsse conceito resultou a crescente expansão das finalidades dos certames, cujos programas foram compreendendo um campo cada vez mais vasto de temas e assuntos, de modo a melhor servir ao novo espírito de colaboração e solidariedade inter-americanas que tanto se vem desenvolvendo nos últimos anos.

Depois de duas outras reuniões do Congresso, nos Estados Unidos (1915-1916) e no Perú (1924-1925), verificou-se a quarta de sua nova série, na capital do México, em Setembro de 1935, adotando-se, então, o nome de Sétimo Congresso Científico Americano para restabelecer a continuidade da série de conferências anteriores. Nessa oportunidade, foi aprovada uma resolução que atribuía ao Conselho Diretor da União Pan-Americana a escolha da data e local do próximo certame. Posteriormente, foi assentado que a realização do Oitavo Congresso se verificaria em Washington, como parte das comemorações do quinquagésimo aniversário da fundação da União.

Resolveu-se, igualmente, dividir o Congresso em onze secções, ficando cada uma a cargo de um presidente, auxiliado por um vice-presidente, um secretário e uma comissão de secção. Essas secções ficaram assim constituídas:

I. Ciências Antropológicas; II. Ciências Biológicas; III. Ciências Geológicas; IV. Agricultura e Conservação; V. Saúde Pública e Medicina; VI. Ciências Físicas e Químicas; VII. Estatística; VIII. História e Geografia; IX. Direito Internacional, Direito Público e Jurisprudência; X. Economia e Sociologia; XI. Educação.

Reveste-se, decerto, de grata significação para os quadros profissionais americanos a inclusão da Estatística, pela primeira vez, no programa dessas memoráveis conferências. A criação da Secção de Estatística resultou do adiamento, por tempo indeterminado, da 25.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, cuja reunião estava originariamente marcada para efetuar-se na mesma ocasião do Oitavo Congresso Científico Americano. Compreendeu o seu programa, entre outros, os seguintes amplos objetivos: I. Melhoramento da comparabilidade das estatísticas oficiais entre as nações americanas; II. Aperfeiçoamento da metodologia estatística; III Estímulo a se conhecerem entre si os estatísticos dos dois continentes americanos; IV. Estudo por êsses estatísticos da possível criação de um instrumento de ação profissional contínua, para a permuta de idéias e informações sôbre estatística.

Do programa técnico da Secção fizeram parte estudos sôbre estatística comercial, industrial e demográfica e metodologia estatística, bem assim um grupo especial de estudos descritivos de serviços e atividades estatísticas em cada uma das nações americanas. Êsse último grupo de trabalhos constituiu a base para estudos parcelados, cujas discussões serão publicadas mais tarde, em volume especial.

A Secção de Estatística teve em sua presidência o Dr. Stuart A. Rice, presidente da Central Statistical Board, professor de Sociologia e Estatística na Universidade de Pennsylvania e membro do Instituto Internacional de Estatística, da American Statistical Association, do American Council of Learned Societies e do Conselho de Pesquisas Científicas Sociais.

Exerceu as funções de Vice-Presidente o Dr. Raymond Pearl, Professor de Biologia da Universidade John Hopkins, e as de Secretário, o Dr. Halbert L. Dunn, chefe da Divisão de Bio-Estatística do Bureau of Census do Departamento de Comércio e membro do Instituto Internacional de Estatística.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi distinguido com reiterados convites para enviar um ou mais delegados ao Oitavo Congresso Científico Americano. No intuito de corresponder a essa distinção — que define, de alguma sorte, a repercussão já obtida no estrangeiro pelos trabalhos que vem realizando — e, por outro lado, assegurar a sua melhor colaboração aos objetivos técnicos e culturais do Congresso, a entidade, além de promover a elaboração, pelo seu ilustre consultor-técnico, Dr. Roberto Simonsen, da tese sôbre "Recursos econômicos e movimentos das populações", levou a efeito a organização de vários outros trabalhos referentes ao sistema estatístico-geográfico-censitário do país e ainda fez seguir para Washington um seu Delegado Especial, — o Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima, diretor do Serviço de Estatística da Produção e, nessa qualidade, membro do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional.

Assim, além de numerosas publicações do Instituto, destinadas a distribuição entre os congressistas, foram remetidos ao Congresso os seguintes trabalhos originais:

"Recursos Econômicos e Movimentos das Populações", do Dr. Roberto Simonsen; "Notícia sôbre o desenvolvimento da estatística no Brasil", do Dr. M A. Teixeira de Freitas; "A glimpse into the coming fifth census of Brazil", contribuição da Comissão Censitária Nacional; "Conselho Nacional de Geografia — Organização e Realizações", do Dr Cristóvão Leite de Castro; "Sôbre o cálculo de tábuas de sobrevivência das populações para as quais não existem estatísticas de óbitos e nascimentos", do Professor Giorgio Mortara; e "Notícia sôbre a Sociedade Brasileira de Estatística", da Secretaria Geral do I. B. G. E.

Foram mandados, ainda, ao Congresso, vários exemplares de uma artística brochura organizada e impressa especialmente para êsse fim e na qual se incluíram, em versão para o inglês, três documentos fundamentais para a Estatística Brasileira, a saber: o pacto ínter-governamental decorrente da Convenção Nacional de Estatística; a Resolução n.º 135, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, — a qual define os princípios fundamentais do regime atual da estatística brasileira e divulga alguns documentos que esclarecem a matéria; e a Resolução n º 127, da mesma Assembléia, em que êste órgão formula congratulações ao Chefe da Nação e faz ponderações sôbre a política brasileira de assistência social Foram incluídos, ainda, no mesmo volume, os esquemas fundamental e estrutural da organização do I B G. E

O Delegado Especial do Instituto foi portador da seguinte expressiva mensagem dos estatísticos brasileiros aos seus eminentes colegas da Secção de Estatística do Congresso:

"Aos eminentes Colegas, Delegados ao Oitavo Congresso Científico Americano,

Os membros da Junta Executiva Central do Conselho que coordena e orienta todos os serviços estatísticos do Brasil,

ENVIAM UMA FRATERNA E EFUSIVA SAUDAÇÃO

E nesta grata oportunidade, desejam formular calorosamente êste voto

QUE AS DECISÕES DO CONGRESSO PROPICIEM, A BREVE PRAZO, SOB OS AUSPÍCIOS DA UNIÃO PAN-AMERICANA, O APARECIMENTO DAQUELA ENTIDADE DE ÓRBITA CONTINENTAL, JA' LEMBRADA POR LÚCIDOS ESPÍRITOS, QUE TENHA POR OBJETIVO ESTIMULAR A COLABORAÇÃO NO DOMÍNIO CIENTÍFICO ENTRE OS ESTATÍSTICOS AMERICANOS E PROMOVER A COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA GERAL EM TODA A AMÉRICA, TENDO EM VISTA A CONVERGÊNCIA DOS PLANOS, O APERFEIÇOAMENTO DA TÉCNICA E A COMPARABILIDADE DOS RESULTADOS.

Os Estatísticos a serviço do Poder Público, no afã de investigar as condições de vida dos corpos sociais, incluem-se hoje entre os pioneiros da civilização. Levam à sua frente os fachos que lhe iluminam os novos horizontes. Pelos caminhos da certeza objetiva, conduzem os homens à compreensão do que se devem mutuamente, em benefício coletivo Trabalham, assim, pela confraternização humana, facilitando a progressiva articulação dos interesses entre as classes — em cada nação, e entre as nações — no convívio mundial E favorecem o surto vigoroso dos sentimentos de justiça e solidariedade que afloram espontaneamente em todas as relações humanas, se bem compreendidas as suas virtualidades e quando não as perturbam nem os preconceitos do egoísmo nem os impulsos do orgulho ou do ódio

E' uma generosa aspiração, por conseguinte, que as atividades estatísticas a serviço dos Governos se alarguem, aperfeiçoem e sistematizem mais e mais, articulando-se no seio da sociedade internacional, afim de que ofereçam à conciência da Humanidade o amplo e claro panorama das necessidades coletivas — que podem e devem ser pacificamente satisfeitas, e das possibilidades materiais e culturais — que precisam ser inteligentemente aproveitadas, facilitando, assim, a evolução harmoniosa de todos os povos para uma organização social que torne efetivas a paz e a segurança entre as nações, e ofereça a todos os homens de boa vontade o gôzo tranquilo de uma existência digna e feliz.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1940

(aa) *José Carlos de Macedo Soares,* presidente do Instituto e do Conselho

Heitor Bracet, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Landulfo Antônio Borges da Fonseca, representante do Ministério das Relações Exteriores

José Correia de Melo, representante do Ministério da Guerra

Manoel Pinto Ribeiro Espíndola, representante do Ministério da Marinha

Léo de Afonseca, representante do Ministério da Fazenda

Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima, representante do Ministério da Agricultura

Joaquim Licínio de Sousa Almeida, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas

Osvaldo Gomes da Costa Miranda, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

M. A. Teixeira de Freitas, representante do Ministério da Educação e Saúde."

A participação do Instituto, nos trabalhos do Congresso, foi coroada do melhor êxito, do que é eloquente testemunho a significativa e honrosa Resolução votada, a êsse respeito, no memorável certame·

"Considerando que a planificação e a coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de govêrno federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade;

considerando que a nação brasileira empreende essas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interêsse e de muita importância para os estatísticos de outras nações americanas;

considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou ao Oitavo Congresso Científico Americano uma magnífica brochura, na qual dedica ao Congresso três documentos fundamentalmente característicos, relativos à estrutura, princípios orientadores e influência político-administrativa do Sistema Estatístico Brasileiro,

o Oitavo Congresso Científico Americano

RESOLVE:

Manifestar sua gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por êsse generoso e valioso tributo, e louvar a nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional"

Completando estas informações, divulgaremos, no próximo número da revista, as impressões do Delegado Especial do Instituto sôbre os trabalhos do Congresso, sobretudo no que diz respeito mais de perto aos interesses da estatística americana, em geral, e da estatística brasileira, em particular Cumpre, todavia, destacar, de logo, entre os expressivos resultados da grande assembléia científica, a criação do Instituto Inter-Americano de Estatística, — iniciativa essa de inestimável significação para quantos se dedicam à especialidade em todos os países das três Américas.

PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO

Pelo Sr Presidente da República, foi assinado, a 20 de Junho, o Decreto-lei n.º 2 326, que "concede ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a concessão do Palácio do Silogeu Brasileiro e dá outras providências" Êsse ato — recebido com justo regozijo em todos os círculos estatísticos nacionais — assinala mais uma etapa vitoriosa da importante iniciativa devida, originariamente, à Associação Brasileira de Educação e cujo plano foi por esta benemérita entidade pela primeira vez encaminhado ao exame do Govêrno em meados de 1937.

Posteriormente, e atendendo a que, apesar da concessão pleiteada nenhum onus acarretar ao Tesouro e oferecer, bem ao contrário, indiscutíveis vantagens para o interêsse público, — poderia a circunstância de ser o proponente uma entidade privada criar dificuldades à consecução do empreendimento, houve por bem aquela Associação — no patriótico objetivo de assegurar o êxito do empolgante plano organizado — colocar sob a responsabilidade do Instituto o movimento que vinha liderando, a êle transferindo, por essa forma, os onus e vantagens da iniciativa.

Submetida a proposta ao exame e decisão dos órgãos de direção superior do sistema, sôbre ela se pronunciaram, favoravelmente, em expressivas Resoluções, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o Diretório Central do Conselho de Geografia e a Comissão Censitária Nacional, — solidarizados os três Colégios na mesma atitude de plena aprovação ao projeto e imediata aceitação da transferência de iniciativa proposta para a construção do grande edifício destinado a ser o "Palácio do Silogeu Brasileiro".

Assim, coube à Presidência do Instituto encaminhar o assunto à consideração do Govêrno, afim de que fôsse concedida à entidade, sem onus para a União, a construção em causa e que, além de apresentar perfeita configuração jurídica, traria, conforme se enumerou na fundamentada exposição de

motivos a que deu lugar, as seguintes vantagens:

a) assegurar ótima e definitiva instalação ao Instituto, isto é, à sua Secretaria e serviços anexos, aos seus dois Conselhos dirigentes — o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, e ainda, durante a realização dos censos decenais, à Comissão Censitária Nacional e ao Serviço Nacional de Recenseamento;

b) permitir que se aproximem e melhor se articulem e padronizem, de certa maneira, as 5 repartições centrais do Instituto subordinadas a diferentes ministérios, o que a estes só pode ser vantajoso, já por lhes evitar despesas de aluguel de prédio, já por lhes deixar grande área disponível nas respectivas sedes, onde há, por via de regra, escassez de espaço, em virtude do rápido desenvolvimento da administração federal;

c) oferecer também uma sede excelente para o Departamento de Geografia e Estatística, com a vantagem de sua aproximação dos demais órgãos do Instituto e benefício para os cofres da Prefeitura do Distrito Federal;

d) garantir sede ampla e confortável não só às instituições culturais que já ocupam o atual edifício do Silogeu Brasileiro, mas ainda a várias outras, de finalidade diretamente cultural ou indiretamente colaboradoras da obra divulgadora e educativa do Instituto;

e) proporcionar ensêjo à imediata instalação, nesta cidade, do Planetário "Cruzeiro do Sul" — o primeiro da América Latina e destinado a fins de recreio popular educativo e de ensino da astronomia e da cosmografia;

f) oferecer sede condigna, já não apenas às 5 repartições ministeriais de estatística, senão também a 3 importantes departamentos administrativos federais, a saber: o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento Administrativo do Serviço Público, todos carecentes de instalações definitivas, que só mediante grandes dispêndios poderiam ser obtidas;

g) levar a efeito, sem onus, nem para a União nem para as Unidades Federadas, uma realização inédita e de grande alcance cultural para o Brasil, qual seja a manutenção permanente, na Capital da República, de uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura, ocupando extensa área no grande prédio a construir;

h) proporcionar à cidade do Rio de Janeiro um magnífico monumento, a embelezar um dos locais mais nobres desta metrópole e constituindo, ademais, um palácio que será, sem favor, pelas atividades que se destina a abrigar, um dos mais poderosos centros de irradiação cultural do Brasil e um elo admirável de união espiritual entre as várias regiões do País, os seus Governos e os seus diferentes grupos.

Para ainda mais patentear a sua integral aprovação a êsse plano, "sem dúvida alguma feliz, uma vez que, sem qualquer onus para o Govêrno, enriquece a um só tempo o parque arquitetural da cidade, o patrimônio da União, o recurso de expansão cultural do Brasil e dos Estados, as possibilidades de ação de vários serviços públicos de maior importância e o prestígio e o poder de irradiação civilizadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", — a Assembléia Geral do Conselho de Estatística, ao reunir-se em 1939, teve novo e expressivo pronunciamento a respeito, recomendando, encarecidamente, aos órgãos federais, estaduais, municipais e particulares, integrantes do sistema estatístico nacional, que prestem todo o seu apoio à campanha que o Instituto lançar para realização do empreendimento.

A assinatura do Decreto-lei n.º 2 326 demonstra o espírito de simpatia e boa vontade com que o Chefe do Govêrno acolheu os propósitos do I.B.G.E., vindo possibilitar, dêsse modo, a consecução de um plano da maior amplitude e indiscutível significação para a cultura brasileira, a cujo serviço vai colocar a entidade todos os recursos e energias que lhe seja dado mobilizar, no sentido de levar a bom têrmo, tão breve quanto possível, a importante iniciativa, ora plenamente vitoriosa.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Constitue, decerto, mais um expressivo atestado da fase de crescente desenvolvimento por que veem passando, desde a criação do I. B. G. E., as atividades estatísticas, no Brasil, — a recente reorganização, nesta Capital, da Sociedade Brasileira de Estatística.

A reunião, no Rio de Janeiro, em 1931, de numerosos chefes de serviços estatísticos regionais, devidamente credenciados pelos respectivos governos, para firmar, com a União, o Convênio Inter-administrativo referente ao levantamento das estatísticas educacio-

nais e conexas, — dera lugar á fundação, em Dezembro daquele ano, da mesma entidade, que tinha por objetivo promover o estudo da estatística em todos os seus ramos, desenvolver o gôsto pelos trabalhos estatísticos e estimular os profissionais que se consagram à especialidade. Por motivos diversos, todavia, a novel instituição teve existência precária, não conseguindo desenvolver o interessante programa que estabelecera.

Aliás, não era essa a primeira vez em que iniciativa de igual natureza se registrava entre nós. A compreensão do elevado alcance e da grande significação que teria para a cultura nacional a existência de uma agremiação destinada aos estudos teóricos e práticos da estatística, foi pela primeira vez demonstrada no Brasil quando, em 1854, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, se fundou na cidade do Rio de Janeiro a Sociedade Estatística do Brasil.

Colocada sob a imediata proteção de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, teve a Sociedade os seus Estatutos aprovados pelo Decreto Imperial n.º 1.565, de 24 de Fevereiro de 1855. Embora naquela época a estatística no Brasil ainda se encontrasse na sua fase primária de organização, inscreveram-se como sócios da novel instituição os vultos mais representativos e de maior projeção no cenário cultural e político do Império. Foi seu primeiro presidente o Marquês de Monte Alegre e estavam inscritas nos seus registros sociais figuras proeminentes como o Marquês de Abrantes, os Viscondes de Itaboraí, de Sapucaí, de Sepetiba e de Abaeté, os Conselheiros Matoso Câmara, Cândido Batista de Oliveira, Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, Pedro de Alcântara Belegarde, Francisco Otaviano, Pimenta Bueno, José de Alencar, Frei Camilo de Montserrat e muitas outras personalidades que contribuiram para o engrandecimento e para o progreso do país.

Antes mesmo de 1931 — para de novo aludir à organização da S. B. E. —, o assunto já vinha preocupando os profissionais brasileiros, vivamente interessados na criação de seu órgão de classe. Na 1.ª Conferência Nacional de Estatística, convocada para Outubro de 1930, seria submetida a voto uma indicação a êsse respeito, pelo atual Secretário Geral do Instituto e, na época, Diretor do Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas Gerais, Sr. M. A. Teixeira de Freitas, que, em uma das teses organizadas para o certame e posteriormente divulgadas, proporia fôsse reconhecida, pela Conferência, "a urgente necessidade de ser organizada, na Capital da República, a Sociedade Brasileira de Estatística, destinada a aproximar os estatísticos brasileiros, estimular e propagar os estudos estatísticos de caráter teórico e promover o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos de ordem administrativa". Todavia, os acontecimentos políticos verificados naquele ano determinaram a não realização da Conferência, perdendo-se, dêsse modo, uma oportunidade, decerto feliz, para que se cogitasse da organização da Sociedade.

Ainda nesse particular, entretanto, o Instituto viria assinalar a formação e o desenvolvimento de um novo espírito nos meios estatísticos nacionais, pois que o próprio decreto que o criou já incluía, entre os objetivos da entidade, o de patrocinar e favorecer os trabalhos da Sociedade Brasileira de Estatística.

Só em 1939, porém, depois de realizados ou em via de realização todos os grandes objetivos visados com a criação do Instituto, pôde o Conselho Nacional de Estatística considerar, devidamente, a idéia da reorganização da Sociedade, estabelecendo na Resolução n.º 150, de sua Assembléia Geral, que fôssem promovidas, nesse sentido, as necessárias providências.

Uma comissão designada pela Junta Executiva Central daquele Conselho e constituída dos Srs. Benedito Silva, Diretor da Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, Waldemar Lopes, Assistente-Chefe da Secretaria Geral do Instituto, e João de Mesquita Lara, Assistente-Técnico da mesma Secretaria, teve a seu cargo os trabalhos preparatórios da reorganização da Sociedade, já entrando em contacto com os antigos associados, já elaborando o projeto dos novos estatutos e promovendo a eleição da primeira Diretoria, na fase atual.

A memorável assembléia de instalação da S. B. E. verificou-se no dia 5 de Abril, na sede do Instituto.

Presentes numerosos especialistas de renome, representantes de associações culturais e da imprensa e demais pessoas gradas, assumiu a presidência da reunião, na ausência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I. B. G. E., o professor José Carneiro Felipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, que convidou para tomarem parte na mesa vários membros de organizações federais, estaduais e municipais de estatística e delegados de instituições congêneres.

Focalizando aspectos da atuação cultural da S. B. E., cujas atividades se achavam paralisadas desde 1931, e encaminhando a discussão dos novos estatutos, falaram vários oradores, entre êles os Srs. M. A. Teixeira de Frei-

tas, Benedito Silva, Rafael Xavier, Cassiano Tavares Bastos, Nogueira de Paula, Giorgio Mortara, Alberto Martins e Luiz Briggs.

A seguir, foi eleita, por aclamação, a diretoria da Sociedade, que ficou assim constituída. Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares; 1.º Vice-Presidente, Léo de Afonseca; 2º Vice-Presidente, Valentim Bouças; Secretário Geral, Benedito Silva; 1º Secretário (de indicação do Presidente do Instituto), João de Mesquita Lara; 2.º Secretário, Fábio de Macedo Soares Guimarães, 1.º Tesoureiro, Luiz de Faria Braga; 2.º Tesoureiro, Nair Bittencourt Luz; Orador Oficial, Cassiano Tavares Bastos *Comissão Fiscal* — Manoel Ribeiro Espíndola, Alberto Martins e Francisco Steele *Comissão de Redação* — Benedito Silva (na qualidade de Secretário Geral), Delgado de Carvalho, João de Lourenço, Lourenço Filho e Waldemar Lopes

A convite do professor Carneiro Felipe, o Sr Valentim Bouças assumiu a presidência da reunião e declarou empossada a diretoria, sob calorosa salva de palmas.

Por proposta do Secretário Geral do I. B. G E , Sr. M A Teixeira de Freitas, a assembléia, de pé, fez um minuto de silêncio, à memória do Dr. Bulhões Carvalho, prestando assim, significativa homenagem ao fundador da estatística nacional e dirigente dos trabalhos do Recenseamento de 1920.

— Em Resolução sob o nº 90, de 16 de Abril, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística reconheceu a S B. E. como organização oficial dos estatísticos brasileiros

Oportunamente, divulgaremos, na íntegra, os estatutos da nova entidade, que se destina a promover o desenvolvimento das pesquisas e estudos estatísticos no país, bem assim a estabelecer entre os profissionais e cultores da especialidade relações de solidariedade e cooperação científica e social

Segundo dispõe a citada Resolução nº 90, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA é o órgão oficial da Sociedade

---

HOMENAGENS À MEMÓRIA DO "FUNDADOR DA ESTATÍSTICA GERAL BRASILEIRA"

Em todos os sectores do sistema de serviços centralizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, veem sendo realizadas expressivas homenagens à memória do Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho — "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — cujo inesperado falecimento, verificado a 9 de Março, em Petrópolis, teve dolorosa repercussão nos círculos estatísticos nacionais.

Em quasi todos os Departamentos de Estatística das Unidades Federadas, levou-se a efeito, na data comemorativa do quarto aniversário do Instituto, a aposição do retrato do ilustre mestre desaparecido, realizando-se, ainda, em várias cidades, sessões especiais dos órgãos estatísticos e geográficos do país, em honra do benemérito realizador do Recenseamento de 1920

No intuito de associar-se, de maneira excepcionalmente significativa, a essas justas demonstrações do aprêço que cercava o nome de Bulhões Carvalho no seio da família estatística brasileira, e atendendo, ainda, a uma série de razões pormenorizadamente expostas nos "consideranda" de seu pronunciamento, — a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou, em sessão realizada a 17 de Maio, a seguintes expressiva Resolução, que tomou o n.º 92:

"A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o nome do Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho ocupa, na admiração, estima e reconhecimento dos profissionais da estatística, um lugar a que nenhum outro se avantaja;

considerando que à atuação daquele eminente patrício deve a estatística brasileira iniciativas, empreendimentos e realizações da mais alta relevância, muitas das quais sem precedentes na história administrativa do país;

considerando que, se foi extensa e profunda a sua atuação no campo da estatística, onde lhe coube prestar ao Brasil serviços de inestimável importância, também noutros sectores da administração nacional se exerceu a sua incansável atividade, a que sempre caracterizou o mais vivo patriotismo, integral devotamento e inexcedível capacidade realizadora;

considerando que, além das suas atividades na especialização profissional a que se consagrou e em cujo campo se destaca, sobretudo, a notável orientação que imprimiu ao Recenseamento de 1920 e, durante anos, à tradicional Diretoria Geral de Estatística, — a obra científica e literária do insigne mestre ainda constitue vigorosa demonstração de u'a mentalidade superior, cuja nobre vida pública, votada, permanentemente, ao serviço da Pátria, se afirmou sempre um modêlo de probidade e retidão;

considerando que um alto pensamento de justiça inspirou a Assembléia Geral dêste Conselho, ao conferir solenemente ao Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho o título de — "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — reconhecendo-lhe, por essa forma, a extraordinária benemerência técnica e traduzindo, nessa expressiva deliberação, os sentimentos de veneração e culto da família estatística brasileira pela preclara figura do seu grande patrono, — tanto mais quanto, em várias oportunidades e com impressionante intuição, o eminente e saudoso patrício definiu e pregou, como solução ideal para os problemas estatísticos do país, normas e diretrizes que, inspiradas no mesmo largo espírito de cooperação inter-administrativa, quasi se confundem inteiramente com as que prevalecem, a título efetivo, nesse importante sector de nossa estrutura política, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que a vida particular do Dr José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, consagrada, de cedo, ao trabalho e à virtude, foi outro exemplo admirável de nobreza e elevação moral, do que é prova edificante o devotamento e solicitude com que, sem poupar esforços nem sacrifícios, mesmo os de bem-estar e de saúde, se atribuiu a responsabilidade da educação de quatro sobrinhos órfãos, — filhos do Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, brasileiro igualmente ilustre, benemérito e erudito, a quem deve o país assinalados serviços, tanto na magistratura como na política e ainda no magistério e na administração, e de quem se disse que, "monge do direito, faria honra a qualquer das universidades estrangeiras, como fez à nossa";

considerando que a essa nobre tarefa devotou o Dr José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho toda a magnanimidade de seu espírito privilegiado, fazendo dos descendentes do irmão desaparecido, e também órfãos de mãe, os filhos que não teve, — pela firmeza com que se entregou à formação de sua personalidade e pelo desvêlo com que lhes deu permanente assistência material e moral, a ponto de, cessada embora a tutela que exercia, permanecerem êles, gratos e felizes, na companhia daquele que lhes assegurara um segundo lar;

considerando que, através de existência morigerada e austera, constituiu uma das preocupações permanentes de seu espírito a formação do pequeno patrimônio que, com a sua morte, viria a caber àqueles por cujo destino sempre demonstrou um interêsse de pai;

considerando que há testemunhos públicos e irrecusáveis do que acima se afirma, inclusive expressivo artigo, publicado no "Jornal do Comércio" desta Capital, edição de 21 de Fevereiro de 1937, no qual o próprio Dr José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, referindo a solene promessa que fizera ao irmão moribundo de que, se "perdessem os sobrinhos o amparo de seu bondoso progenitor, seria para êles um segundo pai", — deixa plenamente evidenciados os sentimentos que sempre o moveram, em relação àqueles parentes, aos quais considerava, por todos os títulos, seus herdeiros necessários

considerando, porém, que o decreto-lei n º 1.907, de 26 de Dezembro de 1939, dispôs que, além dos casos previstos no Código Civil, é considerada jacente a herança se o falecido tiver sido solteiro ou viúvo e não houver deixado testamento nem ascendente, descendente ou irmãos herdeiros e sobreviventes, notoriamente conhecidos, — deferindo-se os bens à União, uma vez declarada a vacância;

considerando que, colhido inesperada e repentinamente pela morte "em pleno vigor de sadia e prestante velhice", três meses, apenas, após a promulgação do citado decreto-lei, não chegou o Dr José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho a instituir os sobrinhos, em instrumento testamentário hábil e bastante (para o qual, entretanto, chegou a coordenar notas destinadas ao competente rascunho), herdeiros dos seus bens, direitos e obrigações, — o que seria corolário lógico de uma atitude invariavelmente mantida e de atos públicos e notórios, — dado que já não eram êles seus sucessores legítimos, *ex-vi* das novas disposições legais;

considerando que, sem perder a noção das suas funções técnicas e culturais, no quadro das nossas entidades administrativas, pode o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considerar também pertinente um seu pronunciamento em assunto da natureza do que é objeto da presente Resolução, até porque com ela se visa promover, no terreno da superior solidariedade humana, não só um merecido prêmio cívico — ainda que póstumo —, mas também justa homenagem à memória

ilustre de dois beneméritos brasileiros, — a um dos quais deve a estatística inexcedível soma de serviços,

RESOLVE:

Artigo Único — O Conselho Nacional de Estatística formula respeitoso e encarecido apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, como penhor de reconhecimento da Pátria a um dos seus mais dignos servidores — o Dr. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho — seja baixado um decreto-lei em virtude do qual se outorgue aos sobrinhos daquele saudoso e eminente patrício, filhos do grande jurista brasileiro, Dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho — de memória não menos veneranda —, o direito à herança pelo mesmo deixada e que seria deferida à União se não concedesse o Govêrno êsse prêmio cívico ao egrégio "Fundador da Estatística Geral Brasileira".

Atendendo ao encarecido apêlo do I B G E , o presidente Getúlio Vargas assinou, a 29 de Maio — exatamente no dia em que o Instituto comemorava o quarto aniversário de sua instalação — o decreto-lei n.º 2 246

O ato do Chefe da Nação teve nos círculos estatísticos do país expressiva repercussão.

CONGRESSO DE PREFEITOS DO ESPÍRITO SANTO

O Interventor Federal no Espírito Santo, Major Punaro Bley, promoveu a reunião, em Congresso, no mês de Abril último, de todos os prefeitos do Estado, para tratar de assuntos que dissessem respeito, do ponto de vista administrativo e econômico, aos interesses da vida municipal espiritossantense Nessa reunião, a cujos debates animou um grande senso de objetividade, tratou-se de problemas da maior importância para a administração brasileira, verificando-se pronunciamentos e conclusões que transcenderam do âmbito regional, para adquirir uma expressão bem maior, pela oportunidade de que se revestiram, para todo o país.

Entre os primeiros, merecem ressaltadas, por exemplo, as indicações do prefeito Arsílio Ferreira, sugerindo ao Sr Interventor Federal que pleiteie do Govêrno da República a revisão do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, firmado no Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1931, e acentuando a necessidade de levar-se a efeito uma Convenção Nacional de Educação, em decorrência da qual fôsse criado, à base do princípio de cooperação inter-administrativa, já vitorioso na organização do I B. G E , um órgão federativo orientador e uniformizador das atividades educacionais de todo o país

De não menos relêvo se nos afigura, ainda, uma outra indicação do prefeito Manuel Alves, favorável à instituição de Colônias-Escolas, visando à socialização das famílias de baixo nível de vida.

Dentre as demais indicações aprovadas pelo Congresso, destacam-se, também, a do prefeito Orlando Trompowsky, no sentido de as prefeituras facilitarem quanto possível a ação dos agentes recenseadores, instituindo, além disso, prêmios destinados aos distritos que derem colaboração mais eficiente aos trabalhos do recenseamento geral de Setembro próximo, e a do prefeito Mário Lima, em que se considera da maior conveniência a realização de convenções inter-administrativas, destinadas a assentar providências de interêsse comum, relativas a obras de assistência educacional e médico-social e de fomento econômico.

Atendendo à singular importância das conclusões a que chegou o Congresso de Prefeitos do Espírito Santo, muitas das quais veem ao encontro de interesses fundamentais da Estatística Brasileira, — reproduzimos, a seguir, o documento em que estão as mesmas consubstanciadas, bem como os apelos e sugestões a que deram lugar os trabalhos do certame:

"Os Prefeitos Municipais do Estado do Espírito Santo, em nome das Municipalidades que representam, reunidos aos 19 dias do mês de Abril de 1940, depois de devidamente estudados e discutidos os problemas propostos pelo Govêrno do Estado, através de teses e questionários das Secretarias de Estado do Governador, do Interior e Justiça, da Fazenda e da Educação e Saúde Pública e do Departamento de Agricultura, Terras e Obras;

atendendo à vantagem de colaboração dos Governos Municipais com os Governos Estadual e Federal, para encaminhamento dos diversos problemas econômicos e sociais de interêsse coletivo;

considerando que o regime instituído a 10 de Novembro de 1937 consagrou o Município como célula básica da vida brasileira, porquanto no seu seio se elaboram as energias vitais e construtoras da nacionalidade;

considerando a necessidade de coordenação dos serviços públicos municipais com os serviços estaduais e federais conexos, de modo a facilitar a sua solução, quer diminuindo-lhes o custo, quer tornando-os eficientes, e evitando, ao mesmo tempo, infrutífero paralelismo de atividades, que prejudica as obras de necessidade pública;

considerando, finalmente, que a Constituição Federal estabelece as diretrizes de colabo-

ração entre as administrações federal e estaduais e entre estas e as municipais, permitindo ainda o agrupamento das Municipalidades para realização de serviços públicos comuns;

Decidiram e convieram em estabelecer o que abaixo se segue, quer em indicações e sugestões sôbre assuntos de interêsse geral, quer em apelos e votos para a efetivação do que é proposto, de modo a ficar explicitamente conhecido o alto propósito das Municipalidades do Estado do Espírito Santo de contribuirem, — realizando, dentro de suas possibilidades, o que lhes couber — para o estudo e solução dos elevados problemas do Brasil

I — INDICAÇÕES E SUGESTÕES

1 — A cooperação administrativa entre a União, o Estado e os Municípios é considerada elemento indispensável à execução e exploração de obras públicas de aspecto local, mas de interêsse nacional, como as relativas à educação, à assistência social, ao fomento econômico, aos transportes e comunicações, quer pela realização dessas obras dentro de um plano de caráter objetivo, quer pelo seu financiamento

2 — Para prática dessa cooperação, e por atender aos princípios fundamentais da estrutura política do Estado Novo, é indicado o estabelecimento de convenções inter-administrativas, que, reunindo a União, o Estado e os Municípios, tracem as diretrizes, os encargos e as obrigações de cada ordem administrativa, — recomendando-se, especialmente, a sua realização para os problemas de assistência educacional, assistência médico-social e fomento econômico

3 — As Agências Municipais de Estatística são consideradas como preciosos elementos de colaboração à vida municipal e como fatores decisivos no progresso das Municipalidades, merecendo, por isso, o mais franco apoio da administração pública em tudo o que se fizer necessário para o desenvolvimento de sua ação no ambiente local.

4 — Como fator importante para o estudo da causa e efeito da criminalidade, considera-se a estatística policial-criminal e é, por isso, indicada, pelos resultados positivos que adveem do registro numérico dos fatos policiais e criminais, a reorganização do serviço de estatística policial-criminal, nas bases sugeridas pela Resolução n.º 141, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

5 — A instituição de Colônias-Escolas, que visem a educação das populações rurais dentro de um sistema de trabalho em ambiente familial, é considerada um fator dos mais importantes para a socialização daquelas populações e sua integração no ritmo de vida produtiva da nacionalidade, obedecendo a sua organização aos princípios fundamentais que atendam à elevação do nível social e humano dos grupos rurais, respeitada sempre a unidade familial; à fixação do homem à terra, evitando o despovoamento; à realização de trabalho agrícola que concorra para o desenvolvimento econômico da região; e à instituição da prática do cooperativismo e das atividades sociais

6 — Como elemento básico para o desenvolvimento da educação popular no país, torna-se de imprescindível necessidade o estabelecimento de uma convenção inter-administrativa que institua, sob regime racionalizado e espírito de cooperação, um órgão coordenador e organizador das atividades educativas no Brasil, a êle filiando-se, com subordinação técnica, os departamentos de educação federais, estaduais e, quando os houver, municipais, afim de que sejam estudadas, pelos respectivos órgãos técnicos, dentro de uma diretriz nacional, as necessidades e as possibilidades da educação na esfera respectiva de sua jurisdição

7 — Ainda como serviço de que necessita o sistema educacional no país, é sugerida a revisão do Convênio de Estatística Educacional, incluindo-se novos quesitos nos formulários adotados, entre êles os relativos à vida do educando e à instituição obrigatória do Cadastro Escolar, de modo que possam os Governos ter melhores elementos para o estudo e conhecimento das necessidades do ensino em cada região.

8 — Compreendendo a impossibilidade de uma solução rápida ao problema das dívidas municipais, fica a cargo do Govêrno Estadual o estudo pelos seus órgãos técnicos da maneira justa e racional de ser resolvido o assunto, respeitados os direitos do Estado bem como os interesses e as possibilidades dos Municípios

9 — Os Prefeitos Municipais colaborarão da melhor maneira para o êxito do Recenseamento no seu Município, quer procurando facilitar a movimentação dos agentes recenseadores, quer prestigiando, com a sua autoridade e influência, a atuação das Delegacias Municipais, quer ainda premiando o distrito que, no respectivo Município, contribuir mais eficientemente para o resultado satisfatório do recenseamento.

10 — A criação de uma Penitenciária Agrícola é considerada elemento indispensável ao serviço de justiça no Estado, cabendo ao Govêrno Estadual estudar a sua localização e a maneira prática de torná-la realidade

11 — E' recomendada, em benefício da saúde dos escolares espiritossantenses, a instituição de Colônias de Férias em zonas de montanhas, cabendo às Prefeituras a doação de terreno e o auxílio no fornecimento de alimentação.

12 — Dada a necessidade de serem melhor atendidos os trabalhos sanitários estaduais, os governos municipais prestarão absoluto apoio e concurso aos serviços de saúde pública, assegurada desde já a contribuição mínima de 5 % sôbre a receita tributária de cada Municipalidade, a figurar no próximo orçamento

13 — Afim de desenvolver o comércio do Estado e, ao mesmo tempo, atender à inadiável necessidade de padronização dos produtos exportáveis, é sugerida a instituição de um órgão orientador e controlador da produção agrícola e industrial, o qual, com caráter de sociedade técnica, terá como finalidade direta a padronização e a comercialização dos produtos espiritossantenses.

14 — Atendendo à sua importância para o desenvolvimento da economia rural do Estado, a instituição do ensino agrícola, através da criação de uma Escola de Agronomia, apresenta-se como necessária, cabendo ao Estado, pelos seus órgãos técnicos, estudar a sua localização e plano de ensino

15 — O desenvolvimento do crédito agrícola se torna do maior interêsse para o progresso econômico do Estado, pelo auxílio que presta aos lavradores para fomento da produção

16 — Ocupando a mandioca, hoje em dia, posição vantajosa na nossa economia, é lembrada, como útil ao Estado, a instituição de um órgão que desenvolva a sua industrialização e bem assim estude os meios que incrementem a sua expansão comercial.

17 — Para o fomento da indústria animal, é lembrada, com especial interêsse, a criação de charqueadas em São Mateus, de fábrica de banha em Santa Teresa e de laticínios em Santa Leopoldina e Afonso Cláudio, podendo para isso ser incluída no próximo orçamento a dotação corespondente.

18 — E' considerada de máxima importância para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo a sua inclusão entre os Estados beneficiados pelo programa de construção de rodovias do Departamento Nacional de

Estradas de Rodagem, principalmente na realização, por êste, das obras que facilitem a ligação rodoviária da Capital com o Distrito Federal

19 — A execução do plano rodoviário promovido pelo Departamento de Agricultura, Terras e Obras, visando o alargamento da rede de transportes no território do Estado, é indicada como de grande utilidade e de real benefício para as Municipalidades, pelo que estas lhe asseguram o mais franco apoio em tudo o que se fizer indispensável ao seu resultado completo

II — VOTOS E APELOS

1 — Os Prefeitos do Estado do Espírito Santo exprimem, respeitosa e cordialmente, a sua solidariedade à obra econômico-social realizada pelo Estado Novo, formulando um voto de felicidade pessoal ao Exmo Sr. Presidente Getúlio Vargas e outro pela continuidade de sua ação administrativa

2 — São expressos, da maneira mais calorosa, dois votos congratulatórios com o Exmo Sr Interventor Federal: um, pela brilhante atuação desenvolvida por S Excia, na Conferência dos Interventores, em Novembro de 1939, e na reunião dos Chefes de Estado da 3ª Região Geo-Econômica; outro, pela assinatura do decreto que estadualizou as Agências Municipais de Estatística

3 — Tomando em consideração o alto espírito constitutivo do Govêrno da República, bem assim os elevados propósitos do Govêrno do Estado, que procura auscultar as necessidades locais do Espírito Santo, são formulados respeitosos apelos:

I — Ao Govêrno Federal

a) — Para que seja levada a efeito, de acôrdo com o sentido de cooperação instituído pelo Estado Novo e atendendo à necessidade de firmar, pelo sistema educativo, os laços da unidade nacional, a Convenção Nacional de Educação, que, congregando os órgãos técnicos de ensino da União, dos Estados e dos Municípios, promova o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro;

b) — para que, considerando a necessidade de integrar no ritmo de paz e de trabalho aberto a todos os brasileiros, as populações rurais, seja promovida a instituição, em todo o país, de Colônias-Escolas, dentro das diretrizes sugeridas pela tese aprovada, a respeito, no Primeiro Congresso de Ensino Regional, realizado na Baía, em Novembro de 1934;

c) — para que seja revisto o Convênio de Estatística Educacional, afim de que, com os resultados da experiência de sua aplicação, possa ser ampliado e melhorado de maneira a atender aos legítimos interesses da educação nacional;

d) — para que seja incluído o Estado do Espírito Santo no programa rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, principalmente na realização do plano que ligue, por estrada de rodagem, a capital do Estado ao Distrito Federal

II — Ao Govêrno Estadual

a) — para que, na próxima Conferência dos Interventores Federais, transmita ao Exmo Sr Ministro da Educação os votos das Municipalidades do Espírito Santo, no sentido de que seja revisto o Convênio de Estatística Educacional e seja estabelecida uma Convenção Nacional de Educação nos moldes antes referidos;

b) — para que promova, pelos órgãos competentes, a reorganização do serviço de estatística policial-criminal, ouvida a Junta Executiva Regional de Estatística;

c) — para que seja estudado o agrupamento das Municipalidades do Espírito Santo, dentro das bases que forem determinadas pela Secretaria do Governador, considerando-se os problemas de interêsse comum que as ligam;

d) — para que sejam incluídos os funcionários municipais como associados da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro"

e) — para que seja estudada, pelos seus órgãos técnicos, a maneira prática e justa de serem solvidas as dívidas municipais ao Estado, respeitados os altos interesses estaduais, bem como compreendidas as possibilidades do Município;

4 — Compreendendo os propósitos patrióticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a finalidade do Recenseamento de Setembro, são expressos votos congratulatórios:

a) — com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela grande obra que está realizando, saudando-se, muito cordialmente, o seu Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a cujo espírito cívico se deve o desenvolvimento do serviço estatístico no Brasil;

b) — com a Delegacia Regional do Recenseamento, para que tenha o mais amplo êxito, no Espírito Santo, a operação censitária de Setembro

5 — Atendendo ao brilho com que contribuiram para o estudo dos problemas debatidos nesta reunião, os Prefeitos Municipais assinalam o seu cordial voto de profunda simpatia aos Exmos. Srs Secretários de Estado do Governador, do Interior e Justiça, da Fazenda e da Educação e Saúde Pública e aos Srs. Diretor Geral do Departamento de Agricultura, Terras e Obras e Diretor da Saúde Pública

6 — Os Prefeitos Municipais, manifestando o seu desejo de contribuir para a solução dos assuntos que interessam à coletividade espiritossantense, prestarão, dentro das atribuições que lhes forem confiadas, a colaboração que se considerar indispensável ao bom resultado dos problemas que dizem respeito ao progresso do Estado e à felicidade de sua gente

S S, 19 de Abril de 1940. — (aa) — *Aderbal Galvão*, Prefeito Municipal de Afonso Cláudio — *Dr Messias Chaves*, Prefeito Municipal de Alegre. — *Adilio Valadão*, Prefeito Municipal de Alfredo Chaves. — *João Amaral*, Prefeito Municipal de Anchieta — *Alvaro Rodrigues da Mata*, Prefeito Municipal de Baixo Guandú — *Fernando de Abreu*, Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim — *Dr. Antônio Costa*, Prefeito Municipal de Calçado — *Roberto Couto*, Prefeito Municipal de Cariacica — *Dr Mário Lima*, Prefeito Municipal de Castelo. — *Orlando Trompowsky Toulois*, Prefeito Municipal de Colatina — *Osvaldo Moura Neves*, Prefeito Municipal de Conceição da Baria — *Otaviano Santos*, Prefeito Municipal de Domingos Martins. — *Eugênio Pacheco Queiroz*, Prefeito Municipal de Espírito Santo — *César Agostini*, Prefeito Municipal de Fundão — *Adolfo Simões*, Prefeito Municipal de Guarapari — *Sinval Vieira*, Prefeito Municipal de Iconha — *Antônio Martinho Barbosa*, Prefeito Municipal de Itaguassú — *João Rodrigues Soares*, Prefeito Municipal de Itapemirim — *Pedro José Vieira*, Prefeito Municipal de João Pessoa — *Antônio Magalhães*, Prefeito Municipal de Muniz Freire — *Avides Fraga*, Prefeito Municipal de Muquí. — *Luiz Aguiar*, Prefeito Municipal de Pau Gigante — *José Braz de Mendonça*, Prefeito Municipal de Rio Novo. — *Alfredo Antônio*, Prefeito Municipal de Rio Pardo — *Arsílio Ferreira*, Prefeito Municipal de Santa Cruz — *César Muller*, Prefeito Municipal de Santa Leopoldina — *Hilton Fonseca Ramos*, Prefeito Municipal de Santa Teresa — *Oto de Oliveira Neves*, Prefeito Municipal de São Mateus — *Jonas Farias*, Prefeito Municipal de Serra — *Manoel Alves de Siqueira*, Prefeito Municipal de Siqueira Campos — *Luiz Lírio*, Prefeito Municipal de Viana — *José Simões Filho*, Prefeito Municipal de Vitória".

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Território do Acre — O Governador Epaminondas Martins assinou, a 24 de Janeiro, o decreto n.º 12, que deu definitiva organização ao Departamento de Geografia e Estatística, em plena concordância com as diretrizes racionalizadoras estabelecidas pelo I B. G. E. Inauguraram-se, no mesmo dia, as novas instalações do órgão regional.

— Posto à disposição do govêrno acreano pelo Instituto, afim de substituir o Sr. Raimundo Nobre Passos, designado para o cargo de Delegado Regional do Recenseamento, foi nomeado, em comissão, diretor do D. G. E., a 29 de Fevereiro, o Sr. Francisco Braga Sobrinho, cuja posse se verificou no dia 1º de Março.

Amazonas — Em reunião realizada a 26 de Fevereiro, a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística aprovou as Resoluções n.º 2 — que consigna um voto de profundo pesar pelo desaparecimento de Bulhões Carvalho; e nº 4 — que determina providências relativas às fichas destinadas ao levantamento estatístico dos meios de transporte rodoviário.

Pará — O Interventor Gama Malcher baixou, a 3 de Março, o decreto n.º 94, que dispôs sôbre a cooperação do Estado nos trabalhos do Recenseamento Geral da República e instituiu um prêmio para o município que mais se destacar na campanha censitária.

— Organizada pelo Departamento Estadual de Estatística, apareceu, em Fevereiro, uma publicação intitulada "Situação Econômica do Estado do Pará".

Maranhão — Perante o Congresso de Coletores Estaduais, o Sr. Cássio Reis Costa, diretor interino do D. E. E., fez, a 3 de Janeiro, uma exposição sôbre o próximo Recenseamento do país, salientando a importância da colaboração da classe no grande inquérito nacional. Ficou estabelecido que os coletores, daí em diante, só pagariam às professoras públicas após o recebimento da 2.ª via dos mapas mensais de matrícula e frequência escolares.

— Em substituição ao Sr. Djalma Fortuna, que assumiu as funções de Delegado Regional do Recenseamento, foi nomeado, a 17 de Fevereiro, diretor do D. E E., o Sr. Cássio Reis Costa.

Piauí — Foi aprovada pela Junta Executiva Regional a Resolução nº 54, em que se formulou um voto de pesar ao Instituto pelo falecimento do Dr. Bulhões Carvalho.

Ceará — Desenvolveram-se de forma apreciável, no primeiro trimestre de 1940, as atividades publicitárias do Departamento Estadual de Estatística

Rio Grande do Norte — O Departamento Estadual de Estatística reiniciou, em Fevereiro, a publicação, no órgão oficial do Estado, de sua antiga página estatística, subordinada, já agora, ao título "Cifras e notas".

Paraíba — Em sua edição do dia 25 de Janeiro, o jornal "A União" focalizou, em reportagem, os trabalhos do Departamento Estadual de Estatística

— No impedimento eventual do titular efetivo, Professor Batista de Melo, assumiu a direção do órgão regional, em Março, por designação do govêrno do Estado, o Sr. Abelardo Jurema.

Sergipe — O Departamento Estadual de Estatística inaugurou, em sua sede, em ato solene, a 1 de Janeiro, os retratos do Presidente da República e do Interventor Eronides de Carvalho, dando a denominação de Macedo Soares à Biblioteca da repartição e de Teixeira de Freitas a uma das salas de suas secções.

Baía — Por decreto do govêrno estadual, de 12 de Fevereiro, foi nomeado, em comissão, estatístico-chefe do órgão regional, o Sr. Paulo de Mesquita Lara.

Espírito Santo — Em virtude do impedimento eventual, por motivo de moléstia, do diretor do D. E. E, Sr. Antônio Lugon, o Secretário da Interventoria, Sr Nelson Goulart Monteiro, autorizou o Sr. Manuel Diegues Júnior, assistente-chefe e delegado do I. B. G. E., a responder pelo expediente da mesma repartição.

Rio de Janeiro — Ao ensêjo do centenário de Angra dos Reis, registrado em princípios de Março, verificou-se, naquela cidade, interessante mostra estatística, de iniciativa dos órgãos estatísticos regional e municipal

Distrito Federal — Por ato do Prefeito Henrique Dodsworth, de 22 de Janeiro, foi nomeado, em comissão, diretor do Departamento de Geografia e Estatística, em que se transformou a antiga Diretoria Municipal de Estatística, o Sr. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior.

São Paulo — O Interventor Ademar de Barros baixou, a 10 de Janeiro, o decreto n.º 10.891, que dispõe sôbre o registro estatístico de produtos de origem animal e deu outras providências.

— No mesmo mês, o Serviço de Estatística Policial distribuiu uma publicação intitulada "A Estatística Policial-Criminal do Estado".

Paraná — A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, em reunião de 9 de Janeiro, aprovou a Resolução n.º 50, em que se consignou um voto de louvor e vivos agradecimentos ao Interventor Manuel Ribas pelo constante e inalterável apoio assegurado à causa estatística.

Santa Catarina — O Departamento Estadual de Estatística prosseguiu na divulgação regular de trabalhos estatísticos e "Comunicados à Imprensa", durante o primeiro trimestre de 1940.

Rio Grande do Sul — Baixando o decreto n º 9, a 20 de Janeiro, o Interventor Cordeiro de Faria regulou a requisição de funcionários estaduais para os serviços do Recenseamento Geral do país.

— Assumiu as funções de diretor do Departamento Estadual de Estatística, a 23 de Março, o Sr. Mem de Sá.

Mato Grosso — Sob a presidência do Sr. Ponce de Arruda, Secretário de Estado, teve início, a 19 de Janeiro, o Curso de Informações organizado pelo Departamento Estadual de Estatística.

— Foi nomeado estatístico-chefe do órgão regional, por fôrça do decreto n.º 2.409, de 2 de Fevereiro, o Sr. Benedito Coelho Rodrigues, posto pelo Instituto à disposição do Govêrno do Estado.

Goiaz — A 24 de Janeiro, o Interventor Pedro Ludovico baixou o decreto n.º 2 848, que fixou modelos destinados ao levantamento estatístico dos meios de transporte rodoviários e deu outras providências.

— Por fôrça do decreto n.º 3 002, de 14 de Março, foram instituídos pelo Govêrno do Estado prêmios para os dois municípios que melhores resultados apresentarem ao Recenseamento de 1.º de Setembro.

Minas Gerais — Sob o patrocínio do D. E E., a Rádio Inconfidência Mineira instituiu, em Janeiro, o programa intitulado "Hora da Estatística", com o qual teve início intensa campanha de propaganda dos objetivos do Recenseamento Geral do país.

— Profissionais e estudiosos do método estatístico fundaram, a 20 de Janeiro, o "Centro de Estudos Estatísticos Teixeira de Freitas", tendo sido aclamados presidentes honorários os Srs. Benedito Valadares, José Carlos de Macedo Soares e M. A. Teixeira de Freitas, respectivamente Governador do Estado e presidente e secretário geral do I. B. G. E.

— Em reunião realizada a 16 de Março, a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística aprovou a Resolução n.º 11, em que se formulou um apêlo aos prefeitos municipais do Estado em favor da boa execução dos trabalhos estatísticos.

A população do Brasil é uma dúvida antes do Recenseamento — mas será uma certeza depois dele. O Recenseamento é o ponto de transição daquela dúvida para esta certeza.

SÉRIES ESTATÍSTICAS

MOVIMENTO DE CASAMENTOS E ÓBITOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1 NASCIDOS VIVOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 664	2 393	2 870	2 765	2 834	2 559	2 699	3 085	2 864	3 122	2 564	2 570	32 989
1938	2 762	2 474	2 984	2 829	2 867	2 802	3 058	2 952	3 014	3 249	2.540	2 658	34 189
1939	2 781	2.371	2 981	2 697	2 878	2 618	2.769	2 684	2 648	2 956	2 668	3 080	33 131

2 NASCIDOS MORTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	272	240	295	240	288	249	258	258	247	257	292	262	3 158
1938	280	283	314	311	311	246	248	270	232	273	237	303	3 308
1939	289	284	288	319	294	265	295	248	282	248	230	244	3 286

3 CASAMENTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 214	676	852	839	1 178	1 129	1 157	485	1 297	898	761	1 764	12 250
1938	918	939	756	799	1.037	848	876	421	941	708	565	1 577	10 385
1939	904	680	674	753	1 042	1 045	1 048	516	1 088	815	731	1 754	11 050

4 ÓBITOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 310	2 368	2 403	2 025	2 213	2 247	2 300	2 302	2 239	2 323	2 175	2 331	27 236
1938	2 716	2 276	2 665	2 562	2 581	2 570	2 795	2 708	2 561	2 629	2 396	2 433	30 892
1939	2 540	2.148	2 459	2 252	2 798	3 050	2 914	2 661	2 438	2 383	2 348	2 657	30 648

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS

5 ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8 162	7 972	9 310	8 584	6 865	7 233	9 910	8 611	7 674	7 865	8 365	8 521	99 072
1938	8.487	10 968	9 851	7 673	7 137	7 024	7 517	7 096	5 910	7 479	6 688	7 291	93 121
1939	9 561	10 630	12 553	9 692	8 671	9 091	9 945	9 219	6 496	6 487	6 031	7 748	106 124

6 SAÍDA DE PASSAGEIROS DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	6 432	6 271	6 356	5 682	6 547	7 459	6 571	5 939	6 961	6 865	7 163	6 103	78 349
1938	5 310	6 664	8 078	7 629	6 261	6 845	7 261	7 678	6 613	6 319	6 382	7 472	82 512
1939	8 098	7 569	7 964	7 510	7 446	6 739	7.585	8 545	6.532	5 800	5 966	6 562	86 316

7 ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PÔRTO DE SANTOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	6 301	4 912	4 242	6 007	6 149	6 402	8 374	6 361	6 759	5 590	3 740	3 662	68 499
1938	3 138	4 708	5 214	4 730	4 628	3 796	2 917	3 835	2 911	2 758	2 751	3 010	44 396
1939	3 392	4 459	5 766	4 151	3 619	3 736	4 302						

8 SAÍDA DE PASSAGEIROS DO PÔRTO DE SANTOS

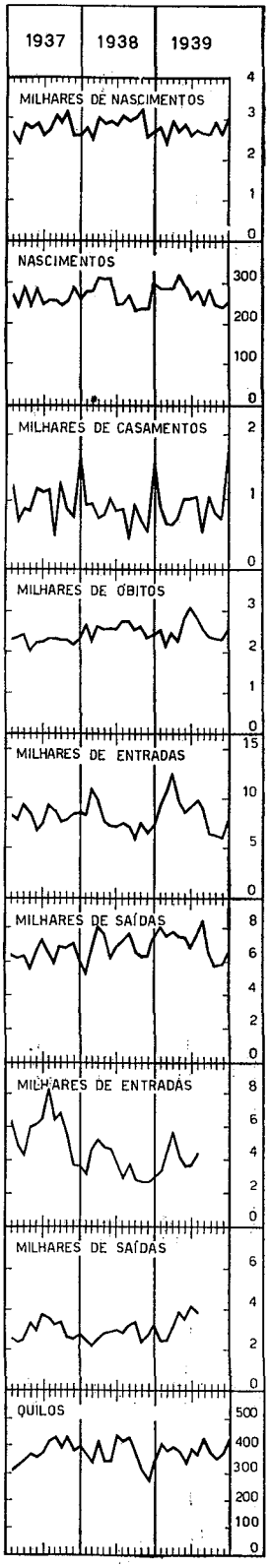
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 504	2 340	2.467	3 322	2 969	3 711	3 575	3 222	3 361	2 639	2 522	2 758	35 390
1938	2 452	2 186	2.431	2 734	2 882	2 943	2 825	3 220	2 377	2 400	2 689	3 199	32 338
1939	2 482	2 489	3 011	2 901	3 535	4 106	3 845						

PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

9 PRODUÇÃO DE OURO

QUANTIDADE (quilos)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	306	329	345	367	363	374	414	430	394	431	384	397	4 534
1938	369	339	423	344	344	442	423	431	376	319	281	356	4 447
1939	406	383	398	382	347	389	371	430	372	353	375	408	4 614



PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

10 — PRODUÇÃO DE OURO

Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 523	5 889	6 166	6 424	6 179	6 269	6 909	7 210	6 925	8 252	7 178	7 693	80 617
1938	7 258	6 673	8 416	7 576	7 667	9 939	9 583	9 864	8 640	7 344	6 494	8 263	97 717
1939	9 429	8 882	9 235	8 865	8 065	9 039	8 971	10 791	9 321	8 679	9 177	9 986	110 440

11 — PRODUÇÃO DE PRATA

Quantidade (quilos)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	49	50	52	73	71	73	72	73	50	74	74	74	785
1938	73	72	73	48	71	48	48	97	72	70	49	73	794
1939	72	72	50	72	72	70	72	72	72	73	72	73	842

12

Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11	12	12	17	16	17	18	17	11	18	19	18	186
1938	18	18	18	12	17	12	12	23	17	20	14	20	201
1939	20	20	14	16	16	15	14	14	16	16	15	16	192

PRODUÇÃO DE CARVÃO DE PEDRA

13

Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	58 631	52 842	61 744	66 360	60 975	58 903	69 840	59 566	60 454	64 612	68 925	79 928	762 780
1938	75 745	68 350	80 743	72 099	79 242	69 814	77 896	63 411	75 602	80 763	72 235	81 324	907 224
1939	85 674	71 709	85 988	68 935	81 818	81 429	86 326	83 316	95 327	109 556	95 492	101 405	1 046 975

14

Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 996	2 696	3 142	3 380	3 104	3 181	3 715	3 179	3 222	3 446	3 667	4 327	40 055
1938	3 944	3 538	4 182	3 719	4 084	4 114	4 154	3 922	4 041	4 330	3 867	4 367	48 292
1939	4 439	3 698	4 440	3 556	4 183	4 195	4 442	4 285	4 962	5 725	4 970	5 393	54 288

PRODUÇÃO DE FERRO LAMINADO

15

Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 261	5 396	5 396	6 885	5 986	5 929	6 186	6 702	6 902	5 722	6 258	5 796	71 419
1938	6 274	4 631	6 366	6 195	7 342	6 733	7 623	8 269	6 578	8 323	7 626	8 461	84 421
1939	6 361	6 964	8 449	6 159	9 277	9 241	8 425	8 950	8 417	9 914	7 984	508	98 649

16

Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 639	6 056	5 054	6 269	6 414	6 370	6 503	7 205	7 461	6 442	7 074	6 761	76 248
1938	7 434	5 334	7 571	7 222	8 607	8 012	8 810	9 601	7 719	9 860	8 913	9 905	98 988
1939	7 009	7 903	9 458	6 688	10 433	10 340	9 575	9 932	9 478	11 281	9 018	9 821	110 936

PRODUÇÃO DE FERRO GUSA

17

Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 917	5 136	7 212	8 453	9 065	8 274	8 981	9 768	9 433	9 375	8 571	7 916	98 101
1938	7 414	8 724	10 425	9 360	10 321	11 614	12 893	11 518	10 798	10 953	9 158	9 174	122 352
1939	10 209	11 035	13 343	12 571	15 363	14 856	14 071	13 089	13 256	14 166	14 359	13 698	160 016

18

Valor (contos de réis)

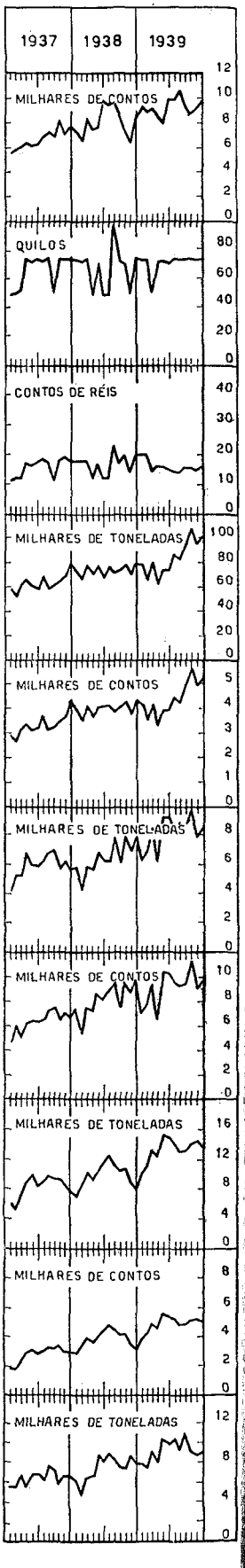
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 972	1 813	2 375	2 893	3 075	2 806	2 970	3 187	3 134	3 326	2 951	2 950	33 452
1938	2 897	3 442	4 110	3 711	4 045	4 509	5 025	4 536	4 226	4 279	3 548	3 672	48 000
1939	3 931	4 249	4 902	4 590	5 660	5 490	5 255	4 892	4 966	5 196	5 247	5 056	59 434

PRODUÇÃO DE AÇO

19

Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 462	5 484	6 622	5 531	6 795	6 772	6 096	7 598	7 134	5 638	6 653	6 645	76 430
1938	6 350	4 886	6 663	6 889	9 080	8 276	9 118	8 502	7 758	7 690	8 778	8 114	92 104
1939	8 118	7 724	9 260	8 243	10 657	10 135	10 456	9 283	11 207	9 215	8 783	9 093	112 174



PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

PRODUÇÃO DE AÇO

20 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 601	4 569	5 644	4 979	4 915	5 005	3 841	4 790	4 464	3 827	4 469	4 559	55 663
1938	4 876	4 026	5 180	5 330	6 981	6 462	7 983	6 538	6 018	5 878	6 775	6 277	71 324
1939	6 297	5 997	7 101	6 291	8 270	7 750	7 959	7 077	8 687	7 202	6 957	7 019	86 607

PRODUÇÃO DE CIMENTO

21 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	45 655	35 561	45 658	46 527	49 204	44 687	48 681	48 704	48 559	54 767	51.592	51 857	571 452
1938	49.067	49 166	47 665	50 427	51 549	52 170	54 937	56 309	50 155	55 088	51 326	50 037	617 896
1939	50.165	42.298	60 031	53 636	56 075	58 690	60 075	59 814	60 512	64 683	61 846	62 968	690.793

22 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	9 622	8 488	11 201	10 379	9 990	10 571	10 375	10 834	11 240	11 724	10 518	10 400	125 342
1938	9.950	10 412	11 708	11 776	11 401	11 193	12 653	12 179	11 845	11 925	11 495	11 769	138 306
1939	11 045	11 319	13 496	11 590	14 433	13 442	13 541	13 926	13 616	14 342	14 370	14 182	159 302

MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES

ENTRADA DE EMBARCAÇÕES NO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

23 — Número

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	345	321	360	373	340	358	339	380	340	360	372	379	4 267
1938	352	317	401	337	359	365	367	403	369	410	369	361	4 410
1939	346	331	406	357	400	363							

24 — Tonelagem (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	956	918	1 062	1 111	986	1 034	965	1 066	958	1 041	1 051	1 070	12 218
1938	957	944	1 145	958	1 012	1 037	1 043	1.126	1 004	1 004	1 007	1 030	12 267
1939	978	942	1 121	1 014	1 063	1 033							

SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

25 — Número

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	337	328	360	370	301	369	339	354	350	363	324	399	4 194
1938	347	335	368	362	342	372	373	387	385	410	354	366	4 401
1939	350	331	394	390	389	374							

26 — Tonelagem (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	938	932	1 062	1 107	896	1 036	958	997	986	1 033	939	1 112	11.996
1938	1 006	973	1 015	1 035	1 025	1 044	1 028	1 124	1 019	1 199	984	1.135	12 587
1939	994	932	1 109	1 073	1 050	1 032							

ENTRADA DE EMBARCAÇÕES NO PÔRTO DE SANTOS

27 — Número

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	259	261	269	289	286	299	288	292	293	292	294	293	3 418
1938	292	265	301	305	310	325	318	324	315	295	292	296	3 638
1939	309	278	325	317	329	314	338	335	250	279	251	275	3 600

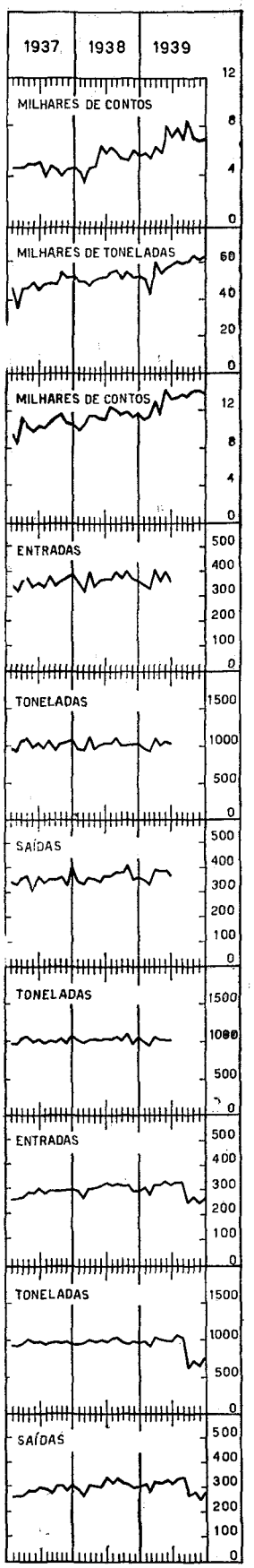
28 — Tonelagem (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	876	843	911	1 011	975	976	915	929	947	936	954	928	11 201
1938	924	859	1 012	974	1 000	976	1 026	1 032	944	912	987	956	11 602
1939	963	872	1 074	1 005	998	975	1 064	1 031	624	737	638	762	10 743

SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DE SANTOS

29 — Número

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	259	258	260	283	280	296	289	272	301	299	285	302	3 384
1938	288	260	305	301	298	333	310	332	310	302	296	299	3.634
1939	306	279	318	316	327	312	334	339	267	271	247	281	3 597



MOVIMENTO DE EMBARCAÇÕES

30 SAÍDA DE EMBARCAÇÕES DO PÔRTO DE SANTOS

TONELAGEM (mil toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	793	843	934	978	961	959	920	872	953	981	924	953	11 071
1938	912	841	1 020	975	962	1.014	1 017	1 012	950	939	975	972	11 589
1939	947	875	1 065	997	986	984	1.045	1 039	673	724	630	759	10 724

TRÁFEGO AÉREO COMERCIAL

31 EXTENSÃO DAS LINHAS (Km) (1)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	40 503	45 168	43 274	42 989	40 766	40 766	46 301	36 426	44 724	39:451	40 899	45 413	506 680
1938	42 338	41 813	42 463	41 270	41 270	40 565	41:270	41 870	43.885	41 034	45 110	46 225	509 113
1939	51 880	51 533	56 598										

32 PERCURSO (mil km)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	455	401	463	491	496	472	507	534	569	571	584	569	6 112
1938	625	552	591	582	588	566	596	584	514	543	579	601	6 921
1939	616	544	599										

33 DURAÇÃO DOS VÔOS (horas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 335	2 032	2 339	2 505	2 445	2 325	2 444	2 623	2 767	2 750	2 779	2 749	30 093
1938	3 000	2 643	2 805	2 693	2 784	2 691	2 783	2 762	2 393	2 531	2 688	2 786	32 559
1939	2 869	2 586	2 814										

34 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 333	4 269	4 682	5 008	4 744	4 654	6 080	5 801	5 723	5 550	5 325	5 705	61 874
1938	5 958	5 648	6 496	5 607	5 195	4 560	5 420	4 920	4 398	4 694	4 700	5 831	63 427
1939	5 562	5 247	6 318										

35 BAGAGEM TRANSPORTADA (kg)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	55 629	55 951	60 916	64 262	59 322	59 940	74 829	72 647	72 524	73 403	72 027	74 548	795 998
1938	84 754	76 914	83 770	82 836	74 212	64 363	78 450	68 772	62 982	67 117	68 312	85 455	897 937
1939	74 382	71.488	85 770										

36 CORRESPONDÊNCIA POSTAL TRANSPORTADA (kg)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11 205	10 044	12 056	11 731	11 307	11 697	13 064	13 185	13 336	13 929	12 449	15 165	149 138
1938	14 113	16 617	14 633	14 400	14 352	14 094	18 376	15 085	15 517	15 304	14.628	18 523	185 642
1939	17 164	15 569	18 434										

37 CARGA TRANSPORTADA (kg)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	17 293	15 531	17 078	17 385	17 613	18 656	19 784	21 297	20 639	21 730	22 130	25 888	235 024
1938	23 838	23 639	27 765	27 555	28 446	29 631	32 291	33 330	30 794	30 887	30 272	36 527	354 975
1939	37 427	31 789	38 681										

TRÁFEGO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

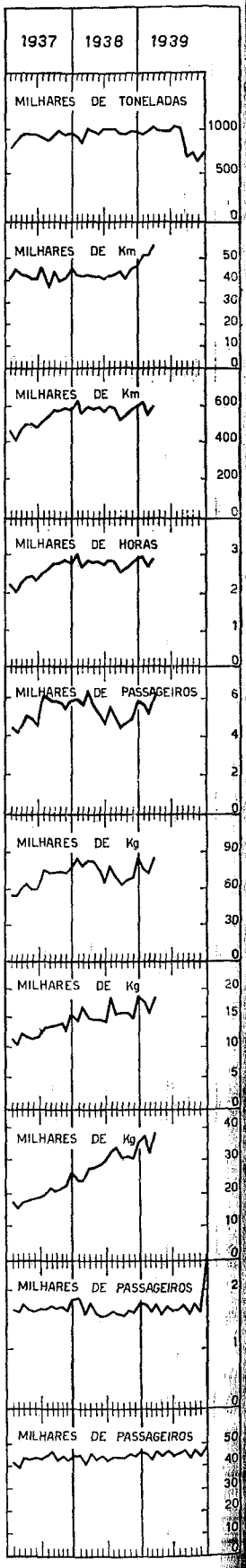
38 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM BARCAS (milhares)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 672	1 609	1 751	1 678	1 647	1 683	1 682	1 730	1 691	1 701	1 640	1 823	20 307
1938	1 858	1 589	1 796	1 593	1 527	1 535	1 611	1 583	1 575	1 667	1 606	1 788	19 728
1939	1 740	1 610	1 761	1 597	1 706	1 645	1 660	1 738	1 603	1 777	1 622	2 622	21 081

39 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM CARRÍS URBANOS (milhares)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	41 750	39 394	43 490	42 992	43 365	43 166	44 137	46 405	42 812	44 379	42 590	44 121	518 601
1938	44 345	40 025	45 096	42 888	44 456	42 267	44 102	43 967	43 444	45 961	44 184	46 982	527 717
1939	45 829	43 278	46 657	44 860	46 910	44 204	45 572	46 940	43 881	47 497	44 542	48 179	548 349

(1) 81 km facultativos



TRÁFEGO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

40 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM ÔNIBUS (milhares)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	6 409	6 104	6 466	6 391	6 379	6 890	6 899	6 773	6 671	6 843	7 523	7 760	81 108
1938	7 719	7 311	7 509	7 351	7 653	7 435	7 709	7 530	7 564	7 849	7 495	8 141	91 266
1939	7 698	7 371	7 769	7 701	8 061	8 178	8 391	8 709	8 332	8 704	8 466	9 283	98 663

41 PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM ESTRADA DE FERRO (milhares)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	7 751	8 803	7 851	7 338	7 134	6 831	8 307	8 942	8 619	8 684	8 268	8 519	97 047
1938	7 926	7 550	8 721	7 938	8 103	7 941	8.109	8 171	7 914	8.277	7 901	2 470	91 021
1939	8 035	7 861	8 346	8 089	8 511	8 385	8 757	8 870	8 509	8 991	8 419	8 876	101 649

SERVIÇO DE TELEFONES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

42 NÚMERO DE LINHAS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	59 236	59 727	60 391	61 102	61 785	62 609	63.467	64.227	64 811	65.442	65 557	66 009	62 805
1938	66 719	67 209	67 689	68 055	68 537	68 931	69.373	69 838	70 312	70 848	71 327	71 786	69 219
1939	72 263	72 613	73 195	73 654	74 229	74 969	75 470	76 188	76 645	77 257	77 817	78 476	75 231

43 NÚMERO DE APARELHOS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	78 957	79 587	80 457	81 243	82 094	83 197	84 293	85 205	86 037	86 839	87 249	87 609	83 564
1938	88 240	89 242	89 843	90 252	90 836	91 507	92 039	92 039	93 427	94 310	94 955	95 603	90 858
1939	96 132	96 592	97 116	97 785	98 483	99 370	100 068	100.980	101 576	102 331	103 037	103 797	99 772

CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

44 LICENÇAS CONCEDIDAS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	308	261	400	316	341	366	330	423	389	392	348	444	4 318
1938	369	300	402	332	387	298	383	394	355	447	357	405	4 429
1939	287	254	302	232	239	306	259	315	256	317	274	239	3 280

REGISTRO DE HIPOTECAS NO DISTRITO FEDERAL

45 INSCRIÇÕES HIPOTECÁRIAS

QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1637	141	150	135	131	129	180	164	169	198	184	191	169	1 941
1938	159	151	161	127	178	161	148	211	232	203	188	243	2 162
1939	205	189	207	177	168	208							

46 VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	10 098	13 399	7 976	8 139	8 482	16 570	13.184	13 614	23 416	11 929	15 511	12 218	154 536
1938	14 928	9 221	36 427	5 260	9 821	12 645	14 111	13.062	17 090	9 953	15 352	20 023	177 893
1939	17 072	19 731	18.927	10 743	12 239	16.565							

TRANSCRIÇÕES DE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS NO DISTRITO FEDERAL

47 QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	738	645	674	773	695	864	891	911	907	821	747	888	9 554
1938	668	713	796	803	754	883	843	895	934	951	762	899	9 901
1939	873	744	861	636	745	750							

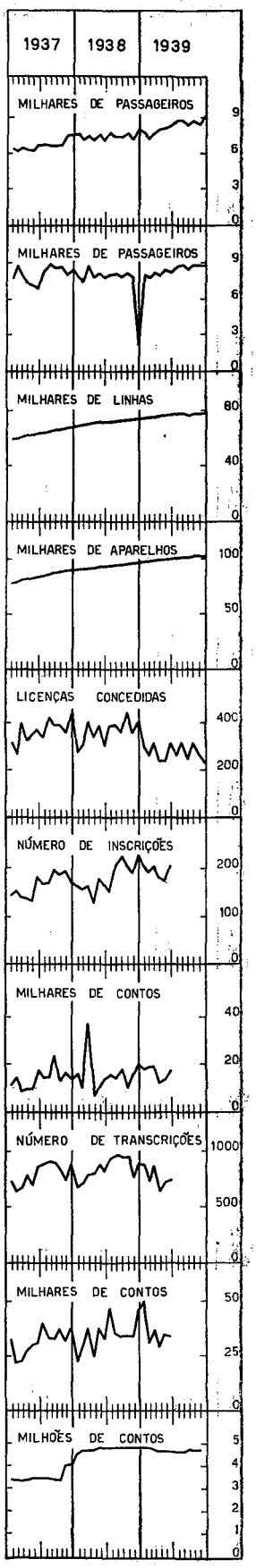
48 VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	31 797	20 432	21 615	26 671	29 390	30 062	39 985	33 538	33 425	36.000	31 287	36 389	370 591
1938	21 408	29 077	36 596	24 005	37 157	33 019	46 187	34.595	32.940	33 198	32 174	45 424	405 780
1939	50.218	30 024	35 719	27 986	34 256	33 009							

MEIO CIRCULANTE NACIONAL (mil contos de réis)

49 NOTAS DO TESOURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 470	3 420	3 420	3 421	3 522	3 518	3 513	3 505	3 489	3.489	4 409	4 509	—
1938	4 600	4 700	4 700	4 700	4 800	4 800	4 800	4 800	4.800	4 800	4.800	4 800	—
1939	4 802	4 801	4 793	4 791	4 790	4 789	4 788	4 786	4 857	4 792	4 789	.	—



MEIO CIRCULANTE NACIONAL (mil contos de réis)

50 CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	20	20	20	19	20	19	19	19	18	18	18	18	—
1938	18	18	18	17	17	17	16	17	16	16	16	16	—
1939	16	15	15	15	15	15	15	14	14	14	14		—

51 CARTEIRA DE REDESCONTO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	560	590	590	700	730	730	730	730	730	400	40	23	—
1938	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1939	—	—	—	—	—	—	—	—	270	200	170		—

52 TOTAL

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 050	4 030	4 030	4 140	4 272	4 267	4 262	4 254	4 237	4 335	4.467	4 550	—
1938	4 641	4 718	4 718	4 717	4 717	4 717	4 717	4 716	4 716	4 716	4 716	4.716	—
1939	4 818	4 816	4 808	4 806	4 805	4 804	4 803	4 800	5 141	5 006	4 973		—

COMPRAS DE OURO POR CONTA DO GOVÊRNO FEDERAL

53 QUANTIDADE (gr)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	515 682	450 684	561 083	629 733	523 321	490 210	581 150	439 800	564 418	503 827	583 672	490 928	6 334 508
1938	457 766	575 192	549 560	402 449	552 279	565 968	394 281	676 392	583 707	620 789	767 696	590 726	6 736 805
1939	398 351	586 149	684 971	401 597	1027 812	739 768	670 141	811 986	737 663	1 010 810	861 174	1 089 901	9 020 323

54 VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	9 523	8 201	10 101	11 220	9 122	8 325	9 762	7 375	9 488	8 859	11 126	9 383	112 485
1938	8 872	11 261	10 836	7 969	11 583	12 265	8 600	14 823	12 926	13 847	17 088	13 307	143 377
1939	8 886	13 295	15 544	8 895	23 096	16 730	15 107	19 004	17 555	24 602	20 184	26 044	208 942

CURSO DO CÂMBIO LIVRE NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO (VALOR EM RÉIS)

55 LONDRES (Libra)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	80 511	79 788	79 686	78 468	76 581	75 102	74 992	75 100	75 719	83 272	86 498	87 476	78 788
1938	87 807	88 285	87 866	87 700	87 654	87 414	87 033	86 442	85 427	84 487	83 669	82 836	86 387
1939	82 678	83 178	83 091	86 980	88 696	91 067	93 479	92 303	80 748	80 012	78 688	78 098	84 918

56 PARÍS (Franco)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	770	762	753	702	700	679	578	571	551	563	587	597	657
1938	593	581	554	553	500	494	492	490	486	476	472	472	510
1939	474	473	476	495	503	522	531	529	466	458	450	446	485

57 ITÁLIA (Lira)

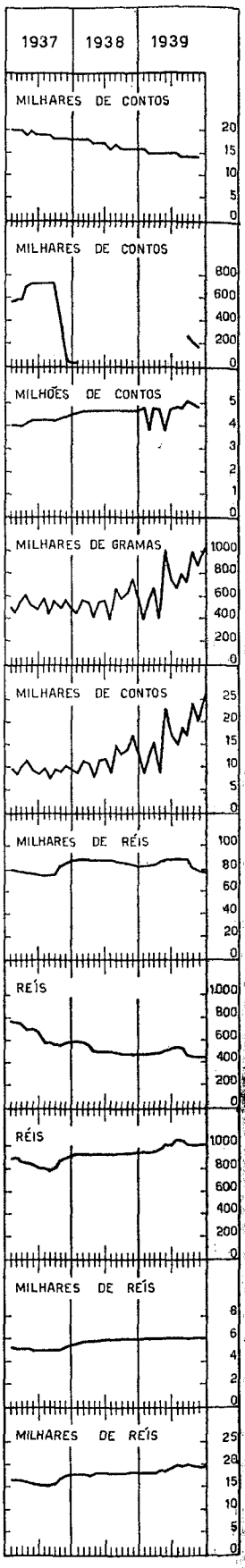
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	897	901	869	851	831	814	804	787	802	883	905	921	849
1938	931	930	929	923	924	921	922	931	938	935	939	930	929
1939	942	935	938	980	1 004	1 015	1 056	1 052	1 045	1 010	1 006	1 006	999

58 ALEMANHA (Verrechnungsmark)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 242	5 193	5 194	5 145	5 039	5 019	5 000	4 996	5 000	5 170	5 388	5 404	5 164
1938	5 678	5 855	5 843	5 836	5 862	5 899	5 914	5 961	5 979	5 980	5 939	5 989	5 895
1939	6 004	6 000	6 000	6 030	6 100	6 096	6 100	6 099	6 099	6 098	6 089	6 048	6 064

59 NOVA IORQUE (Dólar)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	16 432	16 423	16 324	15 908	15 515	15 217	15 091	15 081	15 300	16 808	17 238	17 512	16 031
1938	17 555	17 582	17 521	17 600	17 608	17 602	17 601	17 676	17 655	17 681	17 701	17 719	17 623
1939	17 671	17 697	17 720	18 715	18 444	19 140	19 959	19 933	19 969	19 893	19 867	19 870	19 073



CURSO DO CÂMBIO LIVRE NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO (valor em réis)

Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Media
60 — MONTEVIDÉU (Pêso)													
1937	9 069	8 923	8 961	8 760	8 671	8 784	8 723	8 800	8 915	9 731	9 696	9 672	8 974
1938	9 264	8 227	8 044	7 920	7 920	7 907	7 903	7 864	8 018	7 740	7 394	6 685	8 118
1939	6 656	6 745	6 670	6 777	6 890	6 909	7 191	7 159	7 907	7 785	7 463	7 307	7 122
61 — BUENOS AIRES (Pêso)													
1937	5 025	4 919	4 908	4 846	4 725	4 636	4 580	4 596	4 641	5 058	5 055	5 135	4 860
1938	5 193	4 801	4 724	4 631	4 751	4 737	4 710	4 731	4 626	4 610	4 243	4 178	4 934
1939	4 229	4 271	4 210	4 360	4 398	4 542	4 641	4 612	4 746	4 736	4 694	4 597	4 503
62 — JAPÃO (Ien)													
1937	4 743	4 694	4 796	4 636	4 568	4 482	4 421	4 466	4 485	4 849	5 066	5 128	4 703
1938	5 139	5 161	5 158	5 181	5 169	5 200	5 105	5 066	5 031	4 968	4 923	4 884	5 091
1939	4 874	4 896	4 893	5 117	5 185	5 258	5 458	5 427	4 861	4 747	4 725	4 716	5 013

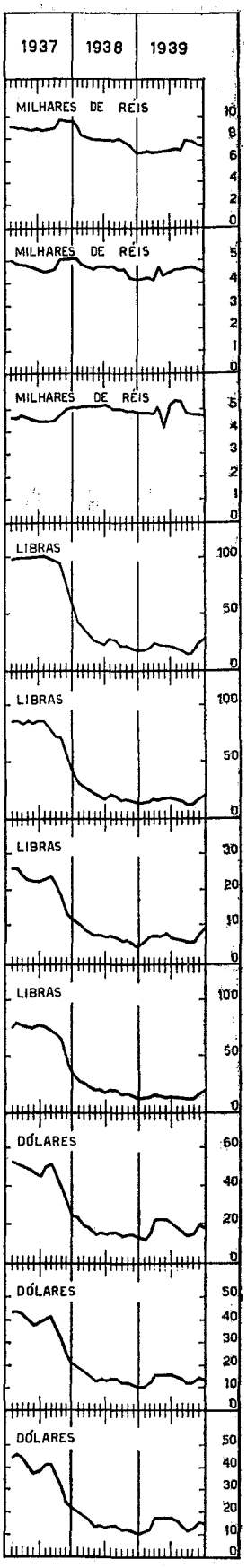
COTAÇÕES MÉDIAS DOS TÍTULOS FEDERAIS

MERCADO DE LONDRES (TÍTULOS DE 100 £)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Media
63 — FUNDING — 1898 (5 %)													
1937	98 75	99 75	100 25	99 75	100 25	101 25	100 50	99 25	96 50	94 50	72 00	56 75	93 25
1938	42 25	36 75	32 50	26 25	24 75	22 00	26 75	26 25	21 25	20 15	18 25	16 75	26 00
1939	16 75	19 00	23 25	21 50	21 50	20 75	18 00	16 25	14 00	14 75	23 75	27 25	19 75
64 — NOVO FUNDING — 1914 (5 %)													
1937	85 75	86 50	85 25	86 50	85 25	87 50	86 75	81 00	73 50	71 75	56 25	40 75	77 25
1938	31 00	27 00	24 25	20 25	19 25	17 50	21 25	20 25	16 25	16 75	14 50	13 50	19 75
1939	13 50	14 50	17 50	16 75	17 25	17 50	15 25	14 25	12 25	12 75	19 00	22 50	16 25
65 — CONVERSÃO													
1937	25 50	25 50	23 50	22 50	21 75	22 25	22 75	23 50	20 75	18 00	13 50	11 50	21 00
1938	10 00	9 25	8 00	7 75	7 50	6 75	7 50	7 25	5 50	6 00	4 75	4 50	7.00
1939	5 50	6 75	7 50	6 75	8 00	6 50	6 25	6 00	5 00	5 25	7 50	9 25	6 75
66 — FUNDING — 1931 (5 %)													
1937	74 25	79 00	76 50	74 75	74 25	76 00	75 25	72 25	68 25	63 00	46 50	34 50	67 75
1938	27 25	25 50	21 50	19 50	19 50	17 25	19 00	19 50	14 75	15 75	12 75	10 75	18 50
1939	10.75	12 75	15.00	14 25	13 50	14 00	13 25	12 25	10 50	10 50	17 50	20 25	13 50

MERCADO DE NOVA IORQUE (TÍTULOS DE 100 DÓLARES)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Media
67 — 8 % (1921/41)													
1937	52 68	51 40	50 21	49 23	47 01	45 09	48 86	50 68	45 19	38 67	31 03	23 56	44 58
1938	22 36	19 30	17 63	14 87	16 06	15 02	16 11	15 59	14 40	15 10	14 70	12 76	16 09
1939	12 27	15 35	22 12	21 70	21 58	20 25	18 45	16 18	14 69	15 48	20 32	18 20	18 09
68 — 7 % (1922/52)													
1937	44 06	44 75	43 06	40 36	38 25	38 48	39 96	41 87	36 42	32 12	25 07	21 30	37.03
1938	18 97	17 54	16 11	13 27	13 79	13 36	14 41	13 83	11 90	12 22	11 12	10 12	13 83
1939	10 42	12 23	16 47	15 72	16 37	16 07	15 03	13 94	11 34	11 79	14 58	13 37	13 95
69 — 6 1/2 % (1926/57)													
1937	44 10	45 92	43 82	39 79	37 22	38 35	42 00	42 23	36 94	30 68	24 16	21 31	37 34
1938	18 98	17 27	15 93	13 22	13 63	13 18	14 49	13 89	11 58	12 47	11 00	10 05	13 75
1939	10 53	12 25	17 46	16 97	17 22	17 33	15 95	14 35	11 66	12 47	16 00	15 03	14 76



COTAÇÕES MÉDIAS DOS TÍTULOS FEDERAIS

MERCADO DE NOVA IORQUE (TÍTULOS DE 100 DÓLARES)

70 — 6 1/2 % (1927/57)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	43 96	45 09	43 04	39 96	37 26	38 39	42 00	42 27	36 96	31 40	24 16	21 45	37 29
1938	19 06	17 36	15 83	13 32	13 66	13 31	14 45	13 88	11 73	12 39	11 02	10 07	13 78
1939	10 55	12 26	17 45	16 97	17 31	17 32	15 91	14 35	11 66	12 46	16 00	14 97	14 77

COTAÇÃO EM MIL RÉIS DAS APÓLICES E OUTROS TÍTULOS FEDERAIS NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

APÓLICES

71 — APÓLICES GERAIS (uniformizadas) — 1:000$ — 5 %

1937	765	793	784	796	819	—	785	785	805	804	810	—	795
1938	801	805	802	811	812	810	798	796	802	811	812	812	805
1939	796	795	791	803	814	810	790	806	809	806	807	—	802

72 — EMPRÉSTIMO DE 1903 (ao portador) — 1:000$ — 5 %

1937	750	760	782	792	814	824	807	804	797	798	790	780	797
1938	775	785	775	780	778	779	—	794	780	776	789	810	783
1939	780	775	-	—	806	801	782	788	801	805	801	—	793

73 — TRATADO DA BOLÍVIA (nominativas) — 1:000$ — 3 %

1937	—	—	600	—	600	—	585	—	—	—	—	—	595
1938	500	-	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	500
1939	—	—	—	—	—	565	500	—	—	—	—	550	538

74 — DIVERSAS EMISSÕES (nominativas) — 1:000$ — 5 %

1937	764	788	778	792	807	810	781	780	781	800	809	—	788
1938	798	799	797	806	811	810	799	794	799	808	813	815	802
1939	786	778	782	797	809	810	790	806	807	806	808	—	798

75 — DIVERSAS EMISSÕES (ao portador) — 1:000$ — 5 %

1937	766	794	798	817	827	839	814	810	810	813	813	791	808
1938	792	796	796	802	802	817	792	806	811	803	807	826	804
1939	799	796	808	805	811	813	796	803	810	813	817	822	808

76 — REAJUSTAMENTO ECONÔMICO — 1:000$ — 5 %

1937	711	734	750	769	775	769	746	758	773	781	779	762	759
1938	751	762	747	736	733	749	751	766	781	781	793	818	765
1939	785	777	784	807	821	824	809	819	825	830	847	863	816

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

77 — 1921 — 1:000$ — 7 %

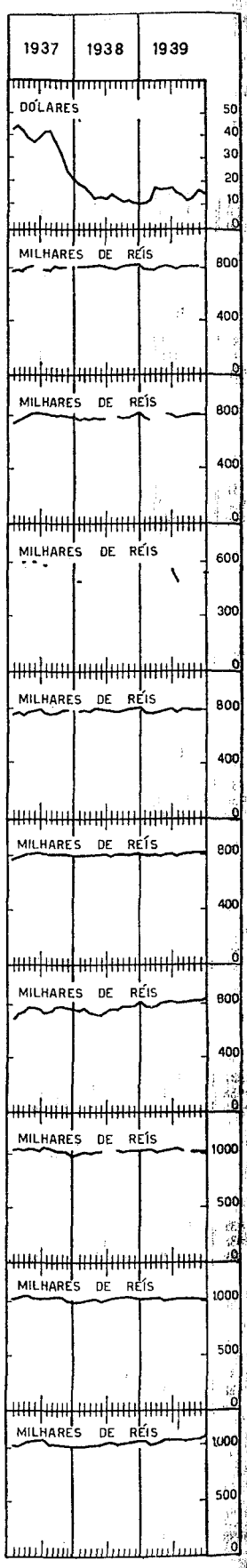
1937	1 024	1 044	1 026	1 044	1 042	1 038	1 055	1 053	1 021	1 017	1 017	996	1 027
1938	1 004	1 017	1 003	1 011	1 015	—	—	1 046	1 012	1 023	1 020	1 026	1 017
1939	1 037	1 040	1 010	1 023	1 035	1 041	1 045	1 034	—	1 026	1 025	1 023	1 031

78 — 1930 — 1:000$ — 7 %

1937	1 023	1 035	1 051	1 067	1 035	1 033	1 043	1 045	1 050	1 050	1 003	998	1 037
1938	998	1 012	1 016	1 036	1 000	1 016	1 027	1 040	1 042	1 043	1 024	1 027	1 025
1939	1 030	1 034	1 040	1 045	1 013	1 021	1 048	1 044	1 037	1 043	1 011	1 020	1 032

79 — 1932 — 1:000$ — 7 %

1937	1 037	1 021	1 043	1 061	1 063	1 074	1 083	1 040	1 042	1 036	1 031	1 002	1 040
1938	1 019	1 010	1 023	1 032	1 040	1 051	1 060	1 040	1 041	1 060	1 071	1 072	1 044
1939	1 071	1 038	1 041	1 060	1 080	1 097	1 089	1 066	1 076	1 079	1 084	1 117	1 075



COTAÇÃO EM MIL RÉIS DAS APÓLICES E OUTROS TÍTULOS FEDERAIS NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

OBRIGAÇÕES DO TESOURO

1937 — 1:000$ — 6 %

80

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	—	—	—	—	900	900	900	900	900	900	900	900	900
1938	900	900	900	900	900	900	900	901	920	920	926	946	908
1939	924	928	929	939	939	948	953	925	929	935	948	954	938

OBRIGAÇÕES FERROVIÁRIAS — 1:000$ — 7 %

81 — 1ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	1:018	1 041	1 045	1 071	1 040	1 040	—	—	1 050	1 050	1 015	996	1 036
1938	995	1 012	—	—	—	—	1 020	—	—	—	—	—	1 001
1939	1 020	—	—	—	—	—	1 035	1 040	—	—	—	—	1 032

82 — 2ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	1 025	1 038	1 055	1 070	1 040	—	—	—	—	—	—	—	1 045
1938	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 040	—	—	1 040
1939	1 030	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 030

83 — 3ª EMISSÃO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	1 021	1 037	1 047	1 069	1 039	1 039	1.040	1 045	1 050	1 049	1 009	990	1 033
1938	986	1 014	1 015	1 033	1.002	1 018	1 023	1 031	1 032	1 044	1 023	1 028	1 021
1939	1 032	1 034	1 040	1 043	1 012	1 022	1 037	1 041	1 036	1 037	1 009	1 016	1 030

OBRIGAÇÕES RODOVIÁRIAS — 1:000$ — 7 %

84 — NOMINATIVAS

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1938	—	—	—	—	—	—	—	—	—	700	—	—	700
1939	—	—	—	—	—	750	—	750	—	—	—	760	753

85 — AO PORTADOR

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	750	—	—	—	786	767	—	—	—	—	—	760	766
1938	—	—	—	725	—	725	—	—	—	—	—	—	725
1939	—	—	—	—	717	—	—	—	—	—	—	—	717

TÍTULOS NEGOCIADOS

BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

86 — APÓLICES

QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	40 613	37 937	47 716	49 451	43 964	60 097	69 951	68 371	57 770	63 870	48 474	54 697	642 911
1938	49 359	54 182	62 715	59 507	60 267	63 290	56 742	83 679	93 769	102 555	75 726	94 726	856 517
1939	73.161	58 519	128 203	76 903	92 308	83 845	95 678	114 822	74 485	95 613	94 881	77 526	1 065 944

87 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	22 746	20 352	26 493	24 399	24 739	25 579	36 121	39 034	32 203	27 631	23 259	26 040	328 596
1938	22 686	29 115	35 392	35 377	30 226	31 921	30 680	37 258	40 373	41 638	33 179	46 951	414 796
1939	31 955	27 891	37 504	31 760	41 171	39 669	41 097	46 721	28 784	41 374	37 841	31 169	436 936

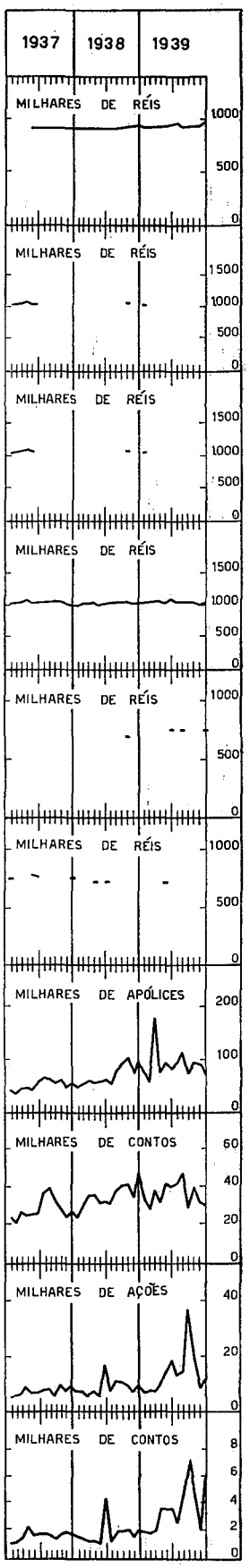
AÇÕES

88 — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	4 818	5 522	6 044	9 806	6 297	6 184	7 763	7 867	5 246	9 702	7 947	8 517	85 713
1938	6 942	6,148	5 383	7 418	5 277	17 273	7 551	11 785	10 612	9 081	6 717	8 701	102 888
1939	6 791	6 827	7 424	9 122	14 685	18 881	13 222	14 434	36 943	23 536	8 877	11 909	172 651

89 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Média
1937	1 009	1 302	1 390	2 055	1 441	1 599	1 592	1 491	1 265	1 676	1 705	1 667	18 192
1938	1.495	1 377	1 116	1 346	1 029	4 252	1 326	1 999	1 827	1 963	1 433	1 768	20 931
1939	1 749	1 652	1 821	2.439	3 464	3 697	2 569	4 440	7 695	4 756	2 023	6 187	42 492



TÍTULOS NEGOCIADOS

BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

DEBÊNTURES

90 — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	12 465	3 274	4 609	4 309	2 777	1 751	6 581	3 714	1 952	1 381	4 744	3 688	51 245
1938	2 209	853	3 629	3 716	861	1 680	3 781	3 099	8 203	3 778	4 323	2 220	38 352
1939	3 699	2 604	5 184	12 088	2 552	2 623	4 352	4 811	4 816	9 448	9 460	8 416	79 053

91 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 563	1 315	965	819	571	392	1 453	652	392	264	920	772	11 078
1938	531	134	707	741	356	334	737	587	1 585	1 048	843	433	8 036
1939	705	511	1 041	2 230	504	530	839	893	915	2 306	1 846	1 614	13 934

BÔLSA OFICIAL DE VALORES DE SÃO PAULO

APÓLICES (Fundos Públicos)

92 — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	24 998	43 290	90 751	42 187	53 854	79 106	26 267	46 211	56 162	24 400	35 309	104 590	627 125
1938	27 757	52 926	66 447	15 306	17 724	17 208	21 301	37 035	13 563	19 780	16 246	43 715	349 008
1939	30 927	25 079	26 593	13 171	30 389	16 311	29 215	23 434	22 260	25 205	22 859	18 934	284 377

93 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11 465	15 709	24 758	17 304	15 873	21 081	12 076	20 853	17 640	11 190	10 034	22 628	200 611
1938	13 734	20 331	23 199	12 519	11 634	11 777	14 775	30 067	10 056	15 962	11 916	36 053	212 023
1939	20 768	21 198	18 942	9 088	25 526	13 425	21 997	18 113	13 538	15 054	15 424	13 447	206 520

AÇÕES

94 — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	12 364	35 691	32 166	25 986	19 318	13 871	11 868	116 799	24 710	17 563	16 299	19 851	346 486
1938	24 420	21 974	21 693	17 265	27 085	17 658	15 900	51 479	23 114	26 220	21 005	27 392	295 205
1939	19 786	29 150	16 879	20 760	27 664	26 959	21 326	41 799	24 702	39 027	23 975	20 071	312 098

95 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 649	7 246	7 075	3 311	3 994	2 976	2 551	3 321	3 538	2 869	3 232	4 139	46 901
1938	3 569	4 590	4 761	3 655	4 223	3 665	3 329	10 970	4 167	4 740	4 382	6 525	58 576
1939	4 404	6 014	3 990	4 862	4 974	4 710	5 199	9 327	5 778	6 794	4 548	4 763	65 363

DEBÊNTURES

96 — QUANTIDADE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	691	1 401	2 806	683	96	226	70	201	144	525	134	303	7 280
1938	139	15	73	542	140	262	100	64	—	698	102	115	2 250
1939	856	1 536	169	63	249	279	374	78	3 303	2 997	694	332	10 930

97 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	60	146	289	75	33	106	11	21	15	49	15	31	851
1938	23	1	7	104	23	24	10	54	—	120	52	114	532
1939	208	161	72	15	58	27	93	71	653	605	208	126	2 297

MOVIMENTO BANCÁRIO

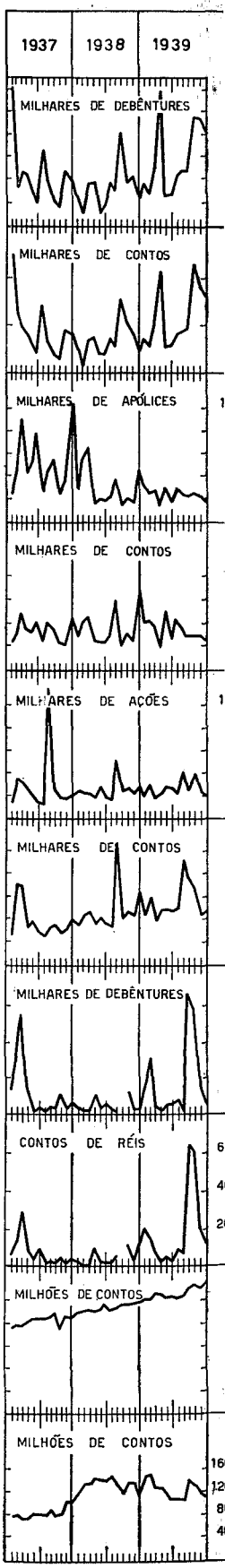
PRINCIPAIS TÍTULOS DO ATIVO E PASSIVO DOS BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

98 — EMPRÉSTIMOS E LETRAS DESCONTADAS (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	7 652	7 899	7 888	8 201	8 406	8 598	8 435	8 566	8 981	7 542	8 763	8 599	99 530
1938	9 096	9 177	9 313	9 150	9 252	9 734	9 153	9 466	9 747	9 734	9 839	9 942	113 603
1939	10 260	10 263	10 764	10 726	10 460	10 538	10 365	10 411	10 777	10 973	10 734	11 282	127 553

99 — CAIXA EM MOEDA CORRENTE (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	817	830	782	776	873	852	850	909	818	849	1 066	1 064	—
1938	1 248	1 361	1 398	1 467	1 453	1 446	1 513	1 361	1 289	1 441	1 444	1 246	—
1939	1 538	1 563	1 362	1 307	1 242	1 178	1 177	1 094	1 391	1 317	1 195	1 117	—



MOVIMENTO BANCÁRIO

PRINCIPAIS TÍTULOS DO ATIVO E PASSIVO DOS BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

100 — Depósitos (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8 112	8 218	8 068	8 766	8 924	8 974	9 046	9 354	8 632	8 788	8 807	8 812	104 501
1938	9 491	9 369	9 827	9 938	10 379	10 897	11 112	10 940	10 938	10 836	11 148	11 665	126 540
1939	12 043	11 650	11 807	11 396	11 662	11 756	11 716	11 874	11 896	11 858	12 060	12 523	142 241

PRINCIPAIS TÍTULOS DO ATIVO E PASSIVO DO BANCO DO BRASIL

101 — Empréstimos e letras descontadas (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 469	2 422	2 453	2 425	2 377	2 357	2 432	2 393	2 476	2 396	1 984	2 032	28 216
1938	2 816	2 813	2 814	2 860	2 860	2 873	2 770	2 770	2 793	2 806	2 832	2 927	33 934
1939	2 907	2 912	3 570	3 606	3 131	3 111	3 161	3 151	3 221	3 243	3 286		

102 — Caixa em moeda corrente (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	273	269	239	224	302	237	253	272	257	277	409	399	—
1938	676	669	746	724	673	678	701	688	625	635	640	554	—
1939	718	756	773	659	573	513	530	460	712	540	496		—

103 — Depósitos (mil contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 599	2 616	2 633	3 053	3 127	3 048	3 007	2 766	2 614	2 635	2 383	2 562	33 043
1938	3 060	3 169	3 355	3 454	3 671	3 875	4 093	3 978	4 021	4 172	4 284	4 619	45 751
1939	4 794	4 408	4 576	4 444	4 421	4 313	4 418	4 294	4 247	4 411	4 322		

EXPORTAÇÃO

AÇÚCAR

104 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	15	—	12	40	30	—	12	30	20	23	104	25	311
1938	61	28	47	49	91	16	17	14	19	19	7 759	21	8 141
1939	32 183	200	4 304	3 053	63	1 259	62	6 035	68	159	55	2 038	49 479

105 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	18	—	7	43	23	—	17	27	23	28	122	20	328
1938	56	30	54	50	61	18	22	18	24	15	2 517	17	2 882
1939	14 543	87	1.867	656	46	532	47	3 113	58	111	52	1 512	22 624

106 — Equivalente em ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	148	—	57	371	200	2	149	245	203	226	856	140	2 597
1938	397	209	377	351	431	132	150	128	167	110	17 792	115	20 359
1939	102 698	617	13 186	4 468	306	3 481	304	19 400	383	740	347	10 000	155 930

ALGODÃO EM RAMA

107 — Quantidade (toneladas)

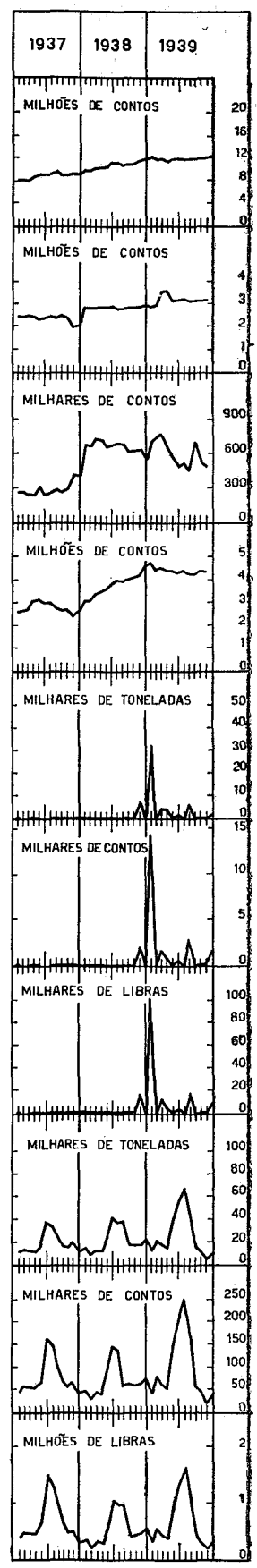
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11 012	13 605	13 004	11 682	16 973	39 312	34 652	25 411	18 668	18 381	20 737	12 744	236 181
1938	14 501	8 609	12 827	11 362	24 478	42 590	38 290	39 921	16 750	18 056	18 589	22 746	268 719
1939	11 943	21 420	17 693	15 489	40 907	56 414	68 953	46 776	16 162	12 521	5 770	9 491	323 539

108 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	44 660	57 445	56 305	53 512	76 476	169 420	146 689	102 118	68 261	58 253	68 370	42 854	944 363
1938	48 118	26 330	44 420	39 517	85 937	147 810	139 293	139 002	58 427	62 093	62 457	76 452	929 856
1939	42 721	78 031	59 300	52 771	145 094	201 838	252 040	168 016	57 185	44 016	20 289	38 118	1 159 419

109 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	372	481	470	456	664	1 493	1 298	932	598	476	480	298	8 018
1938	338	185	313	278	607	1 041	982	982	413	439	441	540	6 559
1939	302	551	419	359	972	1 321	1 625	1 047	380	293	130	245	7 644



EXPORTAÇÃO

ARROZ

110 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	957	835	1 505	1 572	3 817	5 571	4 095	2 918	4 104	2 332	3 005	584	31 295
1938	3 663	383	383	1 142	2 864	9 956	12 317	7 925	3 866	4 137	5 791	3 643	56 070
1939	4 319	2 067	3 234	4 170	2 383	8 571	4 035	4 852	11 301	8 657	2 240	4 574	60 403

111 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	640	490	802	826	2 589	3 090	2 384	2 189	2 597	1 703	2 283	472	20 065
1938	3 050	327	287	702	1 726	7 298	9 220	4 846	2 537	2 731	4 031	2 407	39 162
1939	3 126	1 450	2 138	2 740	1 899	6 262	3 021	3 473	7 641	7 052	1 929	4 362	45 093

112 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5	4	7	7	23	27	21	20	23	14	16	3	170
1938	22	2	2	5	12	51	66	33	18	20	28	17	276
1939	22	10	15	19	13	41	19	22	51	47	12	28	299

BAGAS DE MAMONA

113 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	12 877	8 565	8 244	6 583	6 321	6 739	5 726	8 856	8 422	18 525	13 165	15 893	119 916
1938	12 137	9 830	9 917	7 740	7 807	8 180	6 376	11.036	9 751	12 405	15 687	15 008	125 874
1939	10 726	14 620	11 824	9 037	6 904	7 955	7 053	8 188	5 416	12 350	12 904	18 295	125 272

114 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	9 833	6 350	6 547	5 285	4 932	5 417	4 596	7 045	6 423	13 255	9 830	11 786	91 299
1938	8 242	6 705	6 946	5 425	5 211	5 378	4 168	6 605	6 391	6 312	9 661	8 732	79 776
1939	5 938	8 193	6 577	5 182	4 117	4 964	4 670	5 289	3 650	10 172	14 185	23 057	95 994

115 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	82	53	55	45	43	47	41	64	57	108	69	82	746
1938	58	47	49	38	37	38	29	47	45	45	68	61	562
1939	42	58	46	35	28	32	30	33	24	68	91	148	635

BANANAS

116 — Quantidade (1 000 cachos)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	752	392	921	976	1 004	953	1 019	1 031	1 125	1 082	959	1 096	11 311
1938	863	709	829	782	1 019	769	863	939	1 047	968	1 105	1 199	11 092
1939	981	658	989	1 201	1 207	1 017	1 137	967	951	817	970	1 112	12 007

117 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 880	983	2 305	1 951	2 510	2 383	2 547	2 580	2 812	2 703	2 399	2 738	27 791
1938	2 154	1 799	2 072	1 961	2 552	1 549	1 738	1 977	2 230	2 031	2 298	4 196	26 557
1939	4 414	2 960	4 450	5 401	5 414	4 569	5 096	4 337	4 277	3 718	4 321	4 942	53 899

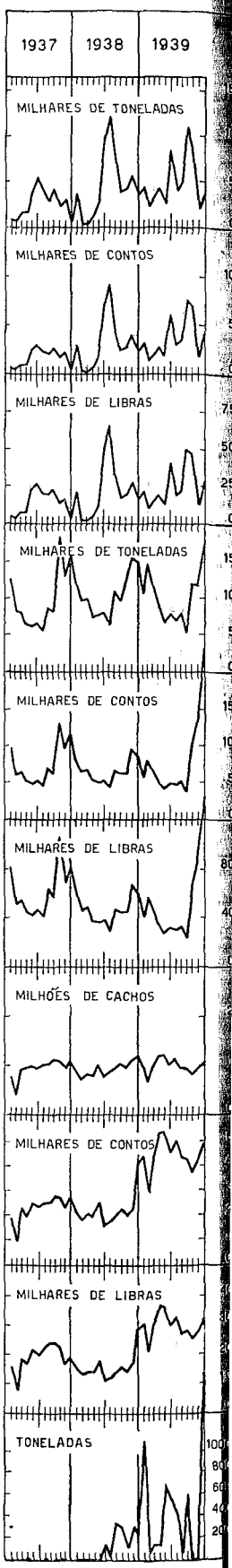
118 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	16	8	19	17	22	20	23	24	24	22	17	19	231
1938	15	13	14	14	18	11	12	14	16	14	17	29	187
1939	31	21	31	37	36	30	33	27	28	25	28	32	359

BANHA

119 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	307	—	—	6	—	—	8	—	4	1	3	—	329
1938	2	2	8	1	2	154	28	345	301	120	309	243	1 515
1939	1 102	75	158	156	707	555	426	68	604	3	8	1 737	5 599



EXPORTAÇÃO

BANHA

120 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 068	—	—	26	—	—	39	4	18	6	8	—	1 169
1938	10	12	29	5	8	421	105	1 052	587	349	894	691	4 163
1939	3 126	225	444	435	2 037	1 629	1 151	123	1 265	12	29	6 961	17 437

121 — Equivalente em ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8 901	—	—	221	—	—	347	34	161	52	53	8	9 777
1938	65	91	206	29	57	2.966	738	7 425	4 159	2 462	6 325	4 876	29 399
1939	22 078	1 595	3 137	2 960	13 612	10 662	7 421	766	8 405	80	184	44 750	115 650

BORRACHA

122 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 488	1 342	1 656	1 629	1 081	713	782	1 088	1 111	937	1 168	1 798	14 793
1938	792	1 239	1 568	938	984	594	640	1 043	531	1 181	1 321	1 233	12 064
1939	1 346	701	1 037	715	467	726	2 026	578	992	1 237	889	1 147	11 861

123 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	9 064	7 210	8 918	8 992	5 832	3 880	3 89[illegible]	5 423	5 574	4 718	5 131	7 315	76 001
1938	3 428	4 584	5 549	3 289	3 571	2 141	2 56[illegible]	4 470	2 290	4 905	5 246	4 613	46 649
1939	5 672	2 718	4 054	2 778	1 821	3 120	9 251	2 552	5 181	6 881	5 375	7 356	56 759

124 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	76	60	74	77	51	34	34	50	49	38	37	50	630
1938	24	32	39	23	25	15	18	32	16	35	37	33	329
1939	40	19	29	19	12	20	60	16	34	46	35	47	377

CAÇAU EM BAGAS

125 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 684	2 358	2 063	1 590	1 660	5 460	18 116	16 177	14 961	12 965	13 933	11 146	105 113
1938	13.050	11 996	9 460	2.829	1 408	8 604	10 452	17 410	14 714	9 431	13 496	15 038	127 888
1939	15 361	8 999	15 252	3 560	1 118	6 630	11 952	15 592	21 153	10 930	13 359	8 249	132 155

126 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	14 922	7 265	6 560	4 373	4 249	13 725	44 682	34 554	33 267	23 770	22 548	19 294	229 209
1938	23 492	19.736	16 561	5 767	2 382	14 097	16 968	28 374	26 221	14 782	20 915	23 701	212 998
1939	22 507	14 687	21 806	5 785	1 773	10 701	19 190	24 983	39 760	22 356	24 772	16 260	224 586

127 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	124	61	55	37	37	121	393	316	291	195	158	134	1 924
1938	165	138	117	41	17	99	119	201	186	104	148	167	1 502
1939	159	104	154	39	12	70	124	156	264	149	159	104	1 494

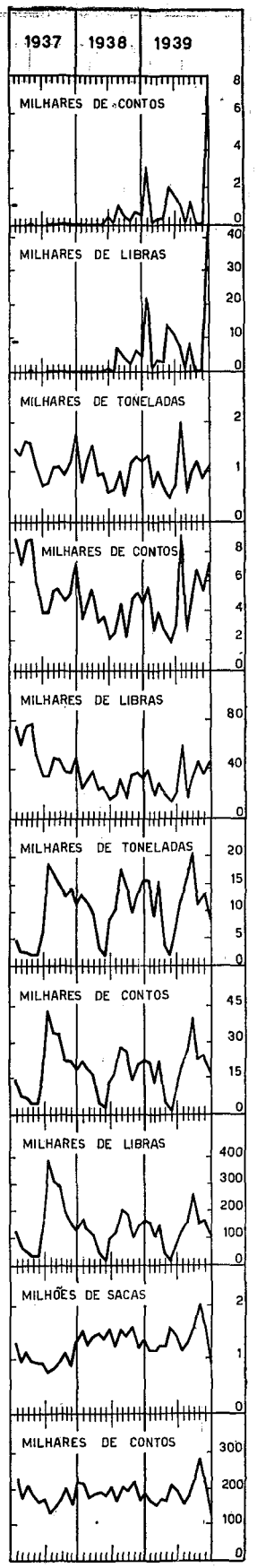
CAFE' EM GRÃO

128 — Quantidade (1 000 sacas de 60 kg)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 305	959	1 151	961	917	911	736	801	931	1 137	869	1 445	12 123
1938	1 561	1 285	1 408	1 481	1 386	1 577	1 264	1 578	1 402	1 600	1 202	1 369	17 113
1939	1 171	1 162	1 250	1 245	1 592	1 462	1 151	1 317	1 572	2 062	1 593	921	16 498

129 — Valor (1 000 contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	236	176	212	181	162	169	132	145	164	203	158	220	2 158
1938	219	177	184	193	179	209	163	209	191	221	165	186	2 296
9139	161	157	167	162	208	197	154	178	220	285	217	127	2 233



EXPORTAÇÃO

CAFE' EM GRÃO

130 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 963	1 475	1 771	1 542	1 411	1 490	1 170	1 328	1 439	1 659	1 110	1 529	17 887
1938	1 544	1 239	1 292	1 359	1 266	1 472	1 151	1 479	1 349	1 563	1 164	1 314	16 192
1939	1 137	1 110	1 181	1 104	1 395	1 289	993	1 110	1 462	1 900	1 394	816	14 891

CARNES EM CONSERVA

131 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 106	899	2 023	3 648	3 312	1 381	2 342	2 612	1 939	2 292	1 425	1 527	24 506
1938	383	1 079	1 557	3 939	3 068	2 659	1 806	2 369	2 021	2 453	1 959	1 087	24 380
1939	864	2 054	3 436	2 844	4 938	4 375	4 824	3 446	3 988	2 400	3 579	1 443	38 191

132 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 607	1 647	3 426	6 674	5 761	2 428	5 177	5 127	4 530	7 377	4 205	2 849	50 808
1938	890	2 105	4 029	7 889	8 052	6 381	4 399	7 135	5 706	7 202	6 149	2 994	62 931
1939	2 977	5 890	9 380	7 998	16 316	14 352	15 758	10 826	11 876	7 146	12 248	4 692	119 459

133 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	13	14	29	57	50	21	46	47	39	61	29	20	426
1938	6	15	28	56	57	45	31	50	41	51	43	21	444
1939	21	42	66	54	109	94	102	67	79	48	79	30	791

CARNES RESFRIADAS E CONGELADAS

134 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 862	6 718	6 815	9 597	12 494	6 114	6 912	7 025	2 812	6 071	2 837	1 344	70 601
1938	1 757	4 885	6 674	6 499	6 970	5 886	6 337	2 775	953	1 493	546	390	45 165
1939	1 850	5 081	5 914	5 109	6 399	4 343	5 396	1 366	1 067	839	1 180	6 475	45 019

135 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 795	9 407	9 886	14 088	17 796	9 720	11 072	10 729	4 220	8 718	5 215	2 801	106 447
1938	2 952	8 941	13 969	12 684	12 745	11 144	12 374	6 188	2 008	2 725	1 423	941	88 094
1939	4 318	12 890	12 994	9 769	13 723	9 823	13 379	3 435	1 905	1 778	2 703	13 619	100 336

136 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	23	79	83	120	154	86	98	98	37	71	37	19	905
1938	21	62	99	89	90	79	87	44	14	20	9	7	621
1939	30	91	92	66	92	64	86	21	13	12	17	87	671

CAROÇO DE ALGODÃO

137 — Quantidade (toneladas)

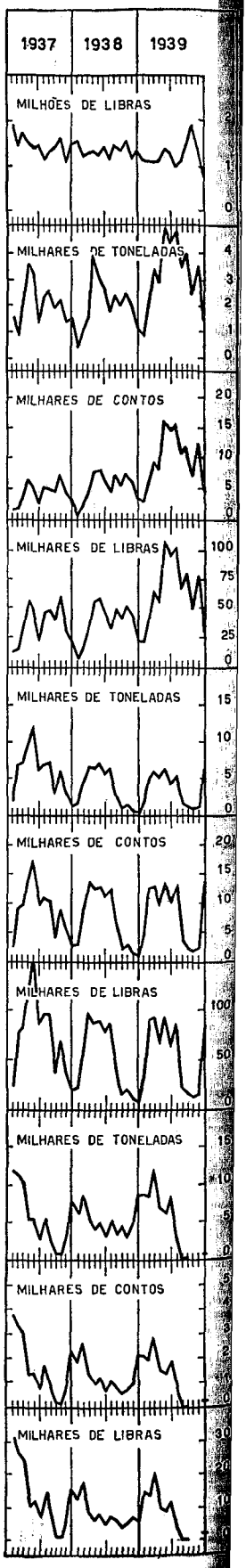
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11 831	11 174	10 346	5 036	4 512	2 657	5 630	2 443	621	625	3 011	7 858	65 744
1938	6 232	8 652	5 270	4 163	4 745	3 076	5 201	3 464	4 358	2 882	4 914	8 653	61 610
1939	8 708	8 596	12 464	6 899	6 163	8 491	2 758	81	252	—	—	992	55 404

138 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 879	3 259	3 033	1 337	1 377	736	1 703	724	160	141	678	2 330	19 357
1938	1 806	2 615	1 322	916	1 186	663	1 055	810	594	709	995	2 196	14 867
1939	2 131	1 916	2 917	1 520	1 351	1 886	662	19	56	—	—	256	12 714

139 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	33	27	25	11	12	7	15	7	1	1	5	16	160
1938	13	18	9	7	8	5	7	6	4	5	7	16	105
1939	15	14	21	10	9	12	4	0	0	—	—	2	87



EXPORTAÇÃO

CERA DE CARNAÚBA

140 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 381	807	876	833	815	521	498	298	324	343	864	1 382	8 942
1938	1 316	1 137	1 108	471	730	437	434	538	377	386	906	1 318	9 158
1939	1 185	910	1 059	764	483	506	1 398	352	494	645	649	1 556	10 001

141 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	14 649	8 448	9 588	9 031	8 947	5 752	5 437	3 239	3 539	3 686	9 531	14 975	96 822
1938	13 984	12 663	12 324	5 120	8 108	4 963	4 835	6 039	4.343	4 392	10 032	14 213	101 016
1939	13 233	9 836	11 415	8 327	5 156	6 032	16 055	4 100	5 660	8 028	8 912	23 425	120 179

142 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	122	71	80	77	77	51	48	30	31	30	67	104	788
1938	98	89	87	36	57	35	34	43	31	31	71	100	712
1939	93	69	81	57	35	39	104	26	38	53	57	151	803

COQUILHOS DE BABAÇU'

143 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 296	3 545	3 447	2 097	747	1 991	363	1 159	308	681	1 980	2 381	21 995
1938	3 231	2 541	2 344	1 906	1.873	1 250	793	1 342	1 790	2 063	3 495	7 576	30 204
1939	6 947	4 736	4 409	3 150	2 379	2 009	5 444	2 648	3 323	4 566	2 713	6 518	48 842

144 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5.746	7 109	6 892	4 405	1 611	4 064	715	1 726	654	1 035	2 585	3 099	39 641
1938	4 442	3 832	3 781	2 302	2 321	1 471	876	1 584	2 229	2 468	4 360	8 899	38 565
1939	8 118	5 374	5 055	3 659	2 879	2 521	6 388	3 335	4 052	5 528	3 863	8 800	59.372

145 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	48	58	58	38	14	36	6	16	6	8	18	22	328
1938	31	28	27	16	16	10	6	11	16	17	31	63	272
1939	57	38	36	25	19	16	41	21	27	37	25	57	399

COUROS E PELES

146 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 890	4 992	7 230	5 822	4 373	10 190	7 476	7 117	5 303	5 602	3 495	3 522	68 012
1938	4 519	3 393	3 579	4 213	5 902	5 081	5 435	5 596	4 896	5 448	4 643	3 967	56 672
1939	3 120	2 860	5 011	4 125	6 087	7 955	4 594	7 317	2 235	4 900	3 917	4 350	56 471

147 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	14 917	22 329	30 705	26 356	23 850	45 153	29 417	29 960	22 456	24 039	15 410	16 837	301 429
1938	17 643	15 576	15 482	16 079	21 473	19 179	19 467	15 953	18 068	18 595	16 020	15 424	208 959
1939	13 357	12 299	20 707	17 513	22 763	30 766	23 532	27 123	12 912	23 047	17 924	24 401	246 344

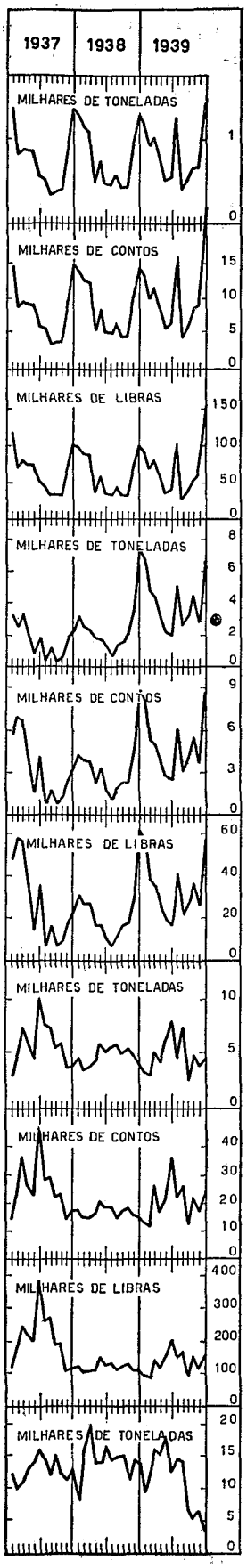
148 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	124	187	257	224	207	398	260	274	196	197	109	116	2 549
1938	124	109	109	114	151	135	138	112	128	132	113	109	1 474
1939	94	87	146	119	152	201	152	169	86	153	115	157	1 631

FARELOS

149 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	12 789	10 073	11 378	13 750	14 040	16 444	14 947	12 277	15 262	12 454	11 770	10 420	155 604
1938	8 008	15 961	20 173	13 781	13 915	16 996	14 507	15 797	15 839	11 568	14 513	14 032	175 090
1939	9 180	12 078	16 301	15 139	18 164	12 810	14 840	14 398	6 638	5 320	6 750	3 372	134 990



EXPORTAÇÃO

FARELOS

Anos	MESES I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
150 — Valor (contos de réis)													
1937	3 483	3 242	3 653	4 812	4 310	4 583	4 330	3 467	4 203	3 459	3 297	3 179	46 018
1938	2 484	6 035	7 114	4 229	3 377	5 642	4 789	4 938	5 029	3 227	4 208	3 630	54 702
1939	2 115	2 447	3 132	2 935	4 224	2 626	3 041	3 045	1 241	1 164	1 808	1 021	28 799
151 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1937	29	27	31	42	37	40	38	32	37	28	23	22	386
1938	16	35	50	30	31	40	34	35	36	23	30	26	386
1939	15	17	22	20	28	17	20	19	8	8	12	7	193

FARINHA DE MANDIOCA

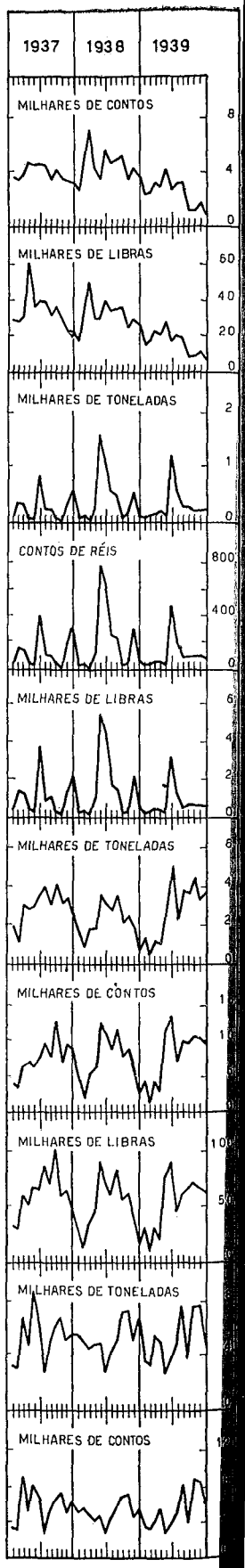
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
152 — Quantidade (toneladas)													
1937	88	355	330	74	69	813	214	212	71	27	374	569	3 196
1938	56	91	30	320	1 505	1 105	564	499	76	161	514	91	5 012
1939	85	111	143	181	109	1 191	542	286	236	197	200	222	3 503
153 — Valor (contos de réis)													
1937	47	170	150	49	37	401	97	117	42	14	203	310	1 637
1938	36	51	16	144	774	605	242	223	32	49	307	74	2 553
1939	32	40	70	73	56	479	198	89	89	96	100	94	1 416
154 — Equivalente em ££ ouro													
1937	390	1 424	1 257	418	320	3 535	855	1 071	371	112	1 421	2 151	13 325
1938	250	355	110	1 016	5 462	4 259	1 708	1 577	230	345	2 171	520	18 003
1939	228	283	497	495	378	3 132	1 279	555	591	642	641	602	9 323

FUMO EM FÔLHA

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
155 — Quantidade (toneladas)													
1937	1 963	1 167	3 142	2 872	3 040	3 612	4 030	3 177	4 218	3 244	3 536	2 638	36 639
1938	1 632	838	1 812	1 804	3 704	3 099	2 873	3 664	2 198	2 533	1 904	702	26 763
1939	1 424	453	1 268	1 075	3 173	5 107	2 538	3 865	3 782	4 589	3 475	3 731	34 480
156 — Valor (contos de réis)													
1937	3 961	3 306	6 673	7 002	6 416	7 401	9 772	7 638	12 688	7 015	9 188	8 821	89 881
1938	4 127	1 937	5 552	6 294	12 696	10 226	8 567	11 766	7 840	8 782	5 513	2 278	85 578
1939	4 394	1 280	4 089	2 894	11 310	13 712	7 273	9 906	9 844	10 945	10 562	9 760	95 969
157 — Equivalente em 1 000 ££ ouro													
1937	33	28	65	50	66	65	86	70	101	58	64	48	734
1938	29	15	39	44	90	72	60	83	56	62	39	15	604
1939	31	9	29	20	76	90	45	62	65	73	68	63	631

ERVA MATE

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
158 — Quantidade (toneladas)													
1937	3 564	3 168	7 608	4 762	8 642	6 037	2 719	5 659	6 013	6 681	5 266	5 400	65 519
1938	5 422	5 168	4 440	4 770	4 759	2 623	4 221	5 374	7 306	7 572	5 005	6 581	63 241
1939	3 501	3 246	5 569	4 974	2 534	3 987	4 862	7 688	3 757	7 648	7 757	4 634	60 157
159 — Valor (contos de réis)													
1937	3 252	3 061	8 995	4 918	8 143	6 464	2 439	5 064	6 009	7 084	4 867	6 051	66 347
1938	5 152	5 549	4 707	4 095	4 507	2 578	4 353	5 345	6 572	6 837	4 431	5 252	59 378
1939	3.231	3 228	4 003	5 315	2 484	3 828	4 864	8 260	3 867	8 825	8 658	5 889	62 452



EXPORTAÇÃO

ERVA MATE

160 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	27	26	75	42	70	57	22	46	53	58	34	42	552
1938	36	39	33	29	32	18	31	38	46	48	32	37	419
1939	23	23	35	36	17	25	31	51	26	59	56	38	420

LÃ EM BRUTO

161 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	366	524	477	329	85	246	248	30	95	192	45	264	2 901
1938	419	313	584	737	988	856	266	314	103	218	66	506	5 370
1939	609	953	1 048	119	311	262	30	187	—	21	8	87	3 635

162 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 510	4 179	4 950	3 100	776	2 355	2 253	224	730	1 528	486	2 251	26 342
1938	3 775	2 604	4 548	5 514	7 405	6 223	1 834	2 413	601	1 248	353	3 944	40 462
1939	4 235	6.691	7 616	888	2 392	2 024	186	1 433	—	181	67	826	26 539

163 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	29	35	42	26	7	20	20	2	7	12	4	15	219
1938	27	18	32	39	52	44	13	16	5	9	2	28	285
1939	30	47	54	6	16	13	1	9	—	1	1	5	183

LARANJAS

164 — Quantidade (caixas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 228	10 276	464	226 665	726 931	700 423	474 239	536 464	528 169	738 857	660 529	362 613	4 970 858
1938	67 631	—	13 150	544 857	812 584	551 491	389.283	365 047	680 599	1030 297	804 125	227 979	5 487 043
1939	11 906	—	91 675	853 351	911 633	338 867	395 679	566 250	618 577	798 393	764 682	280 924	5 631 937

165 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	105	257	9	5 667	18 173	17 496	11 745	13 389	13 105	18 453	16 574	8 316	123 289
1938	1 949	—	270	10 913	20 121	10 173	8 087	7 700	13 595	21 071	14 044	4 549	112 472
1939	250	—	1 925	17 920	19 954	7 532	8 207	11 477	12 609	19.074	15 275	5.963	120 186

166 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1	2	0	48	158	154	104	122	115	151	117	57	1 029
1938	14	—	2	77	142	71	57	55	96	149	99	32	794
1939	2	—	14	122	134	49	53	72	84	127	98	38	793

MADEIRAS

167 — Quantidade (toneladas)

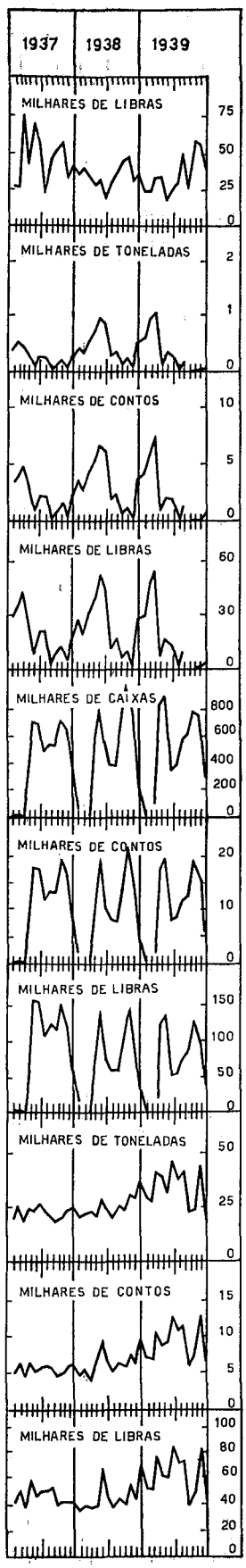
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	19 059	25 198	17 892	24 942	20 857	26 035	22 264	20 369	17 791	19 064	23 261	24 325	261.057
1938	19 585	21 722	22 105	20 025	29 163	21 461	19 962	25 833	24 105	30 300	29 308	37 808	301 237
1939	29 143	27 376	40 540	39 684	34 782	46 636	37 610	41 036	22 060	23 987	43 103	18 831	404 788

168 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 933	6 204	4 607	6 382	5 186	5 537	5 589	5 459	4 489	4 918	5 897	5 916	65 117
1938	4 691	5 455	4 111	6 151	9 605	6.414	5 114	6 348	5 610	7 615	6 158	9 635	76 907
1939	7 093	6 874	10 797	8 764	8 835	12 822	10 860	11 530	5 803	7 150	13.073	6 482	110 083

169 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	41	52	38	55	45	49	49	50	39	41	41	41	541
1938	33	38	36	37	67	45	37	44	40	54	43	68	542
1939	50	49	76	60	59	84	70	72	39	48	84	42	733



EXPORTAÇÃO

MANGANÊS

170 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	15 190	5 080	34 848	8 433	25 299	17 149	19 711	25 918	15 342	23 128	25 762	31 255	247 115
1938	7 417	21 380	17 374	7 993	22 353	15 402	—	18 762	7 823	10 617	7 722	—	136 843
1939	8 991	—	13 889	30 653	11 201	7 880	17 475	23 559	11 075	11 845	14 732	37 703	189 003

171 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 836	519	3 833	1 296	3 889	2 593	3 934	3 899	2 559	5 335	6 794	8 243	44 730
1938	1 582	2 437	2 779	855	2 794	2 010	—	1 519	514	1 086	737	—	16 313
1939	1 139	—	1 874	3 135	1 348	977	1 748	2 269	1 043	1 223	1 256	4 638	20 641

172 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	15	4	32	11	34	23	35	36	22	44	48	57	361
1938	11	17	20	6	20	14	—	11	4	8	5	—	116
1939	8	—	13	21	9	6	11	14	7	8	8	30	135

ÓLEO DE CAROÇO DE ALGODÃO

173 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 104	3 399	2 145	2 027	2 583	2 851	3 522	1 028	67	229	932	925	21 842
1938	1 713	3 093	3 151	3 983	3 341	2 985	3 863	2 664	1 454	1 099	1 750	2 178	31 274
1939	1 528	1 827	1.875	4 712	1 793	465	2 207	992	875	3 600	761	2 500	23 225

174 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 066	6 182	3 775	3 502	4 874	5 940	7 072	1 955	151	303	1 524	1 196	40 543
1938	2 598	4 146	4 730	6 456	5 565	4 407	6 418	4 855	3 052	1 958	3 203	3 387	50 775
1939	2.227	2 811	2 591	6 307	1 829	453	2 091	1 112	1 063	5 472	1 058	3 229	30 248

175 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	34	52	32	30	42	52	63	18	1	3	11	8	346
1938	18	29	33	46	39	31	45	34	22	14	23	24	358
1939	16	20	18	43	12	3	13	7	7	36	7	21	203

ÓLEO DE MAMONA

176 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	93	48	30	10	7	—	—	—	—	—	13	—	201
1938	—	35	23	2	—	11	—	—	—	—	23	45	139
1939	63	9	45	15	40	—	11	11	10	40	60	259	583

177 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	164	88	54	18	21	—	—	—	—	—	24	—	369
1938	—	62	37	4	—	17	—	—	—	—	31	63	214
1939	91	17	60	21	56	—	19	19	36	177	305	1 036	1 837

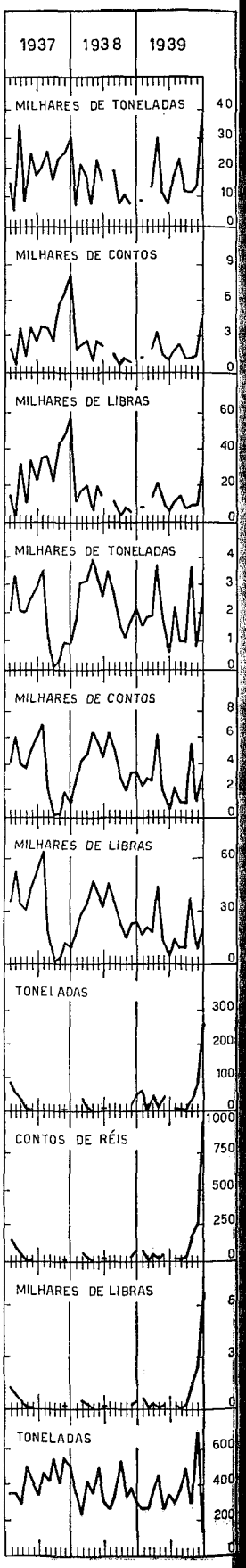
178 — Equivalente em ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 368	735	448	163	178	—	—	—	—	—	165	—	3 057
1938	—	436	267	28	—	116	—	—	—	—	221	442	1 510
1939	642	121	424	144	372	—	124	121	242	1 177	1 976	6 644	11 987

PIAÇAVA

179 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	350	352	301	487	415	338	468	412	545	400	545	506	5 119
1938	357	238	419	350	493	300	263	340	536	332	379	310	4 317
1939	265	266	341	446	265	345	308	365	487	291	740	195	4 314



EXPORTAÇÃO

PIAÇAVA

180 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	533	491	420	744	663	647	816	736	1 027	858	995	1 028	8.958
1938	659	531	837	732	1 136	524	481	707	1 145	658	684	684	8.778
1939	455	547	529	718	498	585	583	652	1 087	703	1 562	487	8 406

181 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4	4	4	6	6	6	7	7	9	7	7	7	74
1938	5	4	6	5	8	4	3	5	8	4	5	5	62
1939	3	4	4	5	3	4	4	4	7	5	10	3	56

TOTAL

182 — Quantidade (1 000 toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	234	192	262	257	279	323	282	283	270	294	310	311	3 297
1938	270	274	286	279	364	364	326	385	343	361	349	332	3.933
1939	353	302	355	345	380	390	428	418	295	326	312	278	4 182

183 — Valor (1 000 contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	412	361	423	389	417	538	481	435	396	431	389	421	5 093
1938	402	338	380	374	454	525	463	522	399	437	383	418	5 095
1939	366	368	405	370	534	595	625	538	444	529	437	405	5 616

184 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 437	3 016	3 532	3.315	3 623	4 737	4 259	3 970	3 468	3 523	2 727	2 924	42 531
1938	2 829	2 370	2 680	2 641	3 201	3 697	3 265	3 687	2 823	3 090	2 710	2 952	35 945
1939	2.583	2 600	2 859	2 515	3 574	3 895	4 031	3 352	2 952	3 524	2 806	2 605	37.296

IMPORTAÇÃO

ARAME DE FERRO E AÇO (exclusive arame farpado)

185 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 984	2 523	2 381	3 231	2 817	3 515	3 645	5 444	4 736	3 036	3 223	2 154	39 689
1938	1 984	1 791	1 771	1 319	766	1 267	1 591	1 855	1 316	2 511	1 677	2 753	20 601
1939	3 644	2 077	2.257	2 566	2 640	2 575	2 830	3 514	1 482	911	1 362	2 569	28 427

186 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3.545	3 241	3 167	4 062	3 497	4 854	5 163	7 917	7 297	5 145	5 835	4 070	57 823
1938	3 776	3 281	3 436	2 215	1 681	2 390	2 653	3 213	2 149	3 760	2 503	4 027	35 089
1939	5 254	2 884	3 132	3 622	3 505	3 766	4 331	5 311	2 367	1 293	2 061	3 914	41 440

187 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	26	24	24	31	28	40	42	67	58	37	41	28	446
1938	26	23	24	15	12	17	18	22	15	26	17	27	242
1939	36	20	22	24	23	24	27	31	15	8	13	24	267

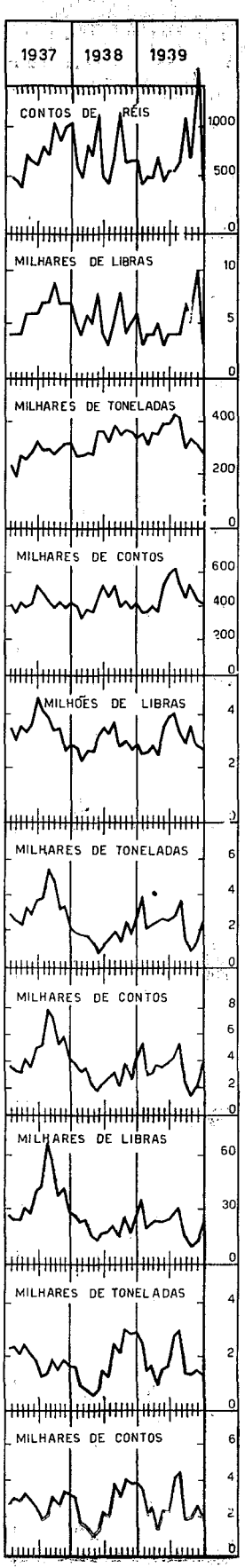
ARAME FARPADO

188 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 303	2 402	2 139	2 563	2 104	1.805	1 202	1 388	1 887	1 486	1 854	1 668	22 801
1938	1.603	920	755	498	747	1 413	1 236	2 529	2 175	3 012	2 864	2 909	20.661
1939	2 569	1 408	1 649	910	1 595	1 637	2 849	3 011	1 308	1 286	1 533	1 330	21 085

189 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2.715	3.033	2.935	3 349	2 900	2.555	1 866	2.189	3 088	2 769	3 451	3 242	34.092
1938	3.067	1.771	1 420	909	1.204	2 354	2 008	3 895	3.155	4 098	4 044	4 063	31.988
1939	3 644	2.167	2 237	1.377	2.402	2 503	4 306	4 649	1 861	1 901	2 619	1.956	31.627



IMPORTAÇÃO

ARAME FARPADO

190 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	20	23	22	25	23	21	15	19	25	20	24	23	260
1938	21	12	10	6	8	16	14	27	22	28	28	28	220
1939	25	15	18	9	15	16	26	27	12	12	14	12	201

AUTOMÓVEIS DE CARGA (caminhões e semelhantes)

191 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	29	12	11	8	10	5	32	9	8	18	19	25	186
1938	24	31	14	16	20	8	11	13	4	9	5	19	174
1939	13	3	88	8	16	436	21	14	12	22	16	9	658

192 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 879	106	147	153	174	239	265	202	96	515	638	1 005	5 419
1938	358	483	137	358	503	178	219	354	132	113	59	235	3 429
1939	156	59	1 153	275	226	6 194	302	258	355	620	283	364	10 245

193 — Equivalente em ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	14 008	795	1 104	1 183	1 374	1 926	2 148	1 715	765	3 739	4 479	6 975	40 211
1938	2 478	3 324	950	2 479	3 490	3 306	1 521	2 448	910	779	410	1 617	23 712
1939	1 072	407	7 949	1 816	1 454	38 722	1 846	1 520	2 226	3 920	1 729	2 223	64 884

AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS, COMPLETOS

194 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	673	1 898	1 381	1 373	1 835	1 614	1 274	760	588	662	886	1 409	14 353
1938	1 620	2 243	943	634	1 018	519	794	910	125	388	904	1 729	11 827
1939	1 242	1 219	1 339	1 098	1 114	797	1 012	789	451	188	1 624	1 148	12 021

195 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	7 686	18 629	14 394	12 950	16 940	14 725	12 629	7 530	5 515	7 417	10 652	17 977	147 044
1938	18 808	25 127	11 096	7 627	12 298	6 787	10 094	10 809	1 675	5 098	10 533	19 895	139 847
1939	14 000	15 013	15 832	14 022	13 822	11 050	13 536	10 870	6 073	3 605	21 645	15 080	154 548

196 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	57	139	108	100	134	119	102	64	44	54	75	125	1 121
1938	130	172	77	53	85	47	70	75	12	35	73	137	966
1939	96	104	109	92	89	69	83	64	38	23	132	92	991

AZEITE DE OLIVEIRA

197 — Quantidade (toneladas)

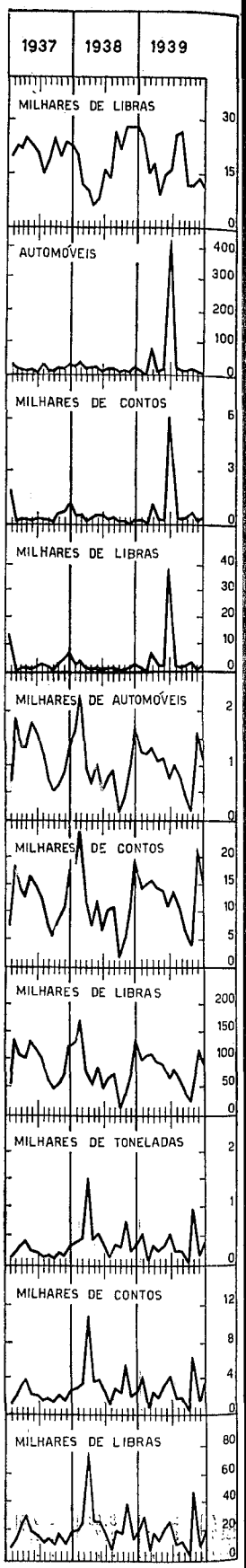
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	142	212	390	484	259	223	157	198	136	229	162	387	2 979
1938	410	498	1 544	481	553	375	111	371	319	781	245	382	6 070
1939	553	88	351	271	443	531	216	245	46	890	194	382	4 210

198 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 078	1 734	3 336	3 935	2 358	2 042	1 356	1 682	1 299	2 231	1 461	2 865	25 377
1938	2 929	3 581	11 092	3 696	3 743	2 609	870	2 850	2 421	5 683	1 932	2 583	43 989
1939	4 353	668	2 576	1 860	3 202	4 251	1 649	1 970	368	7 625	1 650	3 250	33 422

199 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8	14	25	31	19	16	11	14	10	17	10	19	194
1938	20	25	76	26	26	18	6	20	17	39	13	18	304
1939	30	5	18	12	21	27	10	12	2	48	10	20	215



IMPORTAÇÃO

BACALHAU

200 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 960	4 001	1 510	383	2 176	893	1 811	1 067	1 694	1 697	3 043	844	21 079
1938	823	2 873	1 462	1 602	343	520	1 273	1 240	978	1 197	1 124	1 912	15 347
1939	2 493	2 549	1 561	1 093	1 036	629	648	837	364	1 525	2 097	1.286	16 118

201 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 230	8 839	3 732	972	5 158	2 221	5 324	2 546	3 967	4 433	8 410	2 475	51 307
1938	2 278	7 432	4 166	4 241	1 025	1 540	3 282	3 434	2 523	3 008	2 839	4 443	40 211
1939	5 537	5.564	3 989	2 756	2 620	1 609	1 796	2 370	922	4.003	5 223	3 543	39 932

202 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	32	66	28	8	40	18	35	22	32	32	59	17	389
1938	16	51	29	29	7	11	23	24	17	21	20	30	278
1939	38	38	28	18	17	10	11	14	6	25	32	22	259

CÂMARAS DE AR E PNEUMÁTICOS PARA RODAS

203 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	191	274	286	390	391	306	414	365	468	409	321	426	4 241
1938	364	343	271	332	313	316	276	234	287	409	410	314	3 869
1939	333	375	343	452	523	382	382	272	163	268	300	435	4 228

204 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 012	2 841	2 985	3 723	3 964	3 179	4 129	3 753	4 783	4 827	3 837	5 176	45 209
1938	4 287	4 112	3 362	4 000	3 573	4 001	3 289	2 953	3 448	4 965	5 055	3 870	46 915
1939	5 154	4 701	4 251	5 633	6 652	4 632	5 036	3 645	2 090	3 337	4 169	5 357	54 657

205 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	15	21	23	29	31	26	33	32	38	35	27	36	346
1938	29	28	23	28	25	28	23	20	24	34	35	27	324
1939	29	33	29	37	43	29	31	22	13	21	25	33	345

CARROS PARA ESTRADAS DE FERRO

206 — Quantidade (um)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	61	21	116	319	239	187	76	8	20	18	21	192	1 278
1938	294	672	223	26	178	102	49	107	85	120	231	281	2 368
1939	197	167	14	—	—	24	19	13	4	15	7	—	460

207 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	733	564	3 551	13 334	11 407	7 356	3 307	443	797	3 653	1 138	7 051	53 334
1938	12.153	32 025	10 597	1 008	8 860	5 489	5 886	6 811	4 160	4 257	6 118	14 217	111 581
1939	10 796	8 583	448	—	—	5 290	1 668	161	906	376	555	—	28 783

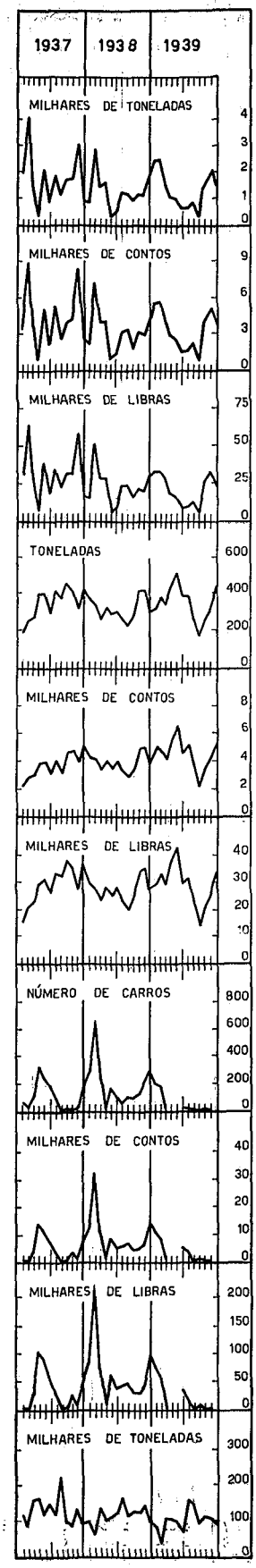
208 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5	4	27	103	90	59	27	4	6	27	8	49	409
1938	84	221	73	7	61	38	41	47	29	29	42	98	770
1939	74	59	3	—	—	33	10	1	6	2	3	—	191

CARVÃO DE PEDRA

209 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	119 613	80.394	154.838	159 973	114 010	144 664	118 194	221 193	98 276	84 121	132 721	88 376	1 516 370
1938	98.073	58 902	144 415	99 060	107 231	120 033	161 535	112 432	116 806	122 550	142 412	98 074	1 381 523
1939	80.271	36 811	105.702	104 993	99 403	64 952	157 056	145.288	88 143	112 649	110 108	95 408	1 200.784



IMPORTAÇÃO

CARVÃO DE PEDRA

210 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	13 295	10 700	19 667	20 129	14 490	18 555	14 895	29 458	13 453	12 934	22 407	14 119	204 102
1938	14 655	8 967	23 297	15 614	18 342	19 553	26 210	19.248	19 356	20 035	23 159	15 410	223 846
1939	12 233	5 163	15 635	15 467	15 537	9 574	25 249	24 581	13 462	21 913	21 117	18 297	198 228

211 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	99	80	147	156	114	149	121	250	107	94	158	98	1 573
1938	101	62	161	108	127	135	182	133	134	138	160	106	1 547
1939	84	35	108	102	100	60	155	145	84	139	129	112	1 253

COBRE FUNDIDO, LAMINADO OU MARTELADO

212 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 905	418	769	1 187	649	826	530	689	1 071	602	634	959	10 269
1938	857	504	506	371	732	860	419	594	1 023	190	711	939	7 706
1939	460	618	351	846	533	1 157	232	705	371	778	1 071	2 299	9 430

213 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	7 696	2 017	4 295	7 076	3 932	4 779	3 263	4 249	6 518	4 107	4 290	5 786	58 008
1938	4 640	2 845	2 948	1 886	3 399	3 989	2 208	2 911	4 635	998	3 886	4 895	39 240
1939	2 395	2 998	1 811	4 812	2 571	5 823	1 478	3 688	1 984	3 936	5 867	13 464	50 827

214 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	57	15	32	55	31	39	26	36	52	30	31	40	444
1938	31	20	21	13	24	28	15	21	31	7	27	33	271
1939	17	21	13	32	17	36	9	22	12	25	36	80	320

ENXADAS, PÁS, PICARETAS E SEMELHANTES

215 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	545	396	640	572	557	537	674	641	590	664	657	479	6 952
1938	422	241	367	325	234	259	319	240	243	364	323	234	3 571
1939	189	192	256	164	247	239	312	267	98	176	154	167	2 461

216 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 488	1 770	2 935	2 531	2 625	2 419	3 015	3 132	2 815	3 600	3 420	2 615	33 365
1938	2 230	1 264	2 068	1 758	1 422	1 494	1 959	1 478	1 355	2 208	1 837	1 468	20 541
1939	916	1 003	1 328	794	1 274	1 385	1 731	1 534	587	1 058	901	1 054	13 565

217 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	19	13	22	20	21	19	24	27	22	20	24	18	255
1938	16	9	14	12	10	10	14	10	9	15	13	10	142
1939	7	7	9	5	8	9	11	9	4	7	7	7	90

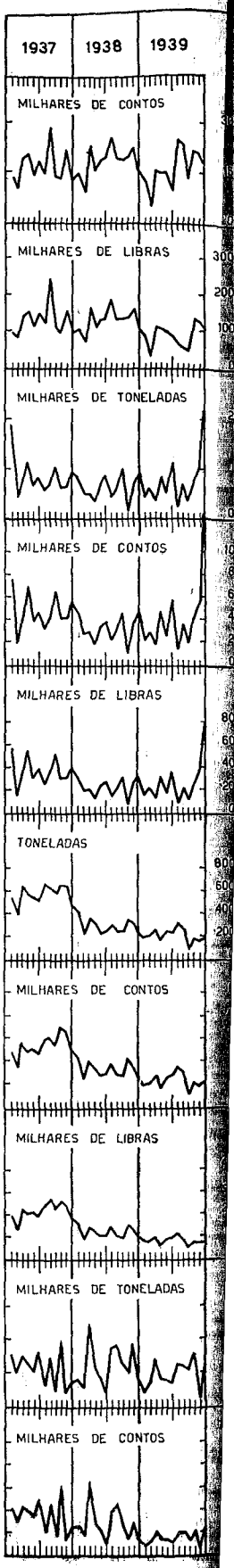
FARINHA DE TRIGO

218 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 642	3 107	4 531	3 964	3 193	4 935	1 860	4 497	1 300	5 957	1 142	2 179	41.307
1938	2 425	1 676	7 317	3 313	2 652	1 202	5 217	5 416	3 880	1 952	5 608	2 324	42 982
1939	1 202	2 087	4 173	2 412	2 310	2 017	3 918	3 782	3 396	4 736	936	3 769	34 738

219 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 036	2,784	4 124	3 789	3 202	4 813	1 899	4 383	1 319	6 153	1 288	2 470	40 260
1938	2 541	1 600	6 533	2 861	2 271	962	3 810	4 787	2 697	1 315	2 959	1 296	33.632
1939	655	1 120	2 145	1 256	1 363	1 160	2 198	2 033	1 396	2 193	695	2 374	18.411



IMPORTAÇÃO

FARINHA DE TRIGO

220 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	30	21	31	29	25	39	15	37	11	45	9	17	309
1938	18	11	45	20	16	17	26	33	19	9	20	9	233
1939	5	8	15	8	9	7	13	12	8	13	4	15	117

FERRO EM BARRAS E VERGALHÕES

221 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 402	2 165	1 891	1 689	1 478	3 762	3 623	5 811	4 762	4 795	3 998	5 356	41 732
1938	4 937	4 218	3 184	1 798	1 525	1 021	1 440	1 395	780	1 250	1 418	1 524	24 490
1939	2 481	1 577	1 290	1 110	1 095	1 189	1 000	1 405	840	236	536	418	13 177

222 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 947	1 802	1 648	1 443	1 388	3 623	3 725	6 638	5 233	5 825	5 143	6 637	45 052
1938	6 183	5 525	4 187	2 417	1 924	1 271	1 747	1 749	961	1 445	1 623	1 700	30 732
1939	1.936	1.742	1 447	1 379	1 231	1 347	1 913	1 683	926	269	597	510	14 980

223 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	15	14	12	11	11	29	30	56	42	42	36	46	344
1938	42	38	29	17	13	9	12	12	7	10	11	12	212
1939	13	12	10	9	8	8	12	10	6	2	4	3	97

FÔLHA DE FLANDRES EM LÂMINAS

224 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 716	3 963	5 900	4 703	3 317	3 603	4 663	4 010	3 854	3 720	4 704	9 239	56 392
1938	6 228	3 190	5 622	2 442	2 677	2 042	2 492	2 166	1 474	2 766	3.935	3 676	38 710
1939	4 452	2 469	5 625	3 985	3 826	3 935	5 380	4 673	2 986	3 040	4 078	6 600	51 049

225 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8 865	7 315	10 708	8 783	6 188	6 768	9 152	7 874	8 052	8 677	10 891	21 535	114 808
1938	14 933	8 131	13 952	5 846	6 543	4 950	6 134	5 281	3 316	6 139	8 199	7 636	91 060
1939	9 525	5 197	11 458	8 431	7 934	8 530	11 879	10 250	6 424	6 480	9 252	14 962	110 385

226 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	66	55	81	68	49	54	74	67	64	63	76	150	867
1938	103	56	97	41	45	34	43	36	23	42	57	53	630
1939	66	36	79	56	51	54	73	60	40	41	57	90	703

GASOLINA

227 — Quantidade (toneladas)

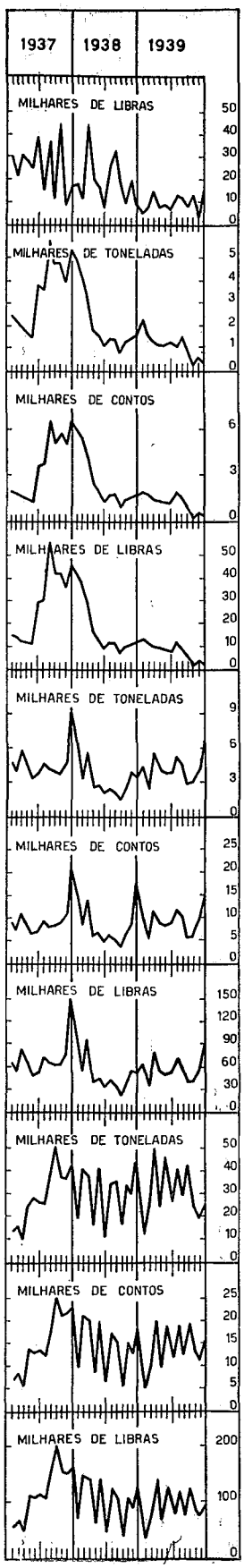
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	14 033	16 956	10 165	25 179	28 562	26 730	26 092	39 302	51 959	37 645	37 453	43 033	357 109
1938	19 664	41 672	38 505	16 518	41 677	11 642	35 008	36 254	10 773	34 644	30 267	44 712	361 336
1939	12 142	25 174	50 359	24 770	46 412	26 992	42 141	29 490	43 675	24 618	19 315	24 999	370 087

228 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	7 062	8 622	5 932	14 192	13 451	13 858	12 767	17 796	25 153	21 408	21 891	22 999	185 131
1938	9 876	21 582	20 358	8 865	20 330	6 660	17 527	15 505	5 663	15 108	12 717	18 447	172 638
1939	5 069	10 260	20 016	9 896	19 011	12 265	19 184	12 636	19 505	13 039	12 191	15 024	168 096

229 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	53	65	45	110	106	111	104	151	200	155	153	160	1.413
1938	68	148	141	62	140	46	122	107	39	105	88	127	1 193
1939	35	71	138	66	123	77	117	75	122	82	74	92	1 072



IMPORTAÇÃO

JUTA EM BRUTO

230 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 597	2 059	2 195	2 914	317	3 295	896	4 688	1 786	2 413	3 275	1 949	28 384
1938	1 560	379	4 122	1 985	2 056	2 283	2 996	1 446	2 165	1 234	2 509	2 536	25 271
1939	2 445	2 779	2 241	2 228	2 684	2 841	2 368	1 327	1 254	54	1 992	3 931	26 144

231 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	4 836	3 926	4 133	5 472	538	5 961	1 667	8 913	3 497	5 234	7 247	4 320	55 744
1938	3 417	859	8 853	4 289	4 267	4 801	6 230	3 014	4 281	2 521	4 924	5 024	52 480
1939	4 890	5 480	4 489	4 779	5 982	7 115	6 338	3 805	3 344	130	5 223	9 589	61 164

232 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	36	29	31	42	4	48	14	76	28	38	51	30	427
1938	24	6	60	30	30	33	43	21	30	17	34	35	363
1939	34	38	31	32	39	44	39	22	21	1	32	59	392

LÃ EM FIO PARA TECELAGEM

233 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	66	71	74	120	97	93	84	114	112	110	133	106	1 180
1938	98	65	134	105	98	71	65	66	42	52	117	106	1 019
1939	78	100	125	135	128	104	104	127	62	38	106	86	1 193

234 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 615	2 697	2 975	4 634	3 710	3 725	3 395	4 728	4 805	4 468	5 677	4.331	47 760
1938	3 891	2 694	5 397	4 170	3 824	3 044	2 538	2 360	1 802	1 707	4 887	3 235	39 549
1939	2 461	3 256	3 801	4 242	3 784	3 378	3 412	4 287	2 002	1 126	3 233	2 510	37 492

235 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	19	20	22	36	29	30	28	41	38	32	40	30	365
1938	27	19	37	28	27	21	18	16	12	12	34	22	273
1939	17	22	26	28	24	21	21	25	13	7	20	15	239

LOCOMOTIVAS

236 — QUANTIDADE (uma)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	—	7	1	7	—	3	5	11	12	1	2	4	53
1938	3	2	11	10	11	2	19	9	4	4	—	7	82
1939	2	1	—	9	1	6	6	7	—	—	1	3	36

237 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	—	4 219	72	2 443	—	1 534	3 849	7 692	1 768	964	610	1 222	24 373
1938	1 792	897	7 099	10 189	5 390	1 953	2 575	3 508	4 057	1 186	—	5 390	44 036
1939	469	233	—	3 869	21	906	2 991	7 124	—	—	30	6 360	22 003

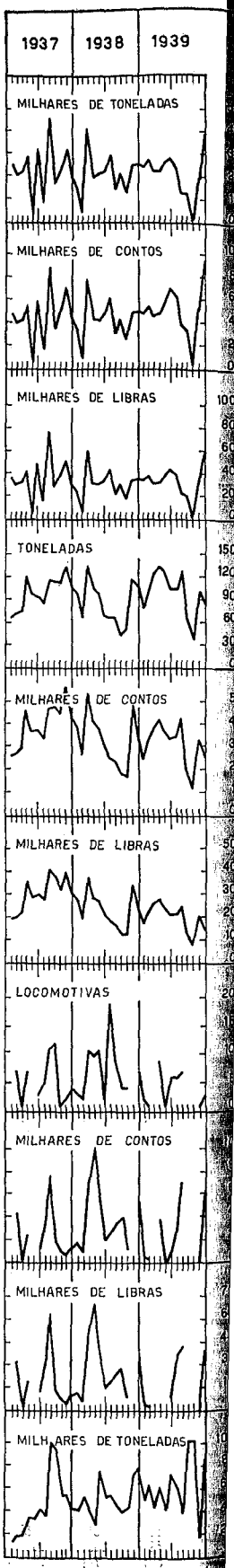
238 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	—	32	1	19	—	12	31	65	14	7	4	9	194
1938	12	6	49	71	37	14	18	24	28	8	—	37	304
1939	3	2	—	39	0	6	37	42	—	—	0	39	168

ÓLEOS MINERAIS USADOS COMO COMBUSTÍVEL

239 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	13 027	18 712	20 995	36.940	35 360	43 057	37 446	104 644	95 791	53 126	54 204	43 478	556 780
1938	41 596	54 807	40 745	28 478	76 794	53 431	55 196	45 024	39 994	43 451	73 583	79 025	632 124
1939	50 040	65 143	43 934	62 043	42 086	74 626	61 032	39.457	93 846	93 160	18 392	80 682	724 441



IMPORTAÇÃO

ÓLEOS MINERAIS USADOS COMO COMBUSTÍVEL

240 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 102	3 039	3 808	5 539	6 057	8 278	5 877	15 419	13 617	9 272	7 792	8 200	89 000
1938	6 814	10 167	9 451	4 697	17 456	8 984	8 939	8 866	6 386	6 854	10 257	13 021	111 892
1939	6 887	9 777	6 290	9 743	7 054	12 926	10 346	6 355	20 149	18 747	5 205	16 313	129 792

241 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	16	23	29	43	48	66	48	130	108	67	55	57	690
1938	47	70	65	33	121	62	62	61	44	47	71	90	773
1939	47	68	44	64	46	81	64	37	95	119	31	100	796

ÓLEOS MINERAIS PARA LUBRIFICAÇÃO

242 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 556	2 862	1 697	3 618	2 499	7 150	2 077	4 783	1 740	3 494	3 385	3 856	38 717
1938	2 985	2 252	4 860	2 456	3 290	3 318	4 140	1 881	3 443	1 804	4 901	2 639	37 969
1939	3 562	1 889	2 783	3 789	2 820	3 833	2 393	3 682	3 489	3 134	5 646	5 550	42 570

243 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 517	3 517	2 571	3 743	2 924	6 406	2 816	4 653	2 862	4 245	4 544	4 628	45 426
1938	4 808	3 434	4 930	3 567	4 774	4 728	4 827	2 952	4 802	3 222	6 372	2 901	51 317
1939	4 415	3 497	3 104	4 237	4 119	5 263	4 991	5 754	4 874	4 761	8 133	10.039	63 187

244 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	19	26	19	29	23	52	23	39	23	31	32	32	348
1938	33	24	34	25	33	33	33	20	33	22	45	20	355
1939	30	24	21	28	27	33	31	34	31	30	50	61	400

PAPEL PARA IMPRENSA JORNALÍSTICA

245 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	3 406	3 838	4 209	5 057	5 115	5 513	4 053	5 790	6 402	4 763	6 100	5 295	59 541
1938	4 714	3 029	3 211	3 194	2 129	3 787	2 801	3 826	2 981	4 739	3 292	4 591	42 294
1939	3 962	3 602	3 933	5 094	4 351	2 594	4 233	2 606	2 092	1 696	4 973	6 401	45 537

246 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 783	2 866	3 398	3 941	3 838	5 021	3 143	4 756	5 839	4 699	6 250	6 009	52 543
1938	5 298	3 945	4 040	4 159	2 870	4 253	3 298	4 134	3 242	5 118	3 629	4 621	48 607
1939	3 024	4 564	3 701	4 637	4 119	2 520	4 137	2 896	1 980	1 576	5 469	8 402	47 025

247 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	21	21	25	31	30	40	25	40	48	34	44	42	401
1938	37	27	28	29	20	29	23	29	22	35	25	32	336
1939	26	25	26	31	27	16	26	17	12	10	33	51	300

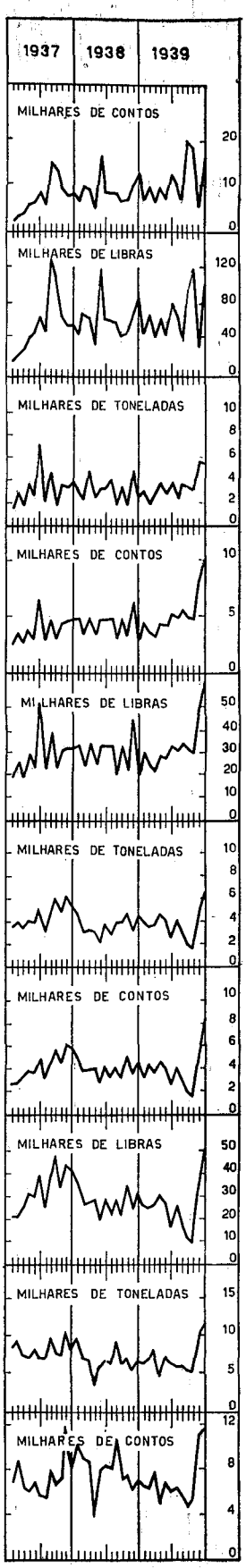
PASTA DE MADEIRA PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL

248 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	8 472	9 520	7 380	7 121	8 236	7 120	7 118	9 880	7 811	7 429	11 656	8 231	99 974
1938	9 765	7 039	6 762	3 218	5 891	6 706	6 536	9 354	6 287	7 140	5 578	6 712	80 988
1939	6 439	6 920	8 255	4 742	7 238	6.598	6 104	6 110	5 667	5 358	10 418	10 543	84 392

249 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	6 981	7 812	6 370	6 056	6 913	5 657	5 492	8 033	6.755	7 355	11 914	8 071	87 409
1938	10 298	8 844	8.672	3 719	7 864	8 128	8 044	10 788	7 077	7 562	6 101	7 094	94 191
1939	6 586	6 393	7 613	4 986	6 997	6 069	6 330	5 495	4 664	5 442	11 073	11 755	83 403



IMPORTAÇÃO

PASTA DE MADEIRA PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL

250 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	52	59	48	47	55	46	44	68	54	53	83	56	665
1938	71	61	60	26	55	56	56	74	49	52	42	49	651
1939	45	44	52	33	45	38	39	32	29	34	68	72	531

QUEROSENE

251 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	10 756	9 478	7 112	10 644	6 355	9 993	8 433	7 745	12 510	10 572	11 759	8 952	114 309
1938	13 421	9 211	5 001	4 928	14 630	4 581	4 633	12 318	3 674	4 643	9 563	12 889	99 492
1939	4 238	6 406	11 459	3 204	8 600	8 436	12 152	7 143	7 252	10 098	10 114	5 460	94 562

252 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	5 175	5 352	4 868	5 601	4 750	5 350	4 647	3 720	7 239	6 967	7 167	6 050	66 886
1938	6.539	6 739	3.708	3 297	6 654	3 524	2 872	4 046	2 581	2 162	3 600	5 632	51 354
1939	1 533	2 607	4 011	2 042	3 671	2 876	4 908	2 960	2 711	3 969	5 601	2 864	39 753

253 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	39	40	36	43	37	43	38	32	58	51	50	42	509
1938	45	46	26	23	46	24	20	28	18	15	25	39	355
1939	11	18	28	13	24	18	30	17	17	25	34	17	252

SÊDA EM FIO PARA TECELAGEM

254 — QUANTIDADE (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	22	16	11	28	20	16	14	27	32	65	69	60	380
1938	43	47	51	36	50	11	20	27	16	10	15	12	338
1939	8	7	12	10	11	8	13	12	11	3	17	37	149

255 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1 515	1 143	1 069	2 006	1 754	1 382	1 357	2 239	2 614	5 388	5 716	5 625	31 808
1938	4 278	3 861	4.736	3 263	4 811	974	1 773	2 451	1 470	1 030	1 237	1 176	31 060
1939	817	749	1 243	1 122	1 202	1 049	1 754	1 638	1 577	547	2.468	5 699	19 865

256 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11	9	8	16	14	11	11	19	21	39	40	39	238
1938	30	27	32	23	33	7	12	17	10	7	9	8	215
1939	6	5	9	7	8	7	11	10	10	3	15	35	126

TECIDOS NÃO ESPECIFICADOS DE LINHO

257 — QUANTIDADE (toneladas)

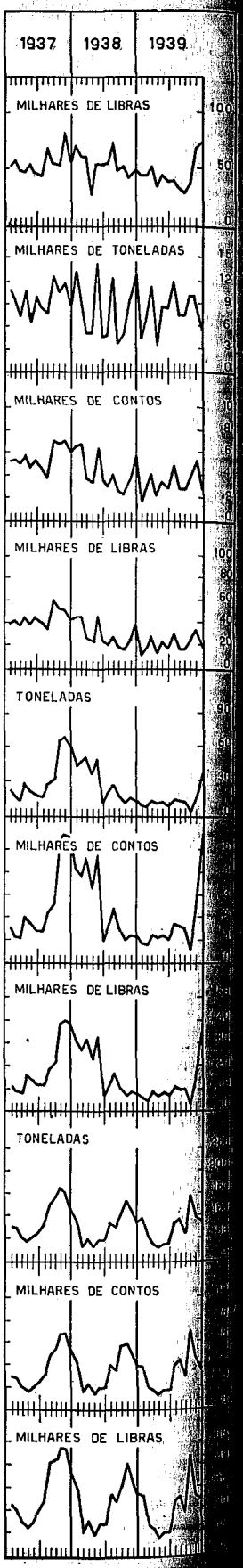
Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	75	73	52	43	52	63	84	131	141	162	154	117	1 147
1938	92	30	52	0	48	48	86	76	100	136	109	86	893
1939	96	55	37	27	36	37	84	93	60	145	91	80	841

258 — VALOR (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 899	2 701	1 877	1 559	1 847	2 384	3 101	4 816	5 347	6 665	6 743	5 286	45 225
1938	3 200	1 520	2 288	1 263	1 983	1 997	3 935	3 441	5 525	5 977	4 721	3 853	39 703
1939	3 775	1 843	1 533	1 116	1 586	1 664	3 853	4 454	2 795	6 997	4 268	3 883	37 797

259 — EQUIVALENTE EM 1 000 ££ OURO

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	22	20	14	12	15	19	25	41	43	48	47	37	343
1938	29	10	16	9	14	14	27	24	31	41	32	27	274
1939	26	13	11	7	10	10	24	26	18	44	26	24	239



IMPORTAÇÃO

TRIGO EM GRÃO

260 — Quantidade (toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	72 455	72 267	91 437	99 901	77 407	94 801	81 403	82 223	67 205	76 928	60 426	54 365	930 818
1938	104 728	66 904	108 248	75 406	98 020	69 821	83 123	70 279	107 678	77 292	86 262	89 399	1 037 160
1939	59 319	106 710	93 388	88 991	84 823	76 735	109 080	68 931	60 811	90 828	63 954	63 265	966 835

261 — Valor (contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	46 358	46 313	59 945	71 990	56 256	67 819	56 721	59 218	48 548	61 815	50 983	42 393	668 359
1938	75 027	46 008	69 619	44 146	57 536	36 728	42 537	33 846	44 327	29 735	29 253	27 732	536 494
1939	19 040	35 081	32 099	31 457	29 481	27 704	43 631	25 737	21 259	33 413	27 006	27 682	353 590

262 — Equivalente em 1 000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	346	347	449	557	444	546	459	503	387	449	358	294	5 139
1938	519	317	482	306	399	254	295	234	306	205	202	191	3 710
1939	131	242	221	208	190	173	267	152	133	211	165	169	2 262

TOTAL

263 — Quantidade (1 000 toneladas)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	382	322	422	473	399	469	407	635	461	401	449	398	5 218
1938	432	351	462	329	453	374	476	386	410	418	450	466	5 007
1939	338	365	440	386	414	394	506	432	385	430	359	424	4 873

264 — Valor (1 000 contos de réis)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	363	357	399	439	384	437	397	516	443	481	537	560	5 313
1938	510	438	527	393	458	390	407	402	373	421	413	465	5 197
1939	367	387	433	403	420	400	487	480	283	369	417	538	4 984

265 — Equivalente em 1.000 ££ ouro

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	2 705	2 677	2 990	3 404	3 028	3 519	3 218	4 382	3 533	3 496	3 766	3 891	40 609
1938	3 534	3 016	3 649	2 722	3 177	2 695	2 819	2 774	2 575	2 901	2 851	3 204	35 917
1939	2 526	2 666	2 983	2 658	2 710	2 502	2 982	2 830	1 774	2 332	2 550	3 289	31 802

FALÊNCIAS, CONCORDATAS E TÍTULOS PROTESTADOS

PRAÇA DO RIO DE JANEIRO

266 — FALÊNCIAS AJUIZADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	28	24	35	30	29	21	30	30	41	24	27	31	350
1938	23	19	42	21	15	27	40	42	20	34	14	21	318
1939	19	13	28	31	28	25	26	33	25	30	32	29	319

267 — CONCORDATAS AJUIZADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	1	1	3	3	...	2	.	1	—	1	4	1	17
1938	3	1	1	3	5	4	1	—	—	3	5	—	26
1939	2	3	3	4	3	3	2	2	3	2	5	3	35

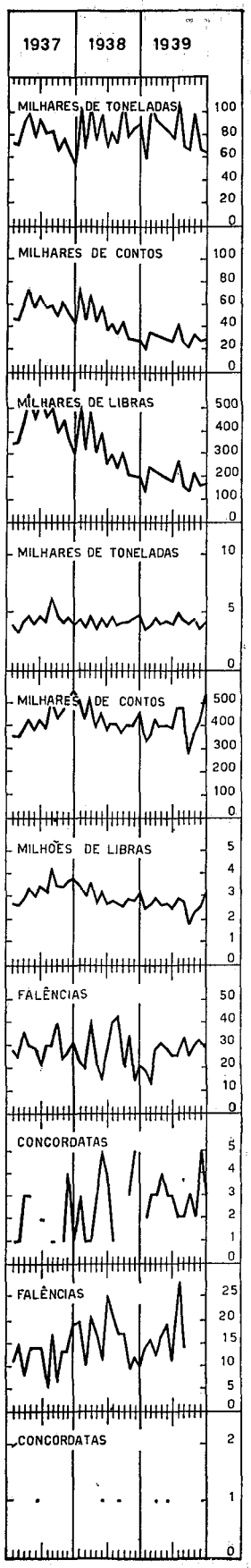
PRAÇA DE SÃO PAULO

268 — FALÊNCIAS DECRETADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	11	15	8	14	14	14	5	17	6	13	13	19	149
1938	20	10	21	17	11	25	21	17	17	9	12	10	190
1939	14	16	12	16	19	11	28	14	.		.		

269 — CONCORDATAS PREVENTIVAS HOMOLOGADAS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
1938	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	2
1939	—	—	1	—	1	—	—	—	.	.	.		...



FALÊNCIAS, CONCORDATAS E TÍTULOS PROTESTADOS

PRAÇA DE SÃO PAULO

270 TÍTULOS PROTESTADOS (quantidade)

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	Total
1937	694	691	710	782	765	698	627	595	534	615	625	706	8 042
1938	833	752	720	736	798	757	750	693	573	605	607	655	8 479
1939	719	707	714	640	730	585	686	793	742	830	735	765	8 646

271 VALOR (contos de réis)

1937	1 288	951	898	1 080	1 149	1 081	909	911	780	961	960	1 180	12 148
1938	1 520	897	1 044	1 356	2 738	4 148	1 926	1 214	717	852	878	1 057	18 347
1939	1 428	1 636	727	828	1 058	2 477	1 739	1 500	1 320	1 298	1 505	1 787	17 303

CONSUMO

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

272 CONSUMO PARTICULAR (1 000 KWH)

1937	24 135	21 630	24 526	25 000	26 067	26 137	27 765	28 260	27 572	28 042	27 812	26 958	313 904
1938	28 647	26 896	29 716	29 592	30 685	31 422	31 478	31 780	33 298	33 215	32 854	32 281	371 864
1939	32 671	30 552	33 278	32 692	34 213	34 260	33 565	37 167	36 224	36 457	34 199	33 576	408.854

273 CONSUMO PÚBLICO (1 000 KWH)

1937	12 657	11 660	13 081	12 941	13 626	13 448	13 784	13 618	13 214	13 512	12 757	13 747	158 045
1938	13 158	12 031	13 595	13 375	13 959	13 721	14 137	13 954	13 328	13 690	12 929	13 602	161 479
1939	13 417	12 279	13 781	13 434	14 313	13 796	14 340	14 450	13 725	14 124	13 293	13 753	164 711

CONSUMO DE GÁS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

274 CONSUMO PARTICULAR (1 000 m3)

1937	7 557	6 934	6 679	7 290	7 918	8 268	8 331	8 134	8 215	7 993	8 451	8 192	93 962
1938	8 186	7 061	7 106	7 745	8 125	8 659	8 783	8 860	9 060	8 593	8 800	8 214	99.192
1939	8 082	7 628	7 371	7.802	8 689	8 919	8 990	9 141	9 318	8 973	8 934	8 968	102 815

CONSUMO DE CARNE VERDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

275 QUANTIDADE (1 000 kg)

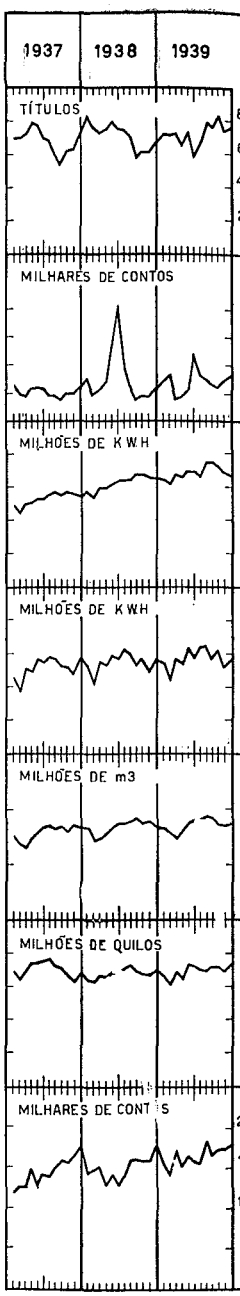
1937	6 899	6 310	6 837	7 369	7 535	7 536	7 606	7 130	7 004	6 608	6 225	6 705	83 764
1938	6 363	6 218	6 667	6 597	6 916	6 762	7 145	7 215	6 906	6 765	6 708	6 972	81 234
1939	6 553	6 018	6 899	6 446	7 263	7 102	7 370	7 340	7 196	7 185	6 943	7 318	83 633

RECEITA FEDERAL DAS QUATRO PRINCIPAIS REPARTIÇÕES ARRECADADORAS

ARRECADAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS DO RIO DE JANEIRO E SANTOS E DAS RECEBEDORIAS DO DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

276 (Mil contos de réis)

1937	119	124	125	148	125	140	138	150	159	155	167	177	1 727
1938	142	148	151	129	142	129	140	161	161	159	159	177	1 798
1939	147	135	177	149	160	153	157	183	165	171	174	177	1 948



Não despreze esta oportunidade de mostrar o lado construtivo de seu patriotismo Colabore na campanha censitária nacional

Nas vésperas
do Recenseamento Geral do Brasil

LEIA:

"PONTOS DE ESTATÍSTICA"

3.ª EDIÇÃO — 1940

pelo Dr. Lauro Sodré Viveiros de Castro

Assistente Técnico da Comissão Censitária Nacional

OBRA ELOGIADA PELA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

◈

Principais assuntos:

COMO BEM CONFECCIONAR UM QUADRO ESTATÍSTICO — COMO EXECUTAR CORRETAMENTE UM GRÁFICO — AS PRINCIPAIS FASES DE UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO — COMO ORGANIZAR COM TÉCNICA UM QUESTIONÁRIO — ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS DA ESTATÍSTICA INTERNACIONAL — ESTRUTURA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL — COMO CALCULAR MÉDIAS E OS VALORES MAIS IMPORTANTES EM ESTATÍSTICA — A CONSTRUÇÃO DOS NÚMEROS-ÍNDICES — COMO OBTER UM COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO — A LEI DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO — TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE — TAXAS DEMOGRÁFICAS DOS PRINCIPAIS PAÍSES DO MUNDO, ETC.

PREÇO — 12$000 EM TODAS AS LIVRARIAS DO BRASIL

◈

Do mesmo autor:

A PROVA DE ESTATÍSTICA

Coletânea de problemas resolvidos — preço 6$000 em todas as livrarias do Brasil

CONDIÇÕES DE REMESSA — Para os funcionários de repartição de estatística, prefeitos municipais, agentes de estatística, funcionários e delegados do Recenseamento de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Praça Mauá, 7, 11.º andar, Rio de Janeiro — de acôrdo com a sua circular n.º 19, atende aos pedidos, livre de porte e com os seguintes preços: "Pontos de Estatística" - 10$000, "A Prova de Estatística" - 5$000. Remessa em dinheiro, cheque ou vale postal